

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



Cidade & Cidadania (através da Arte)
O Teatro do Oprimido na Região Metropolitana de
Lisboa

André Carmo

Doutoramento em Geografia Humana

2014

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Cidade & Cidadania (através da Arte)
O Teatro do Oprimido na Região Metropolitana de
Lisboa

André Carmo

Tese orientada pelo Professor Doutor Jorge Silva Macaísta Malheiros,
especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor em Geografia
Humana

2014

Resumo: Este projeto de investigação em geografia humana incide sobre as relações entre cidade e cidadania (através da arte). A partir do estudo das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa na Região Metropolitana de Lisboa, procuramos compreender melhor, e este é o fio condutor de todo este projeto, como (pode) contribuí(r) a cidadania (através da arte) para a construção de cidades mais justas, e quais os desafios e limites que este processo enfrenta. Para cumprir este desiderato e sustentar empiricamente a nossa pesquisa, colocámos o enfoque no papel desempenhado pelos DRK e ValArt, grupos comunitários de Teatro do Oprimido constituídos, respetivamente, por jovens oriundos dos bairros do Alto da Cova da Moura (Amadora) e do Vale da Amoreira (Moita). Como se tem desenvolvido o Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa e de que modo intervém na Região Metropolitana de Lisboa? Serão o Alto da Cova da Moura e o Vale da Amoreira dois espaços urbanos injustos? Porquê? Quais os perfis e expressões de cidadania e cultura existentes nesses bairros? Como se processa a intervenção dos DRK e ValArt e quais os problemas abordados? Quais os limites e os desafios que enfrentam os seus protagonistas? Estas são algumas das perguntas a que este trabalho procura dar resposta. Não tendo a pretensão de considerar que as respostas encontradas encerram definitivamente um campo de investigação tão complexo quanto este, consideramos, no entanto, que representam já um início de conversa, um estímulo à continuação de um debate crítico e fundamentado acerca das relações entre cidade e cidadania; em suma, que abrem novos trilhos e possibilidades para futuras incursões geográficas.

Palavras-chave: cidade, cidadania, arte, Teatro do Oprimido

Abstract: This research project in human geography is focused on the relations between city and citizenship (through art). From the study of the activities developed by the Lisbon Theatre of the Oppressed Group in the Lisbon Metropolitan Region, we seek to understand better, and this is the main thread of the whole project, how citizenship (can) contribute(s) (through art) for the construction of more just cities, and what are the challenges and limitations faced by this process. To meet this goal and empirically support our research, we put the focus on the role played by DRK and ValArt, Theatre of the Oppressed community groups constituted, respectively, by young people from the Alto da Cova da Moura (Amadora) and Vale da Amoreira (Moita) neighbourhoods. How has the Lisbon Theatre of the Oppressed Group been developed and how does it intervene in the Lisbon Metropolitan Region? Are Alto da Cova da Moura and Vale da Amoreira two unjust urban spaces? Why? What are the existing profiles and expressions of citizenship and culture in those neighbourhoods? How does DRK and ValArt intervene and what are the problems addressed? What are the limits and challenges faced by their protagonists? These are some of the questions that this research seeks to answer. Not having the pretension of considering that the answers found definitively enclose a field of research as complex as this one, we consider, however, that they already represent a conversation starter, a stimulus to continue a critical and reasoned debate on the relations between city and citizenship; in short, that they open new paths and possibilities for future geographical incursions.

Keywords: city, citizenship, art, Theatre of the Oppressed

Índice

Lista de Figuras	v
Lista de Quadros.....	vi
Siglas	viii
Agradecimentos.....	ix
Introdução	1
0. De uma geografia urbana crítica como ponto de partida	19
PRIMEIRO ATO / CIDADE & CIDADANIA (ATRAVÉS DA ARTE)	29
1. Cidade – (in)justiça e segregação urbana.....	31
1.1. A (in)justiça no pensamento urbano-geográfico: uma leitura de síntese	32
1.2. Repensar a (in)justiça a partir do diálogo entre Iris Marion Young e Nancy Fraser	43
1.3. Uma viagem ao(s) mundo(s) da segregação urbana	59
1.3.1. Perspetivas: da crítica novecentista à atualidade	61
1.3.2. Causas: económicas, culturais e políticas.....	72
1.3.3. Efeitos: desigualdade e (in)diferença	81
2. Cidadania – a política em ato	91
2.1. Espaços: do urbano e da cidade	93
2.2. Escalas: da tendência multi-escalar	96
2.3. Sujeitos políticos: da pluralidade e diversidade dos protagonistas.....	100
3. Arte – instrumento de cidadania	105
3.1. Mercadorização e neutralização: tendências da arte contemporânea	106
3.2. Arte social e política: para uma estética da justiça	115
3.3. Particularidades do teatro no campo da arte social e política.....	125
INTERLÚDIO / DA TEORIA À PRÁTICA	131
4. Coordenadas metodológicas de uma geografia urbana crítica	133
4.1. Um caso de estudo como método de investigação	134
4.2. Instrumentos, técnicas e itinerário metodológico	140
SEGUNDO ATO / TEATRO DO OPRIMIDO NA REGIÃO METROPOLITANA DE LISBOA.....	149
5. Teatro do Oprimido – anatomia de uma arte cidadã.....	151
5.1. Itinerâncias cidadãs: o Teatro do Oprimido e Augusto Boal.....	152
5.2. Protagonistas e contextos: uma constelação global	169

5.3. Um teatro em (re)construção: apontamentos reflexivos	182
6. Cartografia(s) do espaço (sub)urbano – Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira	189
6.1. Breve crónica do desenvolvimento da Região Metropolitana de Lisboa.....	190
6.2. Bairros de barracas, clandestinos e de habitação social em perspetiva	197
6.3. Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira: retratos da injustiça na Região Metropolitana de Lisboa	207
6.4. Cidadania: atitudes e práticas	217
6.5. Cultura: posicionamento, produção e consumo.....	241
7. GTO LX, DRK e ValArt – a cidade como palco.....	253
7.1. Contributos para uma análise do GTO LX.....	253
7.2. DRK e ValArt: auto-retratos de jovens enquanto artistas	280
(Re)considerações finais – em busca de um lugar para o Teatro do Oprimido.....	293
Bibliografia	303
Anexos	341
1. Questionário sobre atitudes e práticas políticas e culturais dos jovens residentes no Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira	343
2. Guião de entrevista - GTO LX	358
3. Grelha de observação - DRK/ValArt	360
4. Guião de testemunho articulado - DRK/ValArt	361
5. Indicadores usados para construção de perfis de cidadania	362
6. Indicadores usados para construção de perfis culturais	363

Lista de Figuras

4.1. Estrutura do caso de estudo	134
5.1. Árvore do Teatro do Oprimido	168
5.2. Distribuição geográfica das organizações pertencentes à AITO	174
5.3. Protagonistas das organizações pertencentes à AITO, por região	176
5.4. Objetivos das organizações pertencentes à AITO, por região	177
5.5. Temáticas das organizações pertencentes à AITO, por região	178
5.6. Distribuição geográfica das organizações praticantes de TO, em Portugal	181
6.1. Alto da Cova da Moura na Região Metropolitana de Lisboa	208
6.2. Vale da Amoreira na Região Metropolitana de Lisboa	213
6.3. Cidadania: estrutura empírico-analítica	217
6.4. Opinião sobre o voto de estrangeiros nas eleições autárquicas (%)	225
6.5. Dimensões de intervenção política de imigrantes e grupos étnicos minoritários (%)	227
6.6. Perfis de cidadania no Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira.....	240
6.7. Quando penso em cultura penso em... (%).....	242
6.8. Perfis culturais no Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira.....	251
7.1. “X-Perar”, ValArt, Escola Básica Nº1 do Vale da Amoreira, 2011	265
7.2. “InTerEsse”, DRK, Teatro da Comuna, 2009.....	268
7.3. “Sonhos? Tente mais tarde!”, DRK, Escola Profissional Gustave Eiffel, 2011	269
7.4. Rede Multiplica na Região Metropolitana de Lisboa, 2005-2013	277

Lista de Quadros

1.1. Formulações de justiça em <i>Social Justice and the City</i>	34
1.2. Ideias-chave e críticas à teoria da justiça de John Rawls.....	44
1.3. Mapa sinótico da (in)justiça em Iris Marion Young e Nancy Fraser	57
1.4. Perspetivas de análise da segregação urbana: breve cronologia	62
1.5. Ideias a reter para a pesquisa empírica (Capítulo 1).....	89
2.1. Ideias a reter para a pesquisa empírica (Capítulo 2).....	103
3.1. Teatro burguês vs Teatro épico, em Brecht	125
3.2. Ideias a reter para a pesquisa empírica (Capítulo 3).....	129
4.1. Caso de estudo: equívocos e correções, segundo Flyvbjerg	136
4.2. Amostras usadas na aplicação dos questionários.....	142
5.1. Fundação das organizações pertencentes à AITO em 2013	170
5.2. Protagonistas das organizações pertencentes à AITO.....	171
5.3. Objetivos das organizações pertencentes à AITO	172
5.4. Temáticas das organizações pertencentes à AITO.....	173
6.1. Retrato sócio-demográfico dos inquiridos	219
6.2. Interesse pela política (%).....	220
6.3. <i>Ranking</i> : “grande interesse” pela política	221
6.4. Falar sobre assuntos políticos (%).....	222
6.5. Informação política (%)	223
6.6. Dificuldade em tomar uma posição política (%).....	223
6.7. Importância do voto (%)	224
6.8. Consumo informativo (jornais, TV/rádio) (%).....	225
6.9. Motivos para a inexistência de participação associativa (%).....	228
6.10. Associativismo por tipo de associação/organização (%)	229
6.11. Associativismo: participação recente, peso dos imigrantes, intervenção pública e importância de familiares/amigos/colegas no início da participação (%)	231
6.12. Motivos para a inexistência de automobilização (%).....	232
6.13. Automobilização: nos últimos 12 meses... (%)	233
6.14. Automobilização: envolvimento, efeitos, relação com imigrantes e incentivos sociais (%).....	234
6.15. Cidadania no Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira: continuidades e contrastes	236

6.16. Diferenças sociais e cidadania	237
6.17. Produção cultural no Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira (%)	243
6.18. Consumo cultural no Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira (%).....	245
6.19. Cultura no Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira: continuidades e contrastes	247
6.20. Diferenças sociais e cultura	248
7.1. Mapa sinóptico da Rede Multiplica, 2013	278

Siglas

ACM	Alto da Cova da Moura
ACMJ	Associação Cultural Moinho da Juventude
AITO	Associação Internacional de Teatro do Oprimido
CTO	Centro de Teatro do Oprimido do Rio de Janeiro
EEC	Escola Ecológica de Chicago
GTEC	Grupo de trabalho <i>empowerment</i> comunitário
GTO LX	Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa
GTOC	Grupo de Teatro do Oprimido de Coimbra
JPD	<i>Justice and the Politics of Difference</i>
ONG	Organização Não Governamental
SJC	<i>Social Justice and the City</i>
TO	Teatro do Oprimido
VA	Vale da Amoreira

Agradecimentos

Para termos noção do pouco que valemos, basta subtrair ao que somos o que aprendemos, o que lemos, o que vivemos com os outros. É só ver o que fica. Coisa pouca. Sozinho quase ninguém é quase nada. É somente juntos que podemos ser alguma coisa.

Miguel Esteves Cardoso

São bem verdade, as palavras que acabo de pedir emprestadas a Miguel Esteves Cardoso. Cada um de nós só se torna pessoa no contacto e na relação com os outros. Daí que procure evitar, quase sempre, falar no singular. Cada um de nós é múltiplo e todo e qualquer pensamento e ação é fruto de um conjunto de frágeis e complexas relações que estabelecemos com tudo aquilo que nos rodeia. Sobretudo, evidentemente, com os outros.

Deste ponto de vista, a investigação, enquanto actividade humana, é também vista como uma construção coletiva. Compete ao investigador dar um sentido às inquietações e interrogações com que se debate e, ao fazê-lo, procurar não apenas contribuir para uma melhor compreensão da sociedade mas também para a transformação. Sem esta partilha mútua, a investigação em ciências sociais não seria nunca possível. Não o reconhecer é ignorar o que de mais importante existe num processo de investigação, os outros.

No decurso deste relativamente longo e sinuoso processo, foram várias as pessoas com quem tive oportunidade de partilhar aspirações e desejos, ideias e reflexões, angústias e inquietações. As inúmeras sugestões feitas e as discussões motivadas por essa partilha mútua foram fundamentais para a concretização deste projecto. Por outro lado, também ao nível institucional existem entidades sem as quais a sua prossecução não seria possível, que merecem o devido reconhecimento.

É manifestamente impossível elencar todas as pessoas e entidades que contribuíram para que este projecto pudesse ganhar corpo. Ainda assim, mesmo correndo o risco de inadvertidamente esquecer ou omitir algumas, tentaremos fazê-lo, começando por mencionar o quadro institucional que possibilitou a concretização do projecto. Assim, começo por agradecer à Fundação para a Ciência e a Tecnologia a concessão de uma bolsa de doutoramento (referência: SFRH/BD/43408/2008), que possibilitou o desenvolvimento deste projecto durante os anos a que a ele me entreguei e ao Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, instituição que me acolheu, pelo apoio prestado. Sublinho também o

importante papel desempenhado por muitos dos membros do recém-criado ZOE | Dinâmicas e Políticas Urbanas e Regionais. Também a eles gostaria de endereçar uma saudação especial.

Por me ter aberto as portas dos dois bairros que serviram de base à minha investigação, merece um agradecimento especial o António Brito Guterres. Sem o seu apoio teria sido seguramente mais difícil a entrada e a prossecução do meu trabalho nos mesmos. Agradeço também ao Francisco Vala o auxílio prestado na obtenção de informação estatística, ao Leandro Gabriel o apoio na produção cartográfica e, ao José Soeiro, a disponibilidade para uma primeira troca de impressões acerca do Teatro do Oprimido, num encontro proporcionado pelo Paulo Jorge Vieira. Adicionalmente, também gostaria de salientar a importância do Márcio Bexiga por me ter auxiliado numa fase inicial do tratamento estatístico e da Rute Vieira, bem como da Ana Estevens, pela ajuda prestada na edição de texto. Deixo também um sincero e reconhecido obrigado a todos aqueles que me ajudaram na recolha de informação no Alto da Cova da Moura: Flávio Almada, Jakilson Pereira, Fredson Sanches e Ivanilda Cabral; e no Vale da Amoreira: Alegria Gomes, Bruno Ramos, Hugo Rey, Ivone Dias, Luís Andrade, Maria Correia, Rúben Mosso, Simão Gomes, Susana Felizardo e Vânia Martins. Evidentemente, merecem também uma palavra de apreço as centenas de inquiridos que disponibilizaram algum do seu tempo para participar no presente estudo, respondendo às questões que lhes foram colocadas.

De igual modo, também ao Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa, sobretudo à Gisella Mendoza, ao Diogo Mesquita, à Susana Vilhena e à Filipa Simões, gostaria de deixar uma sentida nota de gratidão. Não só acederam ao meu pedido inicial de utilizar a organização em que trabalham como base para a minha investigação, como também facultaram o acesso a um vasto conjunto de informações e dados relacionados com as atividades desenvolvidas. Não menos importante foi a abertura, disponibilidade e simpatia manifestadas pelos dois grupos comunitários de Teatro do Oprimido com os quais trabalhei mais de perto. Assim, agradeço aos DRK: Cátia Varela, Elisabete Mascarenhas, Erikson Gomes, Fábria Correia, Flávia Rocha, Ibrantino Freitas, Isalina Monteiro, José Carlos Cardoso, Reginaldo Spínola, Sofia Tavares, Victor Gomes e William Brandão; e aos ValArt: Adriano Correia, Bruno Barbosa, Carlos Brito, Cassandra Tavares, Gisela Santos, Marilda Djaló, Vanessa Garcia e Vânia Lopes.

Ao meu orientador Jorge Malheiros e à Isabel André, um especial agradecimento. Antigos professores, hoje colegas e amigos, mostraram-se sempre disponíveis para escutar os

meus anseios e dilemas, discutir todas as questões, das mais complexas às mais disparatadas, tendo sido decisivos para a concretização deste projecto de investigação. A vasta experiência e sólida competência científica de ambos foram extremamente importantes para que este trabalho, pelo qual sou inteiramente responsável, tenha visto a luz do dia.

Aos meus amigos e amigas, obrigado por me terem ajudado a não esquecer que existia vida para além desta investigação. Agradeço também à minha família, sobretudo aos meus pais, por todo o apoio e compreensão. Sempre preocupados e interessados no desenvolvimento do meu trabalho, foram fonte de inspiração e estímulo constantes. Um último agradecimento para as duas pessoas com quem partilho as mais importantes geografias do meu quotidiano. Cláudia e Ema, este trabalho é para vocês. Este trabalho também é vosso. Porque é somente juntos que podemos ir sendo alguma coisa.

Penalva, 10 de Setembro de 2014

André Carmo

Introdução

Este projeto de investigação em geografia humana incide sobre as relações entre cidade e cidadania (através da arte). A partir do estudo das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa na Região Metropolitana de Lisboa¹, procuramos compreender melhor, e este é o fio condutor de todo este projeto, como (pode) contribui(r) a cidadania (através da arte) para a construção de cidades mais justas, e quais os desafios e limites que este processo enfrenta. Para cumprir este desiderato e sustentar empiricamente a nossa pesquisa, colocámos o enfoque no papel desempenhado pelos DRK e ValArt, grupos comunitários de Teatro do Oprimido constituídos, respetivamente, por jovens oriundos dos bairros do Alto da Cova da Moura (Amadora) e do Vale da Amoreira (Moita).

Como se tem desenvolvido o Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa e de que modo intervém na Região Metropolitana de Lisboa? Serão o Alto da Cova da Moura e o Vale da Amoreira dois espaços urbanos injustos? Porquê? Quais os perfis e expressões de cidadania e cultura existentes nesses bairros? Como se processa a intervenção dos DRK e ValArt e quais os problemas abordados? Quais os limites e os desafios que enfrentam os seus protagonistas? Estas são algumas das perguntas a que este trabalho procura dar resposta. Não tendo a pretensão de considerar que as respostas encontradas encerram definitivamente um campo de investigação tão complexo quanto este, consideramos, no entanto, que representam já um início de conversa, um estímulo à continuação de um debate crítico e fundamentado acerca das relações entre cidade e cidadania; em suma, que abrem novos trilhos e possibilidades para futuras incursões geográficas.

Com efeito, as cidades contemporâneas são construções sociais altamente complexas e dinâmicas o que torna difícil, embora altamente desafiante e apaixonante, o seu estudo. Esta elementar constatação significa que qualquer investigação sobre cidades implica necessariamente um conjunto de escolhas, pois o que vemos depende necessariamente do que somos e, como seres inacabados, daquilo que a cada momento nos vamos tornando (Phillips, 1996).

Torna-se, pois, necessário identificar e selecionar o conjunto de aspectos,

¹ Intencionalmente, adotamos a expressão Região Metropolitana de Lisboa, em vez da mais usual Área Metropolitana de Lisboa (Lei 75/2013, de 12 de Setembro), por não queremos ancorar o nosso estudo a um conceito cuja natureza, eminentemente político-administrativa, nos parece inadequada relativamente ao sentido teórico-político que procuramos imprimir ao nosso trabalho.

características e processos a que se atribui uma maior importância e centralidade, relegando para um segundo plano tudo aquilo que é considerado acessório. Ainda que imprecisa e cautelosamente, é preciso circunscrever e delimitar os contornos do que se pretende estudar. A justificação das escolhas feitas é fundamental para que o conhecimento produzido possa ser validado. Esta investigação não escapa à regra. Assim, a perspectiva da geografia urbana que adotamos edifica-se a partir de dois pressupostos (gerais e abstratos) sobre a natureza das cidades atuais que devem ser compreendidos de forma integrada e relacional.

O primeiro pressuposto – *a cidade é injusta* – traduz um traço característico que nos parece estar inscrito nas paisagens urbanas de muitas cidades actualmente existentes. Estas constituem, indiscutivelmente, uma das mais extraordinárias criações humanas ou, como sugere Manuel Graça Dias (2006: 109), «o modo mais solidário que o homem [sic] inventou, enquanto formalização da possibilidade do viver colectivo». Sinónimo de vida comunitária, liberdade e inovação, bem-estar social, cultural e material (Ferreira, 2007), expoente máximo de imaginação, conhecimento e criatividade coletivas, a cidade traduz a capacidade humana para inscrever na realidade a sua marca, imprimir o seu cunho no rumo da história.

Densas aglomerações pulsáteis e fervilhantes de vida social, nas quais se entrecruzam inúmeras estruturas, instituições, atividades e funções mutuamente interdependentes, as cidades geram experiências de vida diferentes e heterogêneas, oferecendo inúmeras possibilidades àqueles que as habitam. Na verdade, como recentemente sugeriram Ash Amin e Stephen Graham (2007), a cidade contemporânea não é uma entidade unitária ou homogênea mas sim uma justaposição de contradições e diversidades, um verdadeiro teatro de vida social. Manuel Castells (2003), por seu turno, defende que a cidade, tal como toda a realidade social, é um produto histórico quer sob o ponto de vista da sua materialidade física, mas também relativamente ao seu significado cultural, ao papel que desempenha na organização social e ao seu significado para a vida quotidiana das pessoas.

Anteriormente, porém, já Guy Debord (1967/2006: 98), havia assinalado que «a cidade é o *ponto focal da história* porque incarna simultaneamente uma concentração de poder social, tornando possíveis os empreendimentos históricos, e uma consciência do passado». Considera-se, em suma, que espelhando a natureza eminentemente contraditória das sociedades humanas – «a cidade é a civilização em ação realizando-se contraditoriamente» (Carlos, 2007a: 187) – bem como os seus paradoxos, limites e constantes metamorfoses, a cidade é uma construção imperfeita, inacabada e, gostaríamos de salientar,

injusta.

Isto significa, efetivamente, que os processos de urbanização capitalista geram múltiplas segregações sócio-espaciais e que algumas delas, sobretudo quando vistas a partir da habitação, dos espaços do existir e do ser, das residências e dos bairros, parecem corresponder à inscrição espacial da opressão, da desigualdade e da diferença (discriminatória), da marginalização e da estigmatização, da pobreza e da exclusão, em suma, da injustiça (Andersen, 2002; Begag, 2002; Carlos, 2007b; Keith, 2008; MacDonald e Marsh, 2005; Marcuse, 2000; Marcuse e Kempen, 2002; Musterd e Ostendorf, 1998; Ribeiro, 2003; Wacquant, 2008).

A urbanização da injustiça é, aliás, um dos traços mais perversos dos processos de produção capitalista das cidades e metrópoles contemporâneas (Merrifield e Swyngedow, 1996; Soja, 2000). Com efeito, seguindo de perto o pensamento de Ana Fani Alessandri Carlos (1992: 28), consideramos que «o produto espacial expressa as contradições que estão na base de uma sociedade de classes e manifesta a segregação decorrente das formas de apropriação da terra que têm a sua lógica no desenvolvimento desigual das relações sociais dentro da sociedade», levando a que os usos diferenciados da cidade espelhem a construção e reprodução desigual e contraditória do espaço urbano. Por conseguinte, na cidade contemporânea, ainda que incomodamente e em tensão, as “áreas luminosas” coexistem com as “áreas opacas” (Santos, 2006).

No quadro do capitalismo, as cidades são sobretudo produzidas e organizadas para maximizar a acumulação de capital e, assim, o papel do espaço urbano é fundamentalmente o de contribuir para promover a competitividade económica (Borja, 2011; Purcell, 2008). Com efeito, sublinha Carlos (2012: 94-95),

a extensão do capitalismo no espaço, ele próprio tornado mercadoria neste processo, faz da produção do espaço, a condição e o produto da reprodução social como elemento definidor dos conteúdos da prática sócio-espacial, modificando as relações espaço-tempo da vida social. Nesse contexto, o processo de urbanização, longe de significar o mero crescimento da cidade ou a extensão do tecido urbano, revela um conteúdo que se insere num processo mais amplo; aquele do desenvolvimento do modo de produção capitalista como fundamento da constituição de uma “sociedade urbana” apresentando um processo profundo de transformação nas formas e conteúdos da produção da cidade, bem como da existência humana na cidade como existência prática real e concreta dos cidadãos.

Progressivamente, as cidades tornaram-se, em si mesmas, mercadorias, na medida em que os seus múltiplos espaços constitutivos – residências, equipamentos, espaços públicos e zonas comerciais, redes de produção e distribuição, infraestruturas metropolitanas – são constantemente (re)configurados para promoverem o alfa e o ómega do capitalismo, ou seja, a acumulação de capital (Brenner *et al.*, 2012). Consequentemente, diz-nos Luís Mendes (2008b: 67), «na cidade capitalista, o fundamento não é o bem-estar da generalidade da população, mas o eficaz funcionamento dos mecanismos de controlo, regulação e acumulação capitalista». Efetivamente, para ser mais facilmente gerida, controlada e eficiente, do ponto de vista da acumulação do capital, a cidade precisa de ser funcional e sócio-espacialmente segregada.

Jorge Manuel Gonçalves (1995: 54), por seu turno, fez notar que «a modelação do território não é feita pela satisfação das necessidades reais da colectividade mas unicamente pelos preços, levando à segregação social e funcional» e Jorge Carvalho (2003: 282) sublinhou o papel da renda fundiária «como elemento fundamental de exploração e acumulação capitalista». Anteriormente, Teresa Barata Salgueiro (1992) havia já apontado que foi só com o capitalismo, e concomitante transformação do alojamento em mercadoria, que a segregação residencial passou a refletir as diferenças de classe ou o nível de rendimento. Com efeito, constatou David Harvey (1998: 49), «a acumulação de capital foi sempre uma questão profundamente geográfica» na medida em que, «sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado o seu funcionamento como sistema político-económico».

A constante expansão geográfica – mundialização/globalização – inerente ao processo de desenvolvimento histórico do capitalismo implica também, para além da difusão da urbanização, algumas mudanças económicas e culturais que nos parecem particularmente relevantes para compreender o processo de construção da *cidade injusta*.

Em termos económicos, a década de 1970 marcou, em muitos países do mundo ocidental desenvolvido, o início de um processo de reestruturação económica que, em termos genéricos, como sublinhou Salgueiro (1998b: 111), traduziu uma «transição do modelo fordista-keynesiano ou de capitalismo monopolista para o modelo de acumulação flexível ou de capitalismo global». Consequentemente, diz-nos a autora, observou-se nesses países uma progressiva terciarização (acompanhada de desindustrialização) da economia que, juntamente

com o acentuar da tendência para a segmentação dos mercados de trabalho, parece ter contribuído para o crescimento da polarização social (ver Moulaert *et al.*, 2005; Sassen, 2007).

Com efeito, a transição para o modelo de acumulação flexível necessita de uma mão-de-obra altamente qualificada capaz de lidar adequadamente com os códigos, os sistemas e as estruturas tecnologicamente mais evoluídas, mas também de mão-de-obra pouco qualificada, pois existe um cada vez maior número de tarefas rotineiras, indiferenciadas e desqualificadas que têm de ser levadas a cabo. Num mercado de trabalho dual, enquanto alguns trabalhadores beneficiam de estabilidade nas condições de emprego, bons salários, perspectivas de carreira, proteção social e bom estatuto social, outros têm baixos salários, insegurança contratual, fracas oportunidades de promoção, ausência de proteção social e baixo estatuto social (Peixoto, 2008).

Em paralelo, a flexibilização inerente ao novo modelo de acumulação conduz a uma maior externalização de tarefas por parte das empresas (sub-contratação), ao crescimento do desemprego e ao acentuar das desigualdades no mercado de trabalho e da precariedade laboral. Acresce ainda, a crescente instabilidade e efemeridade dos investimentos em capital fixo fruto do aumento de mobilidade do capital e da concomitante financiarização da economia que, privilegiando o investimento na economia financeira e especulativa em vez de o direcionar para a economia produtiva, facilita a deslocalização de empresas para regiões do globo onde o custo da mão-de-obra é mais baixo e os custos sociais são quase inexistentes.

Por outro lado, fatores de localização das empresas, tais como o ambiente social, o património histórico e cultural, a qualidade dos equipamentos e infraestruturas públicas e das amenidades, tornam-se cada vez mais importantes, contribuindo para a crescente diferenciação dos espaços urbano-metropolitanos com base na sua capacidade de atrair investimento. Verifica-se, assim, uma progressiva empresarialização das políticas públicas de base territorial e da governação urbana, com vista à atração de investimento e à promoção da competitividade económica (ver Fonseca e Ramos, 2009).

Ao priorizar-se o crescimento económico e não a resolução de problemas sócio-espaciais e o aumento da qualidade de vida urbana, assiste-se também a uma retração significativa da capacidade política para intervir nas cidades (Salgueiro, 1999b). Com efeito, ao nível da política urbana, o neoliberalismo parece traduzir uma progressiva convergência dos interesses do capital (maximização do lucro) e do Estado (legitimar e facilitar o processo

de acumulação) (ver Mayer, 2007; Pacione, 2009b). Como recentemente assinalou Edward W. Soja (2010), estratégias agressivas de marketing territorial e (re)construção imagética das cidades, com vista ao incremento da competitividade territorial, encontram-se hoje plasmadas na generalidade das políticas públicas de base territorial, nas práticas de planeamento urbano e nos discursos sobre cidade.

Em termos culturais (num sentido lato), por outro lado, destaca-se a crescente importância das migrações. Um desenvolvimento sem precedentes das condições tecnológicas que assim comprimem cada vez mais o espaço-tempo e o enfraquecimento, ainda que instável e sujeito a mudanças que por vezes são algo abruptas e circunstanciais, de algumas barreiras à circulação de natureza tarifária e político-ideológica, conduzem ao aumento da mobilidade e à intensificação dos fluxos migratórios.

Como salienta Isabel Guerra (2008), pese embora a irregularidade da dimensão dos fluxos e a diversidade das tentativas governamentais de regulação e controlo das entradas, a imigração é uma constante do crescimento das cidades europeias, envolvendo, nas últimas décadas, um processo de diversificação das populações que frequentemente partiram das periferias europeias imediatas (Europa mediterrânica, mais recentemente Europa de Leste; Norte de África) e das ex-colónias, mas que hoje se alarga a muitos outros países. É também importante salientar que, dado que a população autóctone tende a rejeitar as fracas recompensas económicas e o baixo estatuto social associado a trabalhos “sujos, perigosos e difíceis”, são os imigrantes que normalmente desempenham esses papéis, uma vez que por manterem como sociedades de referência os seus países de origem (pelo menos no período inicial), as condições económicas deficientes e a posição na hierarquia social são desvalorizadas (Peixoto, 2008).

Como sugere Stuart Hall (2006), ao exercerem uma atração quase irresistível para muitas pessoas, as cidades do mundo ocidental desenvolvido parecem funcionar como ímanes para os migrantes. Para este autor, as migrações são cruciais pelo papel que desempenham na transformação nos imaginários urbanos. A partir do reconhecimento da existência de uma relação dialética entre a forma como as cidades são imaginadas e a forma como são vividas, defende também que é justamente pelo facto de materializarem as relações sociais no espaço que as cidades são fortemente transformadas pelos fluxos migratórios.

Por ser difícil negar o aumento dos fenómenos de segregação na maioria das cidades europeias, sobretudo nas cidades mediterrânicas onde Portugal se inclui (Guerra, 2008), a

crescente visibilidade e presença do “outro” implica necessariamente uma renegociação e/ou reconstrução da alteridade e faz (re)emergir o ameaçador espectro da discriminação, da xenofobia e do racismo.

A diversidade étnica, social e cultural trazida pelas migrações está, assim, a mudar as paisagens urbanas das cidades contemporâneas e a intensificar o seu carácter culturalmente heterogéneo. O entrecruzar das transformações económicas acima referidas com as dinâmicas culturais² que agora descrevemos parece explicar a urbanização da injustiça, ou seja, a produção da *cidade injusta*. É importante notar, porém, que ao falarmos de injustiça não o fazemos a partir de uma perspetiva universalista, abstrata, individualista e de tipo redistributivo, na boa tradição do pensamento liberal. Ao invés, fazêmo-lo num sentido que pensamos ser simultaneamente mais amplo e mais profundo pois, não sendo as cidades planícies isotrópicas, como já vimos, mas sim espaços sociais complexos, profundamente enrugados e assimétricos, consideramos que a inscrição sócio-espacial da injustiça é sempre relacional, concreta e situada.

Se *a cidade é injusta*, como defendemos, então a injustiça não pode ser compreendida a partir de uma perspetiva descontextualizada que negligencie e/ou ignore a sua inscrição social, temporal e espacial, em suma, a sua geografia. Tal como sugere Iris Marion Young (1990), os sujeitos pertencem, independentemente de terem ou não disso consciência, a determinados grupos sociais (especialmente inscritos) e é a partir destes que se devem procurar compreender as diferentes expressões da injustiça ou, como propõe esta autora, as múltiplas faces da opressão e da dominação. A injustiça, acrescenta, vai para além de uma imperfeita e desigual redistribuição de riqueza, rendimento e outros bens materiais.

Como tem mostrado Nancy Fraser (2002, 2005), redistribuição e reconhecimento estabelecem entre si uma relação dialética. Por um lado, diz ela, pode ser negada às pessoas uma participação plena na sociedade devido à existência de estruturas económicas que não oferecem os recursos necessários à interação social (classe – dimensão económica); por outro, a existência de hierarquias culturais institucionalizadas pode fazer com que essa interação social não ocorra num plano igualitário (estatuto – dimensão cultural).

Assim, *a cidade é injusta* porque, como vimos anteriormente, ao ser produzida na

² Evidentemente, as dinâmicas culturais não decorrem única e exclusivamente dos movimentos migratórios *strictu sensu*, mas sim de um aumento generalizado da mobilidade e de uma acentuada compressão espaço-temporal. No entanto, no âmbito deste estudo, privilegiamos o papel desempenhado pelas migrações, enquanto expressão de mudança cultural, nos processos de transformação urbana.

ótica do capital e não na dos cidadãos, algumas das suas segregações parecem corresponder à inscrição sócio-espacial de constrangimentos institucionais económicos e culturais que tornam mais difícil a construção das «condições institucionais necessárias para o desenvolvimento, bem como para o exercício de capacidades individuais, de comunicação e cooperação coletivas» (Young, 1990: 39).

Todavia – e isto conduz-nos ao segundo pressuposto – *a cidade é uma construção social*. Apesar de hoje a lógica de produção da cidade enquanto mercadoria prevalecer, como legado do desenvolvimento histórico do capitalismo, não existe nenhum fatalismo determinista nem nenhuma mecânica causal pre-determinada subjacentes a tal trajetória. Na verdade, a cidade é um processo, um espaço social indissociável das múltiplas experiências humanas em constante devir, um «espaço que pode continuamente moldar-se e acomodar-se, mas deixando continuamente as marcas da sua transformação» (Negro e Carvalho, 2010: 7).

Assim, sendo a cidade uma construção sócio-espacial dinâmica e provisória, resultante de uma geometria variável do poder, aquilo que podemos dizer com alguma segurança é que a configuração actual desta mesma geometria é profundamente assimétrica e tende a espelhar os interesses dos grupos sociais económica e culturalmente dominantes. Desse ponto de vista, a cidade é, na melhor das hipóteses, uma coordenada localizada num espaço abstrato (cartesiano) que apresenta características importantes para a acumulação de capital, levando a que as preocupações e necessidades humanas sejam substituídas pelas da propriedade, do lucro e das vantagens competitivas (Friedmann, 1995).

Contudo, a dimensão básica da mudança urbana, como, aliás, sugere Castells (2003), assenta no antagonismo e na tensão existentes entre diferentes grupos, classes sociais e atores históricos relativamente aos significados do mundo urbano, à relação entre forma espacial e estrutura social e ao destino das cidades. Na cidade, sublinha Carlos (2010: 181), «se produz e se vive, como conflito, a contradição entre necessidades e desejos da realização da vida e as necessidades sempre renovadas da reprodução do capital e do poder que o sustenta». Em suma, o mundo urbano funciona como um lugar importante para a revolta e a ação política (Amin e Thrift, 2004; Harvey, 2012; Lees, 2004). Consequentemente, e retomando a ideia que pensamos transmitir com o nosso segundo pressuposto, a cidade pode (e deve) ser compreendida enquanto espaço eminentemente político, isto é, lugar e palco da cidadania. Com efeito, possuindo raízes etimológicas partilhadas – *civitas* – cidade e cidadania emergem, na tradição do pensamento ocidental, como termos e realidades interligadas

expressando, simultaneamente, um modo de habitar e uma forma de participar e intervir no mundo (Cabral, 2009; Capel, 2003; Cardoso, 1972; Ferreira, 2000; Nawratek, 2011; Silva *et al.*, 2008).

A questão da cidadania implica necessariamente uma problematização dos conteúdos que a expressão traduz, sendo manifestamente impossível fixar-lhe um conteúdo único e definitivo (Isin, 2005; Pinsky e Pinsky, 2003). Não obstante, como salientaram Bernhard Giesen e Klaus Eder (2001), existem dois aspetos constitutivos da cidadania que parecem estar presentes em muitas das suas variações e matizes histórico-geográficas. Por um lado, a cidadania implica a existência de antagonismos, relações de poder assimétricas e conflituantes cujo desfecho conduz invariavelmente a uma ampliação do horizonte de possibilidades cidadãs e concomitante expansão da sua base jurídico-formal (ver Martins, 2009). Por outro, está frequentemente associada a um vasto conjunto de atitudes, envolvimentos e práticas cívicas e políticas, espelhando a importância de uma narrativa mitológica fundacional assente num modelo da cidade-Estado grega profundamente relacionado com as virtudes de cidadãos ativos que, coletivamente, corporizavam uma comunidade política autónoma e ativa – a *polis*.

Vera Chouinard (2009), por seu turno, enfatizou o facto da cidadania designar uma forma particular de existência política, um determinado posicionamento no quadro de relações de poder, que envolve a reivindicação, o exercício e a contestação de obrigações, direitos e atribuições, bem como formas diversas de envolvimento e articulação com as instituições que constituem e governam as diferentes comunidades políticas.

Efetivamente, a cidadania não se encontra cristalizada. É dinâmica, com fronteiras flexíveis e porosas, e tende a refletir transformações sociais e políticas mais vastas. Como assinala Michael Saward (2006), novas perspectivas, discursos e práticas impelem-nos a repensar as fronteiras da cidadania e a expandir o seu raio de acção, a reorientar o nosso olhar para novas expressões de cidadania (ex: edificadas a partir de dimensões como o género, ambiente, o consumo ou a idade), ponderar melhor aquilo que podemos esperar dessas renovadas agências cívicas e políticas e como compreendê-las, apesar da sua crescente complexidade.

Embora reconheçamos que existe uma tensão entre a cidadania de *jure* e a cidadania *de facto*, a nossa abordagem leva-nos a colocar o enfoque sobre esta última pois acreditamos que, nas mais das vezes, e o registo histórico parece corroborar esta nossa opção, sendo a partir dela que o conjunto de direitos e obrigações que configuram a cidadania *de jure*,

ganham corpo, se expandem e desenvolvem.

Assim, tendemos a considerar, na esteira de Jordi Borja (2003), que a cidadania é uma conquista (permanente e quotidiana), um processo que deve ser exercido pelos seus próprios protagonistas, e não um estatuto atribuído por uma autoridade investida desse poder. José Barata-Moura (2003: 94), com efeito, faz notar que a cidadania «não é uma categoria em abstrato fixada de uma vez por todas que, fora – acima ou à margem – das vicissitudes da história haja de constituir-se ora como mensurador de classificações a carimbar (por regra) em outrem, ora como paradigma acabado objecto de mera imitação», ao invés, sublinha, a cidadania «transporta também consigo um horizonte de futuro: isto é, um escopo de transformações a empreender» (*ibid.*).

Por outro lado, concebemos também a cidadania de forma plural e heterogénea, dado que remete para múltiplos lugares de enunciação (polifonia), cujas expressões concretas lhe vão dando corpos e sentidos distintos a cada momento (Araújo, 2007; Lister, 2001). Aliás, é justamente devido à sua grande complexidade (por vezes ambígua e contraditória) que consideramos importante não esquecer que a cidadania se vincula constitutivamente a um processo social (e espacial) de emancipação humana. Mais concretamente, considera-se que a cidadania é profundamente incompatível com quaisquer expressões de opressão, dominação, discriminação e autoritarismo.

Um tal entendimento, integrado e agregador, permite-nos lidar de uma forma adequada e positiva com a crítica dirigida à ideia (liberal) de cidadania por Karl Marx (1843/1997) em *Para a Questão Judaica*, designadamente o facto desta ser uma abstracção jurídica que, no limite, constituindo-se enquanto emancipação política, obstaculiza uma verdadeira e plena emancipação humana, fortalecendo, isso sim, a atomização e a alienação relativamente aos fundamentos materiais da existência social. Constituindo a noção liberal de cidadania, porventura a narrativa dominante, frequentemente edificada a partir do ensaio fundador de Thomas Humphrey Marshall (1950/1992), não é, no entanto, este, o nosso entendimento, embora consideremos que existe, de facto, no processo de construção da cidadania, uma potência transformadora que Marx desvalorizou e que, pelo contrário, nós gostaríamos de afirmar (ver Dias, 2011; Wolff, 2003).

À luz destes breves apontamentos, concebemos a cidadania, fundamentalmente, como uma emanacção da sociedade, uma activação das agências cívicas e políticas concretas que nela ganham forma e que a partir dela se projetam (e inscrevem) geograficamente (Glasius *et*

al., 2004; Holston, 2008; Holston e Appadurai, 1999; Isin, 2002a; Isin e Nielsen, 2008; Maia, 2010; Painter e Philo, 1995; Pinto, 2004; Staeheli, 2003; Staeheli e Thompson, 1997). Vista na ótica de uma teoria urbana crítica, a cidadania ganha corpo a partir de múltiplas constelações de instituições, organizações, movimentos, agentes e práticas que procuram transformar a *cidade injusta* ao mesmo tempo que nos recordam a todo o momento que a *cidade é uma construção social*. Neste trabalho, porém, como já tivemos oportunidade de explicar anteriormente, colocamos o enfoque sobre expressões e/ou manifestações de cidadania nas quais a arte desempenha um papel instrumental.

Efetivamente, a arte sempre teve utilidade para alguém, dizem-nos os membros do *Laboratory of Insurrectionary Imagination* (2010), numa publicação intitulada *A User's Guide to the Impossible*. Enquanto mercadoria circunscrita aos limites do mercado, aliás, a arte torna-se fundamentalmente um amplificador estético dos valores dominantes. Mas, asseguram-nos, pode olhar-se a arte de uma outra forma, nomeadamente, colocando o enfoque sobre a arte que escapa às regras, normas e convenções do mundo artístico e se transforma num processo coletivo de criatividade instituído a partir da materialidade (sócio-espacial) da vida quotidiana.

A trama que se entretetece entre cidadania e arte remete, assim, para uma libertadora negação da arte-mercadoria, para a existência de envolvimentos, práticas e intervenções cívicas e políticas emancipatórias que, através da arte, procuram transformar o mundo. Vista sob esse prisma, que é, aliás, o nosso, a arte contribui decisivamente para problematizar e reflectir criticamente a hegemonia dominante, questionando a autoridade, fomentando a dissidência e contribuindo para tornar visível o que o consenso dominante tende a obscurecer, subalternizar ou ignorar (Mouffe, 2007; Selz, 2006). Por outras palavras, visa dar uma voz àqueles que se encontram silenciados pela hegemonia existente e, ao subvertê-la, contribuir para a construção de imaginários sociais alternativos e novas subjetividades políticas.

Na mesma linha, Danielle Fox (2001), assinala que, justamente por operar na esfera pública, reflectindo assim a sua capacidade para a partilha de experiências, ideias e emoções, a arte pode funcionar como veículo de comunicação das mensagens geradas pelas organizações, movimentos e cidadãos que a ela recorrem. Ao interpelar criticamente audiências e públicos, pode (potencialmente) influenciar a forma como estes lidam com determinadas questões. Como relembra Jacques Rancière (2004, 2009), a arte crítica procura aumentar a consciência dos mecanismos de dominação e opressão, de modo a tornar os

sujeitos envolvidos nos processos artísticos agentes conscientes da transformação do mundo.

Evidentemente que a consciencialização, ainda que importante, não traduz necessariamente uma dinâmica transformadora. Não obstante, convida-nos a vislumbrar aquilo que, por estar quotidianamente naturalizado, escapa a considerações críticas e a resistências activas. Mais do que designar o exercício ou a luta pelo poder, a convergência e articulação (sinérgica) da cidadania e da arte configuram um espaço de construção e reconhecimento de sujeitos políticos, um espaço que, como refere Silvina Rodrigues Lopes (2011: 50) «luta por existir, luta fora do poder, do agir programável».

Dado que o discurso dominante sobre a arte, como defende Boris Groys (2008), porventura de um modo excessivamente redutor, é incapaz de reconhecer a arte produzida no quadro de quaisquer outros espaços que não os do mercado, é justamente quando esta é feita na orla e sobretudo para além desses mesmos espaços que se torna politicamente efectiva. Não obstante, como assinalou Fredric Jameson (1991), um dos problemas centrais da arte política no capitalismo é a cooptação. Na verdade, constata Anselm Jappe (2012: 136), nunca, como hoje, a função social da arte foi tão reduzida e a sua existência tão marginal, traduzindo «a sua total falta de peso na vida colectiva».

Como o capitalismo se alimenta da criatividade, da novidade e daquilo que é inovador, existe sempre a possibilidade de qualquer expressão de cidadania através da arte poder ser neutralizada, incorporada institucionalmente e instrumentalizada, em última análise, completamente pacificada e destituída da sua componente crítica, ou seja, despolitizada (Jackson, 2011; Mouffe *et al.*, 2001). Por isso, é importante salientar mais uma vez que, independentemente das formas assumidas (ex: música, artes visuais, artes performativas, literatura), é a função cidadã da arte que nos interessa.

Temos, portanto, uma visão eminentemente funcionalista da arte, uma concepção partilhada por figuras tão relevantes quanto Picasso, para quem a pintura era um instrumento de guerra, ou Bertolt Brecht, que via a arte não como um espelho da realidade mas sim como um martelo para a transformar (Selz, 2006). Esta abordagem traduz também uma rejeição de concepções românticas da arte – a arte pela arte – focadas nos rasgos de génio do artista, no seu talento e inspiração, em suma, a arte pura (Mattick, 2003). Ao invés, não concebemos a arte como uma actividade autónoma, independente e separada da vida humana (ver Bradley e Esche, 2007).

À semelhança de Boyan Manchev (2011: 31-32), consideramos que «tem de se evitar

coroar a arte com uma auréola romântica; tem de se evitar mistificá-la enquanto esfera pura, anhistórica, da acção humana (...) a arte não é um horizonte salutar extramundano; ela já está sempre no mundo. A arte está exposta às forças do mundo, transformando-se também numa delas». Assim, ao colocar o enfoque sobre a tensão dialética que se estabelece entre cidadania e arte recusamos propositadamente, tal como Randy Martin (2006a), cavar um fosso profundo entre arte e política. Pelo contrário, é nesse ponto de confluência que, a partir de uma abordagem eminentemente geográfica, desenvolvemos a nossa investigação.

Com efeito, é com base nos dois pressupostos que agora esboçámos – *a cidade é injusta e a cidade é uma construção social* – que a presente investigação se desenvolve. A sua realização foi impulsionada por um conjunto de preocupações, dúvidas e inquietações decorrentes, por um lado, do nosso próprio posicionamento ético-político face às geografias urbanas do capitalismo contemporâneo, profundamente marcadas por processos de segregação que (re)inscrevem socio-espacialmente a injustiça. Por outro lado, é também resultante do percurso que temos vindo a trilhar no mundo da investigação geográfica.

Desde há alguns anos a esta parte, temos trabalhado questões que entrecruzam as três dimensões – urbana, política, cultural – que agora procuramos fazer convergir buscando uma compreensão mais integrada (André e Carmo, 2010; André *et al.*, 2013; Carmo 2011a, 2011c, 2012). Evidentemente, posicionamento e caminho percorrido espelham, como não poderia deixar de ser, a curiosidade e o fascínio que sentimos relativamente às dimensões em causa.

Para além disso, esta investigação é também motivada pela constatação da existência daquilo que nos parece ser uma importante fragilidade presente na geografia humana portuguesa atual, designadamente, a inexistência de um amplo espaço para as geografias críticas (marxista, anarquista, feminista, pós-colonial, etc.), à semelhança do que se verifica noutros lugares da constelação académica global (Bloomley, 2006, 2007, 2008; Clough e Blumberg, 2012; Harvey, 2006). O panorama nacional, para o qual contribuem o posicionamento semi-periférico da geografia (portuguesa) no quadro da investigação social e um excessivo empirismo ao nível da investigação (Carmo e Aurindo, 2011; Malheiros, 1998a), parece-nos apresentar esta lacuna. Desse modo, desejamos também que este estudo possa contribuir para o desenvolvimento da geografia crítica no contexto nacional.

Por último, e subjacente a esta última ambição, este trabalho foi também motivado pela necessidade de constituir ele mesmo um instrumento de cidadania, um contributo activo para a transformação de espaços urbanos que, no quadro da Região Metropolitana de Lisboa,

consideramos injustos. Acreditamos que os resultados desta investigação poderão ser úteis para a atividade desenvolvida pelo Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa e para os espaços onde ele se desenvolve, não só porque ajudarão a compreender a organização num quadro mais alargado, mas também porque procuram dar voz aos seus protagonistas, dignificando assim o esforço e o comprometimento que colocam no trabalho que têm vindo a desenvolver nos últimos anos.

Para além disso, e já como justificação para a sua realização, consideramos que em contextos de crise como o actual, no qual somos quotidianamente confrontados com os limites, as contradições e as perversidades do capitalismo e da sua configuração neoliberal, é pertinente reflectir criticamente sobre as possibilidades e os limites da construção de alternativas. A arte, como assinala Derek Allan (2009), é uma das respostas encontradas pela humanidade para lidar com a sua própria irrelevância, sobretudo quando se dá conta de que a sua presença parece não ter qualquer significado para a determinação da realidade. Ao colocar o enfoque no nexos cidadania-arte, esta investigação questiona e problematiza essas mesmas possibilidades e limitações, procurando valorizar a capacidade humana para intervir e transformar o mundo. Afinal de contas, *a cidade é uma construção social*.

Por outro lado, e não querendo ser exaustivos, é importante referir que a investigação sobre cidadania em Portugal tem sido sobretudo feita a partir da sociologia (Albuquerque, 2013; Cabaço e Carvalho, 2011; Cabral, 2000, 2011, 2014; Fernandes, 2009; Mendes, 2004; Santos, 1991), da antropologia (Pais, 2005), da ciência política (Carvalhais, 2006; Espada, 1995; Pintasilgo, 1998; Pureza, 1998), da política pública e do serviço social (Branco, 2009; Guerra, 2002) e das ciências da educação (Lima, 2005). Com efeito, é sobretudo a partir de uma perspectiva pedagógica e educativa que a geografia tem abordado esta matéria (Cachinho e Reis, 1991; Costa, 2011; Esteves, 2010; Reis, 2000). Ao escapar a esta tendência, este trabalho procura também explorar novas possibilidades de convergência, novos caminhos, em suma, novas geografia(s) da cidadania.

Para responder de forma adequada às questões com que iniciámos este capítulo introdutório, consideramos importante a prossecução do seguinte conjunto de objectivos: i) enquadrar a análise empírica – elaborar um esquema teórico-metodológico que ajude a compreender de modo integrado e sistémico os três campos analíticos deste projeto, nomeadamente a cidade (segregação urbana como processo injusto), a cidadania (política em ato) e a arte (instrumento de cidadania); ii) delinear os contornos do Teatro do Oprimido

enquanto instrumento de cidadania e identificar as suas principais características; iii) reconstituir e explicar a inscrição sócio-espacial e o desenvolvimento do Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa; iv) caracterizar económica, cultural e politicamente o Alto da Cova da Moura e o Vale da Amoreira; v) dar voz aos jovens protagonistas – DRK e ValArt –, analisando as suas experiências e práticas, procurando assim compreender o modo como se tornam sujeitos políticos, construindo a cidadania (através da arte).

Evidentemente, qualquer processo de investigação, e este não foge à regra, é marcado um conjunto de limitações, mais ou menos severas, que fazem com que o resultado final seja diferente daquilo que inicialmente se havia idealizado. A este respeito, parece-nos importante sublinhar desde já alguns aspetos que, do nosso ponto de vista, limitaram a realização do presente estudo e a que mais tarde regressaremos de modo mais aprofundado.

Por um lado, a sempre necessária aprendizagem mútua – discursos, práticas, conceitos – que se estabelece entre os principais intervenientes num projeto de investigação, revelou-se bastante mais exigente e morosa do que à partida havíamos planeado. Na verdade, o esforço de tradução do conhecimento científico em conhecimento do senso comum, para usar a formulação mais usual, nem sempre foi bem conduzido.

Ao nível do trabalho extensivo, assente na aplicação de um inquérito por questionário em cada um dos bairros estudados, houve dificuldades na constituição das equipas para proceder ao trabalho de campo e alguma instabilidade na sua composição. Com os grupos comunitários, houve a necessidade de desenvolver um envolvimento intensivo que nos permitisse aproximar dos jovens neles envolvidos. Ora como nos mostrou Teresa Vasconcelos (2000) existe uma tensão, sempre difícil de negociar, entre a crescente aceleração, dispersão e fragmentação do mundo contemporâneo e a temporalidade lenta e atenta exigida por um trabalho de tipo etnográfico como é o nosso.

Mais, enquanto geógrafos que procuram simultaneamente produzir conhecimento socialmente útil e não se colocar acima e à margem das realidades sócio-espaciais que investigam – rejeitando a existência de um conhecimento universal privilegiado – as problemáticas do posicionamento e da reflexividade (McDowell, 1992; Nilan, 2002; Rose, 1997; Valentine *et al.*, 2001), da colonialidade (Maldonado-Torres, 2007; Mignolo, 2007; Pulido, 2002), das relações entre investigação e ativismo (Santos, 2006), entre outras, estiveram permanentemente presentes de uma forma consciente. Embora possam tornar mais complexo o trabalho que agora apresentamos, fizeram parte de um risco calculado,

inteiramente assumido, pois consideramos que a construção de um “conhecimento prudente para uma vida decente” (Santos, 2003a) assim o exige.

Por fim, apesar dos nossos esforços de sentido contrário, importa também sublinhar uma limitação adicional, nomeadamente, a excessiva dependência da produção científica de origem anglo-americana que caracteriza este estudo. Apesar do inglês ser hoje a *lingua franca* do conhecimento científico, havendo até quem assinale a existência de uma certa hegemonia anglo-americana (ver Aalbers, 2004; Aalbers e Rossi, 2006; Garcia-Ramon, 2003; Kitchin, 2005; Peake, 2011), consideramos que a nossa incapacidade para superar satisfatoriamente esta barreira linguística é uma limitação importante, sobretudo, porque nos impede de aceder a outras tradições do pensamento geográfico que, eventualmente, podem abordar doutro modo as problemáticas que aqui estão em análise.

Este estudo está organizado em dois atos, intercalados por um interlúdio. O primeiro, constituído por três capítulos, corresponde, no essencial, ao quadro teórico que enquadra a componente empírica da investigação e lhe serve de referência analítico-interpretativa. Nele expandimos e aprofundamos os argumentos que agora apenas aflorámos. Assim, no primeiro capítulo, debruçamo-nos sobre a cidade, colocando o enfoque sobre as relações que se estabelecem entre (in)justiça e segregação urbana. Começamos por sintetizar as principais ideias-força em presença no atual debate sobre a (in)justiça no pensamento urbano-geográfico para, logo depois, nos intrometermos no fecundo diálogo estabelecido entre Iris Marion Young e Nancy Fraser em torno da ideia de (in)justiça. Seguidamente, aventuramo-nos numa viagem ao(s) mundo(s) da segregação urbana, examinando as principais perspetivas usadas para estudar este processo, as suas causas e efeitos. No segundo capítulo, exploramos a cidadania, enquanto política em ato, numa ótica eminentemente geográfica. Fazêmo-lo a partir de três perspetivas complementares – espaços, escalas, sujeitos políticos – a partir das quais procuramos lançar pistas teóricas para a discussão ulterior do caso de estudo. Por fim, no terceiro capítulo, direcionamos a nossa atenção para a arte, enquanto instrumento de cidadania, começando por colocar em evidência aquelas que nos parecem ser duas das tendências mais significativas da arte contemporânea, designadamente, a mercadorização e a neutralização. Seguidamente, examinamos o campo mais restrito da arte social e política, dando por encerrado o capítulo com uma breve abordagem ao caso específico do teatro.

Como não podia deixar de ser, aproveitamos o interlúdio para delinear as coordenadas metodológicas que servem de base à investigação empírica propriamente dita. Começamos

por explicar os motivos pelos quais esta investigação se baseia num caso de estudo e, depois, apresentamos os instrumentos, as técnicas e o itinerário metodológico seguido. O quarto capítulo é, pois, um momento de transição entre os dois atos que constituem este trabalho.

O segundo ato, igualmente constituído por três capítulos, corresponde ao desenvolvimento do caso de estudo. No quinto capítulo, investigamos o Teatro do Oprimido enquanto método teatral singular no campo da arte cidadã. Começamos por reconstituir a trajetória (histórico-geográfica) percorrida pelo seu fundador, Augusto Boal, principal responsável pela conceção e desenvolvimento do Teatro do Oprimido. Depois levamos a cabo uma abordagem sistémica e integrada deste método teatral em todo o mundo, colocando o enfoque nos principais protagonistas e contextos. Aproveitamos também a oportunidade para ensaiar uma primeira aproximação ao caso português. Por fim, debruçamo-nos sobre o método teatral criado por Boal numa ótica eminentemente teórica e conceptual, identificando e discutindo os principais temas que são hoje debatidos no seio da sua comunidade de praticantes e pensadores. O sexto capítulo incide sobre o Alto da Cova da Moura e o Vale da Amoreira, enquanto contextos geográficos de referência para o desenvolvimento da nossa investigação. Começamos por descrever, em traços gerais, o processo de desenvolvimento da Região Metropolitana de Lisboa, olhando depois, com maior profundidade, para os bairros de barracas/clandestinos e de habitação social. Examinados os contextos geográficos de um ponto de vista fundamentalmente económico e cultural passamos, depois, para a sua caracterização ao nível das atitudes e práticas de cidadania bem como do posicionamento, produção e consumo cultural dos jovens residentes. No sétimo capítulo, analisamos o Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa, os DRK e os ValArt enquanto principais protagonistas do Teatro do Oprimido na Região Metropolitana de Lisboa. Num primeiro momento, reconstituimos o processo de desenvolvimento do Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa, prestando particular atenção ao papel desempenhado pelos DRK e pelos ValArt. De seguida, com o objetivo de compreender mais profundamente o modo como os jovens protagonistas se tornam cidadãos, através da arte, damos-lhes a palavra para que possam partilhar conosco as suas reflexões acerca das suas experiências pessoais nos respetivos grupos comunitários teatro.

Esta investigação, encerra com um conjunto de (re)considerações finais, em que procuramos interpretar a experiência empírica do Teatro do Oprimido na Região de Lisboa à luz dos processos, tendências e dinâmicas anteriormente discutidos. É justamente neste

capítulo, ao cair do pano, para regressar à temática teatral, que procuramos responder à questão que suscitou a nossa curiosidade geográfica e impeliu a realização deste estudo: como (pode) contribui(r) a cidadania (através da arte) para a construção de cidades mais justas, quais os desafios e limites que enfrenta? Porém, antes de darmos início ao primeiro ato, consideramos importante delinear os pilares epistemológicos sobre os quais se edifica, e a partir dos quais se deve interpretar, toda a nossa investigação. Trata-se de apresentar a geografia urbana crítica tal qual a concebemos, hoje, aqui e agora. Avancemos, pois.

0. De uma geografia urbana crítica como ponto de partida

O mundo é formado não apenas pelo que existe, mas pelo que pode efetivamente existir

Milton Santos

Enquadrado no grande domínio da geografia humana, como já havia sido dito anteriormente, este estudo resulta de um processo de investigação que gostaríamos de situar no campo mais restrito de uma geografia urbana crítica assente em dois pressupostos – *a cidade é injusta / a cidade é uma construção social* – sobre os quais se edifica o quadro teórico (epistemológico) de referência. O nosso principal objetivo neste capítulo é trazer para a superfície as raízes éticas, políticas e ontológicas em torno das quais este projeto de investigação ganhou corpo, revelando aquilo que, em muitos casos, permanece oculto ou é silenciado. Evidentemente, procuramos fazê-lo a partir de uma visão eminentemente geográfica, não se tratando aqui de uma reflexão filosófica em sentido estrito, mas sim de um processo heurístico e construtivista, de revelação e descoberta, que visa sobretudo informar, enquadrar e orientar a presente investigação.

Neste sentido, começaremos por apresentar algumas das características gerais inscritas na configuração da geografia urbana crítica adotada neste estudo e relativamente à qual, gostaríamos de evidenciar, desde já, um olhar marcado pela humildade necessária à leitura de qualquer proposta que, à semelhança daquela que aqui apresentamos, não pretende afirmar-se enquanto expressão última, definitiva e acabada mas tão somente enquanto projeto em desenvolvimento, formulação incompleta e parcial que assume plena e imodestamente a sua “douta ignorância” (ver Santos, 2008). Depois, debruçamo-nos sucintamente sobre cada um dos pressupostos acima enunciados. O primeiro – *a cidade é injusta* – permite-nos aprofundar e clarificar algumas questões relacionadas com a reflexividade e o posicionamento do autor, em suma, com a orientação ético-política que preside a este estudo. O segundo – *a cidade é uma construção social* – remete, por sua vez, para a perspectiva ontológica sócio-espacial subjacente à presente investigação, oferecendo-nos por isso a possibilidade de explorar alguns dos seus aspetos mais significativos e definidores. Apesar da distinção estabelecida, consideramos que ambos os pressupostos devem ser vistos de um modo integrado e relacional, pois só assim a geografia urbana crítica tal qual a concebemos neste trabalho e à luz do qual este deve ser lido, pode formar um todo coerente.

Do nosso ponto de vista, a geografia urbana crítica encontra o seu espaço próprio de desenvolvimento no seio da vasta constelação de conhecimentos, saberes e experiências que constituem aquilo que se pode designar como teoria crítica (ver Calhoun, 2001; Moss *et al.*, 2002). Em termos gerais, consideramos, na pegada de Boaventura de Sousa Santos (1999: 197), que esta é, muito simplesmente, «toda a teoria que não reduz a “realidade” ao que existe», visando, assim, a partir da crítica daquilo que nos é empiricamente dado a conhecer, compreender e avaliar o conjunto de alternativas existentes. Ao contribuir para a (re)construção do horizonte de possibilidades que o processo investigativo impulsiona, a teoria crítica reivindica também a necessidade de intervir no mundo porque é assim que nos tornamos capazes de «conceber realidades alternativas àquela que conhecemos, que poderão vir a existir através de práticas políticas, sociais e culturais que aliem a denúncia do que é considerado injusto, intolerável ou opressivo à construção dos movimentos sociais, instituições, subjectividades e práticas conducentes a transformações de sentido democrático e emancipatório» (Nunes, 1998/99: 16).

A nossa abordagem procura pois recuperar o sentido e significado originais da crítica e resgatá-los para os dias de hoje, à semelhança do exercício recentemente levado a cabo por José William Vesentini (2009). Nele, de um modo que acompanhamos, questiona-se a usual conotação negativa da crítica – enquanto censura, condenação e/ou julgamento desfavorável – e reafirma-se o seu significado etimológico primordial (do grego *kritikòs*) enquanto ato de exame e/ou julgamento que implica um momento de reflexividade esclarecida (mas não distanciada) assente na identificação dos fundamentos, limites e contradições daquilo que é estudado. Ao mesmo tempo, o lugar da crítica na nossa perspetiva está também associado a «um engajamento em algum projeto de libertação que amplie o espaço da democracia, que combata todas as formas de dogmatismo e de autoritarismo (...) [a uma contribuição] para a liberdade e a igualdade dos seres humanos, e nunca algo que justifique ou legitime qualquer tipo de ditadura, de autoritarismo ou de totalitarismo, de privilégios, de racismo ou de preconceitos» (*ibid.*: 36-37).

Num artigo provocatoriamente intitulado *Uncritical critical geography?*, Nicholas Blomley (2006) coloca em evidência um conjunto de características comuns a muitos dos estudos situados na esfera de influência da geografia crítica, nomeadamente: i) a orientação emancipatória, libertadora e contestatária, não reformista; ii) o comprometimento teórico, o pluralismo e sincretismo conceptuais e a rejeição do empirismo, do positivismo e da “ciência

neutra”; iii) a abertura aos imaginários e representações como espaços de injustiça e dominação mas também de resistência e alternativa; iv) a confiança na capacidade de superação da alienação através da auto-educação reflexiva e das práticas progressivas e emancipatórias; v) a ligação profunda aos mundos do ativismo, da dissidência e da cidadania (ver Leitner e Sheppard, 2003).

Mais recentemente, Neil Brenner (2012), regressando aos fundamentos da Escola de Frankfurt, leva a cabo um exercício em torno da teoria urbana crítica, identificando um conjunto de quatro proposições-chave (mutuamente constituídas) que lhe dão corpo, designadamente: i) a teoria urbana crítica é teoria – pois assenta no primado da reflexão teórica acerca das dinâmicas urbanas existentes no capitalismo e não no desenvolvimento de fórmulas privilegiadas ou guias estratégicos para a transformação sócio-espacial imediata; ii) a teoria urbana crítica é reflexiva – pois baseia-se no pressuposto de que o conhecimento acerca de questões urbanas é situado (sendo liminarmente rejeitados quaisquer pontos de vista que afirmem estar acima e/ou fora dos contextos histórico-geográficos em que existem e das suas influências) e mediado através de relações de poder assimétricas (colocando-se o enfoque nas contradições, oposições e antagonismos existentes entre diferentes formas de conhecimento e saber); iii) a teoria urbana crítica rejeita a lógica da racionalidade instrumental – negando formas de análise e produção de conhecimento mecanicamente instrumentalizadas, tecnocráticas e orientadas para o mercado que promovem a preservação e reprodução das cidades existentes, exigindo, por contraposição, a vigilância atenta e interrogação constante das finalidades do conhecimento produzido sendo, por isso, eminentemente normativa; iv) a teoria urbana crítica sublinha a tensão entre o existente e o possível – pois preocupa-se com a “descoberta” e investigação das possibilidades alternativas e estratégias emancipatórias de urbanização que se encontram latentes nas cidades contemporâneas, não se esgotando na investigação e crítica das dinâmicas urbanas de exclusão, opressão e injustiça existentes no capitalismo neoliberal.

Não é incomum minimizar, desvalorizar e, no limite, considerar absolutamente irrelevante a teoria urbana crítica, sob o argumento de que ela se encontra completamente desligada da “realidade” concreta e das necessidades mais urgentes que exigem soluções imediatas. Sobretudo na geografia humana, disciplina que atribui um grande relevo à dimensão mais aplicada e instrumental do conhecimento, esta constatação elementar parece-nos justa e, por isso mesmo, a necessitar de contraditório. Peter Marcuse (2010), por exemplo,

enumera cinco grandes motivos que tornam a teoria urbana crítica relevante numa ótica eminentemente prática, designadamente: i) a sua capacidade para alcançar as raízes estruturais e sistémicas dos problemas urbanos (“desnaturalizando-os”) bem como as suas interligações económicas, culturais e políticas e determinar a configuração e posição relativa das diferentes forças em presença; ii) o efeito de lançar alguma luz sobre possíveis estratégias organizacionais, identificando possíveis parcerias, alianças e interesses comuns a partir dos quais se possam delinear objetivos de médio-longo prazo; iii) o facto de ir para além da mera avaliação e análise técnicas, auxiliando a interpretação abrangente dos prós e dos contras de diferentes propostas programáticas à luz da experiência histórica e das consequências das ações levadas a cabo pelos diferentes protagonistas; iv) a minimização das possibilidades de cooptação do protesto pelos poderes institucionais-formais, com a sua orientação eminentemente tecnocrata e programática; v) a função de auxiliar a politização das lutas sociais, sublinhando as suas implicações de médio-longo prazo e robustecendo a capacidade de confrontação no plano ideológico a partir do qual a resistência à crítica tende a ser mais intensa (distorcendo factos e princípios).

Por seu turno, Kurt Iveson (2010b), porventura incorrendo numa excessiva simplificação, colocou em evidência uma tensão que se estabelece entre as abordagens urbanas críticas (centradas na revelação e denúncia das relações urbanas marcadas pela injustiça) e as abordagens mais usuais (que colocam o enfoque nos desvios relativamente a determinados padrões de “normalidade”). Efetivamente, quando não alarga o horizonte de possibilidades urbanas alternativas, nem se desloca o seu foco para a formulação de propostas de esperança num mundo urbano mais justo, o momento crítico, sem dúvida fundamental, sublima um processo investigativo e fica aquém das suas reais capacidades. Por isso, na esteira de Iveson, consideramos que a superação desta limitação passa por privilegiar, nunca de um modo celebratório e superficial, o estudo de pistas ou indícios da existência de processos urbanos (aparentemente) alternativos, de resistência e antagonismo, que já hoje existam nas cidades contemporâneas. A este respeito, não podemos deixar de salientar a forte influência que exerceram sobre o nosso pensamento teórico alguns contributos-chave, tais como os provenientes das “utopias reais” (Wright, 2010), da “sociologia das emergências” (Santos, 2003b, 2006) ou das “artes de resistência” (Scott, 1990). Na geografia urbana crítica, tal qual a entendemos, os momentos de crítica, por um lado, e os momentos de revelação, proposta e afirmação construtiva das alternativas urbanas existentes, por outro, não sendo

mutuamente exclusivos, devem encontrar-se umbilicalmente ligados, estabelecendo entre si uma relação de grande cumplicidade que, não obstante, é também ocasionalmente marcada por alguma incomodidade e/ou desconforto.

O primeiro pressuposto em que assenta a geografia urbana crítica que preside a este trabalho – *a cidade é injusta* – diz respeito à realidade urbana que somos hoje, enquanto investigadores, capazes de apreender ou melhor, aquela que, como se de um(a) eco(grafia) se tratasse, nos é devolvida após sobre ela projetarmos o nosso posicionamento ético-político atual. Como salienta João Maria André (2009: 7), «hoje, como sempre na nossa história, experimentamos o mundo de muitos modos, com diversificadas cores, em espaços e tempos plurais, com densidades que nos tocam mais ou menos profundamente e a partir de memórias que, ao mesmo tempo que se inscrevem na nossa experiência de mundo, acolhem também na sua constituição os ecos dessas mesmas experiências e os fragmentos da sua dispersão». Por conseguinte, o reconhecimento de que *a cidade é injusta* não esgota o conjunto de significações e texturas (i)materiais constitutivas do mundo urbano contemporâneo. Constitui, no entanto, um retrato que nos interpela de modo tão pungente, vívido e inquietante que não podemos deixar de o considerar enquanto ponto de partida incontornável para o nosso estudo.

Apesar disso, a injustiça urbana não é experienciada de igual modo por todas as pessoas que nela vivem e coletivamente lhe dão corpo, dinâmica e transformação. Como é sobejamente conhecido, existem diferenças significativas no modo como diferentes grupos sociais são influenciados pela injustiça urbana. Não ficando indiferentes a esta realidade, a questão central que nos inquieta é afinal de uma grande simplicidade e, arriscamos dizê-lo, meridiana clareza – de que lado estamos? – E, embora a resposta aparentemente também o seja, a (in)comensurável e paradoxal complexidade do “real”, a natureza “híbrida” da nossa identidade de fronteira enquanto académicos/ativistas (ver Croteau, 2005; Fuller e Kitchin, 2004) e a tensão existente entre os diferentes “lugares” que ocupamos, levam a que nem sempre assim seja.

Assim, quando afirmamos que *a cidade é injusta* estamos plenamente conscientes de que ela é muito mais do que isso. É uma entidade altamente complexa e multifacetada que não se reduz àquilo que nesta investigação optámos por privilegiar a partir de um posicionamento ético-político que, não sendo estático, somos obrigados a “suspender” provisoriamente no âmbito da estratégia de investigação levada a cabo. No entanto, dado o papel central que a (in)justiça nela desempenha, pensamos que não apenas se justifica

plenamente a opção tomada como esta confere maior coerência ao estudo.

Para além disso, esta escolha encerra em si mesma um sistema de valores ético-políticos, o abandono de quaisquer pretensões de neutralidade e a rejeição de um posicionamento analítico exterior à realidade urbana que procuramos investigar. Assim, contrariamente ao que é mais usual – negligenciar, subalternizar, omitir ou (auto)censurar os valores ético-políticos subjacentes à investigação científica – optamos por destacar o importante papel que desempenham neste trabalho. No entanto, como é salientado por Gilian Rose (1997), ao integrarmos na nossa prática investigativa algo – valores ético-políticos – cujos significados nem sempre conseguimos controlar e compreender inteiramente, resta-nos tentar a sua identificação e revelação.

Na verdade, apesar de inscritos na arquitetura da investigação, a existência de sistemas de valores diferenciados, muitas vezes até antagónicos, leva a que nem sempre seja possível definir claramente qual o sistema de valores a privilegiar. Quando isso acontece, porém, devemos optar por aquele que faça mais sentido do ponto de vista do bem-estar e da satisfação das necessidades humanas. É isso que procuramos fazer ao afirmar que *a cidade é injusta*. Deste modo, abandonamos definitivamente concepções relativistas nas quais é atribuída igual validade e capacidade explicativa a todos os sistemas de valores ético-políticos. Ao invés, tomamos como nossa a posição defendida por Marshall Berman (1984: 123) que, ao refletir acerca do papel desempenhado pelos intelectuais de esquerda, dizia o seguinte: «nós, entre todos os movimentos políticos, orgulhamo-nos de prestar atenção às pessoas, de as respeitar, ouvir as suas vozes, preocupar-nos com as suas necessidades, criar laços com elas, lutar pela sua liberdade e felicidade. (Isto é como diferimos – ou tentamos diferir – das classes dominantes e dos seus ideólogos, que tratam as pessoas que governam como animais, máquinas, números ou peças num tabuleiro de xadrez, ou ignoram completamente a sua existência, ou que as dominam lançando-as umas contra as outras, ensinando-lhes que apenas podem ser livres e felizes às custas umas das outras)».

Ao defendermos que *a cidade é injusta*, mostramos não ser indiferentes a todas as pessoas cuja experiência quotidiana de vida urbana é marcada pela opressão, dominação e exploração nem à natureza sistémica, estrutural e institucionalizada dessa mesma condição existencial (e vivencial). Mostramos também uma grande preocupação com a dignidade, o respeito e a humanidade que a muitas pessoas é negada devido às características e dinâmicas inerentes à sua inserção no tecido sócio-espacial das cidades contemporâneas.

Na esteira de autores como Andrew Sayer (2011) ou Bent Flyvbjerg (2001), pensamos até que os valores ético-políticos não são algo que contamina ou ameaça o conhecimento científico, não são meramente subjetivos, dogmáticos ou irracionais, em suma, não são uma redundância ou manifestação de imaturidade e ingenuidade. Na verdade, consideramos que ciência e valores não são mutuamente exclusivos nem antagônicos e que é justamente quando o pensamento normativo (juízo de valor, posicionamento, reflexividade) se afasta do pensamento positivo (descrição, análise, explicação), retirando-lhe as bases de sustentação humana, que quaisquer ideias, conceitos e esquemas de interpretação acerca do mundo se podem tornar mais moralistas e irrealistas.

Efetivamente, em contraposição ao falacioso ponto de vista universal, neutro e objetivo (ver Porto-Gonçalves, 2006), assumimos que o conhecimento que procuramos aqui construir é inextricavelmente situado, contextual e frontalmente contra *a cidade injusta*. Como afirma Ramón Grosfoguel (2008: 119), «todo o conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder (...) a neutralidade e a objectividade desinserida e não-situada da egopolítica do conhecimento é um mito ocidental». Para além disso, acrescenta ainda o autor, é também importante não esquecer que o simples facto do nosso “lugar social” se situar no lado oprimido das relações de poder, não significa que sejamos capazes de sempre e a todo o instante racionalizar e produzir conhecimento a partir dessa mesma posição. Existe uma tensão entre “lugar social” e “lugar epistémico” que não nos propomos evidentemente resolver neste estudo, mas sim sujeitar a uma constante autovigilância crítica que nos impeça de inadvertidamente pensar, escrever e argumentar como se fosse outro o nosso “lugar social” e *locus* de enunciação. Longe de significar a apologia do pensamento essencialista ou de uma mera reconfiguração da lógica do acesso privilegiado ao conhecimento, assumimos esta tensão que nos parece irresolúvel e, por isso, se devem sujeitar a uma constante negociação endógena e exógena. Em suma, trata-se aqui de reconhecer a existência de um conjunto de desafios inescapáveis ligados à incapacidade de transcender inteiramente os lugares sociais a partir dos quais investigamos, que são também aqueles de onde procuramos dar voz a comunidades a que não pertencemos e a pessoas que nos são relativamente distantes (ver Alcoff, 1991-1992).

O segundo pressuposto – *a cidade é uma construção social* – permite-nos, por seu turno, explorar a ontologia sócio-espacial do mundo urbano no duplo sentido em que este, por um lado, se encontra aberto à mudança, caracterizando-se pelo dinamismo e a transformação

constante e, por outro, é produto da ação humana que (i)materialmente o entretece e (re)constrói. Foi justamente essa a preocupação de Edward W. Soja (1980) que, num artigo pioneiro intitulado *The Socio-Spatial Dialectic*, no qual a influência do pensamento de Henri Lefebvre (1968/2012, 1970/2003, 1974/1991) é evidente, refletiu acerca da natureza do espaço (urbano). Nesse trabalho, o autor expressa uma preocupação, que partilhamos, com aquilo que se costuma designar fetichismo espacial, ou seja, a conceção do espaço (urbano) enquanto algo que é autónomo relativamente à história e ação humanas, independente e separado das estruturas, relações e dinâmicas sociais (ver Benno Werlen, 1993). Por vezes, atribuem-se ao espaço poderes e capacidades de causalidade quando, na verdade, pelo menos é esse o nosso entendimento atual, é à ação humana que deve ser imputada a capacidade agencial e transformadora. Efetivamente, a condição eminentemente espacial das múltiplas estruturas e relações sociais, aquilo a que Élvio Rodrigues Martins (2007) chama “fundamento geográfico do ser” e que Ruy Moreira (2004) designa como “geograficidade”, é algo inescapável à existência e desenvolvimento humanos e, por isso mesmo, torna-se fundamental integrar e (re)pensar conjuntamente as dimensões social e espacial.

Tanto ao nível das pré-condições (i)materiais da ação social, como dos seus significados constitutivos ou das suas interdependências contextuais e morfológicas, o espaço reveste, perpassa e influencia (contingentemente) toda e qualquer atividade humana (Sayer, 2000). A cidade, enquanto entidade material e imaterial, física e simbólica, concreta e abstrata, real e imaginária, é pois, uma construção social. Como afirma Soja, «o espaço em si mesmo pode ser primordialmente dado, mas a sua organização, uso e significado é um produto da tradução, transformação e experiência sociais. O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de condições inerentes à vida na terra, do mesmo modo que a história humana representa a transformação social do tempo e da temporalidade» (*ibid.*: 210). Rejeitamos pois a conceção absoluta do espaço urbano como algo que é externo (ou paralelo) à existência humana e independente dela, que existe apenas enquanto recipiente, recinto ou palco (ver Smith e Katz, 1993) no qual a sociedade existe. Na verdade, perspetivamo-lo sempre enquanto algo que, não sendo apenas um mero reflexo da sociedade, pois a partir do momento em que é concebido afeta já aqueles que o geram na medida em que influencia as suas possibilidades de ação, é socialmente construído e se encontra em constante devir. O espaço configura-se, assim, enquanto espacialidade social (ver Schatzki, 1991; Shields, 1991; Simonsen, 1996).

Destacamos também a importância de equacionar sempre as implicações que a passagem do tempo tem na transformação do espaço urbano. A cidade é uma construção social que existe no tempo, não fora dele, o que implica que é simultaneamente o produto da sedimentação (i)material do tempo e uma construção permanentemente inacabada e aberta ao futuro, ou seja, à passagem do tempo. Doreen Massey (1992), por exemplo, salientou o erro de conceber o espaço enquanto algo fixo, em oposição à dinâmica do tempo. Do mesmo modo que o espaço é socialmente construído, também a sociedade é espacialmente construída e isso traduz uma dinâmica de transformação que não corresponde a uma concepção estática do espaço. A transformação do espaço influencia necessariamente o rumo de uma história que está longe de ser a-espacial. Assim, seguindo o raciocínio de Massey (*ibid.*), concebemos a cidade como um produto de complexas e intrincadas relações sociais que operam a todas as escalas espaciais (do local ao global) e cuja especificidade reside na sua “simultaneidade geográfica”.

Algumas implicações importantes desta abordagem relacional/multi-escalar da cidade são, por exemplo, a necessidade de repensar a noção de que as comunidades urbanas requerem sempre a existência de contiguidades espaciais, a dificuldade em definir as localizações exatas dos processos sociais responsáveis pela construção da cidade que podem hoje assumir formas menos tangíveis (ex: redes virtuais) e a existência de uma tensão permanente entre imobilidade e movimento que perpassa a experiência de vida urbana (Amin, 2007).

De um modo mais esquemático e estruturado, gostaríamos agora de lançar um breve relance para as perspectivas acerca do espaço formuladas por três autores – Doreen Massey, Nigel Thrift e Edward W. Soja – que influenciam a geografia urbana crítica que temos vindo a formular. Assim, em *For Space*, regressando a um tema que sempre a apaixonou, Massey (2005), enuncia três premissas constitutivas de uma abordagem alternativa do espaço, muito semelhante àquela que aqui nos propomos adotar relativamente à cidade, nomeadamente: i) o espaço enquanto produto de inter-relações e interações multi-escalares; ii) o espaço enquanto esfera existencial da multiplicidade/pluralidade e coexistência de trajetórias heterogêneas; iii) o espaço enquanto algo que se encontra constantemente em construção, permanentemente inacabado, nunca fechado. Nigel Thrift (2006), por seu turno, de modo igualmente instrutivo, coloca em evidência quatro princípios fundamentais que devem presidir a qualquer aproximação analítica do espaço e que inscrevemos neste segundo pressuposto de que agora

nos ocupamos, designadamente, o reconhecimento de que: i) tudo é espacialmente distribuído; ii) não existem (verdadeiramente) limites, na medida em que todos os espaços são, em maior ou menor grau, porosos; iii) qualquer espaço se encontra em constante movimento, não existindo (senão temporariamente) um espaço estático e estabilizado; iv) não existe um único espaço, monolítico e homogéneo. Por fim, Soja (2009) apresenta também três princípios que, em seu entender, configuram aquilo a que chama pensamento espacial crítico, designadamente: i) a espacialidade ontológica do ser humano (somos todos seres espaciais, sociais e temporais); ii) a produção social da espacialidade (o espaço é socialmente produzido e pode por isso ser socialmente transformado); iii) a dialética sócio-espacial (o espaço influencia a sociedade tanto quanto esta o influencia).

Esta conceção aberta e dinâmica da cidade (e do espaço urbano) implica que a matriz ontológica a partir da qual investigamos seja, ela própria, contingente e não baseada num redutor e cristalizado essencialismo espacial. Deste modo, o espaço é entendido enquanto prática social que se faz e exerce, um evento, um devir permanente, uma realidade (i)material constantemente recriada que ganha forma, funcionalidade e significado através das práticas sociais concretas (Kitchin, 2009). A este respeito, Marcus A. Doel (2000: 125), defende mesmo que é «melhor abordar o espaço enquanto verbo do que enquanto substantivo». Implica pois uma reorientação do enfoque analítico da reflexão teórica para a realidade empírica (ver Aase, 1994). Mais do que conhecer o espaço urbano existente, é necessário compreender o processo através do qual este ganha corpo, por intermédio das práticas sociais, das representações e dos rituais quotidianos (ver Shields, 2006). É justamente isso que nos propomos fazer neste estudo quando examinamos as possibilidades da cidadania (através da arte) poder contribuir para a construção de cidades mais justas, tendo em consideração, inevitavelmente, os desafios e limites que este processo enfrenta.

**PRIMEIRO ATO / CIDADE &
CIDADANIA (ATRAVÉS DA ARTE)**

1. Cidade – (in)justiça e segregação urbana

...porque o espaço é político

Henri Lefebvre

(In)justiça é sem dúvida uma palavra polissêmica e controversa cujos contornos não são fáceis de definir (ver Balibar *et al.*, 2012). Sendo uma das problemáticas que mais tem ocupado a filosofia política não nos compete a nós contribuir de forma decisiva, nem seríamos capazes de o fazer, para um tão complexo quanto profícuo debate. No entanto, consideramos importante discuti-la na medida em que é o reconhecimento de que a *cidade é injusta* que nos impele a desenvolver a presente investigação. Por outro lado, precisamente por ser uma questão tão sensível, marcada por uma multiplicidade de leituras, parece-nos importante refletir um pouco sobre ela de modo a tornar mais clara a perspectiva que adotamos.

O mesmo se passa com a segregação urbana – processo de urbanização da injustiça – que procuramos explorar de forma mais aprofundada através de uma abordagem dinâmica e integrada – económica, cultural, política – de modo a conseguir compreendê-la melhor, na medida em que constitui um aspeto absolutamente crucial para o desenvolvimento da presente investigação.

São três os momentos constitutivos deste primeiro capítulo. No primeiro, debruçar-nos-emos, com alguma profundidade e detalhe, sobre o modo como, sobretudo, na geografia urbana, se tem abordado a questão da (in)justiça, comentando e discutindo alguns dos contributos mais relevantes e não deixando de procurar assinalar, sempre que possível, qual o nosso posicionamento relativamente a um debate que, seguramente, está longe de terminado. Depois, centramos a nossa atenção na reflexão filosófica desenvolvida por duas autoras que, como já tivemos oportunidade de sublinhar, consideramos fundamentais para a nossa investigação – Iris Marion Young (1949-2006) e Nancy Fraser (1947-) – procurando explorar e contrastar a maneira como cada uma delas aborda a problemática da (in)justiça, identificando continuidades e espaços de tensão. Seguidamente, trazemos para o centro da nossa reflexão algumas das perspectivas que têm sido usadas para compreender a questão da segregação urbana, procurando também revisitar as suas origens e os seus efeitos mais relevantes.

1.1. A (in)justiça no pensamento urbano-geográfico: uma leitura de síntese

Embora feitas de encontros e desencontros, aproximações e afastamentos, as preocupações da ciência geográfica com a (in)justiça não são recentes. A reflexão sobre o modo como a (in)justiça se relaciona com a produção do espaço urbano e as formas através das quais esta relação dialética se (re)produz, manifesta e inscreve em realidades urbanas dinâmicas e instáveis tem sido, desde há muito tempo, objecto de atenção, quando não de preocupação. A este respeito, James Connolly e Justin Steil (2009), recordam que já a clássica descrição da cidade justa que Sócrates (469-399 a.C.) expôs na República de Platão (428-348 b.C.), se baseava numa formulação intrinsecamente urbana da justiça, na medida em que esta era definida como uma qualidade interna da cidade.

Efetivamente, as origens da ideia de justiça espacial remontam à antiguidade clássica e ao profundo enraizamento urbano que noções como democracia e justiça detinham na *polis* grega. Esta, diz-nos Edward W. Soja (2010), representava a convergência e o mútuo relacionamento entre espaço, sociedade e política que, apesar de alguma descontinuidade introduzida pelo aparecimento do Estado-nação e pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, não foram, de forma alguma, eliminados no quadro do mundo urbano contemporâneo. Não obstante, acrescenta o autor, até ao final da década de 1960, sobretudo nas tradições do pensamento socialista e liberal, não foi dada a devida atenção ao reconhecimento da necessidade e utilidade de uma perspectiva espacial da (in)justiça.

A grande influência que tiveram sobre o pensamento geográfico os movimentos e organizações sociais ligados às políticas de identidade (ex: etnia e género) e às reivindicações pelo direito à diferença e à justiça social, bem como aqueles que manifestavam a sua insatisfação relativamente à desigual distribuição dos benefícios decorrentes do desenvolvimento económico e criticavam um vasto conjunto de problemas inerentes à expansão e suburbanização metropolitanas, esteve na base dessa transformação e da consequente renovação do interesse pela (in)justiça (Smith, 1994).

De acordo com Mustafa Dikeç (2001), a primeira tentativa explícita para explorar a justiça de um ponto de vista geográfico foi levada a cabo por Bleddyn Davies (1968) que, em *Social Needs and Resources in Local Services*, cunhou o termo “justiça territorial”. Nesse trabalho, a partir de uma abordagem pragmático-normativa, o autor avaliou a distribuição de

serviços locais relativamente às necessidades existentes em determinadas áreas, sendo a “justiça territorial” – formas de alocação de serviços públicos e investimentos que não levem única e exclusivamente em linha de conta a dimensão populacional das unidades territoriais intervencionadas mas que priorizem as suas necessidades sociais – vista como um dos objetivos que planeadores e decisores políticos deviam procurar alcançar. Embora tenha continuado a ser usado, sobretudo no contexto britânico e no âmbito do planeamento e da política pública de base territorial, o termo não foi objeto de uma reflexão mais aturada (ver Boyne e Powell, 1991, 1993).

Com o advento da chamada geografia radical (ver Blaut, 1975; Bunge, 1971; Massey, 1973; Peet, 1977; Santos, 1974; Slater, 1977), este tipo de abordagem, essencialmente preocupado com a distribuição de recursos escassos num espaço cartesiano, passou a ser criticado por ser desumanizante e por negligenciar o complexo funcionamento dos processos subjacentes aos padrões espaciais que analisava.

Foi justamente no quadro da geografia radical que o termo “justiça espacial” apareceu pela primeira vez num trabalho de John O’Loughlin (1973) – *Spatial Justice for the Black American Voter: The Territorial Dimension of Urban Politics* – que se debruçava sobre as questões da discriminação racial e espacial no contexto norte-americano mas que viria a ter pouco impacto no pensamento geográfico. Não obstante, não foi preciso esperar muito para que visse a luz do dia uma outra obra, essa sim, absolutamente decisiva, para o aprofundamento da compreensão das relações entre geografia e (in)justiça.

Em 1973, David Harvey publicou *Social Justice and the City* (SJC) e a importância dessa obra, que viria a tornar-se um marco no desenvolvimento do pensamento geográfico, requer que nos detenhamos um pouco sobre alguns dos argumentos nela vertidos (ver Castree e Gregory, 2006). SJC apresentava uma estrutura invulgar na medida em que era constituída por duas partes distintas e contrastantes – uma, liberal, outra, socialista (ver Quadro 1.1).

Na primeira, Harvey procurou levar ao limite as possibilidades de uma formulação liberal de justiça (distributiva), expondo as suas contradições internas. Para o efeito, reconfigurou criticamente a teoria rawlsiana de justiça indo para além do seu foco nos resultados e enfatizando, ao invés, o papel desempenhado pelo processo produtivo e a divisão social do trabalho na criação de geografias injustas. Como sugeriu Ira Katznelson (1996), SJC representou, efetivamente, uma renovação nos estudos urbanos pois, em vez de se focar em aspetos relativamente triviais e superficiais da organização do espaço urbano, colocou a tónica

na compreensão dos processos económicos e sociais que o estruturam.

Quadro 1.1. Formulações de justiça em *Social Justice and the City*

	Liberal	Socialista
Tipo de conhecimento	universal e abstrato	particular e concreto
Campo de análise	ética e moral	economia política
Foco analítico	forma espacial / distribuição	processo social / produção
Conceção espacial	planície isotrópica estática	superfície enrugada dinâmica
Referência teórica	John Rawls	Karl Marx

Fonte: elaboração própria a partir de Harvey (1973)

Partindo do pressuposto que a justiça distributiva era uma questão eminentemente geográfica, Harvey (1973: 98) redefiniu o termo “justiça territorial” que passou então a ser entendido como «uma distribuição socialmente justa obtida de forma justa». Depois, com base nessa definição, postulava que a organização do espaço e a alocação de recursos deveria suprir as necessidades básicas da população. A diferença entre as necessidades e os padrões de distribuição dar-nos-ia, assim, uma indicação do grau de injustiça territorial existente numa dada situação. Adicionalmente, a alocação de recursos poderia tornar-se mais justa se existissem efeitos multiplicadores positivos dos padrões espaciais e/ou locativos de investimento e se, contrariamente ao que era usual, fosse dada particular atenção aos problemas ambientais e sociais.

No entanto, deve sublinhar-se que Harvey procurou ir além desta formulação inicial, não muito diferente daquela que havia sido originalmente defendida por Davies, e desenvolver uma teorização mais elaborada e centrada especificamente no contexto urbano. Com efeito, a cidade capitalista, pela sua natureza, era por ele descrita como uma máquina de gerar desigualdades que contribuía para o agravamento da injustiça (ver Soja, 2000). Assim, no que respeita às dinâmicas de desenvolvimento urbano e aos seus impactos na distribuição de rendimento, Harvey sugeria que o funcionamento do sistema urbano favorecia tendencialmente os grupos sociais mais ricos e politicamente poderosos. Aliás, ao enfatizar a ideia de que quase todos os aspetos do desenvolvimento urbano são marcados por efeitos sócio-espaciais regressivos e discriminatórios, como acontece com a canalização de mais

investimento para as grandes infraestruturas em detrimento do sistema de transportes públicos (favorecendo a mobilidade do capital relativamente à dos grupos sociais mais pobres) ou com a opção de localizar os equipamentos indesejáveis, preferencialmente, em áreas desfavorecidas e os investimentos atrativos em espaços já de si privilegiados, acentuando as suas diferenças, Harvey ilustra bem o modo como se produz uma cidade desigual e injusta.

Não existiam – como num “mundo ideal” – planícies urbanas, mas sim espaços profundamente marcados por injustiças distributivas cuja transformação, sugeria Harvey, implicaria intervenções massivas. No entanto, e aqui se dá a rutura e subsequente transição para a segunda parte de SJC, o autor tinha sérias dúvidas de que as propostas políticas subjacentes às formulações liberais que acabara de enunciar pudessem ser levadas a cabo de forma consequente.

As formulações socialistas, traduzindo também aquilo que foi a progressiva aproximação de Harvey ao marxismo, consistiam numa reformulação dos termos em que a questão da relação entre geografia e (in)justiça era colocada. O reconhecimento de que o conceito de justiça social emanava das práticas humanas e não de quaisquer significados universais e perenes que lhe pudessem ser adscritos, revelou-se decisivo para esta mudança.

Não obstante, no quadro da arquitetura conceptual marxista (e revolucionária) que o autor construiu com vista a uma mais robusta compreensão dos processos urbanos capitalistas, a questão da (in)justiça perdeu centralidade. Não só porque a transição para o marxismo implicou uma modificação radical da terminologia utilizada – termos como circulação de mais-valia, modo de produção, valor de uso e valor de troca tornaram-se centrais – mas também, e sobretudo, porque, de um ponto de vista marxista, qualquer processo de urbanização capitalista era, em si mesmo, injusto. A análise de Harvey passou então a centrar-se na forma como determinadas forças sociais (capitalistas) produziam e agiam sobre as geografias urbanas existentes – necessariamente injustas e desiguais – promovendo, assim, a satisfação das necessidades dos grupos sociais dominantes.

Dado que as circunstâncias históricas conducentes à produção de uma dada formação espacial urbana podiam modificar-se, também as paisagens urbanas podiam sofrer alterações no sentido de (incessantemente) favorecerem os processos de acumulação e valorização do capital (ex: infra-estruturação do sistema de transportes e telecomunicações, densificação do aparelho comercial ou diversificação da oferta turística). Assim, salientando a existência de uma dialética sócio-espacial – capital e geografia influenciam-se mutuamente – Harvey

também apontou o relativo imobilismo, próprio do ambiente urbano construído, como obstáculo e limitação ao desenvolvimento de tais processos.

Embora tenha sido bastante influente para toda uma geração de geografias radicais (sobretudo marxistas) que então despontavam, SJC, representou também, de certo modo, um “esgotamento” temporário das abordagens geográficas da (in)justiça. Foi, aliás, como reação a este surpreendente declínio, depois de um tão promissor começo, que, volvida uma década, Gordon H. Pirie (1983) retomou essa reflexão. Nesse ensaio, o autor, profundamente afectado pela experiência sul-africana do *apartheid*, lamentava o progressivo abandono de abordagens espaciais da (in)justiça, defendendo, em contraposição, a necessidade de procurar possíveis eixos de convergência entre as noções de justiça social e justiça territorial que possibilitassem a construção de um (integrador) conceito de justiça espacial.

O exercício, porém, implicava que, em vez de ser meramente considerado como um dado adquirido, um contexto em que se desenrolavam os processos sociais – como na generalidade das formulações liberais – o espaço passasse, ele mesmo, a ser concebido enquanto construção social. Retomavam-se, assim, embora de forma mais subtil, alguns dos argumentos que haviam sido anteriormente desenvolvidos por Harvey nas suas “formulações socialistas”. Mais surpreendente, porém, é o facto deste ter sido o único trabalho relevante publicado até à viragem do século que utiliza explicitamente o termo “justiça espacial” (Soja, 2010).

Com efeito, nas décadas de 1980 e 1990, a crescente importância das políticas de identidade, do posicionamento e da reflexividade de quem investiga, bem como das problemáticas típicas do pós-estruturalismo e da pós-modernidade são transformações importantes que influenciaram a forma como a geografia e os estudos urbanos abordaram a questão da (in)justiça (ver Ellin, 1996; Harvey, 1990; Sandercock, 1998; Soja, 1989, 1996).

Ainda nessa década, num artigo intitulado *Social Justice, Postmodernism and the City*, Harvey (1992) voltou a debruçar-se sobre a questão da (in)justiça social e procurou repensar e questionar o seu papel como ideal básico universal, que permitisse contrariar a tendência para a fragmentação discursiva e para um excessivo relativismo. No entanto, as evidências mostraram-lhe que existiam tantas teorias de justiça social quantos ideais de racionalidade social, cada um com os seus pontos fortes e as suas fragilidades. O desafio, dizia o autor, era descobrir qual das teorias da justiça social era mais justa.

A justiça social – variando no tempo e no espaço – parece estar intrinsecamente ligada

ao posicionamento dos sujeitos que a enunciam (reflexividade). Adicionalmente, tanto a sua definição como o seu significado sofreram alterações fruto de transformações históricas de grande amplitude e profundidade como, por exemplo, a ascensão do neoliberalismo. Não obstante, a justiça social encerra em si um importante potencial político, no sentido da mobilização e da organização coletivas, que não deve ser negligenciado, antes pelo contrário. Isso, afirmava Harvey (*ibid.*), era inquestionável.

Através de uma leitura favorável dos argumentos presentes num trabalho clássico de Iris Marion Young (1990), que mais adiante examinamos em detalhe, Harvey enunciou também um conjunto de pressupostos de natureza espacial, edificados a partir do quadro conceptual apresentado nessa obra. Apesar das limitações, considerou, ainda assim, que a defesa da justiça social podia orientar e ajudar a romper os múltiplos constrangimentos políticos, imaginários e institucionais que inibem as sociedades capitalistas avançadas no seu processo de desenvolvimento.

Pouco tempo depois, Harvey (1996: 11), numa outra obra de grande fôlego – *Justice, Nature & the Geography of Difference* – afirmou continuar «firmemente a acreditar que [a justiça social] é o melhor terreno valorativo sobre o qual a luta anti-capitalista pode afirmar-se», e procedeu à revisão e ao desenvolvimento de alguns dos seus argumentos anteriores. Embora reafirmando, mais uma vez, que as evidências histórico-geográficas sugerem que a justiça corresponde a um conjunto de crenças, discursos e institucionalizações ligadas a determinadas práticas sociais e à materialidade que estas assumem num espaço-tempo concreto, Harvey reconheceu também que, uma vez constituída e institucionalizada, uma determinada conceção de justiça se torna um facto objetivo.

Por outro lado, o desconforto que havia já manifestado relativamente à necessidade de critérios apriorísticos que permitissem definir qual a “melhor” teoria de justiça voltou a fazer-se sentir, tendo o autor assinalado, novamente, o papel fundamental do posicionamento do sujeito de enunciação e acrescentado também que muitas das dificuldades associadas à delimitação dos contornos da (in)justiça decorrem da sua posição intermédia relativamente a um conjunto de dicotomias fundamentais (ex: universal/particular, sistemático/arbitrário, necessário/contingente). Decorre daqui, à semelhança do espaço e do tempo, que a conceção de (in)justiça é, também, uma construção social, logo, não imutável.

No entanto, consideramos que o contributo maior deste trabalho de Harvey para uma melhor compreensão das relações entre geografia e (in)justiça é, precisamente, o conjunto de

considerações feitas em torno de três grandes dimensões – cultura, escala, posicionamento – relacionadas com a justiça social, que procuramos agora apresentar de uma forma resumida.

A cultura, mais concretamente, a problemática dos particularismos culturais que encontra eco nos debates em torno das políticas de reconhecimento e do multiculturalismo, enquanto negação de quaisquer padrões de julgamento e avaliação com base na incomparabilidade de diferentes culturas é contraditória pois, defende o autor, encerra em si a negação da possibilidade mesma de justiça social. Na base deste problema reside a incapacidade para reconhecer que a cultura (associada à construção de lugares) é um processo dinâmico e relacional e não um atributo essencial, estático, perene e imutável. Para além disso, a fixação de categorias culturais pode ser mais opressiva do que libertadora dado que estas podem instituir constrangimentos que, para além de redutores e por vezes até mesmo caricaturais, são difíceis de superar (ex: “raça”, etnia, género, orientação sexual). Consequentemente, a justiça social dificilmente poderá ser reivindicada e construída sem que tenhamos de lidar com limitações decorrentes de determinados particularismos culturais.

No que diz respeito à escala, isto é, à hierarquização dos diferentes espaços a que estão vinculados e em torno dos quais se instituem os sujeitos e a partir dos quais se reivindica a justiça social, Harvey (*ibid.*: 353) assinala que «o ênfase contemporâneo no local, embora promova alguns tipos de sensibilidades, elimina completamente outras e por isso obstaculiza em vez de emancipar o campo de envolvimento e ação política». Efetivamente, existe uma tendência, sobretudo no pensamento pós-estruturalista, para circunscrever a construção de políticas de resistência a comunidades de pequena dimensão, grupos marginalizados ou discursos desviantes, espelhando, diz-nos Harvey, um certo abandono da discussão crítica do capitalismo contemporâneo e do trabalho de organização política com vista à sua rutura ou transformação profunda. A construção da justiça social implica, por isso, que se levem em linha de conta as complexas interseções de múltiplas escalas espaço-temporais (da local à global) que dão sentido e significado à vida humana.

Por último, coloca-se a questão do posicionamento e aceitação de que todo o conhecimento é situado. Evidentemente ligada à problemática das trajetórias, narrativas e biografias intersubjetivas, levanta desafios importantes pois o posicionamento não deve ser considerado uma forma atomizada de diferenciação. Ao invés, deve reconhecer-se que os sujeitos são construções heterogêneas que, ao estabelecerem com o mundo relações diversificadas, incorporam múltiplos outros. No entanto, adverte Harvey (1996), é necessário

procurar uma posição não paralisante – algures entre a visão essencialista vulgar e a potencialmente infinita fluidez de múltiplas e mutáveis identidades – que, caracterizada por alguma permanência (mesmo que contingente), possa orientar (dentro de determinados limites espaço-temporais) a ação política e a construção da justiça social. Efetivamente, aquilo que é aqui proposto, é convergente, pelo menos é esse o nosso entendimento, com o “essencialismo estratégico”, expressão cunhada por Gayatri Chakravorty Spivak, uma das mais eminentes teóricas do pós-colonialismo, para traduzir formas de solidariedade temporariamente definidas de modo a fortalecer as possibilidades de cidadania e ação coletiva (ver Landry e Maclean, 1996; Morton, 2003; Wright, 2002).

Também em 1996, foi publicada *The Urbanization of Injustice*, importante obra coletiva editada por Andy Merrifield e Erik Swyngedouw, que examinava detalhadamente o pensamento de Harvey, mais concretamente os argumentos desenvolvidos em SJC. Concebida como uma intervenção num debate que, como referimos anteriormente, relegava a justiça social para uma posição marginal, nela se procurava dar centralidade ao tema, defendendo, num contexto de aceleração e aprofundamento da urbanização da injustiça, a necessidade de repensar as relações entre espacialidade, poder e (in)justiça e de fazer avançar uma agenda intelectual e política crítica, capaz de promover o desenvolvimento de práticas urbanas socialmente justas.

Neil Smith (1996a), um dos autores envolvidos nesse trabalho, teceu, a partir das tentativas de reinvenção de uma geografia da (in)justiça social, algumas considerações críticas que consideramos importantes relembrar. Por um lado, sugeriu que apesar de a emergência das políticas de identidade ter oferecido uma formulação política alternativa de justiça social (mesmo que parcialmente às custas da análise de classes), ao admitir uma certa equivalência automática de diferentes opressões, não se mostrou capaz de escapar dos limites impostos pelas visões liberais da justiça. Por outro, na esteira de Harvey, defendeu que o grande desafio era repensar, de um ponto de vista teórico, a heterogeneidade de múltiplas opressões e explorações de uma forma que, não excluindo a imposição universalista do capitalismo, ele próprio um produto(r) de estruturas sociais não homogêneas, abrisse caminho à construção de um conceito de justiça social que fosse, simultaneamente, descritivo em termos analíticos e politicamente instrumental.

Pouco antes, num pequeno panfleto, Steven Flusty (1994) havia já esboçado algumas ideias em torno daquilo a que chamou a “erosão” da justiça espacial no ambiente construído

de Los Angeles. Influenciado pelo trabalho da chamada Escola de Los Angeles (ver Dear, 2002; Dear e Flusty, 1997), que começava então a ganhar alguma notoriedade, sobretudo no que diz respeito ao estudo dos processos de reestruturação social e económica então em curso nessa região metropolitana, o autor enfatizava a necessidade de mobilizar a ação social coletiva para lidar com as cada vez mais injustas geografias que então afloravam em Los Angeles como resultado dos efeitos desiguais da globalização capitalista, das transformações económicas profundas e de outras forças reestruturantes (ver Soja, 2010).

A viragem do século ficou efetivamente marcada por uma intensificação do interesse pelas relações entre geografia e (in)justiça. Dikeç (2001), ao refletir sobre a relação dialéctica entre (in)justiça e espacialidade, defendia que um maior conhecimento dos contornos dessa relação poderia contribuir para que o espaço se tornasse uma arena de combate político contra a injustiça. Com efeito, o autor «gostaria de acreditar que uma sensibilidade relativamente à dimensão espacial de justiça pode desenvolver-se – especialmente em sociedades onde as injustiças das dinâmicas espaciais são expostas e amplamente conhecidas – para orientar movimentos emancipatórios no sentido de suprimirem a dominação e a opressão no, e através do, espaço» (*ibid.*: 1788).

A sua formulação dialéctica assentava, por um lado, na espacialidade da injustiça – desde os aspectos físicos ou locativos até às relações sociais e económicas inerentes aos processos sócio-espaciais – e, por outro, na injustiça da espacialidade – ou seja, na eliminação das possibilidades de formação de respostas políticas. Embora forma e processo devam ser vistos como inseparáveis, o primeiro termo incide mais sobre as estruturas existentes e as suas capacidades para (re)produzir a injustiça no espaço e, o segundo, tem uma natureza mais dinâmica e centrada nos meios. Consequentemente, as duas características básicas desta formulação dialéctica são o foco no espaço como processo que, simultaneamente, (re)produz e é (re)produzido por estruturas relativamente estáveis e permanentes e o reconhecimento das interrelações entre (in)justiça e espaço enquanto processos que se (re)produzem mutuamente através da mediação dessas mesmas estruturas. Assim, neste trabalho, «a noção de justiça espacial é uma crítica da exclusão, dominação e opressão sistemáticas; uma crítica que visa cultivar novas sensibilidades que animarão ações direcionadas à injustiça inscrita no espaço e nas dinâmicas espaciais» (*ibid.*: 1793). O espaço e os processos de espacialização desempenham um papel fundamental na produção das condições de dominação e exploração, logo, na urbanização da injustiça, mas também na sua preservação enquanto elemento

fundamental para o funcionamento do capitalismo (ex: financeirização do mercado de habitação e conseqüente endividamento das famílias). Dando continuidade à lógica dialética que perpassa toda a argumentação, para Dikeç, também o esforço de desenvolvimento da noção de justiça espacial serve, simultaneamente, para um enriquecimento normativo suscetível de reorientar a produção social do espaço e para informar políticas emancipatórias que confrontem e combatam as dinâmicas espaciais que (re)produzem a injustiça.

Kathe Newman (2009), por seu turno, procurando dar conta dos mais recentes desenvolvimentos no estudo da relação entre geografia e (in)justiça, assinala que o termo justiça social urbana reflete o facto de a justiça social estar imbricada em processos sociais directamente relacionados com o modo de produção tal qual ele se expressa espacialmente nas cidades. Explorando o papel crítico das cidades nas economias capitalistas e a sua dupla função enquanto espaços de acumulação de capital e espaços de vida para indivíduos e comunidades, a autora assinala que, hoje, o desenvolvimento urbano desigual (e injusto) atinge grandes proporções. No entanto, ao conceber a justiça social como processo que ganha forma no decurso de conflitos que, impelidos pela ocorrência da injustiça, visam combatê-la nas cidades, questionando o que é o espaço urbano, para quem é ele (re)produzido e como deveria sê-lo de uma forma mais justa, é possível contribuir para a reconstrução das cidades enquanto espaços de emancipação, onde as pessoas podem influenciar a forma como o espaço é produzido e desafiar os seus usos.

Um outro indicador do interesse crescente pelas geografias da (in)justiça foi a criação, em 2009, de *Justice Spatiale / Spatial Justice*, publicação periódica especificamente orientada para o estudo das relações entre espaço e (in)justiça. Convictos de que o espaço é uma dimensão fundamental das sociedades humanas e de que a (in)justiça espacial se inscreve nele, Frédéric Dufaux *et al.* (2009), defenderam que um maior conhecimento acerca das interações entre espaço e sociedade é essencial para compreender as injustiças sociais e refletir sobre as políticas espaciais que visam a sua contestação e/ou eliminação. Centrando-se nas políticas de planeamento e nas perspetivas filosóficas da justiça que lhes estão inerentes, sublinharam também a necessidade de retomar o debate iniciado pelas geografias radicais na década de 1970 para poder fazer face às contradições que caracterizam muitas das atuais intervenções de natureza espacial (ver Fainstein, 2009; Fischer, 2009). Ademais, de um ponto de vista metodológico, sugeriram que a investigação sobre (in)justiça espacial, na medida em que procura examinar não só os resultados mas também os processos (meios e fins devem ser

compreendidos de forma integrada), deve, simultaneamente, adotar abordagens quantitativas e qualitativas.

Peter Marcuse (2009), por sua vez, com o objetivo de sistematizar as relações entre justiça espacial e justiça social, elaborou o seguinte conjunto de proposições: i) existem duas formas principais de injustiça espacial: o confinamento involuntário de qualquer grupo a um espaço limitado (ex: segregação, guetização) e a alocação desigual de recursos sobre o espaço; ii) a injustiça espacial deriva de uma injustiça social mais ampla; iii) as injustiças sociais têm sempre um aspeto espacial e não podem ser resolvidas sem lidar também com ele; iv) as soluções espaciais são necessárias mas não suficientes para resolver injustiças espaciais e muito menos a injustiça social; v) o papel da injustiça espacial relativamente à injustiça social depende da transformação de condições sociais, políticas e económicas, existindo hoje tendências que, simultaneamente, diminuem e aumentam a importância do espaço.

Esta proposta não só procura delinear algumas linhas de fuga relativamente ao desenvolvimento de processos de construção da justiça como também sublinha, mais uma vez, a natureza eminentemente dialética da (in)justiça sócio-espacial, escapando assim à tendência muitas vezes observada para o desenvolvimento de formulações geográficas (neo)deterministas e de fetiches espaciais que obscurecem essa mesma condição deslocando o entendimento para o plano espacial *strictu sensu* (ver Brenner, 2004).

Culminando uma trajetória iniciada na década de 1980, cujo principal objetivo é dotar o espaço de qualidades ontológicas, Soja (2010) apresentou recentemente uma argumentação que viria a dar origem a um intenso e controverso debate (ver Chatterton, 2010; Gibbons, 2010; Iveson, 2010a). Gostaríamos apenas de salientar alguns dos aspetos que nos parecem mais relevantes. Como ponto de partida para a sua abordagem, o autor defende que a adoção de uma perspetiva crítica espacial é absolutamente necessária para uma mais completa compreensão da questão da (in)justiça. O pensamento espacial pode, por um lado, enriquecer o nosso conhecimento teórico sobre uma grande diversidade de assuntos; por outro, alargar o nosso conhecimento prático, possibilitando a conceção de formas de ação mais efetivas no sentido da construção de mais justiça.

Apesar de o pensamento espacial ter permanecido sob o historicismo social prevalecente durante mais de um século, na última década assistiu-se a uma notável difusão daquele por todas as áreas disciplinares podendo até falar-se, com alguma propriedade, de uma “viragem espacial” (ver Warf e Arias, 2009). A urbanização da injustiça tem sido, cada

vez mais, vista como uma importante força na transformação sócio-espacial das cidades e metrópoles contemporâneas. Para além disso, sublinha Soja (2010), dado que existe um certo grau de injustiça em cada uma das geografias em que habitamos – o mundo universalmente justo não existe – a seleção dos espaços sociais de intervenção é, em si, uma decisão crucial para qualquer processo de desenvolvimento da justiça. A combinação do espaço e da justiça abre um leque de novas possibilidades para a ação política, a teorização e a análise empírica que não seria tão amplo se os dois termos desse binómio não fossem usados em conjunto.

Em suma, o que esta incursão pelo desenvolvimento do pensamento urbano-geográfico nos mostra nesta matéria é que a questão da (in)justiça é hoje, porventura mais do que em qualquer momento anterior, um dos temas mais relevantes e entusiasmantes da disciplina. Quase cinquenta anos depois de ter sido primeiramente abordada, constata-se que, na geografia (urbana), têm predominado as abordagens não liberais da (in)justiça. Na verdade, acreditamos que a natureza mesma de uma disciplina que implica, quase sempre, uma apurada investigação no terreno – onde se desenvolve o tal “olhar do geógrafo” (ver Gaspar, 2013) – conduziu, necessariamente, a que assim fosse. Compreender as geografias da (in)justiça implica que possamos examinar os processos sócio-espaciais que lhes dão forma e significado. No entanto, consideramos que existem algumas fragilidades e insuficiências do ponto de vista da reflexão teórica, filosófica e política em torno desta problemática. Por conseguinte, justifica-se o recurso ao pensamento produzido por duas das mais influentes e profícuas filósofas contemporâneas que refletiram sobre o assunto.

1.2. Repensar a (in)justiça a partir do diálogo entre Iris Marion Young e Nancy Fraser

Na diacrónica incursão pelo pensamento sobre a questão da (in)justiça – de Iris Marion Young e Nancy Fraser, a que agora damos início, procurando evidenciar pontos de contacto e de divergência entre ambas, é nosso objectivo avançar um pouco mais no sentido da delimitação dos contornos da noção de (in)justiça subjacente a esta investigação. Fazemo-lo, a partir de uma tentativa de reconstrução heurística das trajetórias intelectuais de ambas as autoras que, como iremos ver, ainda numa fase inicial, se aproximaram, intersetaram e influenciaram mutuamente. Efetivamente, enquanto a influência de Young no pensamento geográfico foi, a dada altura, significativa, o mesmo não se passou com Fraser que tem sido, do nosso ponto de

vista, negligenciada pela disciplina. Não obstante, é importante sublinhar que um dos traços fundamentais que partilham, e em torno do qual edificam a sua reflexão, é a rejeição de concepções liberais de justiça baseadas, fundamentalmente, na (re)distribuição, que, porventura, encontraram em John Rawls (1958, 1971, 1993, 2001) o seu principal proponente (Quadro 1.2).

Quadro 1.2. Ideias-chave e críticas à teoria da justiça de John Rawls

Ideias-chave	Críticas
<p>i) tenta desafiar e substituir o utilitarismo como filosofia regulatória da estrutura básica da sociedade, nomeadamente, no que diz respeito aos seus mecanismos distributivos e insensibilidade relativamente às diferenças interpessoais (ver Fraga, 2000; Kelly, 1998);</p> <p>ii) radica numa concepção da justiça como equidade – a posição original – isto é, numa exigência de imparcialidade, que procura evitar que escolhas e deliberações não sejam influenciadas e/ou enviesadas por características e atributos, interesses, prioridades e/ou preconceitos pessoais ou, como assinalou Rawls (1993: 9), em «uma concepção da justiça que pode ser partilhada pelos cidadãos como a base de um acordo político racional, bem-informado e voluntário»;</p> <p>iii) inclui um véu de ignorância, ou seja, um dispositivo teórico que torna cada sujeito ignorante no que toca às suas circunstâncias particulares, como garantia de que, aquando da escolha dos princípios de justiça, ninguém possa ser beneficiado ou prejudicado por quaisquer probabilidades ou circunstâncias sociais contingentes;</p> <p>iv) pressupõe que seres humanos – totalmente descontextualizados, desprovidos de densidade social, sem quaisquer trajectórias ou narrativas nem inscrições comunitárias – buscam bens sociais básicos, designadamente, direitos e liberdades, oportunidades e</p>	<p>i) ao papel desempenhado pelos bens sociais básicos: enquanto Rawls sugere que instituições sociais justas distribuem bens sociais básicos de forma equitativa, Amartya Sen (1999), por exemplo, afirma que as diferenças interpessoais levam a que os sujeitos tenham capacidades distintas de os mobilizar e transformar no sentido de alcançarem os seus objectivos e realizarem os seus projetos de vida;</p> <p>ii) ao facto de Rawls priorizar (e, de certa forma, distinguir e autonomizar) o que é certo e justo sobre o que é bom ou vantajoso – levando Richard J. Arneson (2006: 52), a advertir-nos a este respeito, ao afirmar que «se as exigências da justiça são concebidas como desligadas daquilo que é humanamente bom, devemos considerar a possibilidade de que numa sociedade perfeitamente justa as pessoas levem, evitavelmente, vidas miseráveis»;</p> <p>iii) ao princípio da diferença que tem sido, algo paradoxalmente, visto como uma transformação subtil mas não radicalmente diferente do utilitarismo que Rawls tanto repudiava, tratando-se, para Roberto Alejandro (1998: 52), de «uma diferença de grau e não de substância» pois, enquanto o utilitarismo agrega, na avaliação da justiça das condições sociais e económicas, todos os sujeitos, o princípio da diferença apenas considera os mais desfavorecidos.</p>

poderes, rendimento e riqueza e que procuram maximizá-los, usando os meios mais eficientes para os alcançar;

v) implica a existência de condições nas quais a cooperação humana é simultaneamente possível e necessária, designadamente, uma sociedade intermédia, reconhecida por todos como tal, ou seja, uma sociedade entre a escassez e a abundância, pois em qualquer destes casos não haveria necessidade de cooperação social (ver Wolff, 2006);

vi) tem como princípios de justiça que todas as pessoas têm igual direito a um sistema inteiramente adequado de direitos e liberdades básicas iguais, compatível com o de todos os outros (princípio da liberdade igual) e que as desigualdades sociais e económicas devem satisfazer duas condições: a) devem estar vinculadas a posições e cargos abertos a todos, em condições de igualdade equitativa de oportunidades (princípio da oportunidade justa) e b) devem representar o maior benefício possível aos membros menos privilegiados da sociedade (princípio da diferença). Refira-se que a) tem prioridade sobre b), ou seja, primeiro devem assegurar-se liberdades iguais e básicas para todos e só depois reconhecer-se a existência de desigualdades sociais e económicas, resultantes da própria estrutura social.

Por sua vez, para G. A. Cohen (2000, 2008), o facto de Rawls considerar justificável a existência de desigualdades desde que beneficiem os mais desfavorecidos (princípio da diferença) e tentar conciliar equidade e eficiência, diz-nos o autor, não passa de uma defesa factual, embora subtil, da existência de desigualdades;

iv) à posição original, defendendo Arneson (2006) que a ideia de que existem intuições pré-teóricas (i.e. uma conceção moral e um sentido de justiça) não tem fundamento suficiente pois, apesar de existirem algumas crenças e um conhecimento do senso comum relativamente às melhores condições para estabelecer um contrato, semelhante aquele que Rawls propõe, não parece existir nenhuma intuição sobre como conceber um procedimento equitativo para escolher os princípios básicos de regulação social;

v) à arquitetura político-filosófica da teoria e aos pressupostos em que assenta. Efetivamente, na tradição marxista, Brian Barry (1973) criticou, de forma contundente, a teoria da justiça de Rawls pois via nela meramente uma formulação doutrinal do liberalismo, espelhando uma realidade social constituída por indivíduos atomizados que encontram no mercado o espaço privilegiado para o desenvolvimento das suas relações sociais, parecendo Rawls incapaz de compreender aquilo que Barry designava como “colaboração altruísta” (i.e. não regida pelas leis do mercado). Da tradição comunitarista, mais heterogénea e ambígua, emergiu também a ideia de que a conceção de justiça como equidade, de Rawls, assenta num entendimento pobre e insuficiente da pessoa humana (ver Barber, 2003; MacIntyre, 1988, 2007; Forst, 2002; Sandel, 1998, 2005). Em termos radicalmente opostos, Robert Nozick (1974) sustentou que qualquer intervenção no

sentido de uma mais justa redistribuição dos bens sociais básicos, no sentido que lhe dá Rawls, constitui uma intromissão inadmissível na liberdade individual e nenhuma entidade possui a autoridade moral que legitime tal ação. Deste ponto de vista, o Estado rawlsiano interfere demasiado na distribuição dos bens económicos e sociais – o <i>homo economicus</i> é, assim, intocável.

Fonte: elaboração própria

O pensamento sobre justiça de Young (1990) começou a ganhar forma numa obra fundadora – *Justice and the Politics of Difference* (JPD) – pois foi aí que, pela primeira vez, as suas ideias sobre essa questão apareceram articuladas de forma sistemática. Sigamos, então, o seu raciocínio. Para a autora, do ponto de vista conceptual, um olhar sobre a justiça, ao invés de colocar o enfoque na distribuição, deve centrar-se nos conceitos de dominação e opressão. A justiça social significa, assim, a eliminação da dominação e opressão institucionalizadas. Deste modo, adota-se uma visão invertida da justiça na medida em que o ponto de partida não é uma situação idealizada mas, pelo contrário, as circunstâncias concretas, impuras e imperfeitas nas quais a injustiça se manifesta (ver Card, 2009; Dorling, 2010).

Para além disso, uma tal reorientação, implica que levemos em linha de conta questões relativas: i) às estruturas e processos deliberativos (aspetos relacionados com a autonomia e autoridade na deliberação mas também com as regras e procedimentos institucionalmente reconhecidos); ii) à divisão do trabalho (posição hierárquica, natureza, significado, valor, relações de cooperação, conflito e autoridade associadas a ocupações e tarefas específicas e a forma como estas são distribuídas pelos sujeitos); iii) à cultura (incluindo os símbolos, imagens, significados, valores e atitudes através das quais as pessoas expressam as suas experiências e comunicam entre si).

Paralelamente, é também necessário evidenciar a importância dos grupos sociais, como unidade teórico-política de referência, em detrimento dos sujeitos atomizados, consumidores e proprietários, típicos de concepções liberais. Com efeito, escreve Young (1990: 3), as «teorias filosóficas da justiça têm operado com uma ontologia social que não tem espaço para um conceito de grupos sociais». Aliás, é a partir de uma ontologia social reconfigurada que a autora defende a necessidade de conceber a (in)justiça não de um ponto

de vista a-temporal, totalizante, universal e independente, liberto das impurezas decorrentes de texturas e relações sociais concretas, mas sim, e contrariamente, a partir de uma abordagem eticamente situada, socialmente inscrita e politicamente comprometida.

Young sugere que as teorias distributivas da justiça são limitadas pois, embora reconheça que essa dimensão é crucial para a construção de uma sociedade justa, considera um erro reduzir a justiça meramente à distribuição. Existem, do seu ponto de vista, dois problemas fundamentais no paradigma distributivo: i) ao focar-se na distribuição de bens materiais, recursos, rendimento e riqueza ou posições sociais, ignora e/ou naturaliza as estruturas sociais e contextos institucionais inerentes aos padrões distributivos existentes; ii) quando se procura, de um ponto de vista teórico, alargar a conceção distributiva para que esta inclua bens imateriais (ex: poder, oportunidades ou auto-estima), isso é normalmente feito através da reificação desses mesmos bens que em vez de serem vistos como sendo indissociáveis de complexos processos e relações sociais passam, assim, a ser vistos como coisas.

A noção de justiça formulada por Young procura centrar-se, não em padrões distributivos, mas sim nas condições institucionais que possibilitam a promoção de valores humanos que, por assumirem o igual valor moral de todos os membros de uma sociedade, considera universais, designadamente, o desenvolvimento (exercício de capacidades e expressão de experiências) e a auto-determinação (participação na determinação de ações e/ou das condições a elas subjacentes), sendo que a cada um deles faz corresponder um constrangimento social definidor da injustiça, respetivamente, a opressão e a dominação.

Opressão diz respeito aos «processos institucionais sistemáticos que impedem algumas pessoas de aprender e usar competências satisfatórias e expansivas em contextos socialmente reconhecidos, ou processos sociais institucionalizados que inibem a capacidade das pessoas em relacionarem-se e comunicarem entre si ou de exprimir os seus sentimentos e perspectivas sobre a vida social em contextos onde outros podem ouvir» (*ibid.*: 38). Dominação, por seu turno, designa as «condições institucionais que inibem ou impedem as pessoas de participar na determinação das suas acções ou das condições a elas subjacentes» (*ibid.*: 38). Embora existam algumas sobreposições, os dois constrangimentos sociais que definem a injustiça são distintos e devem ser encarados como tal. Não obstante, por motivos que somos incapazes de descortinar, a autora optou por explorar com maior detalhe a opressão e é essa reflexão que iremos agora explorar.

Com efeito, em muitas sociedades contemporâneas parece evitar usar-se o termo opressão. Por ser muito conotada com regimes autoritários, ditatoriais e tirânicos, parece não haver lugar para a opressão em sociedades liberais democráticas como aquelas em que, na generalidade dos países do mundo ocidental desenvolvido, vivemos. Hoje, a opressão, mesmo quando apresenta uma natureza sistémica e estrutural, tende a assumir formas mais subtis e menos flagrantes. Como escreve Young (*ibid.*: 41), «opressão refere-se às vastas e profundas injustiças que alguns grupos sofrem como consequência de assunções e reações, frequentemente inconscientes, de pessoas bem-intencionadas em interações comuns».

Sendo um fenómeno tão complexo, dinâmico e mutável, apenas uma abordagem plural nos pode ajudar a retratar e compreender a opressão de uma forma adequada e, por conseguinte, Young procurou fazê-lo a partir da análise de cada uma das suas “cinco faces” – exploração, marginalização, impotência, imperialismo cultural, violência – e da forma como elas se articulam e relacionam, dando origem a determinadas configurações da opressão. Olhemos, então, com mais atenção, para o significado de cada uma dessas faces e para o papel que lhes é atribuído no raciocínio da autora.

Quando fala de exploração, Young, remete para o pensamento marxista segundo o qual o lucro – enquanto nó górdio do sistema capitalista – resulta da apropriação (indevida), por parte do capital, da mais-valia produzida pelo trabalho. Alicerçado na propriedade dos meios de produção, o capitalismo funciona como um sistema de transferência de poder de um grupo social para outro, que não só beneficia desse processo como reforça, através dele, a sua posição privilegiada. A exploração traduz, assim, uma relação estrutural desigual (e opressiva) entre grupos sociais.

Marginalização, por sua vez, designa o processo através do qual algumas pessoas (a maior parte das quais “racial” e/ou etnicamente marcadas) se vêm excluídas do sistema laboral e, conseqüentemente, de uma participação plena, útil e satisfatória na vida social, ficando potencialmente sujeitas não só a privações materiais mas também a condições institucionais que impossibilitam o exercício das suas capacidades num contexto de reconhecimento e interação.

A impotência (no original, *powerlessness*) corresponde, grosso modo, à ocupação de posições na divisão do trabalho (e na sociedade), caracterizadas pela falta de autoridade e/ou poder, pela inexistência de oportunidades para o desenvolvimento pessoal e exercício de competências criativas, pelo baixo estatuto social e pouca respeitabilidade que essas mesmas

posições conferem e transmitem.

O imperialismo cultural traduz a forma como as experiências, os valores e a cultura de um grupo social dominante se universalizam e estabelecem como norma, tornando as expressões culturais de outros grupos invisíveis, reduzindo-as a estereótipos e/ou essencializando-os como “os outros”.

Por último, a violência faz alusão a ataques físicos, incidentes de assédio, intimidação ou ridicularização cometidos para degradar, humilhar ou estigmatizar aqueles que deles são vítimas. Embora possa ser entendida simplesmente como atitude individual, o seu carácter sistémico e a sua existência como prática social tornam-na uma das cinco faces da opressão.

Alguns anos depois da publicação de JPD, Nancy Fraser (1995b), numa leitura crítica dessa obra, deu o pontapé de saída no diálogo com Young (para outros debates críticos, ver Olson, 2008). Segundo Fraser, JPD tinha o grande mérito de, num contexto de reconfiguração política marcado pelo fortalecimento das lutas (culturais) pelo reconhecimento e pelo declínio das reivindicações (económicas) associadas à redistribuição, procurar compreender as relações entre ambas de forma integrada (ver também Markell, 2006). Não obstante, sublinha Fraser, a existência de algumas ambiguidades e tensões mal resolvidas entre a dimensão económica e a dimensão cultural demonstram que Young não foi capaz de construir uma teoria que, de forma sólida e consistente, integrasse ambos os paradigmas (redistribuição e reconhecimento). Parece, aliás, existir uma supremacia do reconhecimento que subalterniza a questão redistributiva. Sendo a teorização do reconhecimento cultural o foco do projeto filosófico de Young em JPD, as questões de natureza económica são negligenciadas e a análise centra-se nas opressões culturais e no estudo de grupos sociais definidos a partir dos seus contornos culturais.

Para Fraser, embora assente na rejeição de categorias dualistas (que considera redutoras) e numa construção teórica polimórfica, a proposta de Young não consegue escapar a uma lógica bifocal. Quando olhamos para as diferentes faces é possível constatar que exploração, marginalização e impotência radicam na economia, nas relações de trabalho, e que imperialismo cultural e violência estão ancorados na cultura. Foi precisamente por considerar que JPD não apresentava uma alternativa satisfatória ao paradigma liberal, que Fraser (1995a) procurou esboçar uma proposta capaz de responder ao desafio de interligar redistribuição e reconhecimento num único esquema teórico-político (ver Lovell, 2007).

Para Fraser, uma tal formulação implicaria necessariamente uma distinção analítica

entre injustiça económica (redistribuição) e injustiça cultural (reconhecimento). A primeira, enraizada na estrutura económica da sociedade, integra aspetos como a exploração – produto do trabalho de uns apropriado para benefício de outros; a marginalização económica – inacessibilidade ao trabalho remunerado ou confinamento a ocupações e/ou tarefas indesejáveis ou mal pagas; e a privação – negação de um nível de vida material decente. Por sua vez, a injustiça cultural inclui a dominação cultural – sujeição a padrões de interpretação e comunicação associados a uma cultura considerada diferente e hostil relativamente à cultura dominante; o não-reconhecimento – invisibilidade imposta pelas práticas representacionais, comunicacionais e interpretativas da cultura dominante; e o desrespeito – calúnia e menosprezo através de representações culturais e/ou interações públicas quotidianas estereotipadas.

Evidentemente, a distinção entre as duas dimensões da injustiça é meramente analítica pois, ao nível das práticas sócio-espaciais concretas, ambas são irreduzíveis, estão interligadas e reforçam-se mutuamente, fazendo parte de um contínuo que, não raras vezes, origina «um círculo vicioso de subordinação cultural e económica» (Fraser, 1995a: 73). Consequentemente, quaisquer intervenções no âmbito da injustiça económica implicam mudanças na redistribuição e, no campo da injustiça cultural, alterações ao nível do reconhecimento. Neste ponto, Fraser distingue duas formas estratégicas de intervenção diferenciadas, designadamente, a afirmação (que, incide a jusante e visa corrigir a injustiça sem modificar o sistema que a produz) e a transformação (que, a montante, procura evitar a injustiça através da reestruturação do sistema que a gera), assumindo que esta última deve ser privilegiada.

A resposta de Young (1997), não tardou. Considerando que a distinção e o antagonismo entre redistribuição e reconhecimento apenas ocorre em contextos académicos e ao nível da discussão teórica, diz existirem poucas evidências de que isso aconteça, tal como sugere Fraser, no mundo do ativismo e da cidadania. Por conseguinte, em vez de opor a economia à cultura, reafirma a sua convicção de que é teórica e politicamente mais adequado pluralizar categorias e procurar compreendê-las através das múltiplas relações que ocorrem no quadro de grupos sociais específicos.

A crítica a Fraser, assenta, deste modo, no facto desta autora adotar uma estratégia polarizada que, contrariamente aquela que Young havia proposto em JPD, reduz a multiplicidade de possíveis expressões de opressão numa dada realidade social. Na verdade,

acrescenta Young, a lógica dicotômica ao produzir categorias demasiado inflexíveis e estanques, contrasta fortemente com o dinamismo, flexibilidade e porosidade da realidade social e, por isso, obscurece as complexas relações de opressão em atividade no mundo real, tornando-se, assim, inútil para a ação política. Em suma, «o mundo de princípios e finalidades políticas apresentado por Fraser é assustadoramente desprovido de ação» (*ibid.*: 160).

Mais uma vez, a resposta, não se fez esperar. Fraser (1997), numa breve nota crítica, reafirmou a pertinência da sua proposta teórico-política e rebateu as críticas de Young. Por um lado, afirma que esta tem uma noção errada e por vezes ingénuo da realidade social e política; por outro, que não compreendeu a sua proposta e, como tal, interpretou-a incorretamente, distorcendo sistematicamente os argumentos que procura criticar. A proposta apresentada, explica Fraser, não implica a necessidade de proceder a uma escolha mutuamente exclusiva entre economia ou cultura, redistribuição ou reconhecimento. Ao invés, funda-se na convicção de que é possível combinar políticas igualitárias de redistribuição com políticas emancipatórias de reconhecimento. Em vez de aprofundar divisões e antinomias, procuram-se forjar ligações entre cultura e economia e compreender as múltiplas reciprocidades entre ambas. Com efeito, conclui Fraser, aquilo que Young designou dicotomia é, na verdade, um “dualismo perspetivo” e a sua utilidade analítica e política decorre não do número de categorias ou faces, mas da sua qualidade epistemológica e capacidade explicativa.

Talvez motivada pelas críticas que lhe foram endereçadas, Fraser (1999), viria posteriormente a desenvolver e aprofundar a sua proposta filosófico-política. Com base na crítica de uma gramática política que tende a dissociar os dois tipos de reivindicações de justiça, tornando-os falsas antíteses, reafirmou que a justiça requer simultaneamente redistribuição e reconhecimento e por isso é indispensável a sua integração num quadro teórico-prático unificado, nomeadamente num contínuo cujos extremos estão preenchidos pelos “tipos-ideais” de redistribuição (classe social) e de reconhecimento (estatuto cultural). É quando nos afastamos dos extremos, porém, que as complexas texturas do real vêm ao de cima, emergindo então diferenciações sociais híbridas que combinam características económicas e culturais e que por estarem simultaneamente enraizadas nas estruturas económicas e nas hierarquias culturais, podem produzir injustiças de pendor económico e/ou cultural.

Fraser introduz também um termo novo – paridade de participação – que designa o núcleo normativo do seu esquema teórico e segundo o qual a justiça implica a existência de

uma organização social que permita a interação paritária de todos os seus membros constituintes. Para que isso seja possível, no entanto, para além da igualdade formal, são necessárias duas condições adicionais, designadamente: i) a distribuição dos recursos materiais deve assegurar a independência e voz dos participantes (condição objectiva); ii) os padrões culturais institucionalizados devem expressar igual respeito por todos os participantes e assegurar oportunidades iguais de obtenção de consideração/reconhecimento social (condição intersubjectiva).

Como se depreende, a primeira condição remete para o paradigma redistributivo e, a segunda, para o paradigma do reconhecimento encontrando-se, cada um deles, associado a uma determinada ordem de dominação socialmente inscrita – classe social e estatuto cultural, respetivamente. Se, por um lado, a existência de uma estrutura de classes, representa a institucionalização de mecanismos distributivos que negam a alguns membros da sociedade os meios e oportunidades necessários para a sua participação paritária na vida social; por outro, a existência de uma hierarquia de estatutos culturais, espelha a institucionalização de padrões de valores culturais que negam a alguns membros da sociedade o reconhecimento necessário para a sua participação paritária na vida social.

Reconhecendo possivelmente alguma fragilidade na abordagem dualista anteriormente formulada, Fraser aborda também esta questão. Com efeito, assinala a autora, uma abordagem crítica da justiça deve assumir, simultaneamente, as perspetivas da distribuição e do reconhecimento, sem reduzir uma à outra. O termo “dualismo perspectivo”, por ela cunhado, visa precisamente traduzir, como já referimos, a noção de que economia e cultura devem ser consideradas duas perspetivas analíticas e não dois domínios sociais substantivos, ou campos existenciais, incompatíveis. Se, de um ponto de vista económico, a justiça é uma questão de redistribuição igualitária; de um outro, cultural, é uma questão de reconhecimento recíproco. No entanto, sugere Fraser, só rejeitando o economicismo ou o culturalismo é possível compreender as lógicas de reciprocidade e justaposição entre economia e cultura, sem cair na armadilha da sua reificação e/ou ossificação (ver Fraser, 2000, 2001, 2002).

Posteriormente, Fraser (2005, 2009) refletiu também sobre a problemática da escala defendendo que, na atualidade, o debate em torno da justiça não deve pressupor como única referência geopolítica aquilo que se pode designar como “quadro Vestefálio-Keynesiano”. Embora tradicionalmente as questões de justiça – redistribuição e reconhecimento – fossem delimitadas pelas fronteiras do Estado-nação moderno, circunscritas ao seu território e

referentes apenas aos cidadãos a ele juridicamente vinculados, a globalização capitalista – no sentido da compressão espaço-temporal e da intensificação das relações multiescalares – parece ter alterado profundamente esta realidade. Para Fraser (2005: 71), «este quadro está a perder a sua aura de evidência», ou seja, o Estado-nação já não tem o estatuto de comunidade política primordial ao nível da reflexão em torno da problemática da (in)justiça. Esta evolução no seu pensamento é também acompanhada da inclusão de uma componente adicional ao seu original esquema dualista, designadamente, a dimensão política da reivindicação. No entanto, porque a cidadania – política em ato – ocupa, nesta investigação, um lugar central, não iremos acompanhar Fraser neste desenvolvimento do seu pensamento filosófico-político, optando, assim, por preservar a formulação dualista que havia inicialmente delineado.

O regresso (a título póstumo) de Young (2009) foi marcado, por seu turno, por uma assinalável continuidade na linha de reflexão sobre (in)justiça de que havia sido pioneira e por uma notável convergência com o ponto de partida adotado por Fraser com quem, aliás, volta a dialogar. Neste trabalho, contrastam-se dois modelos das políticas da diferença: o da desigualdade estrutural e o da cultura social, defendendo-se que a progressiva ascensão deste último, ao nível da discussão académica mas também da opinião pública em geral, estreitou o debate em torno da (in)justiça.

Na verdade, apesar de chamar a atenção para a necessidade de construir instituições capazes de preservar as diferenças entre pessoas e culturas desde que estas não encerrem em si ideários e/ou projetos opressivos, Young refere que o modelo da cultura social parece não apenas reforçar a hegemonia liberal – na medida em que limita a política à ação estatal, procurando normalizar a dissidência e o antagonismo – mas também obscurecer alguns dos mecanismos produtores de injustiças, restringindo assim a nossa capacidade para pensar soluções justas. Em contraposição, o modelo da desigualdade estrutural – baseado em eixos estruturais das sociedades contemporâneas tais como a divisão social do trabalho, o poder institucional e a hegemonia normativa – coloca o enfoque na profundidade e no carácter sistémico da desigualdade, chamando a atenção para os processos de exploração, marginalização e normalização que mantêm muitas pessoas e/ou grupos sociais em posições de subalternidade.

Salientando que o seu trabalho tem sido desenvolvido no quadro deste último modelo, a autora acrescenta também que a resistência à desigualdade estrutural implica desafiar as regras formais que permitem que algumas instituições e/ou pessoas tenham a capacidade de

sistematicamente confinar alguns grupos sociais a posições desvantajosas ou subordinadas. No entanto, a inexistência de um “sujeito universal”, leva a que os processos de eliminação da desigualdade e injustiça devam reconhecer as diferenças existentes entre grupos sociais e, para além disso, que os grupos desfavorecidos sejam compensados e vejam alguns dos seus atributos, posições ou ações sociais revalorizadas.

Embora associando Fraser ao modelo em que também se filia – modelo de desigualdade estrutural – Young volta a criticá-la pela sua utilização de apenas duas categorias (redistribuição e reconhecimento), considerando que esta leitura obscurece o complexo funcionamento das desigualdades estruturais. Polarizar a economia e a cultura como duas categorias mutuamente exclusivas é demasiado redutor e simplista, sendo mais útil a existência de múltiplas categorias/faces para designar processos limitadores de oportunidades e/ou acesso a recursos e procurar compreender como se articulam.

Na sua derradeira obra que, tal como a anterior, foi publicada a título póstumo, Young (2011) deixou-nos algumas pistas adicionais sobre o rumo que pretendia então começar a imprimir à sua reflexão sobre a justiça (ver Gould, 2009; Martínez, 2009). Neste trabalho, aprofundando a sua reflexão sobre a natureza estrutural da injustiça e as condições em que esta ganha forma, usualmente dentro dos limites das regras e normas socialmente aceites, a autora sugere que a injustiça estrutural «existe quando os processos sociais colocam grandes grupos de pessoas sob a ameaça sistemática da dominação ou privação dos meios para desenvolver e exercer as suas capacidades enquanto permitem que outros dominem um vasto espectro de oportunidades para desenvolverem e exercer as capacidades de que dispõem» (Young, 2011: 52).

Para além disso, sugeriu também que os processos sócio-estruturais são fenómenos complexos que podem ser percebidos a partir de quatro posições distintas, embora interligadas, designadamente, como: i) factos sociais objectivos experienciados pelos sujeitos como constrangimentos ou catalisadores; ii) espaço macro-social no qual as posições dos sujeitos se relacionam entre si; iii) existindo apenas em ações; iv) consequências inadvertidas da combinação das ações de muitas pessoas (ver Pinto, 2014).

Adicionalmente, escreve Young, os constrangimentos objetivos inerentes às estruturas podem tomar, pelo menos, i) uma forma material – traduzindo a impressão deixada no mundo físico pelos efeitos acumulados de decisões e ações passadas, que continuam a influenciar as possibilidades individuais e/ou coletivas para a ação transformadora e ii) uma forma

institucional-normativa – que inclui regras legais impostas pela acção estatal e expressões mais ou menos implícitas que se manifestam enquanto costumes e hábitos socialmente reconhecidos e conservados. No seu conjunto, ambas bloqueiam, indireta e cumulativamente, as possibilidades para a acção humana, embora o façam de maneiras diferenciadas, levando a que alguns grupos sociais e/ou pessoas tenham mais opções que outras.

Neste trabalho, Young acaba também por resgatar ao pensamento de Rawls, a noção de que a (in)justiça está relacionada com a estrutura básica da sociedade porque os seus efeitos são profundos e ubíquos. No entanto, criticando a sua ancoragem liberal centrada no indivíduo atomizado, defende que a (in)justiça deve ser olhada, simultaneamente, dos pontos de vista interrelacional e institucional. Curiosamente, sugere, numa clara convergência com Fraser, que apenas uma perspectiva dualista permite compreender a (in)justiça em toda a sua profundidade e amplitude.

Mais recentemente, Fraser (2012) abordou explicitamente a questão da justiça de uma forma algo diferente do que havia feito anteriormente, considerando-a agora a mais fundamental das virtudes humanas; aquela que, pelo seu estatuto especial, subordina todas as outras (ex: eficiência, organização, harmonia, dignidade), dado que a realização, florescimento e desenvolvimento de qualquer uma delas depende, em primeira instância, da eliminação da injustiça. Por outro lado, também se debruçou sobre o carácter estrutural da justiça, sugerindo mesmo que, quando se procura avaliar a justiça de um dado processo, fenómeno ou contexto, devemos ter sempre presente a sua relação com a estrutura básica da sociedade. É, aliás, um passo crucial para que se possam abandonar a superficialidade dos eventos e se consigam alcançar as raízes institucionais que definem os termos e as condições que os determinam.

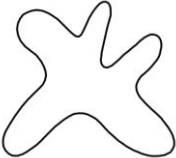
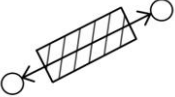
A constatação de que «a justiça nunca é realmente experienciada diretamente» (*ibid.*: 43), traduz uma outra faceta da problemática tensão entre justiça e injustiça que temos vindo a explorar, nomeadamente, o facto de que é apenas através da experiência da injustiça que conseguimos formular uma noção de justiça – «apenas ponderando o carácter do que consideramos injusto começamos a ter noção do que seria uma alternativa. Apenas contemplando o quanto custaria superar a injustiça, o conceito, de outra forma abstrato, de justiça, adquire conteúdo» (*ibid.*). Mas, interroga-se a autora, o que é a injustiça? Ensaçando uma resposta, afirma: uma relação estrutural na qual algumas pessoas se vêm destituídas de igual valor moral.

Neste ensaio, elencam-se também oito pressupostos que, no seu conjunto, constituem aquilo que tomamos a liberdade de designar como axiomática da (in)justiça. Em primeiro lugar, o enfoque na injustiça é considerado vantajoso. Não é necessário saber exatamente o que é a justiça para saber quando ela está ausente ou se encontra ameaçada. É preciso, isso sim, tornar mais sensível o nosso sentido de injustiça, procurando descortinar o que está por detrás da “espuma dos dias” e nos tolhe a capacidade de compreender e interpretar o mundo que nos rodeia. Apenas através de um processo de pensamento negativo e contrastante podemos ativar o conceito de justiça, resgatá-lo da esfera abstrata em que normalmente se encontra (na tradição liberal, por exemplo), concretizando-o, enriquecendo-o e tornando-o parte integrante do mundo terreno que procuramos compreender e ajudar a transformar. Em segundo lugar, deve suspeitar-se de construções essencialistas da diferença, isto é, tentativas de traçar rígidas linhas separadoras entre “nós” e “os outros”, invocadas para legitimar uma ordem social polarizada. Frequentemente, uma tal preocupação com a identificação essencialista das diferenças deixa apenas antever um desejo de exclusão. Em terceiro lugar, deve colocar-se o enfoque na estrutura básica da sociedade e não dirigir as nossas atenções para as relações entre os sujeitos. Apenas assim é possível perceber quando, apesar de integrarem um mesmo “universo moral”, estando, assim, sujeitas à mesma estrutura social básica, as relações entre diferentes grupos sociais e os seus membros constituintes são institucionalmente injustas. Em quarto lugar, deve suspeitar-se de abordagens que enquadram erradamente a justiça, retirando a alguns sujeitos e/ou grupos sociais o seu igual estatuto moral mesmo que partilhem a mesma estrutura básica da sociedade. Em quinto lugar, deve questionar-se a tendência para a redefinição das desigualdades estruturais como problemas individuais, explorando em profundidade as interpretações que atribuem às pessoas a responsabilidade pelas suas próprias circunstâncias desfavoráveis e, concomitantemente, recentrar o nosso olhar nos grandes padrões de estratificação e diferenciação, nos mecanismos causais que produzem hierarquias e nas estratégias ideológicas, tais como a personalização, que os obscurecem. Em sexto lugar, não deve assumir-se que a ausência de uma crítica ou protesto explícitos traduzem automaticamente a inexistência de injustiça pois é preciso compreender que a oposição à injustiça depende da disponibilidade de recursos discursivos e esquemas interpretativos que permitam a sua consciência. Muitas vezes, a fixação dos termos do debate exclui quaisquer possibilidades de vozes outras que não as dos grupos sociais dominantes, que têm o poder de decidir aquilo que pode e deve ser dito e tomado como

norma. Em sétimo lugar, devem procurar reestabelecer-se as ligações entre subjetividade e objetividade desconfiando-se de perspectivas que priorizam a individualidade e transformam em fetiches atributos sociais como a vida privada, a interioridade ou o amor, ao mesmo tempo que, de forma sistemática, negam a um vasto conjunto de pessoas as condições materiais para a sua realização. Por último, deve respeitar-se e dignificar-se a criatividade dos oprimidos, valorizando os seus esforços para a construção de uma vida melhor, mesmo nas circunstâncias mais desfavoráveis, cultivar a indignação social e a imaginação política alternativa. A justiça deve tornar-se a virtude humana fundamental não apenas na teoria, mas também, e sobretudo, nas práticas sociais concretas que ajudam a forjar uma existência mais digna.

A descrição pormenorizada das trajetórias percorridas por Young e Fraser, que agora damos por concluída, deu-nos a oportunidade de colocar em evidências inúmeros aspetos convergentes e divergentes que aqui sintetizamos (ver Quadro 1.3).

Quadro 1.3. Mapa sinótico da (in)justiça em Iris Marion Young e Nancy Fraser

	Iris Marion Young	Nancy Fraser
Justiça...	implica a eliminação da opressão e dominação	é a mais fundamental das virtudes humanas e requer paridade de participação (recursos materiais + padrões culturais)
Injustiça...	surge quando existem constrangimentos ao desenvolvimento e à auto-determinação	é uma relação estrutural em que algumas pessoas se vêm destituídas de igual valor moral e decorre da existência de estruturas de classes sociais e hierarquias de estatutos culturais
Dispositivo analítico-interpretativo	cinco faces da opressão	dualismo perspetivo
Categorias de análise	exploração, marginalização, impotência, imperialismo cultural, violência	exploração, marginalização, privação, dominação cultural, não-reconhecimento, desrespeito
Representação visual		

Fonte: elaboração própria

Por um lado, ambas partem de um posicionamento feminista crítico, profundamente comprometido com a transformação social sendo, aliás, instrumental a investigação que fazem a esse nível. Não é, pois, de estranhar, que ambas tenham tomado como ponto de

partida a importância crescente de experiências e dinâmicas de reivindicação fundadas no reconhecimento. Não obstante, distanciam-se daqueles que, embalados por este movimento reivindicativo, passaram, desde então (porventura, inebriados por abordagens culturalistas tão ao jeito do paradigma neoliberal), a ignorar a face económica da (in)justiça.

As estratégias e arquiteturas analíticas encontradas para lidar com o desafio de integrar redistribuição e reconhecimento num mesmo quadro racional são, porém, distintas, embora não tanto quanto poderia à primeira vista parecer. Se é verdade que os núcleos centrais de ambos os esquemas interpretativos são diferentes, enfatizando Young as condições institucionais que possibilitam o desenvolvimento e a auto-determinação e Fraser a paridade de participação (com as suas condições objectivas e intersubjetivas), também se constata que ambas reconhecem um igual valor moral a todos os membros da sociedade. Para além disso, embora Young pareça adotar uma arquitetura conceptual mais próxima e por isso mais adequada à compreensão da complexidade das múltiplas manifestações de injustiça nas sociedades contemporâneas – as cinco faces da opressão – tal não nos parece inteiramente correto. Enquanto esta expõe imediatamente o esquema analítico-interpretativo com que se equipa para analisar a (in)justiça, Fraser, por seu turno, delineou um quadro conceptual de maior densidade pois, na proposta que formula, o contínuo redistribuição-reconhecimento (dualismo perspectivo) desdobra-se em seis categorias analíticas – exploração, marginalização, privação, dominação cultural, não-reconhecimento, desrespeito – que apresentam um elevado grau de justaposição com as cinco faces definidas por Young. Entre ambas, as sobreposições e complementaridades são por demais evidentes.

Por outro lado, ambas colocam o enfoque nas estruturas sociais e institucionais da (in)justiça e nos grupos sociais, rejeitando a visão atomizada dos indivíduos, e atribuem à justiça um estatuto superior a todas as outras virtudes humanas. No entanto, contrariamente à abordagem rawlsiana, não partem de hipotéticas condições ideais mas sim das múltiplas circunstâncias e contingências concretas dos quotidianos humanos. Aliás, também por isso, privilegiam uma abordagem invertida, isto é, começam por perscrutar no horizonte social as manifestações de injustiça para depois compreender melhor como se interrelacionam e, conseqüentemente, quais as melhores estratégias políticas e cidadãs para contrariar os seus efeitos negativos.

Consideramos, em suma, que as divergências entre Young e Fraser não são, de todo, irreconciliáveis e que, na verdade, parecem espelhar dificuldades recíprocas ao nível da

tradução das diferentes nuances que cada uma delas imprimiu na sua obra, obstaculizando, assim, a sua mútua inteligibilidade. Este diálogo mostrou também de forma clara a inseparabilidade da redistribuição e do reconhecimento, e das inúmeras categorias em que se desdobram para a análise da (in)justiça. Se a injustiça emerge de múltiplas e complexas interseções que impedem o desenvolvimento e a auto-determinação humana então, a justiça só se pode construir, também ela, a partir de estratégias políticas cidadãs que não negligenciem essas mesmas dinâmicas.

1.3. Uma viagem ao(s) mundo(s) da segregação urbana

Em termos gerais, a segregação urbana é vista, fundamentalmente, como um processo sócio-espacial de urbanização da injustiça. Consequentemente, embora não sendo negligenciados, os inúmeros trabalhos que no domínio da segregação urbana têm privilegiado uma abordagem de natureza eminentemente técnica e instrumental (ver, por exemplo, Borjas, 1998; Duncan e Duncan, 1955; Elgie, 1979; Elgie e Clark, 1981; Grannis, 2002; Hardman e Ioannides, 2004; Holloway *et al.*, 2012; Ihlanfeldt, 2002; James e Taeuber, 1985; Johnston *et al.*, 2002b; Johnston *et al.*, 2007; Kaplan e Woodhouse, 2005; Massey *et al.*, 1996; Miller e Quigley, 1990; Morgan, 1975; Netto e Krafta, 1999; O'Sullivan e Wong, 2007; Ransom, 2000; Reardon e Firebaugh, 2002; Reardon e O'Sullivan, 2004; Roof, 1972; Simpson, 2004, 2007; Waldorf, 1993; Wong, 1993, 2003), não constituem o foco da nossa reflexão.

A orientação aqui adotada não prioriza, antes pelo contrário, a quantificação e medição estatística da segregação urbana – abordagem que, do nosso ponto de vista, é muitas vezes sobrevalorizada – mas sim a compreensão das suas origens e dos seus efeitos, bem como as experiências de vida que lhe estão inextrincavelmente ligadas.

Por outro lado, ainda que não ignoremos a existência de diferentes configurações da segregação urbana, com as suas especificidades próprias, que ocorreram em momentos distintos da história da humanidade (ver Marcuse 2002; Marcuse e Kempen, 2002; Mumford, 1961/1998; Topalov, 2002), neste estudo privilegamos o modo como ela se manifesta no mundo contemporâneo.

Paralelamente, apesar de colocarmos o enfoque nas formas como a segregação urbana tem sido investigada nos contextos europeu (com toda a sua diversidade interna) e norte-americano, importa frisar que também não ignoramos a existência de trabalhos que incidem

sobre outros contextos geográficos (ver Davis, 2006; Fielding, 2004; Potter, 1986; Roberts e Wilson, 2009; Schteingart, 2001). As diferenças existentes nestes últimos, porém, são de tal ordem que consideramos não existirem vantagens significativas para a construção do quadro analítico-interpretativo que preside a esta investigação.

Da mesma forma, gostaríamos de sublinhar que, no âmbito da presente investigação, embora saibamos que existem inúmeras categorizações culturais – altamente problemáticas (ver Phillips, 2007) – e que o estudo da segregação urbana tem também contemplado diferentes comunidades imigrantes e minorias étnicas e religiosas como, por exemplo: muçulmanos (Phillips, 2006), judeus e árabes (Falah, 1996), indianos, caribenhos e bangladeshis (Peach, 1999), protestantes e católicos (Doherty e Poole, 1997, 2000; McPeake, 2000; Poole e Doherty, 1996), turcos (Hanhörster, 2001; Kempen e Özüekren, 1998), chechenos (Gentile, 2003), vietnamitas (Airriess, 2002), chineses e sul-asiáticos (Balakrishnan, 2001), maoris (Johnston *et al.*, 2004b) ou portugueses (Teixeira, 2006), iremos, a este respeito, colocar o enfoque sobre as populações de origem africana. Efetivamente, no caso português, parece-nos indiscutível a existência de uma relação estreita entre as comunidades africanas e a segregação urbana. É importante salientar também que a conceção dialética da segregação urbana que privilegiamos, implica, necessariamente, que a literatura consultada vá para além do campo restrito, e mais convencional, da segregação residencial e que temas como a segregação étnica e “racial”, o insucesso escolar, o racismo, a marginalização e estigmatização, a pobreza e a exclusão social, entre outros, sejam também invocados (ver Bader, 2008; Clavel, 2004; Costa, 2004; Machado, 1994, 2001; Machado *et al.*, 2005; Rosário *et al.*, 2011; Vala *et al.*, 1999; Wieviorka, 2002a, 2002b).

Por fim, importa também salientar o facto de estarmos plenamente conscientes da existência de perspetivas distintas de análise e leitura dos processos de desenvolvimento urbano contemporâneos, que não colocam o enfoque na segregação urbana mas sim noutras facetas igualmente relevantes, como por exemplo: a fragmentação (Coy, 2006; Gandy, 2008; Mommaas, 1996; Salgueiro, 1998a, 1999a; Sarmiento, 2003), a gentrificação (Ley, 2003; Mendes, 2008a, 2011; Rodrigues, 1999; Smith, 1996b, 2002), a privatização (Hayward, 1997; Li, 1997; Raco, 2012), a vigilância e punição (Coleman, 2005; Gray, 2003), a estetização e festivalização (Duncan e Duncan, 2004; Goonewardena, 2005; Quinn, 2005; Waitt, 2008), entre outras. A complexidade dinâmica do mundo urbano faz com que todas estas facetas possam manifestar-se em simultâneo, sem que isso constitua uma contradição de fundo, mas

sim um reflexo da adoção de abordagens analítico-interpretativas distintas. Esta leitura, para além de considerarmos, evidentemente, que a segregação urbana constitui um dos processos em que a urbanização da injustiça emerge com maior contundência, justificam a orientação que damos à nossa investigação.

A reflexão seguinte organiza-se em três partes. Primeiro, num enquadramento inicial, definimos o conceito de segregação urbana e tecemos algumas considerações gerais, procurando descrever a forma como este processo sócio-espacial tem sido investigado. Em seguida, exploramos as suas causas, ou seja, as condições suscetíveis de gerar e promover o desenvolvimento da segregação urbana. Por último, descrevemos, tão exaustivamente quanto possível, os seus efeitos por forma a que a sua natureza eminentemente injusta, em linha com a reflexão feita em 1.2, se torne mais explícita e facilmente compreensível.

É, aliás, à luz da discussão anterior sobre (in)justiça e de uma leitura de síntese de propostas formuladas por um vasto conjunto de autores (Castells, 1972; Dingu-Kyrklund, 2008; Eijk, 2010; Häussermann e Siebel, 2001; Iceland, 2006; Johnston *et al.*, 2002a, 2003; Marcuse, 2000, 2005; Massey e Denton, 1988, 1993; Mollenkopf e Castells, 1992; Poulsen, 2009; Vaughan e Arbaci, 2011; Wilson, 1987) que, no âmbito desta reflexão, e de um ponto de vista mais preciso, a segregação urbana deve ser entendida como o processo de separação e/ou isolamento espacial de diferentes grupos sociais (considerados “inferiores”) de acordo com as suas características económicas (classe social) e culturais (estatuto cultural). Deste modo, num mesmo conceito, integram-se duas facetas – económica e cultural – que, embora convergentes e justapostas, são, por vezes, consideradas separadamente, como se viu anteriormente. Ao preservar o carácter interativo e totalizante da segregação urbana (ver Golbberg, 1998) evitam-se formalismos e abstrações analíticas excessivas que, como já assinalámos, não fazem sentido num estudo como este.

1.3.1. Perspetivas: da crítica novecentista à atualidade

Do nosso ponto de vista, no que toca ao estudo e investigação sobre a problemática da segregação urbana, podem identificar-se, grosso modo, três grandes períodos de referência: i) crítica novecentista da cidade industrial europeia; ii) contributos da Escola Ecológica de Chicago (EEC) nas primeiras décadas do século XX; iii) crítica, expansão e aprofundamento plural da investigação, sobretudo, a partir do pós-guerra (incluindo dois momentos distintos:

a) 1940-1950; b) 1960/1970 até à atualidade (Quadro 1.4).

Quadro 1.4. Perspetivas de análise da segregação urbana: breve cronologia

	Crítica novecentista da cidade industrial europeia	Contributos da Escola Ecológica de Chicago (EEC)	Crítica, expansão e aprofundamento plural	
Período	séculos XVIII-XIX	início século XX	“pós-guerra”	
			1940-1950	1960/70 – atualidade
Protagonistas	médicos, planeadores, urbanistas pioneiros e setores sociais progressistas	membros da EEC	críticos da EEC, investigadores quantitativos	investigadores e ativistas
Espaço-arquétipo	Manchester	Chicago	Modelo espacial	Chicago, Paris, São Paulo, Los Angeles
Abordagem	higienista, literária, etnográfica	científica, “darwinista”, sociológica, ecológica	estatística (ecologia fatorial, análise multivariada)	política económica, sócio-espacial
Autores/obras pioneiras	Engels (1845) <i>The Conditions of the Working Class in England</i> ; Dickens (1859) <i>A Tale of Two Cities</i> ; London (1903) <i>People of the Abyss</i>	Park e Burgess (1925) <i>The City</i> ; Burgess (1925) <i>The Growth of the City</i>	Hoyt (1939) <i>The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities</i> ; Harris e Ullman (1945) <i>The Nature of Cities</i> ; Shevsky e Bell (1955) <i>Social Area Analysis</i>	Rex e Moore (1967) <i>Race, Community and Conflict</i> ; Harvey (1973) <i>Social Justice and the City</i> ; Wilson (1987) <i>The Truly Disadvantaged</i> ; Davis (1990) <i>City of Quartz</i> ; Massey e Denton (1993) <i>American Apartheid</i> ; Caldeira (2000) <i>City of Walls</i> ; Wacquant (2008) <i>Urban Outcasts</i>
Ideias-chave	doença, higiene, insalubridade, industrialização	áreas naturais, metabolismo, invasão, zonas concêntricas	estrutura setorial, múltiplos núcleos, áreas sociais	marxismo, escolha racional, pobreza urbana, <i>underclass</i> , cidade-fortaleza, marginalidade avançada

Fonte: elaboração própria

No contexto europeu, a segregação urbana, tal como a assumimos neste trabalho, emergiu com a reestruturação das cidades iniciada no final do século XVIII³, quando a separação espacial e isolamento dos diferentes grupos sociais se passou a basear na dissociação dos locais de trabalho e residência e na cada vez maior concentração de população em cidades. Enquanto anteriormente as divisões espaciais eram vistas como inevitáveis e naturais, na medida em que a mobilidade social era muito limitada e os sujeitos se encontravam como que amarrados à sua condição existencial de origem, com o advento do capitalismo, a forma das cidades, particularmente no que respeita à localização residencial, passou a ser vista como um produto da ação humana mediada pelo mercado (Marcuse, 2002).

Com efeito, e sobretudo pelas inúmeras disfuncionalidades e contradições que lhe estão subjacentes, a mercadorização da habitação (que progressivamente foi conferindo elevada rentabilidade ao mercado imobiliário) tornou-se progressivamente um dos traços mais significativos da produção social do espaço no capitalismo. Por exemplo, a minuciosa análise de Lewis Mumford (1961/1998), oferece-nos algumas pistas adicionais que nos permitem compreender melhor as condições de mau alojamento, sobrelotação e insalubridade, no momento em que a segregação urbana começava a ganhar expressão. Efetivamente, afirmou o autor «tanto nos velhos como nos novos bairros, chegou-se a um máximo de imundície e sujeira que nem a mais degradada cabana de um servo teria alcançado na Europa medieval» (*ibid.*: 499). Para além disso, observou, «mesmo em nível tão baixo de urbanização, mesmo com acompanhamentos tão imundos, não se construía casas em número suficiente em muitas cidades; e nestes casos, condições piores ainda tinham predomínio. Os porões eram usados como moradias» (*ibid.*: 500). Consequentemente, tais espaços eram um terreno fértil para a disseminação de inúmeras doenças – raquitismo, doenças epidérmicas, febre tifóide, varíola, escarlatina, tuberculose, bronquite, pneumonia – e verificavam-se níveis de mortalidade infantil muito elevados.

Processo historicamente ligado à industrialização da economia e à urbanização, a segregação urbana suscitou, desde logo, o interesse de alguns setores sociais progressistas preocupados com os efeitos nefastos do crescimento urbano-industrial. Para além de algumas

³ Na sociedade pré-industrial existiam já manifestações primordiais de segregação urbana (ex: mourarias, judiarias, bairros dos cristãos-novos). No entanto, como salienta Lucília Gaspar (2003), a maior parte da população residente coabitava em espaços de proximidade, sobretudo devido à fraca mobilidade então existente, sendo a distinção entre grupos sociais efetuada com base na dimensão e mobiliário interior dos alojamentos. Na sociedade industrial, assiste-se a uma transformação qualitativa no processo de segregação urbana.

obras literárias de vulto como, por exemplo, *A Tale of Two Cities* de Charles Dickens (1859/2007), ou *The People of the Abyss* de Jack London (1903/2001), a crítica novecentista da cidade industrial europeia tem origem na literatura de alguns médicos, planeadores e urbanistas pioneiros. *The Condition of the Working Class in England*, obra de Friedrich Engels (1845/2005), merece ser destacada pela sua pungente e vívida descrição das condições de vida das classes trabalhadoras inglesas e pela manifesta preocupação com a integração das dimensões social e espacial (ver Katznelson, 1992). Nela se demonstrou que era justamente nas grandes metrópoles como Londres, Manchester, Birmingham ou Leeds, com todo o seu poder e imponência, que, paradoxalmente, se podiam encontrar as situações mais extremas de indiferença, egoísmo e miséria. Cada grande cidade tinha uma ou mais áreas de elevada densidade – “as piores casas nos piores bairros” – onde a classe trabalhadora se concentrava, com alojamentos mal planeados, mal construídos, mal ventilados e em avançado estado de degradação. Com efeito, Engels oferece-nos uma leitura etnográfica que presta muita atenção às especificidades inerentes às condições de vida dos trabalhadores e nos permite delinear os contornos de um modelo de estruturação urbana. Não só promoveu uma maior consciencialização da natureza sistémica e generalizada do processo de segregação urbana, mas também procurou – ao integrar as questões do solo, da renda, do mercado de habitação, do trabalho e dos movimentos laborais – compreender os motivos que poderiam ajudar a explicar a segregação urbana da cidade capitalista que então emergia.

O segundo período, baseado no trabalho desenvolvido pela EEC, da qual faziam parte figuras como Ernest Burgess (1886-1966), Louis Wirth (1897-1952) e Robert E. Park (1864-1944), apresenta, como uma das suas principais características, a atribuição de um maior relevo à problemática da segregação urbana que passou, então, a ser vista como digna de tratamento académico e científico.

Fortemente inspirados pelas concepções durkheimianas de comunidade e sociedade e pelo neo-positivismo, as explicações analíticas da segregação desenvolvidas pela EEC atribuem um grande relevo às lógicas e aos efeitos de escolhas individuais (Bógus, 2009). O fascínio pelas questões urbanas, pela complexidade das cidades e das suas comunidades e bairros, impeliu este grupo de investigadores a procurar encontrar padrões e regularidades espaciais por entre aquilo que aparentemente seria caótico e confuso; no fundo, a investigar a vida social no quadro daquilo que designavam áreas naturais e analisar a distribuição espacial de comportamentos desviantes (Berry e Kasarda, 1977; Janowitz, 1967). A compreensão da

organização social das cidades era, efetivamente, o foco principal da sua atenção e estas, vistas como expressões da natureza humana, configuravam a arena em que desenvolviam os seus estudos sociológicos.

Em *The City*, notável obra de síntese editada por Park e Burgess (1925/1967) que viria a influenciar fortemente tudo o que seria posteriormente feito no âmbito da EC, foram plasmados alguns dos aspetos mais definidores desta escola. Gostaríamos de destacar a centralidade atribuída ao estudo das áreas naturais – áreas de segregação populacional – porque, sendo os contatos de proximidade considerados a base para as mais simples formas de associação social, essas áreas e bairros eram considerados as unidades básicas de organização social e política das cidades (ver Kempen, 1994).

Adicionalmente, estabelecia-se também uma relação, algo mecânica e determinista, entre a degradação física do tecido urbano e uma certa desordem e falência moral de algumas comunidades. Existia, aliás, o reconhecimento de um conjunto vasto de problemas sociais urbanos que necessitavam e exigiam a construção de soluções reformistas. Por outro lado, enfatizavam-se tanto a rejeição de concepções nostálgicas da cidade pré-industrial como as negativas da cidade moderna, contrapondo-se-lhes uma visão progressista e positiva do ambiente urbano que, aliás, viria a ser mais tarde sintetizada por Wirth (1938) que, entre outros aspetos, colocou a tónica na dimensão, densidade e heterogeneidade das cidades como fatores conducentes à inovação e ao progresso. Por último, tal como assinala Juan V. Ibarz (1995), a tensão existente entre o desenvolvimento da cidade e os problemas decorrentes do seu crescimento é vista pela EEC à luz de uma analogia orgânica, ou seja, a cidade é compreendida como se de um corpo vivo se tratasse e, por isso, suscetível de ser influenciada por patologias (sociais) que, se não forem devidamente tratadas, podem gerar múltiplas falências e disfuncionalidades.

Porventura a formulação mais acabada desta concepção organicista encontra-se em *The Growth of the City*, artigo pioneiro de Burgess (1925/1967), no qual o autor, pela primeira vez, apresenta o seu conhecido esquema de anéis concêntricos acompanhado de uma explicação baseada na analogia organicista. Nessa leitura, o metabolismo da cidade – alicerçado nos processos de expansão (extensão, invasão-sucessão e concentração) e mobilidade – explicaria a evolução da especialização do uso do solo, a sua estruturação socialmente segregada e a degradação das zonas em redor do centro urbano (não esquecer que o contexto norte-americano serve de referência). Na zona de transição, residiria a população

imigrante recém-chegada e aí seriam criados espaços segregados (guetos) permanentes e ocorreriam as condições de máxima concentração populacional e as piores condições de vida. Concomitantemente, concentrar-se-iam aí a pobreza, a degradação, a doença, e os submundos da criminalidade e do vício. Em suma, entraríamos numa espécie de “purgatório das almas perdidas”.

Embora datados e severamente criticados, como veremos de seguida, muitas das inquietações e interrogações suscitadas pela EEC preservam a sua atualidade. Os motivos da segregação urbana, o seu significado para as cidades e para as pessoas que lhes dão vida, em suma, as relações entre o desenvolvimento humano e as múltiplas geografias que lhe estão subjacentes, continuam a ser pertinentes.

O terceiro período – mais longo, complexo e heterogéneo – surge a partir da crítica e da expansão do argumentário da EEC e estende-se até à atualidade. Num momento inicial assenta justamente no desenvolvimento da proposta originalmente formulada por Burgess, aceitando-se a estrutura zonal do uso do solo urbano, mas não a generalização das explicações sociológicas a ela subjacentes. Apesar da preservação do esquema geral da cidade concêntrica, embora com correções e adaptações, procurou-se despi-lo da sua roupagem organicista e de muitos dos seus pressupostos. Não obstante, o seu valor explicativo e a sua aplicabilidade foram cada vez mais vistas como sendo histórica e culturalmente circunscritas.

Uma das primeiras críticas construtivas do modelo de Burgess foi apresentada por Homer Hoyt (1939) que, na sua proposta, admitia que a organização espacial das cidades era mais bem compreendida através de um modelo analítico assente numa estrutura setorial e não em zonas concêntricas, embora continuasse a considerar a existência de um centro. Depois, foi a vez de Chauncy Harris e Edward Ullman (1945) criticarem a excessiva simplicidade dos modelos anteriores, observando que muitas cidades não se desenvolvem a partir de um único centro mas sim através da integração progressiva de múltiplos núcleos. Posteriormente, embora igualmente críticos da lógica organicista de Burgess, tal como as duas propostas que acabámos de enunciar, autores como James Vance (1964), Peter Mann (1965), Geoffrey Kearsley (1983) ou Michael White (1987), prosseguiram o caminho por ele originalmente desbravado.

Paralelamente, despontava então uma outra abordagem, igualmente crítica da EEC, e, como seria de esperar no quadro da “revolução quantitativa” e do concomitante despontar da “nova geografia”, assentes num crescente interesse pela medição dos fenómenos sociais e pela

quantificação da realidade urbana. Eshref Shevky e Wendell Bell (1955), por exemplo, desenvolveram uma técnica designada “análise de áreas sociais” que consistia, fundamentalmente, na utilização de um procedimento multivariado, baseado em três componentes fundamentais – económica, familiar e étnica – que permitiam construir uma tipologia de áreas sociais. Na mesma linha, embora assente num raciocínio de tipo indutivo, contrastando assim com a análise dedutiva de áreas sociais, o desenvolvimento da ecologia fatorial e de análises multivariadas (ver Bourne e Murdie, 1972; Murdie, 1969) permitiu também um avanço significativo no estudo da organização social do espaço urbano. Em suma, contrastando com o trabalho desenvolvido pela EEC, que havia reconhecido uma certa complementaridade entre a descrição estrutural da divisão social do espaço urbano e a análise sócio-antropológica das práticas sociais dos grupos a ela associados, emergem os estudos quantitativos da segregação urbana, de feição empirista, assentes no cálculo de índices e na realização de análises multivariadas/fatoriais, abandonando, assim, a busca por uma maior compreensão das origens e dos efeitos da segregação urbana (Préteceille, 1995).

A partir das décadas de 1960/1970, a radicalização do pensamento social e a intensificação do seu teor crítico e emancipatório implicou uma crítica severa das teorias e modelos anteriores, considerados excessivamente mecânicos (concebendo os seres humanos como decisores racionais operando num ambiente abstrato), ideológicos (assentavam no mito da investigação isenta de valores, da ciência neutra, legitimando assim o capitalismo) e desprovidos de preocupações éticas (problemáticas da igualdade e da (in)justiça, por exemplo, eram ignoradas) (ver Goonewardena, 2004; Pacione, 2009a).

Foi, aliás, nesse contexto, que David Harvey (1973) viria a criticar as teorias ecológicas e neoclássicas de criação do gueto por considerá-las meramente descritivas, excessivamente superficiais e periféricas para uma compreensão aprofundada da questão da segregação urbana. Fundando o seu raciocínio no trabalho pioneiro de Engels, a que já fizemos alusão, colocou em evidência a desnecessidade de mais investigações empíricas de natureza quantitativa sobre as condições sociais no gueto. Com efeito, dizia-nos Harvey (*ibid.*: 144), «mapear ainda mais evidências da patente desumanidade humana é contra-revolucionário no sentido em que permite ao liberal existente em cada um de nós fingir que está a contribuir para uma solução quando na verdade não está. Este tipo de empirismo é irrelevante».

Os estudos urbanos de inspiração marxista consagraram, efetivamente, a análise

política e económica dos multifacetados processos de produção social do espaço urbano. A segregação urbana era concebida enquanto projeção espacial das relações sociais no capitalismo, funcionando assim como mecanismo fundamental para a sua reprodução (ver Castells, 1972; Harvey, 1974, 1975; Lipietz, 1977; Lojkine, 1977; Topalov, 1979).

Paralelamente, desenvolveu-se um princípio de interpretação teórica oposto que concebia a segregação urbana como produto das escolhas e comportamentos racionais dos indivíduos – teoria da escolha racional – que tendem a maximizar as suas vantagens em relação às suas preferências, não existindo uma responsabilidade estrutural do Estado ou do capital (ver Hechter, 1986). Esta perspectiva, como assinala Ana Paula Beja Horta (2007), tem sido bastante criticada. Por um lado, ao conceber o comportamento humano de forma abstrata e universal, revela-se incapaz de captar a natureza complexa e, muitas vezes, paradoxal e contraditória das relações sócio-espaciais; por outro, «o reducionismo individualista implicado nesta abordagem não possibilita uma análise clara das limitações das escolhas individuais e das mudanças de preferências que caracterizam o comportamento individual e colectivo» (*ibid.*: 336).

Do ponto de vista das relações entre o mercado de habitação e as desigualdades sociais urbanas, faceta incontornável da segregação urbana, é preciso também salientar o trabalho pioneiro de John Rex e Robert Moore (1967). Prestando especial atenção às políticas públicas de habitação e à integração de comunidades migrantes no mercado habitacional, a partir de uma perspectiva neo-weberiana (ver Abbas e Reeves, 2007; Rex e Mason, 1986) os autores procuraram explicar os processos conducentes à concentração de populações de origem imigrante nas áreas centrais degradadas de Birmingham. Evidenciaram também o papel desempenhado pela administração urbana – políticos, investidores e proprietários fundiários – ao nível do processo de desenvolvimento desigual das cidades, sobretudo, a importância dos promotores imobiliários na valorização de determinadas áreas urbanas em detrimento de outras, contribuindo, assim, para a existência de assimetrias sócio-espaciais (ver Logan e Molotch, 1987; Warner e Molotch, 2000).

A publicação de *The Truly Disadvantaged* por William Julius Wilson (1987) representou também um marco importante na investigação em torno da segregação urbana. Nesse trabalho, a partir do estudo do gueto de Chicago, considerado paradigmático no contexto dos EUA, apresentou-se uma teoria da pobreza urbana que procurava relacionar a concentração geográfica da pobreza e o conseqüente desenvolvimento de uma subclasse

(*underclass*) (ver Wilson, 2006), por um lado, com transformações económicas estruturais, padrões de discriminação ao nível das trajetórias de inserção no mercado de trabalho e o êxodo das classes médias e dos operários negros, por outro. Desse ponto de vista, a mobilidade residencial dos afro-americanos não-pobres resultaria no desaparecimento do efeito de “amortecimento social”, relegando os que o eram à vida em comunidades socialmente isoladas, sem recursos materiais nem acesso a empregos e redes laborais e sem qualquer exposição a modelos orientadores (Charles, 2003; Kasarda, 1988). Apesar da sua grande importância, este trabalho colocava o enfoque na dimensão social, negligenciando substancialmente a componente espacial do processo de segregação urbana.

Com a publicação de *American Apartheid* (Massey e Denton, 1993), observou-se uma transformação nos discursos científicos que, a partir de então, passaram a prestar uma atenção renovada à dimensão espacial, nomeadamente, residencial. Um dos objetivos desta obra foi denunciar «o falhanço sistemático [das teorias da *underclass*] na consideração do papel importante que a segregação tem desempenhado na mediação, exacerbação e, em última análise, amplificação dos nefastos processos sociais e económicos que abordam» (*idib.*: 7). O enfoque no abandono dos afro-americanos de classe média, como principal causa explicativa do desenvolvimento da *underclass*, deixava de fora, no entender dos autores, os efeitos devastadores da segregação residencial.

Figura cimeira da já referida Escola de Los Angeles, e conhecido por adotar um registo mais ensaístico e exploratório, Mike Davis (1990) tratou a questão da segregação de modo inovador ao olhar para ela enquanto processo de fortificação e auto-reclusão dos grupos sociais mais afluentes, por um lado, e controlo, vigilância e repressão crescentes dos espaços que, no contexto de Los Angeles, eram então ocupados, fundamentalmente, pelas famílias latinas pobres e pelos jovens negros, por outro. Na viragem da década (1980-1990), a proliferação de estruturas espaciais ligadas a sistemas de segurança física tornava-se uma obsessão que viria a marcar o desenvolvimento urbano das décadas seguintes. Com *City of Quartz*, a segregação urbana passa a ser vista como estando na génese de uma nova paisagem (pós-moderna), em que o *design*, a arquitetura e a vigilância configuram uma cidade profundamente marcada pela insegurança, pelo medo e pela destruição sistemática do espaço público.

Deslocando o debate para fora dos contextos norte-americano e europeu, em *City of Walls*, Teresa Caldeira (2000) colocou o enfoque sobre o modo como a segregação se articula

com o crime e a violência. A partir do estudo da metrópole de São Paulo, a autora adota uma perspectiva próxima da de Mike Davis relativamente a Los Angeles, salientando o modo como lado a lado com aquilo a que chama “enclaves fortificados”, ou seja, os espaços protegidos da riqueza, coexistem os espaços da pobreza e da marginalização. A segregação urbana corrói e compromete os princípios de abertura e livre circulação característicos da cidade enquanto espaço privilegiado da vida social, acentuando, pelo contrário, as desigualdades económicas e as diferenças económicas e dando maior visibilidade às estratégias de separação que se inscrevem no tecido urbano.

Paralelamente, Loïc Wacquant, sociólogo responsável pela introdução do conceito de marginalidade avançada, procurando traduzir a emergência de novas configurações de marginalidade no contexto das sociedades contemporâneas, contrastou as transformações sócio-espaciais associadas à pobreza urbana nos contextos norte-americano e europeu, sobretudo francês, e observou uma transformação na natureza da pobreza dessas metrópoles.

Enquanto antes parecia existir uma lógica residual, temporária e cíclica associada à pobreza, ou seja, a mobilidade sócio-espacial ascendente era uma dinâmica comum e recorrente, hoje, parece ter-se transformado num fenómeno de longa-duração, por vezes permanente e relativamente desligado de tendências macroeconómicas e incidindo particularmente sobre espaços urbanos em que o isolamento e a alienação sociais se reforçam mutuamente, alargando o fosso que os separa do restante tecido urbano (Wacquant, 1996).

Efetivamente, os bairros pobres parecem ser atravessados por uma espiral de deterioração aparentemente inescapável e por uma crescente violência “racial” e aversão social relativamente às circunstâncias de pobreza existencial que neles encontram terreno fértil para a sua (re)produção e progressão, desenvolvendo-se uma nova dinâmica sócio-espacial de concentração e estigmatização. Wacquant (1999: 1644) sugere que a nova marginalidade manifesta uma tendência para convergir e se aglomerar em torno de áreas claramente identificadas pelos seus habitantes, e não só, como «buracos infernais repletos de privação, imoralidade e violência onde apenas os párias da sociedade considerariam viver», espaços de miséria reconhecidos como repositórios de problemas urbanos, ameaçadores e que devem ser temidos. A sua (re)produção enquanto espaços sociais fortemente enraizados nas paisagens urbanas modernas conduz à amplificação de discursos de descrédito provenientes tanto de cima – domínios jornalístico, político, burocrático e, por vezes, científico – como de baixo – estrutura e textura das relações da vida quotidiana.

Para além disso, acrescenta Wacquant (2006: 30), «a partir do momento em que um lugar é publicamente etiquetado como uma zona de “não-direito” ou uma “cité fora da lei” e fora da norma, é fácil para as autoridades justificar medidas especiais, derogatórias face ao direito e aos costumes, que podem ter como efeito – quando não por objectivo – desestabilizar e marginalizar mais ainda os seus habitantes, submetê-los aos ditames do mercado de trabalho desregulado, torná-los invisíveis ou escorraçá-los de um espaço cobiçado». Efetivamente, aquilo a que chama “tentação penal”, atributo mais característico do chamado Estado-penitenciário, parece ter paulatina mas consistentemente transitado do contexto norte-americano para o europeu (ver Wacquant, 2000).

Em paralelo com a estigmatização, ocorre também uma diminuição acentuada do sentido de comunidade que tradicionalmente caracterizava os bairros operários, fortalecendo-se a lógica competitiva e a construção de estratégias de distanciamento e privatização que acentuam a marginalidade. Verifica-se, efetivamente «a dissolução do “sítio” (no sentido de lugar), ou seja, a perda de um quadro humanizado, culturalmente familiar e socialmente peneirado, com o qual as populações urbanas marginalizadas se identifiquem e no seio do qual se sintam “entre si” e em relativa segurança» (Wacquant, 2006: 30-31). Em suma, a segregação urbana é vista como um processo sócio-espacial gerador de experiências de vida estigmatizadas, desagregadas e desumanizantes.

Por outro lado, Wacquant sugere também que não é possível observar um processo de intensificação e transformação qualitativa da segregação europeia conducente ao aparecimento de guetos⁴, tal como sucede no contexto norte-americano (ver Kempen e Murie, 2009; Musterd e Winter, 1998; Peach, 1996, 2005; Préteceille, 2009). Contrariamente ao que se passou nos guetos, os espaços urbanos segregados das cidades europeias caracterizam-se pela sua diversidade cultural (étnica e/ou “racial”). Para além disso, embora severamente atacada e sob crescente pressão, a intervenção estatal ao nível da governação urbana, típica dos Estados europeus e nos antípodas das fortes restrições nos apoios sociais e do discurso legitimador da exclusão dos pobres existentes no outro lado do Atlântico, impede também a existência de condições suscetíveis de favorecer o aparecimento de guetos.

Outro aspeto importante tem a ver com o facto da intensificação da segregação urbana ser aparentemente maior quando consideramos o quadro metropolitano mais alargado do que

⁴ Na senda de Ceri Peach (1996), atribuímos à noção de gueto um duplo significado: i) um único grupo étnico ou “racial” constitui toda a população do espaço residencial considerado; ii) a maior parte dos membros desse grupo encontram-se nesse mesmo espaço.

quando cingimos a nossa observação aos contextos urbanos mais restritos (Musterd e Ostendorf, 1998). No entanto, é importante notar que, mesmo não se podendo falar com propriedade de uma nova ordem espacial, parece, efetivamente, verificar-se uma tendência para um preocupante fortalecimento estrutural das divisões espaciais e um aprofundamento das desigualdades entre elas (Marcuse e Kempen, 2000).

Por último, é importante referir o esforço de síntese levado a cabo por Tim Cassiers e Christian Kesteloot (2012) que lhes permitiu identificar duas grandes áreas de investigação no campo da segregação urbana. A primeira, assente na hipótese da incompatibilidade espacial, tem explorado as possibilidades da segregação espacial poder afetar as oportunidades das pessoas quando as áreas segregadas se desconectam das bacias de emprego. A segunda, pressupondo um “efeito de bairro”, tem analisado as possibilidades da concentração de pessoas com perfis sociais semelhantes em áreas segregadas reduzir as suas oportunidades de mobilidade social ascendente. Qualquer destas áreas de pesquisa, sugerem os autores numa leitura que partilhamos, implica a rejeição de visões estáticas do espaço e a sua substituição por construções sócio-espaciais relacionais, polivalentes e imbricadas em quadros interpretativos mais amplos e constantemente negociados.

1.3.2. Causas: económicas, culturais e políticas

A identificação das condições que estão na origem do processo de segregação urbana não é uma tarefa fácil. Não obstante, acreditamos ser possível salientar alguns aspetos interligados de natureza económica, cultural e política que parecem contribuir de forma relevante para a sua (re)produção.

Na contemporaneidade, a segregação urbana está intimamente ligada ao fenómeno da globalização capitalista, representando esta uma transformação sem precedentes da face do planeta em termos económicos, culturais e políticos. Sobretudo tendo em vista o mundo ocidental desenvolvido, Wacquant (2006) oferece-nos um resumo claro das transformações em curso. Sigamos, então, o seu raciocínio.

Em termos gerais, diz-nos o autor, o novo regime de desigualdade urbana e marginalidade e concomitantes formas de segregação urbana, aparece associado à aceleração da modernização económica causada pela reestruturação global do capitalismo, à consolidação de uma nova divisão internacional do trabalho (mais desigual e assimétrica) –

beneficiária da intensificação dos fluxos migratórios internacionais – e ao crescimento de uma estrutura produtiva que, baseando-se nas novas tecnologias de informação e comunicação, implica uma polarização da estrutura laboral.

Observa-se também uma dupla transformação na esfera laboral: quantitativamente, a eliminação de milhões de postos de trabalho pouco qualificados sob a pressão combinada da automatização dos processos produtivos e da competição dos países menos desenvolvidos (com custos da mão-de-obra mais baixos); qualitativamente, assiste-se, virtualmente para todos os trabalhadores, à degradação e dispersão das condições básicas de emprego, remuneração e segurança social. Para Wacquant, uma parte significativa da classe trabalhadora parece ter-se tornado redundante constituindo uma população excedentária que, provavelmente, poderá nunca trabalhar de forma regular e estável. Para além disso, o carácter do trabalho assalariado em si mesmo sofreu modificações importantes – expansão do trabalho temporário, diminuição dos benefícios, ou seja, do salário pago em espécie, erosão da proteção sindical, entre outras – e, hoje, já não representa a saída imediata de uma situação de pobreza. Mais do que uma fonte de segurança e homogeneização social, o contrato de trabalho assalariado tornou-se, na verdade, uma fonte de fragmentação, des-socialização e precariedade. Enquanto antes o crescimento económico e a expansão do trabalho assalariado asseguravam uma forte proteção contra a pobreza, hoje, essa relação já não se processa da mesma forma.

Ronald van Kempen e Peter Marcuse (1997), por sua vez, identificaram quatro forças sociais transformadoras do espaço que, necessariamente, influenciam a segregação urbana: i) as variações no regime de acumulação de capital e nos fluxos de capitais que alteram as estratégias de localização do investimento; ii) as mudanças demográficas trazidas pelas migrações laborais ocorridas à escala internacional mas também no quadro metropolitano (cidade-região); iii) a discriminação, a xenofobia e o racismo que levam à concentração de determinados grupos sociais culturalmente estigmatizados em áreas específicas; iv) a transformação do papel desempenhado pelo setor público que força as pessoas a dependerem mais de estratégias de mercado no que respeita ao acesso à habitação.

Posteriormente, este último aspeto seria mais aprofundado pelos mesmos autores (Marcuse e Kempen, 2000), defendendo eles que a maior irregularidade e o decréscimo dos rendimentos de muitas famílias, aliados a uma cada vez maior importância das forças de mercado, influencia diretamente as suas oportunidades no acesso à habitação, relegando-os,

frequentemente, para os segmentos menos dispendiosos e de pior qualidade, afinal, os únicos a que podem aceder. Deste modo, o declínio do papel social do Estado no setor da habitação parece desempenhar um papel importante na intensificação da segregação urbana.

Já para Cassiers e Kestellot (2012), o desenvolvimento geográfico desigual, profundamente relacionado com a segregação urbana, revela-se indissociável do capitalismo pois a natureza fundamental e incessantemente competitiva deste sistema exige o constante desenvolvimento de novos espaços como forças de produção (ex: áreas residenciais, espaços comerciais), manifestando-se esta lógica de forma mais contundente nas metrópoles. A acumulação flexível reflete a resposta do capital à crise do fordismo, designadamente, a expansão geográfica do espaço de acumulação e o aprofundamento da exploração do trabalho. Neste quadro, a financeirização da economia, ou seja, o (re)investimento no setor financeiro e rentista e não nas atividades produtivas, tem sido absolutamente fundamental. Especialmente nas grandes cidades, tem significado um maior investimento no setor imobiliário, levando a que no mercado de habitação, pelo menos até há alguns anos atrás, se tenha assistido a uma escalada dos custos e ao aumento do endividamento. Por outro lado, a entrada de uma força de trabalho imigrante, barata e frequentemente ilegal, favorece o aprofundamento da exploração e aumenta a procura de habitação, conduzindo muitas vezes a situações de sobre-ocupação.

Com efeito, nas economias avançadas da Europa, o período do pós-guerra – marcado pela construção das bases do Estado social e uma forte componente de investimento público – deu lugar, a partir da década de 1970, a um período de elevado desemprego, privatizações, restrições fiscais e crescente desigualdade social (Murie e Musterd, 1996). Efetivamente, esse período histórico constituiu um importante ponto de viragem: de uma lógica político-económica keynesiana passou-se progressivamente a uma lógica neoliberal (ver Harvey, 2005; Nunes, 2008, 2010, 2012).

Na Europa ocidental, dizem-nos Kempen e Özüekren (1998), tornou-se claro que muitos dos imigrantes que haviam chegado nas décadas de 1960 e 1970 não faziam planos de regresso. Por outro lado, a recessão grave nos países de acolhimento (despoletada, entre outros motivos, pela crise petrolífera de 1973) resultou num declínio significativo das oportunidades no mercado de trabalho para aqueles que, como a maioria dos migrantes laborais, tinham baixa escolaridade e poucas qualificações profissionais. A automatização, computadorização e mecanização da manufatura tornaram a produção menos dependente do

trabalho manual e mais intensiva em capital, tendo esse tipo de tarefas sido deslocalizado para outras partes do mundo, onde a mão-de-obra é mais barata. A crescente capacidade de diferenciar as componentes manuais e não-manuais do processo produtivo aumentou a divisão do trabalho. Consequentemente, muitos trabalhadores pouco qualificados da indústria tornaram-se redundantes e a procura de trabalhadores muito qualificados aumentou. A flexibilidade e complexidade características de muitas empresas estimularam a contratação de serviços especializados numa base temporária (ex: publicidade e *marketing*, limpezas, apoio jurídico) levando a que a procura de trabalhadores para o setor dos serviços aumentasse muito e, com ela, a diferenciação do mercado de trabalho, observando-se, um aprofundamento da clivagem existente entre trabalhadores altamente qualificados e os que o não são.

Para além disso, sugerem Cassiers e Kestelot (2012), a flexibilidade também traduz a diversificação do consumo e uma tendência para que este esteja cada vez mais associado ao crédito e, portanto, uma economia fortemente endividada (muito vantajosa para o setor financeiro). Nesse contexto, as qualificações e competências da maioria dos operários, incluindo uma grande parte dos imigrantes, apenas lhes possibilitou trabalhos pouco qualificado e mal pagos no setor dos serviços (ver Musterd e Ostendorf, 1998). Muitos desses trabalhadores encontraram-se em situações de desemprego de longa duração, com rendimentos estruturalmente baixos, ficando assim remetidos a determinados espaços das cidades, designadamente, os bairros mais pobres e com habitações de pior qualidade, contribuindo assim para o aprofundamento da dinâmica de (re)produção da segregação urbana.

É importante também salientar o papel do Estado social – sobretudo no contexto europeu – que através do seu papel intervencionista a vários níveis (ex: mercado de trabalho, segurança social, acesso à educação, saúde e habitação) atenua os efeitos polarizadores da reestruturação económica que acabámos de descrever. Não obstante, no quadro de uma crescente mobilidade do capital à escala global, a competitividade geográfica intensificou-se, isto é, as cidades passaram a competir entre si pela atração de investimento e mão-de-obra qualificada. Consequentemente, o investimento público passa a ser sobretudo canalizado para essa finalidade e não para o bem-estar dos cidadãos.

Também a este respeito, Wacquant (2006) nos oferece pistas interessantes para compreender as transformações em curso. Lado a lado com as forças de mercado, sugere o autor, os Estados contribuem também para a (re)produção da desigualdade e marginalidade

urbanas. Não apenas concebem e implementam programas e políticas desenhados para, como já referimos, amortecer os impactos sócio-espaciais da pobreza como, de uma forma por vezes meramente superficial, procuram esconder as suas facetas mais visíveis. Os Estados, afirma Wacquant, são máquinas de estratificação por direito próprio, cujos efeitos se fazem sentir, sobretudo, na base da hierarquia sócio-espacial: favorecem ou impossibilitam o acesso a um sistema escolar e a uma formação profissional adequada; estabelecem condições (de natureza jurídico-legal) para a contratação, despedimento e aposentação; distribuem bens e serviços básicos para a subsistência tais como a habitação, subsídios e outros apoios; co-determinam, ao mesmo tempo, a intensidade material e a exclusividade e densidade geográficas da pobreza através de múltiplos esquemas administrativos e fiscais.

Não obstante, o recuo e a desarticulação do Estado social são duas causas da deterioração social visíveis nas metrópoles das sociedades avançadas, sobretudo evidentes nos EUA, onde a cobertura dos programas sociais é incipiente, quando comparada com a generalidade dos países europeus, e onde estes têm sido muitas vezes transformados em instrumentos de vigilância e controlo. As mudanças ocorridas nas últimas décadas em muitos países europeus, por outro lado, vão precisamente no sentido de implementar medidas desenhadas para reduzir os apoios públicos e a componente social dos orçamentos. Consequentemente, conclui Wacquant, existem grandes e persistentes discrepâncias na incidência e intensidade da pobreza, na concentração, mobilidade e diferenciação espacial da pobreza em diferentes países europeus.

Jorge Malheiros (2002), por exemplo, distinguiu as cidades do sul da Europa – menor população imigrante e níveis mais baixos de segregação – das cidades do norte da Europa – maior população imigrante e níveis de segregação mais elevados. Por sua vez, Sonia Arbaci (2002) sublinhou o papel fundamental desempenhado pelo regime de habitação dualista que nas cidades do sul está na base da crónica escassez de habitação a custos acessíveis, do sistema de arrendamento desequilibrado e da marginalização persistente de grupos de baixos rendimentos. Para além disso, num trabalho mais recente Arbaci (2008) defendeu que, por um lado, o problema da falta de acesso à habitação experienciado pelos imigrantes não-ocidentais é uma condição permanente que marginaliza os grupos sociais mais vulneráveis; por outro, a diferenciação sócio-residencial ao longo do espectro social, sobretudo entre nativos e grupos estrangeiros não-ocidentais, tem aumentado, tanto na amplitude quanto na profundidade; e, por último, em conjunto com a reprodução do regime de habitação dualista (fortemente

baseado na promoção da propriedade da habitação), as políticas públicas hoje delineadas, têm impedido a integração e mobilidade social ascendente dos imigrantes.

De um ponto de vista mais geral, David H. Kaplan e Kathleen Woodhouse (2004), por seu turno, defendem a existência de cinco fatores inerentes à segregação urbana: i) discriminação – associada à existência de um quadro institucional formal que, sobretudo nos EUA, contribuiu para a segregação de minorias étnicas e grupos sociais racializados (afro-americanos, hispânicos, etc.), verificando-se também que, apesar das formas mais legitimadas e ostensivas de discriminação terem diminuído, o legado racista continua inscrito nos espaços urbanos de forma relativamente consolidada; ii) condição económica – pois os grupos sociais proporcionalmente mais afetados pela pobreza estão mais sujeitos à segregação com base na sua posição de classe, sobretudo no contexto europeu, onde a pobreza tem desempenhado um papel mais relevante no desenvolvimento de processos de segregação urbana que as formas de discriminação cultural que acima referimos; iii) ameaças à integridade física – porque nalguns contextos a segregação urbana emerge também como reação contra ameaças à integridade física daqueles que a promovem e que encontram nela uma forma de acautelarem a sua própria segurança; iv) preferências dos grupos sociais dominantes – nos EUA, desde há muito, que se constata que os grupos sociais dominantes – brancos – procuram manter a distância social relativamente aos grupos minoritários (sobretudo afro-americanos), através da segregação residencial; v) preferências dos grupos segregados – embora não seja fácil identificar o ponto a partir do qual as preferências espaciais passam a refletir opções autónomas ou surgem como reação às preferências de outros grupos sociais, a auto-segregação, enquanto escolha consciente deve ser levada em linha de conta.

Uma outra forma de abordar a configuração dos processos de segregação urbana prende-se com as questões da discriminação de base cultural e o racismo. Embora o efeito do racismo nas cidades americanas não deva ser menosprezado, as suas implicações no desenvolvimento da estrutura sócio-espacial das cidades nem sempre são claras (Marcuse e Kempen, 2000). Nas cidades americanas, aliás, o declínio das áreas centrais, o crescimento suburbano e a (re)produção de guetos estão indissociavelmente ligados aos padrões e hierarquias de relações sociais racializadas. Embora o gueto afro-americano tenha no passado sido visto como um espaço social de solidariedade cultural e económica, hoje, é mais frequentemente visto como um espaço de desorganização social, múltiplas privações e restrição de oportunidades.

Para Gregory D. Squires *et al.* (2002), a segregação urbana de base cultural (racializada) tem sido explicada a partir de três perspectivas distintas. De um ponto de vista centrado nas escolhas individuais sugere-se que, em termos gerais, os agregados familiares têm preferência por espaços urbanos culturalmente homogêneos, que lhes transmitam uma sensação de maior segurança e tranquilidade e favoreçam o desenvolvimento de relações de vizinhança. Assim, o mercado de habitação reflete preferências agregadas e as escolhas de compradores e vendedores que, num mercado livre, tomam as suas decisões de forma voluntária.

A partir de uma perspectiva eminentemente económica, a concentração espacial dos grupos racializados reflete, no essencial, as diferenças relativas nas suas condições económicas. Dado que os grupos maioritários – normalmente brancos – têm, em regra, rendimentos mais elevados e uma maior riqueza, o seu leque de escolhas no mercado de habitação aumenta. Por outro lado, a relutância que demonstram relativamente à ocupação de bairros com uma imagem racializada reflete os estereótipos associados às características desses espaços, designadamente, à preocupação com a sua composição racial, sobretudo quando ocorre uma sobre-representação não-branca, e potencial diminuição do valor da propriedade e não, propriamente, de práticas discriminatórias (flagrantes ou subtis), embora, pensamos nós, não fique de todo claro como se consegue estabelecer esta distinção. Em todo o caso, a segregação reflete, sobretudo, um conjunto de forças externas aos sujeitos que operam nos mercados.

Por último, a terceira abordagem identifica um conjunto de práticas discriminatórias e de políticas públicas que restringem as oportunidades no setor da habitação para sujeitos não-brancos, (re)produzindo e perpetuando a segregação urbana (ver Charles, 2003; Massey, 2006).

Embora cada uma das perspectivas agora descritas ofereça pistas de interpretação e contributos que ajudam a compreender as origens da segregação, a maioria dos autores privilegiam esta última pois entendem que a construção de perfis estereotipados, a discriminação racial e a diferenciação na provisão de serviços, equipamentos e amenidades fazem parte das práticas usuais de alguns dos agentes envolvidos no setor imobiliário (sobretudo promotores imobiliários e senhorios, mas também o Estado, através do planeamento urbano, por exemplo). Para além disso, as práticas discriminatórias do setor bancário relativamente à concessão de crédito à habitação, acentuam também o isolamento

das minorias étnicas em comunidades segregadas. Em última instância, observam Kaplan e Woodhouse, quando tudo o resto falha, a repressão, a intimidação e a violência sistemática têm sido usadas para preservar as divisões e fronteiras sócio-espaciais.

R. J. Johnston *et al.* (2002a), por sua vez, assinalam que segregação de grupos étnicos – entendida, de forma redutora, enquanto padrão de diferenciação residencial – tem sido vista, desde há muito tempo a esta parte, sobretudo no contexto dos EUA, como expressão espacial de um processo de assimilação, envolvendo a absorção dos grupos migrantes na vida económica, institucional e cultural da sociedade de acolhimento. Neste modelo, a chegada de imigrantes a cidades com padrões culturais distintos conduz à sua concentração em espaços relativamente separados daqueles ocupados pelos membros da sociedade de acolhimento e, por vezes, de outros grupos “raciais” e étnicos (ver Clark e Blue, 2004).

Deste ponto de vista, o grau de concentração residencial dos grupos minoritários reflete quatro influências: i) o momento da chegada à cidade da maior parte dos membros desses grupos; ii) a sua situação económica e/ou inserção no mercado de trabalho; iii) a vontade que têm de preservar uma identidade cultural separada e de o fazer procurando viver em proximidade com contrerriâneos; iv) as atitudes da sociedade de acolhimento. Pelo menos parcialmente, a concentração ocorre, porque é nas áreas segregadas que se localizam as habitações acessíveis a pessoas e famílias com um conhecimento cultural pobre ou inadequado da sociedade de acolhimento, baixa escolaridade e poucas competências profissionais.

Por motivos de segurança e entreajuda cultural, muitos imigrantes são também atraídos a viver em bairros com membros do seu grupo “racial” e/ou étnico, lado a lado com aqueles que facilitaram a abertura dos canais que possibilitaram a sua migração (Johnston *et al.*, 2004a). Frequentemente, pelo menos numa fase inicial, os novos imigrantes partilham a habitação com familiares, amigos ou pessoas em fases semelhantes das suas trajetórias migratórias.

Uma vez integrados em comunidades locais que, simultaneamente, possibilitam a preservação de práticas culturais pré-imigração e facilitam a inserção económica na sociedade de acolhimento, fortalece-se o sentimento de segurança dos imigrantes. Não obstante, são também muitos aqueles que ocupam espaços segregados devido à discriminação a que são sujeitos por parte da sociedade de acolhimento, cujos membros preferem não ter de partilhar o mesmo espaço com grupos minoritários. A este respeito, Ingrid Gould Ellen (2000) sublinha

que não se trata tanto do desejo de viver em espaços unicamente ocupados por membros da sociedade de acolhimento mas, sobretudo, o desejo de evitar espaços racializados, caracterizados por uma sobre-representação de grupos minoritários. Deste modo, mais do que devido a um desejo dos membros da sociedade de acolhimento apenas contactarem entre si, a segregação é intensificada pelo desejo, formulado a partir de estereótipos, de viverem afastados dos grupos minoritários, de modo a protegerem, entre outras coisas, o valor das suas propriedades. O modelo de assimilação que temos vindo a descrever, no entanto, implica o declínio, embora nem sempre o desaparecimento, das distinções de base “racial” e/ou étnica e das diferenças culturais que as exprimem, esperando-se que, após um período inicial, os grupos minoritários sejam assimilados na/pela sociedade de acolhimento, verificando-se que muitos, efetivamente, acabam por sê-lo. Outros, porém, sobretudo por causa da cor da pele e não da linguagem, competências, duração da estadia, costumes ou crenças, contribuirão para a (re)produção da segregação urbana.

Sobretudo nos contextos norte-americano e europeu, os grupos sociais dominantes são brancos e é também a partir da normalização desta condição fenotípica que a segregação se desenvolve, isto é, a cor da pele espelha uma hierarquia cultural segundo a qual quanto maior a distância relativamente aquilo que é considerado “normal” maior a ameaça (ver Bonnett, 2008; Hall, 2008) e o atraso civilizacional.

Principalmente na Europa, apesar das relações de alteridade entre o grupo dominante e os diferentes grupos minoritários poderem sofrer alterações, é usual que os grupos percebidos como uma ameaça estejam de alguma forma relacionados com o passado colonial dos países de acolhimento (ver Bonnett, 2000; Vanderbeck, 2006) o que reforça a relação hierárquica.

O modelo de assimilação assume também que, independentemente da velocidade a que se desenrola esse processo, se a assimilação económica e cultural ocorrer e a integração for aceite pela sociedade de acolhimento, então, a concentração tende a diminuir e os membros dos grupos minoritários distribuir-se-ão mais equilibradamente pelo espaço urbano. Porém, se existir uma discriminação generalizada (flagrante ou subtil) para eles direcionada, a sua concentração permanecerá elevada, não apenas porque a sua mobilidade sócio-espacial ascendente é obstaculizada e/ou impedida mas também porque a sua concentração é internamente vista como estratégia de proteção contra ameaças exteriores. Neste caso, constata-se que contrariamente ao que o modelo prefigura, porventura de uma forma excessivamente mecânica e linear, à segregação, não se segue, necessariamente, a de-

segregação (ver Arbaci e Malheiros, 2010; Briggs, 2005).

Explorando um pouco mais as diferentes matizes dos processos de segregação que temos estado a descrever, Frederick W. Boal (1999) identificou quatro grandes cenários: i) assimilação – que, como vimos, ocorre quando as diferenças económicas e culturais entre os grupos minoritários e a sociedade de acolhimento tendem a desaparecer, acompanhadas, necessariamente, por uma diminuição dos níveis de segregação urbana; ii) pluralismo – envolvendo a preservação das diferenças culturais e das fronteiras entre grupos distintos, fazendo com que os seus membros, mesmo apresentando níveis assinaláveis de interrelacionamento e participação social, tendam a viver em comunidades relativamente isoladas e concentradas em determinados espaços urbanos; iii) segmentação – que implica a existência de clivagens sócio-espaciais muito mais contundentes e profundas que não são produzidas por iniciativa dos grupos sociais minoritários mas sim desenvolvidas e preservadas pela sociedade de acolhimento; iv) polarização – que traduz o caso extremo de segregação, em que divisões sócio-espaciais geram cidades fraturadas nas quais os grupos minoritários são relegados para uma situação de exclusão e confinamento quase totais.

Em suma, a análise das origens da segregação urbana parece apontar para a existência de uma complexa tensão entre condições estruturais e institucionais, por um lado, e as várias expressões de agência humana que vão dando sentido às experiências de vida quotidiana dos sujeitos em espaços segregados, por outro. Confirma-se também a natureza altamente dinâmica da segregação urbana e uma manifesta incapacidade de, a partir de uma abordagem eminentemente teórica, conseguirmos dissociar as suas diferentes facetas constitutivas.

1.3.3. Efeitos: desigualdade e (in)diferença

Como acontece sempre que se examinam processos de grande complexidade, a necessidade de os compreender implica necessariamente algum grau de simplificação. Por conseguinte, e assumindo claramente algum excesso no modo como abordamos dicotomicamente os efeitos da segregação urbana, consideramos que existem, fundamentalmente, duas perspetivas contrastantes: uma que coloca em evidência os seus efeitos positivos e outra que coloca o enfoque nas consequências negativas e desvantagens associadas a esse processo. Nesta investigação, por considerarmos a segregação urbana um processo sócio-espacial injusto, é este último o nosso ponto de vista.

Precisamente por isso, gostaríamos de começar por explorar alguns efeitos positivos da segregação urbana defendendo, no entanto, que estes não são mais do que o conjunto de respostas e soluções encontradas para fazer face aos múltiplos constrangimentos e privações associados à segregação urbana nas cidades contemporâneas. Como sugere Boal (2005: 69), «as funções positivas são por vezes respostas a fatores contextuais negativos, [e] neste caso a segregação [urbana] parece positiva a um nível, mas negativa quando se adota uma visão mais ampla».

Assim, entre os aspetos positivos que são normalmente associados à segregação urbana contam-se o fortalecimento das relações sociais e culturais, a construção de redes informais de providência que podem oferecer algum conforto em momentos de necessidade, um sentimento de pertença comunitária que, sobretudo nas fases iniciais do processo migratório, pode contribuir para o bem-estar de algumas pessoas. Com efeito, muitas famílias continuam a viver em espaços segregados, não apenas por motivos culturais mas também devido ao sentimento de maior segurança a que já fizemos alusão. A segregação parece favorecer a existência, o desenvolvimento e o fortalecimento de um tecido social a que os membros das comunidades podem recorrer sempre que enfrentam práticas discriminatórias ou atravessam períodos de maior necessidade. As ameaças (psicológicas ou físicas) experienciadas pelos grupos minoritários podem gerar, de acordo com Boal (*ibid.*), três tipos de estratégias defensivas que a segregação favorece, designadamente: i) a defesa física e preparação contra potenciais agressões pois a concentração de membros de grupos minoritários num mesmo espaço reduz o isolamento e a instituição de uma comunidade homogênea pode facilitar a definição de uma resposta organizada e de uma defesa concertada relativamente a um ataque externo; ii) o evitar o “outro”, dado que a concentração e o isolamento relativamente ao exterior favorecem a entreaajuda psicológica e o desenvolvimento de uma atmosfera social descontraída e vigilante no interior das comunidades; iii) o ataque, pois a concentração residencial de um grupo minoritário pode dotá-lo de uma base para a ação (pacífica ou violenta) no quadro geral da sociedade em que está inserido.

Em termos políticos, por outro lado, a segregação urbana pode contribuir para uma maior visibilidade e notoriedade de algum membro da comunidade que possa ser o seu porta-voz e por ela ser apoiado, favorecer o desenvolvimento de respostas violentas (ex: insurreição, guerrilha, motim, distúrbios) pois, muitas vezes, aqueles que levam a cabo tais ações encontram na comunidade um espaço de cumplicidade, simpatia ou refúgio, em suma, a

proteção do silêncio. Para além disso, contribui também para a diminuição do isolamento dos seus membros, para o desenvolvimento de uma cultura partilhada e de um espírito comunitário fortemente enraizados na partilha de experiências de vida similares (ver Phillips, 1998; 2006), e formas de preservação cultural associadas à necessidade das comunidades segregadas criarem, manifestarem e defenderem os seus – múltiplos, híbridos e dinâmicos – patrimónios identitários.

A segregação urbana, e o isolamento social que lhe está associado, favorece também a transmissão do património cultural e identitário para as gerações seguintes. Frequentemente, as escolas, os locais de culto – nalguns contextos é inegável a importância da religião – e outras instituições localizadas em espaços urbanos segregados, também mobilizam os recursos culturais da comunidade, contribuindo, assim, para a sua (re)produção. Boal (2005), refere, aliás, a importância do tecido institucional-cultural para um desenvolvimento instrumental de expressões comunitárias e para o bem-estar emocional das comunidades segregadas.

Para além destes aspetos, por vezes, o empreendedorismo de base cultural e étnica parece também beneficiar da segregação urbana na medida em que a proximidade a mercados locais específicos (de trabalho e consumo) pode constituir uma importante vantagem competitiva. Alguns negócios, empresas e serviços étnicos (ex: cabeleireiros afro, talhos halal, agências de viagens orientadas para os países de origem) privilegiam dar resposta às necessidades específicas das suas comunidades, reforçando, também, por esta via, o fortalecimento das relações sociais de base local (ver Malheiros, 2008; Oliveira, 2008; Oliveira e Costa, 2008). Esta leitura, no entanto, é contraditada por Mary J. Fischer e Douglas S. Massey (2000) que, ao analisarem o caso dos EUA – onde, aliás, o sonho americano continua a fazer parte de uma certa narrativa mitológica segundo a qual através de um espírito empreendedor, inovador, ambicioso e do trabalho árduo pode promover-se a mobilidade ascendente de imigrantes e grupos minoritários – concluíram que, apesar de um nível moderado de concentração e proximidade parecer ser benéfico e vantajoso para alguns tipos muito específicos de empreendedorismo, níveis elevados tendem a ser contraproducentes e até nefastos pois existe uma tendência para a segregação urbana concentrar a pobreza, reduzindo as possibilidades dos empreendedores.

No que diz respeito aos aspetos negativos da segregação urbana, Iris Marion Young (1999) colocou o enfoque em dois processos inextricavelmente interligados. Primeiro, a

segregação urbana obscurece as vantagens que cria, na medida em que, ao desconhecê-la ou ignorá-la a realidade quotidiana dos espaços segregados, aqueles que estão fora dela, não se apercebem dos privilégios de que beneficiam. A inexistência de um termo de comparação impede que esse contraste se possa, efetivamente, construir. Na verdade, as geografias quotidianas daqueles que não habitam os espaços segregados – e deve lembrar-se que não estamos a falar, evidentemente, de condomínios fechados ou quaisquer outras segregações afluentes – tendem a permanecer distanciadas desses espaços, remetendo-os para a penumbra, tornando-os invisíveis. Além do mais, o conveniente afastamento das condições relativamente desfavorecidas, contribui para naturalizar e des-socializar o privilégio, tornando-se real uma dupla invisibilidade. Em segundo lugar, por criar impedimentos ao desenvolvimento de formas de comunicação política entre diferentes grupos sócio-espaciais que poderiam contribuir para a sua transformação, a segregação urbana reforça-se a si própria. A inexistência de comunicação entre grupos diferentes (classes sociais e estatutos culturais), impõe limites ao reconhecimento dos privilégios e desvantagens relativas que os atravessam. Neste raciocínio, John Iceland e Rima Wilkes (2006) sugerem que, ao reduzir os contactos entre grupos sociais diferentes, a segregação é, simultaneamente, causa e consequência da polarização das diferentes comunidades urbanas.

De um ponto de vista mais objetivo, a segregação urbana está associada a desigualdades ao nível da qualidade dos serviços e equipamentos existentes (ex: educação, comércio, lazer, etc.). A acumulação de desvantagens que se reforçam mutuamente em espaços urbanos com elevada concentração de grupos sociais de baixos rendimentos, parece limitar a sua qualificação e os recursos neles disponíveis. As características desses contextos sócio-espaciais – múltiplas privações e fragilidades – colocam uma maior pressão sobre a débil arquitetura institucional que neles se inscreve. As áreas de baixos rendimentos tendem a ser estigmatizadas e os seus residentes são vistos como preguiçosos, subsídio-dependentes ou incapazes fazendo com que os prestadores de serviços olhem, por vezes, para elas como não sendo dignas de investimentos e apoios de uma forma consistente e continuada (ver Atkinson e McGarrigle, 2009).

A segregação urbana reforça também os efeitos negativos da desigualdade social através das limitações impostas pelo espaço físico às comunidades mais pobres, obstaculizando o acesso a bens e serviços. Sem recursos económicos, a distância e a acessibilidade constituem entraves significativos à mobilidade e a tudo aquilo que a cidade

oferece que, evidentemente, são constrangimentos menores quando esses recursos existem. Os frequentes movimentos pendulares inerentes à jornada de trabalho diária, para aqueles que não são afetados pelo desemprego, têm custos (dinheiro e sobretudo tempo) que são por vezes difíceis de comportar pelos habitantes de espaços urbanos segregados, designadamente se localizados nas periferias.

Também ao nível do acesso e do uso da internet os efeitos da segregação urbana se fazem sentir, sublinhando Luis César de Queiroz Ribeiro *et al.* (2013), que «saber utilizar a internet depende, muitas vezes, da troca de experiências entre utilizadores [e que] morar num local onde há uma concentração de pessoas com pouco acesso a essas tecnologias, e com carência de aporte dos recursos materiais e imateriais necessários para se fazer um uso mais completo das mesmas, pode dificultar essa troca de informações». Deste modo, comunidades segregadas podem ser também marcadas por processos mais ou menos intensos de infoexclusão e desigualdade digital que, não obstante, se fazem sentir mais ao nível do tipo de uso que propriamente do acesso.

De uma forma original, Kempen (1994), a partir do contexto europeu, procurou estabelecer uma relação entre a segregação urbana e três grandes desvantagens por ela geradas ao nível das oportunidades de vida. Em primeiro lugar, “aprisionados” em bolsas de pobreza que tendem a reproduzir-se e perpetuar-se, os mais pobres não têm modelos de referência, o que tem consequências negativas ao nível do seu percurso no sistema educativo, das suas oportunidades futuras no mercado de trabalho e das aspirações das crianças e jovens que neles crescem. A segregação urbana está também associada a um conjunto de experiências de vida (ex: maior tensão familiar, pior saúde, um frágil envolvimento familiar na vida escolar, etc.) que têm um impacto negativo no desempenho académico (ver Charles, 2000) e, para além disso, as redes sociais por onde poderia circular mais informação sobre oportunidades de trabalho não existem, ou não estão consolidadas, devido à escassez de contactos com outros grupos sociais e à quase inexistência de membros das comunidades segregadas com estatutos profissionais qualificados e socialmente reconhecidos. Em segundo lugar, a oferta de bens e serviços públicos revela-se bastante vulnerável às circunstâncias sociais a que procura fazer face e no seio das quais se desenvolve tornando-se, assim, altamente seletiva no que toca às populações que serve. Em terceiro e último lugar, embora os direitos (formais e tácitos) e mecanismos que regulam o acesso à provisão de bens e serviços sejam muitas vezes formulados à escala nacional, existem alterações significativas quando são transpostos para a

escala urbana e/ou metropolitana. Regras e formulações gerais têm de ser implementadas à escala local, onde assumem uma expressão concreta para os cidadãos, mas a rotulagem ou estigmatização de espaços urbanos segregados pode influenciar negativamente a intervenção de instituições e/ou dos sujeitos, limitando assim as oportunidades de vida dos seus habitantes.

Nos imaginários sociais das cidades, as bolsas de pobreza, com a sua população culturalmente homogénea e níveis de criminalidade mais ou menos elevados são, nas mais das vezes, olhadas com suspeição e distanciamento. Este estigma estende-se aos seus habitantes. A discriminação no mercado de trabalho ou na escola com base no bairro de residência, tal como o mecanismo de delimitação (*redlining*), prática através da qual os habitantes de certos bairros, percebidos como sendo de risco elevado, são excluídos do acesso ao crédito para aquisição de habitação, tornando ainda mais propensos à decadência e ao vandalismo esses espaços urbanos, são fenómenos frequentemente referenciados (ver Reskin, 2012; Smith, 1996b; Squires *et al.*, 1991). É importante salientar porém que, apesar de se admitir a existência de discriminação de base sócio-espacial, também se reconhece que a informação concreta sobre a forma como a estigmatização opera é escassa pois, para além de ser um tabu, os protagonistas e agentes envolvidos neste processo mostram-se, geralmente, relutantes em admitir esta prática, considerada inaceitável nas sociedades contemporâneas e sujeita a penalização social, se não mesmo judicial. Em suma, não parecem existir dúvidas de que o espaço social profundamente diferenciado das cidades, não apenas por intermédio dos mecanismos do mercado de habitação mas também pela discriminação e opressão que o atravessam, é um fator importante na (re)produção de oportunidades desiguais ao nível da mobilidade social e das perspetivas de vida (Maloutas, 2004).

Progressivamente, esta reflexão orientou-nos no sentido da problemática das perceções sociais da cidade e da (re)criação de imagens coletivas. É, aliás, a partir deste campo que sabemos que a seleção do local de residência está muito associada às filiações, pertenças culturais e aos mapas mentais subjacentes e que o quadro de relações sócio-espaciais influencia o conhecimento que se tem da cidade e dos seus usos. Como sugere David Sibley (1995), os grupos sociais mais poderosos podem utilizar um conjunto diversificado de estratégias para delimitar (física e/ou simbolicamente) os espaços ocupados por aqueles que são apresentados – nos meios de comunicação social, discurso político ou representações históricas – como um “outro” ameaçador. O ambiente urbano torna-se, então, um depositário

de símbolos culturais e sociais, possuindo cada parte da cidade uma imagem e uma valorização socialmente construídas.

Edmond Préteceille (1995) sublinhou, com efeito, que a representação política e mediática de que determinados bairros são alvo não só cristaliza a sua imagem negativa como também reitera constantemente a sua institucionalização enquanto espaços responsáveis pela exclusão social urbana (ver Kearns *et al.*, 2013). Para além disso, acrescenta o autor, através de uma, por vezes espetacular, disrupção da ordem social, os habitantes desses bairros, sobretudo jovens adultos, procuram resistir ao que consideram ser situações extremas de desigualdade, exploração, opressão e dominação, ausência de perspectivas de futuro, dificuldades no acesso a serviços públicos ou outras disfuncionalidades. Na verdade, sublinha António Firmino da Costa (2012), o registo confrontacional principal que emerge a partir destes espaços sociais degradados é o da revolta juvenil, gerado a partir de uma situação existencial comum de insucesso escolar, desemprego e discriminação.

Por outro lado, restringir as atenções políticas às questões da segregação espacial, aos bairros rotulados de críticos, problemáticos, ou qualquer outra designação que se lhes possa atribuir, contribui também para a sua estigmatização. Não significará a circunscrição da política urbana a alguns dos bairros da cidade, que o problema não é visto como sistémico mas sim localizado, reforçando assim as imagens sociais negativas? De acordo com António Pedro Dores e José Preto (2013: 90), nos chamados bairros problemáticos – bairros populares estigmatizados para dividir as populações entre bem e mal comportadas – ocorrem abusos de autoridade quotidianos e sistemáticos que «servem para disfarçar a estratégia de amesquinamento centralmente definida atrás das práticas perversas dos agentes locais, para o efeito estimulados a explorarem as margens de impunidade». Efetivamente, nota Dores (2010), com alguma ironia, é nessas “terras sociais de fronteira” que se recrutam os delinquentes e os criminosos, como se a restante sociedade procedesse sempre de acordo com as regras e as leis. A este respeito, Susana Durão (2011), mostra até como as estratégias de policiamento tendem a reproduzir as desigualdades sócio-espaciais, intensificando a atividade penalizadora nos “bairros pobres” ou “populares”.

A partir da análise da experiência económica e cultural do século XX americano, David Theo Goldberg (1998) refletiu sobre o problema da segregação “racial” e sublinhou que esta é discursivamente (re)produzida e ideologicamente promovida. Numa sociedade que atribui tanta importância aos marcadores (identitários) de oportunidades materiais (ex:

vestuário, consumos culturais, tecnologias de informação e comunicação), crescer em determinadas áreas urbanas privadas dos recursos sociais que são facilmente disponibilizados noutros espaços deve ser visto como um severo obstáculo ao desenvolvimento humano. Ao confinar afro-americanos e hispânicos a áreas específicas, a segregação urbana intensifica a marginalização “racial” e leva a que o desinvestimento num espaço traduza também um desinvestimento nas pessoas que o habitam. Efetivamente, aquilo que se tem vindo a designar (no contexto dos EUA) de “novo segregacionismo” emergente é uma mundividência que, simultaneamente, reflete e institui o que nos é dado a conhecer de forma prevalente e dominante assentando, no entanto, em “verdades” distorcidas, estereótipos e generalizações grosseiras e representações erradas.

Imaginar um “outro” demoníaco e ameaçador que precisa de ser isolado, circunscrito e constantemente vigiado, é uma forma de mistificação. Os componentes retóricos, ideológicos e discursivos do “novo segregacionismo” incluem uma compreensão limitada do racismo e dos seus efeitos, e um marcado etnocentrismo construído e projetado a partir das culturas europeia e euro-americana que são consideradas superiores a todas as outras. Implicitamente, a segregação “racial” normaliza-se, tornando-se, assim, invisível.

De um ponto de vista espacial, isto traduz-se na construção de uma imagem de determinados bairros como sendo perigosos e ameaçadores, justificando assim a divisão da cidade de acordo com fronteiras racializadas. A poderosa materialidade destes efeitos ideológicos acentua a institucionalização e durabilidade dos espaços urbanos segregados na cidade. Em suma, a “raça” continua a definir onde se pode ir, o que se pode fazer, como se é visto e tratado e as características sociais, económicas, políticas, legais e culturais, ou seja, as experiências quotidianas dos sujeitos.

Colocando o enfoque na dimensão económica e de classe do processo de segregação, Wacquant (2006), teceu também algumas considerações relevantes, ligadas aquilo que podemos designar como materialidades subjetivas da segregação urbana. Um aspeto ao qual se atribui grande importância é o facto de no quadro da marginalidade avançada, contrariamente a formas anteriores de pobreza urbana, a estigmatização se desenvolver num contexto de decomposição de classe e não da sua consolidação. Com efeito, parece observar-se uma tendência para a precarização e desproletarização das “regiões inferiores” do tecido urbano e não uma lógica unificadora e homogeneizante como se verificava, por exemplo, no bairro operário tradicional (ver Garnier 2006).

Desse ponto de vista, sublinha o autor, uma enorme variedade de sujeitos – precários, temporários, aprendizes, estagiários, desempregados, subsidiados, delinquentes e jovens desencantados, entre outros – ficam fragmentados e desconectados dos instrumentos tradicionais de mobilização e representação coletiva dos grupos sociais constituídos e, conseqüentemente, desprovidos de uma linguagem e de um repertório de imagens e sinais partilhados através dos quais poderiam, eventualmente, conceber e tentar implementar, um projeto comum alternativo. Assiste-se, assim, ao desregulamento simbólico de uma parte muito substancial da estrutura social e urbana.

Efetivamente, acrescenta o autor, a dificuldade em designar os «fragmentos, escórias e estilhaços da sociedade de mercado dualizada que se amontoam nas zonas deserdadas da metrópole» (*ibid.*: 35), espelha o facto do precariado não ter sido ainda capaz de se constituir enquanto classe, logo, ter de formar a sua subjetividade a partir das formas como os outros o interpretam. Isso só ocorrerá, aliás, quando for levada a cabo uma (incomensurável) tarefa política de agregação e reconstrução cognitiva, iconográfica e dramatúrgica dos imaginários sócio-espaciais, suscetível de os elevar ao patamar da existência, dando voz aqueles que não a têm e retirando-os da penumbra em que se encontram, em suma, tornando-os visíveis e coletivamente intervenientes.

Quadro 1.5. Ideias a reter para a pesquisa empírica (Capítulo 1)

i) a geografia urbana tem-se preocupado com a problemática da (in)justiça desde há várias décadas. No entanto, foi sobretudo a partir da publicação de *Social Justice and the City*, em 1973, por David Harvey que este tema mereceu maior atenção. Embora exista uma tradição liberal há um predomínio da geografia crítica no estudo da (in)justiça. No âmbito da “viragem espacial”, assiste-se também a uma crescente valorização da dimensão espacial da (in)justiça. Da justiça social passamos à justiça espacial. No entanto, consideramos mais adequada a expressão sócio-espacial;

ii) o diálogo estabelecido, ao longo de duas décadas, entre Iris Marion Young e Nancy Fraser oferece-nos contributos importantes e complementares acerca da ideia de (in)justiça. Feministas críticas da matriz liberal de inspiração rawlsiana, ambas defendem que a injustiça está associada a um vasto conjunto de relações económicas e culturais estruturais – exploração, marginalização, impotência/privação, imperialismo/dominação cultural, violência, não-reconhecimento e desrespeito – que, ao mesmo tempo que negam o igual valor moral de todos os membros de uma sociedade, constroem o seu desenvolvimento e auto-determinação. É a partir da sua identificação concreta e não de uma teorização abstrata, como na tradição rawlsiana, que devemos articular estratégias políticas para combater a injustiça;

iii) segregação urbana é um processo sócio-espacial de urbanização da injustiça que se acentuou e tomou novas formas no contexto da cidade capitalista. Desde o século XIX tem sido objeto de estudo e crítica a partir de diferentes perspetivas teóricas e abordagens metodológicas. É causada por motivos económicos, culturais e políticos, experimentando modificações

no quadro da dinâmica do capitalismo e ajustando-se aos contextos sócio-urbanísticos em que se materializa. As grandes transformações associadas à fase contemporânea de desenvolvimento do capitalismo: nova divisão internacional do trabalho, polarização da estrutura laboral, intensificação dos fluxos migratórios internacionais com consequências ao nível da discriminação, da xenofobia e do racismo, bem como a neoliberalização da política urbana e o progressivo dismantelamento do Estado Social repercutem-se nas formas de segregação urbana que, mesmo espelhando diferenças face aos modelos da cidade industrial europeia no século XIX ou da cidade americana da primeira metade do século XX, se mantêm como expressão da injustiça. Embora existam, aparentemente, efeitos positivos associados à segregação urbana, tais como o fortalecimento das relações sociais, a construção de redes de solidariedade e entreajuda, um sentimento de pertença comunitária e benefícios para o empreendedorismo de base étnica e cultural e a oferta de alguns serviços específicos, consideramos que estes não são mais do que o conjunto de respostas e soluções encontradas para fazer face aos seus efeitos negativos. Entre os mais importantes encontram-se os factos da segregação urbana invisibilizar (política e socialmente) as pessoas que habitam esses espaços sociais e auto-reproduzir a acumulação de desvantagens, discriminar e estigmatizar as comunidades mais pobres e racializar as fronteiras que as separam do restante tecido urbano.

Fonte: elaboração própria

2. Cidadania – a política em ato

É o cidadão que muda as coisas

José Saramago

O reconhecimento de que *a cidade é uma construção social* abre um imenso campo de possibilidades para a intervenção cidadã no sentido da permanente reinvenção das cidades e concomitante transformação das lógicas injustas subjacentes à produção social e aos diversos usos dos espaços urbanos na contemporaneidade. Consequentemente, as cidades são entendidas neste estudo como espaços de múltiplos antagonismos e conflitos, de contradições e paradoxos, em suma, complexos processos sócio-espaciais em constante devir. Enquanto política em ato, a cidadania, levada a cabo por múltiplas constelações de instituições, organizações, movimentos e agentes que procuram transformar a *cidade injusta*, revela-se, a esse respeito, absolutamente crucial e, por isso, constitui o foco deste capítulo. Efetivamente, considera-se que é por intermédio da cidadania que as pessoas se tornam, no interior de condições sócio-espaciais (in)determinadas, agentes de transformação das cidades, no quadro das quais se (re)inscrevem as suas vidas quotidianas.

A problemática da cidadania tem sido abordada a partir de diferentes perspetivas, nem sempre convergentes (ver Desforges *et al.*, 2005; Dickinson *et al.*, 2008; Gosewinkel, 2010; Kurtz e Hankins, 2005; Staeheli, 2011). No âmbito desta investigação, não pretendemos (nem tão-pouco seríamos capazes de o fazer) esgotar um campo tão vasto e fecundo da análise sócio-espacial. Optámos, por isso, por circunscrever a nossa abordagem a três eixos analíticos eminentemente geográficos que consideramos fundamentais: espaços, escalas e sujeitos políticos. Com efeito, para levar a cabo uma reflexão teórica acerca da cidadania capaz de nos auxiliar no momento posterior de aproximação à realidade empírica através do desenvolvimento do nosso caso de estudo, estas são três facetas absolutamente incontornáveis para compreender a cidadania enquanto fenómeno geográfico.

Antes de entrarmos na sua análise, embora sejam dele constitutivas as três facetas consideradas, importa salientar que o pano de fundo para a nossa reflexão é a constatação de que, nas últimas décadas, a cidadania se encontra em profunda transformação. Colocando o enfoque sobre o contexto europeu, Jordi Borja (2000), por exemplo, sublinhou o papel desempenhado pela crise do Estado social, o desemprego estrutural e persistente, a falta de

credibilidade e capacidade de representação dos partidos políticos, a burocratização das instituições públicas, a multiplicação de exclusões, o aparecimento de uma nova arquitetura política e econômica de nível supra-estatal acompanhada da transferência de soberania para instâncias outras que não o Estado-nação (ex: funcionamento do sistema econômico-financeiro global) e o desenvolvimento de processos de diferenciação e fratura intra-nacional (ex: reforço da competição entre cidades e regiões), como processos que têm desempenhado um papel relevante nesse processo de transformação.

Márcio Piñon de Oliveira (2000), por sua vez, coloca em evidência quatro fatores transformadores principais, nomeadamente: i) uma onda neoliberal que tem procurado dismantelar o Estado social; ii) o fim da bipolarização geopolítica do mundo que forçava os países capitalistas a adotar uma orientação social mais vinculada para enfrentar o modelo soviético; iii) a globalização da economia e da cultura que introduz uma maior complexidade escalar cujos efeitos se fazem sentir, por exemplo, ao nível da nacionalidade e da representação; iv) o exacerbar do individualismo, estimulado pela sociedade de consumo e pela incessante e voraz mercadorização de tudo aquilo que existe, reduzindo a condição cidadã à esfera do consumo (ver Lekakis, 2013; Malpass *et al.*, 2007; Pereira, 2011).

Por último, Mark Purcell (2003), defende que, hoje, num quadro de crescente controlo da vida material por parte de grandes grupos económicos e persistência das relações sociais capitalistas (neoliberais), a existência de uma ordem geopolítica vestefaliana⁵ conjugada com um modelo liberal-democrata de cidadania, tem efetivamente diminuído o poder do cidadão comum ao mesmo tempo que ameaça a democracia contemporânea. Uma tal conceção (minimalista) da cidadania deve ser repensada pois o projeto – moderno e liberal – de construção de uma nação de cidadãos parece desacreditado e em degenerescência, gerando profundas incertezas acerca de algumas facetas da cidadania que até há pouco tempo atrás pareciam relativamente seguras (ver Carvalhais, 2006). Na esteira de Purcell, consideramos mesmo que a resistência ao crescente domínio do capital na política económica global passa, incontornavelmente, pelo desenvolvimento de novas conceções de cidadania capazes de ampliar os limites do imaginário sócio-espacial e da prática política. Não podemos também deixar de reconhecer que, à medida das nossas possibilidades, a reflexão geográfica que iremos agora iniciar tem também o intuito de contribuir para a construção de conceções

⁵ Em que o Estado-nação desempenha o papel de comunidade política de referência e se configura, ao mesmo tempo, enquanto entidade política soberana e pilar do ordenamento geopolítico contemporâneo.

alternativas capazes de responder teoricamente às transformações em curso.

2.1. Espaços: do urbano e da cidade

Muita da reflexão em torno dos espaços de cidadania tem colocado a tônica no papel reservado ao urbano, à cidade e aos seus múltiplos espaços constitutivos. Embora sigamos de perto esta leitura, gostaríamos de salientar que não temos da cidade uma visão fetichista, ou seja, não a concebemos enquanto entidade sócio-espacial mítica investida de qualidades “mágicas” e perenes relativamente ao desenvolvimento da cidadania. Por outras palavras, definida enquanto política em ato, julgamos que a cidadania não se manifesta exclusivamente em espaços urbanos, nem neles se esgota (ver Merrifield, 2011). Todavia, como veremos mais adiante, alguns dos atributos das cidades parecem efetivamente favorecer a sua emergência e desenvolvimento.

O projeto de esboçar um quadro interpretativo-analítico da cidadania a partir do urbano inspira, no entanto, alguns cuidados. Segundo Marisol García (2006), por exemplo, a noção de cidadania urbana pode revelar-se problemática na medida em que, ao colocar o enfoque na cidadania substantiva e não na cidadania formal, tende a minimizar a importância que adquirem as reivindicações e expressões de cidadania orientadas para uma maior articulação dos sujeitos políticos no estabelecimento de pontes e canais privilegiados que possibilitem um diálogo mais profícuo e transformador das componentes mais formais e institucionais da política. Enquanto a política social e a intervenção no tecido urbano por parte dos poderes públicos necessitarem, em larga medida, da alocação de recursos obtidos através da tributação fiscal, existirão sempre outros níveis de governação para além do urbano/metropolitano envolvidos no processo de construção da cidadania. Por conseguinte, pensar a cidadania a partir do urbano requer alguma sensibilidade relativamente às suas possibilidades, reverberações e manifestações concretas de enraizamento institucional. De um ponto de vista analítico, não devem ignorar-se as diferentes ligações que se estabelecem entre as práticas cidadãs, suas reivindicações e lutas, e as instituições que detêm o poder para assegurar a sua formalização e estabilização (muitas vezes incorporando-as no quadro jurídico-legal vigente).

Engin Isin (2008a), por seu turno, chama a atenção para algumas transformações profundas do nexo cidade-cidadania que não devem ser negligenciadas na reflexão conceptual

sob risco de fragilizar o quadro teórico que em torno desse mesmonexo se edifica. Por um lado, é preciso levar em linha de conta a existência de outras fontes de identificação sócio-política, como a ocupação profissional, o consumo e os estilos de vida, que não são necessariamente circunscritos espacialmente e que se projetam e organizam extensivamente para além dos limites urbanos propriamente ditos; por outro, o facto da “pulverização” governamental da cidade, acompanhada de um aumento acentuado da mobilidade espacial de certos segmentos do seu tecido social, terem contribuído fortemente para que o cidadão comum se identifique menos com a cidade enquanto espaço da cidadania.

Em contraposição, James Holston e Arjun Appadurai (1999) colocam o enfoque na primazia histórica da cidadania urbana, isto é, da cidade enquanto uma das arenas estratégicas fundamentais para o desenvolvimento da cidadania (ver Bauböck, 2003; Barker, 2009; Beilharz, 1996; Biehl, 1998; Bookchin, 1986, 2007; Ferreira, 2003; Isin, 1997; 2010; Pocock, 1995). Como sugerem os autores, «com as suas concentrações do não-local, do estranho, do misturado e do público, as cidades comportam de forma mais palpável o tumulto da cidadania. As suas multidões catalizam processos que decisivamente expandem e erodem as regras, significados e práticas de cidadania» (*ibid.*: 2). Efetivamente, a proximidade interpessoal e a densidade de contactos múltiplos e diversificados parecem ser alguns dos atributos mais importantes para o desenvolvimento e expansão da cidadania (Low, 2004).

Para Holston e Appadurai (1999), as cidades, sobretudo as grandes metrópoles, são espaços sociais privilegiados quando se trata da renegociação das condições de existência social e possibilidade da cidadania, pois é nelas que se (re)inscrevem as forças globais e que as densas articulações de recursos, pessoas e projetos ganham forma e se desenvolvem. É, aliás, nelas, que as contradições entre a cidadania formal e cidadania substantiva, de que já falámos anteriormente, se agudizam. Mesmo que de um ponto de vista estritamente formal (universal e *de jure*) a cidadania esteja hoje profundamente articulada com o Estado-nação, de um ponto de vista substantivo (concreto e *de facto*), relacionado com os antagonismos e tensões associados à sua construção, é no espaço das cidades que podemos assistir à sua constante reinvenção (Garcia, 1996; Gilbert e Dikeç, 2008; Scott, 1998).

Para Ash Amin e Nigel Thrift (2004), a cidade – enquanto confluência de fluxos e diferenças que a tornam um espaço social frenético – constitui uma arena privilegiada para experiências políticas não-tradicionais, isto é, sempre em mudança, fragmentadas, inconsistentes e entrecruzadas em muitos circuitos espaciais. Embora pequenas (moleculares),

rotineiras e até mesmo triviais, são experiências de cidadania cheias de significado pois podem, em si mesmas, ser constitutivas da reinvenção e ampliação do campo político, enquanto espaço de formação, ação e desenvolvimento (ver Marceau, 2013).

A colisão entre a tradicional concepção liberal do cidadão-universal e a heterogeneidade e diversidade dos sujeitos políticos concretos que se instituem, organizam e atuam nas cidades, e a partir delas, revela-se inevitável. No centro desta tensão, encontra-se o fenômeno da imigração (proveniente do Sul Global, num sentido lato), aspecto central da (re)construção social da cidade enquanto espaço vivido, denso, heterogêneo e “complexamente volátil”, profundamente disruptivo da homogeneidade que é inerente à cidadania formal e por ela requerida (ver Capel, 2003; Rogers, 2000). Efetivamente, a tensão decorrente das migrações força o Estado a responder à existência de novas condições sócio-espaciais e a promover a criação de novos tipos de direitos fora do seu âmbito normativo e institucional e da arquitetura legal existentes. Deste ponto de vista, a cidadania reconfigura-se enquanto reivindicação dinâmica por direitos e não enquanto estatuto/atributo, sendo simultaneamente inclusiva e exclusiva. Contrariamente ao que poderíamos ser levados a crer, com base na multiplicidade de propostas que atribuem importância acrescida a novas morfologias da esfera pública, comunidades virtuais híbridas, redes diaspóricas e transnacionais, e outras combinações de soberanias não-espaciais, as cidades não se tornam irrelevantes mas, pelo contrário, parecem os espaços sociais mais importantes para a reconstrução da cidadania (ver Stevenson, 2003). A cidade afirma-se enquanto espaço de tensões e de relações de poder assimétricas ou, como escreveu Isin (2002a), enquanto campo de batalha através do qual diferentes grupos sociais definem as suas identidades, reivindicam as suas causas, conduzem as suas lutas e articulam direitos e obrigações de cidadania.

Sophie Watson (1999), por exemplo, reconhecendo que alguns grupos sociais têm menos acesso aos recursos gerados na cidade e menor capacidade de definir e controlar os espaços urbanos, sugere que as dinâmicas de cidadania tem, ao mesmo tempo, que ver com a forma como as pessoas se podem representar, constituir e identificar na cidade e com as diferentes reivindicações que fazem pelo acesso aos mais variados recursos implicados na construção social do espaço urbano. Embora se assista hoje a um reforço do indivíduo atomizado, consumidor, cidadão do mercado-mundo e das suas redes, perdendo, assim, força, a ideia do cidadão como sujeito político, como força motriz da transformação da sociedade, o espaço urbano tem sido, efetivamente, recolocado no centro do processo devido à potencial

mobilização estratégica para a construção da cidadania (facilitada pelas relações de proximidade) e por nele se manifestarem todas as tensões, dilemas e contradições inerentes ao seu exercício (ver Oliveira, 2000; Parazelli, 2001). Como afirmava Oliveira (1999: 93), «ao longo da história do conceito, por mais que sua noção tenha se ampliado e ganho um sentido abstrato e múltiplo, afastando-se da escala territorial da cidade, é neste espaço, delimitado politicamente, e na rede de lugares que o compõem, que a cidadania deixa de ser um *em si* e assume a sua dimensão mais concreta e cotidiana».

2.2. Escalas: da tendência multi-escalar

Relativamente à questão das escalas da cidadania, o debate atualmente em curso coloca em evidência a crescente relevância de uma concepção multi-escalar, capaz de articular diferentes níveis e espaços de atividade social e política. Ao assumir que o urbano é um complexo sócio-espacial que transcende a cidade física, incorporando redes de atores e sistemas envolvidos em múltiplas relações que operam a diferentes níveis, procuramos também escapar àquilo que tem vindo a ser designado como “armadilha do local”, isto é, a tendência para priorizar a escala local relativamente a outras, inviabilizando a construção de estratégias multi-escalares (Purcell, 2006, 2008).

A este respeito, Holston e Appadurai (1999) colocam em evidência alguns dos motivos devido aos quais o processo de globalização capitalista e concomitante transnacionalização do trabalho contribuem para a criação de novas formas de cidadania: i) a transnacionalização dá início a uma nova e mais profunda dinâmica de desigualdade e injustiça, minimizando as possibilidades de construção da coesão – mesmo que apenas na aparência – entre os gestores do capital e outros grupos sociais que tendem a ser subalternizados e/ou criminalizados; ii) enquanto sujeitos não-nacionais, muitos migrantes tendem a não se sentir identificados com os locais onde se encontram, reduzindo, assim, o comprometimento moral, emocional e pessoal com este, privilegiando, ao invés, a preservação e/ou mobilização das suas identidades diaspóricas; iii) a transnacionalização gera novas redes globais de cidades e metrópoles através das quais o capital e o trabalho circulam e, por isso, os Estados-nação tendem a modificar e adequar as suas arquitecturas organizacionais e legais (ex: controlo e vigilância de fronteiras, códigos laborais, estatutos de cidadania) para atrair recursos globais.

As cidades atuais incorporam organizações, racionalidades, instituições, processos e

normas complexas dotados de vários graus de legitimidade política que são, simultaneamente, “des-territorializadas”, extravasando, assim, os limites existentes das cidades, e “re-territorializadas”, coexistindo, nem sempre pacificamente, com limites que não são os seus. A necessidade de melhor lidar com esta complexidade, conduziu, diz-nos Isin (2002b), a uma obsessão com a definição legal e formal da cidadania na cidade assente em cinco formas principais de racionalidade: i) lealdade – cidade como espaço investido de lealdade pelo cidadão; ii) virtude – cidade como local onde o cidadão se torna virtuoso através do seu envolvimento na política; iii) civismo – cidade como espaço no qual os cidadãos são emersos na imaginação democrática através da prática, experiência e educação política; iv) disciplina – cidade como espaço de disciplina, vigilância e punição sobre os não-cidadãos; v) subsidiariedade – cidade como o mais próximo e familiar espaço de governação e política.

Como temos visto, a tensão emerge, precisamente, do confronto entre esta conceção formalista e homogeneizante com a diversidade e pluralidade de práticas contemporâneas de cidadania no espaço urbano (ex: “acampadas”, “okupações”, *flash mobs*). Longe da imagem do cidadão virtuoso e leal, a lente analítica contemporânea reorienta-se, por um lado, para a insurgência e o protagonismo dos dominados e, por outro, para o direito enquanto exigência e reivindicação e não enquanto privilégio e estatuto. Por conseguinte, como, aliás, temos vindo a assinalar, a cidadania revela-se um espaço de antagonismo e não de lealdade, um campo de batalha no qual os grupos dominantes, não ficando parados, combatem o avanço da cidadania insurgente – disruptiva da narrativa estabelecida e ameaçadora dos privilégios das elites – com novas estratégias de segregação, privatização e fortificação urbanas. Efetivamente, a cidadania nunca foi estática, espelhando sempre, hoje, como no passado, o aparecimento de novos sujeitos políticos, novas reivindicações, uma expansão da sua amplitude e a emergência de novas formas de segregação, violência e injustiça. Foi assim, no passado, com as mulheres, os povos colonizados e o “proletariado”, mais recentemente, com os indocumentados e aqueles que resistem à heteronormatividade. Em suma, são justamente as práticas que contrariam a racionalidade jurídico-formal da cidade moderna, por um lado, e que se posicionam fora da cidade enquanto território, por outro, que emergem de uma forma cada vez mais evidente como práticas de cidadania com capacidade para transformar as cidades existentes (Isin, 2002b).

Também para Lynn Staeheli (2003), as expressões de cidadania que não se reduzem à sua forma jurídica, mas que incluem formas mais substantivas, complexas e expressivas

definidas em relação a uma comunidade política, embora menos frequentemente discutidas, revelam-se, nas mais das vezes, responsáveis por muita da controvérsia associada à cidadania nas sociedades contemporâneas sendo, aliás, improvável que assim fosse se o debate em torno da cidadania se circunscrevesse única e exclusivamente à sua expressão formal. Com efeito, sugere a autora, assiste-se hoje a uma relativa polarização no que respeita à comunidade política de referência da cidadania. De um lado, encontra-se quem defende que devido aos impactos da globalização capitalista e ao facto de, aparentemente, o Estado-nação já não ser capaz de regular a cidadania, ser necessário reorientar o foco analítico para além deste último, passando a considerar a escala transnacional ou internacional e concomitantes instituições e forças em presença. Do outro, encontra-se quem coloca o enfoque nas forças locais sugerindo que é nos espaços sociais concretos e nas práticas quotidianas que a cidadania ganha os seus significados.

A insatisfação decorrente desta dicotomia, algo redutora, e a perceção de que a cidadania é mais complexa, levou ao crescente reconhecimento da sua natureza multi-escalar uma vez que esta é moldada pelas condições, processos e instituições que, operando às escalas local, nacional e internacional, constróem múltiplas formas e expressões diferenciadas de cidadania (ver Martin *et al.*, 2013). Isto não significa que hoje a cidadania na sua relação com o Estado-nação se tenha tornado absolutamente irrelevante. Significa, isso sim, que esta já não é a única escala a que a cidadania é construída e investida de significado. Por outro lado, a autora sugere que a cidadania é melhor compreendida enquanto processo do que estatuto e, por isso, a sua espacialidade vai para além dos espaços tradicionais da governação, estendendo-se para os bairros, locais de trabalho, espaços públicos e domésticos, enfim, para todos os espaços sociais existentes que, por sua vez, influenciam e condicionam as lutas e práticas de cidadania. Por isso, os processos de formação de subjetividades ou identidades políticas, isto é, a forma como os sujeitos se compreendem a si próprios nas relações que estabelecem com as comunidades, as questões com as quais se debatem e o tipo de ações políticas que decidem tomar, tornam-se mais relevantes que as condições formais de pertença a uma determinada comunidade (ver Clarke, 2008; DeFillipis e North, 2004; Staeheli, 2008). A cidadania incorpora ideias, práticas e relações que se estendem para além de uma categoria legal e, por isso, torna-se importante compreender como esta é concebida pelos sujeitos políticos, eles mesmos, em espaços concretos e nas suas relações com problemas e desafios reais.

De um modo semelhante, Purcell (2003), afirma existirem evidências crescentes de que a cidadania é hoje “glocalizada”, operando a múltiplas escalas (transnacional, regional, local, etc.), num processo que subverte e contraria a moderna hegemonia da escala nacional, criando oportunidades para o aparecimento de novas expressões de cidadania que se articulam e operam a outras escalas (ex: Fórum Social Mundial, *Occupy Wall Street*, Primavera Árabe). Para além disso, nota o autor, muitas formas novas de cidadania não se circunscrevem ao território relativamente ao qual o Estado exerce a sua soberania, pondo cada vez mais em causa a narrativa vestefaliana que define a cidadania como condição única e exclusivamente associada ao território estatal. Na medida em que a nação já não constitui a única referência para a definição da identidade e da lealdade política, assiste-se também à pluralização, justaposição e afirmação de outras subjetividades e comunidades políticas, baseadas na geografia, etnicidade, género, orientação sexual, condição humana, enquanto bases potenciais para a construção da cidadania (ver Cupers, 2005).

Com efeito, pelo papel que tem desempenhado e pelas transformações que tem sofrido, a questão da escala revela-se particularmente importante no debate sobre a cidadania contemporânea. Isin (2007), por exemplo, tomando como ponto de partida a relação cidade-Estado, e de modo bastante original, discutiu a cidadania para além do Estado, colocando o enfoque sobre aquilo que, criticamente, designou pensamento escalar, ou seja, uma forma de, nos campos do direito e da política, representar e instituir as relações entre a cidade e o Estado como se estas fossem: i) a-históricas – considerando que, apesar das suas relações terem mudado, a cidade e o Estado, em si mesmos, permanecem inalterados, configurando objetos reconhecíveis e identificáveis e não entidades em constante mutação; ii) exclusivas – assumindo que cidade e Estado são ontologicamente idênticos e, embora justapostos, constituem atores mutuamente exclusivos e antagónicos; iii) hierárquicas – considerando-se o Estado sempre como escala superior, investida do direito soberano de criar outras escalas, incluindo a da cidade.

O pensamento escalar, ele próprio um produto de relações de forças sociais e políticas, emerge, assim, da necessidade que o Estado moderno tem de regular, controlar e governar os múltiplos fluxos da realidade social que procura apreender e capturar. Efetivamente, o pensamento político-legal moderno, ao instituir o Estado como sujeito imaginário supremo, criou uma relação escalar – a-histórica, exclusiva e hierárquica – entre ele próprio e outros sujeitos e comunidades políticas. Evidentemente, quando se concebe a cidadania unicamente

como estatuto jurídico-legal, ela está inextricavelmente ancorada a um território em relação ao qual esse estatuto é atribuído e investido de validade. No âmbito do pensamento escalar, não existe qualquer ambiguidade.

No entanto, a partir do momento em que se começa a problematizar e reorientar a questão dos direitos e obrigações no sentido dos espaços sociais, culturais, éticos, estéticos e políticos concretos, o pensamento escalar revela os seus limites e, frequentemente, constata-se que os processos sociais existentes numa cidade, Estado ou nação não coincidem com os seus limites legais. O pensamento escalar impele-nos constantemente na direção da substância jurídico-política do cidadão e do Estado, considerando tudo aquilo que fica nos interstícios, nos espaços liminares ou de fratura e para além do Estado, ou seja, muito do que aqui consideramos cidadania – política em ato – como algo intrinsecamente subordinado e, no limite, inexistente. Para além disso, apesar do pensamento escalar procurar manter e controlar a cidadania, a existência de múltiplas lealdades, pertenças e identificações que a ativam, impede que seja totalmente conseguida a constrição por ele exercida. Como sugere Isin (2007: 224), «o pensamento escalar contem o cidadão mas o cidadão resiste a esta contenção porque ser cidadão é sempre mais do que ser um membro do Estado ou nação».

2.3. Sujeitos políticos: da pluralidade e diversidade dos protagonistas

Por fim, debruçamo-nos sobre a questão dos sujeitos políticos da cidadania, ou seja, aqueles que a protagonizam, que lhe dão corpo e dinamismo. Efetivamente, a partir das décadas de 1960 e 1970, e em estreita relação com a transição do regime de acumulação fordista para um regime de acumulação flexível e concomitante perda de vitalidade do movimento sindical, assistiu-se ao aparecimento de novas subjetividades políticas articuladas em torno de questões como a orientação sexual, a “raça”, o ambiente ou o consumo. Clara Irazábal (2008), sublinha, a este respeito, a crescente relevância de uma ampla gama de expressões de cidadania forjadas em torno de questões de género, sexualidade, etnicidade, idade, classe e religião que, até há bem pouco tempo, permaneciam por desvendar. Expressões como multi-nível, nómada, performativa, sustentável, entre outros, qualificam hoje diferentes formas de cidadania, lançando alguma luz sobre a sua natureza multifacetada e dinâmica.

A construção da cidadania passa também pela tentativa de resistir à exclusão e invisibilidade a que os grupos sociais dominantes remetem os “outros”. Na formulação de Isin

(1997: 1998), «a emergência da cidadania como espaço político apenas pode acontecer quando o poder de uma classe dominante é efetivamente desafiado». A construção da cidadania implicou sempre que aqueles a quem, efetiva e substantivamente, era negado um lugar justo no edifício social (os “sem-parte”), se erguessem e exigissem que as suas vozes fossem ouvidas e reconhecidas por aqueles (aristocracia e oligarquia) que detinham o poder e exerciam o controlo e dominação sociais (ver Rancière, 1999; Žižek, 2006). Como sugere Isin (2002a, 2005), a cidadania existe, no preciso momento em que a suposta naturalidade das virtudes dominantes é questionada e a sua arbitrariedade revelada, quando a hierarquia estabelecida é revertida, redefinida e repensada, quando os dominados, estigmatizados, oprimidos e marginalizados se realizam enquanto grupos e constituem enquanto sujeitos políticos. A cidadania existe quando é exercida e estes sujeitos políticos se (des)envolvem, participando na conflitualidade, demonstrando uma predisposição para a ação, uma vontade de exercer a liberdade, em suma, assumindo a dignidade de se considerarem como iguais (Borja, 2003).

Contrariar e resistir à exclusão passa, por vezes, pela utilização de táticas espaciais em que grupos sociais excluídos desestabilizam as práticas sócio-espaciais dominantes e se tornam geograficamente visíveis e politicamente atuantes. Nas últimas décadas, o ativismo LGBT, como antes a luta pelos direitos civis ou o movimento feminista, é provavelmente o caso mais notório de um movimento que opera em geografias subterrâneas para reivindicar direitos e ao mesmo tempo desestabilizar noções convencionais de heteronormatividade, procurando obter ganhos materiais e contribuir para a redefinição das instituições. Existe, como já vimos, uma multiplicidade de espaços e escalas através das quais estas geografias subterrâneas ganham forma, integrando espaços materiais de interação e organização, configurando espaços mais intangíveis de comunicação e imaginação.

Os sujeitos políticos da cidadania são cada vez mais complexos, plurais e diversificados. Através da análise crítica de inúmeras transformações verificadas nas sociedades contemporâneas, com destaque, por exemplo, para o extraordinário desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, alguns autores têm chamado a atenção para novas formas de produção cognitiva, imaterial e biopolítica (Berardi, 2005, 2009; Hardt e Negri, 2000; 2005; Matos, 2012), concomitante fortalecimento do precariado (ver Antunes, 2003, 2011; Antunes e Alves, 2004; Harvey e Wachsmuth, 2012; Standing, 2011) e explosão de novas formas de organização e intervenção política, ou seja, de novas

cidadanias (ver Carmo, 2012; Graeber; 2002, 2009; Mendes, 2008a; Norris, 2002; Purcell, 2013; Rebelo, 2003; Santos, 2002).

De um modo que consideramos verdadeiramente inovador, Isin (2008b) esboçou uma perspectiva nova centrada nos atos políticos que instituem a cidadania e que são levados a cabo por diferentes sujeitos políticos. Assim, no mundo contemporâneo, como vimos antes, assiste-se à produção de novos (e por vezes paradoxais) sujeitos políticos, novas subjetividades e identidades, novos locais de luta e novas escalas de identificação e, através deles, a cidadania, tradicionalmente compreendida como estatuto legal de pertença ao Estado, como temos visto, passou a ser vista cada vez mais como conjunto de práticas – sociais, políticas, culturais, simbólicas – reivindicativas que se manifestam em vários locais e escalas (ex: cidadania íntima, cidadania cultural, cidadania multicultural, cidadania sexual, cidadania transgénero, cidadania do consumo, cidadania ocupacional, cidadania cosmopolita, cidadania de afinidade, cidadania diaspórica, cidadania ambiental/ecológica, cidadania pós-política, cidadania pós-moderna) (ver Balibar, 2008; Carvalhais, 2004, 2007; Christopherson, 1994; Ciprut, 2008; Faulks, 2000, 2002; Gilbert e Veronis, 2013; Miller, 2007; O'Byrne, 2003; Silva, 2004; Standing, 2009). Reconhecendo que a cidadania substantiva é condição de possibilidade da cidadania formal, o propósito desta reorientação analítica é o de compreender o processo de instituição da cidadania através dos seus próprios atos constituintes, rompendo as ordens, práticas e *habitus* existentes e produzindo protagonistas que se constroem na ação.

Dando continuidade ao esforço de aprofundamento da reflexão em torno da cidadania, que temos vindo a acompanhar, Isin (2009a) viria, posteriormente, a colocar o enfoque sobre a sua natureza fluída e a necessidade de conceber um novo vocabulário para a apreender. A partir do reconhecimento de que emergiu um novo sujeito – cidadão ativista – que toma o seu lugar no palco da história, sugere-se que este processo está relacionado com o aparecimento de novos direitos (civis, políticos, sociais, urbanísticos, sexuais, ecológicos, culturais), locais (corpos, tribunais, ruas, *media*, redes, fronteiras), escalas (urbana, regional, nacional, transnacional, internacional) e atos (voto, voluntariado, *blogging*, protesto, resistência, organização), através dos quais os atores se transformam a si próprios (e a outros) em cidadãos. Consequentemente, afirma Isin (*ibid.*: 270), a cidadania deve ser entendida não como estatuto de pertença mas sim «como uma instituição em fluxo inscrita nas lutas sociais e políticas que a constituem». Daqui decorre que os cidadãos não devem ser apreendidos a partir do seu estatuto formal (ver Boudreau, 2013). É, aliás, frequente a existência de sujeitos

sem estatuto formal de cidadania que agem como cidadãos, constituindo-se como aqueles com direito a ter direitos, ao mesmo tempo que se produzem novos locais de contestação, pertença, identificação, resistência e luta que atravessam fronteiras, limites e territórios, envolvendo, assim, múltiplas e sobreponíveis escalas de contestação, pertença, identificação e luta.

Ao abrir a política como espaço de contestação e ação através do qual os sujeitos se tornam políticos, revelam e ativam o que até então permanecia oculto, modificando desse modo a paisagem política e ampliando o horizonte do possível, a cidadania possibilita a emergência de subjetividades políticas (Isin, 2009b). O seu questionamento crítico, exercício que damos agora por concluído, implica pois repensar e ampliar não apenas o político mas também aquilo que é ser humano e viver em sociedade (ver Clarke, 1994).

Quadro 2.1. Ideias a reter para a pesquisa empírica (Capítulo 2)

- | |
|---|
| <p>i) a cidade e os espaços urbanos são vistos como contextos geográficos privilegiados para o desenvolvimento da cidadania, sobretudo porque é neles que as contradições entre diferentes concepções de cidadania (substantiva/formal, concreta/abstrata, etc.) se revelam mais contundentes, onde os antagonismos e tensões associadas à sua construção e a sua constante reinvenção têm lugar, onde as relações de proximidade e os múltiplos encontros propiciam o diálogo, o debate e a negociação;</p> <p>ii) a cidadania é cada vez mais vista como um fenómeno multi-escalar, um processo “glocalizado” que se desenrola às escalas local, nacional e internacional. Continua, porém, a existir uma tensão entre a escala do Estado-nação e a da cidade, que se encontra espelhada na noção de pensamento escalar. Esta, visa sobretudo circunscrever e invisibilizar a cidadania enquanto prática e afirmar a sua configuração liberal-vestefaliana enquanto estatuto jurídico-legal;</p> <p>iii) os sujeitos políticos da cidadania, aqueles que a protagonizam, são cada vez mais complexos, plurais e diversificados, edificando-se em torno de novas subjetividades e práticas sociais e políticas. É a partir das ações e práticas concretas dos sujeitos, anteriormente invisibilizados e sem voz, que a cidadania se materializa, transformando a paisagem política e ampliando o horizonte de possibilidades existenciais.</p> |
|---|

Fonte: elaboração própria

3. Arte – instrumento de cidadania

Os artistas são políticos da utopia

JP Simões

São múltiplos e variados os géneros, as expressões e as manifestações artísticas que, de modo bastante diversificado, têm sido mobilizados e utilizados com vista a alcançar objetivos sociais e políticos emancipatórios ou, de modo mais abrangente, transformar o mundo num sentido progressista. Embora seja difícil traçar uma linha separadora entre ambas, parece-nos possível identificar duas grandes orientações na investigação existente neste domínio. Assim, paralelamente aos estudos – sobre arte ligada à transformação social – centrados em diferentes géneros artísticos, como por exemplo: artes performativas (Kershaw, 2008; Madeira, 2012), teatro (Kershaw, 1992; Prendergast e Saxton, 2009; Taylor, 2002), artes plásticas e pintura (Cockroft *et al.*, 1977), instalações (Bishop, 2005; Reiss, 1999), arte pública e *graffitis* (Austin, 2010; Burnham, 2010; Chaudoir, 2004), *fanzines* (Duncombe, 2008), dança (Briginshaw, 2001), música (Hutnyk e Sharma, 2000) e cinema (Galt e Schoonover, 2010; Valim, 2005), existem também trabalhos que colocam o enfoque nos diferentes espaços (ex: países, cidades, bairros e/ou comunidades) e sujeitos (ex: coletivos, mulheres, jovens, pessoas portadoras de deficiência, minorias “raciais” e étnicas) que as protagonizam (ver Anjo, 2011; Aterianus-Owanga, 2011; Boon e Plastow, 2004; Cruz, 2008; Deutsche, 1988; Ervine, 2008; Gonçalves, 2008; Jackson, 2008; Kong, 1995; Kritzer, 2008; Kupperts, 2011; Macdonald, 2001; Moore-Gilbert e Seed, 1992; Saldanha, 2002; Sell, 2008; Stimson e Sholette, 2007; Tavares, 2010; Ward, 1998; Zuhur, 2001).

O nosso objetivo, porém, não é o de descrever minuciosamente o vasto conjunto de experiências artísticas, o modo como operam, ganham corpo a partir da ação levada a cabo por vários protagonistas e se manifestam em diferentes espaços. Tão-pouco temos a pretensão de oferecer contributos qualificados capazes de enriquecer e iluminar o longo e controverso debate (aparentemente sem fim à vista), acerca da “essência” da arte, motivado pela fundadora questão: o que é a arte? (ver Carrol, 1999; Davies, 2001; Dickie, 2004; Graham, 2005). Na verdade, consideramos que a formulação da questão, em si mesma, ergue barreiras difíceis (senão mesmo impossíveis) de superar, sobretudo numa investigação como a nossa que, apesar de se basear nalguma reflexão acerca da arte, não se esgota nela, encarando-a

como um meio e não como um fim. Ao invés, na esteira de Nelson Goodman (1978/2007), julgamos que se deve privilegiar uma outra questão, designadamente: quando há arte?

Esta subtil reorientação analítica impede-nos de cair na frustrante “armadilha” essencialista da busca por uma definição pura e universal, capaz de encapsular a totalidade daquilo que procura significar, neste caso, a arte. Como afirma Carmo d'Orey (2007: 15), «as definições essencialistas da arte parecem-nos hoje definitivamente votadas ao fracasso sobretudo porque, ainda mais do que as críticas dos filósofos, a criação artística se tem encarregado de fornecer contra-exemplos às mais esforçadas tentativas para a encerrar em condições necessárias e suficientes decorrentes das suas propriedades intrínsecas». Assim, em nossa opinião, deve privilegiar-se uma abordagem centrada na determinação daquilo que, a cada momento histórico e em cada espaço concreto, é social e institucionalmente investido de significações, qualidades artísticas e mesmo que não dotado do estatuto de obra, incluído no mundo da arte enquanto elemento constitutivo.

Neste capítulo pretende-se, fundamentalmente a partir de uma abordagem tributária daquilo a que podemos chamar estética crítica, alcançar um triplo objetivo: i) explorar algumas das tendências da arte, colocando o enfoque naquelas que nos parecem ser hoje mais relevantes e que, de um modo mais notório, influenciam as suas manifestações sociais e políticas, designadamente, a mercadorização e a neutralização; ii) aprofundar o conhecimento acerca da arte social e política propriamente dita, não apenas no que diz respeito aos seus princípios e pressupostos mais abstratos mas também relativamente às configurações e estratégias que assumem em termos concretos; iii) tecer algumas considerações, muito breves, acerca do teatro social e político, aproximando-nos um pouco mais do tipo de expressão artística que mais adiante iremos examinar com maior profundidade (ver capítulo 5).

3.1. Mercadorização e neutralização: tendências da arte contemporânea

Em toda a sua pluralidade e diversidade, a arte é perpassada por tendências várias, que se entrecruzam e justapõem de modos complexos e dinâmicos. Gostaríamos, no entanto, de nos focar apenas em duas dessas tendências, no fundo, aquelas que, do nosso ponto de vista, parecem hoje desempenhar um papel mais relevante: a mercadorização e a neutralização. À semelhança de Silvina Rodrigues Lopes (2011: 43), pretendemos assim «retomar um problema decisivo, o do modo de existência da arte na atualidade, a cumplicidade entre as

estratégias que reduzem a arte a um conjunto de bens e serviços disponíveis para fins específicos (fruição, educação, poder simbólico, etc.) e aquelas que fazem da política uma gestão de instituições orientadas para a maximização da produção e do consumo». Por um lado, como tentaremos mostrar, a arte é frequentemente produzida enquanto mercadoria, isto é, os seus valores de uso passam a subordinar-se ao seu valor de troca (ver Almeida, 2009; Amariglio *et al.*, 2009). Por outro, por vezes de uma forma subtil, outras nem tanto, tem sido também destituída das suas componentes críticas e subversivas, daquilo que pode fazer com que ela efetivamente se transforme num instrumento de cidadania, desenvolvendo-se em função de audiências e mercados. Como salientam Carlos Fortuna *et al.* (1998/1999: 93), devido ao processo de mercadorização/privatização, o espaço da cultura e da arte é fortemente ordenado, normalizado e controlado, gerando-se um contexto no qual «o cidadão converte-se em consumidor-objecto, cuja condição social é cada vez menos uma condição de participação cívica e cada vez mais uma condição alienada e atomizada». Mercadorização e neutralização vão muitas vezes de par uma com a outra, reforçando-se mutuamente e comprometendo ou minimizando o potencial social e político da arte. Entre ambas, existem continuidades e interligações evidentes. Não obstante, e começando pela mercadorização, procuramos aqui olhar para ambas as tendências separadamente para melhor compreender as suas especificidades e o modo como operam independentemente uma da outra.

No clássico *The Necessity of Art: A Marxist Approach*, Ernst Fischer (1963) afirma que a arte se encontra numa situação bastante peculiar e delicada pois, à semelhança do Rei Midas, também o capitalismo, transforma tudo aquilo em que toca numa mercadoria. Efetivamente, acrescenta o autor, a partir do século XIX «o artista e as artes entraram no completamente desenvolvido mundo da produção capitalista de mercadorias com a sua total alienação do ser humano, a externalização e materialização de todas as relações humanas, a divisão do trabalho, a fragmentação, a especialização rígida, o obscurecimento das conexões sociais, o crescente isolamento e a negação do indivíduo» (*ibid.*: 52). Numa outra passagem, que coloca em evidência a natureza intrinsecamente contraditória do capitalismo, Fischer reconhece que este «não é essencialmente uma força social pré-disposta à arte ou que promova a arte; se o capitalista médio precisa de arte, ele precisa dela como um embelezamento da sua vida privada ou como um bom investimento. Por outro lado, é verdade que o capitalismo libertou forças tremendas de produção artística e económica. Tornou reais novos sentimentos e ideias e concedeu ao artista novos meios para que os pudesse expressar

(...) apesar do capitalismo ser basicamente estranho às artes, ainda assim favoreceu o seu crescimento e a produção de uma enorme diversidade de trabalhos, originais, expressivos e multifacetados» (*ibid.*: 51). Constatase, pois, que a relação do capitalismo com a arte não é monolítica e estática mas, pelo contrário, complexa, dinâmica e, acrescentamos nós, profundamente paradoxal.

Assiste-se também ao aparecimento de correntes artísticas formalistas – “arte pela arte” – que defendem, de modo intransigente e intolerante, a forma, como único valor estético. De acordo com Álvaro Cunhal (1997), o seu aparecimento esteve ligado à necessidade de diminuir, isolar e desautorizar manifestações de arte que, mais ou menos explicitamente, colocassem o enfoque sobre problemas sociais e assumissem perante eles uma atitude crítica contundente. O formalismo opõe-se por isso à arte que reafirma «o valor e as potencialidades do ser humano e em particular das classes exploradas e oprimidas e [expressa] confiança na vida e no futuro» (*ibid.*: 147). Este é, não obstante, um combate desigual pois contra as diversas manifestações artísticas com características progressistas e emancipatórias, movem-se interesses contrários muito poderosos. Como afirma Cunhal, «no mundo actual, o grande capital e as classes dominantes, as forças que dispõem do poder político, económico e financeiro, investindo meios financeiros e técnicos colossais, promovem activamente a produção artística (na literatura, na música, nas artes plásticas, no teatro, no cinema) para propagandear falsidades e concepções que correspondem à defesa dos seus directos interesses» (*ibid.*: 184).

Também Silvina Rodrigues Lopes (2011) coloca em evidência o facto da arte se encontrar hoje em perigo devido à existência de um conjunto bastante diversificado e complexo de mecanismos – indiferenciação, propaganda e publicidade – que são usados para estimular o consumo de quaisquer mercadorias, incluindo, evidentemente, a arte. É assim, acrescenta Lopes, que «proliferam os chamados criativos e as “indústrias criativas”, que os nomes de artistas se convertem em marcas comerciais, ou que um grupo de produtores, “agentes artísticos”, “cria” os próprios artistas, como um bom agente de publicidade pode “criar” o produto a consumir» (*ibid.*: 43-44). Na verdade, o controlo social por parte do capital, por intermédio do Estado “democrático”, não decorre de meios directos mas sim da operação permanente de fórmulas mais subtis e com incidência oblíqua. Por conseguinte, conclui a autora, «estão em perigo o sentir e o pensar, motivo pelo qual a resposta singular que a arte convoca é rasurada pelas instituições que pretendem fazê-la render, moldá-la às

circunstâncias, que se resumem ao lucro» (*ibid.*: 44).

Não é pois incomum que a arte sucumba perante as pressões a que está sujeita por parte do mercado ou, de um modo mais subtil, como veremos adiante, seja incorporada numa ordem social que faz da incessante busca do lucro o seu alfa e ómega. Este processo foi bem sintetizado por Carlos Vidal (1997: 35), quando este autor salienta que «no ocidente, a arte é jogada de acordo com as necessidades de um mercado autónomo e para um mercado global sob a forma de indústrias culturais [e que] o rosto da globalização é a industrialização do pensamento e não a sua emancipação». Assim, é justamente quando a arte se insere nas diferentes ramificações da circulação mercantil que ela compromete o seu potencial social e político.

Num artigo provocatoriamente intitulado *The legitimacy of modern art*, John Molyneux (1998) oferece-nos, a partir das artes visuais, algumas pistas adicionais para uma melhor compreensão da mercadorização da arte. O mundo da arte, diz-nos o autor, é hoje dominado pela lógica da propriedade individual ou institucional da arte, o que acarreta consequências inevitáveis ao nível da sua produção, circulação e consumo (ex: torná-las inacessíveis à generalidade das pessoas). Deixar que a atribuição e o reconhecimento do valor artístico sejam feitos pelas instituições dominantes do mundo da arte, que assim se reproduzem, perpetuando hierarquias culturais e transformando a arte em mercadoria (ver Fonseca, 2007), contribui para a preservação de uma conceção conservadora e elitista da arte. Efetivamente, conclui Molyneux, a atual estrutura capitalista do mundo da arte é marcada pelo seu elitismo e orientação comercial bem como pela sua natureza exclusiva e inacessível.

Luiz Costa Lima (2004), por seu turno, sugere a existência de um desacordo crucial entre arte e mercado, dado que se baseiam em valores de natureza completamente distinta. Inserida nos circuitos mercantis, a arte torna-se um bem, uma coisa, um produto investido de valor de troca e destituído de quaisquer significados ou funções sociais e políticas que escapem à esfera restrita da arte-mercadoria. Segundo Lima (*ibid.*: 108), «o inevitável hiato entre arte e sociedade governada pelo mercado é provocado, por um lado, pela superposição entre valor de troca e fetichização das mercadorias e, de outro lado, pela condensação simbólica da obra, que não pode dela desaparecer sem que o objeto de arte assuma outra destinação». Na atualidade, o destino prioritário da arte não parece ser outro senão o de um mercado cada vez mais voraz, insaciável até, que dispõe de um conjunto cada vez mais vasto e poderoso de meios para operar a sua mercadorização e “industrialização” enquanto produto

cultural. Numa passagem, porventura demasiadamente fatalista, o autor afirma que «a arte é comparável a um naufrago que se agarra a um destroço qualquer que adie a sua imersão» (*ibid.*: 111). De modo convergente, Julian Stallabrass (2004), defende que a arte mais valorizada é aquela que melhor serve os interesses da economia neoliberal, que promove a sua lógica de funcionamento e, pelo caminho, destrói solidariedades e afirma a inexistência de alternativas à globalização capitalista. Na atualidade, assegura o autor, parecem já não existir condições para o aparecimento de expressões artísticas capazes de escapar à fagocitória lógica mercantil que se foi apoderando do mundo da arte. Em suma, conclui o autor, a arte, encontra-se, hoje, numa relação de servidão com o capital da qual é difícil escapar.

Já para Alan W. Moore (2004), a arte localiza-se nas fronteiras do mercado, num espaço de relações sociais não necessariamente mercantis, oferecendo-nos por isso uma perspectiva privilegiada para criticar a economia política do capitalismo. Assim, na produção de arte, o mercado é apenas uma componente da densa trama de relações sociais envolvidas nesse processo. Por conseguinte, para Moore, a arte situa-se no espaço de convergência da mercadoria e da dádiva, isto é, entre aquilo que é investido de valores de uso e aquilo que possui unicamente um valor de troca. A arte situa-se pois num espaço simbólico e potenciador do aprofundamento de relações sociais não capitalistas (ver Abbing, 2002). Pela sua localização numa encruzilhada, a produção de arte, ao mesmo tempo que reproduz uma cartografia institucional elitista e hierárquica, contribui para ampliar o espaço de liberdade e possibilidades sociais e políticas. Como já vimos anteriormente, os termos em que se opera a produção artística no mundo contemporâneo são delimitados pela globalização capitalista. Admitindo que a emancipação é antagónica face à economia mercantil, os espaços da arte social e política nos quais esta procede ao seu trabalho de profunda desconstrução da realidade sócio-espacial existente, só podem encontrar-se fora da esfera do mercado.

Relativamente à tendência para a neutralização da arte, gostaríamos de começar por resgatar ao passado algumas das ideias associadas ao pensamento estético pioneiro de Herbert Marcuse (ver Kellner, 2007), para quem a cultura e a ideologia substituem a força bruta como mecanismos de integração de indivíduos atomizados na sociedade de consumo. Deste ponto de vista, a arte perde muito do seu potencial crítico e radical, tornando-se mais conservadora, e passa a funcionar enquanto instrumento de estabilização fundamental para a reprodução da sociedade capitalista. A chamada cultura de massas aparece no pensamento de Marcuse como algo que retira à arte o seu potencial subversivo e a torna um mero adorno ou diversão ligeira.

Ao mesmo tempo, porém, o potencial transformador da arte (e da cultura) e os contributos que podem oferecer na construção de uma sociedade mais justa são também enfatizados. Em Marcuse, a arte é sempre compreendida enquanto fenómeno dialético, sendo atravessada por uma constante tensão entre as suas potencialidades emancipatórias e as suas tendências alienantes.

Não podemos também deixar de referir o pertinente questionamento de Chantal Mouffe (2007) acerca da possibilidade das práticas artísticas poderem ainda desempenhar um papel crítico numa sociedade como a atual, em que as diferenças entre arte e publicidade se esbateram e os artistas e trabalhadores culturais foram incorporados no processo de produção capitalista (ver Berger, 1972). Invocando o “novo espírito do capitalismo” (ver Boltanski e Chiapello, 2005; Budgen, 2000), a autora lembra a tese segundo a qual as reivindicações, feitas pelos movimentos sociais que na década de 1960 exigiam maior autonomia e mais liberdade, foram integradas, domesticadas e despolitizadas, em suma, neutralizadas e transformadas em novas formas de controlo social e político. Criatividade, autonomia e auto-desenvolvimento, armas de arremesso usadas contra a opressão e dominação causadas pelo poder disciplinador da burocracia, da hipocrisia social e da conformidade consumista, foram assim recuperadas pelo capitalismo.

Como assinala Mouffe (2007: 1), «as estratégias estéticas da contra-cultura: a busca pela autenticidade, o ideal da auto-gestão, a exigência anti-hierárquica, são hoje usados de modo a promover as condições requeridas pelo modo de regulação capitalista atual, substituindo o enquadramento disciplinar característico do período fordista. Na atualidade a produção artística e cultural desempenha um papel central no processo de valorização do capital e, através da “neo-gestão”, a crítica artística tornou-se um elemento importante da produtividade capitalista». Consequentemente, muitas pessoas estão hoje inteiramente convencidas da incapacidade crítica da arte. Outras, porém, consideram que a tendência agora descrita possibilita o aparecimento de novos modos de resistência e crítica através da arte, transformando o campo de possibilidades da sua intervenção social e política.

Outro contributo relevante para a nossa reflexão acerca da neutralização da arte liga-se à chamada governamentalização da cultura e da arte, ou seja, da sua instrumentalização de um modo que as torna essencialmente um mecanismo de gestão e controlo sociais, tal como sugerem Eleonora Belfiore e Oliver Bennett (2008). Com efeito, notam os autores, a partir do século XIX, a cultura e a arte passaram a ser concebidas como recursos vitais para a

transformação das normas e modelos comportamentais considerados desviantes. A aceitação consensual desta lógica, conduz à sua consolidação, reprodução e disseminação através de museus, galerias de arte, bibliotecas e salas de espetáculos que usavam conscientemente a cultura e a arte enquanto recursos que, através do seu efeito civilizador, facilitavam o controlo social e a modificação do comportamento dos grupos sociais mais desfavorecidos (ex: redução da criminalidade e violência). Claramente, a promoção da cultura e da arte não era um fim em si mesmo mas uma alternativa às atividades sociais que eram vistas pelas autoridades como indesejáveis e ameaçadoras.

Por conseguinte, o uso instrumental da arte no âmbito de agendas de governação, enquanto mecanismo de promoção da coesão social e concomitante neutralização do seu potencial social e político, não é uma estratégia particularmente inovadora. No âmbito das políticas da “terceira via” levadas a cabo no Reino Unido, por exemplo, a arte foi um instrumento “defensivo” de grande utilidade para a prossecução de estratégias tais como o desenvolvimento económico local, o *marketing* territorial e a inclusão social (ver Belfiore, 2012).

Por fim, consideramos importante explorar com algum detalhe as originais reflexões desenvolvidas pelo coletivo BAVO (2007a, 2009), que toma como ponto de partida o paradoxal destino da arte na atual ordem social e política. Se, por um lado, a arte é vista como um pilar essencial da democracia, configurando um espaço privilegiado para a experimentação e para a livre expressão de necessidades, desejos e ideias, por outro, quando se torna “excessivamente” política é normalmente acusada de cair na demagogia e/ou desvalorizada enquanto manifestação artística. Procura-se pois reduzir a arte à sua formulação mais restrita e regressiva, concebê-la como uma disciplina eminentemente técnica, especializada e politicamente neutra, cujo principal objetivo é a produção do “belo”. Ir demasiado longe na utilização subversiva e crítica da arte resulta, quase sempre, na sua desqualificação não apenas do ponto de vista artístico mas, sobretudo, do ponto de vista social e político.

Sintomático desta tendência é o aparecimento nas últimas décadas daquilo a que os membros do coletivo chamam arte-ONG, isto é, práticas artísticas que assentam no pressuposto de que nas circunstâncias atuais e perante a necessidade urgente de resolver problemas concretos, não há tempo (nem espaço) para manifestos políticos ou expressões de indignação moral de grande fôlego. Ao invés, defenderiam os artistas-ONG, são necessárias

intervenções diretas e pragmáticas que ajudem as comunidades e grupos sociais desfavorecidos a lidar com os problemas da sua vida quotidiana (ver Grodach, 2011; Laguarda, 2011; Lowe, 2000; Markusen e Gadwa, 2010; Newman *et al.*, 2003; Puype, 2004; Sharp *et al.* 2005). Aparentemente, esta é «a única forma através da qual a arte pode reconquistar a sua credibilidade e legitimidade enquanto força comprometida na sociedade, especialmente depois do seu desastroso “affair” com ideologias modernistas e totalitárias [fascismo, nazismo, comunismo] e a sua mais recente capitulação à ironia e relativismo pós-modernos» (BAVO, 2007a: 23-24).

Ao privilegiar a resolução pragmática de problemas reais e imediatos com os quais as pessoas se deparam na sua vida quotidiana, a arte-ONG parece redefinir a arte em termos de “consultoria criativa”, ou seja, metodologias operativas com vestes artísticas. Ao fazê-lo, a arte afasta-se da crítica profunda e de práticas que levantam questões fundamentais relacionadas com a ordem social existente e a confrontam com as suas contradições e limitações e aproxima-se de práticas orientadas para o desenho e disponibilização de soluções, respostas e orientações para problemas concretos, muitas vezes em estreita cooperação com o mercado e/ou as autoridades públicas. Por conseguinte, os artistas-ONG tendem a evitar o confronto porque este pode comprometer a sua capacidade de obter o financiamento necessário para o desenvolvimento e implementação das suas ações e iniciativas (BAVO, 2009).

Assim, os artistas são redefinidos enquanto *homo pragmaticus*, sujeitos desprovidos de, ou até mesmo avessos a, quaisquer comprometimentos políticos e que por isso, independentemente da nobreza e justiça das suas intenções, são vistos como aliados valiosos da neutralização da arte. Deste modo, «o setor da arte é reduzido a carne para canhão num sistema em que os programas sócio-culturais cada vez mais se tornam não apenas meros paliativos – limitados ao controlo de danos – mas também puramente simbólicos, isto é, destinados a oferecer às vítimas da incessante marcha em frente do neoliberalismo o sentimento de que não são deixadas pelo caminho mas que de alguma forma ainda contam» (BAVO, 2007a: 25).

A questão crucial torna-se então a de saber se a arte-ONG, nas suas micro-intervenções, é capaz de (re)politizar e problematizar as injustiças e relações de poder subjacentes aos problemas sobre os quais trabalha, dando-lhes um enquadramento sistémico e suscetível de escapar à densa e complexa teia da neutralidade. Os membros do coletivo BAVO

defendem que não porque ela se encontra profundamente ligada a uma ideologia pragmático-humanitária que coloca a tónica na criação de soluções diretamente implementáveis e, eventualmente, replicadas em diferentes contextos. A orientação imediata para a ação concreta limita a sua própria amplitude potencial e impede a possibilidade mesma de um questionamento político radical da ordem existente. Consequentemente, «a arte-ONG sucumbe àquilo que se pode chamar a falácia humanitária, a ideia de que antes de se procurar alcançar tudo e procurar transformar o mundo na sua totalidade, se deve oferecer alguma espécie de conforto às vítimas, sendo o lema desta abordagem – “vítimas primeiro, política depois”» (*ibid.*: 25-26).

Os membros do coletivo BAVO defendem também que a negação da política por parte da arte-ONG se encontra ligada a uma certa “cegueira” pragmática, ou seja, à tendência para considerar a concetualização e a reflexão acerca da realidade humana desnecessárias, e até mesmo contraproducentes, para a intervenção prática e concreta. É justamente esta compulsão para os objetivos imediatos, juntamente com a necessidade de assegurar a concretização das suas ações e iniciativas, que limita e/ou impede o protesto e a contestação por parte da arte-ONG, condenando-a à “neutralidade” social e política. Este posicionamento, porém, não está isento de riscos e torna a arte-ONG bastante vulnerável à cooptação por parte do sistema dominante. É relativamente usual, por parte de autoridades governamentais ou investidores, o recrutamento de artistas críticos que, ao estabelecerem essa ligação, fragilizam a sua posição e, não raras vezes, sucumbem à pressão institucional neutralizando a sua prática artística. Visando sobretudo tornar melhor um mundo que é profundamente injusto e desigual, a arte-ONG, fá-lo, auto-censurando muito do seu potencial crítico e minimizando, quando não eliminando completamente, o questionamento social e político das “coordenadas ideológicas dominantes”.

Daquilo que atrás foi dito resulta a constatação de que a mercadorização e a neutralização emergem como duas tendências poderosas que se cruzam e operam sobre a arte, colocando-lhe limites importantes na sua capacidade de se manifestar social e politicamente e de se constituir enquanto instrumento de cidadania.

3.2. Arte social e política: para uma estética da justiça

Regressando ao influente trabalho de Ernst Fischer (1963), observa-se que, para este autor, a função primordial da arte é a socialização de um modo de existência individualizado, satisfazendo assim um conjunto de necessidades humanas fundamentais, designadamente, o relacionamento, a comunicação e a intervenção das pessoas no mundo que as rodeia. Sendo uma expressão de trabalho humano e um produto social, a arte é, em certa medida, condicionada pelo seu próprio espaço-tempo. Intrinsecamente ligada às ideias e aspirações, necessidades e esperanças existentes numa situação sócio-espacial concreta, a arte parece, no entanto, ir para além dela, lançando alguma luz sobre alternativas possíveis e ajudando a compreender e a transformar a realidade existente. Para Fischer, a arte é algo que permite aumentar o poder e enriquecer a existência humana. A sua principal função social é pois a revelação do significado dos processos sociais e o desvendar de enigmas ligados ao próprio desenvolvimento histórico da humanidade.

Na década de 1970, Herbert Marcuse (1972, 1978), autor para quem a arte é produzida num quadro histórico-geográfico único dentro do qual se manifesta e relativamente ao qual se definem as suas funções sociais e significados políticos, debruça-se também sobre a problemática da arte social e política. Crítico da ortodoxia marxista (ver Frederico, 2004), Marcuse atribui à arte alguma autonomia relativamente a esse mesmo enquadramento histórico-geográfico. Foi o seu próprio processo de desenvolvimento, aliás, que fez com que a arte se tornasse uma força social e política, um instrumento crítico de combate contra a dominação e a opressão.

Para Marcuse, a arte não significa o embelezamento e estetização da realidade, mas sim a construção de uma realidade oposta e distinta daquela que existe, implicando assim a transcendência e a subversão de experiências, subjetividades e relações de poder quotidianas. É precisamente quando se revela capaz de transcender as suas múltiplas determinações, que a arte se torna politicamente atuante, subvertendo as consciências dominantes e desobedecendo às normas sociais vigentes. A arte social e política não se limita pois a retratar a realidade. Ao resgatar e reconstituir valores silenciados e oprimidos, promove a busca de uma realidade outra nos quais eles possam prosperar. Explicitamente ou não, como pano de fundo ou horizonte a alcançar, o potencial da arte social e política reside nessa insatisfação crítica.

Por outro lado, Marcuse não desvaloriza as forças imateriais e subjetivas da arte

envolvidas na configuração das suas funções sociais e políticas. A transformação das condições materiais não é vista como estando desligada de subjetividades – racionalidades, paixões, impulsos, tristezas, prazeres – e não deve ser diminuída a importância destes últimos nesse processo transformador. É especialmente na sua componente imaterial, acrescenta o autor, que “explode o quadro classista” que influencia o destino coletivo dos sujeitos. Uma das suas teses fundamentais, aliás, é a de que as qualidades sociais e políticas da arte resultam da sua capacidade de transcender as múltiplas determinações sociais e se autonomizar (relativamente) do universo discursivo e comportamental existente.

A influência da vida social na criação artística é efetivamente uma realidade objetiva, decorrente da própria condição social do artista. Isto não significa, porém, que este não tenha qualquer autonomia e liberdade criativas. Como sugere Álvaro Cunhal (1997: 25), «o indivíduo tem ampla margem de livre decisão. Tem direito a ela. Pode recusar e negar quaisquer influências externas na própria criação artística. Não pode porém furtar-se a elas. Elas aí estão, por vezes com surpreendente evidência, na obra que criou». Revela-se, assim, a tal “dupla heteronímia” de que fala Nathalie Heinich (2004), isto é, o reconhecimento de que a produção de arte social e política é, até certo ponto, determinada pelas instâncias extra-artísticas que a circundam e atravessam.

Justamente por ser gerada no seio de uma sociedade atravessada por múltiplas contradições e antagonismos, a arte é, também ela, contraditória e não se esgota na realidade sócio-espacial existente. Confirma-se pois a noção de que as práticas artísticas, mesmo que influenciadas pelas circunstâncias e contextos sócio-espaciais nas quais se desenvolvem, podem ir, através da liberdade, imaginação e criatividade, para além delas. Como afirma Cunhal (*ibid.*: 203), «um apelo à arte que intervém na vida social é intrinsecamente um apelo à liberdade, à imaginação, à fantasia, à descoberta e ao sonho. Ou seja, à não obediência a quaisquer “regras” obrigatórias, antes a consideração de que a criatividade artística, mesmo quando parte de certas “regras”, acaba por modificá-las, ultrapassá-las e superá-las».

O papel desempenhado pela arte na conceção e reconfiguração da paisagem política, ética e social do nosso tempo é também questionado por Marsha Meskimmon (2011), que defende a necessidade de considerar a arte social e política enquanto elemento indissociável da vida humana e que, por isso, pode animar a sua transformação. Deste modo, a arte é vista como uma forma de articulação – visual, material, simbólica – que intervém ativamente na produção do real, ajudando-nos, no entanto, através da reconfiguração de imaginários sócio-

espaciais, a transcender os seus limites tangíveis.

Por seu turno, Gregory Shollette (2011), a partir de uma metáfora oriunda da cosmologia – “matéria negra” – explora também esta tensão da arte social e política a partir daquilo a que chama arte crítica, ou seja, práticas artísticas que, apesar de permanecerem na penumbra e serem protagonizadas por vários agentes anónimos, constituem o tecido conjuntivo e dinamizador do mundo da arte. Incluindo criatividade, práticas artísticas amadoras, informais, não oficiais, autónomas, ativistas e não institucionais, muita da produção artística permanece invisível, umas vezes por opção, outras por impossibilidade (ver Madeira, 2011; Shorthose e Strange, 2004). Para esta autora, é justamente quando a “matéria negra” reivindica a sua visibilidade, mesmo que intencionalmente preserve a sua posição marginal, algo que acontece frequentemente com coletivos e grupos de artistas, que a arte social e política começa a ganhar corpo. É quando os seus protagonistas decidem, de um modo consciente e motivado pela crítica, desenvolver o seu trabalho à margem da arquitetura institucional dominante no mundo da arte, que as facetas sociais e políticas desta se tornam visíveis. Dar esse passo, defende Sholette, significa não apenas que têm de lidar com a sua própria invisibilidade e marginalização, como se vêm na inevitabilidade de terem de desafiar a normatividade artística existente.

Precisamente por se posicionar nas margens e nos espaços de fratura, a “matéria negra” apresenta um elevado grau de antagonismo e autonomia relativamente às estruturas económicas e institucionais do mundo da arte. Disso nos dá testemunho o reaparecimento da arte social e política nas suas diferentes configurações e matizes atuais (ex: ativismo artístico, arte política, arte intervenção, arte crítica, arte pública, arte coletivizada) que nos ajudam a redescobrir, hoje, o seu poder subversivo e as novas capacidades de reconstituição da crítica, dos afetos dissidentes, de reapropriações fantasiosas, em suma, de novas estéticas de resistência.

Enquanto instrumento de cidadania, a arte compromete-se pois com múltiplas emancipações – sensibilidades, imaginações e racionalidades – que operam em todas as esferas objetivas e subjetivas da realidade humana. A arte pode assim contribuir para modificar perspetivas, tornando explícitas e inteligíveis as contradições e antagonismos existentes na sociedade, impelindo os seres humanos a transformar o mundo de forma progressista. Embora a teoria materialista da história negue que a arte social e política possa por si só alterar o seu rumo, considera-se que ela pode constituir um elemento ativo dessa

transformação. Com efeito, ao subverter as regras do jogo, a arte social e política, (re)cria a realidade humana.

Regressando ao pensamento de Herbert Marcuse, salienta-se o paradoxal papel desempenhado pela arte: por um lado, na definição das múltiplas formas de opressão e dominação e, por outro, na abertura de possibilidades para que a esperança e a libertação se materializem. Douglas Kellner (2007) identifica duas preocupações fundamentais no pensamento de Marcuse. A primeira, relacionada com “a arte contra a alienação”, ou seja, com os modos através dos quais a arte pode combater a alienação e constituir-se enquanto instrumento ou força impulsionadora da transformação social e política; a segunda, ligada à “arte como alienação”, com os modos através dos quais a arte se torna um refúgio, um dispositivo hedonista que proporciona um escape relativamente às exigências sociais e políticas da vida quotidiana. Ao mesmo tempo que procura perceber os modos através dos quais a arte pode promover a instalação da opressão e da dominação, Marcuse também oferece algumas pistas para compreender como pode ela contribuir para a libertação humana e para a construção de um mundo mais justo.

Em *A arte, o artista e a sociedade*, Cunhal (1997) aborda também, de um ponto de vista relacional, uma outra problemática da arte social e política, nomeadamente a sua produção, a partir da dicotomia forma/conteúdo. O mal, defende Cunhal (*ibid.*: 45), «é que a querela forma/conteúdo, que se trava ao longo dos anos no plano ideológico, na crítica e no comportamento, cristalizou as mais das vezes em conflitos irreduzíveis que dificultaram e impediram um debate suficientemente esclarecedor». A sua interpretação deste processo de produção, pelo contrário, integra forma e conteúdo numa relação dinâmica. Não o fazer, aliás, levar-nos-ia a enveredar de modo excessivamente maniqueísta e dogmático, por uma noção formalista assente na arte “pura”, sem qualquer significado social e propósito de intervenção na transformação da sociedade, ou por uma conceção focada no conteúdo da arte, dando prioridade às suas pré-determinações sociais, ou seja, ao seu enraizamento mecânico na ordem social existente.

Um dos desafios da arte social e política é, pois, a produção de articulações estéticas (forma/conteúdo) comprometidas com a transformação social e política emancipatória e que não se limitem a espelhar a realidade. A ideia do reflexo, como sugere Paulo Filipe Monteiro (1996), remete para uma conceção estética que apresenta o universo da arte como algo exterior à sociedade, que apenas reflete e imita a sua imagem. A ideia do reflexo, que ocupa

um lugar central na reflexão acerca da arte social e política, implica considerar que as artes estão situadas fora e acima da sociedade. Efetivamente, «a concepção da arte como uma atividade separada da restante vida social (...) serve determinados interesses mais do que outros. Ao considerar a arte como estando de algum modo fora ou acima de qualquer comprometimento político significativo, e também como algo dependente da perpetuação das condições económicas e relações sociais existentes, serve forças sociais e políticas conservadoras, independentemente de quão radical possa parecer de um ponto de vista estético» (Bradley, 2007: 9-10). Curiosamente, esta é uma ideia que se encontra tanto nos contributos fundadores de Immanuel Kant (1724-1804) e Hegel (1770-1831) como na tradição estética marxista anterior à Escola de Frankfurt. No entanto, a partir do debate havido no seio desta influente escola do pensamento contemporâneo, o esquematismo rígido, redutor e limitado da ideia do reflexo – a arte como algo exterior à sociedade que apenas a reflete – passa a ser contestado (ver Craven, 2002).

Por sua vez, Chantal Mouffe *et al.* (2001), afirmam que qualquer manifestação artística tem uma dimensão política e que a distinção entre arte política e não-política é inadequada porque a arte segue sempre uma de duas vias: ou contribui para a reprodução do senso comum ou para a sua desconstrução crítica. Por outras palavras, a distinção entre arte política e não-política é falaciosa pois, quer se trate de práticas artísticas que desempenham um papel importante na construção e manutenção de uma determinada ordem simbólica ou, pelo contrário, que visam a confrontação e desestabilização dessa mesma ordem, estamos sempre na presença de manifestações políticas. Em ambas as vias, tratam-se de intervenções de natureza eminentemente política (ver Masset, 2011). Não obstante, é sobretudo nesta última que as tensões existentes entre a realidade social e política mais vasta e o espaço da produção de arte se tornam mais intensas e problemáticas (Schechner, 2006).

Posteriormente, Chantal Mouffe (2007) aprofunda a sua reflexão em torno da arte social e política a partir daquilo a que chama ativismo artístico e espaços agonísticos. A arte social e política implica necessariamente um alargamento do campo de intervenção, que se prolonga por múltiplos espaços sociais, de modo a contrariar aquilo que Mouffe designa de “programa de mobilização social total do capitalismo”. O ativismo artístico procura assim obstaculizar as circunstâncias e ambientes imaginários favoráveis à reprodução desse mesmo programa.

Segundo Mouffe, embora as práticas artísticas possam contribuir para o combate

contra a dominação capitalista é imprescindível que estejam articuladas com uma compreensão de dinâmicas sociais e políticas democráticas, algo que só pode ser alcançado através do reconhecimento de que a cidadania assenta em múltiplos antagonismos e contingências. Por conseguinte, a questão crucial prende-se com as possibilidades de (re)configuração da arte social e política, ou seja, com as diferentes maneiras através das quais as práticas artísticas podem contribuir para questionar a hegemonia dominante, promovendo a construção de identidades críticas, reflexivas e atuantes. De acordo com a perspectiva agonística, que a autora desenvolve noutros trabalhos (ver Mouffe, 1992, 2000; Laclau e Mouffe, 2001), a arte social e política é precisamente aquela que fomenta a dissidência, questiona a autoridade e procura tornar visível aquilo que os consensos dominantes tendem a obscurecer e, nas mais das vezes, ignorar (ver Selz, 2006). No quadro da hegemonia existente, a arte social e política traduz assim um conjunto vasto e diversificado de práticas artísticas que procuram dar voz àqueles que normalmente não a têm. Hoje, os artistas, «podem ainda desempenhar um papel importante no combate hegemónico subvertendo a hegemonia dominante e contribuindo para a construção de novas subjetividades. Na verdade, este foi sempre o seu papel e apenas a ilusão modernista da posição privilegiada do artista nos levou a pensar doutra forma. Uma vez abandonada esta ilusão, juntamente com a conceção política revolucionária que a acompanha, podemos verificar que as práticas artísticas críticas representam uma dimensão importante da política democrática» (Mouffe, 2007: 5). Evidentemente, como não nos cansamos de sublinhar, isto não significa que as artes podem, por si só, transformar a sociedade. Seria, aliás, um erro, pensar que o ativismo artístico pode ser o “coveiro” da hegemonia neoliberal. Articulado com outras manifestações de cidadania – política em ato – e instrumentalmente mobilizado por elas pode, no entanto, constituir um contributo relevante, como quando a música, o ritmo e a dança são usados para imprimir um novo ânimo ao protesto social e para construir temporariamente uma identidade partilhada.

Falar de arte política, para Boyan Manchev (2011), implica evitar reduzi-la unicamente às expressões artísticas que representam criticamente matérias e temáticas de natureza intrinsecamente política, isto é, a sua delimitação não pode partir de um critério referencial único. Por outro lado, manifestando-se no seio de uma imensa constelação de práticas e experiências artísticas, a arte política é-o precisamente porque tem o potencial necessário para se opor aos regimes de soberania, dominação e opressão. Não obstante,

conclui Manchev (*ibid.*: 40), «na situação sobre-estética que é a nossa, a única prática política possível da arte seria efectuar uma contra-operação à produção dos modos estandardizados de vida, dos modos estandardizados de subjetividade, ou seja, da codificação e da mercantilização do corpo, da percepção, da reflexão, da emoção, da invenção no circuito político-económico do capitalismo perverso dos nossos dias, que tenta reduzir o horizonte do mundo à substância de globo sobreexplorado».

Gostaríamos agora de prestar atenção a algumas das ideias avançadas por Jacques Rancière (2002, 2004, 2007, 2009; ver Bowman e Stamp, 2011). Para este autor, o mundo atual é concebido como um espaço adverso em que é comum falar-se de uma crise da arte ou da sua captura e subjugação por intermédio de um discurso acrítico e de uma poderosa e subtilmente urdida lógica de silenciamento e invisibilização da dissidência pelos poderes dominantes. A arte social e política, no entanto, parece estar ligada a processos capazes de criar novos modos de percepção e novas subjetividades políticas; traduz a delimitação dos espaços e tempos da visibilidade e da invisibilidade, da voz e do silêncio, determinando, ao mesmo tempo, aquilo que está em causa na cidadania enquanto política em ato, os espaços-tempos que ocupa, as suas propriedades e possibilidades. Com efeito, na esteira de Rancière (2009: 45), defendemos que a arte social e política constitui um «tipo de arte que procura aumentar a consciência dos mecanismos de dominação para transformar o espectador num agente consciente de transformação do mundo».

Rancière debruça-se também sobre aquilo a que chama a viragem ética da estética e da política distinguindo duas estéticas políticas. A primeira, “suave”, encontra-se espelhada na arte de vanguarda (*avant-garde*), nas práticas artísticas (ex: construtivismo, dadaísmo, surrealismo) que tentam articular a difícil negociação entre a autonomia da arte, por um lado, e as promessas de emancipação que transporta, por outro. Procura-se transformar a arte em si mesma, tornando-a indistinguível de outras atividades humanas (auto-supressão) e, ao mesmo tempo, preservar a autonomia da arte relativamente a compromissos políticos e à estetização mercantil da sociedade no mundo capitalista. Em suma, a estética política “suave” procura preservar a autonomia da arte não na sua versão “arte pela arte” mas sim enquanto «inscrição de uma contradição não resolvida entre a promessa estética e a realidade de um mundo de opressão» (Rancière, 2007: 42). A segunda estética política, “áspera”, é pura e simplesmente a inversão da sua modalidade “suave”. Não procura já forjar ligações entre arte e emancipação nem preservá-la enquanto promessa futura, mas sim acomodar-se à (poderosa) lógica

alienante do capitalismo que reduz qualquer promessa emancipatória a uma mentira, lhe retira a potência social e política e torna inconsequente. Trata-se pois de uma estética relacional de proximidade que procura restaurar laços sociais e construir consensos políticos. Não andamos aqui muito distantes da arte-ONG que anteriormente descrevemos. Efetivamente, a estética relacional reafirma a convicção de que a arte social e política implica a construção de espaços e relações que, em si mesmas, reconfiguram material e simbolicamente os espaços sociais comuns e partilhados. Na arte relacional, constroem-se situações efémeras e indeterminadas, transformam-se os papéis tradicionalmente atribuídos a atores e espectadores e assiste-se a uma reconfiguração material e simbólica dos lugares.

Fazendo agora um ligeiro desvio no caminho que temos vindo a trilhar, retomando uma pista ainda agora enunciada, é importante relevar o facto da arte vanguardista, no sentido que lhe dá Caroline Levine (2007) – arte adversária dos valores e normas sociais dominantes e que, por isso, constantemente se metamorfoseia sob risco de se tornar aceite, normalizada e neutralizada – apresentar importantes convergências com o modo como temos tentado delinear os contornos da arte social e política. Afinal de contas, a arte *avant-garde* é suficientemente flexível para poder adequar-se a diferentes espaços e tempos, revelando-se ainda hoje uma força social e política a ter em conta (ver Léger, 2012). Porém, se a forte dinâmica que se imprime ao movimento *avant-garde* procura impedir a sua paralisação, o seu posicionamento intencionalmente marginal pode obstaculizar o seu reconhecimento social, comprometendo a disseminação das suas propostas alternativas e disruptivas dos valores e normas sociais, levando, em última instância, ao isolamento e alienação dos seus protagonistas. Como afirma Levine (*ibid.*: 22), «o que é crucial acerca da lógica da *avant-garde* é o seu perpétuo movimento entre dentro e fora, presente e futuro, *mainstream* e margens (...) este constante movimento para a frente e para trás entre perspectivas maioritárias e minoritárias é exatamente aquilo que a torna um instrumento efetivo de democracia: a lógica da *avant-garde*, pode dizer-se, envolve o perpétuo e dinâmico processo de desafiar o *mainstream* a incorporar a diferença e a dissidência». Em sociedades dominadas pelos imperativos da homogeneização, da normalização e do consenso acrítico, a lógica *avant-garde*, com a sua persistente resistência à aceitação e submissão passivas daquilo que existe e a (re)afirmação constante da importância de posições marginais e minoritárias, continua assim a desempenhar um papel relevante.

Lars Bang Larsen (1999/2006: 172), por sua vez, coloca o enfoque naquilo a que

chama “estética social”, ou seja, numa «atitude artística focada no mundo dos atos» que, ao mesmo tempo, constitui o denominador comum a um vasto conjunto de experiências de ativismo artístico e confere significado à integração relacional entre a atividade artística e o tecido social propriamente dito. A posição tradicionalmente atribuída à arte é assim repensada à luz do papel social e político que desempenha em contextos sócio-espaciais específicos, abrindo-se um vasto campo de possibilidades para a criação de novos sujeitos e articulações democráticas. Implica também uma certa intencionalidade disruptiva relativamente à dicotomia convencional que se estabelece entre espaço institucional e não-institucional, na medida em que a arte passa a ser enquadrada a partir das atividades e interações sociais que possibilita e promove. A partir deste prisma, sublinha Larsen, a produção artística apresenta uma inclinação instrumental e/ou prática que lhe confere um sentido, um objetivo e uma sensação de envolvimento direto dos sujeitos que nela participam. O trabalho artístico assume pois o seu comprometimento social e político.

O progressivo aumento da importância que a dimensão estética foi ganhando na prática social e política foi examinado por Kenneth H. Tucker (2010: 5), a partir da noção de “estética política” enquanto «uso de critérios estéticos, de noções de autenticidade à ressonância de imagens dramáticas, que providenciam a um grupo social “a faculdade comum de sentir, de experienciar”». Amplia-se assim o campo de opções estratégicas para a cidadania, que passa a incluir no seu repertório diversas práticas artísticas, redefinindo a política não apenas enquanto transformação da vida quotidiana (sonho, desejo e fantasia) mas também, por exemplo, enquanto formulação propositiva de política ou transformação radical do poder estatal. Ao enfatizar a revelação subversiva de categorias e dispositivos sociais, económicos e culturais naturalizados e, por isso, tornados invisíveis, bem como na produção material simbólica enquanto espaço de contestação e impulso para a ação, a “estética política”, conclui Tucker, torna-se cada vez mais importante.

O envolvimento e a participação dos sujeitos na construção da arte social e política é também uma preocupação estratégica recorrente. Efetivamente, a lógica daquilo a que Claire Bishop (2006) chama “arte participativa” assenta, ao mesmo tempo, na vontade de inquietar e provocar os participantes (momento disruptivo) e na promoção de práticas artísticas coletivas (momento construtivo). Normalmente, encontra-se ligada a uma ou mais das seguintes agendas: i) ativação – o desejo de, por intermédio da sua experiência de participação física ou simbólica, criar um sujeito político ativo e robusto suscetível de determinar a sua própria

realidade social e política; ii) reconfiguração autoral – promoção de mais igualdade e democracia na produção artística através do estímulo à criatividade colaborativa, processo fundamental para a construção de uma sociedade menos hierarquizada; iii) crise da comunidade – reconstituição dos laços relacionais através da elaboração coletiva de significados e da responsabilização dos sujeitos intervenientes.

Anja Kanngieser (2010), por seu turno, debruçou-se sobre aquilo a que chamou “encontros performativos” (ver Jackson, 2011). Apesar das possíveis diferenças em termos das campanhas, objetivos, ideologias políticas, identificações sub-culturais e outros aspetos, os “encontros performativos” partilham uma ética de participação que, sendo construída em torno de diferentes configurações e modalidades estéticas, criativas e afetivas, se projeta a partir de um desejo de emancipação, auto-determinação e horizontalidade comunicacional. Efetivamente, um dos traços mais característicos dos “encontros performativos”, nota Kanngieser, é o modo como estes procuram dissolver e desestabilizar a usual clivagem entre ativistas (peritos e/ou especialistas) e não-ativistas (aglomeração e/ou massa não esclarecida). As estratégias de construção de um espaço propício ao desenvolvimento de “encontros performativos” passam pelo recurso a dispositivos afetivos tais como o uso deliberado do humor e do prazer e pela construção de eventos que, ao entretecer aqueles encontros com as materialidades que (re)produzem a realidade quotidiana, são capazes de gerar ambiências participativas (ver Thörn, 2011). Em suma, os “encontros performativos” assentam num distanciamento das categorias estéticas convencionais, recusando a rígida distinção entre a vida humana e a arte e implicando um comprometimento militante com a cidadania, através da revelação e comunicação de resistências e intencionalidades e de um enfoque na reciprocidade da participação pública e nas capacidades transformadoras dos seus protagonistas, valorizando assim a sua heterogeneidade, hibridismo e polifonia.

Os membros do coletivo BAVO (2007b), por exemplo, colocam a tónica na estratégia de sobre-identificação, ou seja, na irónica e subversiva hiperbolização das normas e convenções dominantes enquanto meio eficaz de resistência e crítica artísticas. Com efeito, a sobre-identificação considera que a mais usual estratégia de contestação e crítica levada a cabo pela arte social e política se tornou progressivamente ineficaz pois, ao confrontar a sociedade com as suas próprias contradições, paradoxos e limitações, age de um modo previsível e, por isso, diminuído na sua capacidade de intervenção. Consequentemente, a estratégia de sobre-identificação deve ir «contra a tendência atual daquilo a que chamamos

arte-ONG, que procura tornar o mundo um lugar ligeiramente melhor através de intervenções artísticas (...) os artistas devem pelo contrário torná-lo pior, lançando combustível sobre o fogo de modo a confrontar radicalmente a ordem existente com as consequências últimas dos seus próprios princípios» (*ibid.*: 8). Trata-se, pois, de uma inversão da lógica mais usual de crítica do real existente, suas contradições e paradoxos. Procura levar-se às últimas circunstâncias a (ir)racionalidade mesma da ordem social vigente, intervindo diretamente na esfera cultural e artística enquanto campo eminentemente político. Em suma, o ativismo cultural, nas suas diferentes declinações, tenta (re)organizar o desejo e as subjetividades sociais e políticas.

3.3. Particularidades do teatro no campo da arte social e política

Porventura o género artístico com tradição social e política mais vasta, o teatro, oferece-nos, um campo fértil para refletirmos acerca desta temática. No entanto, dado que no capítulo seguinte iremos aprofundar o Teatro do Oprimido enquanto instrumento de cidadania, vamos aqui apenas aflorar alguns contributos e pistas que consideramos importantes.

Quadro 3.1. Teatro burguês vs Teatro épico, em Brecht

Teatro burguês	Teatro épico
consome-lhe a atividade	desperta-lhe a atividade
proporciona-lhe sentimentos	exige-lhe decisões
as sensações são conservadas como tal	as sensações são elevadas ao nível de conhecimento
o ser humano é imutável	o ser humano pode ser modificado
tensão em virtude do desenlace	tensão em virtude do decurso da ação
acontecer retilíneo	acontecer curvilíneo
o ser humano como algo fixo	o ser humano como realidade em processo
o pensamento determina o ser	o ser social determina o pensamento
sentimento	razão

Fonte: elaboração própria com base em Brecht, 1964 *apud* Monteiro, 2010: 257.

Terry Eagleton (1978), por exemplo, na sua reflexão acerca do teatro épico de Bertolt Brecht (1898-1956), sugere que este consiste num modelo de transformação não apenas do conteúdo teatral mas também do seu próprio processo de produção. Brecht estabelece uma rutura crítica com os pressupostos do teatro naturalista, clássico, “burguês” (ver Frederico, 2008, 2010), cuja expressão dramática reproduz diretamente o mundo, opera como um espelho que gera um público contemplativo e passivo, mero consumidor de uma representação que lhe é dada como produto acabado e imutável. Não existe, portanto, qualquer estímulo para que o público (re)pense criticamente a narrativa, os protagonistas e os acontecimentos retratados. Em Brecht, acrescenta ainda Eagleton, esta conceção estética é sujeita a crítica e reflete a crença de que a função do teatro é unicamente a de proporcionar uma forma de entretenimento hedonista e escapista a pessoas que fazem parte de uma realidade fixa e imutável (Quadro 3.1).

O teatro épico, pelo contrário, assenta no reconhecimento de que a realidade se encontra em constante (re)construção e procura demonstrar que personagens e acontecimentos são historicamente situados e existem num espaço social que não é imutável e pré-determinado de forma mecânica mas que se encontra em constante devir (ver Mattick, 2003). Por conseguinte, a peça brechtiana é concebida de modo irregular, descontínuo, aberto, contraditório, encorajando o público a adotar uma perspetiva dialética, plural e dinâmica das diferentes possibilidades em presença a cada momento (ver Mumford, 2009). Aparentemente paradoxal, a estratégia de distanciamento do público relativamente aos protagonistas visa impedir a sua identificação emocional com a narrativa e simultaneamente promover o questionamento e a inquietação acerca de atitudes e comportamentos naturalizados. Em Brecht, a peça é concebida menos como reflexo e mais como uma reflexão crítica acerca da realidade social, que apenas se concretiza, mesmo que parcial e incompletamente, no momento em que o público a recebe. No seu trabalho, o realismo manifesta-se não enquanto expressão de formalismo mas, pelo contrário, como algo que se (re)inscreve no próprio modo de produção artístico (Oesmann, 2005).

Num ensaio intitulado *O Espectador Emancipado*, Jacques Rancière (2010) sugere que as diferentes críticas a que o teatro tem sido sujeito podem reduzir-se a uma fórmula essencial: o paradoxo do espectador. Para muitos críticos, a posição de espectador é, em si mesma, intrinsecamente negativa porque: i) sendo observar o contrário de conhecer, o espectador permanece diante de uma aparência, um evento, ignorando o seu processo de

produção; ii) sendo olhar o contrário de agir, o espectador permanece imóvel e passivo. Da conjugação das duas linhas críticas, conclui Rancière (*ibid.*: 9) «ser espectador é estar separado ao mesmo tempo da capacidade de conhecer e do poder de agir». Daqui decorre uma conceção eminentemente negativa do teatro enquanto palco de ilusão e passividade. A alternativa surge na forma de um teatro diferente, no qual o papel desempenhado pelos espectadores se reconstitui e estes se transformam em participantes ativos. Salvaguardando as devidas diferenças, tanto no teatro épico de Brecht como no teatro da crueldade de Antonin Artaud (1896-1948), é isso que se procura fazer. Tanto assim é que, para Rancière, as fronteiras da transformação e/ou reforma do teatro foram delimitadas por estas duas abordagens. Em ambas, o teatro se transforma no espaço social em que um público, passivo e inativo, se transforma no seu contrário e promove a emancipação que começa justamente «quando se põe em questão a oposição entre olhar e agir, quando se compreende que as evidências que assim estruturam as relações do dizer, do ver e do fazer pertencem elas próprias à estrutura da dominação e da sujeição» (*ibid.*: 22).

A eficácia do teatro social e político, ou seja, o potencial que pode ter para tornar os seus efeitos imediatos (mesmo que efémeros e de pequena amplitude) influentes na transformação individual e coletiva da sociedade, foram estudados por Baz Kershaw (1992). Admitindo a existência de interações múltiplas e sinérgicas entre o micro-nível dos sujeitos individualizados e o macro-nível da ordem social existente, o autor sublinha a necessidade de, para além dos efeitos causados ao nível da transformação das ações futuras do público, também se levar em linha de conta possíveis modificações de natureza estrutural ao nível cultural e comunitário. Observam-se, no entanto, várias dificuldades e perigos quando, de um ponto de vista analítico, se pretende demonstrar a existência de eficácia na arte social e política (ver Pinder, 2008). Frequentemente, aliás, este desafio revela-se insuperável. Embora o teatro social e político vise, fundamentalmente, a produção de efeitos nos sujeitos que partilham o espaço em que opera e se manifesta, assim que esse contexto performativo desaparece ou é desmantelado, torna-se virtualmente impossível apreender a influência da arte nas suas atitudes e comportamentos. Assim, o problema crucial emana não do teatro em si mesmo mas da relação que este estabelece com o complexo quadro social, discursivo e institucional, em que se inscreve e manifesta.

Em vez de colocar o enfoque na performance artística propriamente dita, obscurecendo qualquer consideração da sua própria eficácia social e política, a proposta

analítica formulada por Kershaw (*ibid.*) sugere que a abordagem se deve centrar no contexto histórico-geográfico particular em que opera e nas relações e articulações que estabelece com os sujeitos e comunidades envolvidas na sua (re)produção. O contexto passa assim a ser o eixo central para perceber o modo como o teatro social e político se inscreve em determinados espaços sociais e os procura transformar. Paralelamente, levando em linha de conta o seu enquadramento estético e as suas estruturas institucionais e culturais, a performance artística deve também ser vista como uma (re)construção sócio-espacial e não como algo independente da realidade concreta. É esta contextualização, simultaneamente, constitutiva e transformadora que nos permite compreender a eficácia do teatro social e político.

Apesar de considerar que o teatro não é o único género artístico com implicações sociais e políticas, Amelia Howe Kritzer (2008) defende que ele configura um contexto único por (des)envolver o público numa totalidade sócio-espacial concreta, mesmo que muitas vezes marcada pela efemeridade. O potencial do teatro, enquanto dispositivo de criação de significados sociais e políticos e reposicionamento e/ou (re)interpretação de fenómenos e processos sócio-espaciais particulares enquanto questões eminentemente públicas, reside justamente na sua capacidade de forjar e (re)construir espaços sociais e políticos imediatamente tangíveis (ver Correia, 2012). Walter A. Davis (2007) defende mesmo que o teatro visa a revelação daquilo que é normalmente mantido em segredo para, a partir daí, criar sensações de desconforto e inquietação que tornem impossível continuar a ignorar aquilo que foi colocado num espaço público concreto.

O teatro constitui pois um meio de apresentar problemas, explorar questões, inquietações e angústias, pressionar as instituições e formular reivindicações, em suma, de construir a cidadania e procurar a transformação das relações de poder. No entanto, Kritzer (*ibid.*: 3) também nota que «apesar do potencial político do teatro, são relativamente poucas as peças que em qualquer era apresentam ostensivamente objetivos políticos. Aquelas que o fazem devem ultrapassar desafios artísticos e sociais para encontrar e chegar ao público». Também por isso, o teatro social e político implica, quase sempre, um certo distanciamento relativamente à problemática sobre a qual incide.

Coloca-se também em evidência o facto do teatro social e político, por intermédio dos múltiplos antagonismos e colisões que encerra ao nível dos pressupostos, assunções, ideias ou perceções sobre a vida social e política, promover uma “alteridade transgressiva” que, em si mesma, é promotora de diálogo. Efetivamente, «para transformar o pensamento, o diálogo

teatral deve estimular diálogos internos nos quais os membros da audiência usam as novas percepções e ideias disponibilizadas na performance para desafiar percepções e ideias que haviam anteriormente reconhecido e aceite» (*ibid.*: 11). É importante notar, porém, que a posição do teatro na sociedade contemporânea é relativamente marginal quando comparada com a televisão, o cinema e outras expressões culturais e artísticas, o que tem consequências sociais e políticas paradoxais.

Ao ser considerado pouco importante e ser associado a uma realidade ilusória e meramente simbólica, oferece-se-lhe um maior grau de liberdade do que a outras manifestações artísticas (institucionalizadas e formais). Para além disso, a sua relativa marginalidade, limita o seu alcance e a sua capacidade de difusão, logo: «o impacto genuíno é raro, e o processo que a ele conduz incerto» (*ibid.*: 14). Se, por um lado, o recurso a mensagens sociais e políticas claras pode revelar-se contraproducente pela incapacidade de mobilizar e atrair aqueles que já partilham os pontos de vista e as perspetivas veiculadas, por outro, o uso de mensagens sociais e políticas demasiadamente subtis ou implícitas pode fazer com que o seu posicionamento não seja inteiramente compreendido. Estes são alguns dos dilemas e tensões que perpassam o teatro social e político enquanto arte que tenta informar, provocar e estimular o pensamento crítico, transformar valores e atitudes e, eventualmente, oferecer algumas pistas relativamente às ações a empreender.

Quadro 3.2. Ideias a reter para a pesquisa empírica (Capítulo 3)

i) a arte contemporânea é marcada por duas grandes tendências – mercadorização e neutralização. A primeira diz respeito à capacidade do capitalismo transformar tudo aquilo em que toca numa mercadoria, sendo que hoje a arte mais valorizada é aquela que melhor serve os interesses da economia neoliberal, perpetuando hierarquias culturais, tornando-se exclusiva e inacessível. A segunda, significa a recuperação do potencial crítico da arte pelos poderes dominantes que a transformam num instrumento de estabilização do sistema. A arte encontra-se neutralizada quando o seu principal objetivo é a produção do “belo” mas também quando se orienta pragmaticamente para a resolução imediata de problemas concretos sem um horizonte social e político que enquadre a sua ação, abandonando quaisquer compromissos sociais e políticos e auto-censurando o seu potencial crítico;

ii) a arte social e política existe quando a arte se torna um instrumento de cidadania, uma arma no combate à dominação e opressão, subverte consciências dominantes e promove a dissidência, questiona a autoridade e desobedece às normas sociais vigentes, não se limita a representar a realidade e procura revelar aquilo que permanece oculto, transcende múltiplas determinações sociais, se abre à liberdade, imaginação, fantasia, descoberta e sonho, reconfigura a paisagem social e política gerando novas estéticas de resistência, dando voz àqueles que usualmente não a têm e contribuindo para a alteração das relações de poder;

iii) no campo da arte social e política, pela sua capacidade de (des)envolver a audiência numa totalidade sócio-espacial concreta, o teatro ocupa um lugar de relevo. Desde o teatro épico de Brecht e a sua crítica ao teatro burguês, que o teatro passou a ser usado para

promover o questionamento, estimular a inquietação, o antagonismo, o diálogo, a participação ativa (e reivindicativa) dos espectadores. Paradoxalmente, o facto de ocupar uma posição relativamente marginal no universo das artes, significa que o teatro tem maior liberdade social e política mas uma menor capacidade para chegar a um público vasto. Para além disso, continua a ser extremamente difícil avaliar de modo adequado a sua eficácia política.

Fonte: elaboração própria

**INTERLÚDIO / DA TEORIA À
PRÁTICA**

4. Coordenadas metodológicas de uma geografia urbana crítica

Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada

Boaventura de Sousa Santos

Methodos significa, na sua raiz etimológica grega, o caminho, o trajeto que se faz para atingir um fim. No essencial, o principal objetivo deste capítulo é justamente descrever o caminho trilhado para procurar responder à questão estruturante desta investigação: como (pode) contribui(r) a cidadania (através da arte) para a construção de cidades mais justas, quais os desafios e limites que enfrenta? Por conseguinte, este capítulo desempenha um papel crucial para a presente investigação, funcionando como uma espécie de tecido conjuntivo que procura articular de modo coerente as duas partes que a constituem, ao mesmo tempo que estabelece as bases e as orientações metodológicas que nos permitem levar a cabo o trabalho empírico propriamente dito.

Se, na primeira parte deste estudo, a questão de partida impulsionou um conjunto de reflexões teóricas estruturadas em torno das suas diferentes dimensões conceptuais – cidade, cidadania, arte – na segunda, transporta-nos para o mundo empírico. Por outras palavras, embora, como já vimos anteriormente, teoria e prática não sejam categorias mutuamente exclusivas, antes pelo contrário, é na segunda parte do trabalho que iremos aproximar-nos da realidade concreta e do mundo dos factos. Não o fazemos, porém, de modo arbitrário, fortuito ou irrefletido, mas sim de acordo com uma estratégia metodológica previamente definida e cuidadosamente delineada, apesar de ter sofrido, posteriormente, alguns ajustes, que nos ajudou a encontrar um rumo e lançou alguma luz sobre o sinuoso caminho que trilhámos. Evidentemente, esta comporta um conjunto de instrumentos e técnicas de recolha, tratamento e análise da informação que se revelaram preciosos auxiliares na prossecução dos trabalhos.

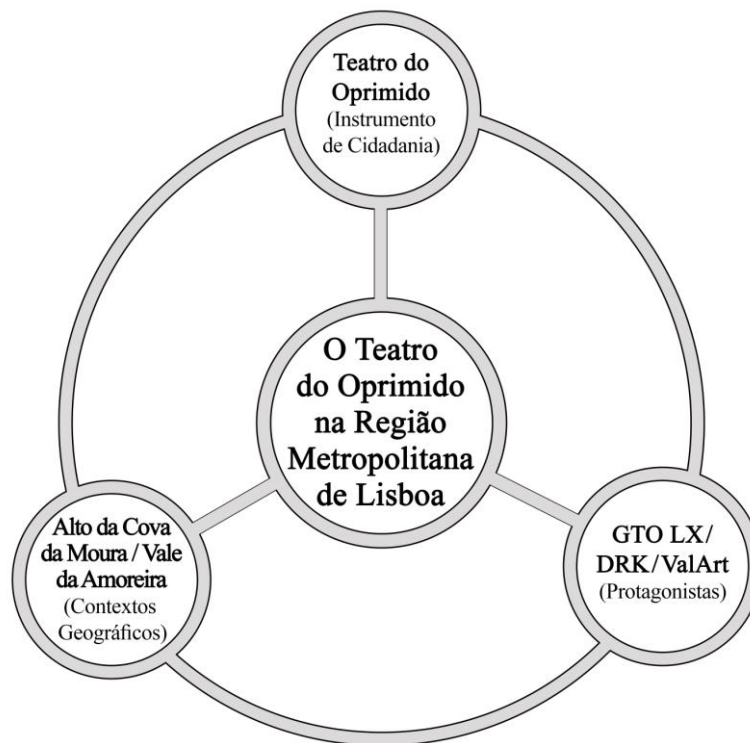
Este capítulo é constituído por duas partes. Na primeira, apresentamos e definimos a principal opção estratégico-metodológica seguida neste estudo, designadamente a utilização de um caso de estudo enquanto método de investigação. Na segunda, revisitamos o repertório de instrumentos e técnicas que foram mobilizados (ex: questionários, entrevistas semi-estruturadas, observação participante e testemunhos articulados), colocando em evidência o modo como foram utilizados, as razões que o justificaram e, ainda, os desafios e os limites com que nos defrontámos no decurso desse processo. Adicionalmente, explicitamos também,

de forma breve, o itinerário que foi seguido, colocando em evidência os seus principais momentos bem como a sucessão de etapas operativas que levámos a cabo no decurso do trabalho empírico.

4.1. Um caso de estudo como método de investigação

A escolha de um método é quase sempre, e este estudo não é exceção, uma solução de compromisso entre aquilo que se pretende estudar, os meios e recursos existentes para levar a cabo tal tarefa e, não menos importante, o conjunto de pressupostos sobre os quais se monta a investigação. Por conseguinte, consideradas algumas das possibilidades metodológicas que conhecemos, optámos por construir a nossa investigação em torno de um caso de estudo – O Teatro do Oprimido na Região Metropolitana de Lisboa – que concebemos enquanto estudo intensivo e exploratório de um retrato (dinâmico) da realidade sócio-espacial, com o objetivo de compreender um conjunto mais vasto de retratos similares (ver Gerring, 2004).

Figura 4.1. Estrutura do caso de estudo



Fonte: elaboração própria

Como foi anteriormente salientado, a identificação/delimitação deste caso representa um exercício de afastamento relativamente às dimensões conceituais da questão central deste trabalho e um processo de aproximação à realidade concreta. Trata-se por isso de um esforço de tradução de uma questão eminentemente teórica e abstrata num caso de estudo (concreto), que nos permita dar uma resposta adequada a essa mesma questão. Do nosso ponto de vista, de modo a combinar amplitude e profundidade, o caso de estudo abordado nesta investigação requer que levemos em linha de conta três eixos analíticos complementares e necessariamente interligados, nomeadamente: i) o Teatro do Oprimido enquanto instrumento de cidadania; ii) o Alto da Cova da Moura e o Vale da Amoreira enquanto contextos geográficos; iii) o GTO LX, DRK e ValArt como protagonistas (Figura 4.1).

O uso de um caso de estudo enquanto método principal para o desenvolvimento de uma investigação não é muito usual e, quando isso acontece, não raras vezes, essa opção é alvo de crítica e desvalorização. Uma das causas mais imediatas para que isso ocorra é, pura e simplesmente, a grande dificuldade que existe na consensualização daquilo que é efetivamente um caso de estudo (Ragin, 1992). No entanto, mais do que pretender escarpelizar a pluralidade semântica e instrumental que a expressão caso de estudo encerra, até porque já avançámos uma definição operativa, talvez seja mais interessante e fecundo, centrarmo-nos, na esteira de Bent Flyvbjerg (2006, 2011), num conjunto de (grandes) equívocos que são responsáveis pela sua desvalorização enquanto método. Defendendo a qualidade do caso de estudo enquanto método e a validade científica do conhecimento que se pode produzir através da sua utilização, tal como nós aqui o fazemos, este autor rebate cada um desses equívocos e corrige-os (Quadro 4.1). De certo modo, as formulações corrigidas avançadas por Flyvbjerg, que descrevemos de seguida, visam também justificar e legitimar as nossas próprias opções metodológicas.

Relativamente ao primeiro equívoco, Flyvbjerg afirma que este decorre de uma conceção inadequada da ciência social (reduzindo-a a uma mera emulação, de pior qualidade, das ciências naturais) que considera que os seus objetivos primordiais são a construção de explicações universais e a capacidade de formular previsões. Em linha com a geografia urbana crítica que preside a esta investigação, Flyvbjerg afirma, pelo contrário, que o conhecimento contextualizado, minucioso e que presta atenção a detalhes e nuances, não só é algo a que as ciências sociais dificilmente podem escapar (e que em nada compromete a sua validade científica), como constitui o único tipo de conhecimento a que podem almejar.

Efetivamente, na linha de Robert K. Yin (2003), pode dizer-se que um dos traços distintivos do caso de estudo enquanto método é o desejo de compreender fenómenos sócio-espaciais complexos retendo as suas características holísticas, intersubjetividades e múltiplas significações contextuais.

Quadro 4.1. Caso de estudo: equívocos e correções, segundo Flyvbjerg

	Equívoco	Correção
1º	conhecimento teórico e geral é mais valioso do que o conhecimento de um caso concreto.	teorias preditivas e universais não podem encontrar-se no estudo de questões humanas. O conhecimento de casos concretos é por isso mais valioso do que a vã busca de teorias preditivas e universais.
2º	não se pode generalizar com base num único caso; logo, o caso de estudo não pode contribuir para o desenvolvimento científico.	frequentemente pode generalizar-se a partir de um único caso, e o caso de estudo pode ser central para o desenvolvimento científico através da generalização como suplemento ou alternativa a outros métodos. A generalização formal é sobrevalorizada enquanto fonte de desenvolvimento científico enquanto a “força do exemplo” e a transferabilidade são subvalorizadas.
3º	o caso de estudo é mais útil para gerar hipóteses; isto é, na primeira fase de um processo de investigação, sendo outros métodos mais adequados para o teste de hipóteses e para a produção teórica.	o caso de estudo é, ao mesmo tempo, útil para gerar e testar hipóteses, mas não está limitado unicamente a essas atividades.
4º	o caso de estudo contém um enviesamento de verificação, isto é, uma tendência para confirmar as noções pré-concebidas do investigador.	o caso de estudo não tem maior enviesamento de verificação relativamente às noções pré-concebidas do investigador que outros métodos de investigação. Pelo contrário, a experiência indica que o caso de estudo contém maior propensão para a revisão de noções pré-concebidas do que para a sua afirmação.
5º	frequentemente, é difícil sumariar e desenvolver proposições e teorias gerais com base em casos de estudo específicos.	é verdade que sumariar casos de estudo é frequentemente difícil, especialmente no que diz respeito aos processos. É menos correto no que toca aos resultados. Os problemas em sumariar casos de estudo, no entanto, têm mais a ver com as propriedades da realidade estudada do que com o caso de estudo enquanto método de investigação. Frequentemente não é desejável sumariar e generalizar casos de estudo. Bons estudos podem ser lidos integralmente como narrativas.

Fonte: elaboração própria a partir de Flyvbjerg (2011)

No que diz respeito ao segundo equívoco, um dos que mais danos (e ansiedade) tem causado aos investigadores sociais, Flyvbjerg defende que generalização é claramente sobrevalorizada no atual panorama científico. Alguns dos mais notáveis progressos científicos, mesmo nas ciências naturais, assentam em casos de estudo criteriosamente selecionados (ex: Galileu, Darwin, Geertz, Foucault). Por outro lado, acrescenta ainda o autor, a generalização é apenas um dos modos através dos quais se pode ampliar e acumular conhecimento sobre o mundo. Evidentemente, é importante, mas não constitui, e essa é a ideia central, o único modo

legítimo de produção de conhecimento, pelo que a questão da representatividade e/ou generalização não têm de ser necessariamente encaradas como problemas inultrapassáveis (ver George e Bennett, 2005; Hardwick, 2009).

Quanto ao terceiro equívoco, que decorre do anterior, Flyvbjerg defende que os casos de estudo podem ser usados tanto para o teste de hipóteses como para a produção teórica. Evidentemente, o tipo de caso de estudo selecionado determina, em larga medida, a sua funcionalidade e os objetivos que se podem alcançar. Na presente investigação, considerou-se mais interessante ensaiar uma aproximação a um caso de tipo paradigmático, isto é, olhar para o Teatro do Oprimido na Região Metropolitana de Lisboa como um caso que, para além da sua própria riqueza intrínseca, pode eventualmente apresentar semelhanças e continuidades com outros processos de cidadania (através das artes) com vista à construção de cidades mais justas, que se debatam com desafios e limites similares e, por essa via, constituir-se enquanto referência, termo de comparação ou contraste.

O quarto equívoco, sublinha Flyvbjerg, está associado à noção de que o caso de estudo, tal como os métodos qualitativos, é menos rigoroso e permite uma maior subjetividade e arbitrariedade por parte do investigador. Como já vimos, a geografia urbana crítica, tal como a entendemos, assenta no pressuposto de que todo o conhecimento é situado, logo, é virtualmente impossível, a um investigador, escapar à sua condição existencial enquanto ser humano e a todas as reverberações ético-políticas e subjetividades que esta condição inevitavelmente acarreta. Tal como sugeriu Boaventura de Sousa Santos (1987: 22), em *Um Discurso sobre as Ciências*, «o argumento fundamental é que a acção humana é radicalmente subjectiva. O comportamento humano, ao contrário dos fenómenos naturais, não pode ser descrito e muito menos explicado com base nas suas características exteriores e objectiváveis, uma vez que o mesmo ato externo pode corresponder a sentidos de acção muito diferentes. A ciência social será sempre uma ciência subjectiva e não objectiva como as ciências naturais». Procurando ir ainda mais longe, Marcus A. Doel (2001), sugere, de modo intencionalmente provocatório, como é seu apanágio, que a objetividade é uma forma particular de subjetividade fundada na rejeição de tudo aquilo que é particular e singular. O abandono da quimera da objetividade, todavia, não significa que o rigor conceptual e uma cuidadosa e criteriosa sistematização metodológica não sejam possíveis de alcançar. Ao invés, na medida em que se identificam e assumem descomplexadamente as limitações das ciências sociais, pode-se até favorecer a produção de formas de conhecimento mais modestas, mas

socialmente relevantes.

Por último, o quinto equívoco, diz respeito à dimensão intrinsecamente narrativa do caso de estudo que impossibilita a simplicidade e “elegância” de fórmulas e/ou conceitos mais simples. Na verdade, assinala Flyvbjerg, a obsessão com a simplificação excessiva de problemas que são profundamente complexos e densos, como os da sociedade enquanto “sistema aberto”, que efetivamente é, pode revelar-se contraproducente, se negligenciarmos ou ignorarmos aquilo que são os paradoxos, contradições e ambiguidades próprias da realidade sócio-espacial concreta. Efetivamente, a reconstituição de processos através de narrativas, com todo o seu detalhe e subtileza, pode, em si mesma, ser vista como produto final de uma investigação e não como mera etapa intermédia rumo a uma formulação final simplificada, redutora e destituída de quaisquer elementos acessórios (ver Abbott, 1992; Vennesson, 2008). Como sublinham Katy Bennett e Pamela Shurmer-Smith (2002), o atributo distintivo do caso de estudo é o facto de prestar grande atenção àquilo que é singular, deixando que sejam as trajetórias específicas dos processos, fenómenos ou relações investigadas a ditar a configuração da narrativa construída.

Para além destes aspetos, julgamos também que, contrariamente àquilo que normalmente se julga, o desenvolvimento de um caso de estudo não tem de estar unicamente limitado ao uso de instrumentos e técnicas de natureza qualitativa (ver Stake, 2005). Na verdade, pensamos que este método é suficientemente flexível para poder acomodar uma panóplia diversificada de instrumentos e técnicas diferenciadas – qualitativo/quantitativo, extensivo/intensivo, macro/micro, etc. – e que a triangulação, combinação ou *mix* metodológico (ver Bennett e Elman, 2006; Brannen, 2005; Mason, 2006; Spicer, 2004), pela abrangência e complementariedade que possibilita, é uma estratégia operativa altamente vantajosa do ponto de vista da aplicação, qualificação e enriquecimento do caso de estudo.

Em traços gerais, é também este o entendimento plasmado em *Method in Social Science: A Realist Approach*, trabalho pioneiro de Andrew Sayer (1984/2010) que muito nos tem influenciado, em que se defende a adoção de uma estratégia metodológica capaz de conjugar virtuosamente, por um lado, a análise extensiva, de pendor mais generalizante e através da qual é possível identificar, caracterizar e compreender padrões e regularidades sócio-espaciais e, por outro, a análise intensiva, que coloca o enfoque sobre atitudes e práticas concretas, procurando perceber as suas origens e causas. Enquanto a primeira, amplia o conhecimento de um terminado processo, ajudando à sua interpretação no quadro de relações

em que se insere, a segunda, aprofunda esse mesmo conhecimento atendendo às suas especificidades e atributos definidores. Quando usadas em simultâneo, como tentamos aqui fazer, essas leituras possibilitam a construção de um quadro analítico poderoso, vívido e detalhado.

Com efeito, a nossa investigação não corresponde só ao estudo do TO enquanto instrumento de cidadania, nem ao estudo do Alto da Cova da Moura e do Vale da Amoreira enquanto contextos geográficos, nem ao estudo do GTO LX, DRK e ValArt enquanto protagonistas, mas sim ao estudo integrado (e relacional) destes três elementos que, no seu conjunto, constituem e dão um sentido analítico-interpretativo ao nosso caso de estudo. O Teatro do Oprimido na Região Metropolitana de Lisboa diz, pois, respeito, ao processo através do qual o Teatro do Oprimido (enquanto instrumento de cidadania) é apropriado, mobilizado e usado pelo GTO LX, DRK e ValArt (enquanto protagonistas) a partir de diferentes contextos geográficos (Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira). Julgamos que uma melhor compreensão deste processo nos pode efetivamente ajudar a iluminar o caminho rumo à formulação de uma resposta, necessariamente incompleta e provisória, à questão que nos move: como (pode) contribui(r) a cidadania (através da arte) para a construção de cidades mais justas, quais os desafios e limites que enfrenta?

Por conseguinte, cada um dos eixos analíticos considerados encerra em si mesmo uma questão-chave – o quê, onde e quem, respetivamente – a que procuramos dar respostas nos três capítulos que constituem a segunda parte deste trabalho. No seu conjunto, perspetivadas sempre a partir das interrelações que estabelecem entre si, ajudam-nos a perceber como é que o processo que estudamos se desenrola. E essa, relembramos, é a interrogação vertebradora do nosso trabalho.

Temos pois um caso de estudo com três eixos analíticos – instrumental, contextual, “agencial” – que nos oferece a possibilidade de explorar as principais dinâmicas sócio-espaciais (desigualdades económicas e diferenças culturais), cidadãs (espaços, escalas e sujeitos políticos) e artísticas (neutralização e mercadorização) que descrevemos na primeira parte desta investigação, bem como o modo como o nosso caso de estudo com elas se entretece e articula. Considera-se que a adoção de uma perspetiva plural (tripartida), como é a deste projeto de investigação, possibilita a construção de uma visão de conjunto com alguma densidade, a partir do entrecruzamento dos contributos provenientes de cada um dos três eixos analíticos.

4.2. Instrumentos, técnicas e itinerário metodológico

Antes ainda de tratarmos cada um dos eixos analíticos de um ponto de vista sistemático, considera-se relevante sublinhar a importância do período relativamente longo de recolha bibliográfica, leitura e reflexão acerca das temáticas da cidade, cidadania e arte, que nos ajudou a compreender melhor a problemática em estudo, de um ponto de vista histórico, teórico e conceptual, a delimitar os seus contornos de modo mais rigoroso e consolidado e a explorar algumas das tendências que iremos retomar mais adiante neste projeto. No essencial, essa fase do trabalho encontra-se plasmada na primeira metade deste estudo.

Para proceder à descrição dos diferentes eixos analíticos, acompanhada do seu exame crítico, consideramos importante colocar o enfoque sobre: i) as origens da informação recolhida em cada um deles, ou seja, as suas fontes; ii) os instrumentos usados nesse processo de recolha (se for caso disso, isto é, se se tratar de fontes primárias); iii) as técnicas que foram utilizadas para o seu tratamento e análise; iv) os principais desafios metodológicos com que nos deparámos em cada um deles.

O primeiro eixo analítico – Teatro do Oprimido (instrumento de cidadania) – assentou em duas componentes essenciais. Em primeiro lugar, num conjunto relativamente vasto de leituras centradas no TO, mais concretamente no seu processo de desenvolvimento histórico-geográfico, nos seus protagonistas e no debate contemporâneo em torno das suas práticas. A este respeito, foi importante a nossa participação em duas oficinas sobre Estética do Oprimido, ministradas por Bárbara Santos e Olivar Bendelak, cada uma delas com a duração de 20 horas, em Outubro de 2010 e Fevereiro de 2011. Ambas se revelaram de grande utilidade para compreender de uma forma mais integrada o TO enquanto instrumento de cidadania, as suas especificidades enquanto dramaturgia da *praxis*, o modo de organizar e estruturar as diferentes etapas do processo de criação de um espetáculo de teatro-fórum, os contributos estéticos mais recentes, bem como alguns aspetos ligados ao desenvolvimento histórico-geográfico do TO.

Em segundo lugar, numa análise estatística (descritiva) das organizações praticantes de TO existentes em todo o mundo, baseada nos dados disponibilizados pela Associação International de Teatro do Oprimido (AITO). Deste modo, tentou-se complementar uma leitura eminentemente qualitativa, mais profunda, contextual e narrativa com uma leitura quantitativa, que nos permite identificar e descrever alguns dos padrões mais significativos

que caracterizam o conjunto de organizações praticantes de TO examinado neste estudo. Deve sublinhar-se que a informação disponibilizada pela AITO foi complementada com a existente nos *websites* de muitas das organizações. Com base no conjunto da informação recolhida, adotando uma estratégia indutiva, definimos um conjunto de seis variáveis – ano de origem, região, país, objetivos, protagonistas e temáticas – que nos permitiram caracterizar a amostra. Para além da leitura à escala global, realizámos também um exercício similar centrado no caso português que, apesar das suas muitas insuficiências, nos deu algumas pistas úteis sobre o atual panorama das organizações praticantes de TO em Portugal.

Os grandes desafios, ou limitações, com que nos deparámos prenderam-se, no primeiro caso, com a necessidade de consolidação do cruzamento das diferentes referências bibliográficas consultadas que, nalguns casos apresentavam incongruências, e, no segundo, com a inconsistência, as insuficiências e lacunas da informação disponibilizada por muitas das organizações consideradas que nos obrigou a um delicado esforço de reconstituição a partir do cruzamento e saturação das diferentes fontes.

O segundo eixo analítico – Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira (contextos geográficos) – foi, fundamentalmente, explorado a partir de uma abordagem extensiva. Considerou-se que, para conhecer os espaços urbanos a partir dos quais operam os grupos comunitários estudados, esta era a opção mais adequada, permitindo-nos explorar as condições económicas e culturais que tornam estes espaços urbanos injustos, identificar as dinâmicas de cidadania mais relevantes e alguns dos atributos culturais dos jovens residentes; em suma, delinear os contornos dos espaços urbanos de onde são provenientes os protagonistas do TO e a partir dos quais edificam a sua ação.

A informação usada foi sobretudo recolhida por intermédio da aplicação de um questionário acerca das atitudes e práticas políticas e culturais dos jovens residentes na Região Metropolitana de Lisboa (ver Anexo 1), embora também tenhamos recorrido a fontes bibliográficas diversas (destacando-se os diagnósticos elaborados no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos⁶) para perceber as especificidades da trajetória de desenvolvimento da Região Metropolitana de Lisboa, colocando o enfoque sobre os dois grandes tipos de espaços urbanos – bairros clandestinos e bairros de habitação social – em que enquadrámos o Alto da Cova da Moura e o Vale da Amoreira, respetivamente.

⁶ Iniciativa lançada pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 143/2005.

Com efeito, enquanto instrumento de recolha de informação, o questionário oferece-nos a possibilidade de, a partir do conjunto de indivíduos inquiridos, compreender determinadas facetas da sua existência social – atitudes e práticas – a que dificilmente poderíamos ter acesso de uma outra forma sem que isso compromettesse a exequibilidade da investigação (ver Ghiglione e Matalon, 1992). No Alto da Cova da Moura, a aplicação do questionário foi feita de 18 de Janeiro a 20 de Fevereiro de 2011, por uma equipa constituída por cinco pessoas. No Vale da Amoreira, por sua vez, a aplicação decorreu entre 16 de Fevereiro e 20 de Abril de 2011, tendo a equipa de inquiridores sido constituída por 12 pessoas. Em ambos os casos, os membros das equipas de inquirição eram jovens residentes nos respetivos bairros, condição absolutamente fundamental para que o procedimento tivesse sido bem sucedido e as taxas de não resposta relativamente baixas.

Quadro 4.2. Amostras usadas na aplicação dos questionários

	Alto da Cova da Moura			Vale da Amoreira		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
15-24	88	88	176	106	98	204
25-34	64	53	117	74	74	148
Total	152	141	293	180	172	352

Fonte: elaboração própria a partir de <http://www.raosoft.com/samplesize.html> [acedido em 10/01/2011]

A dimensão da amostra foi calculada a partir de uma aplicação *online* designada *sample size calculator* (<http://www.raosoft.com/samplesize.html>), a partir do universo censitário de 2001, admitindo uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95%. É importante salientar, porém, que os dados populacionais coligidos pelas instituições que trabalham quotidianamente no terreno, em ambos os bairros, são substancialmente superiores aos dos censos, aspeto a que não serão obviamente estranhos as suas próprias agendas reivindicativas, o peso relativamente elevado dos residentes indocumentados e a grande mobilidade de uma parte substancial da população residente nesses bairros. Para além disso, dado que os membros dos DRK e ValArt (grupos comunitários de TO) são constituídos exclusivamente por jovens, para promover uma maior comparabilidade entre os contextos geográficos e os protagonistas, decidiu-se circunscrever o universo de referência à população residente com idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos de idade. Adicionalmente, usando o método de

amostragem por quotas (ver Hill e Hill, 2005; Magalhães, 2011), considerámos duas categorias etárias (15-24 e 25-34 anos) e de sexo (masculino e feminino) (Quadro 4.2).

Por conseguinte, a amostra usada neste estudo, não é estatisticamente representativa, dado que o método de seleção dos inquiridos não é aleatório mas sim decorrente das opções tomadas pelos membros das equipas de inquirição no terreno e das suas redes locais de sociabilidade. Não obstante, dada a dimensão da amostra e o facto de termos definido alguns critérios para a “movimentação” no terreno das equipas de inquiridores (ver Vicente *et al.*, 2001), ou seja, de, no decurso do trabalho de campo, terem sido dadas indicações para que fossem considerados os espaços residenciais de cada um dos bairros na sua totalidade e se aplicassem os questionários em diferentes dias da semana e em diferentes horários, consideramos que os resultados obtidos são suficientemente robustos e nos oferecem um retrato ilustrativo dos aspetos nele contemplados.

Relativamente à questão da cidadania, alguma da informação recolhida foi também comparada com a informação estatística presente no *European Social Survey* (<http://www.europeansocialsurvey.org/>), inquérito europeu que, desde 2001, é aplicado bianualmente em mais de 25 países, incidindo sobre as atitudes, valores e comportamentos sociais na Europa e possibilitando uma análise multi-escalar (ver Nunes, 2013). Um dos seus módulos permanentes – *politics* – constituiu a principal base de comparação com os dados recolhidos para o Alto da Cova da Moura e o Vale da Amoreira. Efetivamente, levantam-se algumas limitações ao nível da comparabilidade, na medida em que esta é estabelecida, por um lado, entre jovens (no caso dos dois bairros considerados), e por outro, uma população indiferenciada (no caso do inquérito europeu). Esta análise, de cariz mais descritivo, foi complementada com a realização de uma análise multivariada, seguindo o procedimento multi-etápico – análise fatorial de correspondências múltiplas, classificação hierárquica ascendente e descrição dos grupos estáveis identificados – descrito por Isabel André (2005), com recurso ao *software* de tratamento estatístico (*data mining*) SPAD. Por fazer uso de uma maior capacidade de computação, este tratamento possibilita um tipo de análise mais integrada da informação recolhida e permite, de certo modo, descortinar algumas das regularidades sócio-espaciais existentes em ambos os bairros.

No que diz respeito à dimensão cultural, a abordagem foi mais sucinta. Os dados recolhidos através do inquérito permitiram-nos, ainda assim, compreender quais os posicionamentos dos inquiridos relativamente à cultura, num sentido lato, bem como as suas

práticas, tanto ao nível da produção como do consumo de diferentes atividades. À semelhança do que foi feito relativamente à dimensão da cidadania, começámos também por descrever alguns dos dados mais significativos para, depois, através do mesmo procedimento estatístico, descrever os diferentes perfis culturais dos inquiridos. Apesar de complementar, este contributo não deixa de ser importante para compreender as dinâmicas juvenis existentes nos dois bairros estudados.

Entre as principais limitações e desafios deste eixo analítico, destacaríamos, por um lado, o facto de não termos conduzido um teste-piloto do questionário, levando, por exemplo, a que as baixas taxas de resposta de algumas questões (Q6, Q20.6, Q20.8, Q38 e Q39) inviabilizassem a sua utilização posterior, a que a formulação de algumas das perguntas não fosse suficientemente clara, requerendo explicações adicionais por parte dos inquiridores que tornaram mais moroso o processo de inquirição (ex: Q30, Q31) e, também, a que algumas das questões se revelassem inadequadas para o tipo de leitura que acabaríamos por conduzir (Q27, Q28, Q29); por outro, as dificuldades no controlo e gestão permanente das equipas que atuavam no terreno, compostas, como vimos, por muitos inquiridores (ex: alguns elementos abandonavam o trabalho sem nos informar, outros ficavam incontactáveis durante longos períodos, etc.).

O terceiro eixo analítico – GTO LX, DRK e ValArt (protagonistas) – foi abordado numa ótica fundamentalmente qualitativa. Usámos, no entanto, duas abordagens ligeiramente diferentes: uma, para o GTO LX, outra, para os DRK e ValArt. Relativamente ao GTO LX, considerou-se, efetivamente, que a melhor forma de compreender o seu processo de desenvolvimento e consolidação institucional, bem como o conjunto de estratégias empreendidas desde a sua criação em 2005 até ao final de 2013, período examinado neste estudo, passava necessariamente por uma abordagem qualitativa. Apesar de nos ter sido facultado o acesso a informações de natureza quantitativa acerca das atividades desenvolvidas pelo GTO LX durante esse período, a maior parte da informação recolhida no âmbito deste eixo analítico resulta da aplicação de algumas entrevistas semi-estruturadas. Considerámo-las adequadas, de um ponto de vista instrumental, pois, enquanto “conversas com um objetivo”, permitem-nos compreender de modo relativamente aprofundado quais os sentimentos, opiniões e perspetivas que aqueles que têm sido responsáveis pela construção do GTO LX, enquanto espaço institucional, têm relativamente às suas orientações, estratégias e práticas, nos seus próprios termos e a partir das suas experiências pessoais (ver Longhurst, 2003;

Valentine, 2005).

As entrevistas foram realizadas em dois momentos distintos. No primeiro (exploratório), o conjunto de questões colocadas incidiu sobre: i) o enquadramento e percurso biográfico do entrevistado; ii) a sua opinião relativamente à trajetória, opções e estratégias levadas a cabo pelo GTO LX; iii) a expressão geográfica (espacialidade e escalas) do GTO LX; iv) as dinâmicas de funcionamento dos grupos comunitários de TO (ver Anexo 2). O segundo (aprofundamento e consolidação), consistiu fundamentalmente na revisitação de alguns aspetos aflorados no momento anterior que, do nosso ponto de vista, eram merecedores de maior reflexão. Por esse motivo, não foi desenhado um guião específico para essa entrevista, tendo sido usadas como ponto de partida as respostas, pistas e indícios decorrentes da entrevista exploratória já levada a cabo. Em todos os momentos, as entrevistas foram realizadas na sede do GTO LX, gravadas, transcritas e codificadas para posterior análise textual. Em todas elas a questão da confidencialidade e do anonimato (ver Baez, 2002) dos entrevistados foi discutida, tendo sido autorizado o uso da sua verdadeira identidade.

Para além das entrevistas, a direção do GTO LX facultou-nos também o acesso a um conjunto de dados de natureza quantitativa, provenientes do seu arquivo documental, relacionados, fundamentalmente, com as atividades dinamizadas pelos diferentes grupos comunitários de TO pertencentes ao GTO LX, nomeadamente, ensaios, espetáculos, formações e festivais. A este respeito, a informação disponibilizada no *website* do GTO LX (www.gtolx.org), sendo complementar, foi também de extrema utilidade, sobretudo, para a caracterização dos diferentes grupos comunitários de TO, entidades financiadoras e restantes parceiros institucionais e para o acompanhamento das diferentes iniciativas e espetáculos realizados no ano de 2012 (único ano para o qual está disponível uma *newsletter*). Por outro lado, é também importante sublinhar a importância das várias conversas informais, não estruturadas que tivemos com membros da direção do GTO LX, que usámos para esclarecer alguns aspetos, aprofundar outros e explorar algumas das pistas que surgiram no decurso dessas conversas.

No que toca aos DRK e ValArt, a nossa abordagem assentou fundamentalmente na observação participante das diferentes atividades levadas a cabo pelos grupos comunitários de TO e na recolha dos testemunhos articulados (ver Nunes, 2001) de alguns dos seus membros. Considera-se que a compreensão do papel desempenhado pelos protagonistas enquanto sujeitos e não meros objetos de estudo implica necessariamente uma abordagem intensiva,

construída a partir de uma relação de estreita proximidade e diálogo que com eles se estabelece.

O recurso à observação participante visa essencialmente gerar informação através da observação atenta dos protagonistas nos seus diferentes espaços de intervenção, tentando descobrir os significados sociais e interpretações das suas próprias atividades nos contextos em que ganham corpo (Gray, 2004). Com efeito, trata-se de uma técnica etnográfica básica que procura reconstituir aquilo que é observado pelo investigador e dar-lhe um sentido (ver Fife, 2005; Hoggart *et al.*, 2002). Como salienta Zoe Bray (2008), uma abordagem etnográfica é: i) naturalista, na medida em que procura explorar a sociedade tal como ela nos é dada a conhecer, sem a tentar influenciar ou controlar; ii) holística, pois se baseia na ideia de que os factos devem ser descritos dentro de uma compreensão mais ampla da sociedade como um todo; iii) aberta e auto-reflexiva, pois tenta observar os fenómenos sem partir de juízos previamente construídos ou pré-determinações (rígidas) e exige uma constante vigiliância e reflexividade por parte dos investigadores. Na verdade, estes são alguns dos atributos que nos levaram a optar pela observação participante enquanto técnica de investigação.

Uma parte importante do processo de observação baseia-se, por isso, na anotação sistemática e estruturada (embora aberta e flexível) das experiências, sentimentos e ideias que emergiram durante o período em que nós próprios, enquanto investigadores, nos encontramos inseridos nos grupos comunitários. Consequentemente, usámos uma grelha de observação (ver Anexo 3) que, entre outros aspetos, prestava particular atenção ao tipo de atividades desenvolvidas (ensaio, ensaio aberto ou espetáculo), às características dos espaços onde estas têm lugar, aos papéis ou funções desempenhados pelos artistas que nelas participam, às características gerais da audiência (no caso dos espetáculos) e, por vezes, a ocasiões ou acontecimentos excecionais.

A observação das atividades desenvolvidas pelos DRK teve início a 16 de Novembro de 2010 e terminou no dia 4 de Maio de 2011. Durante esse período, assistimos a 10 espetáculos e 24 ensaios (periodicidade bissemanal), totalizando aproximadamente 60 horas de observação. Quanto aos ValArt, a observação decorreu entre 17 de Novembro de 2010 e 16 de Abril de 2011, período durante o qual assistimos a quatro espetáculos e 25 ensaios (periodicidade bissemanal), totalizando cerca de 55 horas. Adicionalmente, foi também importante, a este respeito, uma das oficinas de Estética do Oprimido a que já fizemos alusão anteriormente, nomeadamente a que foi ministrada por Bárbara Santos, por nos permitir

aprofundar o diálogo com muitos dos membros pertencentes aos dois grupos comunitários estudados e possibilitar a disponibilização de guiões de algumas das peças por eles criadas.

Relativamente ao uso dos testemunhos articulados, é importante começar por dizer que, no contexto da presente investigação, esta técnica é usada de modo experimental. Com efeito, não há uma separação rígida entre as entrevistas semi-estruturadas, as histórias de vida e os testemunhos (ver Benítez, 2010; Haig-Brown, 2003; Randall, 2002; Poirier *et al.*, 1999), tratando-se de um contínuo. Aquilo que os diferencia é, sobretudo, a sua natureza concreta, sendo os testemunhos articulados a técnica que mais respeita a voz dos sujeitos investigados. Ao fazê-lo, procura também facilitar o reconhecimento da natureza eminentemente política da vida quotidiana da gente comum e interrogar/problematizar a autoridade (soberana) do sujeito que investiga. A autorização que obtivemos para usar, neste trabalho, as identidades reais dos protagonistas revela-se, a este respeito, particularmente importante.

O guião usado para recolher os testemunhos articulados (ver Anexo 4), tarefa empreendida entre Março e Abril de 2014, tenta justamente facilitar a reconstituição posterior de uma narrativa que não visa falar em nome do sujeito, silenciando-o, mas sim possibilitar a emergência de vozes outras que não as do investigador responsável por este estudo sem que, no entanto, deixe de ser este a ter a iniciativa e a despoletar a curiosidade interrogativa. A diferenciação revela-se logo a montante, sendo óbvia a distinção entre os guiões usados para as entrevistas semi-estruturadas e para os testemunhos articulados. Nestes, há mais espaço para a reflexividade do sujeito com quem se procura dialogar. Se a realidade é multifacetada, assim tem de ser a história que dela procuramos contar. Não faria sentido, do nosso ponto de vista, descrever um caminho de sentido único. Como sugere João Arriscado Nunes (2001), o testemunho articulado baseia-se no dialogismo e na multivocalidade, na tolerância, na experimentação e na hibridação discursivas; em suma, numa conceção contra-hegemónica do conhecimento que pretendemos aqui afirmar, em linha com a geografia urbana crítica que norteia este estudo.

Um dos desafios com que nos deparámos neste eixo analítico foi o da preservação de um relacionamento de proximidade com a direção do GTO LX. Efetivamente, esta foi uma tarefa que não conseguimos levar a cabo de maneira totalmente satisfatória. Problemas ao nível da programação e calendarização das diferentes etapas do trabalho de campo, levaram a que existissem períodos excessivamente longos em que os contactos institucionais foram interrompidos, o que não contribuiu nem para a manutenção de uma relação de proximidade e

confiança mútuas, nem para o estabelecimento de uma interatividade constante que possibilitasse a integração recíproca de contributos. Por outro lado, a conceção deste projeto não foi orientada para dar respostas a necessidades sentidas pelo GTO LX nem para produzir resultados imediatos que pudessem ser integrados no seu funcionamento (ver Esteves, 1986). Também a inexistência de uma estratégia clara de divulgação de resultados preliminares e da sua tradução para que o GTO LX os pudesse apropriar e difundir pelos diferentes grupos comunitários, tornou mais difícil esse relacionamento.

Adicionalmente, a permanente tensão entre a nossa presença enquanto *insiders* e a nossa presença enquanto *outsiders* revelou-se também particularmente sensível. Em termos relativos, o papel que desempenhámos nos dois grupos foi diferenciado. Se, com os DRK, o distanciamento foi maior, afirmando-se mais o nosso estatuto de *outsiders*, com os ValArt, aconteceu o inverso. Na verdade, como sublinha João de Pina Cabral (1983), a observação participante nunca deixa de ser paradoxal. Por outro lado, não fomos capazes de planear atempadamente, e em permanente diálogo com os membros dos dois grupos, o momento em que, por termos já acedido à informação que nos parecia relevante, foi necessário um maior distanciamento da nossa parte. Contrariamente ao que seria desejável, o distanciamento foi abrupto, obstaculizando, e tornando mais delicada, a posterior reaproximação (ver Labaree, 2002).

Gostaríamos de terminar com uma breve nota sobre o itinerário metodológico seguido. Este estudo ou, mais concretamente, o desenvolvimento de cada um dos seus três eixos analíticos constitutivos, não seguiu uma ordem cronológica linear ou sequencial. Por vicissitudes várias, houve sobreposições de diferentes eixos analíticos. Se, por um lado, isso contribuiu para incrementar substancialmente a complexidade do itinerário, de um ponto de vista organizacional e processual, por outro, possibilitou também uma constante interação entre as suas componentes teórica e empírica e, também, entre as diferentes componentes empíricas, que julgamos ter sido vantajosa. Em retrospectiva, seria sempre possível ter feito as coisas de maneira diferente. Os vários desafios, limites e problemas que identificámos em cada um dos eixos analíticos foram, em parte, responsáveis pelo caminho trilhado ter sido este e não outro. Não obstante, consideramos que as escolhas que fomos fazendo nos permitiram progredir num sentido que, paulatinamente, foi desvendando pistas e indícios que nos ajudaram a responder à questão com que partimos para este estudo. Esse será o tema central do último capítulo. Sigamos, pois, para o segundo ato deste trabalho.

**SEGUNDO ATO / TEATRO DO
OPRIMIDO NA REGIÃO
METROPOLITANA DE LISBOA**

5. Teatro do Oprimido – anatomia de uma arte cidadã

Ser cidadão não é viver em sociedade, é transformá-la

Augusto Boal

O Teatro do Oprimido (TO) é um sistema teatral, uma expressão de arte social e política cuja natureza instrumental relativamente à construção da cidadania é histórica e socialmente reconhecida. De acordo com Mady Schutzman e Jan Cohen-Cruz (2006: 1), o TO é «um corpo de conhecimento filosófico complexo, interdisciplinar e multivocal que engloba, entre outras coisas, o trabalho de Paulo Freire e Bertolt Brecht, carnaval e circo, o teatro *avant-garde* brasileiro de meados do século vinte, as influências de teóricos políticos como Hegel e teóricos estéticos como Aristóteles». Nesta investigação, ocupa um lugar central e, por isso, considera-se importante, antes de abordarmos com maior detalhe o caso concreto do GTO LX, tecer algumas considerações acerca da evolução histórica das práticas e do pensamento do TO. Este capítulo é assim constituído por três partes distintas nas quais se descreve o desenvolvimento do TO desde a sua origem até aos dias de hoje, se dão a conhecer as suas práticas concretas e se discutem algumas das problemáticas que em torno dele se articulam.

No que diz respeito ao processo de desenvolvimento histórico do TO, Augusto Boal (1931-2009), seu criador, figura cimeira ao longo de toda a sua vida e produtor de um vasto património intelectual que continua a inspirar e municiar o pensamento e as práticas contemporâneas, assume um papel central. Mesmo não sendo este um exercício de natureza eminentemente biográfica (ver Boal, 2001), consideramos que um olhar mais atento sobre a trajetória percorrida pelo dramaturgo brasileiro, procurando reconstituir as opções tomadas e os caminhos trilhados, nos pode ajudar a compreender melhor o TO enquanto instrumento de cidadania. Se muitas vezes é útil conhecer os contextos nos quais os artistas desenvolvem as suas práticas, no caso de Boal parece ser essencial pois os princípios, métodos e técnicas constitutivas do TO não emergiram das suas vivências pessoais mas sim de um combate, coletivo e determinado, levado a cabo por vários protagonistas para produzir teatro socialmente comprometido. De uma maneira mais romântica, Sanjoy Ganguly (2010: 22), afirma que «Boal permanece como um oceano formado por água de vários rios e correntes de pensamentos». É este imenso oceano que procuramos aqui explorar e compreender em maior profundidade, tentando, no entanto, não cometer o erro de mitificar e/ou sacralizar Boal (ver

George, 1995).

Depois, descrevemos aquilo a que chamamos constelação global do TO, colocando o enfoque nos protagonistas, objetivos e temáticas privilegiadas pelas organizações que a constituem, sabendo de antemão que, devido à sua imensa amplitude e diversidade, nos é absolutamente impossível conhecer todas as organizações, grupos e projetos que, um pouco por todo o mundo, elegeram o TO como instrumento para a sua ação. Olhamos também neste ponto, muito brevemente, para o panorama geral do TO no Portugal contemporâneo.

Por último, exploramos algumas das reflexões que, do ponto de vista do pensamento e da produção de ideias no domínio do TO, se têm revelado mais estimulantes e problemáticas. Com efeito, é também a partir delas que o TO se pode (re)construir enquanto instrumento de cidadania, ajudando a desbravar rumos e possibilidades de ação social e política através do teatro.

Em síntese, procuramos, neste capítulo, compreender o TO em toda a sua amplitude e profundidade, de modo a enriquecer e tornar mais inteligível a análise que no capítulo seguinte fazemos do GTO LX na Região Metropolitana de Lisboa.

5.1. Itinerâncias cidadãs: o Teatro do Oprimido e Augusto Boal

O TO é uma criação de Augusto Boal. No entanto, como dito anteriormente, o seu processo de desenvolvimento não ocorreu de um modo desligado das circunstâncias concretas da realidade mas sim em profunda interrelação com elas. Em *Augusto Boal*, Frances Babbage (2004), oferece-nos uma descrição muito rica da génese do TO, que aqui usamos como referência central.

Boal começou a desenvolver a filosofia estética que viria a dar origem ao TO ainda enquanto diretor artístico do Teatro de Arena de São Paulo, lugar que ocupou de 1956 a 1971. Contrariamente ao que era então usual no Brasil, esta companhia, fundada em 1953, procurava escapar à influência dos modelos teatrais europeus e conceber um teatro mais enraizado nas experiências e características da sociedade brasileira. Tentava, «produzir teatro artisticamente inovador e politicamente radical, e especialmente fomentar o trabalho de dramaturgos brasileiros e estabelecer uma “estética brasileira” genuína, ao mesmo tempo que lutavam contra fortes constrangimentos financeiros» (*ibid.*: 3).

No Brasil, as décadas de 1950-1960 foram, por um lado, marcadas por uma grande

instabilidade económica e turbulência social e política (protagonizada sobretudo por trabalhadores e estudantes) e, por outro, por uma grande euforia ligada ao aparente florescimento da democracia e ao despontar do país no quadro geopolítico internacional (ver Britton, 2006). Tendo experienciado dois golpes militares (1964 e 1968), a sociedade brasileira foi também marcada por uma forte e asfixiante repressão da liberdade, instituída e consolidada pelas ditaduras militares que as protagonizaram. Não é por isso estranho que a atividade artística tivesse sido marcada por uma vincada consciência crítica com forte pendor nacionalista.

Foi nesse contexto que, desde a sua estreia com a direção de *Ratos e homens*, peça baseada no romance *Of Mice and Men* escrito por John Steinbeck em 1937, Boal seria responsável pela introdução de um conjunto de características no Teatro de Arena – enraizamento da consciência social na realidade brasileira, realismo estético e narrativo, proximidade física da audiência – que se tornaram na sua imagem de marca como, mais tarde, estariam presentes no TO.

Arena conta Zumbi, peça levada à cena em 1965, revelou-se um marco incontornável, pois a necessidade de escapar ao olhar censório da ditadura militar instaurada no ano anterior levou à criação de uma combinação pioneira de alegoria histórica com realismo brechtiano, num formato musical capaz de “mascarar” a condenação pungente da ditadura existente que nele era feita. Não obstante, a inovação mais relevante para o desenvolvimento do TO seria a criação do curinga, uma espécie de “mestre de cerimónias” que podia desempenhar o papel de intermediário entre os personagens em cena e a audiência, comentar criticamente a narrativa e, por vezes, intervir diretamente no desenrolar da ação. Ao mesmo tempo que apresentava a história, o curinga examinava as suas implicações sociais e políticas. Embora seja improvável que *Arena conta Zumbi* tenha tido um impacto político direto, representou seguramente um contributo importante para o robustecimento, entre estudantes e intelectuais, da crença que a resistência era possível.

É importante também sublinhar o envolvimento do Teatro de Arena com o Movimento de Cultura Popular, iniciativa lançada no início da década de 1960, durante a presidência de João Goulart (1961-1964), e apoiada pela União Nacional dos Estudantes. No âmbito do Movimento de Cultura Popular, vários Centros de Cultura Popular foram criados um pouco por todo o país, promovendo a democratização da arte. Experiência efémera, devido à sua rápida ilegalização pela ditadura militar, os Centros de Cultura Popular não conseguiram no

entanto ultrapassar o relativo autoritarismo que marcava as relações entre intelectuais, artistas e estudantes, por um lado, e os grupos sociais com os quais colaboravam, por outro. Ao mesmo tempo que se revelavam incapazes de compreender a realidade social destes grupos em toda a sua complexidade, os membros dos Centros de Cultura Popular negligenciavam os privilégios relativos de que beneficiavam.

A partir de 1967, a intensificação da repressão por parte da ditadura militar tornou cada vez mais difícil a manifestação de qualquer forma de protesto. No ano seguinte, seria mesmo promulgado o ato institucional N°5 (AI-5) que, entre outras restrições, permitia ao presidente da república suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por um período de dez anos e remover a garantia de *habeas corpus*. As atividades do Teatro de Arena encontravam-se cada vez mais ameaçadas não só pela censura mas também pela violência física exercida pelos militares e seus apoiantes de extrema-direita. Por serem intensas as relações entre os grupos de teatro e os estudantes universitários, já identificados pelo regime como uma força social potencialmente ameaçadora, o teatro era particularmente visado (Albuquerque, 1989 *apud* Babbage, 2004). Ataques à bomba, raptos e invasões tornaram-se parte do repertório do regime contra as companhias de teatro mais ativas.

O teatro-jornal – sistema de 12 técnicas que visa transformar notícias, reportagens ou qualquer material impresso em cenas teatrais – embrião do TO, encontrava-se então numa fase de experimentação levada a cabo pelo chamado Núcleo Dois do Teatro de Arena. Por volta de 1971, a repressão atingia o seu ponto mais alto, com a polícia militar a prender e torturar cada vez mais ativistas que contestavam o regime. Nesse mesmo ano, durante um período de três meses, Boal esteve aprisionado sob acusação de crimes contra o Brasil e foi vítima de tortura. Todavia, a mobilização da comunidade artística internacional, exigindo a sua libertação, foi bem sucedida e ele acabaria por ser devolvido à liberdade pouco tempo depois. Não obstante, foi também advertido de que, se continuasse a exercer a sua atividade artística, poderia não sobreviver a um segundo encarceramento (Schutzman e Cohen-Cruz, 1994).

Na sequência deste incidente, Boal acabaria por se exilar na Argentina, juntamente com a sua família. Paralelamente, a degenerescência do Teatro de Arena acentuou-se de tal forma que, pouco tempo depois, a companhia acabaria por se dissolver. Esta, apesar do importante papel que desempenhou, nunca conseguiu verdadeiramente superar a lógica hierárquica, por vezes até mesmo paternalista, que estabelecia com aqueles com quem

colaborava (Babbage, 2004). Apesar de projetada para os oprimidos e das peças serem acerca deles, não existia uma verdadeira transferência de propriedade do processo teatral. Aliás, aquando de um périplo pelo nordeste do Brasil, os membros da companhia depararam-se com os limites do estilo marcadamente propagandístico das peças que levavam a uma audiência maioritariamente constituída por camponeses e operários (Schutzman e Cohen-Cruz, 1994). Constataram também que eles próprios (atores oriundos de uma classe média qualificada) prescreviam comportamentos e sugeriam determinados valores e atitudes para lidar com problemas e circunstâncias que nunca tinham experienciado na primeira pessoa e com os quais, em muitos casos, não estavam de todo familiarizados, encontrando-se, por isso, a sua legitimidade, seriamente comprometida.

De 1971 a 1976, usando a Argentina como base, enquanto desenvolvia o seu trabalho noutros países do continente sul-americano, Boal aprofundaria o desenvolvimento das técnicas de TO. Algumas das principais técnicas de TO foram concebidas nesse período, designadamente: o teatro-imagem, o teatro-fórum e o teatro-invisível. Mesmo o teatro-jornal, que tinha já sido já criado no âmbito do Teatro de Arena, no final da década de 1970, como vimos anteriormente, acabaria por ser reinventado enquanto técnica de TO.

Foi justamente na sequência de um convite que lhe foi endereçado para participar numa campanha de literacia no Perú em 1973, que Boal viria a desenvolver o teatro-imagem, técnica que privilegia a expressão física sobre a expressão oral. A *Operación Alfabetización Integral*, assim se chamava a campanha, tinha como principal objetivo a erradicação do analfabetismo no país e os seus princípios pedagógicos – promoção de comunicação dialógica não hierárquica respeitando o auto-conhecimento dos sujeitos – viriam a ter um grande impacto em Boal e moldaram de modo decisivo a construção do TO. No teatro-imagem, o corpo humano é usado como um instrumento para a representação não-verbal de um vasto repertório de sentimentos, ideias e atitudes. Como sugere Boal (2008: 188): «as formas de percepção não-verbal são estimuladas, sem detrimento da palavra». Já para Schutzman e Cohen-Cruz (1994: 3), «esta forma versátil reflete a crença de Boal no corpo como uma das mais essenciais ferramentas na transformação de sensações físicas numa linguagem comunicável e na alteração do espaço quotidiano numa arena teatral, ou espaço estético». Em termos práticos, embora não tenham sido formalizadas até à consolidação do teatro-fórum, as técnicas de teatro-imagem são muitas vezes usadas em oficinas antes do fórum propriamente dito, revelando-se instrumentais para o estabelecimento de uma relação de confiança entre os

participantes e para a identificação de pistas e sinais relacionados com os temas em debate.

A gênese do teatro-fórum, por sua vez, remonta às experiências com aquilo a que Boal chamava dramaturgia simultânea, isto é, formas de produção teatral assentes nas vivências quotidianas das pessoas comuns. Numa dessas experiências, realizada em 1973 em Chaclacayo, pequena localidade nas imediações de Lima, capital do Perú, enquanto trabalhava para o governo de Juan Velasco Alvarado (1968-1975), «uma mulher disse-nos o que o protagonista devia fazer. Testámos a sugestão uma e outra vez mas ela nunca ficava satisfeita com a nossa interpretação. Então eu disse, “sobe ao palco para nos mostrar o que fazer porque nós não conseguimos interpretar os teus pensamentos”. Ao fazê-lo nós compreendemos a enorme diferença entre a nossa interpretação e as suas próprias palavras e ações» (Taussig e Schechner, 1994: 22).

Embora o teatro-fórum já implicasse a participação da audiência, que sugeria e propunha aos atores interpretações possíveis para a resolução da crise, foi apenas a partir desta ocasião que os membros da audiência passaram a subir ao palco para interpretar as suas próprias ideias. Segundo Boal (1974/2008: 134-135), o espectador era «menos que um homem e [no entanto] necessário para o humanizar, para restaurar a sua capacidade de ação em toda a sua plenitude. Ele também deve ser um sujeito, um ator num plano de igualdade relativamente aqueles geralmente aceites como atores, que devem também ser espectadores. Todas as experiências de teatro popular têm o mesmo objetivo – a libertação do espectador, sobre quem o teatro tem imposto visões acabadas sobre o mundo». O teatro-fórum tem como objetivo a criação de uma cena na qual o protagonista se revela incapaz de alcançar e/ou satisfazer os seus objetivos, necessidades ou desejos devido à existência de opressões. Sempre que considerem necessário ou pertinente, os membros da audiência podem suspender o desenrolar da ação dramática, substituir o protagonista e improvisar o comportamento alternativo que considerem mais adequado para lidar com elas. Este momento é entendido enquanto ensaio para a transformação social, conferindo esta capacidade para o espectador transgredir as convenções teatrais, intervindo diretamente no desenrolar dos acontecimentos, tornado-se assim protagonista da ação dramática, a que Boal chamaria *metaxis* (do grego *methexis*, termo usado por Platão e Aristóteles para significar entre+dentro, através, trânsito) (ver Linds, 1998).

Evidentemente, o papel do curinga é muito importante no teatro-fórum pois após o fracasso do protagonista, o curinga intervém convidando os membros da audiência

(designados espect-atores) a substituírem-no em qualquer momento da narrativa anteriormente apresentada. Compete-lhe pois sintetizar as várias propostas e intervenções alternativas que são protagonizadas pelos membros da audiência (Pickering, 2005). Para Boal (1973/1998), existem apenas três regras obrigatórias para qualquer curinga: i) deve evitar todo o tipo de manipulações e induções dos espectadores e questionar sempre as conclusões provisórias a que se vai chegando no decurso de uma peça, envolvendo a audiência nesse processo de reflexão conjunta; ii) não deve decidir por conta própria mas sim deixar que a audiência desempenhe esse papel e possa a cada momento reorientar o rumo dos acontecimentos; iii) deve constantemente reconduzir as dúvidas suscitadas durante o fórum à audiência para que seja sempre ela a tomar decisões. Para além disso, acrescenta ainda Boal (*ibid.*: 347), «é necessária a atitude maiêutica do curinga, que deve estimular os espect-atores a desenvolver suas próprias ideias, a produzir as suas próprias estratégias e a contar com as suas próprias forças na tarefa de se libertar de suas próprias opressões».

Por conseguinte, no teatro-fórum, os papéis, não apenas dos atores mas também dos escritores e diretores, não são fixos e imutáveis, antes pelo contrário. De um ponto de vista dramaturgico, «o fórum é radical» (Boal, 1974/2008: 25). Não se pretende aliás que o teatro promova uma forma de catarse (no sentido aristotélico de purificação sentida pelos espectadores durante e imediatamente após uma representação dramática). Não se pretende abrandar o impulso dinâmico dos protagonistas para a transformação da sociedade mas sim contornar ou remover os bloqueios e obstáculos que impedem o seu desenvolvimento. Para além disso, deve também sublinhar-se a sua natureza transgressiva, desestabilizadora e redefinidora, relativamente a outras expressões teatrais. O poder de suspender a ação dramática para alterar o curso dos acontecimentos conferido aos espect-atores, quando sobem ao palco para representar uma alternativa, assume a existência de múltiplos intervenientes e alternativas e nunca se tentam encontrar soluções dogmáticas que, em última análise, poderiam tornar os protagonistas reféns das mesmas lógicas que o teatro-fórum procura criticar. Promove-se, isso sim, uma maior consciencialização da existência de possibilidades outras para além daquela que existe na realidade. Talvez por isso, seja de sublinhar a importância da ascese, isto é, a necessidade de buscar uma compreensão geral que vá para além das manifestações imediatas e particulares de um dado processo e/ou fenómeno, assumindo, tal como Boal (2008: 189), que «em um conflito particular, não devemos descer às suas singularidades, conjunturais, mas subir ao estrutural». O teatro-fórum implica também

o estabelecimento de uma relação de confiança e respeito mútuos sob risco forjar relações assimétricas e desiguais entre os participantes. Como assinala Kenneth Pickering (2005: 144), «é tentador para companhias que não têm nem o conhecimento preciso nem a facilidade de investigar os temas, criar imitações que são insultuosas para a audiência pela sua incapacidade de representar a complexidade das situações».

Foi ainda durante este período de exílio que Boal, ao mesmo tempo que dirigia o grupo Machete, concebeu o teatro-invisível como maneira de estimular o debate e a intervenção em torno de questões demasiado controversas para serem levadas à cena (ver Boal, 1998a). Nas suas próprias palavras, o teatro-invisível «tenta sensibilizar a cidadania para opressões despercebidas: é preciso desfamiliarizar a opressão para que se possa vê-la e combatê-la. Sua trama, embora não seja verdade sincrônica, é diacrônica: não é verdade que a cena esteja acontecendo espontaneamente aqui e agora, mas é verdade que acontece perto ou longe daqui, e pode estar acontecendo em outro lugar nesse mesmo momento» (Boal, 2008: 189). Ocorrendo em espaços públicos (ex: restaurantes, espaços comerciais, praças ou largos) e “disfarçado” de vida real, os atores protagonizavam cenas acerca de injustiças sociais, procurando chamar a atenção das pessoas, estimular reações espontâneas e fomentar a discussão entre elas. A invisibilidade dos atores, indissociável das novas espacialidade que fabricavam (ver Poper, 2006), transmitia-lhes uma sensação de maior segurança. De certo modo, o facto de desconhecerem que estavam a testemunhar e a intervir numa peça de teatro, fazia com que as pessoas atuassem sem quaisquer constrangimentos, sendo as suas intervenções mais genuínas (Schutzman e Cohen-Cruz, 1994). Ganha assim força a ideia de que «o teatro não existe na objetividade dos tijolos e da argamassa, cenários e figurinos mas na subjetividade daqueles que o praticam, no momento em que o praticam» (Boal, 2007: 37).

Apesar de tudo, a severa repressão exercida pelos regimes militares existentes, primeiro, no Brasil, depois, na Argentina, gerou uma menor intensidade artística e Boal encontrou o tempo necessário para passar ao papel as suas ideias e reflexões. Mesmo assim, cada uma das técnicas plasmadas no conjunto da sua obra emergiu, aspeto sempre enfatizado, a partir de necessidades concretas e do reconhecimento de que as existentes se revelavam inadequadas para responder a situações novas. O resultado deste exercício foram obras emblemáticas e absolutamente decisivas para o desenvolvimento do TO, tais como *Jogos para atores e não-atores* (1973) ou *Theatre of the oppressed* (1974).

Sobretudo após a morte do presidente Juan Perón, em 1974, a situação política na

Argentina degradou-se substancialmente e ataques terroristas, o aumento do custo de vida e uma intensa turbulência social passaram a fazer parte do cotidiano, o que condicionou cada vez mais a atividade artística de Boal, apesar da sua crescente popularidade fruto da cada vez maior difusão internacional do TO (Babbage, 2004). Assim, em 1976, ano em que uma junta militar tomou o poder, Boal e a sua família viajaram para Portugal, país no qual permaneceriam durante dois anos (1977 e 1978) e onde o ambiente político lhe era favorável.

Numa entrevista recente, Cecília Boal descreveu essa passagem por Portugal da seguinte forma: «tivemos um ano muito chato e outro muito divertido. Muitos outros exilados moraram na nossa casa. Tínhamos muitas visitas. Nosso apartamento virou um ponto de encontro famoso. Recebemos pessoas como Paulo Freire, Darcy Ribeiro e muitos outros para um cafezinho em casa. O evento mais famoso foi o histórico encontro entre o coronel Otelo de Carvalho (da Revolução dos Cravos) e Chico Buarque. Lisboa inteira despencou dentro daquele apartamento» (Santos, 2010a: 15).

Apesar dos cargos de professor no Conservatório Nacional de Lisboa e diretor artístico do Teatro A Barraca, Boal deparou-se com dificuldades em obter apoios (sobretudo financeiros). O final do período revolucionário e a perda de ambos os empregos tornaram ainda mais insustentável a sua situação. Como um regresso ao Brasil ou a outros países da América Latina não lhe pareciam hipóteses realistas, Boal deu aulas na Escandinávia e na Europa Central até que, em 1978, já depois da publicação da edição francesa do seu trabalho fundador, recebeu um convite para dar aulas na Sorbonne, em Paris, durante um ano letivo.

Dado que o período de asilo concedido pelo governo francês tinha a mesma duração, Boal pensara em regressar ao Brasil assim que ele terminasse. No entanto, as mesmas clivagens, desigualdades e antagonismos existentes na sociedade brasileira foram também detetadas por Boal em França – «durante o rigoroso inverno de há três ou quatro anos atrás [meados de 1980] mais de uma centena de pessoas morreram de frio em Paris» (Schutzman e Cohen-Cruz, 1994: 26) – o que levou a que ele começasse a trabalhar com professores que seguiam o modelo pedagógico de Celeste Freinet (1896-1966), grupos anti-drogas, anti-pobreza e anti-racismo, entre outros ativistas.

Assim, a partir de um conjunto de oficinas de TO (1978-1979) constituiu-se o núcleo duro de atores, ativistas, educadores, terapeutas e trabalhadores sociais, que viria a dar origem, em 1979, ao *Centre du Théâtre de l'Opprimé – Paris* (CTO-Paris), originalmente chamado *Centre d'Etude et de Diffusion des Techniques Actives d'Expression*, responsável

pela organização de inúmeros cursos, seminários, intervenções, festivais e espetáculos com grupos comunitários. A partir do trabalho desenvolvido no CTO-Paris, as técnicas de TO começaram a difundir-se e, em 1981, o primeiro Festival Internacional de TO teve lugar nessa mesma cidade.

O tipo de opressões existentes na sociedade francesa era, porém, diferente das que se observavam nos países da América do Sul onde Boal tinha trabalhado anteriormente, motivando o desenvolvimento de técnicas de TO com uma natureza eminentemente terapêutica. Para isso contribuiu decisivamente a sua mulher, Cecília Thumim, atriz de nacionalidade argentina, pertencente à sua companhia, que se viria a tornar psicanalista em Paris. Juntamente com ela, Boal ministrou um conjunto de oficinas, entre 1980 e 1983, para explorar a natureza dessas opressões e maneiras de lidar com elas usando técnicas de TO. Estas oficinas intitulavam-se “*La Flic dans la Tête*” (O polícia na cabeça), sugerindo, metaforicamente, que as manifestações clássicas de opressão não se encontravam ausentes destes contextos relativamente privilegiados mas operavam de um modo mais subtil e difuso.

As manifestações de opressão tinham assim um carácter distinto daquelas com que Boal estava mais familiarizado como, por exemplo, o racismo, o sexismo, o abuso de poder por parte de instituições religiosas e forças policiais, os baixos salários e as más condições laborais. Por conseguinte, questões como a solidão, o sentimento de vazio, a incapacidade para comunicar, o desespero e a alienação, inscrevendo-se tão profundamente nas vidas quotidianas dos europeus, revelaram-se mais importantes para o TO do que até então haviam sido. Ao contrário da América Latina, na Europa Ocidental, as pessoas não se encontravam tão expostas a manifestações tão cruéis e brutais de opressão. Pelo contrário, as opressões eram como que internalizadas nas suas mentes e, conseqüentemente, refletiam-se nos seus valores, atitudes e comportamentos (ex: tendências depressivas, doenças e suicídio). Embora inicialmente se tenha sentido céptico e até frustrado por não ser inteiramente capaz de compreender essas manifestações de opressão, Boal foi progressivamente percebendo a sua relevância e «a profundidade da dor [por elas] causada» (Schutzman e Cohen-Cruz, 1994: 4).

Eram pois necessários métodos mais reservados e menos invasivos e Boal começou a delinear uma viragem num sentido mais terapêutico, o que levou a que o seu trabalho fosse frequentemente comparado, embora ele próprio negasse quaisquer influências, com o de Jacob Moreno (1889-1974), fundador do psicodrama (Babbage, 2004). Efetivamente, Boal conceptualizou estas opressões enquanto “polícias” internalizados que, por serem distintos

das suas manifestações externas, requeriam uma abordagem metodológica capaz de abranger valores sociais – veiculados pela família, escola, amigos, *media*, etc. – que suprimem a vontade e o agenciamento humano, promovendo assim uma atitude mais passiva. Apesar da sua natureza imaterial, mesmo que sistemática e estrutural, através do desenvolvimento do arco-íris do desejo (arsenal de técnicas orientadas para as opressões internalizadas) (ver Boal, 1995), o TO passou a ser capaz de integrar essas opressões enquanto forças com existência real. Nas palavras de Boal (2008: 188), no arco-íris do desejo «estudam-se as técnicas introspectivas, que mostram opressões que trazemos integradas como se tivessem nascido em nossa mente; estudam-se as relações sociedade-indivíduo». Este alargamento do âmbito do TO significou também que, da década de 1980 em diante, este passou a ser usado por uma diversidade cada vez maior de protagonistas tais como assistentes sociais, professores de educação especial ou serviços de apoio à comunidade. Curiosamente, apesar de mais tarde ter reconhecido a relevância da “experiência europeia” para o desenvolvimento do seu trabalho, Boal não tinha, inicialmente, intenção de permanecer muito tempo nesse continente (Taussig e Schechner, 1994).

Em 1986, após uma alteração favorável no governo brasileiro iniciada no ano anterior, Boal aceitou um convite que lhe foi endereçado por Darcy Ribeiro (vice-governador do Rio de Janeiro de 1983 a 1987) para regressar ao Brasil. Ambos se haviam reencontrado alguns anos antes, em 1982, no âmbito de um seminário organizado pelo governo francês subordinado à temática da cultura que reuniu cerca de duas centenas de intelectuais (ver Boal, 1998b) e onde Boal teve a oportunidade de apresentar o trabalho desenvolvido no CTO-Paris a Ribeiro. Em articulação com os Centros Integrados de Educação Popular, iniciativa lançada em 1985, sob a chancela do então presidente José Sarney, Boal foi convidado a desenvolver um programa de teatro orientado para crianças em idade escolar provenientes das favelas do Rio de Janeiro – a Fábrica de Teatro Popular (ver Vaz, 2010).

Efetivamente, aquando do seu regresso ao Brasil em 1986, Darcy Ribeiro estava a fazer algo extremamente importante do ponto de vista social e político, segundo a opinião de Boal, nomeadamente, o desenvolvimento de uma rede de escolas públicas que proporcionava aos estudantes (maioritariamente oriundos de favelas) refeições, higiene, atividades desportivas ou artísticas, ou seja, condições que lhes eram na maior parte dos casos negadas mas que se revelavam essenciais para que as suas vidas tivessem maior dignidade (Taussig e Schechner, 1994).

Ribeiro contratou então Boal e Cecília por um período de seis meses para que estes conseguissem perceber se estavam reunidas as condições para que um projeto semelhante ao CTO-Paris pudesse ganhar corpo. Como afirma Boal (1998b: 7-8), «naquele momento não queríamos um contrato maior, dado que era apenas uma experiência. Caso o resultado fosse positivo, então era evidente que iríamos querer um contrato de longo-prazo». Ambos trabalharam com 35 animadores culturais dos Centros Integrados de Educação Popular (três em cada escola) oriundos do Estado do Rio de Janeiro e que, antes disso, não tinham tido quase nenhum contacto com o teatro. Por isso, fizeram uma oficina intensiva, na qual apresentaram os exercícios, jogos e técnicas do teatro-imagem, do teatro-fórum e do teatro-invisível. Contaram com o apoio de Rosa Luiza Marquez, professora na universidade de San Juan em Porto Rico, que tinha trabalho no CTO-Paris, e passadas seis semanas tinham já um repertório de cinco pequenos espetáculos acerca de questões que preocupavam e diziam diretamente respeito aos animadores culturais, suas famílias e comunidades, tais como: desemprego, saúde, habitação, violência sexual, incesto, opressão das mulheres, juventude, doenças mentais e toxicodpendência. Nos meses seguintes, foram feitas inúmeras apresentações nos Centros Integrados de Educação Popular, em que, apesar das limitações materiais com que tiveram de lidar, conseguiram reunir cerca de duas a três centenas de espectadores e, ocasionalmente, até mais (Boal, 1998b).

Com a derrota eleitoral de Darcy Ribeiro, que havia celebrado o contrato-programa, deu-se a suspensão unilateral do financiamento. Embora tivessem sido feitos mais de 30 espetáculos, a derrota de Ribeiro representou um grande retrocesso. No ano seguinte, 1987, “foi tudo por água abaixo”. A existência de benefícios fiscais concedidos às empresas que patrocinavam teatro, dança ou companhias de música, levou Boal e os seus companheiros a procurar intensivamente patrocínios privados, num esforço que se revelou infrutífero. Houve mesmo um caso em que lhes sugeriram que o TO fosse usado para melhorar o processo de recrutamento e seleção de trabalhadores para uma empresa. Rejeitaram.

Apesar da interrupção do financiamento ter inviabilizado a continuidade do programa, Boal tinha fundado, em 1986, o Centro de Teatro do Oprimido do Rio de Janeiro (CTO) com alguns dos elementos sobreviventes da experiência dos Centros Integrados de Educação Popular com os quais tinha trabalhado. De acordo com Boal (1998b), o CTO era um corpo informal inteiramente comprometido com a aplicação e o desenvolvimento dos métodos de TO, fundado sobre a convicção de que o teatro – capacidade de nos observarmos a nós

próprios em ação – é a linguagem humana por excelência e nos oferece a possibilidade de pensar virtualidades, imaginar possibilidades e combinar memória e imaginação para reinventar o passado e inventar o futuro.

Entretanto, o uso do TO em campanhas eleitorais teve início em 1989 com o apoio dado à primeira campanha presidencial de Lula da Silva, então líder do Partido dos Trabalhadores (PT) (Cohen-Cruz, 1994). Foi em 1982, quando ainda se encontrava em Paris, que Boal leu num jornal que o PT tinha usado o teatro-fórum numa campanha em São Paulo. Na sequência da sua deslocação a essa cidade para conhecer as pessoas que o tinham feito, visitou também o Rio de Janeiro e constatou que muitos dos seus amigos já pertenciam ao PT. Foi pois com naturalidade que começou a participar em iniciativas e encontros políticos, mesmo sem ter formalizado a sua filiação no partido. Durante a campanha de 1989, Lula convidou-o não só para figurar num dos tempos de antena disponibilizados pela televisão nacional mas também para participar ativamente em grandes comícios e iniciativas públicas do PT.

Na sequência desse envolvimento, Boal decidiu, por um lado, usar teatro-fórum, inventando situações em que fosse Lula o protagonista, sendo os espect-atores convidados a substituí-lo; por outro, recorrer ao teatro-invisível, inventando uma organização (fictícia) de estudos e sondagens que, em espaços públicos como mercados, praças e largos, colocava questões aos transeuntes acerca das suas intenções de voto, procurando denunciar as ligações do seu principal adversário político (Fernando Collor de Mello) com as grandes multinacionais brasileiras e assim promover o voto em Lula. Apesar de todos os esforços levados a cabo, estes revelar-se-iam infrutíferos e Lula acabaria por perder as eleições.

A partir de 1991, Darcy Ribeiro regressa ao poder mas, por motivos não inteiramente explicados por Boal (1998b), os seus planos já não eram coincidentes com as propostas do CTO. Por conseguinte, em 1992, tendo-se esfumado a ligação às entidades governamentais, o CTO tinha uma existência meramente residual baseada em contratos celebrados com a União de Trabalhadores Bancários e com pequenas cidades como Ipatinga ou São Caetano, eventos organizados por Betinho (eminente ativista brasileiro), como Terra e Democracia, oficinas realizadas para o público em geral e para estrangeiros provenientes da Alemanha e da Universidade de Nova Iorque que pretendiam estudar no Rio de Janeiro.

Nesse mesmo ano, acrescenta Boal, optaram por encerrar o CTO – “eutanasiar o nosso sonho moribundo” – e, para isso, organizaram um festival fúnebre, cheio de ritmo, cores e

pessoas. Dado que era um ano eleitoral, decidiu-se também, num derradeiro gesto, colocar o trabalho do CTO ao serviço do PT, com o objetivo de “teatralizar” a sua campanha. A oferta foi recebida com agrado e sugeriu-se que, para tornar a participação mais efetiva, seria útil que um dos elementos do CTO se tornasse candidato a vereador. Apesar de inesperado, o desafio foi aceite. Após alguma discussão no seio do CTO, Boal acaba por ser selecionado, embora desde início não existissem quaisquer expectativas quanto à sua eleição. Confiante de que não havia qualquer possibilidade de ser eleito deputado, Boal e os restantes puderam envolver-se ativamente na campanha com ações que, pela sua espetacularidade e originalidade, se tornavam cada vez mais populares. Contrariando as expectativas, isto contribuiu para impulsionar a sua candidatura, levando até ao abandono de alguns dos membros do CTO que não queriam associar-se a campanhas eleitorais. No entanto, muitas outras pessoas se quiseram juntar pois, apesar de nunca terem feito teatro, consideravam esta nova maneira de fazer política muito original e inspiradora. Progressivamente, vai-se instalando a ideia de que, afinal de contas, havia a possibilidade de Boal ser eleito. Concomitantemente começa também a ganhar força a possibilidade de que, caso fosse eleito, Boal poderia contratar todos os animadores culturais do CTO e procurar ir para além do teatro-fórum. Estavam lançadas as bases do teatro legislativo. Existia pois a intenção de promover a participação popular no processo legislativo através do teatro. Como sublinha Boal (*ibid.*: 15), «pela primeira vez na história do teatro e na história da política, existia a possibilidade de uma companhia de teatro ser eleita para o parlamento». A partir daí, Boal queria ser eleito e, no dia um de Janeiro de 1993, tomou o seu lugar enquanto um dos seis vereadores do PT.

Efetivamente, as origens do teatro legislativo estão ligadas à noção de que, apesar do teatro-fórum ajudar os cidadãos a serem, ao mesmo tempo, produtores de democracia e de arte popular e promover a criação de momentos de diálogo, troca, aprendizagem e prazer, fica muitas vezes aquém das expectativas sociais e políticas dos participantes. Para dar resposta a essa sensibilidade crítica, Boal começou a pensar numa maneira de canalizar a energia criativa gerada no âmbito do teatro-fórum para além da sua temporalidade mais imediata e restrita. Não podíamos deixar de pensar, nota Boal (*ibid.*: 9), «que ideias tão boas como aquelas lançadas durante o fórum poderiam ser aplicadas utilmente noutros contextos» (*ibid.*: 9). Embora a resolução de determinados problemas dependa também dos esforços e desejos individuais e/ou coletivos das pessoas elas mesmas, existem opressões que, sendo diretamente

inscritas na lei, levam a que a transformação social implique, necessariamente, uma reconfiguração legislativa.

Hamlet, sublinha Boal (*ibid.*: 9-10),

diz no seu famoso discurso aos atores que o teatro é um espelho no qual pode ser vista a verdadeira imagem da natureza, da realidade. Eu queria penetrar este espelho, transformar a imagem que eu via nele e trazer essa imagem transformada novamente para a realidade: tornar real a imagem do meu desejo. Eu queria que fosse possível aos espect-atores no Teatro-Fórum transgredir, romper convenções, entrar no espelho da ficção teatral, ensaiar formas de luta e então regressar à realidade com as imagens dos seus desejos. Este descontentamento foi a génese do Teatro Legislativo, no qual os cidadãos fazem a lei através do legislador. O legislador não deve ser a pessoa que faz a lei, mas a pessoa através da qual a lei é feita (pelos cidadãos, é claro!).

Elaborando um pouco mais, Boal sugere que, tal como o TO, também o teatro legislativo procura estimular o diálogo e inquietar ativamente a audiência levando-a a buscar respostas para os problemas apresentados, procura fazer com que o eleitorado deixe de ser mero espectador da ação parlamentar e passe a expressar as suas opiniões, as discuta e contra-argumente. O objetivo último do teatro legislativo, conclui Boal, é transportar o teatro para o centro da ação e da decisão políticas – “tornar o teatro político em vez de fazer apenas teatro político” –, desenvolver na audiência o desejo de mudança e criar um espaço que possibilite a transformação desse desejo em lei.

Na opinião de Babbage (2004), a energia e o comprometimento do CTO com o teatro legislativo foram inquestionáveis. De 1993 a 1996, período de duração do mandato de Boal, foram organizados 19 grupos de teatro que desenvolviam o seu trabalho em diferentes partes da cidade e, funcionando Boal como interlocutor privilegiado, viram os seus esforços recompensados com a promulgação de 13 leis incidindo sobre temáticas como a discriminação sexual ou a proteção de testemunhas (ver Boal, 1998b). Não obstante, desde o início que, direta ou indiretamente, o projeto de teatro legislativo encontrou uma enorme resistência por parte da oposição – ações legais, ameaças e sabotagens contra Boal e outros militantes do PT e uma campanha contra o CTO levada a cabo por um jornal conotado com a extrema-direita (O Dia) no Outono de 1993 – que, com a fracassada reeleição de Boal, conseguiu atingir os seus objetivos e interromper a ligação direta entre o legislador e os

ativistas culturais que, no terreno, comunicavam através dele. Mesmo entre a comunidade de praticantes de TO, o teatro legislativo não foi imune a críticas, sendo por alguns considerado um embuste em que o poder é delegado e não apropriado e, por isso, um retrocesso relativamente à capacidade subversiva e ao radicalismo iniciais do TO.

É importante notar, porém, que à semelhança de outras técnicas de TO, o teatro legislativo tem sido adotado por inúmeros grupos um pouco por todo o mundo e usado em contextos em que não existe qualquer ligação efetiva ao processo legislativo, sendo o resultado desses processos uma produção legal meramente simbólica. Sessões solenes desse tipo foram, aliás, levadas a cabo por Boal em Londres, Bradford e Munique. Apesar do seu simbolismo, salienta Babbage (*ibid.*: 30) «se o Teatro Legislativo muda a forma como os participantes veem a sua sociedade e o seu próprio papel nela, e então – crucialmente – começam a agir a partir dessa posição modificada, então o poder simbólico pode ter consequências reais».

Até à data da sua morte, em 2009, ano em que também seria nomeado embaixador mundial do teatro pela UNESCO, tendo já sido no ano anterior um dos 197 candidatos ao Prémio Nobel da Paz, Boal estabeleceu a sua base no Brasil, viajando um pouco por todo o mundo – América Latina, África, Europa e América do Norte – para proferir discursos e dinamizar oficinas. A flexibilidade e acessibilidade dos seus métodos teatrais (ex: protesto, educação, terapia) encorajaram a sua difusão, tendo as técnicas de TO sido aplicadas, adaptadas e reinventadas por diversos praticantes – agricultores, trabalhadores, professores, estudantes, assistentes sociais, terapeutas, ativistas – nos mais variados espaços (ex: ruas, escolas, igrejas, sindicatos, teatros convencionais, prisões). Schutzman e Cohen-Cruz (2006), defendem que a modularidade e universalidade do TO permitem que pessoas de todo o mundo partilhem um mesmo vocabulário e as mesmas técnicas, gerando um espaço de encontro e diálogo capaz de esbater as diferenças. Consequentemente, praticantes e pensadores oriundos de locais tão diversos quanto o Afeganistão, o Nepal, a Índia, Moçambique, a Inglaterra ou a Alemanha, têm sido inspirados pelo TO. Apesar disso, parece existir uma tendência para aplicar o TO de modo descontextualizado. Tende-se «a replicar num contexto aquilo que “funcionou” noutra, esquecendo que o TO assenta numa recetividade atenta à diferença relativamente ao tempo, circunstância, geografia, cultura, raça, etnicidade, orientação sexual, e género; tende-se a restringir o diálogo crítico a uma análise daquilo que é explícito, esquecendo o mais invisível e implícito, pedras basilares das quais o visível é um mero sinal»

(*ibid.*: 1).

A última obra de Boal – *A Estética do Oprimido* –, derradeiro contributo para o desenvolvimento do sistema teatral de que foi criador e principal divulgador em vida, corolário lógico das reflexões que produziu ao longo de várias décadas de militância artística, foi publicada em 2008, contando com a colaboração de Bárbara Santos, Claudete Félix, Cláudia Simone, Flávio Sanctum, Geo Britto, Helen Sarapeck e Olivar Bendelak, curingas do CTO e responsáveis pela coordenação e execução das suas atividades é, do nosso ponto de vista, um dos seus trabalhos mais complexos. Representa um esforço de consolidação filosófica, ética e política de um sistema teatral que nas últimas décadas, sobretudo com a experiência do teatro legislativo, tinha tomado um rumo prático e operativo. Efetivamente, a estética do oprimido surgiu da análise crítica dos projetos desenvolvidos pelo CTO em articulação com grupos comunitários e da necessidade por estes sentida de elaborar uma estética própria. Através de laboratórios teatrais e da sistematização teórica em seminários levados a cabo pela equipa do CTO, por multiplicadores (designação dada aos praticantes que difundem o TO) de todo o Brasil e participantes internacionais (Guiné-Bissau, Moçambique e Angola), a estética do oprimido foi ganhando corpo. Alguns dos contributos teóricos mais importantes para a consolidação do TO foram plasmados em *Estética do Oprimido*, obra que aprofunda aspetos anteriormente aflorados mas que acabaram por não ser devidamente explorados.

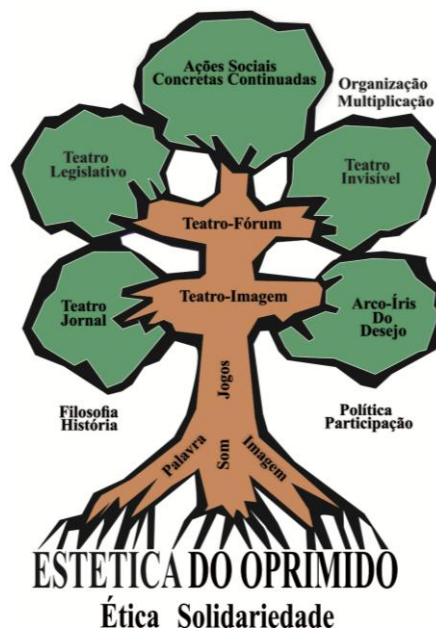
Nesse trabalho, Boal (2008) apresenta duas teses principais: i) «existem duas formas humanas de pensamento – sensível e simbólico –, e não apenas esta que se traduz em discurso verbal. São formas complementares, poderosas, e são, ambas, manipuladas e aviltadas por aqueles que impõem suas ideologias às sociedades que dominam» (*ibid.*: 16); ii) «como todas as sociedades estão divididas em classes, castas, etnias, nações, religiões e outras confrontações, é absurdo afirmar a existência de uma só estética que a todos contemple com suas regras, leis e paradigmas; existem muitas estéticas, todas de igual valor, quando têm valor» (*ibid.*: 16). Perpassa claramente a clássica (e algo simplista) noção marxista de que as ideias dominantes são as das classes dominantes mas que estas, e aqui surge a originalidade do seu argumento, se difundem e impõem por intermédio de meios simbólicos (palavras) e sensíveis (som e imagem). Com efeito, «esta comunicação unívoca introduz simbólicas cercas de arame farpado nas cabeças oprimidas, embalsamando o pensamento e criando zonas proibidas à inteligência. Abre canais sensíveis por onde se inocula a obediência não

contestatária, impõe códigos, rituais, modas, comportamentos e fundamentalismos religiosos, esportivos, políticos e sociais que perpetuam a vassalagem» (*ibid.*: 18). Consequentemente, a libertação consciente e solidária dos oprimidos exige que estes se apoderem da sua capacidade de, por intermédio da palavra, da imagem e do som, criarem, produzirem e transmitirem arte e cultura livres de quaisquer constrangimentos. Em *Estética do Oprimido*, arte e estética são concebidas enquanto instrumentos de libertação.

Com o desenvolvimento da estética do oprimido, o TO, enquanto método teatral, passa a ter uma base filosófica, social e política mais consistente cuja originalidade reside em três grandes transgressões: i) «cai o muro entre o palco e a plateia: todos podem usar o poder da cena» (*ibid.*: 185); ii) cai o muro entre o espetáculo teatral e a vida real: aquele é uma etapa propedêutica desta» (*ibid.*); iii) «cai o muro entre artistas e não-artistas: somos todos gente, somos humanos, artistas de todas as artes, todos podemos pensar por meios sensíveis – arte e cultura» (*ibid.*).

A árvore do TO (Figura 5.1) representa justamente o modelo conceptual mais estruturado do TO. Evidentemente, sendo o TO um produto inacabado e em constante (re)construção podem sempre surgir alterações e/ou inovações que modifiquem a configuração da árvore. Foi, aliás, a sua capacidade de transformação e multiplicação que levou a que a árvore tenha sido escolhida enquanto modelo imagético para o TO.

Figura 5.1. Árvore do Teatro do Oprimido



Fonte: elaboração própria a partir de <http://ctorio.org.br/novosite/arvore-do-to/> [acedido em 09/07/2013]

Olhando para a árvore do TO, sobressai a importância da ética (no sentido etimológico de *ethos* enquanto ideal desejado face a um real existente) e da solidariedade enquanto fundamentos do TO, necessariamente enquadrados por um entendimento amplo assente numa reflexão histórica, filosófica, política e participativa. De acordo com Boal (*ibid.*: 188), «ética e solidariedade, em forma estética, são a seiva que alimenta a Grande Árvore do TO e viajam pelas artérias axiais da Palavra, da Imagem e do Som, transitam pelos Jogos, metáfora da realidade, e iniciam o processo de nos despirmos do lixo cultural que nos envolve, estimulando a criatividade dos participantes». A multiplicação emerge enquanto estratégia organizacional e a promoção de ações sociais concretas e continuadas, fim último do TO, reveste-se de uma importância primordial. Com efeito, o TO procura ir para além do espaço-tempo teatral propriamente dito, estimulando a transformação de objetos-passivos em sujeitos-ativos que transportem consigo para outros contextos e de modo significativo as experiências ensaiadas através do TO.

5.2. Protagonistas e contextos: uma constelação global

Existem, hoje, praticantes de TO espalhados por todo o mundo. Apesar das suas fragilidades – categorização deficiente, critérios de seleção pouco claros e rigorosos e desatualização – consideramos que os dados compilados e disponibilizados pela AITO no seu *website* (<http://www.theatreoftheoppressed.org>), que consultámos em Junho de 2013, constituem o mais completo e fidedigno levantamento das organizações praticantes de TO hoje existentes. Fundada em 2003 por iniciativa de Augusto Boal, Julian Boal, Lup Opdebeeckfrom e Ronal Mathijssen, a AITO é uma organização que coordena e promove o desenvolvimento do TO em todo o mundo. De acordo com o artigo 18º da sua declaração de princípios «a AITO cumpre este objetivo inter-relacionando os praticantes do Teatro do Oprimido em uma rede mundial, promovendo a troca entre eles, e o seu desenvolvimento metodológico; facilitando o treinamento e a multiplicação das técnicas existentes; concebendo e executando projetos em escala mundial; estimulando a criação local de centros de TO; promovendo e criando condições de trabalho para os centros e os seus praticantes, e criando um ponto de encontro internacional na Internet». Pela abrangência da sua base de dados, a informação disponibilizada pela AITO parece-nos constituir uma amostra suficientemente robusta para podermos conhecer alguns atributos gerais do TO à escala global. Permite-nos, por exemplo,

responder, mesmo que apenas aproximadamente, a três questões fundamentais – quem? como? onde? – para caracterizar os protagonistas de TO e conhecer os contextos em que desenvolvem a sua atividade.

Relativamente à primeira questão – quem? – encontram-se registadas mais de uma centena de organizações praticantes de TO. Excluindo, nalguns casos pela sua natureza, noutros porque já não se encontram em atividade, os praticantes em regime *freelancer* e os cursos/programas de ensino que integram algumas técnicas do TO nos seus currícula, apurámos 118 organizações. Como se pode constatar através do Quadro 5.1, a maior parte (72%) iniciou a sua atividade nas décadas de 1990 e 2000. Efetivamente, estes foram anos de grande desenvolvimento do TO, tanto do ponto de vista do pensamento e das ideias (ex: experimentação com teatro legislativo e desenvolvimento da estética do oprimido) como da sua expansão internacional (ex: criação da AITO, 1º Encontro Latino-americano de TO e Primeira Conferência Internacional de TO). Aparentemente, a dinâmica de crescimento do número de organizações praticantes de TO, espelha esta tendência geral.

Quadro 5.1. Fundação das organizações pertencentes à AITO em 2013

Data (década)	Organizações n (%)
1970s	1 (1)
1980s	10 (8)
1990s	33 (28)
2000s	52 (44)
2010s	4 (3)
sem informação	18 (15)
	118 (100)

Fonte: elaboração própria com base na informação disponibilizada pela AITO, 2013

Olhando com maior atenção para cada uma das organizações, é possível constatar a existência de uma grande diversidade de abordagens no que diz respeito à sua relação com o TO que, evidentemente, está ligada à sua própria orientação, estratégia e modo de funcionamento. Enquanto para algumas, tais como o CTO (Brasil), o GTO-Maputo (Moçambique), *Janasanskriti* (Índia) ou *Formaat* (Holanda), o TO assume um papel – artístico, político, filosófico, ético – absolutamente central; para outras, como por exemplo o *In Forma Theatre* (Canadá), o *Aarohan Theatre* (Nepal) ou o *spectACT* (Áustria), a relação com o TO, é mais

distante e tem fundamentalmente a ver com a adoção de algumas das técnicas, normalmente o teatro-fórum. Muitas vezes, aliás, procura-se articular o TO com outros tipos de teatro social e político mais adaptados às especificidades próprias dos contextos em que se desenvolvem as atividades. Noutros casos ainda, tais como o *Kwoto Popular Theatre* (Sudão), o programa de educação pública *Arts-in-Action* (Trinidade e Tobago) ou o grupo *Palakar* (Bangladesh), a ligação ao TO é claramente marginal e a sua inclusão na AITO deixa-nos muitas dúvidas. A diversidade é uma característica que se estende também aos protagonistas de TO das várias organizações analisadas. Com efeito, foram apurados 11 tipos diferentes, designadamente: i) artistas e trabalhadores culturais; ii) ativistas e sindicalistas; iii) comunidades desfavorecidas e marginalizadas; iv) crianças, jovens e estudantes; v) idosos; vi) imigrantes e refugiados; vii) mulheres; viii) pessoas em reabilitação/recuperação, doentes e portadoras de deficiência; ix) presidiários; x) professores e investigadores; xi) sem-abrigo.

Quadro 5.2. Protagonistas das organizações pertencentes à AITO

Protagonistas	%
comunidades desfavorecidas e marginalizadas	31
crianças, jovens e estudantes	31
imigrantes e refugiados	10
artistas e trabalhadores culturais	9
ativistas e sindicalistas	9
pessoas em reabilitação/recuperação, doentes e portadoras de deficiência	8
mulheres	8
professores e investigadores	8
presidiários	5
sem-abrigo	4
idosos	3

Fonte: elaboração própria com base na informação disponibilizada pela AITO, 2013

Olhando para o Quadro 5.2, constatamos, porém, que existe um claro predomínio de dois deles – comunidades desfavorecidas e marginalizadas (31%) e crianças, jovens e estudantes (31%). Por um lado, privilegia-se uma abordagem coletiva e centrada em contextos sócio-espaciais de intervenção definidos em grande medida pelas suas características económicas e culturais; por outro, atribui-se um papel de grande relevo a um grupo social definido, no essencial, pela sua idade e que, indiscutivelmente tem um peso muito relevante nas práticas de TO. Em contraposição, os idosos (3%) e os sem-abrigo (4%) apresentam os valores mais baixos, sendo por isso protagonistas menores (de um ponto de vista quantitativo,

evidentemente) na constelação global do TO. Efetivamente, o TO é uma atividade orientada para os jovens (ver Duffy e Vettraino, 2010; Sarapeck, 2008).

Quanto à segunda questão – como? – existem dois aspectos distintos, embora necessariamente interligados, que levamos aqui em linha de conta: objetivos e temáticas. Primeiro, consideramos que o modo como as diferentes organizações de TO intervêm se encontra intimamente relacionado com os seus objetivos pois são estes que dão um sentido à sua ação. Também a este respeito existe uma considerável diversidade pois os dados recolhidos permitem-nos observar a existência de nove objetivos principais: i) informar, educar e consciencializar; ii) combater a injustiça, opressão e discriminação; iii) comunicar, debater e cooperar; iv) estimular a criatividade, criação e descoberta; v) promover o *empowerment* e desenvolvimento; vi) gerir e resolver conflitos; vii) mobilizar, participar e transformar; viii) reabilitar, recuperar e prevenir; ix) revelar, libertar e verbalizar.

Quadro 5.3. Objetivos das organizações pertencentes à AITO

Objetivos	%
mobilizar, participar e transformar	42
informar, educar e consciencializar	33
promover o <i>empowerment</i> e desenvolvimento	31
combater a injustiça, opressão e discriminação	22
comunicar, debater e cooperar	22
estimular a criatividade, criação e descoberta	13
revelar, libertar e verbalizar	11
reabilitar, recuperar e prevenir	10
gerir e resolver conflitos	9

Fonte: elaboração própria com base na informação disponibilizada pela AITO, 2013

Olhando para o Quadro 5.3 ressaltam como objetivos mais importantes para as organizações de TO a mobilização, participação e transformação (42%), seguida da informação, educação e consciencialização (33%) e da promoção de *empowerment* e desenvolvimento (31%). Os objetivos menos importantes são a gestão e resolução de conflitos (9%), a reabilitação, recuperação e prevenção (10%) e a revelação, libertação e verbalização (11%). Porventura incorrendo numa excessiva simplificação, consideramos que estes resultados sugerem que o enfoque das organizações de TO examinadas incide sobretudo sobre aquilo que podemos designar como uma “esfera pública coletiva”, necessariamente relacional e politizada, em detrimento de uma “esfera privada individual”, de pendor mais atomizado e despolitizado.

Favorece-se pois uma experiência artística socializante e não isolacionista, ou seja, o ângulo de abordagem da realidade a partir das atividades do TO tende para a agregação e unificação de experiências humanas.

Em segundo lugar, considera-se também relevante identificar as diferentes temáticas de que se ocupam as organizações praticantes de TO pois consideramos que é a partir delas que podemos compreender melhor o seu modo concreto de intervenção social, política e artística. Tal como relativamente às dimensões anteriores, também nesta se observa uma grande diversidade, sendo 15 as temáticas identificadas, nomeadamente: i) angústia, solidão, humilhação e suicídio; ii) educação, *bullying* e insucesso escolar; iii) democracia, direitos humanos e governação; iv) riscos e dependências; v) velhice, adolescência e conflitos geracionais; vi) criminalidade e vida prisional; vii) incapacidades e deficiências; viii) desigualdade de género, violência e abusos; ix) discriminação, estereótipos e preconceitos; x) justiça social, liberdade e desenvolvimento humano; xi) diversidade, migrações e interculturalidade; xii) pobreza, marginalização e exclusão; xiii) ecologia e problemas ambientais; xiv) saúde e doença; xv) sexualidade, gravidez e aborto.

Quadro 5.4. Temáticas das organizações pertencentes à AITO

Temáticas	%
desigualdade de género, violência e abusos	41
discriminação, estereótipos e preconceitos	34
democracia, direitos humanos e governação	32
riscos e dependências	25
saúde e doença	25
pobreza, marginalização e exclusão	24
educação, <i>bullying</i> e insucesso escolar	22
diversidade, migrações e interculturalidade	22
angústia, solidão, humilhação e suicídio	16
justiça social, liberdade e desenvolvimento humano	16
ecologia e problemas ambientais	15
velhice, adolescência e conflitos geracionais	14
criminalidade e vida prisional	10
sexualidade, gravidez e aborto	9
incapacidades e deficiências	7

Fonte: elaboração própria com base na informação disponibilizada pela AITO, 2013

Através do Quadro 5.4, constata-se que as temáticas mais importantes são a desigualdade de

gênero, violência e abusos (41%), a discriminação, estereótipos e preconceitos (34%) e a democracia, direitos humanos e governação (32%) e as menos importantes a sexualidade, gravidez e aborto (9%) e as incapacidades e deficiências (7%). Os dados indicam que o TO apresenta uma preocupação particular com a desigualdade de género e as problemáticas que normalmente lhe estão associadas, indo de encontro ao que defende a coordenadora geral do CTO, Helen Sarapeck (2010: 37), designadamente que, «no mundo inteiro, a opressão contra a mulher é o tema mais discutido». Assumem também grande relevo as temáticas ligadas aquilo que podemos designar por subjetividades culturais negativas, como a desqualificação de um “outro” minoritário e uma conceção necessariamente assimétrica da alteridade e, por último, um amplo espectro de temáticas sociopolíticas vertebradoras das sociedades atuais. Em contraponto, as temáticas menos representadas correspondem a dois dos grandes tabus da contemporaneidade – sexualidade e deficiência – mostrando que a intervenção social, política e artística no âmbito do TO não pode deixar de refletir as condições do mundo em que existe.

Figura 5.2. Distribuição geográfica das organizações pertencentes à AITO



Fonte: elaboração própria com base na informação disponibilizada pela AITO, 2013

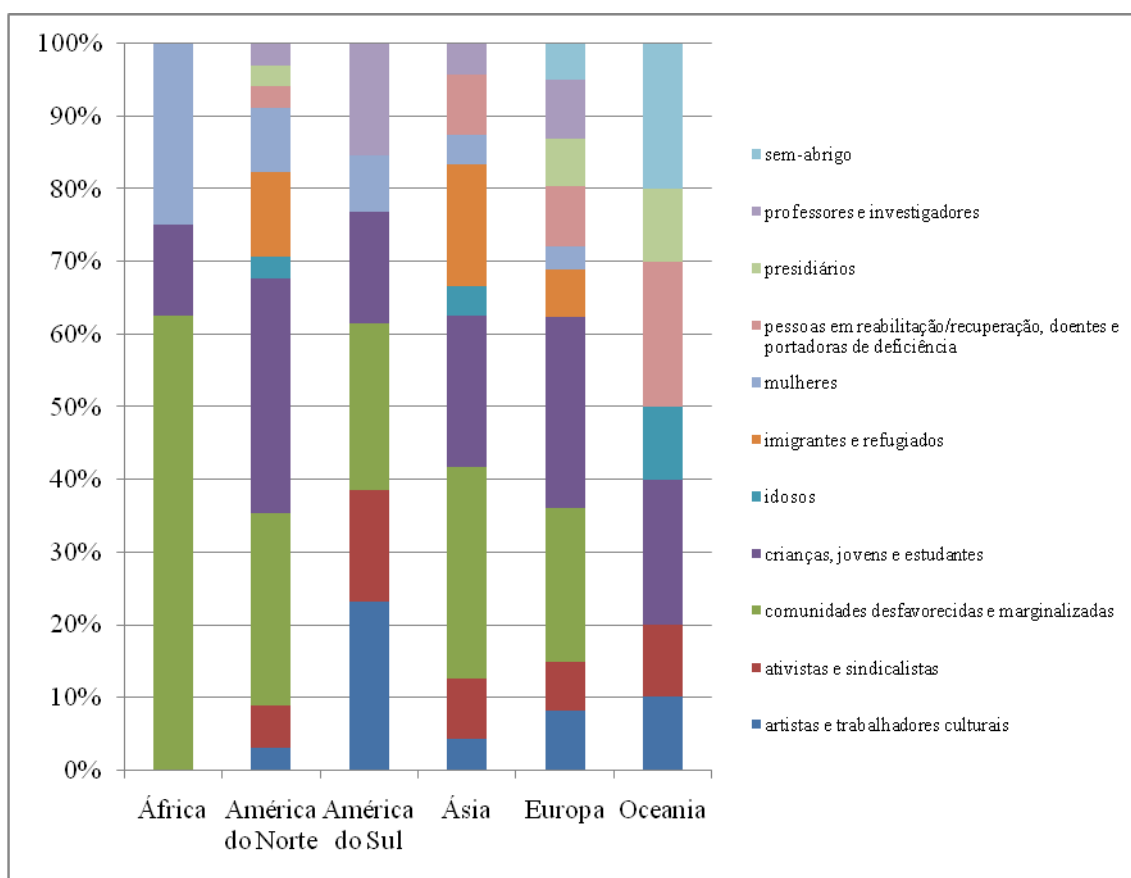
A terceira questão – onde? – diz respeito, fundamentalmente, à distribuição geográfica das organizações praticantes de TO. Consta-se que, embora apresente algumas áreas de maior concentração, nomeadamente na Europa e na América do Norte, a distribuição é bastante vasta e verdadeiramente global. Com efeito, encontram-se registadas organizações praticantes de TO oriundas de 48 países de todos os continentes (Figura 5.2).

Embora não possamos afirmar com toda a certeza, a concentração existente na Europa (44% das organizações praticantes de TO) poderá, quando comparada com regiões como África, América do Sul, América Central e Ásia (totalizando 35% das organizações), dever-se a um maior acesso a meios e recursos organizacionais nessa região. Efetivamente, considera-se que o facto das organizações do Sul Global não terem, na generalidade dos casos, tantos meios e recursos à sua disposição poderá não apenas dificultar o desenvolvimento das suas atividades mas também, eventualmente, comprometer o seu registo e filiação na AITO. No caso concreto do Brasil, por exemplo, o facto de 19 organizações provenientes desse país terem participado no primeiro Encontro Internacional de Praticantes de TO, realizado no Rio de Janeiro em Julho de 2009, mostra que o número de organizações brasileiras praticantes de TO registadas na AITO é claramente inferior ao realmente existente. Embora este problema de sub-representação não seja um exclusivo do Sul Global, como teremos oportunidade de constatar mais adiante quando olharmos para o caso português, poderá ter uma relevância maior nesse espaço geográfico.

Aprofundando a leitura geográfica que temos vindo a fazer, é também possível explorar a distribuição dos protagonistas, objetivos e temáticas pelas diferentes regiões consideradas e, com alguma cautela, ensaiar propostas de interpretação. Começando pelos protagonistas (Figura 5.3), e em linha com o que anteriormente foi dito, observa-se que as comunidades desfavorecidas e marginalizadas são os protagonistas de TO mais relevantes em três das regiões – África (63%), Ásia (29%) e América do Sul (23%, *ex-aequo* com artistas e trabalhadores culturais) – e que nas restantes são sobretudo as crianças, jovens e estudantes – América do Norte (32%), Europa (26%) e Oceânia (20%, *ex-aequo* com pessoas em reabilitação/recuperação, doentes e portadoras de deficiência e sem-abrigo). No entanto, enquanto crianças, jovens e estudantes são protagonistas de TO em todas as regiões apresentadas, as comunidades desfavorecidas e marginalizadas não desempenham qualquer papel relevante na Oceânia. Por seu turno, os sem-abrigo apenas são protagonistas na Europa (5%) e na Oceânia (20%), sendo por isso aqueles que apresentam uma expressão geográfica

mais restrita. Constata-se também que na América do Norte e na Europa existe a maior diversidade de protagonistas – ambas com dez – e em África a menor, contando-se apenas três tipos diferentes. Provavelmente, isto está relacionado não apenas com o conjunto de opções tomadas pelas organizações em cada região, mas também com a já referida desigualdade de meios e recursos à sua disposição.

Figura 5.3. Protagonistas das organizações pertencentes à AITO, por região



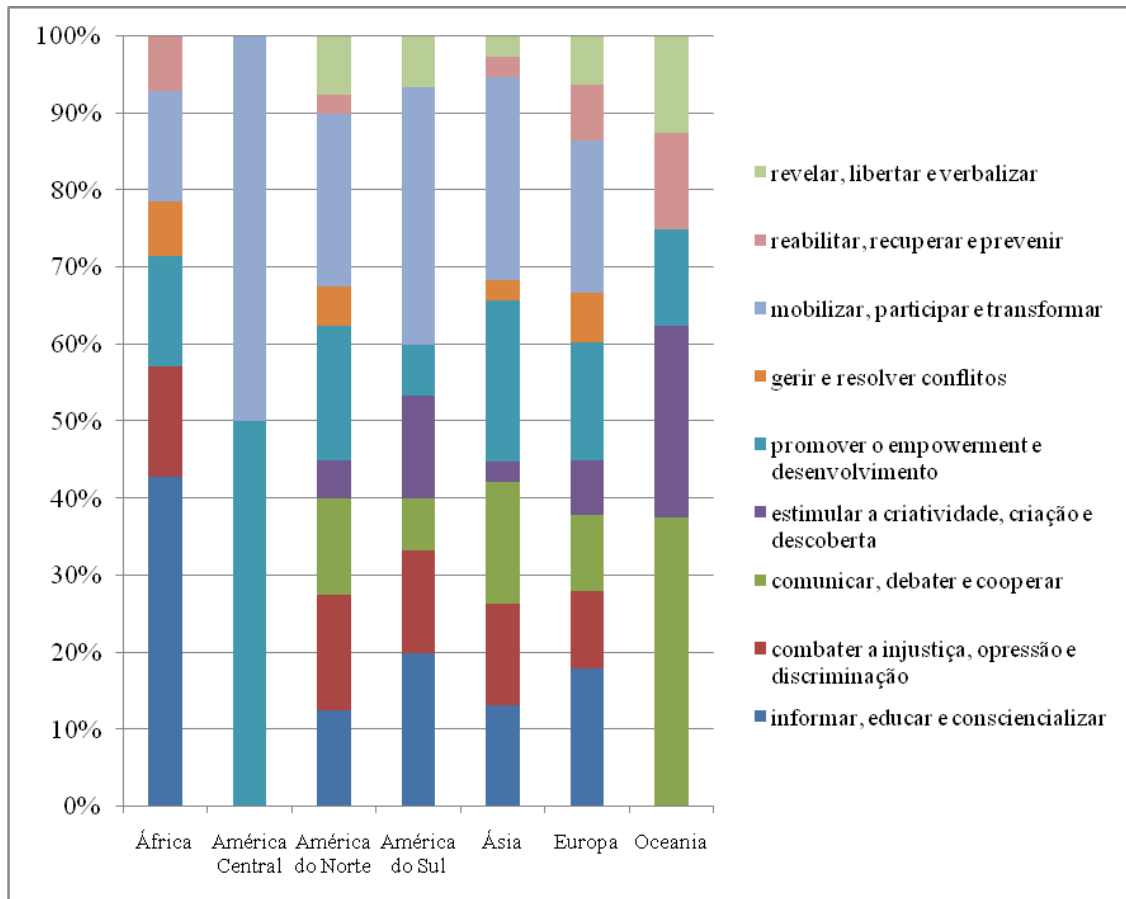
Fonte: elaboração própria com base na informação disponibilizada pela AITO, 2013

(nota: América Central não é incluída por não haver informação disponível)

Relativamente aos objetivos (Figura 5.4), tal como seria de esperar, o objetivo mais importante em cinco das regiões é a mobilização, participação e transformação – América Central (50%), América do Sul (33%), Ásia (26%), América do Norte (23%) e Europa (20%) – sendo que informar, educar e consciencializar é o objetivo principal das organizações africanas (43%) e comunicar, debater e cooperar o das da Oceânia (38%). Por outro lado, se o objetivo mais generalizado, estando presente em todas as regiões, é a promoção do

empowerment e desenvolvimento, em contraposição, gerir e resolver conflitos encontra-se apenas presente em quatro regiões sendo, por isso, o objetivo menos valorizado.

Figura 5.4. Objetivos das organizações pertencentes à AITO, por região

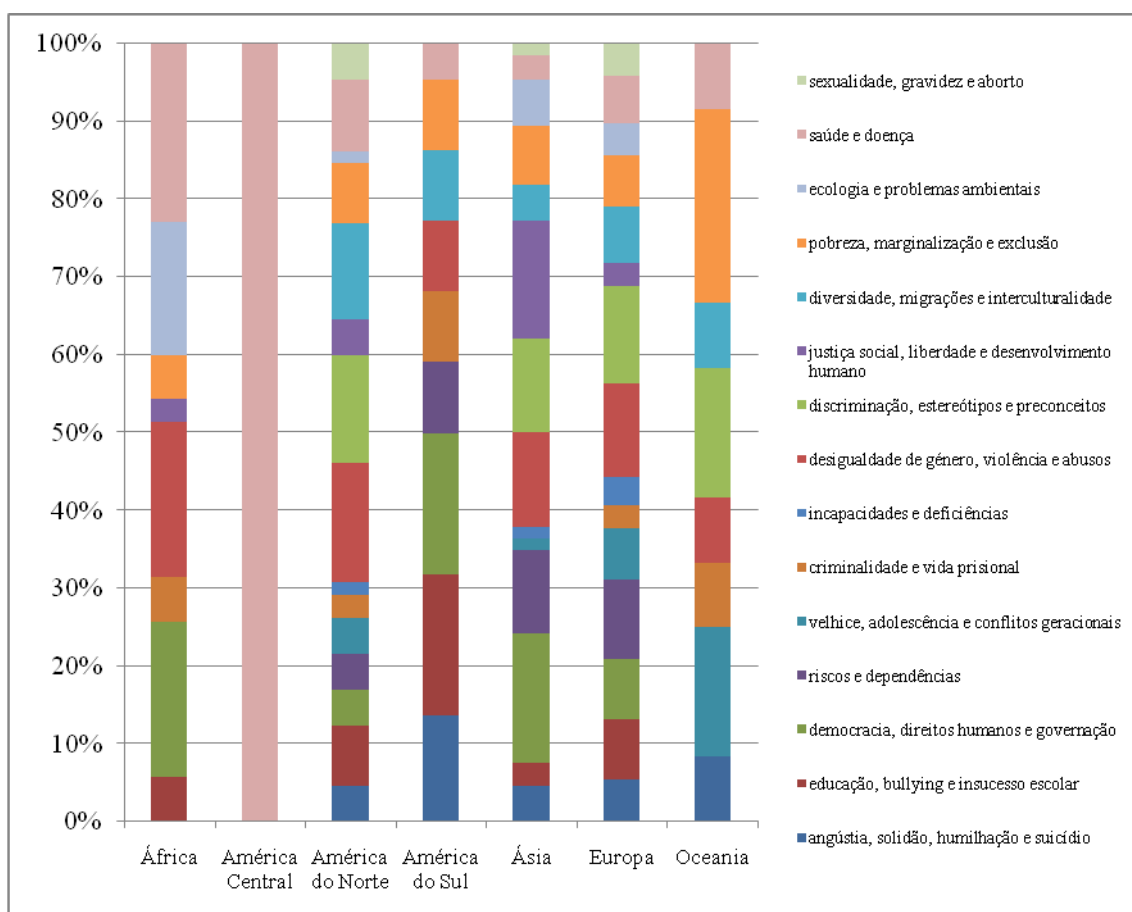


Fonte: elaboração própria com base na informação disponibilizada pela AITO, 2013

Quanto às temáticas (Figura 5.5), sobressai, desde logo, a América Central, pelo facto da única organização localizada nesta região colocar o enfoque na questão da saúde e doença, fazendo com que o valor ascenda a 100%. Embora comparativamente menos importante, esta é também a temática privilegiada em África (23%), sobretudo devido à importância que nesta região assume a questão do HIV/Sida (ver Cossa, 2010; Santos, 2008). Em todo o caso, existe uma considerável variabilidade regional: na América do Norte coloca-se o enfoque sobre a desigualdade de género, violência e abusos (15%); na América do Sul, por seu turno, destacam-se as temáticas da democracia, direitos humanos e governação (18%), por um lado, e da educação, *bullying* e insucesso escolar (18%), por outro; já na Ásia é novamente a temática da democracia, direitos humanos e governação (17%) que assume um maior peso

(ver Ganguly, 2004), devendo sublinhar-se o papel que o conflito israelo-palestiniano assume nalgumas organizações; por sua vez, discriminação, estereótipos e preconceitos é a principal temática na Europa (13%); por último, na Oceânia, as organizações priorizam a temática da pobreza, marginalização e exclusão (25%). Para além disso, salienta-se também o facto da temática mais recorrente, a única presente em todas as regiões, ser a saúde e doença, seguida de muito perto pela desigualdade de género, violência e abusos, bem como pela pobreza, marginalização e exclusão, ambas presentes em seis regiões. A sexualidade, gravidez e aborto, por seu turno, encontram-se apenas em três das regiões consideradas, sendo por isso a temática com uma distribuição geográfica menos abrangente. Em termos gerais, a distribuição das diferentes temáticas pelas regiões consideradas, parece acompanhar as suas dinâmicas e características sócio-económicas, políticas e culturais.

Figura 5.5. Temáticas das organizações pertencentes à AITO, por região



Fonte: elaboração própria com base na informação disponibilizada pela AITO, 2013

A partir destas considerações gerais é possível formular a seguinte leitura de síntese: sobretudo originárias das décadas de 1990/2000 e disseminadas um pouco por todo o mundo, embora concentradas na Europa, as organizações praticantes de TO têm como principais protagonistas, por um lado, as comunidades desfavorecidas e marginalizadas e, por outro, crianças, jovens e estudantes. Com as suas atividades visam, fundamentalmente: i) mobilizar, participar e transformar; ii) informar, educar e consciencializar; iii) promover *empowerment* e desenvolvimento. Fazem-no, a partir de uma abordagem centrada em: i) desigualdade de género, violência e abusos; ii) discriminação, estereótipos e preconceitos; iii) democracia, direitos humanos e governação. Pode pois dizer-se que as organizações praticantes de TO são relativamente recentes e que, num movimento despoletado por protagonistas sociais e políticos invulgares e normalmente silenciados, procuram gerar uma dinâmica de (des)envolvimento esclarecido, atuante e capaz, a partir de um conjunto de preocupações que, no essencial, dizem respeito à transformação das relações de alteridade e de poder.

Concluída a descrição dos traços gerais da constelação global do TO, terminamos este ponto com um breve olhar sobre o fenómeno do TO no contexto português. Como tivemos oportunidade de constatar anteriormente, Boal teve uma breve passagem por Portugal ainda na década de 1970, no rescaldo da revolução de Abril. No entanto, parece não ter deixado uma marca imediata e só mais recentemente assistimos a um maior desenvolvimento do TO. A esse respeito, o 1º Fórum Social Português, realizado em Junho de 2003, parece ter desempenhado um papel importante. Dois curingas do CTO ministraram uma oficina de três dias, direcionada para trabalhadores sociais e ativistas que, nalguns casos, fizeram suas as ideias e princípios do TO e integraram os seus métodos e técnicas nas suas estratégias de intervenção. Nessa ótica, esse evento foi importante para o “retorno” do TO ao território nacional e para a sua ulterior difusão.

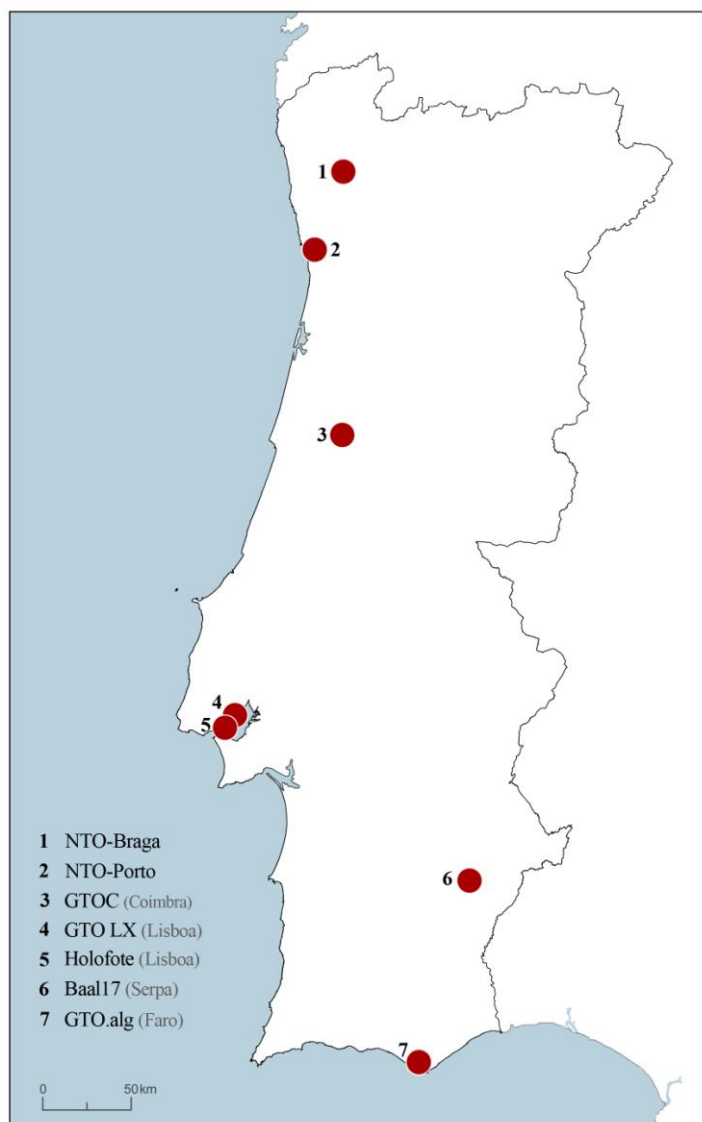
Para além do GTO LX, que será objeto de uma análise mais detalhada no capítulo seguinte, conseguimos apurar a existência de um número significativo de organizações que desenvolveram o seu trabalho nos últimos anos. Três delas fazem já parte da AITO, nomeadamente: o Núcleo de Teatro do Oprimido do Porto (NTO-Porto) que foi fundado em 2008 e tem trabalhado as temáticas da juventude, da velhice, saúde e violência doméstica em contextos escolares e comunitários; a companhia Baal17, fundada no ano 2000, sediada em Serpa e que tem recorrido ao teatro-fórum para trabalhar as temáticas da solidão, preconceito, velhice, juventude e desigualdade de género em contextos escolares e comunitários; o

Holofote – Luz sobre cenas da vida, grupo de teatro de intervenção fundado em 1998, em Lisboa, que tem recorrido ao teatro-fórum para abordar as temáticas da sexualidade, relações familiares e dependências. Para além destes, destacam-se o Grupo de Teatro do Oprimido de Coimbra (GTOC), que desde o início da década de 2000 tem trabalhado as problemáticas do poder, da solidão, das drogas, imigração e suicídio, com jovens, comunidades desfavorecidas e marginalizadas, pessoas sem-abrigo e presidiários; o Grupo de Teatro do Oprimido do Algarve (GTO.alg), fundado em 2010 a partir dos Animadores de Teatro do Oprimido do Algarve e cujo trabalho, protagonizado sobretudo por jovens, tem incidido nas problemáticas do mundo do trabalho e das relações familiares; o Núcleo de Teatro do Oprimido de Braga (NTO-Braga), criado em 2012 e que se tem debruçado essencialmente sobre a questão laboral na perspetiva dos jovens. Destaca-se também o projeto dos Estudantes por Empréstimo, dinamizado por alunos do ensino secundário e superior de Lisboa e Porto, entre 2009 e 2011, subordinado às questões do acesso ao ensino superior e do seu financiamento e que, na sua sessão final, experimentação de teatro-legislativo, aprovou propostas relacionadas com o novo regime de atribuição de bolsas, as propinas e o sigilo bancário. Relativamente às iniciativas ocasionais, para além das inúmeras oficinas que vão sendo dinamizadas pelas organizações anteriormente descritas, salienta-se a recente realização da 2ª edição do *Óprima! – Encontro de Teatro do Oprimido e Ativismo*, em Fevereiro de 2013, em que se discutiram as possibilidades de utilização do TO no âmbito do trabalho associativo e do ativismo em Portugal.

Em termos gerais, as organizações de TO em Portugal são relativamente recentes, dado que apenas o Holofote – Luz sobre cenas da vida é anterior à década de 2000. Tal como ao nível global, é possível distinguir entre organizações e/ou projetos cuja relação com o TO é mais distante (ex: Holofote e Baal17), na medida em que se faz um uso meramente instrumental ou adaptado das suas técnicas, ou mais próxima (ex: GTOC, GTO.alg), quando para além da componente técnico-artística propriamente dita, existe uma grande proximidade do ponto de vista filosófico, ético e político. Para além disso, tal como na constelação global, o teatro-fórum é a técnica mais comum entre as diferentes organizações, destacando-se a natureza pioneira com que o projeto dos Estudantes por Empréstimo recorreu (simbolicamente) ao teatro legislativo. Salienta-se também a diversidade de protagonistas, embora os jovens e as comunidades desfavorecidas e marginalizadas desempenhem, à semelhança do que se passa em termos internacionais, um papel de maior destaque. No que

diz respeito às temáticas abordadas, sobressaem as questões relacionadas com o mundo do trabalho, as relações familiares, a juventude e a velhice, as dependências e problemas de natureza mais pessoal como a solidão e o suicídio. Por fim, releva-se o facto de, com exceção da Baal17, que opera a partir de Serpa, todas as outras organizações de TO portuguesas se localizarem em cidades do litoral, que se destacam ao nível regional ou mesmo nacional pela concentração de importantes atividades económicas e culturais, registando dinâmicas demográficas e/ou de desenvolvimento significativas (Lisboa, Porto-Braga, Faro e mesmo Coimbra) (Figura 5.6).

Figura 5.6. Distribuição geográfica das organizações praticantes de TO, em Portugal



Fonte: elaboração própria

5.3. Um teatro em (re)construção: apontamentos reflexivos

Sendo um projeto incompleto e virado para o futuro, o TO encontra-se hoje, como no passado, em (re)construção. Evidentemente, este processo não pode ignorar algumas das problemáticas que têm suscitado maior reflexão e debate. É sobre alguns destes aspetos que gostaríamos agora de nos debruçar. Quase inevitavelmente, dada a sua presença tutelar, começamos por visitar algumas questões levantadas por Boal (1973/1998). Primeiro, diz-nos ele, a existência do TO só é possível quando existem alternativas. Quando isso não acontece, só pode haver uma experiência resignada e fatalista, nos antípodas daquilo que o teatro-fórum pretende criar. A distinção feita por Boal entre opressão e agressão desempenha aqui um papel central, na medida em que, se a primeira pode ser combatida, a segunda, conduz-nos quase sempre a um paralisante e impotente beco sem saída. Nas suas próprias palavras, «ao mostrar apenas a agressão, portanto, o modelo provoca a resignação, pois todas as ações possíveis referem-se exclusivamente à força física. E isso causa um mal maior, desmobiliza, desativa os espect-atores (...) Em suma, se já nada mais é possível, aos espect-atores nada mais resta que se converterem em testemunhas da tragédia» (*ibid.*: 321). Efetivamente, quando a existência de necessidades concretas não é acompanhada pela existência de um desejo transformador, não se configura um espaço de cidadania e luta mas sim um espaço de depressão. Desejo e necessidade constituem, pois, os recursos necessariamente mobilizados pelos sujeitos com vista à transformação da sua realidade.

A uma outra questão relacionada com o teatro-fórum – deve chegar-se a uma solução ou tal é desnecessário? – Boal responde dizendo que mais importante do que alcançar uma boa solução é provocar um bom debate que crie as condições propícias ao desenvolvimento de uma ação transformadora por parte dos espect-atores. Estes são, efetivamente, centrais para o TO, na medida em que, como nota Philip Auslander (1997), é nos seus corpos que se inscrevem as opressões que devem ser combatidas numa vida real, relativamente à qual o espaço teatral funciona como laboratório de experimentação. Como sublinha Boal (*ibid.*: 327), «o debate, o conflito de ideias, a dialética, a argumentação e a contra-argumentação – tudo isso estimula, aquece, enriquece, prepara o espectador para agir na vida real. Portanto, quando o modelo não é urgente, isto é, quando não se trata de sair do espetáculo e agir diretamente sobre a realidade, igualmente não é necessário encontrar uma solução: necessário é buscá-la».

Por último, à questão – quando é que termina uma sessão de TO? – o dramaturgo brasileiro responde, simplesmente, nunca. Com efeito, «como o objetivo do Teatro do Oprimido não é o de terminar um ciclo, provocar uma catarse, encerrar um processo, mas, ao contrário, promover a auto-criatividade, iniciar um processo, estimular a criatividade transformadora dos espect-atores, convertidos em protagonistas, cumpre-lhe, justamente por isso, iniciar transformações que não se devem determinar no âmbito do fenômeno estético, mas sim transferir-se para a vida real» (*ibid.*: 345-346). A este respeito, é também importante salientar que os espect-atores podem intervir de três formas diferentes, designadamente, identificando-se totalmente com a crise/tema da peça, olhando-a enquanto analogia, isto é, estabelecendo um paralelo com situações vividas semelhantes às que são representadas ou manifestando empatia e solidariedade para com aqueles que são oprimidos. Normalmente, enquanto este último gera um fórum mais intelectualizado, o primeiro é mais intenso e emotivo.

Sendo a eficácia política do TO umas das problemáticas mais relevantes, consideramos importante explorar algumas das estratégias usadas por Boal para (re)afirmar a sua capacidade (eficácia) social e política. Segundo Randy Martin (2006b), em vez de orientar a sua crítica para o (aparelho de) Estado restringindo a amplitude do TO, Boal optou por diversificá-la, centrando a sua atenção, de modo mutuamente inclusivo, num leque diversificado de problemáticas – comunitárias, populares, nacionais e pós-coloniais – que correspondem a registos sócio-espaciais distintos e geram possibilidades de identificação, mobilização e encontro diferenciadas.

O registo comunitário encontra-se ligado à capacidade de conceber quaisquer elementos da vida quotidiana a partir de uma base comum de entendimento, de uma grelha analítica partilhada, possibilitando assim que aquilo a que normalmente não se presta atenção e que, por isso, deixa de ser visto e (re)conhecido, se torne visível e suscetível de questionamento e problematização social e política. Interpela os sujeitos, inquieta-os e procura fazer com que estes, ao ocuparem um mesmo espaço-tempo, questionem as suas próprias condições de existência. Já o registo popular, resulta da autoridade de que o TO é investido para conceder a todas as pessoas a possibilidade de participar significativamente, independentemente da sua condição sócio-espacial, económica e cultural, num mesmo espaço-tempo crítico. O registo nacional remete para a possibilidade do TO desestabilizar a existência de uma distinção rígida entre um dentro e um fora, simultaneamente forjados a

partir da ideia de nação como eixo referencial, através do convite lançado à audiência para interrogar as suas múltiplas filiações e identidades. Por fim, o registo pós-colonial diz respeito a uma condição globalizante proporcionada pelo TO, através da qual comunidades, pessoas e nações se encontram, transcendendo os seus enraizamentos originais através do fabrico de um espaço-tempo plural e heterogéneo partilhado.

Martin (2006b) notou ainda que foi justamente quando o TO se encontrou mais intimamente ligado a um partido político (a experiência de Boal com o PT), instrumento legitimador e de poder por excelência, que ganhou maior eficácia social e política (numa ótica formal e institucional). Não obstante, esta relação de proximidade, ou seja, a participação através das instituições da democracia liberal representativa, pode ser também vista como uma capitulação e/ou captura do TO pelas mesmas forças opressivas que visa criticar.

A partir de *Practicing Democracy*, peça de teatro-fórum criada pelo *Headlines Theatre* de Vancouver, no Canadá, cujo principal objetivo era a formulação de recomendações de política ao nível local, Geraldine Pratt e Caleb Johnston (2007) abordaram esta questão afirmando que, apesar de se ter procurado desestabilizar a clivagem político-institucional, criando espaços de oportunidade para que não-peritos pudessem construir propostas para resolver os seus problemas quotidianos, os padrões de autoridade existentes revelaram-se inultrapassáveis. Na análise feita do relatório produzido pelo *Headlines Theatre*, os responsáveis políticos não demonstraram a capacidade para repensar o seu papel e a autoridade de que estavam investidos e repetidamente sublinharam a distinção entre peritos e não-peritos, procurando desqualificar os contributos destes últimos. Em vez de dissolverem a dicotomia, reforçavam-na, polarizando, de um lado, a sua racionalidade, multidimensionalidade e objetividade, de outro, a emotividade, parcialidade e superficialidade dos praticantes de TO.

Não acreditamos ser possível, nem estamos certos de que seja desejável, resolver este dilema na medida em que, se é verdade que a orientação social e política da arte pode, como vimos anteriormente, ser neutralizada e “pacificada”, também não deixa de ser verdade que abandonar as possibilidades decorrentes de uma maior proximidade e imbricação institucional pode diminuir a eficácia social e política da arte.

A singular capacidade do TO para (re)politizar facetas da realidade social às quais normalmente não se atribui qualquer relevância social e política, isto é, que são consideradas apolíticas e se encontram afastadas de um qualquer espaço público foram, por seu turno,

exploradas por Cohen-Cruz (2006). Esta reconfiguração é absolutamente central para o TO que, no entender da autora, tem justamente como ponto de partida, para o combate à opressão e para a resolução dos problemas que lhe estão associados, a partilha de histórias, narrativas e trajetórias pessoais. Com efeito, o potencial político de uma narrativa pessoal encontra-se não nos seus conteúdos ou nas matérias sobre as quais incide mas sim na sua capacidade de (re)posicionar mesmo o menos poderoso dos indivíduos-objetos enquanto sujeito-ativo. O próprio ato de verbalizar uma (contra-)narrativa pessoal publicamente, representa, aliás, não apenas o principiar de uma relação com outras pessoas mas também um passo rumo a estratégias de agenciamento social e político que, como sabemos, passam, em grande medida, pela revelação do que normalmente permanece invisível e/ou silencioso. Ao colocar o enfoque sobre as opressões, os sujeitos deixam de experienciar as suas histórias como limitações ou constrangimentos de natureza privada e pessoal e passam a percebê-las enquanto problemas inseridos num quadro mais vasto de contextos e relações sócio-espaciais.

Na verdade, segundo Schutzman (1994), os resultados mais tangíveis do TO ocorrem sobretudo no âmbito interpessoal, ou seja, naquilo que diz respeito aos protagonistas eles mesmos, ao modo como se relacionam com outras pessoas, em contextos familiares, laborais ou outros. Tentar medir e/ou avaliar estes resultados como se existissem indicadores claros e objetivos da eficácia política (ver Rocha, 2010), pode revelar-se um exercício completamente inconsequente pela incapacidade mesma de valorizar as subtis, mas significativas, transformações, que se verificam nas suas faculdades críticas e perspectivas sociopolíticas.

As histórias pessoais politicamente enquadradas, isto é, resultando de um compromisso instável entre intimidade e distanciamento, tornam-se assim os pilares fundamentais para o desenvolvimento da experiência de TO. É preciso no entanto sublinhar que, se por um lado, o teatro-fórum assenta em narrativas deliberadamente incompletas a partir das quais se procuram ensaiar e descobrir alternativas dinâmicas ao caminho seguido que é experienciado enquanto opressão; por outro, a audiência é geralmente constituída por pessoas que reagem a partir de um lugar de identificação e empatia e não de diferenciação e distanciamento.

Efetivamente, «no teatro-fórum, quando a história é representada, deixa de ser apenas a narrativa de uma pessoa. A história de cada pessoa é apenas a matéria-prima a partir da qual a cena, com a qual toda a gente no grupo se pode identificar, é criada. Em testemunhos acerca de opressões sociais, o narrador fala não apenas em nome próprio mas também em nome de

um conjunto mais abrangente de pessoas que lidam com tratamentos injustos semelhantes» (Cohen-Cruz, 2006: 107). Através da ascense – o movimento que a partir de um dado fenómeno particular ascende e tenta passar da singularidade à pluralidade de modo a compreender o seu lugar no mundo – o teatro-fórum ajuda a reposicionar as trajetórias pessoais como expressões partilhadas por determinados grupos sociais. Este trabalho de abstração não pode, porém, deixar de ser feito de modo concreto e focado nas experiências vividas das pessoas, para não perder a sua capacidade de mobilização coletiva.

Colocando o enfoque nalgumas incompatibilidades, impossibilidades e absurdos do TO, Bárbara Santos (2010b) oferece-nos algumas pistas interessantes para pensar as suas paradoxais relações com o tecido institucional multifacetado do capitalismo contemporâneo. Efetivamente, lembra a autora, o TO «não deve, em hipótese alguma, servir, beneficiar ou apoiar o sistema que oprime, explora, controla e manipula (...) [mas sim] servir para uma atuação solidária, ética e internacional contra a miséria, a injustiça, a opressão, a discriminação, a depredação e a privatização de recursos naturais, sociais e culturais, o cerceamento geográfico e a exploração do trabalho» (*ibid.*: 127). Para que isso ocorra e para que se observe uma prática de TO consequente, a liberdade – para participar, escolher temas, definir objetivos e estratégias de ação – é uma condição absolutamente fundamental. Por conseguinte, há conflitos irreconciliáveis entre o TO e todas as instituições que, de um modo mais ou menos subtil, visam objetivos e adotam estratégias para os alcançar que podem comprometer essa mesma liberdade.

Quer se trate de prisões, escolas ou instituições psiquiátricas – qualquer uma delas possibilitando a emergência de espaços de crítica e questionamento subversivo – é necessário vigiar constantemente as práticas de TO, sob risco destas serem cooptadas pelos mesmos sistemas opressores que visam combater e transformadas em mera manifestação de entretenimento, experiência lúdica, festiva e acrítica conducente a um imobilismo hedonista e resignado (ver Boal, 2010b). Como salienta Santos (*ibid.*: 128), «muitas vezes, como praticantes de TO, atuamos nessas instituições com a convicção de estarmos lutando pela transformação da realidade quando, na verdade, estamos a serviço da manutenção da ordem estabelecida. Podemos ter a visão ofuscada e a percepção prejudicada por avanços ilusórios que camuflam as consequências práticas de ratificação da legitimidade da instituição em questão».

Numa empresa privada, por outro lado, as contradições são ainda mais evidentes e a

utilização do TO torna-se necessariamente mais problemática. O caso do CTO é paradigmático a este respeito pois sempre que recebeu financiamento de grandes empresas (ex: Petrobras, Caixa Cultural, Centro Cultural do Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social), nunca atuou dentro delas com os seus funcionários e usou os recursos disponibilizados para desenvolver projetos de formação de multiplicadores no âmbito do trabalho desenvolvido por organizações sociais e comunitárias. Não existem pois objeções a que haja financiamento privado, desde que esse não comprometa – e não nos parece de todo fácil fazer essa negociação – a liberdade de escolha dos protagonistas do TO; «por mais que sejam vitais, [conclui Santos] os financiamentos não podem descaracterizar a essência revolucionária do nosso trabalho, que busca emancipar e não domesticar» (*ibid.*: 129).

A difusão geográfica do TO levanta também novos desafios. Schutzman (1994), tendo como referencial o contraste entre a América Latina e a América do Norte, examinou algumas das implicações desta transformação do TO. Por um lado, observa-se uma tendência para o TO se reconfigurar enquanto “terapia política”, ou seja, para que os seus praticantes deixem de “ensaiar a revolução” e passem a “ensaiar a cura”. Assiste-se pois a uma recomposição “pacificante” da estética de resistência do Sul Global numa outra, de auto-ajuda, no Norte Global.

Por outro lado, parece existir um problema de tradução (intercontinental) na medida em que o conjunto de técnicas anteriores ao “arco-íris-do-desejo” que continuam a ser usadas parecem não ser inteiramente adequado a sociedades relativamente privilegiadas (ver Spry, 1994). Em sociedades altamente complexas, onde as relações de poder nem sempre são facilmente identificáveis e onde existe uma multiplicidade de identidades políticas, o teatro-imagem ou o teatro-fórum, por exemplo, são usualmente considerados excessivamente dogmáticos e superficiais, incapazes de apreender essa mesma complexidade e a natureza plural e subtil das opressões existentes. O termo opressão, aliás, parece ter um significado distinto consoante a região de que estamos a falar. Perante a inexistência de categorizações simples e estanques, as sociedades caleidoscópicas e nebulosas da contemporaneidade levantam novos desafios à prática do TO, designadamente, à lógica dicotómica que preside a relação que se estabelece entre opressores e oprimidos. Apesar disso, como sublinha Julian Boal (2010a: 125), «falar de opressão não é uma construção maniqueísta do mundo. O sistema da opressão não é uma representação do mundo como um enfrentamento entre o bem

e o mal». Para além disso, como vimos anteriormente, é também relativamente comum a existência de praticantes de TO que trabalham junto de comunidades e grupos marginalizados e desfavorecidos a que não pertencem, podendo representar assim, de um modo inadvertido que não deixa de ser ironicamente perverso, o elemento opressivo a partir do qual se processa a exclusão desses mesmos grupos.

6. Cartografia(s) do espaço (sub)urbano – Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira

Na escola não se lê / Não mostra na tv / Mas só quem não quer é quem não vê

Chullage

Neste capítulo, debruçamo-nos sobre dois dos contextos geográficos em que a experiência do Teatro do Oprimido na Região Metropolitana de Lisboa ganha corpo, designadamente o Alto da Cova da Moura (Amadora) e o Vale da Amoreira (Moita), aqueles que consideramos mais relevantes e que, por isso, constituem o foco da nossa investigação. Fazêmo-lo a partir de três dimensões – urbana, cidadã e cultural – que nos ajudam a “mapear” os contextos a partir dos quais os protagonistas desenvolvem a sua intervenção.

A primeira dimensão subdivide-se em três partes. Na primeira, mais abrangente, analisamos o processo de metropolização da Região Metropolitana de Lisboa, colocando o enfoque nos aspetos relacionados com a segregação urbana. Deste modo, estabelece-se desde já uma distinção entre incursões histórico-geográficas de grande fôlego (ver André e Vale, 2012; Ferreira, 1986, 1987; França, 2009; Gaspar, 1994; Ribeiro, 1994; Salgueiro, 2001) e a nossa, de horizontes bem mais modestos. Em segundo lugar, exploramos duas expressões sócio-espaciais concretas – bairros de barracas/clandestinos e bairros de habitação social – que, do nosso ponto de vista, não apenas materializaram o processo de urbanização da injustiça na Região Metropolitana de Lisboa como constituem referenciais importantes para a nossa investigação. Por fim, como corolário lógico desta sequência, retratamos o Alto da Cova da Moura e o Vale da Amoreira, colocando em evidência algumas das suas facetas mais significativas e marcantes do ponto de vista da inscrição urbana da injustiça.

No que diz respeito à dimensão da cidadania, descrevemos os resultados do inquérito realizado, em 2011, no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira, com base numa estrutura empírico-analítica assente nas atitudes (mobilização cognitiva, exposição aos media informativos, participação imigrante) e práticas (militância partidária e comportamento eleitoral, participação associativa, automobilização) que lhe dão corpo.

A dimensão cultural, que apenas afluamos, baseia-se também no supracitado inquérito e coloca o enfoque sobre o posicionamento, a produção e o consumo cultural dos jovens

residentes no Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira.

6.1. Breve crónica do desenvolvimento da Região Metropolitana de Lisboa

Ao investigar a segunda metade do século XX, mais especificamente, aquilo que se designou por período de formação metropolitana, Teresa Barata Salgueiro (1997) sugeriu que foi precisamente nesse período que, com base em importantes movimentos migratórios internos, a configuração contemporânea da Região Metropolitana de Lisboa ganhou forma. Efetivamente, até ao início da década de 1970, a instalação de imigrantes estrangeiros na Região Metropolitana de Lisboa manteve-se a níveis muito reduzidos⁷ porque as necessidades de mão-de-obra eram completamente satisfeitas pelo mercado interno (Malheiros, 1998c, 2000). A partir do pós-2ª Guerra Mundial, a expansão urbana justificada pela necessidade de encontrar espaços de residência para os migrantes que iam chegando e para os jovens descendentes de todos os que vivam na capital, tirou partido da existência de extensões significativas de terrenos sem construção ou com baixa densidade construtiva e começou a ultrapassar os limites administrativos da cidade de Lisboa.

O processo de formação metropolitana reflete também o grau de desenvolvimento e estruturação territorial dos transportes fluvial, rodoviário e ferroviário (Salgueiro, 2002). Na margem direita do Tejo, devido ao elétrico e ao autocarro, observou-se a precoce emergência de núcleos contíguos à capital como Algés, Venda Nova ou Moscavide. Paralelamente, o desenvolvimento de três eixos ferroviários neste espaço (i.e. linha do norte, ao longo do Tejo, linha de Sintra e linha de Cascais), acompanhados por vias rodoviárias relevantes, revelaram-se fundamentais para a definição de uma forma de crescimento suburbano radial com núcleos formados em torno das estações que, com o desenvolvimento progressivo do transporte rodoviário, se foram progressiva e parcialmente ligando. Note-se que se o eixo que corresponde à linha do norte, entre Lisboa, Vila Franca de Xira e mesmo a Azambuja, foi caracterizado por uma presença industrial mais significativa, as linhas de Sintra e Cascais, com destaque para a primeira, conheceram um crescimento mais marcado pela função

⁷ A exceção corresponde a alguns membros das elites estrangeiras, sobretudo europeias, que residiam, desde os anos 30-40 do século XX, nos espaços mais afluentes e com melhor imagem da Região Metropolitana de Lisboa (ex: Estoril, Cascais), a um número relativamente reduzido de profissionais qualificados que acompanharam alguma abertura da economia portuguesa ao capital estrangeiro no decénio de 1960 e, também, aos imigrantes cabo-verdianos que, a partir de meados daquela década, começaram a chegar a Portugal com o intuito de supri carências de mão-de-obra menos qualificada que, então, se começava a fazer sentir.

residencial, ainda que claramente não exclusivo e contrastante em termos tipológicos e de grupos sociais dominantes.

Já a sul, na margem esquerda do Tejo, cresceram núcleos em redor dos cais fluviais que faziam a ligação a Lisboa (Trafaria, Cacilhas, Barreiro, Seixal) e desde o princípio do século XX desenvolveram-se pólos industriais em articulação estreita com o transporte marítimo e ferroviário, como o Barreiro ou o Montijo. Se bem que mais tardiamente, devido aos importantes constrangimentos ao nível das acessibilidades, designadamente o efeito de barreira associado ao rio Tejo que apenas viria a ser parcialmente ultrapassado com a construção, em 1966, da ponte 25 de Abril, então designada ponte Salazar, este processo acabou por estar na origem dos primeiros focos de metropolização da península de Setúbal, cujo significativo reforço das acessibilidades ocorrido há cerca de 50 anos veio ampliar significativamente.

Intrinsecamente associadas a estas dinâmicas de expansão e crescimento demográfico metropolitano, encontram-se as alterações verificadas na estrutura produtiva nacional e regional, decorrentes de uma reorientação na política económica desde os anos 50 do século XX, da maior abertura do país ao estrangeiro a partir do decénio seguinte, com uma consequente redefinição, quer das estruturas de classe internas, quer da sua posição no quadro da divisão internacional do trabalho (Salgueiro, 1997). O desenvolvimento da economia portuguesa passou então a assentar, por um lado, num significativo processo de industrialização baseado na siderurgia, metalomecânica, construção e reparação naval e nalguns setores exportadores (ex: conservas, cortiça, vestuário, têxtil, etc.). No quadro da região metropolitana, é em Lisboa que se concentra grande parte do emprego, destacando-se, ao nível do setor industrial, a relevância, a norte, da cintura industrial de Lisboa e, a sul, da península de Setúbal (ver Gaspar, 1999). Sobretudo a partir da década de 1960, o crescimento demográfico mais rápido das coroas periféricas da Região Metropolitana de Lisboa, devido, entre outros aspetos à maior disponibilidade de solos e ao seu menor custo, gerou uma grande pressão sobre as (incipientes) redes de prestação de serviços existentes acentuando a dependência destas áreas em relação ao centro. Para além disso, ao nível da qualificação através da implantação de equipamentos, da infra-estruturação do território e do acesso à habitação, observa-se uma dualidade entre o centro e a periferia.

A década de 1960 emerge assim, enquanto ponto crucial no processo que temos vindo a descrever. Segundo Vítor Matias Ferreira (2004), foi nessa década que se iniciou o percurso

que nos levaria da cidade de Lisboa à Região Metropolitana de Lisboa. Paradoxalmente, acrescenta o autor, esse percurso projetou-se a partir de uma tensão entre, por um lado, o movimento centrífugo de populações atraídas pelo “fascínio da cidade” mas que, de uma forma quase inevitável, se viram “empurradas” para as suas diversas periferias; e, por outro, o movimento centrípeto das actividades produtivas e dos centros de decisão empresarial e política que assim criaram um mercado de emprego urbano-metropolitano. Progressivamente, uma nova configuração sócio-espacial ganha forma, através de uma expansão económica e cultural que se exproiou, como vimos anteriormente, para além dos limites restritos da cidade de Lisboa, rumo aos concelhos localizados em seu redor. Como sublinha Matias Ferreira (*ibid.*: 340) «era um tempo que, então, se considerava de “vacas gordas”, servidas no “banquete” dessa estranha, mas significativa aliança, entre o capital bancário e a promoção imobiliária, determinante, como vimos atrás, do processo de urbanização do país e, desde logo, do espaço polarizado pela sua capital», aqui se encontrando as origens da especulação, processo que Nuno Serra (2002: 245) veio a identificar como o «problema nuclear da questão do alojamento em Portugal».

Efetivamente, observa Matias Ferreira, assiste-se a um processo de concentração industrial e financeira no setor da construção que então viria a desempenhar um papel absolutamente crucial no singular desenvolvimento do capitalismo português. Ganhava cada vez maior expressão o movimento centrífugo atrás referido. A progressiva intensificação dos movimentos pendulares e da sua dinâmica sócio-espacial centrada em Lisboa – «o centro metropolitano de Lisboa polarizava mais de metade da totalidade dos movimentos pendulares com os espaços envolventes da capital do país» (Ferreira, *ibid.*: 352) – atestam-no.

A década de 1970, sugere Salgueiro (2002), seria marcada por importantes sinais de mudança, destacando-se, obviamente, a crise económica do regime fordista (apenas parcialmente instalado na formação sócio-espacial portuguesa), que constitui um marco importante num período de crise do capitalismo mundial, e a revolução de Abril que configurou uma mudança de regime político em Portugal e inaugurou um novo quadro social e económico (descolonização, nacionalizações, múltiplos progressos sociais, aumento da escolarização, etc.).

Como assinala Jorge Malheiros (2000), a chegada de mais de 500 000 pessoas oriundas das ex-colónias, no período 1974-1977, exerceu uma forte pressão sobre o mercado habitacional da Região Metropolitana de Lisboa pois mais de 50% optaram por nela se fixar.

Para além disso, muitos imigrantes, sobretudo de origem africana, devido aos baixos níveis de rendimentos e à inexistência de uma base de apoio familiar no local para onde se dirigiram, foram compelidos a instalar residência (informal) na periferia metropolitana. Efetivamente, «a componente étnica passou a integrar, em definitivo, o processo de segregação espacial da Região Metropolitana de Lisboa, na segunda metade dos anos 70» (*ibid.*: 30). Se até 1975 Lisboa acolhia pessoas oriundas do mundo rural português que procuravam um emprego e melhores condições de vida, depois dessa data, com a independência das colónias africanas, tornou-se o destino de muitos migrantes (colonos e nativos) que procuravam escapar às guerras civis que dilaceravam os seus países de origem e ter uma vida digna.

Na década de 1970, sublinham ainda Isabel André e Mário Vale (2012), uma grande parte da Região Metropolitana de Lisboa correspondia a subúrbios dormitório, mal equipados, pouco infraestruturados e quase nada planeados, nos quais residia, por um lado, a população que trabalhava maioritariamente no setor do comércio e serviços da cidade de Lisboa e, por outro, aquela que trabalhava em vários núcleos industriais espalhados pela Região Metropolitana de Lisboa (Barreiro, Seixal, Montijo e Setúbal na margem esquerda do Tejo e Vila Franca de Xira, Alverca, Alhandra, Amadora, Cacém, entre outros, na margem norte). Com efeito, de acordo com Salgueiro (1996), no início da década de 1980, algumas das estimativas então existentes apontavam para cerca de 12 a 20% da população metropolitana a residir em bairros não licenciados.

A partir da década de 1980 verificam-se importantes transformações políticas e económicas (ex: generalização sem precedentes de múltiplos serviços públicos e a adesão à Comunidade Económica Europeia) que, associadas a processos de recomposição social e mudança cultural, tornaram mais notórias as clivagens espaciais e segmentações sociais – a urbanização da injustiça – que trespassam e se inscrevem no espaço da Região Metropolitana de Lisboa (ver Ferreira e Lucas, 2002). O intenso processo de reestruturação da economia portuguesa, assente na progressiva desindustrialização do país (e concomitante reforço dos setores financeiro e imobiliário; ver Santos *et al.*, 2014) que atingiu com particular intensidade a Região Metropolitana de Lisboa, destacando-se, na margem esquerda do Tejo, a crise nos setores da indústria química, siderúrgica e da construção naval, desempenhou um papel muito importante a este respeito.

Particularmente expressivo no quadro da Região Metropolitana de Lisboa, o processo de internacionalização da economia portuguesa e concomitante investimento directo

estrangeiro contribuíram, por um lado, para a crescente presença de empresas de capital estrangeiro (comércio e serviços), por outro, para um maior dinamismo da construção civil e obras públicas (Carmo *et al.*, 2014; Fonseca *et al.*, 2012; Malheiros, 2000). Tal como havíamos referido antes para o caso europeu, também na metrópole lisboeta o processo de recomposição sócio-produtiva implicou uma tendência para a polarização sócio-económica e urbana.

Enquanto os serviços mais avançados e com maiores exigências ao nível das qualificações (ex: banca e setor financeiro, direito, gestão, *design*, *marketing* e publicidade) se concentram no núcleo urbano da metrópole, os setores menos especializados (ex: construção civil e obras públicas, limpezas), bem como alguma indústria (na década de 1990, por exemplo, Sintra foi o concelho em que se criou mais emprego industrial) tendem a localizar-se nas orlas periféricas. Paralelamente, assinala Matias Ferreira (2004), assiste-se, por um lado, a uma intensificação da feminização da força de trabalho que prolonga um processo iniciado ainda na década de 1960, a um crescimento exponencial das atividades profissionais mais exigentes do ponto de vista da qualificação técnica e científica e a um aumento significativo das profissões de direção e gestão empresarial e de quadros técnicos e políticos da administração pública; por outro, ao aumento de imigrantes clandestinos (africanos com poucas qualificações escolares e profissionais e europeus de leste com elevadas qualificações mas cuja inserção profissional se fez, na maioria dos casos, em segmentos pouco qualificados), sobretudo entre finais dos anos 90 e meados do decénio seguinte, ao incremento de situações de marginalidade económica (decorrentes da não inserção no mercado de trabalho, do desemprego de longa duração ou da precariedade) e a uma acentuada degradação sócio-espacial em certos espaços da cidade e da metrópole (ver Baganha, 2001; Machado, 1999, 2008; Malheiros, 1998b; Malheiros e Vala, 2004; Pereira, 2008; 2010; Tavares, 2012).

Em suma, «a dinâmica da economia urbana, a partir de meados dos anos 80, parece ter acentuado as tendências polarizadoras ao nível do emprego, tendências essas que incorporam uma dimensão étnica: por um lado, favorecem a presença de quadros internacionais, europeus, norte-americanos e brasileiros, qualificados e bem pagos; por outro, exigem a presença de um forte contingente de emprego pouco qualificado nos serviços e nas actividades formais de produção e transformação física da cidade (construção civil e obras públicas), largamente satisfeito pelos imigrantes dos PALOP» (Malheiros, 2000: 31). Nos 10 anos posteriores ao final da década de 1990, juntar-se-iam a estes trabalhadores africanos, muitos europeus de

Leste, com destaque para ucranianos, moldavos e romenos e, também, milhares de brasileiros, uma vez que a segunda vaga migratória oriunda deste país se caracterizou por um aumento significativo da componente menos qualificada. Do ponto de vista das qualificações, aliás, a Região Metropolitana de Lisboa apresenta também significativas clivagens internas, designadamente, uma concentração de níveis mais elevados no eixo Lisboa-Oeiras-Cascais que contrasta fortemente com as áreas mais exteriores e periféricas, onde se podem identificar diversos espaços marcados pela sobre-representação de população com níveis de instrução e qualificação mais reduzidos.

Verifica-se também a existência de uma certa retração relativa dos fluxos entre Lisboa e a sua envolvente norte, sem que, no entanto, esta última tenha perdido o seu maior peso demográfico e económico no contexto da região metropolitana. Concomitantemente, vem ocorrendo uma progressiva intensificação dos movimentos pendulares em relação à Península de Setúbal, área que tem vindo a aumentar, paulatinamente, o seu peso demográfico no conjunto metropolitano. Esta dinâmica, iniciada na década de 1980, prolongar-se-ia durante as décadas seguintes, beneficiando de um reforço das acessibilidades resultante da introdução do comboio na ponte 25 de Abril e da construção da ponte Vasco da Gama, que vão de par com uma progressiva passagem de um sistema fundamentalmente dinamizado pelo transporte coletivo para um outro em que o transporte individual passou a assumir particular preponderância (ver Viegas, 2004; Soares, 2005). Do nosso ponto de vista, esta transformação nas acessibilidades metropolitanas acentuou a dicotomia entre «o espaço positivo (servido por novas infra-estruturas viárias e com bons acessos aos veículos automóveis) e os espaços marginais, pior servidos pelo mesmo tipo de infra-estruturas» (Malheiros, *ibid.*: 31).

O processo de integração europeia de Portugal, iniciado na década de 1980, e a maior abertura do país à convergência com os restantes países europeus, favoreceu uma crescente aproximação às dinâmicas gerais do capitalismo global que, no caso específico da Região Metropolitana de Lisboa, se traduziram no desenvolvimento da supracitada tendência, num reforço de assimetrias e desigualdades intra-metropolitanas e na emergência de novas desigualdades. De acordo com André e Vale (2012: 218), a Região Metropolitana de Lisboa «é um grande conjunto de ilhas – umas com excelentes condições de vida e outras em que a exclusão social é uma realidade ou um risco iminente – que se foram constituindo em função das oportunidades e insatisfações definidas, por um lado, pelos poderes municipais e, por outro, pelos mercados fundiário e imobiliário, umas vezes em sintonia e outras em tensão ou

divergência».

Em suma, a Região Metropolitana de Lisboa apresenta uma tendência para a polarização sócio-espacial, em linha com a generalidade dos espaços metropolitanos europeus e «à tendência para a polarização sócio-económica de um setor de elevados recursos profissionais, escolares e de rendimentos, no espaço mais central da metrópole, aparece associado um outro pólo, verso e reverso de uma mesma realidade metropolitana. Este outro pólo é aglutinado pelos grupos de progressiva marginalidade económica face ao mercado de trabalho e de acentuada exclusão social no acesso aos recursos disponíveis na cidade (a população “invisível” nas estatísticas), cuja localização territorial é mais difusa, ainda que “pontuando” os espaços mais degradados, mas também mais estigmatizados da Metrópole de Lisboa» (Ferreira, 2004: 367).

A leitura que agora fizemos mostra que o processo de metropolização da região de Lisboa, enquanto expansão da urbanização a partir de um núcleo central, contribuiu para a (re)produção de espaços urbanos marcados pela sobre-representação do desemprego, do insucesso escolar, das baixas qualificações, pela condição periférica, marginalidade e estigmatização. Como sublinham Malheiros *et al.* (2007: 24), sendo «muitas vezes habitados por um número significativo de famílias imigrantes, [estes espaços são] também marcados por um certo isolamento geográfico, social e simbólico face ao resto da cidade, transformando-se em *no go areas*». De uma forma mais contundente, Luís Capucha (2000: 11) defendeu que «pelos suas imagens, pelas condições em que se encontram do ponto de vista urbanístico, pela escassez dos equipamentos e serviços que os servem, pelas dificuldades materiais em que se encontra a maioria dos moradores, muitas vezes ainda pela segregação de que são alvo – por razões de desprezo e ostracismo às vezes sobre a forma de racismo –, os bairros pobres das grandes cidades e das suas periferias tendem a constituir contentores de pobreza e exclusão social particularmente problemáticos». Por último, Salgueiro (2002: 20), assinalou também que «nos alojamentos que oferecem piores condições tem-se processado uma substituição de residentes com muitos africanos e outros estrangeiros a ocupar o lugar deixado vago por aqueles que entretanto tiveram acesso a melhores condições, o que também contribui para alterar a geografia da pobreza».

6.2. Bairros de barracas, clandestinos e de habitação social em perspetiva

Os bairros de barracas e os bairros clandestinos da Região Metropolitana de Lisboa encontram-se entre aqueles que melhor espelham o processo de urbanização da injustiça que temos vindo a explorar. Do nosso ponto de vista, as fronteiras existentes entre essas duas realidades sócio-espaciais são algo difusas e relativamente indistintas, existindo um grau substancial de justaposição e continuidade entre ambas. Não raras vezes, os bairros clandestinos traduzem um processo evolutivo (e cumulativo) de investimento, qualificação e melhoramento (relativos) de uma matriz original abarracada (ver Ferreira, 1987). Não obstante, em linha com o que escrevem Fátima Loureiro de Matos e Teresa Barata Salgueiro (2005), existem algumas diferenças que importa registar.

Assim, enquanto nos bairros de barracas (também designados bairros de lata) as construções são geralmente precárias, edificadas sobre terrenos públicos ou arrendados a particulares e feitas com materiais velhos e usados (madeira, metal e/ou outros materiais), nos bairros clandestinos (também designados como bairros de génese ilegal), as construções são em alvenaria, por vezes indistinguíveis das construções legais no que à tipologia e à qualidade dos materiais diz respeito, feitas sobre solos que os ocupantes adquiriram com o objectivo de neles construir a sua habitação (através de um processo de loteamento ilegal que descrevemos mais adiante), constituindo conjuntos normalmente bem individualizados de construções.

Para além disso, os territórios em que se inscrevem os bairros de lata «são caracterizados pela mistura dos usos do solo, pelo aspecto inacabado e pela pouca acessibilidade. A espontaneidade da construção, a existência de fontes poluentes e de insalubridade (fábricas, oficinas, sucatas, depósitos de lixo e inexistência de saneamento), a descontinuidade do tecido construído, o carácter fortemente residencial e a falta de espaços e equipamentos públicos, contribuem para o ar inacabado do conjunto, para uma má imagem, reforçada, quase sempre, pelo negócio da droga. São portanto áreas de exclusão e potencialmente explosivas em termos de conflitos sociais» (*ibid.*: 326).

Já o desenvolvimento de bairros clandestinos, por seu turno, implica «a disponibilidade de terrenos baratos, o que favorece áreas periféricas sem condições de urbanização e loteamento, proximidade de áreas de emprego e infra-estruturas de transportes que lhes dêem acessibilidade, actuando ainda a proximidade dos limites concelhios como

condição favorável pelo que implica de afastamento em relação aos territórios mais batidos pela fiscalização» (*ibid.*: 327). A este respeito, aliás, é também importante salientar a dimensão relativamente grande destes bairros na Região Metropolitana de Lisboa, resultante de loteamentos extensos de terrenos florestais, sobretudo a sul do Tejo, onde predomina a habitação unifamiliar própria, contrastando com um maior número de construções plurifamiliares e arrendadas, de menor dimensão, a norte. Adicionalmente, Luís Jorge Bruno Soares (1984) assinalou que o fenómeno dos clandestinos estava intimamente relacionado com a estrutura de propriedade periurbana que, na Região Metropolitana de Lisboa, potenciou a sua emergência e desenvolvimento.

Apesar destas diferenças, justamente por ambos terem sido construídos sem autorização das câmaras municipais, que têm a responsabilidade de licenciar e controlar as obras realizadas por particulares, bairros de barracas e sobretudo clandestinos estão na génese do desenvolvimento de um mercado fundiário ilegal que levou a um consumo rápido de espaços livres, num processo de crescimento urbano não controlado.

É sobretudo a partir da década de 1960, e maioritariamente nas duas regiões metropolitanas, embora noutros espaços periféricos o fenómeno também apresente alguma expressão (ver Ferrão e Leal, 1984; Matos, 1989, 1990), que os primeiros bairros de barracas foram construídos por migrantes oriundos do mundo rural, em estreita associação com o rápido crescimento populacional decorrente dos fluxos migratórios, da falta de habitação social ou de baixos custos, da especulação no mercado habitacional e da incapacidade de planeamento e controlo da transformação do uso do solo por parte da administração pública, situação que gerou a ocupação ilegal de áreas verdes ou agrícolas, de proteção e reserva dos planos ou terrenos sem aptidão para a construção (ex: leitos de cheias, encostas com declive acentuado, solos geologicamente instáveis) (Matos e Salgueiro, 2005).

António Fonseca Ferreira (1987) sublinha, porém, que, neste período, apesar de aumentar o número de casos de parcelamento ilegal de quintas rústicas, o fenómeno clandestino propriamente dito se encontrava relativamente circunscrito, sendo apenas a partir do início da década de 1970 que se assistiu à expansão acelerada dos loteamentos ilegais e a um aumento significativo das construções que tenderam a dispersar-se por toda a coroa periférica da Região Metropolitana de Lisboa. Este processo está associado ao desenvolvimento da atividade dos loteadores ilegais, que funcionaram como “urbanizadores informais”, transformando vastas áreas de terrenos rústicos da periferia dos grandes centros

populacionais (ver Guerra, 2011).

Num trabalho pioneiro, Teresa Barata Salgueiro (1977), descreveu detalhadamente o processo de formação dos bairros clandestinos, tomando como referência principal os da margem Norte, identificando três momentos-chave: i) loteamento – iniciava-se com a aquisição de uma propriedade sem perspectivas de urbanização a curto prazo, fora dos perímetros urbanos ou planeados, onde os preços eram muitos baixos. A autorização para o loteamento implicava a observância de um conjunto de pressupostos, designadamente, a existência de um plano de construção de infra-estruturas (incluindo espaços livres e equipamentos), o cumprimento das normas já fixadas em regulamentos e a coordenação com o tecido urbano já existente. Em regra, porém, o promotor do loteamento clandestino procurava furtar-se às despesas de urbanização, adoptando, na maior parte dos casos, uma malha de tipo ortogonal, negligenciando eventuais contingências topográficas. Seguidamente, no quadro de uma significativa permissividade/cumplicidade por parte das autoridades policiais e municipais, a especulação fundiária tinha “rédea solta” inflacionando muito o preço dos terrenos; ii) auto-construção – processo altamente complexo e negociado que assentava numa tensão entre o proprietário e a fiscalização e se baseava, frequentemente, na construção de edifícios simples e pouco evoluídos, feitos com materiais e processos construtivos rudimentares; iii) construção especulativa – numa fase relativamente avançada «constrói-se na mira do lucro; o construtor procura, por todos os meios meter o maior número de pessoas no menor espaço possível. Duma forma rudimentar, multiplicam-se as divisões na primitiva casa, prolongam-se as traseiras ou constrói-se outro piso e, deste modo, albergam-se mais uma, duas ou três famílias» (Salgueiro, *ibid.*: 38-39).

Os tipos de edifícios existentes nos diferentes bairros dependiam, essencialmente, de quatro fatores: tempo para a construção, topografia, capacidade de investimento e desejo de lucro. No essencial, nestes bairros clandestinos, também chamados de primeira geração (mais próximos de Lisboa e localizados, na sua maioria, na margem Norte), observava-se uma forte incidência de populações com emprego precário ou mal pago, dificuldades de alojamento, emprego no setor industrial, construção civil e segmentos mais desqualificados do terciário. Os bairros de barracas, por seu turno, nos anos subsequentes ao 25 de Abril, conheceram um crescimento e observaram uma transição populacional, passando a ser ocupados, em larga medida, por populações de origem africana, com baixos níveis de escolaridade, falta de formação e qualificação profissional, dificuldades de acesso aos mercados de trabalho e

consumo e elevada concentração de pobreza (ver Lages, 2012). Em ambos, devido à sua gênese e processo de desenvolvimento qualitativamente desfavorecido, se encontram inscritas formas de estratificação sócio-espacial, ainda que de natureza distinta.

Mostrando-se a administração central completamente ineficaz face à intensidade e amplitude do fenómeno do loteamento e da construção ilegais, verifica-se, num quadro de impunidade dos loteadores, a construção massiva nos terrenos loteados antes de 1974, o aparecimento de novos bairros (de maior qualidade e alguns para uso como segunda residência) bem como a densificação, expansão, infraestruturização e início da legalização e consolidação dos bairros já existentes (Ferreira, 1987). Efetivamente, Soares (1984) parece ter tido razão quando afirmou que os clandestinos traduziam uma rutura entre a política urbana do fascismo, as necessidades sociais da generalidade da população e a incapacidade de adaptação do Estado às novas circunstâncias. É preciso não esquecer que os clandestinos alargaram a oferta de alojamento para as classes trabalhadoras e por isso desempenharam um papel de grande (e instrumental) conveniência para a estabilidade do regime (Salgueiro, 1986). Juntamente com a já referida incapacidade reguladora do Estado nesta área – que poderia também ser vista como uma estratégia deliberada que permitiu baixar os custos da reprodução da força de trabalho ao nível da habitação, equipamento e infra-estruturas (ver Rodrigues *et al.*, 1989) – a lógica especulativa que imperava no setor da construção civil, tornava a habitação inacessível, o que poderia ter gerado uma situação social explosiva. Embora a especulação se estendesse, como vimos antes, aos clandestinos, e tenham sido tentadas algumas alterações na legislação e/ou demolições pontuais, a verdade é que «a promoção clandestina ao aumentar a oferta de terrenos e alojamentos, principalmente dirigidos às classes trabalhadoras, aliviou de facto a tensão social e, por isso, sempre foi tolerada pelo regime anterior» (Salgueiro, *ibid.*: 687).

Na sequência do aprofundamento deste processo, constatou-se também uma transformação do perfil dos ocupantes dos clandestinos que, de acordo com Salgueiro (2001: 206) «não são mais imigrantes de segunda geração com emprego precário ou mal pago, com dificuldades de alojamento, mas operários qualificados e trabalhadores dos serviços que deste modo têm acesso a residências unifamiliares, muitas vezes de grande dimensão, com lareira, garagem, anexo e grelhador no jardim. Estratos emergentes de classe média com novos valores começam a construir os subúrbios de residência unifamiliar à americana, numa paisagem de baixa densidade, que era praticamente desconhecida na região até meados da

década de 70».

Os bairros clandestinos revelaram-se, efetivamente, para muitos estratos incapazes de aceder ao mercado formal de habitação, um investimento. Em 1981, a população residente em clandestinos, estimava-se em cerca de 270 000 habitantes (11% da população da Região Metropolitana de Lisboa), sendo que 74% destes se concentravam na margem direita do Tejo (Nunes, 2005). A partir da década de 1980, porém, a urbanização clandestina reduziu-se drasticamente devido às alterações na legislação e às políticas municipais com incidência territorial (salientado-se, já nos anos 90, aquela relacionada com a reconversão urbanística de áreas de génese ilegal⁸) e à progressiva implementação de um sistema de planeamento (centrado nos Planos Directores Municipais).

Progressivamente adoptaram-se medidas (ex: infra-estruturação, instalação de equipamentos, definição de regras para novas construções, etc.) que procuram integrar e normalizar os bairros clandestinos no quadro urbano geral em que se inserem (ver Gaspar *et al.*, 2005b; Martins, 2012; Raposo e Valente, 2010). Não obstante, têm sido muitos os avanços e recuos num processo de grande complexidade e potencial conflitivo que, indiscutivelmente, marca a paisagem contemporânea da Região Metropolitana de Lisboa. Hoje, como defende Jorge Malheiros (2009), para além do reconhecimento da continuada existência de um conjunto de problemas relacionados com as acessibilidades e mobilidades e da necessidade de (re)inventar e qualificar os espaços coletivos, é preciso não esquecer que os clandestinos continuam a servir, muitas vezes, como alternativa para grupos sociais (sobretudo imigrantes brasileiros e da Europa de Leste em situação irregular) que não têm outras hipóteses senão alimentar o mercado informal de habitação. Não obstante, é importante notar que pouca população de origem africana reside em bairros clandestinos pois, no passado, a aquisição de um lote para construção implicava uma disponibilidade financeira que esse grupo social não possuía e, hoje, motivos económicos semelhantes continuam, em muitos casos, a impedir a aquisição ou o arrendamento de habitação clandestina (ver Dias *et al.*, 2009). Consequentemente, muitos imigrantes africanos encontram-se confinados aos mercados de arrendamento e sub-arrendamento privados, coabitação com familiares, colegas de trabalho e amigos, e/ou aos bairros de barracas e outras formas de alojamento precário (sobrelotados e sem infraestruturas básicas) (ver Cardoso e Perísta, 1994; Malheiros *et al.*, 2011).

⁸ A Lei 91/95, de 2 de Setembro, posteriormente atualizada, encontrando-se hoje na sua 5ª versão, estabelecia o regime excecional para a reconversão urbanística das áreas urbanas de génese ilegal (AUGI).

Efetivamente, entre 1991 e 2001 assistiu-se a um aumento do número absoluto de cidadãos dos PALOP residente em barracas (passaram de aproximadamente 6 000 para mais de 7 300), o que é sintomático dos problemas encontrados por estes grupos sociais no domínio da habitação (Malheiros *et al.*, 2007).

Passando agora para os bairros de habitação social é importante começar por sublinhar que, embora as primeiras tentativas de promoção pública de habitação social sejam anteriores (ver Gros, 1994; Matos, 1994; Silva, 1994; Teixeira, 1992), foi somente a partir da década de 1960 que surgiram os grandes bairros de habitação social. Até então, como sugere Fonseca Ferreira (1988: 56), a política habitacional «visou essencialmente objectivos políticos e ideológicos (normalização social e familiar, afirmação da capacidade realizadora do Regime e do seu providencialismo social) e só muito timidamente (pontualmente) se esboçaram acções no sentido de melhorar as condições de reprodução da força de trabalho».

Fizeram-se, na década de 1960, os bairros de Olivais Norte e Olivais Sul (no âmbito do Plano de Construção de Novas Habitações na Cidade de Lisboa, de 1959), num terreno com 227 hectares e, já na segunda metade da década de 1970 e durante a década seguinte, iniciou-se a construção de Chelas, numa área de 510 hectares (Salgueiro, 2001).

Criado, em 1969, o Fundo de Fomento da Habitação – que seria extinto em Maio de 1982, após um longo período de indefinição e problemas ao nível da sua gestão e organização – viria a estar na origem dos Planos Integrados (PI), grandes empreendimentos com mais de 1 000 fogos, concebidos para dar resposta às necessidades de alojamento da mão-de-obra industrial, tendo particular expressão nas áreas mais urbanizadas e industrializadas do país, como é, evidentemente, o caso da Região Metropolitana de Lisboa, onde, aliás, foram lançados três programas – Almada, Setúbal e Zambujal (à data pertencente ao concelho de Oeiras mas, hoje, à Amadora) – correspondentes a cerca de 60% do total de fogos a construir no âmbito dos PI (Gaspar *et al.*, 2005a).

É na década de 1970 que, na periferia suburbana de Lisboa, se assiste à construção dos grandes conjuntos de habitação social que hoje são frequentemente vistos como problemáticos ou configurando “áreas urbanas deprimidas” (Pato e Pereira, 2013). Para eles, assinalou Salgueiro (2001), foram encaminhados muitos daqueles que, na sequência do processo de descolonização em África, chegaram a Portugal. Consequentemente, «marginais muitas vezes pela localização, estes bairros têm no geral uma má imagem no exterior devido à concentração de famílias de baixos rendimentos, populações africanas, grande número de

desempregados e presumível existência de tráfico de estupefacientes» (*ibid.*: 207). Assim, muitos bairros sociais tornam-se contextos sócio-espaciais desqualificados, com problemas significativos de pobreza e exclusão social, de marginalidade geográfica e insegurança que afectam muitos dos seus residentes. Para além disso, como sugerem Matos e Salgueiro (2005: 331) «a degradação do *habitat* e dos espaços públicos, as carências ao nível das acessibilidades, infra-estruturas e equipamentos sociais de apoio à população reforçam o seu carácter periférico e dificultam a sua integração socioterritorial».

O PI de Habitação de Setúbal (lançado em 24 de Fevereiro de 1975), por exemplo, concebido tendo em vista a expansão urbana e a densificação industrial da cidade, e que hoje corresponde ao bairro da Bela Vista (alojando cerca de 5 000 habitantes), tornou-se um «dos conjuntos habitacionais mais problemáticos da cidade de Setúbal, apresentando actualmente sintomas de grande degradação social, económica e construtiva» (Gaspar *et al.*, 2005b: 418). Como sugere José Luís Crespo (2012), aliás, tanto os moradores como os atores locais têm uma perceção claramente negativa do bairro, devido a um vasto conjunto de problemas urbanos tais como o barulho e o lixo, vandalismo e violência, o alcoolismo e a toxicodependência, a insegurança e a degradação do edificado. Efetivamente, «os principais problemas do bairro da Bela Vista estão fortemente relacionados com questões familiares e sociais, com problemas económicos e de emprego, com atitudes de desilusão e desalento, com situações de exclusão social e de abandono» (*ibid.*: 72).

Luís Capucha (1990), por seu turno, numa investigação conduzida no bairro Nascente do Cabo de Vialonga, acrescenta algumas pistas relevantes para a compreensão da problemática dos bairros de habitação social. Estes são vistos como “contentores institucionais de pobreza”, ou seja, «um local onde foram “armazenadas” famílias pobres por acção das entidades públicas responsáveis pelo setor da habitação, sem que nada, para além do local de residência, tenha mudado nas suas vidas, reforçando-se pela concentração, em meio desconhecido e destituído das antigas redes de sociedade vicinal, os factores geradores de empobrecimento» (*ibid.*: 29). Dos cerca de 1 300 habitantes que nele residem, 75% são retornados negros de Angola e Moçambique, aos quais se juntam imigrantes cabo-verdianos, ciganos e famílias portuguesas que habitavam bairros de lata. Em síntese, as quatro grandes características do bairro são: i) insuficiência de recursos económicos das famílias cujos responsáveis (ou outros dos membros) estão desempregados ou possuem muito fraca qualificação profissional ou, ainda, não têm emprego ou fontes de rendimentos regulares

(situação que se agrava no caso de famílias muito numerosas); ii) insucesso, abandono escolar e analfabetismo; iii) desintegração cultural, conflitualidade interna, marginalidade, identidade negativa e segregação no meio (reforçada pela dominação dos espaços comuns por grupos que retiram benefícios desta segregação e da degradação do bairro); iv) degradação urbanística, devido à má construção das casas, à má gestão dos prédios e à inadequada utilização de algumas habitações, ausência de equipamentos e infra-estruturas colectivas.

Por sua vez, Helena Seita Gonçalves (1994), num estudo conduzido num bairro de habitação social em Vila Franca de Xira – bairro da Icesa – constatou que embora a maior parte dos cerca de 5 900 residentes fizesse uma avaliação muito negativa do espaço de residência, sobretudo devido às questões da má imagem, da conflitualidade social latente e da inexistência de espaços públicos e comerciais qualificados, múltiplos constrangimentos de natureza económica impediam a sua mudança de local de residência. Com efeito, o bairro, «constitui-se, efectivamente, num contexto espacial que proporciona de forma bastante marcante a inferiorização social e cultural das minorias étnicas» (*ibid.*: 146-147).

Por sua vez, num estudo realizado nos bairros sociais Horta Nova, Padre Cruz e zona N1 de Chelas (construídos no âmbito do Plano de Intervenção de Médio Prazo de Construção de Lisboa, de 1987, que procurou contribuir para a erradicação de núcleos de construção degradada e abrangeu 14 bairros), Teresa Costa Pinto (1994) explorou o confronto entre a forma como os sujeitos realojados percebiam diferenciadamente os espaços da casa e do bairro (ver também Freitas, 1994; Guerra, 1997), verificando-se uma discrepância entre o nível de satisfação pela casa e pelo bairro. A imagem negativa deste último, geradora de grande insatisfação, baseia-se, fundamentalmente, em três aspectos necessariamente interligados: i) composição e dinâmicas sociais dos bairros que são vistas como potencialmente indutoras de graves patologias sociais (ex: “mau ambiente”, droga, insegurança, má vizinhança, entre outras); ii) perda de peso e importância das sociabilidades locais, enquanto forma de enraizamento e identidade; iii) características morfológicas e urbanísticas dos bairros e grau de inserção e integração na dinâmica de desenvolvimento social e urbano da cidade.

Consequentemente, os bairros de realojamento estão indissociavelmente ligados ao desenvolvimento de um maior isolamento sócio-espacial dos seus residentes, bem como ao aumento da conflitualidade e das disfuncionalidades sócio-espaciais internas, que se traduzem num generalizado sentimento de insegurança e na interiorização (normalizadora) de uma

imagem negativa, estigmatizante e violenta (ver Carvalho, 2013; Coelho, 1994).

Posteriormente, noutros trabalhos, Gonçalves e Pinto (2000, 2001) aprofundariam o estudo das relações entre os espaços de vida e as relações sociais nalguns bairros de habitação social de Lisboa (Alto do Lumiar, Boavista, Casal dos Machados, Horta Nova e Padre Cruz). Uma das conclusões mais interessantes, do nosso ponto de vista, é o facto do estatuto inferior e desvalorizado que a sociedade confere aos bairros sociais, ao funcionar como dispositivo estigmatizado e estigmatizante, influenciar profundamente a perceção subjetiva que os seus residentes têm enquanto atores sociais, isto é, «fazedores do seu próprio destino» (Pinto e Gonçalves, 2000: 102), fazendo com que a imagem desvalorizada que lhes é socialmente projetada comprometa a constituição de identidades positivas.

Nesta nova análise, tal como anteriormente, são também três os fatores estruturantes da imagem negativa dos bairros sociais, designadamente: i) crescente agravamento e visibilidade de fenómenos ligados ao consumo e tráfico de droga – a construção de “espaços psicotrópicos”, ou seja, espaços onde são visíveis as dinâmicas sócio-espaciais de medo e insegurança subjacentes a múltiplas actividades relacionadas com drogas revela-se, a este respeito, fundamental; ii) perceção de uma composição social que integra sujeitos com um perfil que contribui negativamente para a estruturação das dinâmicas locais conotadas com uma conflitualidade endémica, desempenhando os jovens, pela sua visibilidade, ocupação e apropriação subversivas dos espaços públicos, impondo as suas contra-culturas conotadas com a marginalidade, um papel importante; iii) processo endémico de vandalização dos espaços públicos e semi-públicos dos bairros – as culturas juvenis a que acima fizemos alusão, com as suas estratégias de territorialização e reivindicação de diferentes espaços urbanos, tornam-se atores-chave deste processo.

Também Álvaro Pires Pereira *et al.* (2001) chegaram a conclusões semelhantes, afirmando que, independentemente da sua localização mais ou menos periférica, os bairros de realojamento revelam uma notória escassez de interação e ligação com a envolvente, devido aos estereótipos e representações negativas que se vão instituindo a propósito desses espaços urbanos. Na verdade, os bairros sociais dificilmente são representados como espaços residenciais semelhantes a todos os outros. Ao invés, são-lhes adscritas representações sócio-espaciais desfavoráveis, suscetíveis de se (re)produzirem e generalizarem nos imaginários sociais dominantes, embora com diferentes níveis de intensidade.

Assim, temos bairros «cuja etiqueta negativa que a eles se associa funda-se quase tão

somente no facto de serem bairros sociais, compostos por famílias que vieram de bairros de barracas. Basta este traço para que a população já fixada desconfie e ofereça resistência à aceitação destes novos residentes» (*ibid.*: 98).

Por outro lado, também de um ponto estritamente urbanístico, muitos bairros sociais apresentam características que espelham a urbanização da injustiça que temos vindo a explorar. Teresa Madeira da Silva *et al.* (2011), num estudo recentemente efetuado em dois conjuntos urbanos apelidados de “Zona J” e “Pantera Cor-de-Rosa” (ambos no bairro de Chelas, em Lisboa), concluem que estes bairros sociais: i) não funcionam de forma complementar à cidade que os envolve, pois servem apenas os seus habitantes e raramente são atravessados por quem neles não habita; ii) apresentam dificuldades na relação entre o edifício e os espaços urbanos adjacentes, pois o conjunto dos elementos construídos dificulta a leitura, o controlo/vigilância e a manutenção do espaço público; iii) a gestão e governabilidade dos edifícios revelam-se extremamente complicadas, dado que muitos lotes partilham dependências essenciais ao funcionamento dos edifícios (ex: escadas, elevadores e acessos) sem que se consigam definir claramente a posição e o papel de cada uma das entidades envolvidas nesse processo (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Câmara Municipal de Lisboa, administrações, associações de moradores, moradores, lojistas, etc.); iv) por um lado, apresentam-se bastante degradados devido à qualidade geral do edificado e à sua idade, à falta de manutenção e limpeza e, por vezes, do modo inadequado como os residentes se apropriaram dos edifícios e, por outro, têm baixos níveis de conforto térmico, quer no Verão quer no Inverno, devido às deficientes condições construtivas.

Por último, é importante referir o papel desempenhado pelo Programa Especial de Realojamento (PER), criado em 1993, com vista à erradicação de bairros de barracas ou outros tipos de alojamento precário, e que seria complementado, em 1996, com uma componente mais flexível e de menor dimensão designada PER-Famílias, que visava o mesmo objectivo, embora circunscrito às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (ver Cachado, 2011, 2013). Promovido pelo poder central com carácter de urgência, a aplicação do PER era, e continua a ser, feita localmente pelas autarquias e, em casos excepcionais, por instituições sociais. Embora tenha sido particularmente dinâmico na segunda metade dos anos 90 – entre 1994 e 2005 construíram-se, ao abrigo do PER, um total de 31 000 fogos e foram contratualizados cerca de 35 000 (ver Vilaça, 2001) – o modelo utilizado, como referem Matos e Salgueiro (2005), tem sido o dos grandes empreendimentos (mais de 400 fogos em

alguns casos e mais de 200 em muitos outros), o que, à luz das experiências passadas, não pode senão deixar-nos inquietos sobre os seus potenciais efeitos negativos. Na verdade, é muito importante notar que no caso dos imigrantes chegados nas vagas migratórias mais recentes, o PER teve pouco impacto nas condições de habitação pois, ao incluir apenas pessoas abrangidas pelo levantamento feito em 1993, tem gerado situações manifestamente injustas e dificilmente compatíveis com uma sociedade democrática (ver Carmo, 2013). Não podemos esquecer que, como sugere Eduardo Ascensão (2013), o PER, encontrando a sua legitimação num certo revisionismo higienista, foi visto, porventura apressadamente, como “o menor dos males”, ou seja, a solução que, comparativamente às possibilidades alternativas então existentes, foi considerada menos onerosa e de mais rápida execução.

6.3. Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira: retratos da injustiça na Região Metropolitana de Lisboa

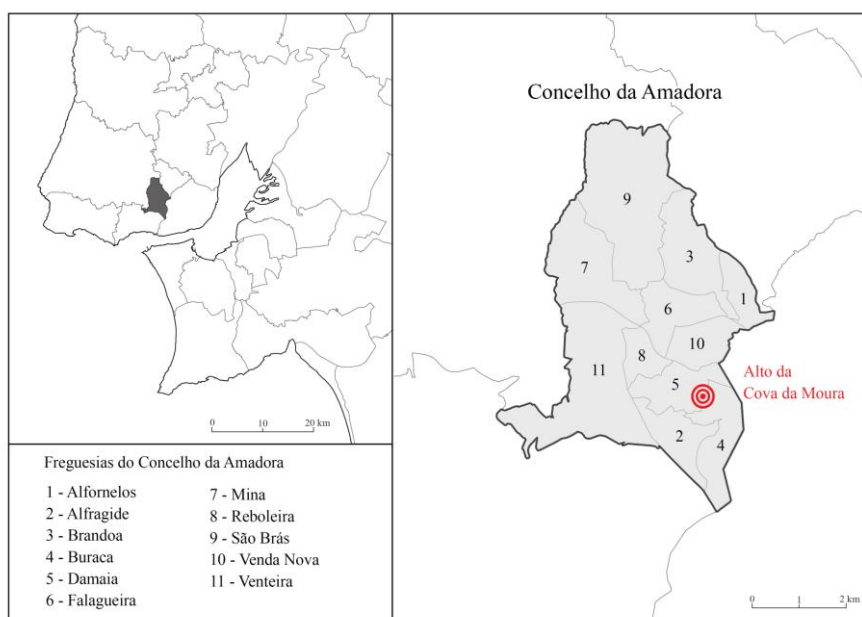
À luz do que foi anteriormente dito, olhamos agora para o Alto da Cova da Moura e para o Vale da Amoreira, dois bairros localizados na Região Metropolitana de Lisboa que procuramos aqui examinar à luz do processo de urbanização da injustiça que temos vindo a explorar, e cuja origem e desenvolvimento assumem contornos algo distintos. Por um lado, a génese do Alto da Cova da Moura inclui elementos que encontramos no quadro de constituição dos bairros clandestinos (ex: ocupação de parcelas de terreno associadas a uma divisão informal do território que inclui espaços para arruamentos e mesmo um local para equipamento público onde, no final da década de 1980, viria a ser edificada a escola primária; edificação, em diversas partes do bairro, de construções unifamiliares com características similares às de diversos clandestinos; consolidação progressiva do edificado, construído de forma definitiva com recurso a betão e alvenaria de tijolo), embora não constitua, claramente, um caso paradigmático uma vez que não ocorre aquisição de lotes por parte dos residentes (i.e. não são proprietários formais), dificultando a aplicação de instrumentos urbanísticos mais “clássicos”, com destaque para o previsto na lei das AUGI. Por outro lado, a situação do Vale da Amoreira, está intimamente ligada à lógica da produção de habitação social na fase de alargamento da oferta desta, na sequência das transformações introduzidas na política de habitação na década de 1960 que conduziram à edificação de diversos bairros sociais de maior dimensão. Tendo em consideração estas diferenças, iremos, portanto, examinar cada um

destes bairros separadamente, sob os pontos de vista da sua evolução histórica e da caracterização económica e cultural do seu tecido social.

O Alto da Cova da Moura localiza-se na parte oriental do concelho da Amadora, ocupa um espaço de fronteira entre as freguesias da Buraca (maioritariamente) e da Damaia e tem uma área de aproximadamente 16,5 hectares (Figura 6.1). Apesar das dificuldades no apuramento da sua dimensão populacional, os dados mais recentes apontam para valores globais na ordem dos 6 000 habitantes, sendo de realçar a existência de uma estrutura demográfica bastante mais jovem do que a envolvente, existindo cerca de 45% da população com idade inferior a 24 anos (Malheiros *et al.*, 2006; Vasconcelos, 2007).

Relativamente ao seu processo de desenvolvimento, julgamos ser Ana Paula Beja Horta (2004) quem nos oferece uma descrição mais vívida e detalhada, da qual gostaríamos de salientar apenas alguns traços. Segundo esta autora, devem considerar-se quatro fases distintas nesse processo. A primeira (1940-1974), é marcada pela ocupação clandestina do terreno, maioritariamente pertencente a um único proprietário privado (Francisco Franco Canas), protagonizada por trabalhadores rurais (migrantes internos) que nele construíram barracas e alojamentos precários em madeira. No final dessa fase, a população total era de aproximadamente 360 habitantes.

Figura 6.1. Alto da Cova da Moura na Região Metropolitana de Lisboa



Fonte: elaboração própria

A segunda fase (1974-1977), desenrola-se no rescaldo da revolução de Abril e é marcada, no momento inicial, pela chegada de “retornados” provenientes das ex-colónias (maioritariamente Angola e Moçambique), acompanhados de alguns imigrantes, sobretudo de Cabo Verde. Assiste-se, então, a uma intensificação sem precedentes da auto-construção de novos alojamentos no bairro, com alguma tolerância por parte da Câmara Municipal de Oeiras. Particularmente importantes foram, segundo Horta, os laços familiares e as relações de vizinhança que, informalmente, facilitaram o acesso dos recém-chegados à habitação, trabalho (essencialmente empregos mal remunerados na construção civil, serviços municipais e vendas ambulantes), educação e outros serviços públicos. A partir de 1975, assiste-se ao progressivo melhoramento das condições de habitação com o aparecimento de construções em alvenaria de tijolo que, como já vimos, eram frequentemente construídas durante o fim-de-semana e/ou à noite para escapar a uma vigilância cada vez mais apertada por parte das autoridades locais. Evidentemente, não estavam ainda instaladas infra-estruturas de acesso à água potável, saneamento básico e eletricidade. No final desta segunda fase, existiam já 103 barracas, 90 alojamentos em alvenaria e 24 edifícios não-habitacionais (i.e. garagens, celeiros, armazéns).

Na terceira fase (1977 a 1989), assiste-se a um grande aumento do número de habitantes, que passam de 600 para 5 000, que é acompanhado por um incremento na procura e no custo das transferências informais de edifícios e lotes entre ocupantes, uma vez que o principal proprietário formal nunca renunciou à sua condição, nem vendeu quaisquer terrenos. Para muitos moradores, o Alto da Cova da Moura era então visto como uma espécie de terra prometida, um espaço que oferecia a possibilidade de recomeçar um projeto de vida após a turbulência gerada pelo processo de descolonização.

Por outro lado, evidencia-se também o dinamismo construtivo e a especulação imobiliária existentes no bairro. Em 1983, por exemplo, 836 alojamentos (91,5% do total) encontravam-se ainda em construção e, ao longo de toda a década, os custos do arrendamento de quartos e/ou partes de casa sofreram também um aumento substancial (ver Ferreira e Carvalho, 2010). Não obstante, desde 1978, ano em que foi criada a Associação de Moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura, esta passou a desempenhar um papel importante na gestão dos terrenos e da dinâmica construtiva (Malheiros *et al.*, 2006). Por esta altura, acrescenta ainda Horta, já o Alto da Cova da Moura era um bairro muito heterógeneo, com

55% dos habitantes provenientes de Cabo-Verde, 8% de Angola, 5% da Região Metropolitana de Lisboa e 32% das regiões centro e norte de Portugal, muitos dos quais com uma passagem por Angola ou Moçambique.

Em termos laborais, enquanto a maior parte da população de origem africana (54,6%) desempenhava funções indiferenciadas, os homens nos setores da construção civil e indústria e as mulheres nos serviços de limpeza e trabalhos domésticos, a população portuguesa encontrava ocupação em trabalhos semi-qualificados (ex: enfermeiros, funcionários públicos, operários, polícias, taxistas). Deste modo, assiste-se à etnicização dos segmentos mais desqualificados do mercado de trabalho, à sua segmentação étnico-laboral, que Jorge Malheiros *et al.* (2007) consideram ser um catalisador da desigualdade económica e um entrave à inclusão social. Embora com particular incidência na comunidade africana, a população residente no Alto da Cova da Moura encontrava-se empregada nos setores mais mal pagos, precários e inseguros da estrutura laboral, os rendimentos das famílias eram baixos, as perspetivas de mobilidade social ascendente diminutas e o horizonte de possibilidades futuras bastante estreito e afunilado. Efetivamente, marcado pela privação económica e pela discriminação e/ou exclusão de base cultural (étnico-racial), o bairro apresentava já alguns atributos comuns a muitos espaços (sub)urbanos, paisagens étnicas em que se inscreve e reproduz «a expressão material extrema da pobreza, exploração e segregação» (*ibid.*: 142).

A quarta fase (1989 até à atualidade) é marcada, sobretudo na década de 1990, pelo aparecimento de novos fluxos migratórios – Moçambique, Zaire, Senegal, Guiné-Bissau, Angola, Roménia, Rússia – que, por um lado, diversificam ainda mais o poliédrico mosaico cultural existente no bairro e, por outro, associados à urbanização da vida social, parecem contribuir para alguma fragmentação ou até mesmo para o enfraquecimento das relações de vizinhança. Contudo, estes imigrantes foram sempre minoritários no contexto étnico do bairro, onde a população cabo-verdiana e de origem cabo-verdiana se foi mantendo dominante. Neste mesmo decénio, sublinha Horta, a economia informal e/ou subterrânea conheceu uma notável expansão no bairro, tornando-se a sub-contratação no setor da construção civil (empreiteiros e sub-empreiteiros) um dos pilares laborais mais relevantes da economia local. Por volta de 1998, existiam cerca de 50 empresas de sub-contratação que empregavam entre 10 a 50 trabalhadores.

Paralelamente, assiste-se também, na sociedade portuguesa, a uma maior mediatização

de espaços urbanos como o Alto da Cova da Moura, associando-os a comportamentos desviantes (ex: criminalidade e tráfico de drogas), à exclusão e ao racismo, à marginalidade e ao desenraizamento, à delinquência, ilegalidade e violência. O bairro é reduzido a uma construção imaginária estereotipada que se torna hegemónica e é difundida e amplificada mediaticamente, na qual os seus habitantes, sobretudo os jovens, são vistos como seres potencialmente ameaçadores para a ordem social vigente. Como sublinham Malheiros *et al.* (2007: 200), «é um espaço fortemente retratado pelo estigma e associado à violência. São constantes as rusgas policiais e as crianças e adolescentes vivem aí a sua condição híbrida de serem social e culturalmente invisíveis. Os jovens, mesmo quando entretidos nos seus afectos e dramas pessoais, são percebidos como pessoas violentas e perigosas que, aproximarem-se de alguém que passa, provocam rejeição, medo e agressividade». Assiste-se, pois, nesta quarta fase, ao processo de “guetização” do Alto da Cova da Moura.

De algum modo em contraste com o que se acaba de afirmar, a visibilidade pública de um Alto da Cova da Moura fortemente problemático, cujo controlo por parte das autoridades públicas começa a ser colocado em causa, precisamente num período em que a ideia de “Lisboa – e da sua área metropolitana – como capital de um país moderno, desenvolvido, organizado e europeu” mais se afirma, emerge como um fator estimulante para a inclusão do bairro no quadro de iniciativas de intervenção sócio-urbanístico de carácter local, designadamente a iniciativa comunitária URBAN II (2001-2006) e, posteriormente a Iniciativa Bairros Críticos (2007-2012).

O diagnóstico elaborado por Malheiros *et al.* (2006), no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos (designação que, em si mesma, pode ser vista como sendo relevadora de uma certa institucionalização do estigma e da simbologia negativa projetados sobre o bairro), oferece alguns elementos adicionais que ajudam a perceber esta última fase. Em nosso entender, destacam-se os seguintes: i) 2/3 dos residentes é oriundo de países estrangeiros (embora mais de 40% das pessoas tenham nacionalidade portuguesa); ii) salvo raras exceções, são predominantes os baixos níveis de escolarização (não indo além do 3º ciclo do ensino básico), elevados níveis de abandono e insucesso escolar; iii) o tráfico de estupefacientes tem vindo a ganhar terreno nos últimos anos contribuindo para a degradação da imagem do bairro, para a implantação de um ambiente social marcado por alguma violência, inquietação e desconforto social; iv) aparentemente, problemas de saúde como o alcoolismo e a gravidez precoce (envolvendo raparigas menores ou com 18 anos) apresentam também uma expressão

significativa.

Alguns dos dados que apurámos a partir dos questionários realizados no Alto da Cova da Moura, apontam no mesmo sentido. Por exemplo, 54% dos inquiridos consideram que é difícil (25%) ou muito difícil (29%) viver com o rendimento atual e 87% autoposiciona-se na metade inferior da escala social. Por outro lado, a maior parte (54%) dos inquiridos afirma ter sido vítima de discriminação por viver no Alto da Cova da Moura, sendo a procura de emprego (71%), o relacionamento com a polícia (68%) e a frequência de estabelecimentos comerciais (56%), os contextos discriminatórios mais referenciados. Igualmente relevante é o facto da “pobreza e desemprego” ter sido considerado um dos principais problemas do bairro por 88% dos inquiridos, referindo 58% as condições de habitação, 40% a estigmatização e a imagem e 39% a insegurança e a criminalidade. Efetivamente, a partir do retrato que conseguimos esboçar, é possível olhar para o Alto da Cova da Moura enquanto contexto geográfico profundamente marcado por um conjunto de características e dinâmicas económicas e culturais que têm efetivamente dado uma configuração sócio-espacial à urbanização da injustiça.

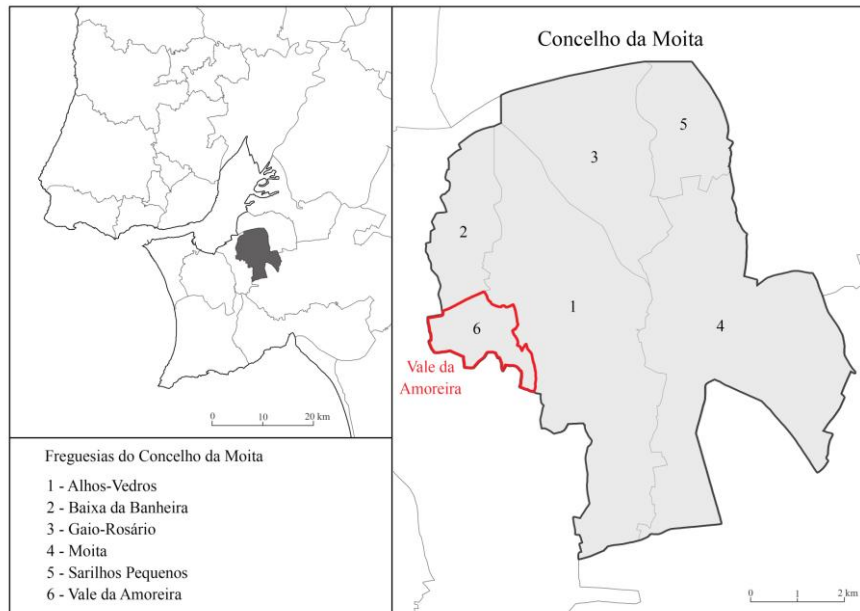
O Vale da Amoreira, por sua vez, localiza-se no concelho da Moita e corresponde, no período em que a presente investigação foi desenvolvida, a uma única freguesia⁹, que ocupa uma área de aproximadamente 2,5 km² (Figura 6.2). Em 2001, a população residente era de aproximadamente 12 000 habitantes, embora nalguns diagnósticos e estimativas produzidos por associações locais os valores ascendessem aos 18 000 habitantes, diferenças explicadas pelo elevado número de residentes que não tinham a sua situação documental regularizada em Portugal (GAT, 2006).

Mais de 40% da população apresenta uma idade inferior a 25 anos, tornando o Vale da Amoreira a freguesia mais jovem do concelho da Moita. Igualmente relevante é o facto de uma percentagem muito significativa da população (45%) não ter nacionalidade portuguesa, sendo predominantes as nacionalidades cabo-verdiana (15%), angolana (10,3%) e guineense (10%) (GAT, 2006). Bastante expressivo, deste ponto de vista, é o facto da freguesia do Vale da Amoreira concentrar 59% dos imigrantes residentes no concelho da Moita e de, em 2001, a proporção da população residente de nacionalidade estrangeira ser de apenas 2,2% para Portugal, 5,2% para a Grande Lisboa, 2,1% para o concelho da Moita e atingir um valor de

⁹ No âmbito da reorganização administrativa do território conduzida pelo XIX Governo Constitucional, seria definida a fusão das freguesias da Baixa da Banheira e do Vale da Amoreira.

14,7% para a Freguesia do Vale da Amoreira (Santos, 2011).

Figura 6.2. Vale da Amoreira na Região Metropolitana de Lisboa



Fonte: elaboração própria

Contrariamente ao Alto da Cova da Moura, o Vale da Amoreira não tem suscitado tanto interesse do ponto de vista da investigação pelo que o processo de reconstituição da sua trajetória de desenvolvimento é uma tarefa mais difícil de concretizar. No entanto, Tatiana Marques (2013) oferece algumas pistas interessantes. Através do seu trabalho ficamos a saber que, em 1940, viviam no Vale da Amoreira pouco mais de uma centena de habitantes, com perfil eminentemente rural e que, durante a primeira metade do século XX, o crescimento populacional foi relativamente lento. No final da década de 1960, com o início da construção do bairro do Fundo de Fomento da Habitação, com o intuito de realojar os moradores das vilas operárias e construções de génese ilegal da Baixa da Banheira, começa a alterar-se a paisagem dominante no Vale da Amoreira (Guterres, 2012). No entanto, foi sobretudo a partir da década seguinte, mais concretamente do 25 de Abril de 1974 em diante, que a face do Vale da Amoreira viria a ser mais profunda e estruturalmente alterada. Como é dito no diagnóstico elaborado no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos,

a partir dos anos 70 deu-se uma explosão demográfica, que chegou a ser superior a 200%, no

período de 1980/86. Com expressão em dois momentos específicos, um em 1974, quando estavam já construídos 604 fogos e onde várias famílias carenciadas foram alojadas. Alguns destes fogos, cerca de 20%, foram cedidos com rendas muito baixas e alguns gratuitamente. O outro, em 1975 com um grande fluxo de população vinda das ex-colónias, principalmente de Angola e Moçambique, que ocuparam de forma desordenada fogos por terminar. Na luta pela sobrevivência, muitas pessoas, sem ainda estarem concluídos os fogos de habitação, localizaram-se nessa área, carregando o estigma da “despromoção” que, por vezes, ainda hoje é ir viver para o Vale da Amoreira (GAT, 2006: 8).

Relativamente a este segundo período, Marques (2013) sublinha a existência de alguma tensão gerada pela ocupação de casas por muitas pessoas provenientes das ex-colónias pois outras, vivendo em barracas no Vale da Amoreira, continuavam sem ver a sua situação habitacional resolvida. Efetivamente, foi a articulação estabelecida entre comissões de moradores, autarquia local e Fundo de Fomento da Habitação que criou condições para avançar no sentido da resolução desse problema mais imeditado.

Espelhando a dinâmica de expansão demográfica desenvolvida a partir de 1970, a maior parte do edificado do Vale da Amoreira (67,9%) foi construído entre 1971 e 1990. Apesar de existirem diferentes tipologias, incluindo moradias unifamiliares, predominam os edifícios com mais de três pisos que, como vimos anteriormente, têm sido a opção construtiva mais usual nos bairros de habitação social feitos em Portugal, levantando problemas conhecidos ao nível da sua gestão comum (ver GAT, 2006).

Contrariamente ao que é mais usual, no Vale da Amoreira, a promoção privada de habitação apresenta uma expressão inferior ao conjunto de modalidades de promoção habitacional pública, nomeadamente, a que tem sido realizada diretamente pelo poder central através do atual Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, a que é feita de modo indireto através do financiamento a Contratos de Desenvolvimento de Habitação e a que tem sido conduzida pelo município, na sua qualidade de responsável pela construção de fogos para venda e aquisição de fogos para realojamento (sobretudo nas décadas de 1970/1980) e, mais recentemente, através do PER (CLASM, 2009).

A urbanização da injustiça encontra também expressão nalguns dos pontos fracos identificados na análise produzida no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos pelo grupo de parceiros locais, designadamente: i) a fragilidade dos equipamentos sociais e de lazer; ii) a degradação e desqualificação do espaço público; iii) a existência de um número elevado de

famílias que enfrentam diversos problemas sociais; iv) o baixo nível de escolaridade, abandono e absentismo escolar muito significativos entre os jovens; v) a existência de população imigrante não legalizada, pouco qualificada, desempregada ou apresentando condições laborais de grande precariedade; vi) a imagem negativa do bairro no exterior e estigmatização da população; vii) falta de acessibilidades de entrada e saída da freguesia; viii) escassez de equipamentos e atividades orientadas para crianças e jovens; ix) a forte dependência de outros concelhos em termos de mercado de trabalho (GAT, 2006).

Aspetos como o desemprego, a dificuldade de acesso a serviços, o desenraizamento cultural, a discriminação, o baixo nível de escolaridade, a precariedade laboral e os baixos rendimentos, a desestruturação familiar e as dificuldades de acesso a bens essenciais foram também considerados pontos fracos num exercício semelhante realizado no âmbito da elaboração do *Diagnóstico da população imigrante no concelho da Moita* (Santos, 2011).

Por outro lado, alguns dos parceiros locais na Iniciativa Bairros Críticos identificaram obstáculos importantes ao desenvolvimento da sua intervenção do Vale da Amoreira que também podem ser interpretados à luz desse mesmo processo de urbanização da injustiça. O agrupamento vertical de escolas do Vale da Amoreira, por exemplo, coloca em evidência as carências sócio-económicas e habitacionais, os problemas de desenraizamento de alguma população imigrante e a pequena criminalidade e o tráfico de droga; a Junta de Freguesia local, por seu turno, sublinha, para além da falta de equipamentos sociais, a existência de carências e problemas sociais graves e a degradação urbanística.

O inquérito realizado mostra que, efetivamente, a pobreza e o desemprego se encontram entre os principais problemas do bairro para 70% dos inquiridos, salientando 60% a insegurança e criminalidade, 41% o consumo e o tráfico de estupefacientes e 35% as condições de habitação. De um ponto de vista económico, em sentido lato, para além de uma parte importante da população residente se encontrar inativa (28,4%), indiciando um peso importante da economia informal ou subterrânea, predominam os trabalhos pouco ou nada qualificados, mal remunerados, temporários e/ou precários, salientando-se o setor da construção civil, no caso dos homens, e dos serviços domésticos e de limpeza, entre as mulheres.

Adicionalmente, é sintomático das fragilidades existentes no Vale da Amoreira, o facto de 34,3% dos processos de rendimento social de inserção entrados no município da Moita em 2004 serem originários de pessoas residentes neste local. Ademais, existem também

constrangimentos importantes do ponto de vista das qualificações escolares, constatando-se que «aproximadamente 1/3 dos jovens com 19 anos, e 36% dos jovens entre os 25 e os 29 anos, frequenta ainda ou abandonou a escola sem transpor o ensino básico» (GAT, 2006: 49).

No que diz respeito às representações simbólicas do Vale da Amoreira, à sua imagem, constata-se que esta é fundamentalmente construída externamente (de fora para dentro) inscrevendo-se neste espaço urbano uma certa ideia de marginalidade associada as questões da insegurança e do tráfico de drogas, que, por constituírem o seu referencial identitário mais marcante, é interiorizada e reproduzida, levando ao aprofundamento das suas fronteiras físicas e simbólicas relativamente ao entorno (*ibid.*). Com efeito,

os discursos externos vinculam o Vale da Amoreira à ideia de marginalidade. Um território marginal porque afastado do centro, ou melhor, porque afastado de diferentes centros: do centro político e participativo; do centro económico; do centro urbano; do centro cultural. Estas sucessivas e acumuladas divergências materializam-se numa imagem estigmatizante, naturalizando o lugar periférico que ocupa simbólica e objetivamente o Vale da Amoreira. A visibilidade social do Vale da Amoreira sedimenta-se na sua representação como periferia urbana deprimida, lugar incapacitante da participação cívica, onde se torna impossível a integração económica ou pelo consumo. Por isso, um território de emergência de formas alternativas ou ilícitas de rompimento do espaço fronteira que separa a periferia da centralidade. Um espaço de tensão (*ibid.*: 33).

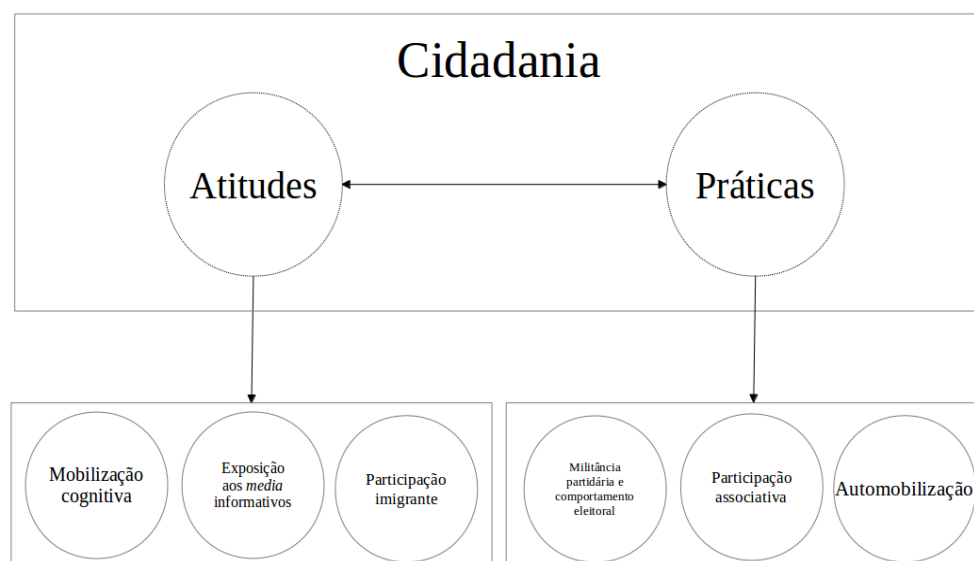
Assiste-se, pois, ao desenrolar de um processo de auto-fechamento, de uma certa “guetização” auto-imposta e fortemente protagonizada pelos jovens residentes no Vale da Amoreira. Apesar de ser considerado um espaço de solidariedade e forte sentido comunitário, são também projetadas sobre o Vale da Amoreira, a partir do exterior, um conjunto de imagens negativas ligadas, fundamentalmente, à criminalidade, à violência e às drogas que são profundamente estigmatizantes (ver Padilla, 2011). Por conseguinte, não é de todo surpreendente que 76% dos inquiridos se auto-posicionem na metade inferior da escala social e 52% considerem que é difícil (36%) ou muito difícil (16%) viver com o rendimento atual. Não obstante, e em flagrante contraste com o Alto da Cova da Moura, apenas 16% se sentiram discriminados pelo facto de residirem no Vale da Amoreira, destacando-se a procura de emprego (48%) e o espaço público de rua (38%) como contextos discriminatórios mais referenciados.

6.4. Cidadania: atitudes e práticas

Como temos vindo a argumentar ao longo deste trabalho, dada a sua natureza contingente, plural e dinâmica, bem como o facto de constantemente se metamorfosear e assumir múltiplas configurações e expressões sociais e políticas, que frequentemente se encontram interligadas, definir a cidadania não se tem revelado uma tarefa fácil. Não obstante, acompanhando os esforços empreendidos em inúmeros estudos produzidos nas últimas décadas (ver Almeida, 2013; Augusto, 2008; Cabral, 1997, 2000, 2008, 2011; Cruz, 1995; Ferreira, 2008; Nunes, 2013; Silva *et al.*, 2008, Viegas, 2004), delineámos uma estrutura empírico-analítica, de natureza eminentemente operativa e instrumental, para nos ajudar a descrever e compreender a cidadania dos jovens (com idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos) residentes no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira (Figura 6.3).

Entendemos a cidadania enquanto binómio que conjuga dois campos interligados: atitudes e práticas. É possível distingui-las, na medida em que aquela remete para a intencionalidade e predisposição inerentes à cidadania e, esta última, traduz as manifestações concretas desse impulso para diferentes modos de agenciamento social e político, em suma, para a ação cidadã. Por outras palavras, trata-se aqui de distinguir entre subjetividade, discurso e intenção, por um lado, objetividade, comportamento e ato, por outro.

Figura 6.3. Cidadania: estrutura empírico-analítica



Fonte: elaboração própria

Cada um dos campos integra três dimensões de análise. As atitudes integram: i) mobilização cognitiva – que remete sobretudo para o nível de interesse na política e procura captar a importância que ela assume na vida dos inquiridos; ii) exposição aos *media* informativos – associada à frequência com que os inquiridos procuram ativamente informação em suportes diversos; iii) participação imigrante – ligada ao posicionamento dos inquiridos face a algumas especificidades que condicionam a participação política e social de imigrantes e grupos étnicos minoritários (ex: ausência de exercício de direito de voto por parte dos estrangeiros em quase todos os atos eleitorais, dificuldade de acesso a lideranças em estruturas políticas e sociais fora do movimento associativo étnico ou imigrante). As práticas, por seu turno, são constituídas por: i) militância partidária e comportamento eleitoral – procurando apreender a ligação dos inquiridos à vida político-partidária; ii) participação associativa – centrada no modo como os inquiridos se relacionam com diferentes manifestações de envolvimento associativo; iii) automobilização – remetendo para um conjunto de expressões mais individualizadas de participação social e política levadas a cabo pelos inquiridos.

Mesmo não esgotando um campo tão fecundo e diversificado quanto é o das atitudes e práticas de cidadania, considera-se que a abordagem analítica usada nos oferece uma base suficientemente robusta para perceber aproximadamente o tipo de relação que os jovens residentes no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira estabelecem com a cidadania.

Antes ainda de entrarmos na análise da cidadania propriamente dita, importa levar a cabo um breve esforço de caracterização socio-demográfica dos jovens inquiridos neste estudo (Quadro 6.1). Assim, tanto no que diz respeito ao sexo como à idade, observa-se uma grande proximidade entre os inquiridos no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira, existindo um grande equilíbrio entre homens e mulheres e uma expressão muito significativa da população jovem. Quanto à sua origem, a amostra espelha a maior diversidade existente no Vale da Amoreira e o peso muito expressivo da população de origem cabo-verdiana no Alto da Cova da Moura. Com efeito, se no Alto da Cova da Moura, a maioria dos inquiridos têm origem cabo-verdiana, já no Vale da Amoreira, esta é predominantemente portuguesa, o que justifica o maior peso dos inquiridos com esta nacionalidade portuguesa neste último contexto geográfico. Relativamente ao estado civil e à religião, observam-se semelhanças, sendo a maior parte dos inquiridos solteiros e católicos. Quanto à escolaridade, os níveis mais elevados frequentados e/ou concluídos pela maior parte dos inquiridos são o 3º ciclo ou o ensino secundário, apresentando os do Vale da Amoreira uma situação escolar mais favorável,

que parece acompanhar a diferenciação existente ao nível da escolaridade dos pais.

Quadro 6.1. Retrato sócio-demográfico dos inquiridos

	ACM	VA
Sexo	M (52%) F (48%)	M (51%) F (49%)
Idade	15-24 (60%) 25-34 (40%)	15-24 (58%) 25-34 (42%)
Origem ^a	Portugal (40%) Cabo Verde (55%)	Portugal (59%) Guiné-Bissau (14%) Cabo Verde (11%) Angola (6%)
Nacionalidade portuguesa	sim (48%) não (52%)	sim (73%) não (23%)
Estado civil ^a	solteiro (82%) união de facto (14%)	solteiro (83%) união de facto (9%) casado (6%)
Religião ^a	católico (84%) sem religião (9%)	católico (70%) sem religião (13%) evangélica (6%)
Escolaridade do inquirido ^b	3º ciclo concluído ou não (34%) ensino secundário completo ou não (27%) 2º ciclo concluído ou não (15%) ensino profissional (12%)	ensino secundário completo ou incompleto (42%) 3º ciclo concluído ou não (34%)
Escolaridade da mãe ^b	estudos primários não concluídos (35%) estudos primários completos (22%) sem estudos (22%) 2º ciclo concluído ou não (12%)	3º ciclo concluído ou não (26%) estudos primários completos (21%) ensino secundário completo ou incompleto (17%)
Escolaridade do pai ^b	estudos primários não concluídos (35%) estudos primários completos (28%) sem estudos (13%)	estudos primários completos (32%) 3º ciclo concluído ou não (24%) ensino secundário completo ou não (14%)
Indicador individual de classe ^{b,c}	estudantes (44%) desempregados (10%) empregados executantes (47%) operários industriais (21%) trabalhadores independentes (19%)	estudantes (48%) desempregados (15%) empregados executantes (53%) operários industriais (22%) trabalhadores independentes (15%) profissionais técnicos e de enquadramento (11%)
Indicador familiar de classe ^{b,c}	trabalhadores independentes pluriativos (53%) assalariados executantes pluriativos (19%) trabalhadores independentes (15%)	trabalhadores independentes pluriativos (37%) assalariados executantes pluriativos (23%) profissionais técnicos e de enquadramento (15%) trabalhadores independentes (13%)

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

^a só são apresentados resultados superiores a 5%

^b só são apresentados resultados superiores a 10%

^c elaborado com base em José Luís Machado *et al.* (2003)

Por fim, mostra-se que tanto num caso como no outro a maior parte dos inquiridos são estudantes, existindo também um peso considerável de desempregados. Relativamente aos inquiridos que se encontram a trabalhar, predominam os empregados executantes (pessoal administrativo e pouco qualificado nos serviços e comércio, etc.), operários industriais (trabalhadores não qualificados na construção, indústria, transportes, instalações e montagens, etc.) e trabalhadores independentes (de perfil semelhante mas não assalariados), ou seja, indivíduos pertencentes a classes profissionais que dispõem de menos recursos (económicos, simbólicos, etc.). Sublinha-se, no entanto, o peso significativo que um setor dotado de mais recursos, nomeadamente os profissionais técnicos e de enquadramento, tem no Vale da Amoreira. Quando consideramos o indicador familiar de classe, verifica-se um predomínio dos agregados situados no quadrante mais desfavorecido em termos profissionais, não obstante a situação relativamente mais favorável no Vale da Amoreira.

Relativamente à mobilização cognitiva, começamos por examinar o interesse dos inquiridos pela política, estabelecendo uma distinção entre diferentes escalas (municipal, nacional e internacional) (Quadro 6.2).

Quadro 6.2. Interesse pela política (%)

	Muito		Bastante		Pouco		Nenhum	
	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA
Municipal	8	12	14	16	55	44	23	28
Nacional	9	14	22	27	51	32	18	27
Internacional	7	14	18	22	54	29	21	34

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

Tanto no Alto da Cova da Moura como no Vale da Amoreira, é predominante o desinteresse pela política. Em ambos os casos, o somatório dos inquiridos pouco e nada interessados, independentemente da escala, atinge sempre valores muito superiores a 50%, destacando-se os 78% obtidos no Alto da Cova da Moura relativamente à política municipal. No entanto, quando comparados, verifica-se que é no Vale da Amoreira que o interesse pela política atinge valores mais elevados. À escala nacional, por exemplo, o somatório dos inquiridos muito e bastante interessados atinge um valor de 41%. Não obstante, se considerarmos apenas as categorias extremas (muito e nenhum), é no Vale da Amoreira que estas atingem valores mais elevados, independentemente da escala considerada, traduzindo uma maior polarização dos

inquiridos no que diz respeito ao seu interesse pela política. Por fim, importa também colocar em evidência o facto da escala nacional ser aquela em que os níveis de interesse são geralmente mais elevados.

Tendo como referências o ano de 2010 e a escala nacional, quando comparamos o “grande interesse” pela política (somatório dos inquiridos muito e bastante interessados) no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira com os valores obtidos para o conjunto de 27 países que integram o *European Social Survey*¹⁰ (ESS27), Portugal e região de Lisboa (NUT2 Lisboa), é possível verificar que ambos apresentam níveis intermédios, embora de teor algo diferente, pois no primeiro caso trata-se de uma posição “médio-baixa” e no segundo “médio-alta” (Quadro 6.3). Efetivamente, enquanto os jovens inquiridos no Vale da Amoreira apresentam níveis de interesse pela política superiores aos da região de Lisboa, que se posiciona a meio da escala, os do Alto da Cova da Moura apresentam níveis inferiores. Tal como notou Nuno Miguel Augusto (2008), num estudo recente, o facto dos resultados apresentados revelarem uma proximidade significativa entre os níveis de interesse de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos e outras deve levar-nos a interrogar criticamente o lugar-comum segundo o qual os jovens têm menos interesse pela política que as gerações mais velhas.

Quadro 6.3. Ranking: “grande interesse” pela política

Contexto	%	Posição
ESS27	44	1º
Vale da Amoreira	41	2º
Região de Lisboa	36	3º
Alto da Cova da Moura	31	4º
Portugal	29	5º

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011) e ESS5-2010

Relativamente à frequência com que os inquiridos falam com a sua família, amigos ou colegas sobre assuntos políticos ocorridos a diferentes escalas, os resultados mostram que, tanto no Alto da Cova da Moura como no Vale da Amoreira, esta é uma atividade rara

¹⁰ Os países integrantes são: Bélgica, Bulgária, Suíça, Chipre, República Checa, Alemanha, Dinamarca, Estónia, Espanha, Finlândia, França, Reino Unido, Grécia, Croácia, Hungria, Irlanda, Israel, Lituânia, Holanda, Noruega, Polónia, Portugal, Federação Russa, Suécia, Eslovénia, Eslováquia e Ucrânia.

(Quadro 6.4). Independentemente da escala, a discussão diária de assuntos políticos nunca apresenta valores superiores a 5%. Isto é tanto mais preocupante, quando se conhece hoje o importante papel desempenhado pelas redes sociais e da socialização familiar no desenvolvimento de “sinergias participativas” e de uma maior propensão dos sujeitos para levarem a cabo algumas manifestações específicas de cidadania (ver Cruz, 1990; Magalhães, 2008). É possível também constatar que a escala nacional é aquela que suscita maior debate e, em contraposição, a escala municipal é aquela que é menos frequentemente discutida. Para além disso, sobressai o facto dos inquiridos no Vale da Amoreira discutirem assuntos de natureza política mais frequentemente que os do Alto da Cova da Moura.

Quadro 6.4. Falar sobre assuntos políticos (%)

	Diariamente		Regularmente		Raramente		Nunca	
	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA
Municipal	4	3	18	22	49	43	29	32
Nacional	5	4	24	33	45	37	26	25
Internacional	5	5	22	23	47	38	25	33

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

Outro indicador relevante no âmbito da mobilização cognitiva, são os níveis de informação política, ou seja, a avaliação dos inquiridos relativamente ao grau de informação que detêm sobre a política que ocorre a diferentes escalas (Quadro 6.5). Os resultados obtidos mostram que, no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira, estes consideram estar muito desinformados acerca de assuntos políticos, destacando-se os 90% que, no Alto da Cova da Moura, consideram estar pouco ou nada informados sobre assuntos de política municipal. O panorama é, efetivamente, mais favorável no Vale da Amoreira. Enquanto no Alto da Cova da Moura os inquiridos que consideram estar muito informados sobre assuntos políticos nunca ultrapassam os 5%, no Vale da Amoreira, variam entre os 10 e os 14%, dependendo da escala considerada.

Quadro 6.5. Informação política (%)

	Muita		Bastante		Pouca		Nenhuma	
	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA
Municipal	3	10	7	12	74	53	16	25
Nacional	5	14	15	29	68	34	12	23
Internacional	5	12	15	23	66	33	13	32

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

Por outro lado, o grau de dificuldade sentido pelos inquiridos para tomarem posições acerca de assuntos políticos, acompanha e aprofunda a tendência de diferenciação entre os inquiridos no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira que começam a ganhar forma (Quadro 6.6). Embora admitamos alguma ambiguidade inerente à matéria altamente complexa sobre a qual incide esta questão, os resultados mostram que os inquiridos no Alto da Cova da Moura têm maiores dificuldades em tomar posições políticas que os do Vale da Amoreira, apresentando níveis superiores para todas as escalas. Não obstante, as diferenças mais expressivas encontram-se à escala municipal, em que 82% dos inquiridos no Alto da Cova da Moura têm dificuldades elevadas em tomar uma posição política contra 48% no Vale da Amoreira. Efetivamente, estes resultados podem indiciar alguma iliteracia política e incapacidade dos jovens terem voz ativa na vida social e política (Almeida, 2013).

Quadro 6.6. Dificuldade em tomar uma posição política (%)

	Elevada		Baixa	
	ACM	VA	ACM	VA
Municipal	82	48	18	52
Nacional	78	47	22	53
Internacional	76	53	24	47

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

Para concluir a componente da mobilização cognitiva, importa também perceber qual a importância que os inquiridos atribuem ao voto em diferentes atos eleitorais, designadamente, nas eleições autárquicas, legislativas, presidenciais e europeias (Quadro 6.7). Observa-se que,

tanto no Alto da Cova da Moura como no Vale da Amoreira, o voto nas eleições legislativas e presidenciais é considerado o mais importante e o voto nas eleições europeias o menos importante (ver Nunes, 2005). Com efeito, ao nível das atitudes, a distinção entre eleições de primeira ordem e eleições de segunda ordem, parece refletir-se com alguma originalidade nas opiniões dos inquiridos (ver Fortes e Magalhães, 2005; Freire, 2005). Destaca-se também o facto das eleições autárquicas serem muito mais desvalorizadas no Alto da Cova da Moura que no Vale da Amoreira (68% e 50% dos inquiridos atribuem-lhes pouca importância, respetivamente).

Quadro 6.7. Importância do voto (%)

	Muita		Pouca	
	ACM	VA	ACM	VA
Autárquicas	32	50	68	50
Legislativas	44	60	56	40
Presidenciais	45	57	55	43
Europeias	15	40	85	60

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

Relativamente à dimensão da exposição aos *media* informativos, usamos como indicadores operativos, por um lado, a frequência com que os inquiridos leem jornais (também através da *internet*), por outro, com que veem televisão e/ou ouvem rádio (também através da *internet*) para estarem a par do que se passa (Quadro 6.8). Os resultados mostram que o consumo de jornais por parte dos inquiridos é sempre reduzido e que o consumo televisivo/radiofónico é elevado quando se trata de questões de âmbito nacional ou internacional. De certo modo, parece confirmar-se a conclusão a que chegaram Ana Benavente *et al.* (1997: 109), nomeadamente, a de que a televisão se tem tornado, cada vez mais, «o veículo preferencial para exprimir a zanga dos cidadãos, com todos os limites das suas linguagens e programas (...) [assumindo] assim o papel quase exclusivo de “arauto da cidadania”». Para além disso, constata-se também que, quando comparados com os inquiridos no Vale da Amoreira, os consumos informativos no Alto da Cova da Moura se orientam mais para a escala municipal. Este resultado, aparentemente paradoxal, à luz da baixa mobilização cognitiva à escala

municipal demonstrada pelos inquiridos no Alto da Cova da Moura, pode dever-se à própria formulação da questão, não circunscrita à dimensão política *strictu sensu* e com um alcance mais abrangente.

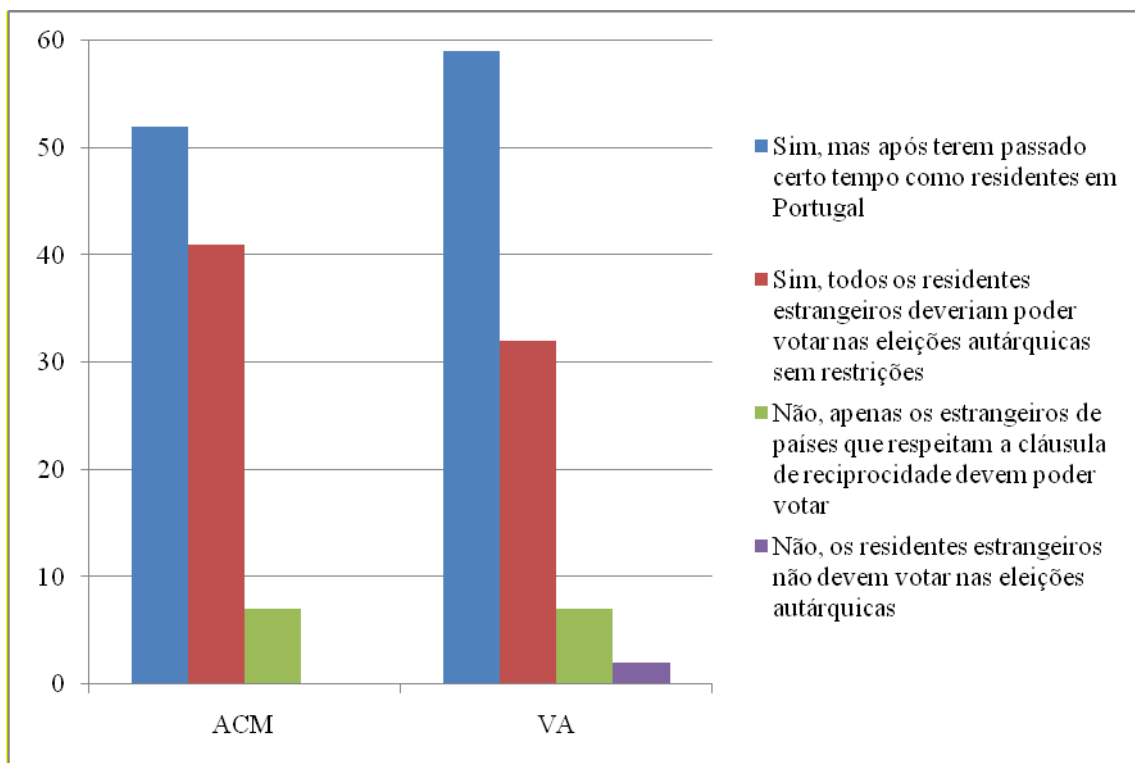
Quadro 6.8. Consumo informativo (jornais, TV/rádio) (%)

	Elevado				Reduzido			
	Jornais		TV/Rádio		Jornais		TV/Rádio	
	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA
Municipal	37	27	47	24	63	73	53	76
Nacional	43	45	57	60	57	55	43	40
Internacional	40	41	55	57	60	59	45	43

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

No que toca à participação imigrante, começamos por tentar perceber qual a opinião dos inquiridos relativamente ao direito de voto de residentes estrangeiros nas eleições autárquicas (Figura 6.4).

Figura 6.4. Opinião sobre o voto de estrangeiros nas eleições autárquicas (%)

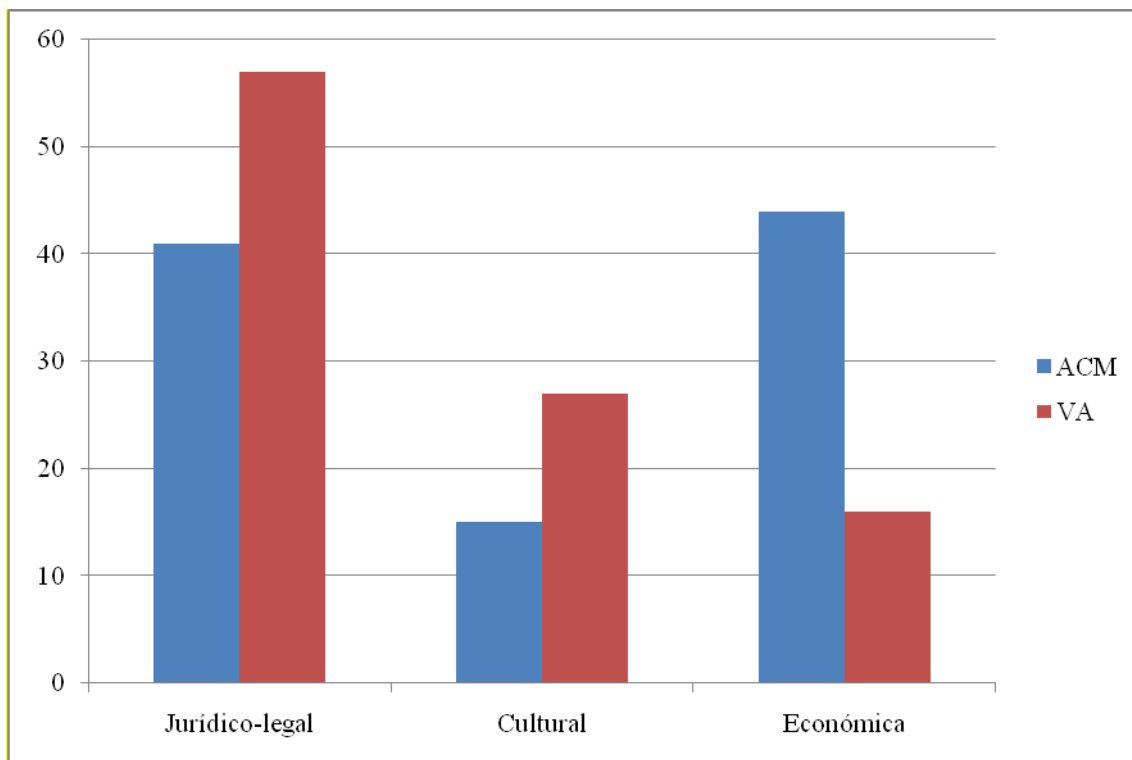


Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

Os resultados mostram que esta é amplamente favorável, totalizando as opiniões favoráveis ao voto de residentes estrangeiros 93% no Alto da Cova da Moura e 91% no Vale da Amoreira. No entanto, para a maior parte dos inquiridos, esse direito deve implicar um período de residência em Portugal, não devendo por isso ser concedido sem quaisquer restrições. Ademais, as opiniões contrárias ao voto são pouco expressivas – 7% no Alto da Cova da Moura e 9% no Vale da Amoreira – merecendo particular destaque o facto, a que regressaremos mais adiante, de 2% dos inquiridos no Vale da Amoreira considerarem que os residentes estrangeiros não devem poder votar nas eleições autárquicas.

Por outro lado, no que toca à opinião dos inquiridos quanto à participação política dos imigrantes e membros de grupos étnicos minoritários, 81% no Alto da Cova da Moura e 84% no Vale da Amoreira, consideram que estes deveriam envolver-se mais na atividade política. Quando olhamos para as dimensões de intervenção consideradas mais importantes, existem já contrastes significativos (Figura 6.5). No entanto, quando consideramos os resultados no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira conjuntamente, a área jurídico-legal, sobretudo ligada à promoção da igualdade de direitos, surge em primeiro lugar, totalizando 50% das respostas; em segundo lugar, com 29% das respostas, encontra-se a área económica, associada à inserção dos imigrantes e minorias étnicas no mercado laboral e à promoção de medidas que a favoreçam como, por exemplo, a criação de quotas e medidas de discriminação positiva que facilitem o ingresso dos imigrantes e minorias étnicas e, em terceiro lugar, com 21%, a área cultural, relacionada com a defesa dos interesses culturais e sociais específicos dos imigrantes e minorias étnicas. Quando olhamos para os dois contextos geográficos separadamente, é possível constatar que os inquiridos no Alto da Cova da Moura atribuem uma importância similar às áreas económica (44%) e jurídico-legal (41%), conferindo à área cultural uma expressão reduzida (15%). Por sua vez, no Vale da Amoreira, a área jurídico-legal (57%) apresenta um peso relativo mais expressivo, seguindo-se a área cultural (27%) e, por fim, a económica (16%).

Figura 6.5. Dimensões de intervenção política de imigrantes e grupos étnicos minoritários (%)



Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

Avançando agora para o campo das práticas, começamos por olhar para a militância partidária e comportamento eleitoral. Os resultados do inquérito mostram que tanto no Alto da Cova da Moura (3,8%) como no Vale da Amoreira (2,9%), os inquiridos apresentam níveis de militância partidária marginalmente superiores aos de Portugal (2,1%) e da região de Lisboa (1,7%), sendo apenas inferiores aos do ESS27 (4,2%). Por outro lado, ao nível do trabalho e/ou colaboração com partidos políticos (ex: recolha de assinaturas, distribuição de propaganda), os resultados obtidos (1% no Alto da Cova da Moura e 2% no Vale da Amoreira), não são muito diferentes de Portugal (1,8%) e da região de Lisboa (1,6%), ainda que mais baixos do que no conjunto dos países do ESS27 (3,4%). Em ambos os indicadores – militância partidária e colaboração com partidos políticos – as práticas dos jovens inquiridos estão, apesar das ligeiras variações, em linha, com o que sucede noutras escalas.

Quando passamos para o comportamento eleitoral, nomeadamente para o voto nas eleições autárquicas (Câmara Municipal) e nas eleições legislativas (Assembleia da República) de 2009 (à data da aplicação do inquérito, as últimas que haviam sido realizadas), os resultados mostram que os níveis de abstenção dos inquiridos no Alto da Cova da Moura e

no Vale da Amoreira são muito superiores aos valores nacionais (ver Freire, 2000; Magalhães, 2001). Evidentemente, temos de olhar para estes dados com muita cautela, dado que, por um lado, muitos dos inquiridos não tinham ainda idade suficiente para votar aquando das eleições consideradas, por outro, alguns deles são estrangeiros oriundos de países sem acordos de reciprocidade¹¹ (ver Carvalhais, 2006). Não obstante, é importante salientar, tal como faz André Freire (2003: 154), que a abstenção, um dos mais significativos traços do comportamento eleitoral em Portugal, é «um indicador de que um número substancial e cada vez maior de eleitores não está a utilizar as eleições como veículo para canalizar a sua insatisfação face aos governos, à elevada distância sentida pelos cidadãos perante o poder, ao seu baixo sentido de eficácia política e, sobretudo, ao forte criticismo dos eleitores face à classe política e aos partidos». Os inquiridos no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira, apenas espelham de modo mais acentuado esta tendência geral.

Relativamente à dimensão da participação associativa, constata-se que no Alto da Cova da Moura cerca de 50% dos inquiridos nunca se envolveram em nenhum tipo de organização ou movimento associativo, ao passo que no Vale da Amoreira o valor é de aproximadamente 42%. Os motivos que explicam este resultado são diversos (Quadro 6.9), embora não possamos ignorar a importância do baixo nível de desenvolvimento social dos inquiridos e a inexistência de um quadro atitudinal que encoraje as práticas de cidadania (ver Cruz, 1995). No entanto, com exceção de um motivo em que a diferença entre o Alto da Cova da Moura e o Vale da Amoreira é de 15% (nunca pensei colaborar com uma associação), e de outro em que o Alto da Cova da Moura tem um valor superior ao Vale da Amoreira (não quero ter problemas), existe alguma proximidade e estabilidade no posicionamento relativo de ambos os contextos.

Quadro 6.9. Motivos para a inexistência de participação associativa (%)

Não estou interessado em participar em nenhuma associação		Gostaria de colaborar com uma associação mas nenhuma me motiva o suficiente		Não quero ter problemas		Penso que estas coisas não servem para nada		Nunca pensei colaborar com uma associação	
ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA
46	51	33	39	30	26	15	20	14	35

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

¹¹ A Declaração 253/2009, de 23 de Julho, confere capacidade eleitoral ativa aos cidadãos naturais dos Estados-Membros da União Europeia, do Brasil e de Cabo Verde, bem como da Argentina, Chile, Islândia, Noruega, Peru, Uruguai e Venezuela, nas eleições para os órgãos das autarquias locais.

É possível observar que o motivo mais importante para a não participação associativa por parte dos inquiridos é o desinteresse que estes têm relativamente ao associativismo (ACM – 46% e VA – 51%). Em segundo lugar, surge a falta de incentivos e motivações, ou seja, a percepção de que, em certa medida, as associações são incapazes de atrair e estimular o envolvimento dos jovens (ACM – 33% e VA – 39%). O terceiro motivo mais importante, porém, é não é o mesmo nos dois contextos. Enquanto no Alto da Cova da Moura, para 30% dos inquiridos, a não participação se encontra associada ao receio de que o associativismo possa acarretar eventuais problemas; no Vale da Amoreira, 35% declaram nunca ter pensado colaborar com uma associação, revelando assim uma maior indiferença relativamente ao mundo do associativismo. Em quarto lugar, no Alto da Cova da Moura, 15% dos inquiridos sugerem que o associativismo não tem qualquer utilidade e, no Vale da Amoreira, o já referido nexos entre participação associativa e eventuais consequências adversas, justifica a não participação de 26%. Por fim, nunca ter pensado em participar é o motivo menos importante no Alto da Cova da Moura (14%) e, no Vale da Amoreira, essa posição é ocupada pelo sentimento de que o associativismo não serve para nada (20%).

Quadro 6.10. Associativismo por tipo de associação/organização (%)

Tipo de associação/organização	ACM	VA
Grupo desportivo ou associação de atividades ao ar livre	31	35
Associação com fins culturais (não étnicas), de preservação de tradições ou hobbies	10	9
Igreja ou outra organização religiosa	10	21
Sindicato, grémio ou associação profissional/empresarial	1	2
Associação local ou de moradores	3	2
Organização de ajuda humanitária, de caridade ou ajuda social	4	5
Organização de ou pró-imigrantes	0	1
Associação do grupo étnico	2	18
Conservação, ambiente, ecologia, direitos dos animais	0	1
Juventude, estudantes	16	7
Feminista, mulheres	1	1

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

Por sua vez, quando nos debruçamos sobre aqueles que têm ou já tiveram práticas associativas, observa-se uma grande diversidade de associações/organizações que, por sua vez, registam também níveis de envolvimento bastante diferentes (Quadro 6.10).

Em termos gerais, constata-se também que o envolvimento associativo mais frequente ocorre no campo do desporto e das atividades ao ar livre (ACM – 31% e VA – 35%). No entanto, se no caso do Alto da Cova da Moura, se seguem as organizações juvenis (16%) e, *ex aequo*, as associações com fins culturais (10%) e as organizações religiosas (10%); no Vale da Amoreira, são as organizações religiosas (21%) e as associações étnicas (18%) que ocupam as segunda e terceira posições.

Alcançando resultados semelhantes aos nossos, num estudo realizado em 2001, José Manuel Leite Viegas (2004) concluiu que os tipos de associativismo com maior envolvimento em Portugal são, em primeiro lugar, as associações desportivas, culturais e recreativas e, em segundo lugar, as associações de solidariedade social e religiosas. Em seu entender, o predomínio destes dois tipos de associativismo apresenta três grandes implicações, nomeadamente: i) ao nível individual, promovem a integração social, reforçam as identidades e possibilitam a cooperação mas, com exceção do pessoal dirigente, não parecem desenvolver grandes competências simbólicas, profissionais ou políticas e tendem a lidar mal com os conflitos; ii) contribuem pouco para o debate na esfera pública e, quando isso acontece, e com exceção das situações em que estão em causa apoios financeiros, é geralmente num sentido consensual, contribuindo pouco para a deliberação democrática; iii) apresentam algum significado ao nível institucional, pois são frequentemente parceiros de instituições públicas ou privadas, gerando ganhos evidentes ao nível da integração social e do desempenho governativo.

A partir do Quadro 6.11 é possível analisar mais pormenorizadamente os tipos de práticas associativas mais relevantes em cada um dos contextos, a partir de quatro indicadores: participação no ano anterior ao da formulação da questão, perceção sobre o peso dos imigrantes na vida associativa, opinião sobre a intervenção pública da associação e importância da família, amigos e colegas para o início da participação associativa. Independentemente do contexto e do tipo de associação/organização, os níveis de participação mais recentes dos inquiridos não diferem muito dos valores do ESS27 (12%), de Portugal (4%) ou da região de Lisboa (5%). Efetivamente, apesar do associativismo ter uma importância significativa, afinal de contas, mais de metade dos inquiridos já estiveram

envolvidos em associações, a situação recente é manifestamente pobre, indiciando, porventura, uma tendência para o declínio.

Quadro 6.11. Associativismo: participação recente, peso dos imigrantes, intervenção pública e importância de familiares/amigos/colegas no início da participação (%)^a

	Participação nos últimos 12 meses		> 50% participantes são imigrantes		Intervenção pública		Início da participação através de familiares/amigos/colegas	
	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA
Grupo desportivo ou associação de atividades ao ar livre	12	16	87	62	19	76	94	82
Associação com fins culturais (não étnicas), de preservação de tradições ou <i>hobbies</i>	7	5	87	71	64	64	79	79
Igreja ou outra organização religiosa	6	10	74	46	19	71	100	94
Associação do grupo étnico	–	10	–	90	–	90	–	86
Juventude, estudantes	7	3	65	100	31	71	93	74

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

^a só são apresentados resultados iguais ou superiores a 5%

Com exceção das organizações religiosas no Vale da Amoreira, predomina também a percepção de que a participação imigrante nestas associações/organizações é maioritária. Há também uma grande diferenciação no que diz respeito à intervenção associativa sobre questões de interesse público. No Alto da Cova da Moura, com exceção das associações culturais, que 64% dos inquiridos considera terem intervenção pública, eventualmente devido à grande visibilidade da Associação Cultural Moinho da Juventude (ACMJ), a opinião prevalecente é de que as associações não têm uma intervenção pública de relevo. No Vale da Amoreira, por

sua vez, existem sempre mais de 50% dos inquiridos a considerar que as associações intervêm publicamente, destacando-se o caso do associativismo étnico, onde a cifra ascende aos 90%. Neste caso, aliás, é importante notar que, no decurso da aplicação dos questionários, por diversas vezes, os inquiridos chamaram a atenção para a importância das festas de migrantes que, para além da sua importância lúdica, cultural e patrimonial, parecem integrar também uma vertente política relevante. Como sublinha Maria Beatriz Rocha-Trindade (2010: 50), aproveita-se «a oportunidade da concentração significativa de pessoas ligadas por interesses específicos, que por vezes passam por decisões do poder central, para “enviar recados”». Aparentemente, isto é algo que não escapa ao olhar atento de muitos dos inquiridos. Por fim, resulta clara a importância da rede social de proximidade dos inquiridos para o início do seu envolvimento associativo. Em muitos casos, mais de 90% afirmaram que o início da sua participação ocorreu por intermédio de familiares, amigos e/ou colegas. Emergem aqui, com particular nitidez, as redes de sociabilidades centradas nos quadros relacionais de proximidade, faceta também colocada em evidência por Jorge Malheiros e Alina Esteves (2013).

Passando agora para a automobilização, constata-se que, no ano anterior à aplicação do questionário, 59% dos inquiridos no Alto da Cova da Moura e 49% no Vale da Amoreira, não realizaram quaisquer atividades dessa natureza. Os motivos para a inexistência de automobilização são diferenciados (Quadro 6.12).

Quadro 6.12. Motivos para a inexistência de automobilização (%)

Não estou interessado em realizar nenhuma destas atividades		Gostaria de agir mas nenhuma atividade me motiva o suficiente		Não quero ter problemas		Penso que estas coisas não servem para nada		Nunca pensei em realizar atividades deste tipo	
ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA
42	52	29	35	27	25	14	24	12	39

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

O desinteresse manifestado pelos inquiridos relativamente às diversas atividades possíveis (ex: assinar petição ou abaixo-assinado, participar numa manifestação, boicotar ou deixar de usar certos produtos) é o principal, destacando-se, no entanto, os 39% de inquiridos no caso do Vale da Amoreira que afirmam nunca ter pensado realizar quaisquer atividades de

automobilização. Em contraposição, este é o motivo menos invocado pelos inquiridos no Alto da Cova da Moura (12%).

No que diz respeito aos inquiridos automobilizados, começamos por comparar, a diferentes escalas, os resultados obtidos para cinco atividades distintas, nomeadamente: i) contactar, ou tentar contactar, um político para expressar opinião; ii) usar ou mostrar autocolantes ou cartazes de alguma campanha política; iii) assinar uma petição ou fazer um abaixo-assinado; iv) participar numa manifestação; v) boicotar ou deixar de utilizar certos produtos (Quadro 6.13). Com exceção dos boicotes a produtos, realizados por 6% dos inquiridos no Vale da Amoreira, e dos contactos a políticos, em que tanto no Alto da Cova da Moura como no Vale da Amoreira apenas 2% dos inquiridos declararam tê-los realizado, as atividades de automobilização têm maior expressão no Alto da Cova da Moura. Em ambos os contextos, é particularmente expressiva a importância atribuída à participação em manifestações, com resultados muito superiores aos nacionais e até mesmo aos do ESS27, e da assinatura de petições ou abaixo-assinados, embora neste caso os resultados não sejam tão expressivos.

Quadro 6.13. Automobilização: nos últimos 12 meses... (%)

	ESS27	Portugal	Região de Lisboa	ACM	VA
Contactou, ou tentar contactar, um político para expressar opinião	12	5	5	2	2
Usou ou mostrou autocolantes ou cartazes de alguma campanha política	6	2	2	3	2
Assinou uma petição ou fez um abaixo-assinado	17	6	9	13	7
Participou numa manifestação	6	3	5	18	13
Boicotou ou deixou de utilizar certos produtos	13	2	4	1	6

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011) e ESS5-2010

O quadro 6.14, em que acrescentamos algumas atividades – doações ou participação em peditórios, participar em greves, contactar ou aparecer nos *media* para exprimir opinião, participar em fórum ou grupo de discussão na *internet* – relativamente às quais não é

recolhida informação no ESS, apresenta, para além de informação relacionada com a automobilização nos últimos 12 meses, informação relativa ao contexto a que se fazem sentir os efeitos dos problemas que impelem a automobilização, a ligação dessas mesmas atividades a pessoas de origem imigrante ou estrangeira e a existência de incentivos para a sua realização. Em ambos os contextos, as atividades mais realizadas pelos inquiridos são as doações ou participação em peditórios para causas públicas, as greves e as manifestações (ver Mendes e Seixas, 2005).

Quadro 6.14. Automobilização: envolvimento, efeitos, relação com imigrantes e incentivos sociais (%)

	Últimos 12 meses		Problemas afetam...		Relação com imigrantes/estrangeiros		Existência de incentivos	
	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA
Contactou, ou tentar contactar, um político para expressar opinião	2	2	bairro, cidade 57	o próprio, família, proximidade 55	43	44	43	56
Usou ou mostrou autocolantes ou cartazes de alguma campanha política	3	2	país 56	país 63	33	25	44	100
Assinou uma petição ou fez um abaixo-assinado	13	7	país 58	bairro, cidade 74	22	16	78	72
Participou numa manifestação	18	13	país 71	país 62	37	11	64	68
Boicotou ou deixou de utilizar certos produtos	1	6	mundo 100	o próprio, família, proximidade 71	0	10	0	38
Deu dinheiro ou participou em peditórios para causa pública	31	25	país 83	país 66	8	37	74	35
Participou numa greve	17	19	país 72	país 64	17	17	85	66
Contactou ou apareceu nos <i>media</i> para exprimir opinião	3	1	bairro, cidade 57	o próprio, família, proximidade 67	38	33	100	0
Participou em fórum ou grupo de discussão na Internet	1	4	mundo 75	o próprio, família, proximidade 33	25	53	50	33

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

Quando questionados acerca da relação entre a automobilização e imigrantes/estrangeiros, apenas no caso de quem participou em fora e grupos de discussão na *internet* se verifica que

mais de 50% dos inquiridos responderam afirmativamente, e isto apenas no Vale da Amoreira. Por conseguinte, as atividades de automobilização não se encontram, na generalidade dos casos, diretamente ligadas à comunidade imigrante. Por outro lado, verifica-se também que uma parte substancial dos inquiridos, independentemente da atividade praticada, refere a existência de incentivos para a sua realização. Sem qualquer exceção, os resultados do inquérito mostram que a rede social de proximidade (família/amigos/colegas) desempenha o papel mais importante a este nível.

Relativamente ao contexto mais afetado pelos problemas que suscitam o envolvimento dos inquiridos nas diferentes atividades de automobilização, há diferenças significativas. Tanto no Alto da Cova da Moura como no Vale da Amoreira o país é o contexto mais referenciado. No entanto, no Vale da Amoreira, o inquirido ele próprio, a sua família ou quadro relacional de proximidade são igualmente relevantes. Curiosamente, no Alto da Cova da Moura, nenhuma atividade se encontra associada ao âmbito mais restrito e, em duas delas, os inquiridos referem o âmbito mundial como referencial para a automobilização. Por fim, é importante notar que algumas das atividades mais representativas para os inquiridos, nomeadamente greves, manifestações e petições, são todas associadas ao contexto nacional. Em certa medida, estes dados parecem contrariar parcialmente, ou pelo menos sugerir a necessidade de um entendimento mais subtil, o argumento de José Manuel O. Mendes e Ana Maria Seixas (2005: 110), segundo o qual, os protestos em Portugal «apresentam um perfil marcadamente localista, denotando o carácter específico e enraizado dos problemas que conduzem à mobilização e o impacte limitado das redes alargadas que são activadas para a concretização das reivindicações das pessoas e populações».

Concluída que está a leitura das diferentes dimensões analíticas constitutivas da cidadania, considera-se pertinente a construção de uma matriz que nos ofereça uma visão de conjunto, identificando as características gerais, bem como algumas especificidades que distinguem as atitudes e práticas dos jovens inquiridos no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira (Quadro 6.15).

Quadro 6.15. Cidadania no Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira: continuidades e contrastes

	Continuidades	Contrastes	
Mobilização cognitiva	desinteresse pela política; pouca discussão política; desinformação; dificuldade em tomar posição; eleições legislativas e presidenciais são as mais importantes.	embora reduzido, há mais interesse pela política no VA; embora reduzida, há mais discussão política no VA; embora reduzida, há mais informação no VA; há menos dificuldade em tomar posição no VA; as eleições autárquicas são muito desvalorizadas no ACM.	Atitudes
Exposição aos <i>media</i> informativos	reduzido consumo de jornais; elevado consumo de TV/Rádio.	consumos informativos orientados para a escala municipal no ACM.	
Participação imigrante	opinião favorável ao voto nas autárquicas (sob condição de permanência em território nacional); necessidade de maior participação na atividade política; áreas “desejáveis” de participação: 1º jurídico-legal; 2º económica; 3º cultural.	dimensões de intervenção imigrante no ACM: 1º económica; 2º jurídico-legal; 3º cultural; dimensões de intervenção imigrante no VA: 1º jurídico-legal; 2º cultural; 3º económica.	
Militância partidária e comportamento eleitoral	militância partidária em linha com Portugal e região de Lisboa; colaboração com partidos políticos em linha com Portugal e região de Lisboa; abstenção muito elevada.	abstenção eleitoral superior no ACM.	Práticas
Participação associativa	experiência associativa relevante (50-60%); desinteresse e falta de motivação são os dois motivos mais importantes para a inexistência de participação; diversidade associativa com predomínio das práticas desportivas; participação associativa é baixa nos últimos 12 meses; peso expressivo dos imigrantes no associativismo; família/amigos/colegas são importantes para o início da prática associativa.	participação associativa mais elevada no VA; o medo do associativismo gerar problemas foi o 3º motivo mais importante para a não participação no ACM; nunca ter pensado em participar é o 3º motivo mais importante para a inexistência de associativismo no VA; maior diversidade associativa no VA; associativismo juvenil é o 2º mais importante no ACM; práticas religiosas são o 2º tipo de associativismo mais importante no VA; com uma exceção, no ACM considera-se que o associativismo não faz intervenção pública (o oposto no VA).	
Automobilização	automobilização nos últimos 12 meses significativa (40-50%); desinteresse explica a inexistência de mais automobilização; atividades mais frequentes são as doações, greves, manifestações e petições; automobilização não está associada aos imigrantes; automobilização depende muito de incentivos e a família/amigos/colegas desempenham um papel central a este respeito; automobilização está ligada ao contexto nacional.	automobilização nos últimos 12 meses é superior no VA; 2º motivo mais importante para a inexistência de automobilização no VA é nunca ter pensado fazê-lo, motivo menos relevante no ACM; principal contexto dos problemas associados à automobilização é mais abrangente no ACM (mundo, bairro) que no VA (o próprio, família, proximidade).	

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

Se até aqui a nossa leitura se tem centrado nos contextos geográficos em si mesmos, enquanto espaços urbanos (económicos e culturais) relativamente homogéneos, gostaríamos agora de prestar alguma atenção à relação existente entre algumas diferenças sociais dos inquiridos, operacionalizadas a partir de cinco categorias distintas – sexo (homem/mulher), idade (jovem/jovem adulto), origem (portuguesa/estrangeira), escolaridade (baixa/média/elevada) e ocupação (inativo/ativo/estudante) – e as suas atitudes e práticas de cidadania (Quadro 6.16). Em termos gerais, verifica-se que a categoria mais relevante é, destacadamente, a

escolaridade, encontrando-se relacionada significativamente com nove indicadores de um total de dez. Num segundo plano, encontram-se o sexo e a origem, ambos com três indicadores e, por fim, a idade, relacionada apenas com um. A ocupação não apresenta qualquer relevância estatística, ou seja, o facto de um inquirido ser inativo (inválido ou desempregado), estudante ou ativo não se reflete significativamente no seu perfil atitudinal/comportamental.

Quadro 6.16. Diferenças sociais e cidadania^a

Dimensão de análise	Indicador	Sexo	Idade	Origem	Escolaridade	Ocupação
Mobilização cognitiva	interesse pela política	-	0,002	-	0,006	-
	nível de informação política	-	-	-	0,003	-
	grau de dificuldade em tomar posição sobre política	-	-	0,000	0,002	-
Exposição aos <i>media</i> informativos	frequência com que lê jornais	0,007	-	-	0,000	-
	frequência com que vê ou ouve televisão ou rádio	-	-	-	0,005	-
Participação imigrante	participação imigrante na política	0,007	-	-	0,000	-
	objetivo da participação imigrante	0,004	-	-	-	-
	opinião sobre direito de voto dos imigrantes nas eleições autárquicas	-	-	-	0,003	-
Participação associativa	é ou foi membro/sócio de associação + participou nos últimos 12 meses em atividades associativas	-	-	0,001	0,000	-
Automobilização	realizou atividades automobilizadas nos últimos 12 meses	-	-	0,003	0,000	-

Fonte: elaboração própria

^a só são apresentados os indicadores que apresentam um nível de significância do Qui-quadrado inferior a 0,01

No que diz respeito à escolaridade, esta encontra-se relacionada com todas as dimensões de análise consideradas. Regra geral, observa-se que os inquiridos com níveis de escolaridade mais elevados (i.e. estudos superiores ao nível do bacharelato, licenciatura, pós-graduação, mestrado ou doutoramento) apresentam um melhor desempenho em termos de mobilização cognitiva. Por exemplo, enquanto 63% daqueles que têm escolaridade elevada se declaram bastante e muito interessados pela política, apenas 23% dos inquiridos com baixa escolaridade (i.e. sem estudos/analfabetos, primário (in)completo, 2º ciclo) o fazem. De modo semelhante, 54% dos mais escolarizados consideram-se bastante e muito informados sobre assuntos políticos, contra apenas 16% dos menos instruídos. Destes, somente 18% declaram ser fácil e muito fácil tomar posição sobre política, contrastando com os cerca de 57% de inquiridos altamente escolarizados que manifestam a mesma opinião. Por outro lado, também em termos

de exposição aos *media* informativos este contraste é evidente. Quando consideramos a frequência de leitura de jornais, por exemplo, constata-se que 73% dos inquiridos pouco escolarizados nunca ou raramente o faz, resultado que se fica apenas pelos 33% para os mais escolarizados. Relativamente à participação imigrante, observa-se também uma diferença significativa. Efetivamente, enquanto cerca de 34% dos inquiridos menos escolarizados consideram que os imigrantes não devem participar mais na vida política, apenas 8% dos mais escolarizados manifestam a mesma opinião. Esta diferença prolonga-se também para as dimensões da participação associativa e da automobilização, embora os resultados sejam mais contrastantes no primeiro caso: 79% dos inquiridos mais escolarizados apresenta ou já apresentou algum tipo de envolvimento associativo contra apenas 34% dos menos escolarizados. Não sendo possível avançar explicações definitivas para estes contrastes, julgamos que a maior exposição aos *media* informativos por parte dos inquiridos mais instruídos, pode gerar neles uma maior abertura e tolerância, bem como uma menor adesão a princípios mais conservadores. Na verdade, a posse de mais competências pode também estar na base do menor “receio” que manifestam relativamente ao potencial reforço do papel político dos estrangeiros na sociedade portuguesa. Por fim, como dominam melhor o sistema sócio-político (ou acreditam que o compreendem melhor), acreditam mais que a sua automobilização se pode traduzir em resultados efetivos.

Quando passamos para o sexo, verifica-se que este se encontra relacionado com a exposição aos *media* informativos, nomeadamente, com a frequência de leitura de jornais, embora as diferenças não sejam muito expressivas. Salienta-se, porém, o facto de 20% dos inquiridos do sexo masculino lerem jornais diariamente e apenas 12% das mulheres o fazerem com a mesma frequência. De modo similar, também no que toca à participação imigrante, em que o sexo é uma categoria social relevante, as diferenças não são muito contrastantes. Assim, verifica-se que cerca de 21% dos homens inquiridos considera que os imigrantes não devem participar mais na vida política, apresentando as mulheres um valor de 12%. Por outro lado, quando se trata dos objetivos associados à participação imigrante, os homens privilegiam a dimensão económica (59%), as mulheres, a dimensão jurídico-legal (58%).

Passando agora para a origem, constata-se que esta é relevante ao nível da mobilização cognitiva, mais concretamente, em termos do grau de dificuldade em tomar posição acerca de assuntos políticos. Como seria de esperar, atendendo aos seus défices de conhecimento e reconhecimento, os inquiridos estrangeiros apresentam níveis de dificuldade superior: 70%

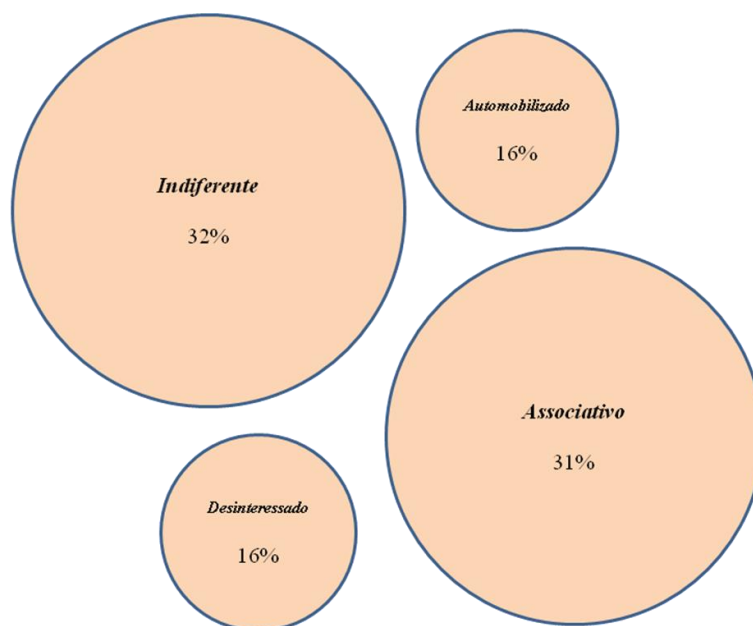
deles julgam ser difícil e muito difícil tomar posição, valor que desce para 53% no caso dos inquiridos de origem portuguesa. Esta distinção revela-se também quando se trata da participação associativa, na medida em que 61% dos inquiridos portugueses se encontram ligados à vida associativa, ao passo que apenas 48% dos estrangeiros o fazem. No caso da automobilização, a diferença é ligeiramente inferior, dado que 53% dos portugueses e 41% dos estrangeiros se encontram ligados a alguma das atividades sociais e políticas que a configuram.

Por último, a idade está ligada à mobilização cognitiva, através do interesse pela política. Embora o contraste entre os inquiridos mais jovens (15-24 anos) e os jovens adultos (25-34 anos) não seja muito evidente, gostaríamos de destacar o facto de quase 18% destes últimos se declarar muito interessado em política, contra apenas cerca de 8% dos primeiros. A avaliar pelos resultados obtidos, o interesse pela política parece efetivamente requerer uma certa maturidade intelectual e cognitiva.

A aplicação do procedimento estatístico multi-etápico anteriormente descrito ao conjunto de indicadores que temos vindo a explorar individualmente (ver Anexo 5), permite-nos examinar de modo mais integrado os indicadores de cidadania, tornando possível o estabelecimento de uma tipologia e a identificação e descrição de quatro perfis de cidadania com características bem definidas (Figura 6.6). Por ser residual, representando apenas 31 inquiridos (aproximadamente 5% do total), e se revelar particularmente difícil de caracterizar, não iremos proceder à descrição do quinto perfil.

O perfil *indiferente* (n=207) é mais usual no Vale da Amoreira. Corresponde ao grupo maioritário, onde estão sobre-representados os inquiridos com nacionalidade portuguesa, inseridos num quadro familiar em que a mãe tem o ensino primário completo e o pai é reformado, que consideram que o problema mais importante são os transportes e associam os jovens à marginalidade, insegurança e criminalidade. Não apresentam quaisquer envolvimento em termos de participação associativa ou automobilização, a exposição aos *media* informativos bem como a mobilização cognitiva é inexistente e o voto (autárquico e legislativo) é visto como algo sem qualquer importância. Em suma, a participação associativa é algo que nunca fez parte das preocupações dos *indiferentes*.

Figura 6.6. Perfis de cidadania no Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira



Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

O perfil *desinteressado* (n=103), por seu turno, mais expressivo no Alto da Cova da Moura, agrupa os inquiridos cabo-verdianos sem nacionalidade portuguesa, que não se sentem discriminados e se preocupam com as questões da criminalidade e insegurança, pobreza e desemprego e condições de habitação. Frequentam o ensino profissional ou o 2º ciclo, são católicos, acreditam que o rendimento do agregado familiar vai dando para viver, inserem-se num quadro familiar marcado pelo analfabetismo do pai e pela fragilidade profissional da mãe. Apresentam uma cidadania de baixa intensidade, não votam porque não podem fazê-lo e atribuem pouca importância ao voto, têm uma exposição aos *media* informativos muito reduzida e são pouco informados sobre política, sentindo dificuldades em tomar posição sobre assuntos desta natureza. Adicionalmente, não consideram que os imigrantes devam participar mais na vida política, embora sejam favoráveis ao seu voto nas eleições autárquicas após algum tempo de residência em território nacional. Por último, não se sentem interessados nem motivados para levar a cabo práticas automobilizadas e têm pouco interesse na política nacional.

O perfil *associativo* (n=199), que se encontra mais no Vale da Amoreira, é constituído por jovens com um autoposicionamento relativamente elevado na escala social (entre 5 e 6) e nacionalidade portuguesa, que consideram que o rendimento atual do agregado familiar lhes permite viver confortavelmente. Apresentam uma inserção profissional relativamente

privilegiada, um quadro familiar medianamente escolarizado (ao nível do ensino secundário) e preocupam-se com as questões do consumo e tráfico de drogas, pobreza e desemprego e a qualidade do espaço público. Têm uma conceção francamente positiva da juventude, que associam à amizade e convivialidade e distanciam de quaisquer problemas. Encontram-se ligados associativamente a organizações religiosas, grupos desportivos, associações culturais ou do grupo étnico, às quais atribuem um papel importante ao nível da intervenção na esfera pública. Em termos de automobilização, as suas práticas circunscrevem-se às doações para causas públicas e ao boicote de determinados produtos. O envolvimento no associativismo e na automobilização dependem de incentivos articulados no seio de relações familiares e de amizade. Consideram o voto nas autárquicas bastante importante e estão bastante informados relativamente à política nacional, considerando de fácil compreensão aquilo que ocorre às escalas municipal e internacional.

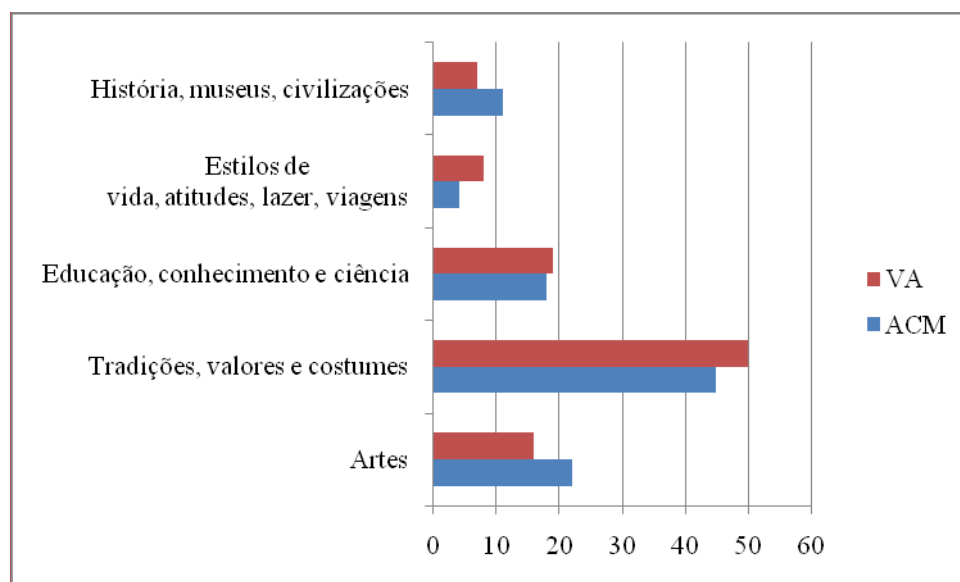
O perfil *automobilizado* (n=105), mais expressivo no Alto da Cova da Moura, é constituído por jovens que consideram a estigmatização e a imagem como aspetos particularmente preocupantes, apresentam um autoposicionamento muito baixo na escala social (nível 2), consideram muito difícil viver com o rendimento atual do agregado familiar, são vítimas de discriminação em múltiplos contextos e o seu quadro familiar é muito frágil do ponto de vista das qualificações escolares (ensino primário incompleto). Apresentam práticas de automobilização diversificadas – manifestações, doações, greves, petições e abaixo-assinados – cujo desenvolvimento depende de incentivos que, nas mais das vezes, são proporcionados pela família, amigos ou colegas e estão ligadas a problemas que afetam todo o país. O voto autárquico, por seu turno, é negligenciado, mesmo quando a ele se tem direito e atribui-se uma importância central à dimensão económica na participação imigrante. Os consumos informativos dos *automobilizados* são muito frequentes (diariamente) e cobrem todas as escalas (municipal, nacional, internacional).

6.5. Cultura: posicionamento, produção e consumo

Neste ponto debruçamo-nos sobre algumas das dinâmicas culturais existentes no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira. É importante não esquecer que o foco deste estudo incide sobre as artes enquanto instrumento de cidadania, não se justificando, em nosso entender, um debate mais aprofundado sobre o conjunto de questões que iremos agora apenas aflorar. Deste

modo, a nossa atenção recai, num primeiro momento, sobre aquilo a que chamamos posicionamento, ou seja, a opinião dos inquiridos acerca da cultura e, num segundo momento, sobre o tipo de produção e consumo cultural que apresentam. Sacrificando muita da complexidade que este debate encerra, consideramos, ainda assim, não ser incorreto afirmar que as artes são parte integrante de um conjunto vasto de atividades humanas que configuram o campo da cultura. Para compreender o posicionamento dos inquiridos relativamente a esta problemática começámos por lhes perguntar qual a importância da cultura. Tanto no Alto da Cova da Moura (60%) como no Vale da Amoreira (57%), a maior parte dos inquiridos confere à cultura muita importância. Por outro lado, quando tentamos perceber qual a importância atribuída pelos inquiridos às artes no campo da cultura, os resultados em ambos os contextos apresentam também uma notável semelhança (Figura 6.7). Constata-se, efetivamente, o predomínio de uma conceção algo tradicionalista da cultura, associada a valores e costumes. As artes ocupam uma posição intermédia (2º lugar no Alto da Cova da Moura (22%) e 3º lugar no Vale da Amoreira (22%)), indo de par com a educação, o conhecimento e a ciência. Menos frequentes são as ligações da cultura à história, museus e civilizações, bem como aos estilos de vida, atitudes, lazer e viagens.

Figura 6.7. Quando penso em cultura penso em... (%)



Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

No que diz respeito à produção cultural dos inquiridos (Quadro 6.17), constata-se que a maior parte deles nunca realizou nenhuma das atividades identificadas. Confirma-se, pois, «a debilidade das práticas que envolvem, não apenas uma relação de consumo, mas formas de participação expressiva e criativa» (Abreu, 2000: 125). Aquelas que apresentam piores resultados, são as artes performativas (teatro, dança, circo, ópera) e os trabalhos manuais (cerâmica, costura, escultura), que mais de 80% dos inquiridos nunca praticaram. Em contraposição, a realização de fotografia ou vídeo apresenta os valores mais elevados, sendo a atividade que mais inquiridos praticam (entre 40 a 50%). Evidentemente, hoje, a natureza quase ubíqua dos meios tecnológicos necessários para o desempenho desta atividade específica, ajudam a perceber este resultado. Como sugerem Rui Telmo Gomes e Vanda Lourenço (2009), os jovens parecem ter particular apetência para explorar a versatilidade associada a novos suportes de criação artística.

Quadro 6.17. Produção cultural no Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira (%)^a

	Com que regularidade...		Qual o motivo pelo qual...		Com quem...		Onde...		Porque motivo nunca...	
	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA
Canta ou toca instrumentos musicais	nunca (84)	nunca (76)	lazer (87)	lazer (99)	amigos (72)	sozinho (55)	bairro (40)	casa (54)	não tem interesse (47)	não tem interesse (43)
Pratica artes performativas	nunca (82)	nunca (83)	lazer (96)	lazer (81)	amigos (77)	amigos (76)	bairro (27)	bairro (49)	não tem tempo (43)	não tem interesse (46)
Escreve música, poesia, contos, diários ou artigos	nunca (69)	nunca (75)	lazer (99)	lazer (88)	sozinho (81)	sozinho (81)	casa (79)	casa (77)	não tem interesse (62)	não tem interesse (60)
Faz fotografia ou vídeo	nunca (62)	nunca (50)	lazer (94)	lazer (91)	amigos (42)	amigos (52)	concelho (44)	bairro (27)	não tem interesse (39)	não tem interesse (61)
Desenha ou pinta	nunca (83)	nunca (70)	lazer (88)	lazer (72)	sozinho (68)	sozinho (69)	casa (82)	casa (65)	não tem interesse (59)	não tem interesse (65)
Executa trabalhos manuais	nunca (89)	nunca (85)	lazer (66)	lazer (51)	sozinho (52)	sozinho (56)	casa (53)	casa (64)	não tem interesse (56)	não tem interesse (52)

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

^a só são apresentados os resultados mais expressivos

Apesar de alguns contrastes mais significativos (> 10%), a “aridez” ao nível da produção cultural é comum a ambos os contextos geográficos. Por outro lado, no tocante às motivações associadas ao desempenho das diferentes atividades, o lazer ocupa um lugar de grande destaque (ver Rosales *et al.*, 2009). Destacam-se, no entanto, pelos resultados particularmente expressivos, a produção musical (cantar ou tocar) no Vale da Amoreira e a escrita (diversos géneros) no Alto da Cova da Moura. Um estudo recente, levado a cabo por Marzia Grassi (2008), mostra, efetivamente, que a música desempenha um papel central nas vidas de muitos jovens de origem africana. Os resultados evidenciam também que a produção cultural é, para a generalidade dos inquiridos, uma atividade que se leva a cabo individualmente ou juntamente com um grupo de amigos. Individualmente, sobressaiem a escrita, o desenho e os trabalhos manuais; coletivamente, as artes performativas e a fotografia ou vídeo. A única atividade em que os contextos sociais de produção são distintos é a produção musical que, no Alto da Cova da Moura, 72% dos inquiridos afirmam ser uma prática coletiva e, no Vale da Amoreira, 55% consideram eminentemente individual. No que diz respeito aos espaços de produção cultural, os resultados parecem acompanhar o que acabámos de observar na esfera social, verificando-se um grande predomínio da casa e do bairro, isto é, dos espaços doméstico e público de proximidade (ver Barbosa e Ramos, 2008). Previsivelmente, as atividades de cariz produtivo mais individualizado (escrita, desenho e trabalhos manuais) encontram-se normalmente associadas ao espaço doméstico e as atividades coletivas (artes performativas), ao espaço público de proximidade (com a única exceção da produção fotográfica ou vídeo no Alto da Cova da Moura, em que 44% dos inquiridos identificam o concelho como espaço de prática). Por último, observa-se também que, com exceção das artes performativas no Alto da Cova da Moura, onde 43% dos inquiridos declaram ser a falta de tempo o principal motivo para o seu não envolvimento, a generalidade dos respondentes se afirma desinteressada pelas diferentes atividades identificadas e, por isso, permanece à margem de qualquer produção cultural.

No que diz respeito aos consumos culturais (Quadro 6.18), observa-se que o Alto da Cova da Moura e o Vale da Amoreira apresentam um padrão de regularidade muito semelhante. Metade das atividades apresentadas, designadamente aquelas que requerem uma maior disponibilidade de recursos (económicos, culturais, etc.), não são praticadas pela maior parte dos inquiridos. Já as festas de carácter popular apresentam uma regularidade anual, o

cinema apresenta um padrão mensal e o consumo de jornais, televisão, rádio e música são atividades que a maior parte dos inquiridos afirma realizar diariamente ou quase. O peso muito substancial destas últimas é, justamente, um dos traços mais definidores dos consumos culturais dos portugueses (ver Abreu, 2004; Santos, 1998), em geral, e das comunidades de origem africana (ver Malheiros e Esteves, 2013), em particular.

Quadro 6.18. Consumo cultural no Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira (%)^a

	Com que regularidade...		Qual o motivo pelo qual...		Com quem...		Onde...		Porque motivo nunca...	
	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA	ACM	VA
Frequenta museus, exposições e monumentos	nunca (52)	nunca (52)	estudo (64)	estudo (48)	amigos (39)	amigos (44)	concelho de Lisboa (75)	concelho de Lisboa (50)	não tem interesse (43)	não tem interesse (35)
Frequenta bibliotecas e arquivos	nunca (48)	nunca (47)	estudo (70)	estudo (63)	sozinho (58)	sozinho (48)	concelho de residência (48)	bairro (54)	não tem tempo (52)	não tem interesse (53)
Lê jornais e revistas	diariamente ou quase (40)	diariamente ou quase (51)	lazer (93)	lazer (91)	sozinho (92)	sozinho (93)	casa (67)	casa (72)	não tem interesse (55)	não tem interesse (52)
Lê livros (não escolares)	nunca (39)	nunca (43)	lazer (95)	lazer (90)	sozinho (96)	sozinho (97)	casa (91)	casa (90)	não tem tempo (63)	não tem interesse (62)
Ouve música	diariamente ou quase (99)	diariamente ou quase (93)	lazer (99)	lazer (98)	sozinho (60)	sozinho (80)	casa (70)	casa (79)	—	não tem tempo (38)
Frequenta cinemas	pelo menos uma vez por mês (44)	pelo menos uma vez por mês (31)	lazer (100)	lazer (99)	companheiro/a (62)	amigos (58)	concelho de Lisboa (76)	noutros concelhos (44)	não tem tempo (25)	não tem tempo (36)
Assiste a espetáculos de música clássica/erudita	nunca (94)	nunca (85)	lazer (94)	lazer (88)	amigos (39)	amigos (71)	concelho de Lisboa (50)	concelho de Lisboa (50)	não tem interesse (74)	não tem interesse (51)
Assiste a espetáculos de música popular/contemporânea	nunca (47)	nunca (40)	lazer (99)	lazer (97)	amigos (42)	amigos (75)	concelho de Lisboa (63)	noutros concelhos (36)	não tem interesse (50)	não tem interesse (39)
Assiste a espetáculos de artes performativas	nunca (47)	nunca (46)	lazer (97)	lazer (93)	amigos (50)	amigos (68)	concelho de Lisboa (66)	no bairro (32)	não tem tempo (42)	não tem tempo (34)
Frequenta festas de carácter popular	pelo menos uma vez por ano (62)	pelo menos uma vez por ano (54)	lazer (99)	lazer (97)	amigos (65)	amigos (77)	bairro/concelho de residência (38)	no bairro (38)	não tem interesse (39)	não tem interesse (46)
Vê televisão	diariamente ou quase (97)	diariamente ou quase (95)	lazer (99)	lazer (96)	família (55)	família (51)	casa (96)	casa (99)	—	não tem tempo (40)
Ouve rádio	diariamente ou quase (37)	diariamente ou quase (42)	lazer (98)	lazer (96)	sozinho (49)	sozinho (79)	casa (75)	casa (79)	não tem interesse (48)	não tem interesse (60)

Figura: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

No que toca às motivações subjacentes aos diferentes tipos de consumos culturais, o lazer é predominante. As únicas exceções são, por um lado, a frequência de museus, exposições e monumentos e, por outro, a de bibliotecas e arquivos, relativamente às quais a maior parte dos inquiridos associa o estudo. Configura-se, pois, uma lógica de fruição hedonista a que João Teixeira Lopes (1998) chamou “estética da diversão”, intimamente ligada aos consumos culturais e artísticos juvenis. Num registo mais elaborado, que ajuda a perceber os resultados obtidos neste domínio específico, Isabel Cruz Silva (2010: 187) sugere que «no contexto do hedonismo moderno, a actividade central do consumo é a procura do prazer imaginativo associado a um produto, o prazer das experiências auto-ilusivas construídas a partir de significados associados. Neste sentido, as expectativas emocionais e hedonistas tornam-se determinantes na escolha dos bens e serviços consumidos». Curiosamente, a motivação subjacente aos consumos dos inquiridos, parece colidir com a posição relativamente marginal que atribuem aos estilos de vida, atitudes, lazer e viagens (rever Figura 6.7).

Relativamente ao tipo de sociabilidades associadas aos consumos culturais, constata-se que o número de atividades realizadas coletivamente é apenas ligeiramente superior àquelas que são consumidas individualmente. Regra geral, os diferentes tipos de espetáculos são as atividades que mais frequentemente são experienciadas coletivamente. Outras atividades, como ouvir rádio ou ler, são normalmente praticadas individualmente. Observa-se também que, em termos de consumos coletivos, com exceção dos consumos televisivos em que a família assume um papel central, o grupo de amigos é o quadro relacional mais expressivo. Os espaços de consumo correlacionam-se com os quadros sociais, destacando-se a grande importância do concelho de Lisboa, no caso dos inquiridos no Alto da Cova da Moura, e do bairro, no caso do Vale da Amoreira. O conjunto de consumos de natureza mais individualizada tende a ocorrer mais frequentemente no espaço doméstico, corroborando a ideia de que a domesticidade é estruturante ao nível dos consumos culturais (ver Silva e Santos, 2010). Como sublinhou Lopes (*ibid.*: 187), «certos grupos socialmente desfavorecidos caracterizam-se por concentrarem quase exclusivamente as suas práticas nas modalidades domésticas receptivas, em particular o visionamento. Estes grupos possuem redes de relacionamento extremamente circunscritas (parentesco e vizinhança). O investimento na cultura está longe de lhes surgir como compensatório». Surpreendentemente certa, esta observação revela-se particularmente adequada aos contextos geográficos sobre os quais

lançamos agora o nosso olhar. Por fim, o desinteresse e a falta de tempo são os motivos mais invocados pelos inquiridos para a inexistência de quaisquer consumos culturais.

A partir das três dimensões que temos vindo a descrever – posicionamento, produção, consumo – construímos uma matriz analítica que nos oferece uma perspetiva mais integrada dos resultados obtidos (Quadro 6.19).

Quadro 6.19. Cultura no Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira: continuidades e contrastes

	Continuidades	Contrastes
Posicionamento	cultura é considerada muito importante; predomina uma conceção tradicionalista da cultura; artes ocupam um papel de relevo no campo cultural.	artes têm maior importância relativa no Alto da Cova da Moura
Produção	maior parte nunca se envolveu em atividades de produção; atividades menos frequentes são as artes performativas e os trabalhos manuais; atividade mais frequente é a produção de fotografia e vídeo; lazer é o motivo mais importante; atividades são realizadas individualmente ou com amigos; casa e bairro são os espaços de produção mais expressivos; desinteresse é o principal motivo para inexistência de produção.	produção musical é uma atividade coletiva no Alto da Cova da Moura e individual no Vale da Amoreira; no Alto da Cova da Moura, o principal motivo para o não envolvimento nas artes performativas é a falta de tempo.
Consumo	atividades mais “exigentes” do ponto de vista económico, da acessibilidade geográfica e da “descodificação” (ex: visitar museus, exposições e monumentos, assistir a espetáculos) nunca são realizadas; jornais, televisão, rádio e música são consumidos diariamente ou quase; festas populares (anualmente) e cinema (mensal) também são importantes; lazer é a principal motivação; atividades são realizadas individualmente ou com amigos; desinteresse e falta de tempo são principais motivos para inexistência de consumo.	o concelho de Lisboa é um espaço de consumo relevante para o Alto da Cova da Moura e, no Vale da Amoreira, o próprio bairro se revela importante.

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

À semelhança do exercício levado a cabo para a cidadania, também aqui gostaríamos de deslocar o nosso olhar para o plano da relação entre o mesmo conjunto de cinco categorias sociais elementares (sexo, idade, origem, escolaridade e ocupação), e diferentes indicadores de produção e consumo cultural (Quadro 6.20). Tal como havia sucedido relativamente às

atitudes e práticas de cidadania, também a este nível, a escolaridade é a categoria social mais significativa, dado que se encontra estatisticamente relacionada com sete indicadores de um total de doze, seguindo-se a idade (5/12), o sexo (4/12), a origem (4/12) e a ocupação (3/12). Observa-se também que todas as categorias sociais se encontram relacionadas com as dimensões da produção e do consumo cultural.

Quadro 6.20. Diferenças sociais e cultura^a

Dimensão de análise	Indicador	Sexo	Idade	Origem	Escolaridade	Ocupação
Produção	regularidade com que canta ou toca instrumentos musicais	0,007	–	–	–	–
	regularidade com que pratica artes performativas	0,006	0,003	–	–	0,006
	regularidade com que escreve música, poesia, contos, artigos	–	0,000	–	–	–
	regularidade com que faz fotografia ou vídeo	–	–	0,000	0,002	–
	regularidade com que desenha ou pinta	–	0,005	0,008	–	–
Consumo	regularidade com que frequenta museus, exposições e monumentos	–	–	0,001	0,000	0,002
	regularidade com que frequenta bibliotecas e arquivos	–	0,000	–	0,000	0,000
	regularidade com que lê jornais e revistas	0,000	–	–	0,000	–
	regularidade com que lê livros (não escolares)	0,005	–	–	0,000	–
	regularidade com que frequenta cinemas	–	–	–	0,000	–
	regularidade com que vê televisão	–	–	–	0,000	–
	regularidade com que ouve rádio	–	0,002	0,001	–	–

Fonte: elaboração própria

^a só são apresentados os indicadores que apresentam um nível de significância do Qui-quadrado inferior a 0,01

Relativamente à produção cultural, a escolaridade encontra-se unicamente ligada à regularidade com que os inquiridos fazem fotografia ou vídeo. O contraste existe pois enquanto cerca de 33% dos mais escolarizados afirmam fazê-lo até uma vez por mês, apenas 16% dos menos escolarizados apresentam a mesma regularidade. No entanto, é ao nível dos consumos culturais que as diferenças são mais notórias e expressivas. Por exemplo, 84% dos inquiridos com menores níveis de escolaridade nunca frequentaram museus, exposições e monumentos, contra apenas 29% dos mais escolarizados. Do mesmo modo, enquanto apenas 17% destes últimos nunca estiveram em bibliotecas ou arquivos, são aproximadamente 78%

os inquiridos pouco escolarizados que nunca tiveram estas práticas. Também ao nível da leitura de jornais o contraste é flagrante, dado que 75% dos inquiridos mais escolarizados afirma fazê-lo diariamente, contra apenas 25% dos menos instruídos. Por fim, refira-se também o facto de 69% destes últimos nunca ter lido livros (não escolares), valor que desce para 21% no caso dos inquiridos com nível de escolaridade mais elevada. Relativamente a consumos mais usuais, como o cinema e a televisão, as diferenças não são tão expressivas.

A idade, por sua vez, é a única categoria social cuja relação se estabelece predominantemente com a produção cultural. Os inquiridos mais jovens (15-24 anos) apresentam sempre uma regularidade maior que os jovens adultos (25-34 anos), porventura traduzindo uma menor dedicação e consumo de tempo orientados para o trabalho e a vida familiar, bem como um maior estímulo a práticas culturais (e desportivas) complementares do estudo ou enquanto ocupação dos tempos livres. Assim, por exemplo, constata-se que 11% deles praticam artes performativas até uma vez por semana, contra apenas 3% dos mais velhos. Ademais, enquanto 27% dos mais jovens escrevem música, poesia, contos, artigos até uma vez por mês, apenas 12% dos jovens adultos o faz. Por fim, com a mesma regularidade, apenas cerca de 12% dos mais velhos desenha ou pinta, contra aproximadamente 22% dos mais jovens. No que toca aos consumos culturais, o cenário é mais equilibrado. Por um lado, ao nível das bibliotecas e arquivos, a tendência permanece igual, com 43% dos inquiridos mais jovens a declararem uma frequência que é no mínimo mensal, contrastando com 16% dos mais velhos; por outro, enquanto 46% destes ouvem rádio diariamente, apenas 35% dos mais jovens o faz com a mesma regularidade.

A diferenciação através do sexo do inquirido é mais subtil que a que se observa ao nível da escolaridade e da idade. Na dimensão da produção cultural, que diz respeito à regularidade com que se canta ou toca instrumentos musicais, os inquiridos do sexo masculino apresentam um resultado mais elevado: 19% deles cantam ou tocam até uma vez por mês e apenas 11% das mulheres fazem o mesmo. Quanto às artes performativas, o cenário é o inverso, existindo 14% das mulheres que as exercem até uma vez por mês contra apenas 8% dos homens. Passando agora para o consumo cultural, é possível constatar, embora a diferença não seja muito grande, que as mulheres inquiridas leem mais frequentemente jornais e revistas que os homens: 77% delas fazem-no até uma vez por semana contra 69% dos inquiridos do sexo masculino. Ao nível da leitura de livros (não escolares) observa-se alguma continuidade, com cerca de 14% das inquiridas e 9% dos inquiridos a apresentarem hábitos de

leitura diários.

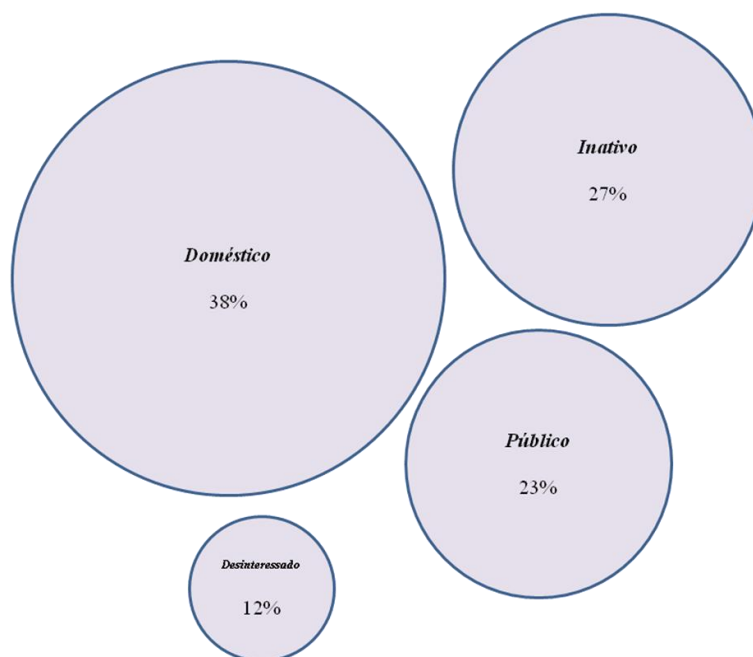
A origem dos inquiridos é também relevante. Em termos gerais, constata-se que os estrangeiros apresentam resultados piores que os inquiridos de origem portuguesa. Ao nível da produção existem, por exemplo, 15% de inquiridos portugueses que fazem fotografia ou vídeo diariamente e apenas 4% de estrangeiros. No que toca ao desenho e pintura, por sua vez, são apenas 3% os estrangeiros que o fazem diariamente, comparando com cerca de 8% de inquiridos portugueses. Em termos de consumo, por um lado, pouco mais de 58% dos estrangeiros e 46% dos autóctones nunca visitaram museus, exposições e monumentos, por outro, 45% destes ouve rádio diariamente contra apenas 35% de inquiridos estrangeiros.

Por último, contrariamente ao que sucede ao nível das atitudes e práticas de cidadania, a ocupação desempenha aqui um papel relevante. Efetivamente, constata-se que os inquiridos estudantes apresentam práticas de produção e consumo cultural mais regulares que os ativos e os inativos. Enquanto 12% os estudantes praticam artes performativas, até uma vez por semana, apenas 7% dos inativos e 3% dos ativos o fazem com a mesma regularidade. Adicionalmente, 69% dos inativos e 56% dos ativos nunca visitaram museus, exposições e monumentos, contrastando com os cerca de 43% de estudantes que também nunca o fizeram. Por fim, e talvez mais sintomático da importância do contexto escolar para o fomento das práticas culturais, são apenas 6% os inativos e 9% os ativos que frequentam bibliotecas e arquivos, até uma vez por semana, contra quase 26% de estudantes que o fazem com a mesma regularidade.

A análise estatística multi-etápica elaborada a partir do conjunto de indicadores que temos vindo a examinar (ver Anexo 6) permitiu a identificação de quatro perfis culturais (Figura 6.8). O perfil *inativo* (n=174), mais comum no Vale da Amoreira, é constituído por jovens com o 2º ciclo que se encontram em situação de desemprego. Não produzem ou consomem quaisquer atividades culturais pois, curiosamente, não lhes agrada a oferta existente. O perfil *desinteressado* (n=80), por sua vez, mais expressivo no Alto da Cova da Moura, agrupa os jovens cabo-verdianos do sexo masculino, sem nacionalidade portuguesa, no máximo com o 2º ciclo de escolaridade, um quadro familiar pouco qualificado, com pai analfabeto e mãe com ensino primário incompleto, que consideram difícil viver com o rendimento atual. Apesar de acharem a cultura importante, associando-a à história, não têm interesse na maior parte das atividades e, para outras, falta-lhes tempo. A exceção é o consumo de rádio, que fazem sobretudo com amigos no contexto do bairro. Consumos

televisivos, musicais e idas ao cinema, são feitos maioritariamente com a família. O perfil *doméstico* (n=242) é constituído por jovens nascidos em Portugal, com o ensino secundário e um quadro familiar relativamente privilegiado (atingindo o pai o 3º ciclo de escolaridade) que, apesar disso, consideram muito difícil viver com o rendimento atual. A cultura é vista como algo muito importante e levam a cabo um vasto conjunto de atividades de produção e consumo cultural com uma regularidade assinalável. O lazer é a principal motivação para o seu envolvimento, apesar de nalguns casos o estudo ser também invocado. Privilegiam o contexto doméstico e individual, realizando, sozinhos em casa, a maior parte das atividades. Por fim, o perfil *público* (n=149), integra os inquiridos que se auto-posicionam a meio da escala social (nível 5) e praticam uma grande diversidade de atividades com grande regularidade. Fazem-no predominantemente com amigos no contexto do bairro, embora nalguns casos prefiram fazê-lo sozinhos. O prazer é o único motivo que os leva a produzir e consumir atividades culturais.

Figura 6.8. Perfis culturais no Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira



Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito (2011)

7. GTO LX, DRK e ValArt – a cidade como palco¹²

A nossa vida é um debate

Gisela Santos, ValArt

Neste capítulo, debruçamo-nos sobre aqueles que são, muito provavelmente, os principais protagonistas do TO na Região Metropolitana de Lisboa. A nossa abordagem comporta dois momentos distintos, embora, do nosso ponto de vista, complementares e indissociáveis. No primeiro, investigamos o GTO LX enquanto espaço e arquitetura institucional, o seu processo de desenvolvimento e a relação que estabelece com os diferentes grupos comunitários de TO, que, do nosso ponto de vista, constituem a sua razão de existir. Examinamos também, de modo mais aprofundado, os dois grupos – DRK e ValArt – que, a partir do Alto da Cova da Moura e do Vale da Amoreira, respetivamente, utilizam o TO enquanto instrumento de cidadania.

No segundo, abrimos um espaço (e um tempo) para que alguns elementos de ambos os grupos possam refletir sobre a sua própria experiência, designadamente, no que toca à origem do seu envolvimento com o TO, ensaiando um balanço crítico do percurso trilhado até agora no âmbito do grupo comunitário a que pertencem, colocando em evidência as principais dinâmicas transformadoras (individuais/coletivas) em curso e, por último, lançando alguma luz prospetiva sobre as possibilidades que conseguem hoje vislumbrar para o futuro da sua intervenção cidadã através da arte. Interessa-nos, sobretudo, perceber quais as principais dinâmicas e estratégias de transformação dos espaços (sub)urbanos injustos a que os jovens protagonistas do TO dão corpo nos seus próprios termos, isto é, a partir dos seus próprios posicionamentos e pelas suas próprias palavras.

7.1. Contributos para uma análise do GTO LX

O aparecimento do GTO LX é, do nosso ponto de vista, indissociável do caminho trilhado pela sua primeira diretora artística – Gisella Mendoza. Procuremos, então, reconstituir esse percurso, colocando em evidência os aspetos particularmente relevantes para a constituição do

¹² Parte deste capítulo corresponde à versão revista e atualizada de um capítulo publicado em *A Criatividade Urbana na Região de Lisboa* (ver Carmo, 2011b).

GTO LX. Com efeito, o seu interesse por assuntos relacionados com as problemáticas do desenvolvimento humano e da cidadania encontra-se intimamente ligado a um conjunto de projetos de cooperação e voluntariado nos quais Gisella esteve envolvida ainda na década de 1990, enquanto jovem estudante de gestão e cooperação internacional em Berlim. Como ela própria nos diz, *quando estive a estudar sempre trabalhei na área da cooperação, do voluntariado, fiz traduções, trabalhei muito na Agenda 21 local, sempre ao nível do associativismo que existe na Alemanha e é muito forte em Berlim. Não só fiz os estudos como também estive ligada a este tipo de organizações desde muito cedo*¹³. Na verdade, confidenciou-nos Gisella, *tirei o curso de gestão só para manter o meu pai na linha. A fazer uma coisa que ele achava que estava correta*¹⁴.

O primeiro contacto de Gisella Mendoza com o TO dá-se em 1996. À data voluntária numa organização de desenvolvimento – *Carl Duisberg Gesellschaft* – candidatou-se a um projeto de microcrédito em Cuba, com a duração de três meses, para o qual viria a ser selecionada. Foi então que, no período preparatório que antecedeu a sua ida, participou numa sessão de trabalho de três horas subordinada ao TO. Já no decorrer do estágio, teve também oportunidade de se deslocar à Costa Rica, para colaborar noutro projeto de natureza semelhante e de aí participar numa experiência de aplicação do TO em meios rurais. *O teatro era usado para abordar um projeto de microcrédito que não estava a funcionar, para saber porque é que isso acontecia*¹⁵. Com efeito, acrescenta Gisella, *é por aí que eu começo a olhar mais a sério para o TO como uma possibilidade, uma forma de intervir na recuperação comunitária através da arte, especificamente através do teatro*¹⁶.

Depois dessa experiência inicial, o seu percurso foi marcado por uma grande incerteza relativamente ao futuro e ao papel nele reservado para o teatro. Depois de Cuba, uma estadia em Londres durante um ano para prosseguir os estudos e novo regresso a Berlim para dar por encerrado esse capítulo. Após concluir o curso, no ano 2000, *eu estava prestes a tomar uma decisão. Acabo o curso e o que é que eu faço? Fico aqui, vou trabalhar noutro sítio? (...) uma coisa muito clara era que eu não queria Espanha. Então, ou era Itália, mais perto do sol e da mentalidade do sul, ou Portugal, que era melhor por causa da língua. Se eu voltasse um dia à*

¹³ Entrevista realizada a Gisella Mendoza a 14 de Setembro de 2011.

¹⁴ *ibid.*

¹⁵ *ibid.*

¹⁶ Entrevista realizada a Gisella Mendoza a 9 de Julho de 2010.

*América Latina, podia aumentar o leque de opções*¹⁷. Assim, após um período em busca de oportunidades, a Volkswagen Autoeuropa oferece-lhe a possibilidade de realizar um estágio de seis meses. A proposta não se concretiza e, no final do ano 2000, Gisella regressa à Alemanha determinada, porém, a encontrar um emprego em Portugal num período de aproximadamente três meses. Caso contrário, regressaria definitivamente à Alemanha. No início de Maio de 2001, começou a trabalhar na Unilever no domínio da construção e aplicação de indicadores de consumo de gelados, algo que em retrospectiva considera interessante mas muito pouco estimulante em termos criativos: *eu percebi que era muito interessante mas não era a minha cena*¹⁸. No entanto, durante o ano seguinte, seria essa a sua ocupação profissional.

As saudades do teatro eram muitas. De tal modo que, no Verão de 2002, insatisfeita com as características do trabalho que exercia e tentando reaproximar-se da experiência teatral anterior, resolveu fazer um curso de teatro convencional com a duração de três meses. Nessa altura, tomou consciência de que aquilo que a atraía no teatro não era o eventual protagonismo ou reconhecimento que este lhe podia dar enquanto atriz mas sim o facto deste possibilitar a reflexão crítica sobre os aspetos sociais e políticos mais significativos da vida humana. Assim, com um interesse renovado pelo TO, começou a estudar a obra de Augusto Boal. Segundo a própria, *em 2002 penso no que quero fazer, com a leitura do Boal e a experiência do teatro, descubro que é isso que eu quero*¹⁹. A opção estava tomada. Seria o TO que a iria acompanhar no futuro.

Nesse mesmo ano conheceu Diogo Mesquita²⁰, que a convidou para viajar até Moçambique. Mostrando-se insegura relativamente à decisão a tomar, Gisella considerou a possibilidade apenas sob a condição de poder apostar no TO, algo que lhe parecia francamente inverosímil – *nunca pensei que alguém em Moçambique fizesse TO*²¹. Contactou Boal, enviando-lhe um *e-mail* perguntando se ele conhecia algum praticante de TO em Moçambique, antecipando a ausência de resposta, dadas as múltiplas solicitações e o estatuto entretanto alcançado pelo dramaturgo e ativista brasileiro. Porém, pouco tempo depois, recebe uma resposta que, surpreendentemente, era afirmativa. Boal felicitou-a pela decisão e disse-lhe que existia efetivamente uma pessoa em Moçambique, nomeadamente Alvim Cossa, diretor do GTO-Maputo, que acabara de fazer um estágio patrocinado pela UNESCO no

¹⁷ Entrevista realizada a Gisella Mendoza a 14 de Setembro de 2011.

¹⁸ *ibid.*

¹⁹ *ibid.*

²⁰ Co-fundador do GTO LX (tendo desempenhado o cargo de diretor executivo).

²¹ *ibid.*

CTO. Ato contínuo, Gisella entra em contacto com Alvim que a acolheu de braços abertos.

Após ter feito uma formação inicial em Inhambane com a duração de uma semana, foi para Maputo onde, dada a sua formação em gestão, lhe foram atribuídas sobretudo tarefas nessa área, aparentemente uma lacuna importante no funcionamento do GTO-Maputo. No entanto, não era isso que Gisella ambicionava. *Eu disse ao Alvim, olha isto eu sei fazer, o que eu quero é fazer TO (...) preciso também de um desafio ao nível do teatro porque eu preciso de tomar uma decisão na minha vida*²². Consequentemente, Alvim disse-lhe que havia um grupo, situado numa pequena aldeia a quatro horas de distância de Maputo, a iniciar a sua atividade e em que estava envolvido um jovem que havia feito a mesma formação de Gisella em Inhambane.

Essa rica experiência de aprendizagem, em que basicamente fez o que continua hoje a fazer no contexto da Região Metropolitana de Lisboa, contribuiu decisivamente para ampliar a sua compreensão prática do TO. Como nos confidenciou Gisella, *uma coisa que me ficou muito clara do trabalho desenvolvido em Moçambique é que o TO é um tipo de teatro que se faz, ponto final, e que se faz nos territórios, ou seja, não é uma coisa para fazer ao nível teórico e para ensinar esta ou aquela teoria mas sim para ensinar no terreno e criar espaços de diálogo*²³. Sobretudo, acrescentou ainda num momento posterior, *a noção da comunidade, perceber que o TO não é uma questão teórica e filosófica, é uma questão de fazer e ver, montar a tendinha, o pano, e é ali que acontece e tem de acontecer (...) vamos pegar, ir lá, fazer, mesmo que ninguém apareça e queira ver. Foi isso que aprendi em Moçambique. A essência verdadeira para fazeres a mudança é não a fazeres em nome de (...) foi isso que eu aprendi. Tu vais lá e estás com eles e é com eles que fazes alguma coisa*²⁴.

Volvidos seis meses, no final de 2002, Gisella regressa a Portugal, onde se vê desempregada e com pouco dinheiro no bolso. Novamente com Diogo, toma a decisão de emigrar, desta feita para Amesterdão. Durante o ano seguinte, ele iria prosseguir os seus estudos ao abrigo do programa *Erasmus* e ela trabalharia com um único objetivo, *eu estava lá só para ganhar dinheiro (...) e foi uma experiência muito dura mas voltei da Holanda com 5 000 euros na carteira*²⁵. Embora não tivesse perdido o interesse pelo teatro, a língua revelou-se um obstáculo que não se preocupou em ultrapassar. *Eu não estava, não quis, não foi a*

²² *ibid.*

²³ Entrevista realizada a Gisella Mendoza a 9 de Julho de 2010.

²⁴ Entrevista realizada a Gisella Mendoza a 14 de Setembro de 2011.

²⁵ *ibid.*

*minha opção, aprender uma outra língua que não me ia dar nada. Eu não estava na Holanda porque adorava*²⁶. Essa experiência migratória viria a revelar-se um verdadeiro teste à sua determinação e capacidade de sacrifício.

Por volta de Outubro de 2003, recorda Gisella, *quando volto com dinheiro, começo então à procura dos grupos e organizações com quem podia colaborar. Podia pagar os bilhetes de transportes e tal aos jovens que não pudessem para poderem ir aos ensaios*²⁷. Deste modo, detinha já a necessária estabilidade económica e o desejo de retribuir os conhecimentos e as experiências adquiridas em Moçambique à comunidade africana da Região Metropolitana de Lisboa; afinal de contas, *é com base na experiência de Moçambique que eu digo que quero trabalhar com a comunidade de origem africana*²⁸. Com efeito, acrescenta, *apercebi-me de que, mesmo não sabendo, a maior parte dos oprimidos em Portugal, são pretos*²⁹.

Entretanto, por intermédio de um amigo que era formador na ACMJ, a quem explicou o que estava interessada em fazer, tomou conhecimento da existência de um bairro chamado Alto da Cova da Moura onde, segundo o mesmo, havia de tudo (ex: jovens grávidas, discriminação, desemprego). *Eu vou lá ver, e é importante porque nunca tinha tido a sensação dos slums, dos bairros pobres, na Europa, até chegar a Portugal. Quando chego lá, reconheço aquilo que eu também tinha experienciado na Colômbia (...) quando eu entro na Cova da Moura pensei, o meu país é assim, a única diferença é que aqui está tudo alcatroado*³⁰.

O contacto com a ACMJ dá-se através de Anabela Rodrigues³¹ que, para Gisella, é *a grande mentora, a pessoa que mais me ensinou ao nível da intervenção comunitária, não em termos teóricos mas através da observação de como fazer as coisas*³². Antes de criar um grupo comunitário de TO, porém, Gisella havia já começado a trabalhar com um grupo de dança constituído por jovens do bairro Estrela d'África, também na Amadora, que havia mostrado abertura para experimentar o TO. Como não havia um espaço adequado para os ensaios, Gisella acordou com a ACMJ a cedência do seu espaço polivalente, desde que, e esta foi a condição exigida pela ACMJ, os jovens residentes no Alto da Cova da Moura pudessem

²⁶ *ibid.*

²⁷ *ibid.*

²⁸ *ibid.*

²⁹ *ibid.*

³⁰ *ibid.*

³¹ Atualmente integra o grupo DRK e faz parte da direção do GTO LX.

³² Entrevista realizada a Gisella Mendoza a 14 de Setembro de 2011.

também envolver-se e participar nos ensaios. Assim foi.

Embora tivesse inicialmente havido uma grande adesão, progressivamente, o desinteresse foi-se instalando e os ensaios acabaram por terminar. De acordo com Gisella, tratam-se dos *problemas típicos de quando alguém faz uma intervenção isolada, não há parceiros, ninguém ganha dinheiro, os outros jovens também se vão desinteressando, depois como não havia mais jovens pararam os ensaios*³³. Assiste-se pois, ainda em 2003, à dissolução da primeira experiência comunitária de TO, levada a cabo em solo nacional, em que Gisella Mendoza esteve diretamente envolvida. Não obstante, mostrando interesse pelo trabalho desenvolvido, a ACMJ lançou-lhe vários convites para ministrar formações de TO, nomeadamente no campo da violência, que ela viria a declinar, por querer ter autonomia e liberdade para trilhar o seu próprio caminho.

Já em 2004, envolve-se com o GTOC, ministrando formações no âmbito de um projeto levado a cabo por esse grupo com reclusos do Estabelecimento Prisional de Coimbra. Relativamente a esta experiência, Gisella diz-nos que *o grupo de Coimbra, por exemplo, tinha um projeto na prisão que lhes ficava muito grande para a experiência que tinham e como eu estava à procura de espaços de experimentação, saía de Lisboa e, como tinha o dinheiro da Holanda, ia lá e fazia sessões semanais em Coimbra, para ganhar experiência, dar apoio e tal*³⁴. Como reconhece Luisa Conceição, curadora do GTOC, «o encontro com Gisella Mendoza, originária do Perú, e acabada de chegar de Moçambique, onde trabalhara durante seis meses com o GTO Maputo permitiu que físéssemos várias formações intensivas no seio do GTOC. Desta forma, e dando apoio nas sessões de TO no [Estabelecimento Prisional de Coimbra], e encarnando a curadora nas primeiras representações de teatro-fórum, a Gisella foi um dos motores de arranque deste projeto»³⁵.

Nesse mesmo ano, fruto da visibilidade e reconhecimento crescentes que o seu trabalho vinha adquirindo, seria convidada para participar na construção, no ano seguinte, do projeto DiverCidade, desenvolvido em Lisboa no âmbito do programa de iniciativa comunitária EQUAL. A partir de Agosto de 2005, Gisella passou a estar diretamente envolvida na dinamização do grupo de trabalho *empowerment* comunitário (GTEC)³⁶ que, a

³³ *ibid.*

³⁴ *ibid.*

³⁵ in <http://coop-mandacaru.blogspot.pt/p/gtoc-grupo-de-teatro-do-oprimido-de.html> [acedido em 20/01/2014].

³⁶ Inicialmente, o GTEC trabalhava também com populações ciganas. No entanto, no decurso do trabalho levado a cabo entre Janeiro e Julho de 2006, chegou-se à conclusão que as diferenças existentes justificavam a subdivisão do GTEC em dois grupos, ficando o GTO LX, daí em diante, com a responsabilidade do trabalho

partir do primeiro semestre de 2006 e até 2009, seria responsável por levar a cabo atividades visando, fundamentalmente, a capacitação e consciencialização social e política de populações imigrantes e minorias étnicas, nomeadamente, nos bairros do Alto da Cova da Moura e do Zambujal, no concelho da Amadora, e da Quinta das Laranjeiras e do Casal dos Machados, no município de Lisboa. Para além do GTO LX, a parceria de desenvolvimento constituída para dinamizar o GTEC, incluía também a Câmara Municipal da Amadora, a ACMJ e a Pastoral dos Ciganos (três parceiros fundadores), a Associação Nós, a Gebalis, a Associação CAIS e a Associação Nacional das Empresárias. Privilegiando o teatro-fórum em detrimento de outras técnicas de TO, uma tendência relativamente comum entre a comunidade transnacional de organizações praticantes de TO, como já antes havíamos assinalado, o GTEC visou a construção de projetos coletivos orientados para a resolução de problemas partilhados pelas comunidades acima mencionadas. Efetivamente, como sublinha Gisella, *achamos que ser muito bom em teatro-fórum é fundamental. Obrigatoriamente, para fazer teatro-fórum, faz-se teatro-imagem. Mas [o teatro-fórum] é fundamental para perceberes muito bem, fazer coisas politicamente comprometidas e que tocam as pessoas, que sejam relevantes e é a base para poderes partir do teatro-imagem com consciência do que estás a fazer, que não é uma brincadeira*³⁷.

Entretanto, no final de 2005, o volume de trabalho era já difícil de gerir e tornou-se necessária a criação de uma arquitetura institucional mais sólida que pudesse dar respostas adequadas às múltiplas solicitações. Como afirma Gisella, *na ação dois o EQUAL começa a ser tão exigente que é claro que não posso continuar a ter o escritório em minha casa*³⁸. Opinião corroborada por Diogo Mesquita, que nos conta que *a partir de 2005/2006 começa a ser formada uma organização, principalmente devido ao facto de eu ter entrado e do envolvimento num projeto grande que era o EQUAL que já tinha sido assegurado pela Gisella (...) a formalização vem por causa do EQUAL*³⁹.

No dia três de Outubro de 2005 foi, então, criado o GTO LX que, no artigo 1º dos seus estatutos é definido enquanto organização sem fins lucrativos cuja denominação oficial é GTO Grupo de Teatro do Oprimido. No artigo 2º, por sua vez, encontra-se plasmado o seu designio, designadamente, trabalhar na área do desenvolvimento comunitário e usar o teatro

desenvolvido no âmbito do subgrupo “População Africana”.

³⁷ Entrevista realizada a Gisella Mendoza a 9 de Julho de 2010.

³⁸ Entrevista realizada a Gisella Mendoza a 14 de Setembro de 2011.

³⁹ Entrevista realizada a Diogo Mesquita a 16 de Novembro de 2010.

como ferramenta lúdica para criar debate e reflexão sobre os problemas da sociedade moderna, com o objectivo de transformar o cidadão passivo em indivíduo pró-ativo, consciente dos seus direitos e deveres. Efetivamente, *o GTO LX cria espetáculos de teatro com pessoas que nunca pensaram que podiam ser atores ou atrizes (...) todos nós temos o direito de termos um espaço onde possamos ser criadores*⁴⁰.

Anos mais tarde, no dia 20 de Agosto de 2009, uma alteração parcial dos estatutos acrescentaria também ao artigo 2º as seguintes finalidades: i) capacitar as comunidades para o desenvolvimento de ações concertadas que se enquadrem nos seguintes domínios: erradicação da pobreza e da exclusão social, defesa dos direitos humanos e civis, promoção da igualdade entre homens e mulheres, revitalização e apropriação ativa da democracia, promoção efetiva da igualdade de oportunidades, prevenção da discriminação sob todas as suas formas, integração social dos imigrantes e dos seus descendentes, promoção da educação participativa, salvaguarda dos direitos das crianças, respeito pelos direitos dos idosos e apoio ao aproveitamento dos seus contributos sociais; ii) promover e apoiar a criação e desenvolvimento de organizações da sociedade civil como estratégia de resolução dos problemas comunitários.

Da leitura deste mesmo artigo 2º, na sua versão de 2009, resulta também que a concretização desses fins passa pela realização das seguintes atividades: i) dinamização de grupos, através da realização de campanhas de sensibilização dirigidas à sociedade em geral ou a diferentes grupos, nomeadamente, crianças, jovens, mulheres, idosos, homossexuais, refugiados, imigrantes e os seus descendentes e reclusos; ii) criação de peças de TO; iii) formação nas técnicas do TO, para qualquer pessoa singular ou coletiva que necessite desta metodologia para desempenhar melhor o seu trabalho; iv) digressão a nível nacional e internacional para apresentar as peças de teatro e intercâmbio de experiências; v) produção de espetáculos teatrais; vi) reforço do trabalho de rede entre outros grupos de TO nos países de língua portuguesa, em particular, e no mundo em geral; vii) realização de peças teatrais de intervenção sobre temas reais da sociedade, nomeadamente: prevenção da toxicodependência, insucesso escolar, gravidez precoce, discriminação sob todas as suas formas, direitos humanos, igualdade de género, igualdade de oportunidades, integração dos imigrantes e seus descendentes, multiculturalismo, diversidade étnica, cultural e religiosa, cidadania, reinserção social; viii) realização de festivais nacionais e internacionais de TO; ix) realização de projetos

⁴⁰ Entrevista realizada a Gisella Mendoza a 9 de Julho de 2010.

nacionais, europeus e internacionais que promovam o desenvolvimento das populações locais. Em termos institucionais, estas passariam a ser as traves-mestras do GTO LX, os seus principais eixos vertebradores e os parâmetros que não apenas traduziam as dinâmicas entretanto desenvolvidas na fase inicial do seu funcionamento, como também delimitariam as suas atividades futuras. Espelham também, seguramente, o pensamento de Gisella Mendoza, para quem, *o TO é a ferramenta que eu encontrei para ser um ente político, para além de intelectual e social (...) a minha forma de estar na sociedade e intervir*⁴¹.

Mas, dizíamos nós, o GTEC procurou inscrever-se de modo qualificado em espaços suburbanos de Lisboa e Amadora, ou seja, de uma maneira capaz de refletir as inquietações e dilemas enfrentados por aqueles que lhes dão corpo no decurso das suas vidas quotidianas. Efetivamente, o que se começou então a ensaiar foi a criação de *um espaço para as pessoas falarem sobre as suas dificuldades, o que gostariam de mudar, o que acham injusto*⁴². No Alto da Cova da Moura, por exemplo, durante um período de aproximadamente dois meses, no segundo semestre de 2006, o grupo “Os DR”⁴³, entretanto constituído, fez pequenas apresentações parciais de diferentes momentos constituintes da peça “DizCrimeNão”. Estas centravam-se nas problemáticas da discriminação racial, estigmatização e abandono escolar dos jovens residentes no Alto da Cova da Moura, que ajudavam a melhorar a qualidade performativa do grupo ao mesmo tempo que sensibilizavam e mobilizavam a audiência para essas questões. A sinopse presente no *website* do GTO LX interpela-nos contundentemente: «“Zé Grande” um jovem estudante que vive na Cova da Moura enfrenta o dia-a-dia de “não ser português em Portugal”. Que oportunidades existem para quem sempre viveu num país que não o reconhece como cidadão? Trabalhar nas obras é a única opção para quem não é português e vive na Cova da Moura?»⁴⁴. No início de 2007, após o período de férias natalícias, foi particularmente difícil retomar a dinâmica de trabalho entretanto gerada no seio do grupo. Não obstante, com algum esforço acrescido, os seus elementos foram capazes de identificar uma nova problemática a partir da qual deram forma a uma nova produção teatral. «Um rapaz e uma rapariga com sonhos por realizar mostram-nos o que é viver o seu “género de vida”. Qual é o teu sonho? O que é que te prende?»⁴⁵, estas eram algumas das inquietações inscritas na peça “Que Género de Vida?”, a partir da qual se problematizava o papel atribuído

⁴¹ *ibid.*

⁴² *ibid.*

⁴³ Sigla correspondente à designação “Os Doutores de Rua”.

⁴⁴ In <http://www.gtolx.org/> [acedido em 07/02/2014].

⁴⁵ *ibid.*

às mulheres na sociedades contemporânea e a igualdade de género.

No bairro do Zambujal, por seu turno, a dinâmica de criação e desenvolvimento do grupo comunitário de TO processou-se de modo bastante mais célere que no Alto da Cova da Moura. Efetivamente, logo após a apresentação da primeira peça criada pelos Keritearte⁴⁶, designada “Podia ser Contigo”, que incidia sobre a problemática da discriminação, a imagem negativa, estereotipada e preconceituosa do bairro e das pessoas que nele habitam, o grupo integrou um consórcio, coordenado pela Câmara Municipal da Amadora, responsável pela concretização de um plano estratégico de limpeza urbana, combate à insalubridade e preservação de espaços públicos. O contributo dos Keritearte para esse plano passou pela criação da peça “Vizinhas Lava Tudo”, em que abordavam a questão da apropriação, preservação, manutenção e limpeza dos espaços comuns nos prédios.

O trabalho desenvolvido no âmbito do GTEC levou a que, em Novembro de 2006, o encenador Nuno Cardoso, interpelasse Gisella Mendoza (coordenadora do GTEC) propondo-lhe a adaptação da peça “Ricardo II”, de William Shakespeare, para a realidade sócio-espacial contemporânea dos bairros do Alto da Cova da Moura, Zambujal e Casal dos Machados, num exercício intitulado “R2”. Após garantir que as atividades entretanto dinamizadas nos bairros não seriam comprometidas, o convite foi aceite e, de Novembro a Dezembro, elementos de ambos os grupos ensaiaram uma vez por semana, servindo o GTEC de intermediário entre eles e o Teatro Nacional Dona Maria II. De Janeiro a Junho de 2007, os ensaios passaram a ser realizados no mesmo local onde ensaiavam os atores profissionais, embora com horários diferenciados. A troca de experiências, a familiarização com o mundo do teatro, as suas rotinas e modelos, valores, costumes e competências técnicas, em suma, o processo de socialização artística então levado a cabo pelos jovens, relevou-se particularmente feliz e enriquecedor. De Junho em diante, os ensaios passaram a ter lugar na sala prevista para o espetáculo “Ricardo II”, tendo os elementos dos grupos assistido à estreia. Quanto a “R2”, a estreia teve lugar no dia quatro de Julho e o resultado foi bastante positivo, com casa cheia durante a semana em que o espetáculo esteve em cena. Nas palavras do próprio Nuno Cardoso, «o R2 foi fantástico, foi conviver com a realidade deles. Não estive lá como assistente social, estive como encenador. Fui lá fazer aquilo que sei fazer. Permitiu-lhes

⁴⁶ O nome do grupo resulta da aglutinação do nome de um grupo de intervenção social já existente no bairro, os Kerigma, com a palavra arte, ligada à experiência que alguns dos elementos desse grupo entretanto levavam a cabo com o teatro-fórum.

descobrir o teatro e a magia da representação»⁴⁷. Na sequência desta incursão pelo teatro profissional, um dos elementos do grupo – William Brandão – pelo seu potencial artístico, seria convidado a participar numa audição para fazer parte do filme “Amores de Perdição”, de Paulo Branco, acabando por ser selecionado para o seu elenco. Alguns anos mais tarde, em 2009, seria a vez de José Carlos Cardoso, outro talentoso elemento dos DRK, ter uma participação de relevo no filme “A Esperança Está Onde Menos Se Espera”, de Joaquim Leitão. A possibilidade do teatro amador se constituir enquanto “porta de entrada” ou plataforma de passagem/transição para o mundo artístico profissional, de que nos falava Vera Borges (2006), encontra-se aqui, pelo menos parcial e temporariamente, concretizada.

No cômputo geral, a experiência do GTO LX no âmbito do programa EQUAL seria decisiva para a sua consolidação institucional. Em 2008, aliás, no âmbito do evento *Projetar um Novo Futuro / Powering a New Future*, em que se fez o balanço de oito anos desse programa, a atribuição de uma menção honrosa ao projeto DiverCidade, no qual o GTO LX desempenhou um papel relevante, como já vimos, contribuiu para tornar mais visível o trabalho que até então tinha sido desenvolvido pela organização. O apoio institucional e financeiro providenciado pelo programa EQUAL viria também a revelar-se importante, nesse mesmo ano, para a criação de um grupo comunitário de TO no Vale da Amoreira, os ValArt. Tal como plasmado no *website* do GTO LX, «os ValArt iniciaram a sua formação em teatro-fórum no dia 15 de Maio de 2008 (...) a convite do presidente da Junta de Freguesia do Vale da Amoreira os jovens apresentaram dois espetáculos nas festas da freguesia no fim de Junho do mesmo ano. A adesão da população foi boa e ao ver contestados os seus argumentos de forma espontânea em palco por parte dos espect-atores/atrizes, o grupo entendeu que podia desencadear discussões importantes para mudar algumas mentalidades no bairro»⁴⁸.

Desde então, os ValArt foram responsáveis por algumas produções teatrais. Com a primeira – “Deixa-me Escolher!” – procuraram estimular a reflexão em torno da problemática da igualdade de género na adolescência. No *website* do GTO LX, encontramos a seguinte sinopse: «Micaela quer sair e divertir-se com as amigas. Mas ser a filha mais nova não lhe permite tomar muitas decisões. É a mãe que decide onde pode ir, desde que vá com o irmão. É o irmão que decide que pode ir, desde que se vista decentemente. Podem os outros decidir por nós? Até que ponto podem os outros determinar as nossas escolhas? Se a Micaela fosse um

⁴⁷ In <http://www.uc.pt/rualarga/31/15> [acedido em 07/02/2014].

⁴⁸ In <http://www.gtolx.org/> [acedido em 07/02/2014].

rapaz, seria diferente?»⁴⁹. Coincidentemente, esta problemática havia sido já investigada, há mais de uma década, por António Concorda Contador (1998), que colocou em evidência a existência de um conflito intergeracional ao nível dos sistemas de valores familiares e sociais, por um lado, e da aparente perpetuação da superioridade masculina em detrimento da emancipação feminina. Na verdade, notava o autor, a «perpetuação do estatuto privilegiado do rapaz é possivelmente alimentado pela família, irmãos e rapazes no geral, que conferem à rapariga uma permissividade tolerada, que a leva, porventura, a atribuir uma importância acentuada à sua fama e ao seu bom nome» (*ibid.*: 73).

Com a segunda produção – “X-Perar” (Figura 7.1) – os ValArt dariam continuidade à reflexão já iniciada mas, desta feita, colocariam o enfoque sobre a problemática da sexualidade que, evidentemente, se entrecruza com as questões da igualdade de género e da adolescência. Curiosamente, a ideia original para esta peça assentava na problemática da gravidez adolescente. Paulatinamente, foi ganhando força no seio do grupo, o reconhecimento de que a problemática que os inquietava e sobre a qual consideravam importante refletir publicamente implicava uma abordagem mais ampla e de maior fôlego. Assim, a sexualidade, tornou-se o eixo vertebrador de uma produção teatral que explora também outras dimensões problemáticas como, aliás, acabámos de referir.

Na sinopse desta peça, pode ler-se:

Mércia é uma jovem de 16 anos em pleno crescimento enquanto mulher. Ela tem um namorado, Rafa. Eles estão apaixonados e passam muito tempo juntos. Quando Mércia está com Rafa, ela sente “coisas”. Mércia é uma boa rapariga que quer tornar-se uma mulher adulta e independente na tomada das suas decisões. Ela quer iniciar a sua vida sexual, mas de uma forma consciente e protegida. Porém encontra vários obstáculos no seu percurso de desenvolvimento. Porque é que o sexo é tabu, essencialmente para as mulheres? Porque é que uma mulher com desejo de ter relações sexuais é criticada pela sociedade? Porque é que uma mulher sexualmente ativa é considerada vadia e o homem um ganhão?⁵⁰

⁴⁹ *ibid.*

⁵⁰ *ibid.*

Figura 7.1. “X-Perar”, ValArt, Escola Básica Nº1 do Vale da Amoreira, 2011



Fonte: elaboração própria

Durante o período em que acompanhámos as atividades do grupo, pudémos observar de muito perto o processo de desenvolvimento de “X-Perar”. Os ensaios, decorridos no pavilhão multiusos da Escola Primária Nº1 do Vale da Amoreira, espaço sem condições adequadas para o trabalho artístico, foram levados a cabo por cerca de uma dezena de elementos que, na sua maioria, eram do sexo feminino e de origem africana. Para além destes, e pelo facto dos ValArt não estarem ainda consolidados e dos seus elementos serem muito jovens (com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos), Susana Vilhena⁵¹, vinculada ao GTO LX, era responsável pelo planeamento, gestão e dinamização de muitas das atividades dos ValArt, bem como pela sua articulação com o GTO LX. Ocasionalmente, também Gisella Mendoza participava, procurando auxiliar o grupo no desenvolvimento da peça. Regra geral, os ensaios iniciavam com alguns jogos de TO, com vista à desmecanização motora e verbal dos jovens, seguindo-se, depois, algumas passagens da peça interrompidas, sempre que necessário, para proceder a modificações ao guião ou, menos frequentemente, refletir sobre as problemáticas

⁵¹ Mais tarde, viria a ser substituída por Filipa Simões que faz hoje parte da direção do GTO LX.

subjacentes. A reflexão é usualmente articulada com a componente teatral propriamente dita, designadamente aos níveis técnico, estético e dramático, raramente ocorrendo num plano estritamente teórico e conceptual.

No decurso do período de observação que levámos a cabo, realizaram-se também alguns ensaios abertos, com uma audiência constituída essencialmente por familiares, amigos e colegas dos elementos do grupo, cuja finalidade principal era “testar” o funcionamento da peça, cuja configuração, lembramos, era a do teatro-fórum, identificar eventuais lacunas ou falhas e explorar novas possibilidades artísticas.

Entre as atividades realizadas pelos ValArt, e em que “X-Perar” foi levado à cena, destacamos uma realizada no âmbito da Oficina Portátil de Artes – iniciativa levada a cabo pela Associação Sons da Lusofonia e a Fundação EDP – no Lisboa Mistura 2010, festival orientado para jovens oriundos do Alto da Cova da Moura, Outurela-Portela, Quinta da Fonte e Vale da Amoreira, que se encontrassem a desenvolver projetos performativos a solo ou em grupo. Nessa apresentação do “X-Perar”, o fórum possibilitou um debate acerca da mentalidade da mãe de Márcia (personagem principal), emergindo assim as problemáticas das relações familiares e da discriminação com base no género. Por ocasião de uma outra apresentação da mesma peça, no bairro da Fonte da Prata, na Moita, em que as condições existentes não foram as melhores, alguns dos elementos dos ValArt expressaram o seu desagrado. Um deles declarou: *o nosso objetivo é passar uma mensagem mas não conseguimos*⁵². Outro, colocou em evidencia as más condições encontradas, afirmando: *não podemos ir a um sítio sem saber como é o espaço, que tipo de público vamos enfrentar, como é a organização do evento*⁵³. Por fim, um outro, desabafou: *eu não gostei. Não nos deram o devido valor. Estava muito frio. O público não percebeu que o TO não é igual ao teatro convencional*⁵⁴. Contingências de um trabalho artístico que é desenvolvido em condições precárias e cuja sustentabilidade se encontra quase sempre ameaçada. É a arte (social e política) no fio da navalha.

Mais recentemente, na sequência destas duas produções (“Deixa-me escolher!” e “X-Perar”), os ValArt decidiram enveredar pela criação de uma formação em sexualidade orientada para jovens – “Sexualizando” – procurando mobilizar um conjunto de conhecimentos entretanto adquiridos. Deste modo, o trabalho desenvolvido nesta área pelo

⁵² Observação dos ValArt realizada no dia 2 de Fevereiro de 2011.

⁵³ *ibid.*

⁵⁴ *ibid.*

grupo, que beneficiou da realização de sessões de esclarecimento dirigidas por técnicos e especialistas qualificados sobre problemáticas como a violência conjugal, homossexualidade e gravidez na adolescência, pode ser valorizado. No seguimento deste trabalho, aliás, dois dos elementos dos ValArt adquiriram a certificação de aptidão pedagógica em sexualidade.

Procurando complementar a produção artística, o grupo criou ainda um *blog* – www.sexosabes.wordpress.com – que contém informações sobre a temática da sexualidade e sobre as atividades desenvolvidas pelos ValArt neste âmbito. Hoje, em simultâneo com essa formação, o grupo encontra-se a produzir um novo espetáculo – “Assim, quem vos vai querer?” – que explora criticamente os padrões de beleza impostos às mulheres na contemporaneidade: «qual é a forma certa? De que cor é ela? Quantas escolhas fazemos em liberdade? Qual o papel social da mulher? Qual o papel que ela gostaria de definir para si?»⁵⁵, são algumas das interrogações levantadas pelo grupo. A partir de 2014, prevê-se também a realização dos Encontros Bandjumêa, «laboratórios de investigação dirigidos a jovens mulheres que pretendem através do Teatro do Oprimido e outras metodologias participativas aprofundar a reflexão sobre as opressões de género e como influenciam as doenças sexualmente transmissíveis»⁵⁶.

É importante também sublinhar que, em 2008, para além da criação dos ValArt, se assistiu também à fusão d’“Os DR” com os Keritearte, tendo como resultado a criação dos DRK, grupo responsável pela produção de “InTerEsse” (Figura 7.2), um trabalho que explora algumas das escolhas, dilemas e incertezas que marcam as vidas quotidianas dos jovens afrodescendentes, nomeadamente, no que diz respeito à relação que estabelecem com os seus pais e o seu passado, as dificuldades económicas que enfrentam e as diferentes possibilidades que encontram diante de si. Em síntese, trata-se de «uma história de interesse, dinheiro e amor. Jovens que partilham um passado comum e um futuro em aberto (...) Será possível não repetir a vida dos nossos pais?»⁵⁷. Esta segunda experiência foi importante, não apenas porque constituiu uma segunda incursão dos jovens artistas pelos terrenos do teatro profissional mas também, e sobretudo, porque mais uma vez os ajudou a ir das margens para o centro, metafórica e literalmente. Nas palavras de Gisella Mendoza, *a coisa de vocês morarem lá mas poderem sair de lá para vir cá ocupar outro espaço que nunca ocupam em Lisboa, discutir e confrontar na plateia as pessoas que nunca foram àqueles bairros mas*

⁵⁵ In <http://www.gtolx.org/> [acedido em 07/02/2014].

⁵⁶ *ibid.*

⁵⁷ *ibid.*

*falam muito mal deles. Não é preciso estar lá e ficar lá porque o problema dos bairros é este gueto geográfico e mental que está especialmente na cabeça dos jovens. O facto de eles saírem dos bairros e confrontarem a geografia dos seus bairros com as representações dos outros que nunca lá foram*⁵⁸.

Figura 7.2. “InTerEsse”, DRK, Teatro da Comuna, 2009



Fonte: <http://www.gtolx.org/media/upld/interesse3.jpg> [acedido em 10/03/2014]

«Patrícia é uma jovem portuguesa de origem africana que sonha em chegar muito longe na vida. Ela quer ir à universidade e tornar-se uma profissional de renome mundial. Nos seus planos há lugar para muitas viagens, boas notas, mestrado, seminários e muito dinheiro! A família dela acha que os sonhos são para ter na cama, a dormir, por isso não acredita naquilo que ela sonha. É possível adiar os sonhos? É justo abdicar deles? Como fazer para concretizar a ideia de um futuro melhor?»⁵⁹. Esta é a sinopse da peça “Sonhos? Tente mais tarde!” (Figura 7.3), outra das produções dos DRK que, na senda da anterior, coloca o enfoque sobre um conjunto desigualdades que se inscrevem de modo mais pungente nos espaços urbanos em

⁵⁸ Entrevista realizada a Gisella Mendoza a 9 de Julho de 2010.

⁵⁹ In <http://www.gtolx.org/> [acedido em 07/02/2014].

que vivem (ex: oportunidades, género). Fá-lo, de um modo que articula virtuosamente a comédia, o drama e a crítica social. A este respeito, diz-nos Diogo Mesquita, *a arte, não só o teatro, e a cultura, são formas eficazes de conseguir chegar até [aos jovens] porque são lúdicas, divertidas, puxam pela tua cabeça, porque te fazem pensar de formas que eles ainda não estão saturados de pensar. Pelo contrário, falta-lhes é este tipo de exercícios criativos*⁶⁰.

Figura 7.3. “Sonhos? Tente mais tarde!”, DRK, Escola Profissional Gustave Eiffel, 2011



Fonte: elaboração própria

Esta peça, cujo desenvolvimento tivemos a possibilidade de acompanhar, foi ensaiada na Escola Superior de Teatro e Cinema por cerca de uma dezena de jovens homens e mulheres de origem africana. À semelhança do sucedido com os ValArt, também os DRK contaram com a presença de Gisella Mendoza que, sobretudo num momento de maior incerteza relativamente ao futuro do grupo, se envolveu mais fortemente nas suas atividades. Com uma estrutura similar aos ValArt, os ensaios dos DRK iniciavam-se com um período de “aquecimento” em

⁶⁰ Entrevista realizada a Diogo Mesquita a 16 de Novembro de 2010.

que se faziam jogos. Depois, mostrando uma maior disponibilidade para a improvisação, os elementos do grupo levavam a cabo algumas passagens da peça, parando sempre que necessário para fazer alterações. De modo mais frequente, e menos turbulento, que nos ValArt, os diferentes elementos dos DRK trocavam de personagens, gerando uma maior dinâmica no processo de construção da peça até à sua versão mais estabilizada.

Da observação de cerca de uma dezena de apresentações da peça “Sonhos? Tente mais tarde!”, em contextos geográficos como o bairro Padre Cruz ou a Quinta do Mocho, ressalta a importância da ACMJ enquanto espaço privilegiado para apresentar as suas versões preliminares, a relativa dificuldade em promover uma dinâmica de participação por parte dos membros da audiência, ou seja, usando o léxico do TO, a dificuldade em gerar espect-atores, a centralidade atribuída à questão “racial” em todo o momento de fórum e a importância das redes sociais de cada um dos elementos do grupo para a promoção de novas apresentações pois, muitas vezes, são estes que estabelecem os primeiros contactos, funcionando enquanto interlocutores privilegiados para a difusão do TO.

O progressivo aprofundamento da reflexão acerca da condição existencial dos jovens afrodescendentes na sociedade portuguesa levou a que os DRK se aproximassem, progressivamente, da problemática jurídico-legal, dos critérios de atribuição da nacionalidade portuguesa, dos obstáculos existentes e das frustrações sofridas pelas pessoas envolvidas nesse processo. São justamente estas algumas das questões que são levadas à cena com “Sonhos de Papel!”, produção que retrata as histórias de Gilza e Ricardo, em jeito de provocação para com todos aqueles que desconhecem as dificuldades por que passam muitos jovens de origem africana. Efetivamente, este espetáculo, em que pela primeira vez se exploram as possibilidades do teatro legislativo, «pretende refletir sobre as dificuldades que os imigrantes e seus descendentes encontram no acesso e manutenção do seu estatuto legal em Portugal bem como desvendar a luta dos mesmos, pelo direito à nacionalidade do país que encaram como seu»⁶¹. Paralelamente à apresentação desta peça em diferentes contextos geográficos, os DRK foram também responsáveis pelo lançamento de uma petição – “Sou Cidadão! Sou Cidadã! Acredito!” – dirigida à Assembleia da República, aos Partidos Políticos e ao Governo, em que a opinião do grupo relativamente a esta questão é expressa nos seguintes termos: «Não somos imigrantes! Não viemos de lado nenhum! Aparentemente trata-se apenas de um papel, UM PAPEL QUE PROCURA A MUDANÇA, MAS É UM PAPEL

⁶¹ In <http://www.gtolx.org/> [acedido em 07/02/2014].

QUE TRANSFORMA A VIDA DAS PESSOAS. Queremos ultrapassar a barreira da documentação. Queremos votar. Queremos participar. Queremos escolher. Queremos ser cidadãos de plenos direitos e não queremos que outros continuem a viver as nossas opressões»⁶².

Por último, importa assinalar que a problemática da saúde pública foi também explorada pelos DRK, através do espetáculo “TB Linha”, incluído num projeto de prevenção e apoio ao tratamento da tuberculose dinamizado pela Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde nos concelhos da Amadora e Sintra. Com essa produção, abordaram o tema da falta de condições de vida e assistência na saúde da população de origem africana em Portugal. Com efeito, independentemente da problemática abordada e do grupo comunitário de TO em causa, a questão da legitimidade com que intervêm é central. Como afirma Gisella Mendoza, *quando os nossos jovens ganham consciência do que estão a fazer, sabem replicar e com toda a legitimidade de serem eles próprios jovens de origem africana. Eles podem ir a outro bairro onde só moram portugueses de origem africana para provocar, estimular porque têm experiências similares. Eu não tenho legitimidade*⁶³. Para além disso, é imperativo que os elementos dos grupos, não necessariamente todos, é certo, tenham experienciado e vivido os problemas que exploram através do TO. *No TO existe sempre alguém que passa pela experiência, senão seria teatro para o oprimido, seria outro tipo de teatro (...) seria uma falta de respeito pelas pessoas nessas condições colocarmo-nos na pele delas*⁶⁴. Fazer TO é, essencialmente, fazê-lo com os oprimidos, com os contextos geográficos como pano de fundo e os grupos comunitários enquanto protagonistas. A violação desta premissa básica, não é tão incomum quanto possa parecer.

Não obstante, é importante colocar em evidência que os dois grupos comunitários de TO – DRK e ValArt – não são exatamente iguais. Apesar de ambos serem constituídos por jovens afrodescendentes, e isso é o grande atributo partilhado, os jovens pertencentes aos DRK são mais velhos, apresentam percursos escolares de maior insucesso e um perfil económico mais desfavorável, para além de fazerem grande parte dos ensaios e espetáculos em crioulo cabo-verdiano. Por outro lado, e isto é algo que emerge da leitura que temos vindo a fazer, os DRK inscrevem no seu trabalho artístico e nas suas reivindicações um teor político

⁶² In <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=DRK> [acedido em 10/01/2014].

⁶³ Entrevista realizada a Gisella Mendoza a 9 de Julho de 2010.

⁶⁴ *ibid.*

muito mais saliente que os ValArt. Esta distinção, não parece ser independente dos contextos geográficos, como indicia Gisella Mendoza, quando afirma: *eu acho que há uma coisa na Cova da Moura que é a polícia, o conflito, o confronto, esta cultura territorial. No Vale da Amoreira também há mas não há muito esta raiva, esta revolta, como na Cova. Isto faz com que o processo criativo seja muito mais intenso na Cova da Moura que no Vale da Amoreira*⁶⁵. É importante também salientar a existência de muitas sinergias entre os dois grupos, operando os DRK como referência importante para os ValArt, pela sua maior experiência e consolidação. Apesar de ter sido um fenómeno mais vincado nos DRK e ter origem em motivos distintos, ambos os grupos conseguiram ultrapassar períodos de maior incerteza relativamente à sua viabilidade e sustentabilidade.

Para além de estar intimamente ligado aos dois grupos que agora examinámos, e a que regressaremos mais adiante, o GTO LX funciona também, por um lado, enquanto companhia autónoma de TO, por outro, enquanto dinamizador/organizador de uma rede constituída por vários grupos comunitários de TO, a Rede Multiplica. Quando assume o primeiro papel, o GTO LX tem sido responsável pela produção de alguns espetáculos. “Os nossos pais”, por exemplo, debruça-se sobre as problemáticas do envelhecimento, género e família na sociedade contemporânea, lançando um conjunto de questões, tais como: «qual a nossa responsabilidade no bem-estar e qualidade de vida dos nossos pais e avós? Estão as novas dinâmicas familiares preparadas para lidar com o envelhecimento da população? A igualdade de género é um tema do passado?»⁶⁶. Por seu turno, “Berimbu, Berimbé ou que raio é isso!?”, explora as temáticas da interculturalidade, imigração e diversidade cultural. Não ocultando o seu posicionamento social, político e institucional relativamente a esta questão, é possível ler-se no *website* do GTO LX que «nesta peça reflete-se sobre o grau de abertura da nossa sociedade aos que são diferentes, especificamente aos imigrantes que escolhem Portugal para viver. Em palco, o confronto entre diferentes visões sobre esta realidade: da indiferença resignada daquele que não compreende e não aceita, aqueles que atuam e lutam porque acreditam que uma sociedade intercultural é uma sociedade mais rica onde todos beneficiam»⁶⁷. Por último, com “*Black Ink Disguised in White*”, peça criada para ser apresentada em 2009 no Festival Internacional de TO, na Palestina, o GTO LX aborda as problemáticas da discriminação, identidade e racismo. Esta produção, «conta a história de

⁶⁵ *ibid.*

⁶⁶ In <http://www.gtolx.org/> [acedido em 07/02/2014].

⁶⁷ *ibid.*

3Pac, jovem de origem Cabo-verdiana que nasceu em Portugal e vive na Cova da Moura. Racismo, futuro e identidade são os temas em discussão e a forma que o grupo encontrou de estimular o debate na Palestina, partindo da realidade portuguesa que é a sua»⁶⁸.

Por outro lado, para além da produção teatral propriamente dita, o GTO LX assegura também quatro tipos de formações em TO, designadamente: i) ações de sensibilização – sessões de trabalho que têm como destinatários pessoas inseridas, formal ou informalmente, em organizações públicas interessadas na experimentação e prática do TO, com a duração de quatro horas, durante as quais os participantes experimentam ser criadores, encenadores e atores e em que são trabalhadas algumas noções e técnicas básicas de TO, sobretudo o teatro-fórum; ii) formação inicial em teatro-fórum – na qual os participantes, ou seja, qualquer pessoa interessada em usar o teatro como ferramenta de discussão e transformação social com as comunidades (ex: técnicos sociais, dinamizadores de grupos, ativistas sociais, professores, formadores, estudantes e profissionais do espetáculo), aprendem, durante um período de 17h, os conceitos e princípios subjacentes ao TO, aplicando-os através da experimentação da técnica do teatro-fórum; iii) formação avançada nas técnicas do teatro-fórum – orientada para pessoas já familiarizadas com o TO e/ou facilitadores de outras disciplinas, visando, num período de 21h, desenvolver e discutir estratégias práticas de implementação do teatro-fórum em processos de aprendizagem formal ou informal, investigar mais aprofundadamente a componente estética e política do processo criativo, de apresentação e dinamização do espetáculo e do papel do curinga como facilitador; iv) formação para curingas – destinado a todas as pessoas que desempenhem funções de facilitação de grupos com experiência na procura do diálogo e na criação coletiva, incide sobre as competências específicas do curinga como facilitador de toda a experiência teatral, desde a criação do espetáculo até à construção do diálogo entre os artistas e a audiência, ou seja, na dinamização do processo de transformação dos espectadores em “espect-actores”.

Para além de espetáculos e formações, o GTO LX tem vindo também a organizar outras iniciativas que visam, fundamentalmente, dar a conhecer o TO a um público mais alargado, contribuindo assim para a crescente difusão deste método teatral. Entre outras, destacam-se: pelo seu carácter pioneiro, o mini-festival de teatro-fórum da Buraca, realizado em Julho de 2007 no Alto da Cova da Moura; pela sua articulação institucional com o *Goethe-Institut* no âmbito do projeto A Escola Intercultural, o Festival Internacional de TO, realizado

⁶⁸ *ibid.*

em Maio de 2011; as residências artísticas (também designadas laboratórios Ami-Afro), a primeira, em Agosto de 2012 em Almada, a segunda, em Maio de 2013 na Moita, ambas com o objetivo de investigar, a partir do TO, as questões do racismo e da ancestralidade dos africanos e seus descendentes em Portugal, repensar os processos de construção da alteridade e discutir, tendo como pano de fundo o panorama nacional, as injustiças causadas pela desigualdade racial; os festivais comunitários de TO, na Arrentela (Outubro de 2011) e em Carnide (Outubro de 2012), que contaram com as apresentações das peças produzidas por vários grupos comunitários de TO. Em muitos destes casos, o teatro é transportado para espacialidades outras que não a tradicional sala de espetáculos ou o auditório convencional, nomeadamente, a rua, o bairro, o largo e a praça, acompanhando uma tendência já assinalada por André de Brito Correia (2003b), que adota a expressão “teatro fora dos teatros” para designar esta tendência.

Adicionalmente, importa também colocar em evidência o processo de criação, densificação e consolidação de relações internacionais por parte do GTO LX. Este, tem início em 2006, pouco tempo depois da sua fundação, com a vinda a Portugal de Alvim Cossa (GTO-Maputo) que, de certa maneira, contribuiu também para impulsionar o início das atividades do GTO LX. Em 2008, existindo já uma estratégia deliberada e consciente para o robustecimento da inserção em redes internacionais de TO, foi também importante a visita de Adrian Jackson, director artístico dos *Cardboard Citizens*. A oportunidade de aprendizagem de novos métodos e técnicas, sobretudo ao nível da curingagem, revelou-se muito valiosa para o GTO LX pois, como sublinha Gisella Mendoza, *o curinga faz esta ligação do micro que é o espetáculo ao macro que é a sociedade (...) é uma pessoa que tem de ter informação sobre o que estamos a reivindicar, o que estamos a falar, tem de ter consciência do confronto político e algum conhecimento dos contextos*⁶⁹. Em 2009, vendo reconhecido o trabalho até então desenvolvido, a organização é convidada pelo CTO para participar no já referido Encontro Internacional de Praticantes de TO, realizado no Rio de Janeiro em Julho de 2009. Desde então, têm sido feitos esforços no sentido da internacionalização com a participação em festivais e outros eventos internacionais, como por exemplo, o Festival Internacional de Artes Negras, no Senegal (2010), o Pula Forum – *The Opressed Theater Festival*, na Croácia (2011), o projeto *Creative Links for Peace*, financiado pela fundação *Anna Lindh*, no âmbito do qual os DRK viajaram até à Palestina, em 2011. No final deste mesmo ano, lançaram-se as

⁶⁹ Entrevista realizada a Gisella Mendoza a 9 de Julho de 2010.

bases para iniciar um projeto de grande fôlego – TOgether – que estabelece uma parceria entre praticantes de TO que, para além do GTO LX, conta ainda com a presença de grupos oriundos da Alemanha (KURINGA), Croácia (Pula-Forum Festival), Escócia (*Active Inquiry*) e Espanha (Pallapupas), com a colaboração adicional de praticantes da Itália (Krila TDO) e da França e avaliação externa da Universidade de Bolonha. Como descrito no *website* do GTO LX, «a iniciativa visa superar a carência de qualificações aprofundadas e estruturadas nas diversas técnicas do Método, a qual foi identificada na I Conferência Internacional de Teatro do Oprimido, realizada em Julho de 2009, pelo Centro de Teatro do Oprimido»⁷⁰. Para além disso, o projeto TOgether, que decorreu entre 2012 e 2013, procurou também contrariar uma certa tendência, observada pelos diferentes participantes, para que o TO no contexto europeu se encontre relativamente desligado da intervenção comunitária propriamente dita. Deslocar o plano da ação artística através do TO para a comunidade, enquanto espaço social privilegiado, foi também um dos objetivos desta iniciativa. Procurou-se, pois, «estimular e fortalecer o trabalho de base que visa a transformação da realidade, através da formação e do intercâmbio entre grupos comunitários»⁷¹.

Este foi, efetivamente, um projeto central na trajetória de desenvolvimento do GTO LX, nomeadamente na sua articulação multi-escalar. Não apenas contribuiu para densificar e qualificar o quadro de relações institucionais de âmbito supra-nacional, como também para estabelecer um fecundo diálogo crítico capaz de alicerçar as práticas de intervenção comunitária que ocorrem à escala local. Estabelece-se, pois, uma relação dialógica entre teoria e prática, uma constante “polinização cruzada” que enriquece ambos os momentos da produção artística. Conseguiu-se também produzir um espetáculo de teatro-fórum – “Hotel Europa” – que, tendo como pano de fundo a atual crise europeia, retrata as contradições e dilemas enfrentados por um ativista de classe média e é protagonizado por um elenco internacional. Através dessa dinâmica reflexão-produção-reflexão, é-nos dito, os «participantes do TOgether querem aprimorar a sua formação como praticantes (artistas-ativistas) do Método do Teatro do Oprimido, ratificar o compromisso com a luta pela transformação da realidade em suas iniciativas locais e avançar no trabalho estético das produções artísticas de seus grupos comunitários»⁷². Esta abordagem encontra-se, evidentemente, nos antípodas de uma estratégia de intervenção artística em determinados

⁷⁰ In <http://www.gtolx.org/> [acedido em 07/02/2014].

⁷¹ *ibid.*

⁷² *ibid.*

espaços urbanos, tal como no-la descreve crítica e minuciosamente Diogo Mesquita:

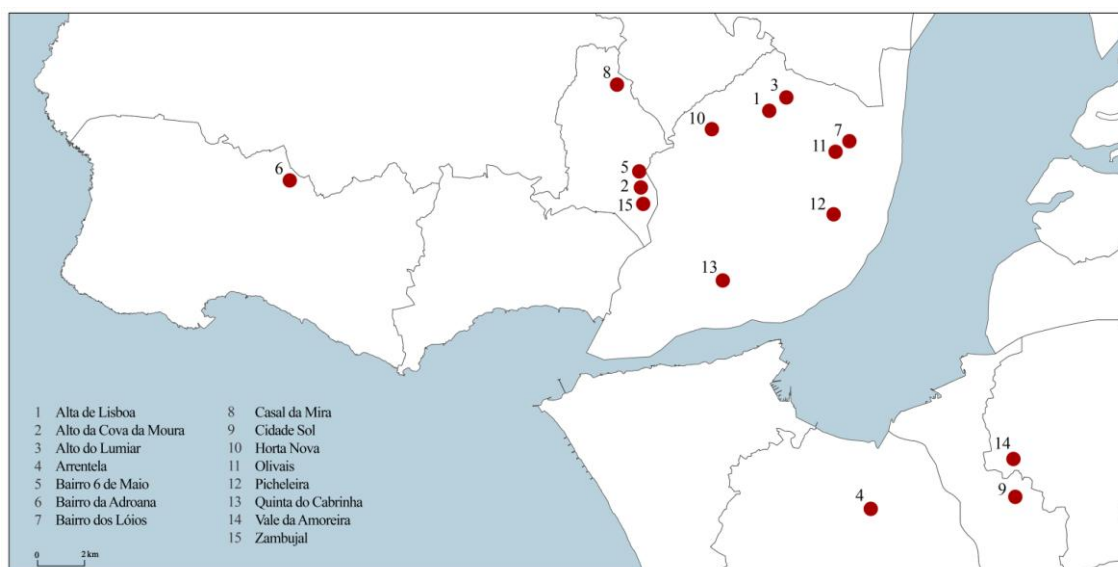
muitas vezes estes grupos, estas comunidades, são instrumentalizadas por artistas para eles próprios atingirem os seus fins, que é o artista que quer pensar sobre uma questão para documentar e então pega e faz uma coisa com um grupo de jovens. Isso é fantástico. O grupo adora. Durante aqueles três meses estão envolvidos numa coisa, se calhar até são pagos e aqueles dois ou três meses são realmente fantásticos para eles estarem a apresentar no Dona Maria ou estarem a falar perante uma plateia no Doclisboa porque falam da realidade deles no produto que foi patrocinado por alguém. Isto é bom, eu acho que isto é bom. De repente, eles estão numa coisa diferente e gostam, é positivo. Agora, na maior parte dos casos, o artista vai-se embora e o jovem fica. Ele, com essa experiência, vai-se lançar no mundo do cinema, sem ter o 9º ano feito? Se calhar até faz um curso mas depois aquilo acaba por morrer e, entretanto, o artista, que até lhe telefonava e era um tipo porreiro, já está em Berlim porque tem uma bolsa (...) para conseguir transformações na vida deles, ao nível individual e comunitário, têm de ser intervenções contínuas e com a capacidade de se prolongarem, reproduzir e adaptar, percebendo e acompanhando este processo todo. Não pode ser tão simples quanto um artista fantástico ir lá fazer um espetáculo e ter imensa visibilidade. Isso é melhor para o artista que para eles. Apesar de serem experiências que ficam⁷³.

Por sua vez, enquanto dinamizador/organizador da Rede Multiplica (Figura 7.4), o GTO LX contribui para a criação e consolidação de grupos comunitários de TO, ou seja, para a densificação da rede, por um lado, e para a promoção da sustentabilidade e autonomia dos grupos que a constituem, por outro. Não obstante, segue de perto e monitoriza o trabalho de cada um dos grupos da rede, acompanhando as atividades que desenvolvem, auxiliando a sua qualificação estética e dramaturgica e promovendo, como vimos anteriormente, a realização de encontros e outros eventos nos quais os participantes podem trocar experiências e enriquecer o seu próprio trabalho. Na verdade, e vimo-lo já anteriormente, o desenvolvimento de um trabalho continuado, que se prolonga no tempo, é decisivo: *nós, enquanto GTO LX, temos muito claro que esta intervenção através da arte é uma intervenção no tempo. Não é uma intervenção em seis meses. Não é uma intervenção artística. É uma intervenção comunitária usando a arte⁷⁴.*

⁷³ Entrevista a Diogo Mesquita a 16 de Novembro de 2010.

⁷⁴ Entrevista realizada a Gisella Mendoza a 9 de Julho de 2010.

Figura 7.4. Rede Multiplica na Região Metropolitana de Lisboa, 2005-2013



Fonte: elaboração própria

Ao longo de quase uma década de atividade, o GTO LX conseguiu promover a criação de grupos comunitários de TO em seis concelhos da Região Metropolitana de Lisboa, nomeadamente, Lisboa, Cascais, Amadora, a norte do Tejo, e Moita, Barreiro e Seixal, a sul. Apesar de existirem alguns grupos constituídos por idosos (ex: Jeitosos dos Lóios, Campolide Activa), a maior parte é dinamizada por jovens afrodescendentes residentes em bairros suburbanos e periféricos, onde a população de origem africana apresenta uma expressão muito significativa. São, efetivamente, espaços sociais em que se inscrevem um conjunto vasto de significações negativas, discriminatórias e estigmatizantes. Vale da Amoreira, Alto da Cova da Moura, Zambujal, Bairro 6 de Maio e Arrentela são alguns dos bairros onde existe ou já existiu um grupo comunitário de TO. A expressão geográfica do TO, vista aqui através de uma leitura diacrónica da Rede Multiplica, justapõe-se, claramente, àquilo a que temos vindo a chamar geografia(s) da injustiça na Região Metropolitana de Lisboa.

De acordo com os dados mais recentes a que tivémos acesso, a Rede Multiplica inclui oito grupos comunitários de TO em atividade (Quadro 7.1). Com exceção de um único grupo – “Depois dos Entas”⁷⁵ – todos os outros se localizam na Região Metropolitana de Lisboa, sendo os jovens afrodescendentes os principais protagonistas. O número de elementos em cada grupo é bastante variável (usualmente, entre cinco a dez), dependendo tanto do grau de

⁷⁵ Criado em 2008, no âmbito do programa EQUAL, este grupo comunitário de TO está sediado na Casa do Povo da Fajã de Baixo em São Miguel, Açores.

estabilização e consolidação do grupo quanto das contingências que influenciam os percursos de vida, sobretudo no caso dos participantes mais jovens. É possível identificar dois grandes conjuntos, definidos, grosso modo, pelo grupo etário constituinte e pelos temas abordados. Por um lado, os idosos, debruçam-se, fundamentalmente, sobre a questão do envelhecimento e um conjunto de problemáticas inerentes a esse processo sócio-demográfico típico das sociedades do mundo ocidental desenvolvido, tais como a solidão, o abandono e as relações intergeracionais. Por outro, os jovens, que colocam o enfoque sobre as questões da igualdade de oportunidades e de género, da identidade cultural, da discriminação e do racismo, bem como de um conjunto de problemas associados à adolescência e à juventude (sexualidade, abandono escolar, opções dos jovens).

Quadro 7.1. Mapa sinóptico da Rede Multiplica, 2013

Localização	Nome do grupo	Grupo etário	Temas abordados
Fajã de Baixo (Ponta Delgada, Açores)	Depois dos Entas	idosos	envelhecimento
Alto do Lumiar (Lisboa)	TEA Jamat	jovens	racismo, igualdade de oportunidades
Bairro da Adroana (Cascais)	Muda Gosi Fasil	jovens	género, identidade cultural, igualdade de oportunidades
Bairro dos Lóios (Lisboa)	Jeitosos dos Lóios	idosos	envelhecimento, solidão, abandono
Casal da Mira (Amadora)	MIRA KAPAZ	jovens	educação, género, conflito de gerações,
Cova da Moura e Zambujal (Amadora)	DRK	jovens	dinheiro, droga, opções dos jovens, igualdade de oportunidades, igualdade de género, discriminação, identidade cultural, abandono escolar, imigração, racismo
Quinta do Cabrinha (Lisboa)	Projeto Alkantara	idosos	conflito e solidariedade entre gerações
Vale da Amoreira (Moita)	ValArt	jovens	sexualidade, adolescência, igualdade de género, mulheres

Fonte: elaboração própria a partir de www.gtolx.org [acedido em 10/12/2013]

Tanto a existência e manutenção da Rede Multiplica como as outras atividades e iniciativas desenvolvidas pelo GTO LX dependem, evidentemente, da existência de recursos económicos e humanos que possibilitem a sua concretização. Em termos gerais, aproximadamente 40% dos recursos provêm da venda de espetáculos, formações ministradas e prestações de serviços,

os restantes 60%, de um leque diversificado de entidades e programas de financiamento. Entre as mais importantes, de acordo com a informação disponibilizada no *website* do GTO LX, encontram-se a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, o Programa Operacional Potencial Humano do Quadro de Referência Estratégico Nacional, o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, o programa EQUAL, a GEBALIS, a *Anna Lindh Foundation* e a *MTV Staying Alive Foundation*.

Tal como outras organizações semelhantes, o modelo de gestão do GTO LX apresenta características híbridas pois, por um lado, os recursos financeiros são simultaneamente provenientes de receitas próprias, financiamento público e privado, como vimos e, por outro, ao nível do estabelecimento de parcerias, a Rede Multiplica constrói-se, essencialmente, a partir do tecido institucional e associativo de base local com o qual se articula, destacando-se a este respeito a importância dos estabelecimentos de ensino. Alguns dos parceiros mais importantes, para além daqueles que fomos já referindo, são as Câmaras Municipais de Lisboa, Amadora e Seixal, a Junta de Freguesia de Carnide, a ACMJ, a Associação Cultural Khapaz, o K'cidade – Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano, a Escola Superior de Teatro e Cinema, entre outros.

Para terminar, gostaríamos de salientar que, na ainda relativamente curta história do GTO LX, e a partir do trabalho de proximidade que levámos a cabo junto desta organização, é possível identificar três momentos particularmente relevantes para o percurso, relativamente bem sucedido que tem vindo a ser trilhado. Não sem alguma mágoa, Diogo Mesquita, coloca a questão nos seguintes termos: *uma das coisas que eu costumo dizer é que o GTO LX é uma experiência bem sucedida e o resultado em Portugal de nós sermos bem sucedidos é que existimos e conseguimos sobreviver. Mas, se esta experiência se tivesse desenvolvido num país económica e socialmente mais dinâmica, como noutros em que eu já estive e as ideias são agarradas por outras instituições e crescem com mais rapidez, provavelmente, o que teríamos para mostrar, já não seria só a sobrevivência*⁷⁶.

Mas, dizíamos nós, existem três momentos fulcrais para o GTO LX. Em primeiro lugar, a organização do já referido mini-festival de teatro-fórum da Buraca no Alto da Cova da Moura, em 2007, que foi importante porque contribuiu, apesar da sua efemeridade, para tornar mais porosas as fronteiras simbólicas (e materiais) que separam esse espaço urbano concreto do seu entorno. A criação de um espaço performativo que permitiu o contacto entre pessoas

⁷⁶ Entrevista realizada a Diogo Mesquita a 16 de Novembro de 2010.

externas ao bairro e a comunidade que nele habitava favoreceu, necessariamente, a reconstrução da alteridade em torno de linhas mais igualitárias. Em segundo, o supracitado encontro internacional de praticantes de TO, em 2009, revelou-se também de grande importância pois, por um lado, contribuiu para fortalecer as ligações com grupos estrangeiros de TO, conhecer outras realidades, práticas e especificidades metodológicas, possibilitando contactos interculturais entre jovens ativistas; por outro lado, serviu também para relembrar a necessidade de fortalecer a essência comunitária do TO, na medida em que as experiências trazidas pelos diferentes grupos estrangeiros traduziram um profundo enraizamento nas comunidades onde desenvolvem o seu trabalho. Por último, o projeto TOgether, na medida em que, aprofundando uma tendência que remonta ao encontro que acabámos de referir, procurou repensar as práticas concretas de TO no contexto europeu, à luz das especificidades que lhe foram então diagnosticadas, nomeadamente, um relativo afastamento da intervenção comunitária e de uma temporalidade de curto/médio prazo que obstaculiza a consolidação e desenvolvimento dos grupos comunitários, e assim ajudar a transformar o TO enquanto instrumento de cidadania. Na verdade, como sublinha Gisella Mendoza, *o TO é mais do que um exercício, um espetáculo. É toda uma contextualização e não é a história individual que nos interessa mas sim uma história coletiva porque o nosso grande objetivo é mudar a sociedade. Acho que há muitos grupos a dizer que fazem TO mas realmente não o fazem*⁷⁷. Em suma, conclui Diogo Mesquita, *o teatro não é um fim, é um meio para chegar ao desenvolvimento destas pessoas e destas comunidades*⁷⁸.

7.2. DRK e ValArt: auto-retratos de jovens enquanto artistas

Olhamos agora para os protagonistas num sentido mais concreto e humanizado, isto é, para os jovens que corporizam o TO através das suas práticas e intervenções nos diferentes contextos geográficos em que se movem e vivem. O modo como as suas vivências e trajetórias pessoais se entrecruzam com o TO enquanto instrumento de cidadania é, pois, o nosso foco. Conversámos com seis jovens – dois ligados aos DRK e quatro aos ValArt – com ligações relativamente longas aos respetivos grupos comunitários de TO e, por isso, capazes de partilhar conosco um conjunto de opiniões qualificadas acerca da sua experiência. A leitura

⁷⁷ Entrevista realizada a Gisella Mendoza a 9 de Julho de 2010.

⁷⁸ Entrevista realizada a Diogo Mesquita a 16 de Novembro de 2010.

comparada dos diferentes contributos, permite-nos, através de um processo que requer alguma capacidade de abstração, colocar em evidência aquilo que é partilhado pelos diferentes protagonistas, isto é, aquilo que perpassa os DRK e os ValArt e unifica as vivências dos seus elementos constituintes. Por outro lado, revisitam-se alguns aspetos da análise do GTO LX que acabámos de fazer mas, desta feita, tal como são observados e compreendidos pelos jovens protagonistas.

Na generalidade dos casos, os jovens colocam em evidência o facto do TO surgir como uma atividade singular nos contextos geográficos a partir dos quais edificam as suas experiências de vida quotidiana. Como sugere Gisela Santos, 21 anos, elemento dos ValArt desde 2008 até 2013:

o princípio foi muito bonito no sentido em que foi algo bom porque foi a primeira vez em que houve uma atividade para jovens no Vale da Amoreira, algo sério (...) no sentido de intervenção política e de nós próprios sentirmos que o que estávamos a fazer era para levar a sério. Nós tínhamos ensaios, era para ir, trabalhar, ir pensar para casa, não era aquela coisa de só ir por ir e de vez em quando não se ir, poder faltar. Eu acho que foi a primeira vez que eu fiz algo na vida em que realmente me empenhei. Desde muito nova eu sempre gostei de fazer várias coisas mas nunca nada passou de quatro meses e nos ValArt eu estive cinco anos, daí vê-se logo a diferença⁷⁹.

Apesar disso, a maior parte dos protagonistas desconhecia o TO quando iniciou o seu envolvimento nas atividades promovidas pelo GTO LX. No caso de Adrianou Diouf, 24 anos, elemento dos ValArt desde 2008, houve até alguma aversão – *eu fui e a primeira vez não achei muita graça porque não percebia o que faziam⁸⁰* – que, no entanto, seria superada. Progressivamente, os jovens foram-se consciencializando das diferenças entre o TO e outras formas de expressão teatral. Vânia Lopes, 21 anos, elemento dos ValArt desde 2010, descreve esta evolução do seguinte modo:

quando entrei foi muito no fazer teatro não percebia bem o que era isto do TO e acredito que muitos outros meus colegas também, acho que quase todos, pensavam nisto como o teatro, teatro, teatro pela parte artística. Depois quando tu estás lá, ensaias e discutes é que vês que

⁷⁹ Testemunho articulado de Gisela Santos, recolhido a 28 de Março de 2014.

⁸⁰ Testemunho articulado de Adriano Diouf, recolhido a 29 de Março de 2014.

isto é mais do que fazer teatro, existe uma problemática por trás, todo um percurso para tu chegares a esta questão do teatro. Vendo os dias de hoje, entrei como uma simples participante, atriz, hoje, como já estou à frente do grupo, estou também a gerir o grupo e entrego-me a isto porque eu não vejo o TO como teatro, vejo o teatro como uma ferramenta do TO. O interessante é identificares os problemas, questionares e depois dizes ok, eu quero mudar, tenho alguma coisa para mudar e comesas a lutar para a mudança. Tu investigas, tentas questionar os outros que estão ao teu lado, tu levas isto para a tua vida pessoal o que acaba por ser muito interessante. A parte do teatro é uma forma de tu mostrares tudo o que está a acontecer ao exterior, é mais para tornar visível. Como é uma coisa que reflete a tua vida pessoal, o que vês e ouves, acaba por se criar estes espetáculos para mostrar a diferentes comunidades. Hoje aqui, amanhã noutra local⁸¹.

De um modo mais contundente, Reginaldo Spínola, 27 anos, atualmente elemento dos DRK, afirma: *o teatro para nós naquele tempo não era para nós. Não nos identificávamos com o teatro. Só viamos na televisão e brancos a fazer. Teatro?*⁸². Na mesma linha, William Brandão, 24 anos, pertencente ao mesmo grupo, sublinha, *teatro era [visto como uma] seca (...) não havia teatro e o teatro não fazia parte do nosso planeamento, eram mais atividades desportivas, não sabíamos que o teatro tinha tanta emoção (...) e tinha bué emoção e nós, epá, fogo, afinal o teatro é fixe, bora lá (...) não sabíamos [o que era o TO]. Expomos um problema, as pessoas a resolver, a intervirem*⁸³.

Efetivamente, a prática concreta do TO, nas suas múltiplas dimensões constitutivas, e a partir das suas vivências sócio-espaciais, permitiu aos jovens protagonistas consolidarem, progressivamente, a sua opinião acerca do método teatral criado por Augusto Boal, bem como a importância que os contextos geográficos assumem para a construção da sua intervenção cidadã através da arte. Assim, quando questionada acerca da importância que os espetáculos dos ValArt atribuem ao Vale da Amoreira, quase como se de um laboratório urbano se tratasse, Gisela Santos é perentória: *sim, baseavamo-nos muito naquilo que realmente víamos e que sentíamos que era um problema. Inicialmente começamos por nós mas também a ver no nosso meio e era daí que vinham os nossos espetáculos*⁸⁴. Vânia Lopes corrobora esta leitura afirmando: *sim, porque é onde eu e o grupo estamos inseridos (...) às vezes começa no*

⁸¹ Testemunho articulado de Vânia Lopes, recolhido a 31 de Março de 2014.

⁸² Testemunho articulado de Reginaldo Spínola, recolhido a 1 de Abril de 2014.

⁸³ Testemunho articulado de William Brandão, recolhido a 1 de Abril de 2014.

⁸⁴ Testemunho articulado de Gisela Santos, recolhido a 28 de Março de 2014.

*particular e depois vai para um sentido mais macro, um problema que começa aqui na minha comunidade, acabando por acontecer em toda a sociedade*⁸⁵. Para Adriano Diouf, por sua vez, *nós somos macro mas começamos por uma pessoa que está num meio, este meio [o Vale da Amoreira]. Para fazer a diferença macro tem de se começar com uma pessoa, que tem de chegar a outras e ir alterando e, se houver outras, ir alterando*⁸⁶. Também no Alto da Cova da Moura o processo de produção artística apresenta contornos semelhantes. Como salienta Reginaldo Spínola, *é tudo realidade nossa mesmo (...) são realidades nossas*⁸⁷. E isto reflete-se também nas estratégias de intervenção delineadas pelos grupos como atestam Reginaldo – *onde queremos intervir é nos bairros porque os problemas são idênticos, ou seja, eles identificam-se com os nossos problemas e nós o que queremos é aperfeiçoar o espetáculo com as pessoas que se identificam e depois apresentar na sociedade inteira, para essas pessoas saberem quais são os nossos problemas e o que podemos fazer*⁸⁸ – e Vânia Lopes – *este ano [2014] pensei em concentrar-nos aqui no Vale da Amoreira e faz sentido trabalhar aqui com a nossa comunidade porque é lá que vivemos e que sentimos os problemas*⁸⁹.

Por outro lado, no que diz respeito ao modo como arte e política se entrecruzam virtuosamente no TO, Vânia sublinha que:

*a arte acaba sempre por vir depois. primeiro edificas, analisas um problema, tu questionas, falas sobre aquilo e usas a arte (...) a arte é uma ferramenta, mas podes ver a arte noutro sentido porque ela te ajuda a que as coisas também possam sair, por exemplo, nas dinâmicas que usamos nos jogos em que olhas como um simples jogos mas o jogo tem um objetivo. Nas formações às vezes comesças com um jogo, está tudo muito envergonhado, mas depois comesças a fazer um jogo e quando dás por ti já está tudo super entusiasmado. Começas pela arte para estimular, para que as pessoas se sintam mais à vontade mas também podes ver enquanto processo de, eu sinto isto, quero trabalhar para isto, quero mudar porque isto tem consequências muito negativas na minha vida, isto e aquilo, e trabalhas nesse sentido. Tens as duas visões*⁹⁰.

Esta é uma perspetiva também partilhada por Adriano Diouf, para quem,

⁸⁵ Testemunho articulado de Vânia Lopes, recolhido a 31 de Março de 2014.

⁸⁶ Testemunho articulado de Adriano Diouf, recolhido a 29 de Março de 2014.

⁸⁷ Testemunho articulado de Reginaldo Spínola, recolhido a 1 de Abril de 2014.

⁸⁸ *ibid.*

⁸⁹ Testemunho articulado de Vânia Lopes, recolhido a 31 de Março de 2014.

⁹⁰ *ibid.*

normalmente as conversas muito sérias tornam-se aborrecidas. Com o TO podemos chegar de uma maneira que as gente gosta às pessoas, mas fazendo-as ver a verdade porque eu posso chegar aqui e retratar com a dança uma opressão que as pessoas não entendem mas com o teatro elas já começam a ver um problema e interagem mais. Eu às vezes pensava que talvez só quem gostasse de teatro é que ia ver [os nosso espetáculos] mas não. Nós vamos retratar certos problemas e conseguimos também conjugar a parte de comédia de chegar lá e a parte séria. Quando é uma parte séria, somos sérios, porque nós não estamos a fazer teatro para brincar. Estamos a retratar problemas que nos custam e não é só uma coisa cómica, tem momentos. Para mim pode ser sério, pode ter-se passado comigo e ter-me custado. A fusão entre arte e política é entre diferentes maneiras de chegar às pessoas, uma mais seriamente, outra menos. Com o TO conseguimos chegar a muito sítio porque nós refletimos, começamos com uma coisa pequena para uma coisa muito grande que abrange muitas pessoas⁹¹.

Por seu turno, Reginaldo Spínola, colocando o enfoque sobre o teatro-fórum, reconhece:

o teatro-fórum é uma grande evolução porque nos faz pensar em problemas que nós temos e que sabemos que temos e deixamos passar. No dia-a-dia deixávamos passar. Problemas de racismo, problemas de estigma e que nós ignorávamos (...) [perguntavam-nos] então, vocês sentem-se oprimidos em alguma situação? e nós dizíamos que não – eu não me sinto oprimido – nunca tínhamos pensado sequer nas questões com que somos oprimidos, mesmo nas questões. Porque nunca tínhamos refletido, nunca ninguém nos tinha posto a refletir (...) se nós não tivéssemos a experiência toda do teatro-fórum se calhar fazíamos porcaria e tal, se calhar mandávamos pedras aos polícias quando eles viessem cá ao bairro com a revolta que sentimos (...) o teatro-fórum tem essa força política de nós pensarmos em como podemos lidar melhor com as situações. Não é só expôr o problema em palco e apresentar à comunidade, é também ter ideias, é ter pensamento crítico, é o público trazer as suas ideias e nós refletirmos também sobre elas e dialogar. Esse dialogar é uma chave para nos abrir outras portas e pensar melhor sobre o nosso quotidiano, sobre o que nós queremos. Concretamente, descruzar os braços e pensar o que nós queremos da nossa sociedade, qual é o nosso próximo passo (...) pensarmos todos estes problemas e dar a volta à situação, como é que nós podemos fazer com que esta situação, esta lei, mude (...) o teatro-fórum transformou-nos em pessoas que não eramos (...) esta metodologia é muito mais forte do que fazer teatro. É intervenção

⁹¹ Testemunho articulado de Adriano Diouf, recolhido a 29 de Março de 2014.

*política*⁹².

Sempre mais conciso, William Brandão assinala também que *o teatro-fórum não é como um teatro normal, é um teatro que intervém com o público e por isso é bom. Expomos um problema que é nosso, que é nosso sim, e o público pode ajudar a resolver esse problema e isso é bom*⁹³. De modo similar, Adriano Diouf afirma: *quando eu percebi que poderia ter essa ferramenta de dar a voz a outras pessoas foi quando eu senti que poderia ser mais útil. Não bastava ser um confronto, isso faz-se muito, mas o teatro-fórum podia ajudar a maneira de tentarmos fazer um melhor confronto. Porque confrontar toda a gente faz e isso é o mais fácil, queremos partir para a ignorância. O TO talvez me tenha ajudado a gerir isso e (...) ajudou-nos muito a chegar às pessoas, a perceber que não somos os únicos com o mesmo problema e que existem várias pessoas com ele*⁹⁴. Gisela Santos, por seu turno, não tem dúvidas: *o teatro enquanto ferramenta eu acredito a 100%. Acredito que realmente poder mudar e ajudar a mudar muita coisa. Para já porque eu, enquanto jovem, quando comecei a fazer isto, tive de falar de certos assuntos de uma maneira mais descontraída. [O TO] ajuda e muito. A nossa formação [em sexualidade] é a prova disso. Algo que nós já damos na escola, que muitas pessoas já sabem mas que não interiorizam e com a formação, porque existe toda uma interação, os jogos, o debate com jovens da mesma idade, é completamente diferente (...) fazer é diferente de só ouvir*⁹⁵. Não obstante, não deixa de reconhecer que quando se trata de teatro-fórum, a relação que se estabelece com a audiência nem sempre ocorre de maneira satisfatória: *não é fácil tu entrares em palco, algo que tu não fazes, principalmente quando estamos a falar de temas sérios. É difícil subir ao palco, é difícil sim e nós, os atores, sentimo-nos pressionados (...) é difícil para o curinga começar a questionar as pessoas e elas não quererem mas faz tudo parte e se isso acontece também nos faz pensar se estamos a fazer as coisas da melhor maneira ou será preciso mudar algo (...) embora frustrante é normal. As pessoas não estão treinadas e isto de intervir em teatro não é muito comum*⁹⁶.

Emerge aqui, a importância atribuída à revelação, ao lançar luz sobre questões e problemas que são experienciados na primeira pessoa, e que por isso se inculcam nas biografias dos diferentes protagonistas que, em si mesmos, são constitutivos dos espaços

⁹² Testemunho articulado de Reginaldo Spínola, recolhido a 1 de Abril de 2014.

⁹³ Testemunho articulado de William Brandão, recolhido a 1 de Abril de 2014.

⁹⁴ Testemunho articulado de Adriano Diouf, recolhido a 29 de Março de 2014.

⁹⁵ Testemunho articulado de Gisela Santos, recolhido a 28 de Março de 2014.

⁹⁶ *ibid.*

sociais em que esses mesmos problemas se manifestam e (re)produzem. De modo complementar, Gisela Santos, interpretando criticamente as consequências decorrentes do processo de desenvolvimento do espetáculo “X-Perar”, trouxe para cima da mesa a questão das transformações pessoais e coletivas e dos desafios enfrentados. Em seu entender,

o “X-Perar” fez-nos crescer bastante. Eu sei que todos nós crescemos mas, falando de mim, eu sinto que cresci a nível de responsabilidade e, dentro do tema da igualdade de género, aprendi imenso. Algo que eu sempre senti mas não sabia o que realmente era (...) o grupo todo sente isso, nós falamos várias vezes, o grupo todo cresceu. A certa altura, eu acho que a meio do “X-Perar”, tudo se tornou tão sério que houve pessoas que tiveram que dar um tempo. Acho que houve pessoas que tiveram a necessidade de se afastar um bocadinho, ou porque achavam que o teatro era sério de mais e não estavam dispostos ao tipo de comprometimento necessário e então, no segundo ou terceiro ano, os ValArt tiveram uma crise (...) acho que todos os grupos devem passar pelas suas crises, não é?⁹⁷.

Esta é uma perspetiva muito próxima daquela manifestada por Vânia Lopes, que considera a evolução pessoal e profissional dos elementos do grupo um dos aspetos mais significativos da sua experiência nos ValArt. Não tem, no entanto, uma opinião excessivamente apologética, como por vezes acontece quando se exaltam as potencialidades transformadoras da arte. Nas suas próprias palavras:

não quero dizer que as pessoas evoluíram assim tanto por causa do teatro, claro que há outras coisas mas acho que o teatro estimulou bastante para que estas pudessem autonomizar-se, qualquer problema sabem como resolver, a quem chegar, uma coisa que muitas de nós não tínhamos, eramos múdas muito inseguras, tínhamos muito medo, sempre de pedir a alguém e hoje tu já te consegues movimentar. Acho que isso é uma coisa muito boa e também a capacidade que tu tens para falar com outros jovens, abordar outros temas também importantes, como é o caso da sexualidade e igualdade de género (...) não estás a fazer as coisas por acaso, estás ali com um objetivo (...) para mim é uma coisa muito gratificante (...) pessoalmente, isto para mim é importante e muito forte e sinto que é uma ferramenta para eu começar a mudar pequenas coisas. Não digo mudar a sociedade porque isso é muito difícil, mas começar por ti, pelo teu parceiro, amigo, família, porque isso já é bom não é? (...) isto tem algum significado e alguma importância para mim, senão também

⁹⁷ *ibid.*

*não me entregava assim tanto*⁹⁸.

Numa ótica semelhante, Adriano Diouf coloca em evidência a ideia de que o TO é muito mais do que apenas teatro. Nas suas palavras, o TO é muito mais porque *o Augusto Boal quando pegava atores para representar problemas de sem-abrigo as pessoas aplaudiam e não sentiam o problema, embora se emocionassem, não percebiam a essência da dor. Mas quando ele pegou os próprios sem-abrigo para representar já existia um grande confronto (...) existem várias coisas no mundo que não posso dizer que foi o TO que ajudou [a resolver] mas a nós ajudou-nos imenso porque a maneira de vermos mais problemas, não oprimir, perceber onde estamos a ser oprimidos (...) passar a ser opressor é um passo, para deixar de ser oprimido batalha-se*⁹⁹.

William Brandão, por sua vez, sublinha o importante papel desempenhado por Gisella Mendoza no desenvolvimento dos DRK, dizendo-nos o seguinte: *ela dava-nos objetivos. Fez-nos acreditar. Um gajo está aqui no bairro, o mais fácil é não conseguir e tal. Ela deu-nos autoconfiança. Em vez de irmos pela maneira mais fácil. Ela ensinou-nos que com a arte tu podes exprimir-te. Eles dão-nos a violência para nos exprimirmos aqui no bairro, mas ela trouxe a arte para nos exprimirmos e às nossas ideias*¹⁰⁰. O espetáculo “InTerEsse” ilustra bem esta afirmação. Como sugere Reginaldo Spínola, *foi uma peça bué marcante para nós, sobre o mundo da droga no bairro e a não perpetuação da vida dos nossos pais. Nós estudamos, sabemos falar português (...) porque não estudar, acabar a escola e sermos alguém na vida? A nossa pergunta mais forte é mesmo esta? Dizíamos muito no início, ser alguém é ter casa, dinheiro, é ter. O materialismo na nossa cabeça. Mas não pensávamos no ser. Através desta peça queríamos ser. Isso é bué forte. Não optar por vender droga que é a maneira mais fácil aqui no bairro e optarmos por ser*¹⁰¹.

É justamente através das suas produções teatrais que os jovens tornam a arte um instrumento de cidadania. E fazem-no de formas bastante diversificadas. A pluralidade é, efetivamente, um dos traços mais característicos que nos é dado a conhecer pelos próprios protagonistas. Por outro lado, o desenrolar do processo criativo conduz, por vezes, a caminhos que inicialmente não haviam sido considerados, como nos mostra Gisela Santos ao descrever

⁹⁸ Testemunho articulado de Vânia Lopes, recolhido a 31 de Março de 2014.

⁹⁹ Testemunho articulado de Adriano Diouf, recolhido a 29 de Março de 2014.

¹⁰⁰ Testemunho articulado de William Brandão, recolhido a 1 de Abril de 2014.

¹⁰¹ Testemunho articulado de Reginaldo Spínola, recolhido a 1 de Abril de 2014.

o início da atividade dos ValArt que viria a resultar no “X-Perar”:

Inicialmente nós queríamos falar da gravidez na adolescência porque no Vale da Amoreira é algo que vemos muito. Não só no Vale mas aí é algo que nós víamos todos os dias. Muitas miúdas de 14 anos e um pouco mais velhas, nessas idades que achamos que é mais complicado, estavam grávidas e nós começámos a pensar que isso era um problema e se calhar era bom começar a falar disso, até porque tínhamos amigas, vizinhas, primas, que estavam grávidas. Inicialmente o espetáculo era isso mas depois, quando começámos a conversar e debater, chegámos à conclusão que não era só isso. Era o que está por trás da gravidez, ou porque é que vem uma gravidez. Será que também tem a ver com a posição que a mulher tem na sociedade? O que é a mulher? E o homem? Não é só a gravidez mas sim tudo o que envolve a sexualidade e a igualdade¹⁰².

Há pois um caminho que se vai fazendo e cujo itinerário se pode refazer e adaptar às influências decorrentes da relação dialógica que se estabelece entre os grupos e as audiências, os espect-atores que participam nos espetáculos. Na verdade, a criação de uma formação em sexualidade pelos ValArt foi, em si mesma, o resultado do percurso de aprofundamento e questionamento dos problemas abordados em “X-Perar”. De acordo com Vânia Lopes, após a primeira apresentação, em que se tornou claro que a maior parte do público se havia identificado com a história apresentada, o grupo sentiu que necessitava de alguma ajuda ao nível dos conteúdos e por isso fizeram uma formação em sexualidade. Esta, por sua vez, foi apropriada e modificada, resultando numa *formação em sexualidade de pares para pares, de jovens para jovens. Criámos conteúdos, pegámos nalgumas dinâmicas de teatro-fórum e tentámos incorporá-las no tema da sexualidade, permitindo-nos quebrar tabus*¹⁰³. O ponto fundamental é partir de uma opressão que é sentida na pele e questionar; *eu aprendi a questionar (...) escola ensina-te muito a não questionar, eu aprendi a fazê-lo* [com o TO]¹⁰⁴. Consequentemente, salienta Cassandra Tavares, *os ValArt, na nossa comunidade, ficam muitas vezes apelidados de “revolucionários”, pelo simples facto de intervirem imediatamente na presença de qualquer atitude discriminatória ou de clara opressão, arranjando sempre estratégias para alterar alguma atitude ou pensamento, ou até mesmo só*

¹⁰² Testemunho articulado de Gisela Santos, recolhido a 28 de Março de 2014.

¹⁰³ Testemunho articulado de Vânia Lopes, recolhido a 31 de Março de 2014.

¹⁰⁴ *ibid.*

*colocar a pessoa a refletir mais sobre o assunto*¹⁰⁵.

Frequentemente, são também referidos pequenos episódios, pequenos indícios de mudança e transformação ligados à intervenção levada a cabo pelos diferentes grupos que, não obstante, são considerados marcantes e decisivos. Uma vez, conta-nos Gisela Santos, *fomos apresentar o “X-Perar” e foi muito tocante porque estávamos no fórum, que muitas vezes é mais importante que o próprio espetáculo pois é quando a pessoa se coloca no papel da oprimida que realmente sente o que é estar numa situação (...) havia uma rapariga no público que estava grávida e no final do espetáculo mesmo, quando terminámos tudo, alguém já tinha reparado que a rapariga estava a chorar e, no final, quando toda a gente saiu, ela veio falar conosco e fiou muito tocada com aquilo tudo*¹⁰⁶. Muito provavelmente, acrescenta ainda Gisela, isso aconteceu porque ela nunca se tinha dado conta de toda a envolvente, tudo aquilo que está por trás dessa circunstância e com o espetáculo ter-se-á sentido representada e ela sentiu e começou a chorar e nunca mais ninguém do grupo esqueceu essa cena porque foi a primeira vez que isso aconteceu e ela era uma verdadeira Márcia (a oprimida da peça)¹⁰⁷. A este respeito, William Brandão considerou que a mudança é também visível *quando acaba um espetáculo e as pessoas nos dizem, fogo, há pouco tempo passei por isso e agora já me deste uma dica de como resolver esta situação (...) [ou] acabar um espetáculo e a pessoa dizer que nós mostrámos mesmo aquilo que ela sente na pele e que a ajudámos a lidar [com o problema retratado]*¹⁰⁸. Relativamente à questão da (des)igualdade de género, temática abordada na peça “X-Perar”, Cassandra Tavares, 21 anos, elemento dos ValArt, sugere também que a transformação passa por (ela própria) ter feito com que *muitas das pessoas que estão ao meu lado, diretamente ou não, deixassem de condenar tais situações, promovendo assim, sempre que possível, no meu quotidiano, a igualdade de género, através do questionar, debater e exemplificar*¹⁰⁹.

Para além do teatro-fórum que, como já vimos, é o método mais usual no TO, existem também experiências marcantes em teatro-invisível. Adriano Diouf contou-nos uma delas: *uma vez fizemos algumas sessões para provocar as pessoas com algumas situações para ver como reagem as pessoas sobre violência no namoro, violência doméstica. Criámos uma situação que era um rapaz com a namorada e ele embirrava porque ela estava com decote e*

¹⁰⁵ Testemunho articulado de Cassandra Tavares, recolhido a 12 de Abril de 2014.

¹⁰⁶ Testemunho articulado de Gisela Santos, recolhido a 28 de Março de 2014.

¹⁰⁷ *ibid.*

¹⁰⁸ Testemunho articulado de William Brandão, recolhido a 1 de Abril de 2014.

¹⁰⁹ Testemunho articulado de Cassandra Tavares, recolhido a 12 de Abril de 2014.

*havia pequenos gestos – fecha o casaco!, puxava-a para junto dele*¹¹⁰ – e o que se revelou surpreendente foi a absoluta indiferença das pessoas que passavam. Mesmo aparentando algum desconforto, ninguém impedia o rapaz de exercer subtis e violentas pressões sobre a sua companheira.

No caso dos DRK, Reginaldo Spínola, descreve também aquilo que, do seu ponto de vista, configura uma mudança sensível no Alto da Cova da Moura. Diz-nos ele que *aconteceu bué vezes nós fazermos peças e pessoas passarem na rua e identificarem-nos pelo nome das personagens. Isso é uma mudança. Vê-se que as pessoas prestaram atenção (...) vemos grandes mudanças. Agora as pessoas veem-nos na rua e perguntam como podem resolver certos problemas. Mesmo antes deste espetáculo as pessoas vinham pedir-nos informação sobre várias coisas. Às vezes nem sabemos mas tentamos ajudar, encaminhamos para outra pessoa que já conhecemos. Isso é uma grande mudança; as pessoas já nos veem como um ponto de referência aqui do bairro a quem podem recorrer em caso de necessidade*¹¹¹.

Por fim, quando procuramos perceber o que conseguem vislumbrar os jovens para o futuro da sua intervenção cidadã através da arte, não existem grandes certezas, para além do reforço do papel desempenhado pelos grupos nos seus respetivos contextos geográficos, dotando-os de maior influência e visibilidade social e política. Não obstante, Adriano Diouf, refletindo sobre os desafios futuros e os limites ao que os ValArt podem fazer afirma: *acho que temos todos de abrir mais a mente porque somos todos afetados pela cultura em que vivemos, pelo meio em que vivemos, vários fatores que temos de conhecer melhor (...) não existe um limite porque nós podemos ir até onde queremos. Onde a gente quer é sempre mais à frente (...) até onde queremos é a nossa mente que abre para tudo. No entanto, não nos basta querer resolver um problema da nossa comunidade, há toda uma avalanche por conhecer*¹¹². Mesmo que inadvertidamente, Adriano acaba por colocar em evidência uma das tensões que hoje, como no passado, perpassa muitas experiências de cidadania, designadamente, a que se estabelece entre as diferentes possibilidades que se abrem devido à ação cidadã e os múltiplos obstáculos e entraves à sua materialização concreta. Por outras palavras, as circunstâncias existenciais destes jovens protagonistas, sujeitos políticos em construção que fazem das artes o seu instrumento de cidadania, influenciam aquilo que podem, efetivamente, ser capazes de transformar.

¹¹⁰ Testemunho articulado de Adriano Diouf, recolhido a 29 de Março de 2014.

¹¹¹ Testemunho articulado de Reginaldo Spínola, recolhido a 1 de Abril de 2014.

¹¹² Testemunho articulado de Adriano Diouf, recolhido a 29 de Março de 2014.

O modo como, lembrando uma feliz expressão de Correia (2003a), a arte se entretetece com a vida destes jovens, assume diferentes configurações. Como vimos, cada um dos jovens interpreta e avalia diferenciadamente o seu percurso e a sua experiência pessoais. No entanto, é possível identificar alguns aspetos que parecem estar presentes na generalidade dos testemunhos, designadamente: i) a especificidade dos processos de adesão individual dos jovens artistas, sendo estes, muitas vezes, marcados por algumas dificuldades iniciais; ii) os desafios associados à manutenção das dinâmicas de (des)envolvimento dos grupos (ex: défice de reação dos espect-atores, alguma falta de capacidades ao nível da coringagem); iii) os efeitos da transformação resultante do processo de criação artística (ex: capacidade reflexiva e de discussão, motivação para a participação e o diálogo, reforço da “responsabilidade social”, capacitação específica sobre as temáticas abordadas, mais auto-confiança e segurança). Em suma, assiste-se ao desenvolvimento de uma maior (mais profunda, densa e qualificada) consciência crítica em termos políticos e cidadãos por parte dos jovens, que encontram na arte o estímulo para uma maior intervenção cidadão e motivação para o envolvimentonos processos que visam mudar relações sociais e de poder. A consciência de que é possível fazê-lo “a partir do bairro” e recorrendo à arte como instrumento, torna-se real.

(Re)considerações finais – em busca de um lugar para o Teatro do Oprimido

Como (pode) contribui(r) a cidadania (através da arte) para a construção de cidades mais justas, quais os desafios e limites que enfrenta? Como fomos colocando em evidência ao longo deste trabalho, esta é a questão central que nos levou a realizá-lo e relativamente à qual procurámos estruturar o seu desenvolvimento. Efetivamente, procurámos questionar e problematizar as possibilidades da cidadania – política em ato – poder promover a resistência, contrariar e, em última instância, transformar *a cidade injusta*, ou seja, combater as desigualdades económicas e as discriminações de raiz cultural.

Antes de ensaiarmos uma tentativa de resposta, gostaríamos de relembrar alguns resultados da pesquisa empírica que nos parecem relevantes, por um lado, e constituir um bom pano de fundo para as (re)considerações que iremos posteriormente tecer, por outro. No que diz respeito ao TO enquanto instrumento de cidadania, mostrámos como a sua origem e desenvolvimento se encontram intimamente ligados à trajetória percorrida por Augusto Boal e pelos múltiplos espaços sociais em que desenvolveu a sua atividade político-artística. Não se trata, pois, de um sistema teatral que surgindo do nada se produz no éter, mas sim de uma criação humana profundamente enraizada nos espaços da vida quotidiana dos sujeitos que lhe foram dando corpo e em que a imaginação, a memória, o desejo e a necessidade se articulam com os múltiplos contextos geográficos em que constantemente se (re)constrói.

Na verdade, quando examinamos a constelação global de protagonistas e contextos do TO é isso mesmo que podemos constatar. Aquilo que perpassa é justamente uma grande diversidade de protagonistas, objetivos e temáticas. Não obstante, à escala global, o TO é um sistema teatral cujos principais protagonistas são as comunidades desfavorecidas e marginalizadas, por um lado, crianças, jovens e estudantes, por outro. Entre os protagonistas menos expressivos encontram-se os idosos, contrastando claramente com aquilo que acontece no caso português, mesmo no âmbito do trabalho desenvolvido pelo GTO LX, em que os idosos se encontram entre os protagonistas mais relevantes. O TO caracteriza-se também por ser utilizado, pela generalidade das organizações praticantes, enquanto instrumento de mobilização, participação e transformação mas também com o intuito de informar, educar, consciencializar e contribuir para o *empowerment* e o desenvolvimento. Trata-se pois de um instrumento plurifacetado, com múltiplas utilizações, não mutuamente exclusivas, que

possibilita abordagens distintas a um conjunto também diversificado de temáticas. No entanto, observa-se também que as questões da desigualdade de género, violência e abusos, da discriminação, estereótipos e preconceitos e da democracia, direitos humanos e governação são as temáticas que mais frequentemente são abordadas pelas organizações praticantes de TO. Estas, embora disseminadas um pouco por todo o mundo, encontram-se relativamente concentradas no Norte Global, sobretudo na Europa que integra 44% do total de organizações praticantes de TO. Importa também salientar que, nesta região, onde as crianças, jovens e estudantes são também os principais protagonistas, a mobilização, participação e transformação é o principal objetivo por eles perseguido e que a temática privilegiada se situa na área da discriminação, estereótipos e preconceitos, seguida de perto pela desigualdade de género. Neste caso, os protagonistas de TO na Região Metropolitana de Lisboa que estudámos apresentam um perfil muito semelhante e têm-se orientado para temáticas semelhantes.

Num certo sentido, a versatilidade do TO pode ser vista como o produto de uma estratégia deliberada de Boal que, como vimos anteriormente, fazia depender as diferentes técnicas teatrais das circunstâncias sociais e políticas no seio das quais elas iam sendo geradas. O facto do teatro ser concebido enquanto laboratório de experimentação da vida real, algo que existe na subjetividade daqueles que o praticam e cujos efeitos se estendem para além do espaço teatral num sentido estrito, dissolvendo radicalmente as distinções existentes entre a arte e a vida, os artistas e os não artistas, o palco e a plateia, para relembrar algumas das assunções do dramaturgo brasileiro, parece efetivamente facilitar a sua adaptabilidade a diferentes contextos geográficos. A tradução do TO para esses diferentes contextos encontra-se também facilitada pelo facto do conjunto de técnicas que lhe dão corpo e da linguagem subjacente, serem comuns, o que promove a comparação, a aprendizagem pelo exemplo, o diálogo entre praticantes oriundos de locais muito diferenciados. Na verdade, como também vimos, o TO constrói um espaço social, uma comunidade cidadã, que, desvendando e afirmando o potencial político de múltiplas narrativas pessoais, as enquadra num todo que deixa de ser individual e passa a ser coletivo.

A nossa investigação mostra também que um dos dilemas mais comuns enfrentados por muitas das organizações praticantes de TO, eventualmente fruto da sua natureza relativamente precária e da grande incerteza relativamente à sua sustentabilidade e viabilidade futuras, prende-se com o tipo de relações institucionais que se estabelecem. Tanto ao nível do financiamento quanto da articulação com entidades que podem, por vezes, ter orientações

contrárias às que se encontram inscritas no “código genético” do TO, constata-se que as escolhas nem sempre são fáceis de fazer. A ligação de Boal e do CTO ao PT e a algumas empresas públicas brasileiras ilustra bem o tipo de dilemas enfrentados pelos praticantes de TO que, ao mesmo tempo que procuram incrementar a sua eficácia social e política, numa ótica que nos parece excessivamente formalista e institucional, tentam também não capitular perante algumas das lógicas de funcionamento inerentes às instituições com as quais se relacionam que possam ser contrárias às suas. Em última instância, trata-se da liberdade dos sujeitos que fazem do TO um instrumento de cidadania, não só em termos criativos, estéticos e artísticos mas também, evidentemente, do ponto de vista crítico, social e político, que está em causa e que é preciso acautelar: “revolucionar e não domesticar”.

No que diz respeito aos contextos geográficos a partir dos quais os protagonistas desenvolvem a sua intervenção – Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira – o nosso estudo evidencia que estes correspondem efetivamente a espaços segregados nos quais o processo de urbanização da injustiça se inscreve e (re)produz. Em ambos os casos, a intensificação da sua formação económica e cultural ocorre na década de 1970, no quadro de um conjunto de transformações mais vastas, com destaque para o reforço da metropolização da Região Metropolitana de Lisboa e a chegada súbita de centenas de milhares de pessoas no âmbito da descolonização dos, então, territórios portugueses em África. Neste contexto, os bairros clandestinos e, sobretudo, os de barracas e os grandes conjuntos de habitação social vão ampliar-se e ver a sua composição sócio-étnica modificada, funcionando como um exemplo paradigmático desse mesmo processo de urbanização da injustiça. A conjugação de condições económicas adversas (ex: desemprego, precariedade, baixos rendimentos) com atributos culturais que traduzem uma posição desfavorável no contexto da sociedade lusa maioritária (ex: sobre-representação de jovens afrodescendentes) define, assim, e apesar das ligeiras diferenças encontradas entre ambos, aquilo que são muitas das vivências quotidianas que encontramos no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira. Não é, pois, por acaso, que 87% dos jovens inquiridos naquele bairro e 76% dos que o foram neste último, se auto-posicionam na metade inferior da escala social. As geografias da injustiça encontram aqui um terreno fértil para a sua (re)produção.

O estudo analítico-interpretativo da cidadania que levámos a cabo em ambos os contextos, não apresenta um panorama distinto. Com efeito, ao nível das atitudes, nos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos, são baixos os níveis de mobilização

cognitiva, impera o desinteresse pela política, havendo muita desinformação e pouca discussão de assuntos políticos conduzindo, necessariamente, à dificuldade em tomar posição sobre questões desta natureza. Em termos de exposição aos *media* informativos observa-se, por seu turno, um reduzido consumo de jornais e um elevado consumo de TV/Rádio. Paradoxalmente, dada a tendência que temos vindo a descrever, os inquiridos defendem a necessidade de uma maior participação na atividade política por parte dos imigrantes. Ao nível das práticas, a paisagem permanece igualmente árida. A militância partidária e comportamento eleitoral são marcados, por um lado, pelo fraco envolvimento com os partidos políticos e, por outro, pelos níveis muito elevados de abstenção. Os resultados mais positivos encontramos-los, sem sombra de dúvida, no que diz respeito à participação associativa e à automobilização. No primeiro caso, entre 50 a 60% dos inquiridos declararam já ter tido algum tipo de envolvimento associativo, predominando a atividade desportiva. No segundo, 40 a 50% dos inquiridos realizaram práticas de automobilização nos 12 meses anteriores aos da realização do inquérito, sendo as doações, as greves, as manifestações e as petições, as atividades mais frequentes. Paralelamente, constata-se que a escolaridade dos inquiridos é a categoria social que mais peso tem sobre as suas atitudes e práticas de cidadania. Adicionalmente, verifica-se também que os jovens inquiridos no Alto da Cova da Moura apresentam perfis de cidadania mais polarizados que no Vale da Amoreira, ou seja, enquanto no primeiro contexto geográfico se encontram sobre-representados os perfis *desinteressado* (16%) e *automobilizado* (16%), no segundo, são mais expressivos os perfis *indiferente* (32%) e *associativo* (31%).

Quando passamos para a análise da cultura, cuja natureza complementar face ao nosso objeto de estudo não deve ser ignorada, os resultados da nossa investigação mostram que, em termos de posicionamento, os inquiridos de ambos os contextos geográficos a consideram muito importante e que atribuem às artes um papel de alguma centralidade e relevo. Não obstante, sobretudo por desinteresse, a maior parte nunca se envolveu em atividades de produção cultural, encontrando-se as artes performativas entre as expressões de produção menos frequentes. Ainda assim, quando ocorrem, o lazer é consensualmente tido como o fator mais importante para a realização de atividades de produção cultural. No que diz respeito aos consumos culturais, as atividades mais “exigentes” em termos de recursos (ex: económicos, cognitivos, simbólicos, mobilidade), como por exemplo, visitar museus, exposições e monumentos ou assistir a espetáculos, nunca são realizadas. Em contraposição, jornais,

televisão, rádio e música, são consumidos diariamente ou quase. À semelhança do sucedido para a produção cultural, é também o lazer o principal atributo associado à realização dos consumos culturais por parte dos jovens inquiridos. Existe, pois, uma estreita associação entre a prática cultural, num sentido lato, e o lazer, enquanto expressão de uma busca de satisfação e prazer. Também a este nível, a escolaridade se revela a categoria social mais significativa, embora a idade dos inquiridos também influencie algumas das suas práticas culturais. Ao nível dos perfis culturais identificados, destaca-se o facto do perfil *desinteressado* (12%) (constituído por quadros familiares pouco qualificados e com dificuldades económicas, que não têm tempo nem interesse na maior parte das atividades) se encontrar sobre-representado no Alto da Cova da Moura e do perfil *inativo* (27%) (constituído por desempregados, que afirmam não gostar da oferta cultural existente), no Vale da Amoreira.

No que diz respeito aos protagonistas, GTO LX, DRK e ValArt, a investigação levada a cabo permite-nos colocar em evidência a influência decisiva de Gisella Mendoza enquanto impulsionadora inicial do TO na Região Metropolitana de Lisboa, mais concretamente do GTO LX, a sua capacidade para forjar as relações e os laços associativos, institucionais e interpessoais necessários ao desenvolvimento dessa organização e, não menos importante, o impacto da trajetória por ela percorrida, sobretudo a sua ligação com África, para aquilo que o GTO LX se viria a tornar, os contextos geográficos que viria a privilegiar e os protagonistas que ajudaria a formar. Isto demonstra, tal como acontece em muitos outros contextos geográficos e organizacionais onde se desenvolvem processos de ação coletiva ou, simplesmente, atividades sociais ou culturais mobilizadores, o papel essencial em termos de estímulo, organização e catalização de processos, que é desempenhado por algumas figuras com elevada “densidade relacional” que, nalguns casos, conseguem ainda contribuir com o “olhar externo”. Resulta também clara a importância decisiva do programa de iniciativa comunitária EQUAL para o arranque das atividades de TO na Região Metropolitana de Lisboa, gerando as condições necessárias à consolidação institucional das atividades no âmbito daquilo que viria a tornar-se o GTO LX. Se acima referimos o “olhar externo”, percebe-se aqui a importância que pode ter um aproveitamento específico e dirigido de condições-macro orientadas para o apoio à intervenção social. Trata-se, afinal, de estabelecer a boa ligação entre programas de apoio e a ação concreta, aproveitando o que está disponível e dando-lhe um conteúdo que respeite os princípios, os valores e as metodologias que norteiam as organizações que implementam as iniciativas (tendo como pano de fundo um

quadro de respeito pela democracia e pelo reforço da cidadania).

Por outro lado, a Rede Multiplica emerge como “espaço-arquipélago” metropolitano gerido e organizado pelo GTO LX, promovendo a articulação horizontal entre grupos comunitários de TO oriundos de contextos similares do ponto de vista geográfico, em que a urbanização da injustiça, de certo modo, é um dos seus traços distintivos mais significativos. Para além disso, o GTO LX tem também promovido a articulação vertical dos diferentes grupos, na medida em que tem estado envolvido de modo sistemático e continuado em redes internacionais de praticantes de TO, colaborando e entrando em diálogos frutuosos com diferentes grupos, sobretudo nos continentes europeu e sul-americano. Note-se que este processo tem importantes efeitos a níveis tão diversos, como a densificação dos modos de reflexão, a criação de consciências mais globais para a ação ou o intercâmbio de experiências sobre formas de ultrapassar problemas.

Os jovens protagonistas pertencentes aos DRK e aos ValArt, por seu turno, têm intervindo na cidade usando o TO enquanto instrumento privilegiado. Todavia, fazem-no a partir de perspetivas distintas acerca daquilo que são os problemas mais prementes refletindo, efetivamente, o contexto sócio-espacial a partir do qual concebem política e artisticamente as peças de teatro que apresentam. Por um lado, os DRK, baseados no Alto da Cova da Moura, têm colocado a tónica sobre problemas como a discriminação e a estigmatização, as escolhas e opções que os jovens afrodescendentes enfrentam numa sociedade que os marginaliza e exclui, as desigualdades socioeconómicas e os estereótipos culturais, os seus efeitos combinados para as más condições de saúde das populações de origem africana e também, mais recentemente, a questão da nacionalidade e das condições inerentes à atribuição do estatuto de cidadania. Por outro, os ValArt, sediados no Vale da Amoreira, têm, por seu turno, direcionado a sua atenção para as problemáticas das relações de poder familiar e a subalternidade das mulheres, a sexualidade, a (des)igualdade de género e a vida dos adolescentes.

Curiosamente, os testemunhos articulados que recolhemos mostram que o TO era, para a generalidade dos jovens percententes aos DRK e ValArt, absolutamente desconhecido. Na verdade, o teatro, num sentido mais geral, era uma atividade considerada inacessível para muitos deles. Progressivamente, o envolvimento com o TO, funcionando o GTO LX como principal promotor e “incubadora” dos dois grupos comunitários examinados, foi ajudando a perceber o modo como este opera enquanto instrumento de cidadania, ajudando-os a usarem

as suas experiências, histórias e narrativas pessoais e contextuais para intervir social e politicamente. Na verdade, verificou-se também que para os jovens protagonistas com quem falámos, a política precede sempre a arte, ou seja, consideram que fazem política, mas fazem-na usando a arte como instrumento privilegiado de comunicação e diálogo. Mais concretamente, o TO é usado para promover a consciencialização interpessoal e comunitária, para lançar alguma luz, esclarecer e elucidar acerca das condições existenciais presentes nos contextos geográficos em que intervêm estes jovens, em suma, para questionar a realidade (sub)urbana em que vivem. Não obstante, estão plenamente conscientes dos limites à sua ação, do alcance relativo da sua intervenção através da arte, das condições de precariedade em que desenvolvem o seu trabalho bem como do tempo necessário para que este se possa consolidar e autonomizar.

Quando contrastamos estes resultados empíricos com as reflexões anteriores, ressaltam também um conjunto de aspetos importantes, que nos ajudam a dar resposta à questão nuclear desta investigação. Um primeiro aspeto que gostaríamos de salientar prende-se com o modo como o TO se articula com a problemática da (in)justiça. Independentemente de olharmos para a trajetória do TO, tal qual ele foi idealizado e, em certa medida, materializado pelo seu criador Augusto Boal e por todas as pessoas que, sobretudo no âmbito do CTO, têm dado continuidade ao seu impulso inicial, ou de colocarmos o enfoque sobre os protagonistas do TO na Região Metropolitana de Lisboa, nomeadamente, o GTO LX, os DRK e os ValArt, constata-se que o enraizamento sócio-espacial por eles manifestado, bem como o destaque por eles conferido à reflexão coletiva, nos afasta das conceções liberais da injustiça. Na verdade, no âmbito do TO enquanto sistema teatral e das suas manifestações concretas forjadas no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira, a injustiça encontra-se intrinsecamente ligada a um conjunto vasto de relações económicas e culturais estruturais tais como a exploração, a marginalização, a dominação cultural, a violência, o não-reconhecimento e o desrespeito, que são abordados não a partir de teorizações abstratas e desligadas das vidas reais das pessoas que as sofrem na pele, mas sim a partir da identificação das suas manifestações concretas nos espaços urbanos em que se desenrolam as suas vidas quotidianas. Por conseguinte, a prática do TO na Região Metropolitana de Lisboa contribui necessariamente para o combate a alguns dos efeitos mais nefastos da segregação urbana, como por exemplo: a invisibilização social e política a que estão sujeitas as pessoas que habitam o Alto da Cova da Moura e o Vale da Amoreira e a existência de fronteiras que separam contextos geográficos como estes que

acabámos de referir do restante tecido urbano.

Em segundo lugar, destacamos o facto da existência do TO em contextos como o Alto da Cova da Moura e o Vale da Amoreira significar uma possibilidade de deslocar o plano da participação associativa de esferas relativamente despolitizadas como são as atividades desportiva e religiosa, para outras em que a intervenção social e política, a consciencialização cidadã são absolutamente centrais, como é o caso do próprio TO. Sobretudo em contextos geográficos marcados pela urbanização da injustiça, parece-nos de primordial importância a emergência e afirmação de expressões de cidadania como aquelas que o TO configura e impulsiona. Por outro lado, também no plano das práticas culturais o TO rompe com a lógica centrada no consumo que mantém à distância a possibilidade de envolver os jovens em atividades de produção cultural, como vimos antes. O TO tem uma importância acrescida, na medida em que o distanciamento relativo dos jovens às artes performativas é maior do que a quaisquer outras expressões de produção cultural e artística.

Em terceiro lugar, a análise empírica que levámos a cabo mostra que os protagonistas do TO na Região Metropolitana de Lisboa, se tornam sujeitos políticos intervenientes, conscientes e críticos, mais capazes de questionar a realidade urbana que os rodeia, tornando-se por vezes referências importantes nas suas comunidades. Paralelamente, tornam-se interlocutores privilegiados no processo de construção de uma rede de relações, sobretudo metropolitanas, entre contextos geográficos que partilham os mesmos problemas económicos e culturais. Efetivamente, as relações de proximidade e os encontros propiciados pela prática artística dos diferentes grupos comunitários facilitam a reflexão, o diálogo, o debate e a aprendizagem coletiva entre diferentes entidades constitutivas da cidade contemporânea. Esta é, aliás, a escala privilegiada da sua intervenção, pois é a partir das suas vivências urbanas que intervêm social e politicamente. No entanto, os jovens protagonistas têm consciência plena, o que não significa que isto tenha reflexos ao nível das estratégias de atuação seguidas, de que o tipo de problemas que experienciam nos contextos geográficos de onde são oriundos, e que partilham com muitas outras pessoas, apresentam uma natureza eminentemente multi-escalar. O caso da experiência recente dos DRK com o teatro legislativo (i.e. “Sonhos de Papel”), no plano meramente simbólico, sublinhamos, ilustra bem o esforço que tem sido levado a cabo para problematizar a tensão existente entre a escala do Estado-nação e a da cidade, entre a cidadania enquanto estatuto jurídico-legal, por um lado, enquanto prática social e política, por outro.

Por fim, gostaríamos também de chamar a atenção para o modo como o desenvolvimento do TO na Região Metropolitana de Lisboa, corporizado nos diferentes protagonistas estudados, tem sido marcado pela relativa precariedade e incerteza visível, por exemplo, num elevado grau de “mortalidade” dos grupos comunitários de TO. Acresce ainda o facto do TO ocupar uma posição francamente marginal no universo das artes, o que reduz a sua capacidade de chegar a um público vasto. Do nosso ponto de vista, estas condições, mais do que limites, constituem desafios importantes à capacidade de intervenção do GTO LX. Se, enquanto expressão de arte social e política, o TO, tal qual existe na Região Metropolitana de Lisboa, parece escapar à tendência de mercadorização da arte contemporânea, o mesmo não parece acontecer no que toca à tendência para a neutralização. Algumas das produções artísticas desenvolvidas, como por exemplo “Vizinhas Lava Tudo“, “TB Linha” ou a formação “Sexualizando”, refletem, em nosso entender, o modo como o TO pode ser parcialmente despolitizado. Quando assim é, minimizando a sua carga social e política, a capacidade de gerar antagonismos e divergências, compromete-se, efetivamente, o potencial transformador da arte. Na verdade, a experiência do TO na Região Metropolitana de Lisboa desenrola-se na linha de fronteira entre a arte-ONG e a arte social e política, entre a institucionalização e o formalismo e entre o movimento cidadão autónomo, comunitário e plural. Sendo um desafio, porque o é de facto, poderá também revelar-se uma oportunidade para repensar as estratégias de intervenção e desenvolvimento do GTO LX, dos DRK e dos ValArt.

Em suma, e para não fugir à questão, consideramos o estudo do TO na Região Metropolitana de Lisboa nos ajuda a perceber que a cidadania (através da arte) oferece efetivamente um contributo para a construção de cidades mais justas, na medida em que torna visíveis e expressivos um conjunto de problemas característicos de espaços urbanos segregados mas fá-lo, não de acordo com teorizações excessivamente abstratas, desumanizadas e desumanizantes, que não transferem o poder agencial para os sujeitos que constituem e dão vida a esses mesmos espaços, mas sim, por intermédio de uma autonomização consciente e capacitante desses mesmos sujeitos que, através da prática artística, se tornam cidadãos *de facto* e, no decurso desse trajeto, transformam, ainda que apenas parcialmente, a *cidade injusta*.

Em última instância, os resultados desta investigação mostram que a cidade é feita de pessoas comuns, mesmo que, muitas vezes, para elas não seja feita. E é nessa linha de tensão

que a cidadania se edifica e a cidade se constrói a cada momento. O estudo do TO na Região Metropolitana de Lisboa ajudou-nos a compreender melhor o modo como estes processos complexos se desenvolvem. No entanto, uma compreensão mais aprofundada, implicaria, por exemplo, diversificar os tipos de artes cidadãs estudadas, por um lado, e proceder ao estudo comparado de diferentes regiões metropolitanas para além daquela que aqui foi examinada, por outro. Futuras incursões neste campo de estudo podem muito bem iniciar-se por estas duas pistas. Foi também por isso que quisemos terminar este trabalho com a sua partilha.

Bibliografia

- Aalbers M B (2004) Creative destruction through the Anglo-American hegemony: a non-Anglo-American view on publications, referees and language. *Area*, 36(3): 319-322.
- Aalbers M B, Rossi U (2006) Beyond the Anglo-American hegemony in human geography: a European perspective. *GeoJournal*, 67: 137-147.
- Aase T H (1994) Symbolic Space: Representations of space in geography and anthropology. *Geografiska Annaler, Series B – Human Geography*, 76(1): 51-58.
- Abbas T, Reeves F (eds) (2007) *Immigration and Race Relations: Sociological Theory and John Rex*. I.B.Tauris, London and New York.
- Abbing H (2002) *Why Are Artists Poor? The Exceptional Economy of the Arts*. Amsterdam University Press, Amsterdam.
- Abbott A (1992) What do cases do? Some notes on activity in sociological analysis. In Ragin C C, Becker H S (eds) *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge University Press, New York: 53-82.
- Abreu P (2000) Práticas e consumos de música(s): ilustrações sobre alguns contextos da prática cultural. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56: 123-147.
- Abreu P (2004) Ouvir, comprar, participar... Acerca da reciprocidade cumulativa das práticas musicais. In Gomes R T (coord.) *Os Públicos da Cultura*. Observatório das Actividades Culturais, Lisboa: 77-92.
- Airriess C A (2002) Creating Landscape and Place in a Vietnamese Community in New Orleans, Louisiana. In Berry K A, Henderson M L (eds.) *Geographical Identities of Ethnic America: Race, Place and Space*. University of Nevada Press, Reno: 228-254.
- Albuquerque R (2013) *Associativismo, Capital Social e Mobilidade: Contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal*. ACIDI, Lisboa.
- Alcoff L (1991-1992) The Problem of Speaking for Others. *Cultural Critique*, 20: 5-32.
- Alejandro R (1998) *The Limits of Rawlsian Justice*. The John Hopkins University Press, Baltimore and London.
- Allan D (2009) *Art and the Human Adventure: Andre Malraux's Theory of Art*. Rodopi, Amsterdam.
- Almeida F (2009) Mercado de arte contemporânea: construção do valor artísticos e do estatuto de mercado do artista. *Fórum Sociológico*, 19: 63-71.
- Almeida J F (1984) Classes sociais, votos e poder: um espaço camponês. *Análise Social*, XX(84): 583-620.
- Almeida J F (2013) *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos: Portugal e a Europa*. Editora Mundos Sociais, Lisboa.
- Amariglio J, Childers J W, Cullenberg S E (eds) (2009) *Sublime Economy: On the intersection of art and economics*. Routledge, London and New York.
- Amin A (2007) Re-thinking the urban social. *City*, 11(1): 100-114.
- Amin A, Graham S (2007) The ordinary city. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 22(4): 411-429.
- Amin A, Thrift N (2004) The 'Emancipatory' City?. In Lees L (ed.) *The Emancipatory City*:

Paradoxes and Possibilities. Sage Publications, London: 231-235.

Andersen H S (2002) Excluded Places: the Interaction Between Segregation, Urban Decay and Deprived Neighbourhoods. *Housing, Theory and Society*, 19(3): 153-169.

André I (2005) *Metodologias de Investigação em Geografia Humana*. CEG-UL, Lisboa.

André I, Carmo A (2010) Régions et villes socialement créatives. Étude appliquée à la péninsule ibérique. *Innovations*, 33(3): 65-84.

André I, Malheiros J, Carmo A (2013) The rhythm of arts in the socially creative city. In Kley J-L (ed.) *Pour une nouvelle mondialisation: le défi d'innover*. Presses de l'Université du Québec, Québec: 191-207.

André I, Vale M (2012) Lisboa: tensiones entre la ciudad y la metrópoli. In Balbo M (coord.) *Europa: la ciudad central en el sistema urbano*. OLACCHI, Quito: 209-239.

André J M (2009) Interpretações do mundo e multiculturalismo: incomensurabilidade e diálogo entre culturas. *Revista Filosófica de Coimbra*, 35: 7-41.

Anjo L (2011) De la brèche créatrice à l'imaginaire libéré: L'art dramatique en Iran. *Émulations*, 9: 27-41.

Antunes R (2003) O carácter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. *Trabalho, Educação e Saúde*, 1(2): 229-237.

Antunes R (2011) Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. *Serviço Social & Sociedade*, 107: 495-419.

Antunes R, Alves G (2004) As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, 25(87): 335-351.

Araújo H C (2007) Cidadania na sua polifonia: Debates nos estudos de educação feministas. *Educação, Sociedade & Culturas*, 25: 83-116.

Arbaci S (2002) Patterns of Ethnic and Socio-spatial Segregation in European Cities: Are Welfare Regimes Making a Difference?. In Fonseca M L, Malheiros J, Ribas-Mateos N, White P, Esteves A (eds) *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*. Luso-American Foundation, Lisbon: 83-115.

Arbaci S (2008) Housing and Urban Regimes in Southern European Multiethnic Cities: Structural Mechanisms of Ethnic Residential Marginalisation by Spatial Dispersion. In Fonseca M L (ed.) *Cities in Movement: Migrants and Urban Change*. CEG-UL, Lisboa: 45-77.

Arbaci S, Malheiros J (2010) De-segregation, suburbanisation and social exclusion of immigrants – Southern European Cities in the 1990s. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36(2): 227-255.

Arneson R J (2006) Justice after Rawls. In Dryzek J S, Honig B, Phillips A (eds) *The Oxford Handbook of Political Theory*. Oxford University Press, Oxford: 45-64.

Ascensão E (2013) Following engineers and architects through slums: the technoscience of slum intervention in the Portuguese-speaking landscape. *Análise Social*, XLVIII(206): 2182-2999.

Aterianus-Owanga A (2011) Rap et démocratie dans le Gabon contemporain. Les stratégies musicales d'invention du politique. *Émulations*, 9: 43-55.

Atkinson R, McGarrigle J (2009) Segregation. In Kitchin R, Thrift N (eds) *International Encyclopedia of Human Geography*, Volume 10. Elsevier, Oxford: 76-80.

Augusto N M (2008) A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81: 155-177.

Auslander P (1997) *From Acting to Performance: Essays in Modernism and Postmodernism*.

Routledge, New York and London.

Austin J (2010) More to see than a canvas in a white tube. For an art in the streets. *City*, 14(1-2): 33-47.

Babbage F (2004) *Augusto Boal*. Routledge, London and New York.

Bader V-M (2008) *Racismo, Etnicidade, Cidadania: Reflexões sociológicas e filosóficas*. Edições Afrontamento, Porto.

Baez B (2002) Confidentiality in qualitative research: reflections on secrets, power and agency. *Qualitative Research*, 2(1): 35-58.

Baganha M I (2001) A cada Sul o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal. In Santos B S (org.) *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Edições Afrontamento, Porto: 135-159.

Balakrishnan T R (2001) Residential segregation and socio-economic integration of Asians in Canadian cities. *Canadian Ethnic Studies*, 33(1): 120-131.

Balibar E (2008) Historical Dilemmas of Democracy and Their Contemporary Relevance for Citizenship. *Rethinking Marxism: a Journal of Economics, Culture & Society*, 20(4): 522-538.

Balibar E, Mezzadra S, Samaddar R (eds) (2012) *The Borders of Justice*. Temple University Press, Philadelphia.

Barata-Moura J (2003) A Cidadania como Cultivo. *Philosophica*, 22: 83-98.

Barber B (2003) *Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age*. University of California Press, Berkeley.

Barbosa C E, Ramos M R (2008) Vozes e movimentos de afirmação: os filhos de cabo-verdianos em Portugal. In Góis P (org.) *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. ACIDI: Lisboa: 175-193.

Barker D W M (2009) *Tragedy and Citizenship: Conflict, Reconciliation, and Democracy from Haemon to Hegel*. State University of New York Press, New York.

Barry B (1973) *The Liberal Theory of Justice: A Critical Examination of the Principal Doctrines in A Theory of Justice by John Rawls*. Clarendon Press, Oxford.

Bauböck R (2003) Reinventing Urban Citizenship. *Citizenship Studies*, 7(2): 139-160.

BAVO (2007a) Always Choose the Worst Option Artistic Resistance and the Strategy of Over-Identification. In BAVO (eds) *Cultural activism today: the art of over-identification*. Episode Publishers, Rotterdam: 18-39.

BAVO (2007b) Introduction. Cultural Activism Today. The Art of Over-Identification. In BAVO (eds) *Cultural activism today: the art of over-identification*. Episode Publishers, Rotterdam: 6-9.

BAVO (2009) How much politics can art take?. [acedido em 14 de Abril de 2013]. <http://www.bavo.biz/texts/view/210>.

Begag A (2002) Frontières géographiques et barrières sociales dans les quartiers de banlieue. *Annales de Géographie*, 625: 265-284.

Beilharz P (1996) Citizens of Cities. *Thesis Eleven*, 46: 89-95.

Belfiore E (2012) "Defensive Instrumentalism" and the legacy of New Labour's cultural policies. *Cultural Trends*, 21(2): 103-111.

Belfiore E, Bennett O (2008) *The Social Impact of the Arts: An Intellectual History*. Palgrave Macmillan, New York.

Benavente A, Mendes H, Schmidt L (1997) Direitos dos cidadãos em Portugal: conhecimentos e opiniões. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 24: 71-114.

- Benítez H M F (2010) "The moment of testimonio is over": problemas teóricos y perspectivas de los estudios testimoniales. *Íkala, revista de lenguaje y cultura*, 15(24): 47-71.
- Bennett A, Elman C (2006) Qualitative Research: Recent Developments in Case Study Methods. *Annual Review of Political Science*, 9: 455-476.
- Bennett K, Shurmer-Smith P (2002) Handling case studies. In Shurmer-Smith P (ed.) *Doing Cultural Geography*. Sage Publications, London: 199-209.
- Berardi F (2005) What does Cognitariat Mean? Work, Desire and Depression. *Cultural Studies Review*, 11(2): 57-63.
- Berardi F (2009) *Precarious Rhapsody: Semiocapitalism and the pathologies of the post-alpha generation*. Minor Compositions, London.
- Berger J (1972) *Ways of Seeing*. Penguin Books, London.
- Berman M (1984) The Signs in the Street: a response to Perry Anderson. *New Left Review*, 144: 114-124.
- Berry B J L, Kasarda J D (1977) *Contemporary Urban Ecology*. Macmillan Publishing, New York.
- Biehl J (1998) *The Politics of Social Ecology: Libertarian Municipalism*. Black Rose Books, Montreal.
- Bishop C (2005) *Installation Art: A Critical History*. Routledge, New York.
- Bishop C (2006) Introduction // Viewers as Producers. In Bishop C (ed.) *Participation*. Whitechapel and the MIT Press, London and Cambridge: 10-17.
- Blaut J M (1975) Imperialism: the Marxist theory and its evolution. *Antipode*, 7(1): 1-19.
- Bloomley N (2006) Uncritical critical geography?. *Progress in Human Geography*, 30(1): 87-94.
- Bloomley N (2007) Critical geography: anger and hope. *Progress in Human Geography*, 31(1): 53-65.
- Bloomley N (2008) The spaces of critical geography. *Progress in Human Geography*, 32(2): 285-293.
- Boal A (1973/1998) *Jogos para atores e não-atores*, 13ª Edição. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Boal A (1974/2008) *Theatre of the oppressed*, translated from Spanish by Charles A. and Maria-Odilia Leal McBride and Emily Fryer. Pluto Press, London.
- Boal A (1995) *The Rainbow of Desire: The Boal Method of Theatre and Therapy*, translated by Adrian Jackson. Routledge, Abingdon.
- Boal A (1998a) Invisible Theater. In Cohen-Cruz J (ed.) *Radical Street Performance: An International Anthology*. Routledge, London and New York: 121-124.
- Boal A (1998b) *Legislative Theatre: Using performance to make politics*, translated by Adrian Jackson. Routledge, Abingdon.
- Boal A (2001) *Hamlet and the baker's son: my life in theatre and politics*, translated by Adrian Jackson and Candida Blaker. Routledge, London.
- Boal A (2007) Theatre, Human Beings. In Keefe J, Murray S (eds) *Physical Theatres: A critical reader*. Routledge, London and New York: 32-37.
- Boal A (2008) *A Estética do Oprimido*. Fundação Nacional de Artes – Funarte, Rio de Janeiro.
- Boal F W (1999) From Undivided Cities to Undivided Cities: Assimilation to Ethnic Cleansing. *Housing Studies*, 14(5): 585-600.
- Boal F W (2005) Urban Ethnic Segregation and the Scenarios Spectrum. In Varady D P (ed.) *Desegregating the City: Ghettos, Enclaves & Inequality*. State University of New York Press, New

York: 62-78.

Boal J (2010a) Opressão. *Metaxis*, 6: 124-126.

Boal J (2010b) Our Role in Crisis, original translation by Ruth Cave. In Duffy P, Vettrano E (eds) *Youth and Theatre of the Oppressed*. Palgrave Macmillan, New York: xv-xvii.

Bógus L M M (2009) Segregações Urbanas. In Fortuna C, Leite R P (orgs.) *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Edições Almedina, Coimbra.

Boltanski L, Chiapello E (2005) *The New Spirit of Capitalism*, translated by Gregory Elliott. Verso, London.

Bonnett A (2000) *White Identities: Historical and International Perspectives*. Prentice Hall, Harlow.

Bonnett A (2008) Whiteness and the West. In Dwyer C, Bressey C (eds) *New Geographies of Race and Racism*. Ashgate, Aldershot: 17-28.

Bookchin M (1986) *The Limits of the City*. Black Rose Books, Montreal.

Bookchin M (2007) *Social Ecology and Communalism*. AK Press, Oakland.

Boon R, Plastow J (eds) (2004) *Theatre and Empowerment: Community Drama on the World Stage*. Cambridge University Press, New York.

Borges V (2006) Actores e encenadores: modalidades de profissionalização no mercado teatral português. *Sociologia, Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 16: 97-115.

Borja J (2000) The citizenship question and the challenge of globalization: The european context. *City*, 4(1): 43-52.

Borja J (2003) *La ciudad conquistada*. Alianza Editorial, Madrid.

Borja J (2011) Un cambio de ciclo o un cambio de época? Siete líneas para la reflexión y la acción. *Urban*, 01: 83-88.

Borjas G J (1998) To Ghetto or Not to Ghetto: Ethnicity and Residential Segregation. *Journal of Urban Economics*, 44: 228-253.

Boudreau J-A (2013) Jeunes et gangs de rue: l'informel comme lieu et forme d'action politique à Montréal. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, 12(3): 520-550.

Bourne L S, Murdie R A (1972) Interrelationships of social and physical space in the city: a multivariate analysis of metropolitan Toronto. *The Canadian Geographer/Le Géographe canadien*, 16(3): 211-229.

Bowman P, Stamp R (eds) (2011) *Reading Rancière*. Continuum International, London.

Boyne G A, Powell M A (1991) Territorial Justice: A Review of Theory and Evidence. *Political Geography Quarterly*, 10: 263-81.

Boyne G A, Powell M A (1993) Territorial Justice and Thatcherism. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 11: 35-53.

Bradley W (2007) Introduction. In Bradley W, Esche C (eds) *Art and Social Change: A Critical Reader*. Tate Publishing, London: 9-24.

Bradley W, Escher C (eds) (2007) *Art and Social Change: A Critical Reader*. Tate Publishing, London.

Branco F (2009) Acção Social, Individuação e Cidadania: A construção do acompanhamento social no contexto do Estado Social activo. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 17: 81-91.

Brannen J (2005) Mixing Methods: The Entry of Qualitative and Quantitative Approaches into the

- Research Process. *International Journal of Social Research Methodology*, 8(3): 173-184.
- Bray Z (2008) Ethnographic approaches. In della Porta D, Keating M (eds) *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective*. Cambridge University Press, Cambridge: 296-315.
- Brenner N (2004) *Urban Governance and the Rescaling of Statehood*. Oxford University Press, Oxford.
- Brenner N (2012) What is critical urban theory?. In Brenner N, Marcuse P, Mayer M (eds) *Cities for People, Not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City*. Routledge, New York: 11-23.
- Brenner N, Marcuse P, Mayer M (2012) Cities for people, not for profit: an introduction. In Brenner N, Marcuse P, Mayer M (eds) *Cities for People, Not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City*. Routledge, New York: 1-10.
- Briggs X S (2005) Conclusion: Desegregating the City. In Varady D P (ed.) *Desegregating the City: Ghettos, Enclaves & Inequality*. State University of New York Press, New York: 233-257.
- Briginshaw V A (2001) *Dance, Space and Subjectivity*. Palgrave Macmillan, New York.
- Britton C (2006) Politics and performance(s) of identity. In Cohen-Cruz J, Schutzman M (eds) *A Boal Companion: Dialogues on theatre and cultural politics*. Routledge, New York and London: 10-20.
- Budgen S (2000) A New “Spirit of Capitalism”. *New Left Review*, 1: 149-156.
- Bunge W (1971) *Fitzgerald: the Geography of a Revolution*. Schenkman, Cambridge.
- Burgess E W (1925/1967) The Growth of the City: An Introduction to a Research Project. In Park R E, Burgess E W (eds) *The City: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*. The University of Chicago Press, Chicago and London: 47-62.
- Burnham S (2010) Scenes & Sounds: The call and response of street art and the city. *City*, 14(1-2): 137-153.
- Cabaço S, Carvalho T (2011) Classes sociais e cidadania: uma perspetiva sobre a participação política na Área Metropolitana de Lisboa. *Chão Urbano*, XI(1): 27-57.
- Cabral J P (1983) Notas críticas sobre a observação participante no contexto da antropologia portuguesa. *Análise Social*, XIX(76): 327-339.
- Cabral M V (1997) *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Celta Editora, Oeiras.
- Cabral M V (2000) O exercício da cidadania política em Portugal. *Análise Social*, XXXV(154-155): 85-113.
- Cabral M V (2008) Efeito metropolitano e cultura cívica: novas modalidades de exercício da cidadania na metrópole de Lisboa. In Cabral M V, Silva F C, Saraiva T (orgs) *Cidade & Cidadania: Governança urbana e participação cidadã em perspectiva comparada*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa: 213-241.
- Cabral M V (2009) Efeito metropolitano e cultura cívica: novas modalidades de exercício da cidadania na metrópole de Lisboa. *Cadernos Metrópole*, 11(22): 319-346.
- Cabral M V (2011) Cidadania, inclusão e voz. *Cadernos Metrópole*, 13(26): 341-357.
- Cabral M V (2014) *Dimensões da Cidadania: A mobilização política em Portugal numa perspectiva comparada*. Edições Afrontamento, Porto.
- Cachado R A (2011) Realojamento em zonas de fronteira urbana. O caso da Quinta da Vitória, Loures. *Fórum Sociológico*, 21: 23-31.
- Cachado R A (2013) O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, XLVIII (206): 134-152.

- Cachinho H, Reis J (1991) Geografia Escolar – (Re)pensar e (Re)agir. *Finisterra*, XXVI(52): 429-433.
- Caldeira T P R (2000) *City of Walls: Crime, Segregation and Citizenship in São Paulo*. University of California Press, Berkeley.
- Calhoun C (2001) The Critical Dimension in Sociological Theory. In Turner J H (ed.) *Handbook of Sociological Theory*. Springer, New York: 85-111.
- Capel H (2003) A Modo de Introducción – Los Problemas de las Ciudades: Urbs, Civitas y Polis. In Capel H (coord.) *Mediterráneo Económico (Ciudades, arquitectura y espacio urbano)*. Instituto Cajamar, Almería: 9-22.
- Capucha L (1990) Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 8: 29-41.
- Capucha L M A (2000) Territórios da pobreza, onde é preciso voltar. *Sociedade e Território*, 30: 8-15.
- Card C (2009) Injustice, Evil, and Oppression. In Ferguson A, Nagel M (eds) *Dancing with Iris: The Philosophy of Iris Marion Young*. Oxford University Press, Oxford: 147-159.
- Cardoso A, Perísta H (1994) A cidade esquecida: Pobreza em bairros degradados de Lisboa. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 15: 99-111.
- Cardoso F H (1972) A Cidade e a Política. *Cadernos CEBRAP*, 7: 29-61.
- Carlos A F A (1992) *A Cidade*. Editora Contexto, São Paulo.
- Carlos A F A (2007a) Metamorfoses urbanas. *GeoTextos*, 3(1/2): 187-200.
- Carlos A F A (2007b) *O lugar no/do mundo*. FFLCH, São Paulo.
- Carlos A F A (2010) Sobre a gestão democrática das cidades: questões para o debate. *GeoTextos*, 6(1): 179-189.
- Carlos A F A (2012) A “Geografia Urbana” como disciplina: uma abordagem possível. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, Volume Especial 30 anos: 92-111.
- Carmo A (2011a) «Geometria do poder», valores, representações e práticas de cidadania. In Santos N, Cunha L (coord.) *Trunfos de uma Geografia Activa: Desenvolvimento Local, Ambiente, Ordenamento e Tecnologia*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra: 331-337.
- Carmo A (2011b) GTO LX. In André I, Vale M (coords) *A Criatividade Urbana na Região de Lisboa (Relatório 4 – Case Studies)*. IGOT-UL/CCDR LVT, Lisboa: 77-91.
- Carmo A (2011c) Revolutionary Landscapes: The PCTP/MRPP Mural Paintings in the Lisbon Metropolitan Area. *Finisterra*, XLVI(92): 25-41.
- Carmo A (2012) *Reclaim the Streets, the protestival and the creative transformation of the city*. *Finisterra*, XLVII(94): 103-118.
- Carmo A (2013) «O Verão quente de 2012» – Reivindicando o direito à habitação em Santa Filomena, Amadora. *E-Metropolis: Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*, 12: 19-25.
- Carmo A, Aurindo M J (2011) Contos de uma ciência periférica: back with a vengeance. In Santos N, Cunha L (coord.) *Trunfos de uma Geografia Activa: Desenvolvimento Local, Ambiente, Ordenamento e Tecnologia*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra: 33-40.
- Carmo A, Ferrão J, Malheiros J (2014) Geografias do Estado social: Reorganização territorial, habitação e urbanismo. In Carmo R M, Barata A (orgs) *Estado Social: De Todos para Todos*. Tinta-da-China, Lisboa: 167-200.
- Carroll N (1999) *Philosophy of Art: A contemporary introduction*. Routledge, London and New York.
- Carvalhais I E (2004) *Os Desafios da Cidadania Pós-Nacional*. Edições Afrontamento, Porto.

- Carvalhais I E (2006) Condição pós-nacional da cidadania política: Pensar a integração de residentes não-nacionais em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 50: 109-130.
- Carvalhais I E (coord.) (2007) *Cidadania no Pensamento Político Contemporâneo*. Princípiã, Estoril.
- Carvalho J (2003) *Ordenar a Cidade*. Quarteto Editora, Coimbra.
- Carvalho M J L (2013) Do outro lado da cidade: Crianças, urbanização e violência na área metropolitana de Lisboa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 72: 79-101.
- Cassiers T, Kesteloot C (2012) Socio-spatial Inequalities and Social Cohesion in European Cities. *Urban Studies*, 49(9): 1909-1924.
- Castells M (1972) *La question urbaine*. François Maspero, Paris.
- Castells M (2003) The Process of Urban Social Change. In Cuthbert A (ed.) *Designing Cities: Critical Readings in Urban Design*. Blackwell, Oxford: 23-27.
- Castree N, Gregory D (eds) (2006) *David Harvey: A Critical Reader*. Blackwell Publishing, Oxford.
- Charles C Z (2000) Neighborhood Racial-Composition Preferences: Evidence from a Multiethnic Metropolis. *Social Problems*, 47(3): 379-407.
- Charles C Z (2003) The Dynamics of Racial Residential Segregation. *Annual Review of Sociology*, 29: 167-207.
- Chatterton P (2010) Seeking the urban common: Furthering the debate on spatial justice. *City*, 14(6): 625-628.
- Chaudoir P (2004) Arts de la Rue et Espace Urbain. *L'Observatoire*, 26: 1-4.
- Chouinard V (2009) Citizenship. In Kitchin R, Thrift N (eds) *Internacional Encyclopedia of Human Geography*, Volume 2. Elsevier, Amsterdam: 107-112.
- Christopherson S (1994) The Fortress City: Privatized Spaces, Consumer Citizenship. In Amin A (ed.) *Post-Fordism: A Reader*. Blackwell Publishers: 409-427.
- Ciprut J V (ed.) (2008) *The Future of Citizenship*. The MIT Press, Cambridge.
- Clark W A V, Blue S A (2004) Race, Class, and Segregation Patterns in U.S. Immigrant Gateway Cities. *Urban Affairs Review*, 39(6): 667-688.
- Clarke P B (1994) *Citizenship*. Pluto Press, London.
- Clarke S E (2008) Community and problematic citizenship. *Political Geography*, 27: 22-28.
- CLASM (2009) *Diagnóstico Social do Município da Moita*. CMM, Moita.
- Clavel G (2004) *A Sociedade da Exclusão: Compreendê-la para dela sair*. Porto Editora, Porto.
- Clough N, Blumberg R (2012) Toward Anarchist and Autonomist Marxist Geographies. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, 11(3): 335-351.
- Cockroft E, Weber J P, Cockroft J (1977) *Toward a People's Art: The Contemporary Mural Movement*. University of New Mexico Press, Albuquerque.
- Coelho A J M B (1994) É Preciso Integrar a «Habitação Social» na Continuidade Urbana. *Sociedade e Território*, 20: 71-78.
- Cohen G A (2000) *If You're an Egalitarian, How Come You're So Rich?*. Harvard University Press, Cambridge.
- Cohen G A (2008) *Rescuing Justice and Equality*. Harvard University Press, Cambridge.
- Cohen-Cruz (1994) Theatricalizing Politics: An interview with Augusto Boal. In Schutzman M, Cohen-Cruz J (eds) *Playing Boal: Theatre, therapy, activism*. Routledge, London and New York: 227-

- Cohen-Cruz J (2006) Redefining the private: from personal storytelling to political act. In Cohen-Cruz J, Schutzman M (eds) *A Boal Companion: Dialogues on theatre and cultural politics*. Routledge, New York and London: 103-113.
- Coleman R (2003) Surveillance in the city: Primary definition and urban spatial order. *Crime, Media, Culture*, 1(2): 131-148.
- Connolly J, Steil J (2009) Introduction: Finding justice in the city. In Marcuse P, Connolly J, Novy J, Olivo I, Potter C, Steil J (eds) *Searching for the Just City: Debates in urban theory and practice*. Routledge, Abingdon: 1-16.
- Contador A C (1998) Consciência de geração e etnicidade: da segunda geração aos novos luso-africanos. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 26: 57-83.
- Correia A B (2003a) *Arte como Vida e Vida como Arte: Sociabilidades num contexto de criação artística*. Edições Afrontamento, Porto.
- Correia A B (2003b) Teatro fora dos teatros. Arte dramática na prisão, no jardim e no bairro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 67: 55-73.
- Correia A B (2012) Teatro. In Centro de Estudos Sociais (autor) *Dicionário das Crises e Alternativas*. Edições Almedina, Coimbra: 202-203.
- Cossa A (2010) Moçambique: O teatro e a prevenção do HIV/Sida. *Metaxis*, 6: 50-53.
- Costa A B (2004) *Exclusões Sociais*, 4ª Edição. Gradiva, Lisboa.
- Costa A F (2012) *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Editora Mundos Sociais, Lisboa.
- Costa C M (2011) *A formação do cidadão geograficamente competente – aspectos da mudança de paradigma em Didáctica da Geografia*. Dissertação de doutoramento, Universidade do Porto, Porto.
- Coy M (2006) Gated communities and urban fragmentation in Latin America: the Brazilian experience. *GeoJournal*, 66: 121-132.
- Craven D (2002) Marxism and Critical Art History. In Smith P, Wilde C (eds) *A Companion to Art Theory*. Blackwell Publishing, Oxford: 267-285.
- Crespo J L (2012) Algumas complexidades do bairro no contexto da cidade: o caso do bairro da Bela Vista. In Mendes M M, Ferreira C, Sá T, Crespo J L (coords) *A Cidade entre Bairros*. Caleidoscópio, Casal de Cambra: 65-74.
- Croteau D (2005) Which Side Are You On? The Tension between Movement Scholarship and Activism. In Croteau D, Haynes W, Ryan C (eds) *Rhyming Hope and History: Activists, Academics, and Social Movement Scholarship*. University of Minnesota Press, Minneapolis: 20-40.
- Cruz J C (2008) Entre o ritual e a arte. *Urdimento*, 10: 95-125.
- Cruz M B (1990) A participação política da juventude em Portugal – as elites políticas juvenis. *Análise Social*, XXV(105-106): 223-249.
- Cunhal A (1997) *A arte, o artista e a sociedade*, 2ª Edição. Editorial Caminho, Lisboa.
- Cupers K (2005) Towards a Nomadic Geography: Rethinking Space and Identity for the Potentials of Progressive Politics in the Contemporary City. *International Journal of Urban and Regional Research*, 29(4): 729-739.
- Davies B (1968) *Social Needs and Resources in Local Services*. Michael Joseph, London.
- Davies S (2001) Definitions of art. In Gaut B, Lopes D M (eds) *The Routledge Companion to Aesthetics*. Routledge, London and New York: 169-179.
- Davis M (1990) *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*. Verso, London.

- Davis M (2006) *Planet of Slums*. Verso, London.
- Davis W A (2007) *Art and Politics: Psychoanalysis, Ideology, Theatre*. Pluto Press, London.
- Dear M (2002) The Resistible Rise of the L.A. School. In Dear M (ed.) *From Chicago to L.A.: Making Sense of Urban Theory*. Sage Publications, London: 3-16.
- Dear M, Flusty S (1997) The Iron Lotus: Los Angeles and Postmodern Urbanism. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 551: 151-163.
- Debord G (1967/2006) *Society of the Spectacle*, translated by Ken Knabb. Rebel Press, London.
- DeFillipis J, North P (2004) The Emancipatory Community? Place, Politics and Collective Action in Cities. In Lees L (ed.) *The Emancipatory City? Paradoxes and Possibilities*. Sage Publications, London: 72-88.
- Desforges L, Jones R, Woods M (2005) New Geographies of Citizenship. *Citizenship Studies*, 9(5): 439-451.
- Deutsche R (1988) Uneven Development: Public Art in New York City. *October*, 47: 3-52.
- Dias B, Silva E, Kumar R, Ralha T (2009) *Acesso dos imigrantes aos serviços bancários em Portugal*. ACIDI, Lisboa.
- Dias M G (2006) *Manual das Cidades*. Relógio D'Água Editores. Lisboa.
- Dias S (2011) *Grandeza de Marx: por uma política do impossível*. Assírio & Alvim, Lisboa.
- Dickens C (1859/2007) *A Tale of Two Cities*. Penguin, London.
- Dickie G (2004) Defining Art: Intension and Extension. In Kivy P (ed.) *The Blackwell Guide to Aesthetics*. Blackwell Publishing, Oxford: 45-62.
- Dickinson J, Andrucki M J, Rawlins E, Hale D, Cook V (2008) Introduction: Geographies of Everyday Citizenship. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, 7(2): 100-112.
- Dikeç M (2001) Justice and the spatial imagination. *Environment and Planning A*, 33: 1785-1805.
- Dingu-Kyrklund E (2008) Segregation. In Schaefer R T (ed.) *Encyclopedia of Race, Ethnicity and Society*. Sage Publications, London: 1212-1215.
- Doel M A (2000) Un-glunking geography: Spatial science after Dr Seuss and Gilles Deleuze. In Crang M, Thrift N (eds) *Thinking Space*. Routledge, London and New York: 117-135.
- Doel M A (2001) 1a. Qualified quantitative geography. *Environment and Planning D: Society and Space*, 19: 555-572.
- Doherty P, Poole M A (1997) Ethnic Residential Segregation in Belfast, Northern Ireland, 1971-1991. *Geographical Review*, 87(4): 520-536.
- Doherty P, Poole M A (2000) Living apart in Belfast: Residential segregation in a context of ethnic conflict. In Boal F (ed.) *Ethnicity and Housing: Accommodating Differences*. Ashgate, Brookfield: 179-189.
- Dores A P (2010) *Espírito de Proibir*. Argusnauta, Lisboa.
- Dores A P, Preto J (2013) *Segredos das Prisões*. RCP Edições, Cascais.
- d'Orey C (2007) Introdução. In d'Orey C (org.) *O que é a arte? – A perspectiva analítica*. Dinalivro, Lisboa: 9-25.
- Dorling D (2010) *Injustice: Why social inequality persists?*. The Policy Press, Bristol.
- Dufaux F, Lehman-Frisch S, Moreau S, Gervais-Lambony P (2009) N° 01: Birth announcement. *Justice Spatiale / Spatial Justice*, 1: 1-3.

- Duffy P, Vettraino (eds) (2010) *Youth and Theatre of the Oppressed*. Palgrave Macmillan, New York.
- Duncan J S, Duncan N G (2004) *Landscapes of privilege: the politics of the aesthetic in an American suburb*. Routledge, London.
- Duncan O D, Duncan B (1955) A Methodological Analysis of Segregation Indexes. *American Sociological Review*, 20(2): 210-217.
- Duncombe S (2008) *Notes from Underground: Zines and the Politics of Alternative Culture*. Microcosm Publishing, Bloomington.
- Durão S (2011) Polícia, segurança e crime em Portugal: ambiguidades e paixões recentes. *Etnográfica*, 15(1): 129-152.
- Eagleton T (1978) *Marxismo e Crítica Literária*, tradução de António Sousa Ribeiro. Edições Afrontamento, Porto.
- Eijk G (2010) *Unequal networks: Spatial segregation, relationships and inequality in the city*. Delft University Press, Delft.
- Elgie R A (1979) The Segregation of Socioeconomic Groups in Urban Areas: a Comment. *Urban Studies*, 16: 191-195.
- Elgie R A, Clark A R (1981) Social Class Segregation in Southern Metropolitan Areas. *Urban Affairs Quarterly*, 16(3): 299-316.
- Ellen I G (2000) *Sharing America's Neighborhoods: The Prospects for Stable, Racial Integration*. Harvard University Press, Cambridge.
- Ellin N (1996) *Postmodern Urbanism*, revised edition. Princeton Architectural Press, New York.
- Engels F (1845/2005) *The Condition of the Working Class in England*. Penguin Books, London.
- Ervine J (2008) Citizenship and Belonging in Suburban France: The Music of *Zebda*. *ACME – An International E-Journal for Critical Geographies*, 7(2): 199-213.
- Espada J C (1995) Direitos sociais de cidadania – uma crítica a F. A. Hayek e R. Plant. *Análise Social*, XXX(131/132): 265-287.
- Esteves A J (1986) A investigação-acção. In Silva A S, Pinto J M (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*. Edições Afrontamento, Porto: 251-278.
- Esteves M H (2010) *Os percursos da cidadania na geografia escolar portuguesa*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Fainstein S (2009) Planning and the Just City. In Marcuse P, Connolly J, Novy J, Olivo I, Potter C, Steil J (eds) *Searching for the Just City: Debates in urban theory and practice*. Routledge, Abingdon: 19-39.
- Falah G (1996) Living Together Apart: Residential Segregation in Mixed Arab-Jewish Cities in Israel. *Urban Studies*, 33(6): 823-857.
- Faulks K (2000) *Citizenship*. Routledge, Abingdon.
- Faulks K (2002) Citizenship. In Blakeley G, Bryson V (eds) *Contemporary Political Concepts: A Critical Introduction*. Pluto Press, London: 73-89.
- Fernandes A T (2009) Democracia e Cidadania. *Sociologia, Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 19: 181-199.
- Ferrão L, Leal T (1984) Clandestinos: Uma Intervenção em Castelo Branco. *Sociedade e Território*, 1(1): 46-49.
- Ferreira A F (1987) *Por uma Nova Política de Habitação*. Edições Afrontamento, Porto.

- Ferreira A F (1988) Política(s) de habitação em Portugal. *Sociedade e Território*, 6: 54-62.
- Ferreira A F (2007) *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*, 2ª Edição. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Ferreira A F, Lucas J (2002) Área Metropolitana de Lisboa – Dar vida aos subúrbios. *Sociedade e Território*, 33: 36-45.
- Ferreira M J, Carvalho R (2010) Estratégias residenciais em áreas críticas urbanas: O caso do Bairro do Alto da Cova da Moura, em Lisboa (aprovada por referee). *Actas do congresso da APDR*, Funchal (publicadas em CDROM).
- Ferreira V M (1986) O processo de metropolização de Lisboa: estruturação territorial e ordenamento urbano. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 1: 23-54.
- Ferreira V M (1987) *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*. Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- Ferreira V M (2000) Cidade e Democracia: Ambiente, Património e Espaço Público. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 1: 9-35.
- Ferreira V M (2003) Movimento, urbanidade e cidadania. In Rebelo J (coord.) (2003) *Novas Formas de Mobilização Popular*. Campo das Letras, Porto: 51-61.
- Ferreira V M (2004) *Fascínio da Cidade: Memória e Projecto da Urbanidade*. Ler Devagar, Lisboa.
- Fielding A J (2004) Class and space: social segregation in Japanese cities. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 29(1): 64-84.
- Fife W (2005) *Doing Fieldwork: Ethnographic Methods for Research in Developing Countries and Beyond*. Palgrave Macmillan, New York.
- Fischer E (1963) *The Necessity of Art: A Marxist Approach*, translated by Anna Bostock. Penguin Books, Baltimore.
- Fischer F (2009) Discursive planning: social justice as discourse. In Marcuse P, Connolly J, Novy J, Olivo I, Potter C, Steil J (eds) *Searching for the Just City: Debates in urban theory and practice*. Routledge, Abingdon: 52-71.
- Fischer M J, Massey D S (2000) Residential Segregation and Ethnic Enterprise in U.S. Metropolitan Areas. *Social Problems*, 47(3): 408-424.
- Flusty S (1994) *Building Paranoia: The Proliferation of Interdictory Space and the Erosion of Spatial Justice*. West Hollywood, Los Angeles Forum for Architecture and Urban Design.
- Flyvbjerg B (2001) *Making Social Science Matter: Why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Flyvbjerg B (2006) Five Misunderstandings About Case-Study Research. *Qualitative Inquiry*, 12(2): 219-245.
- Flyvbjerg B (2011) Case Study. In Denzin N K, Lincoln Y S (eds) *The Sage Handbook of Qualitative Research*, 4th Edition. Sage, Thousand Oaks: 301-316.
- Fonseca F P, Ramos R A R (2009) A inovação no contexto da gestão do território, desafios e perspectivas. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 21: 37-59.
- Fonseca M L, McGarrigle J, Esteves A, Sampaio D, Carvalho R, Malheiros J, Moreno L (2012) *Modes of inter-ethnic coexistence in three neighbourhoods in the Lisbon Metropolitan Area: a comparative perspective*. Edições Colibri/Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- Fonseca R P (2007) A Arte como Discurso: A identidade como mercadoria. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 53: 117-133.

- Forst R (2002) *Contexts of Justice. Political Philosophy beyond Liberalism and Communitarianism*. University of California Press, Berkeley.
- Fortes B G, Magalhães P (2005) As eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais : participação eleitoral e punição dos governos. *Análise Social*, XL(177): 891-922.
- Fortuna C, Ferreira C, Abreu P (1998/1999) Espaço público urbano e cultura em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53: 85-117.
- Fox D (2001) Art. In Maxwell R (ed.) *Culture Works – The Political Economy of Culture*. University of Minnesota Press, Minneapolis: 22-59.
- Fraga F A (2000) John Rawls: El giró contemporáneo de la ética a partir de su teoría de la justicia como imparcialidad. *Philosophica*, 16: 61-79.
- França J A (2008) *Lisboa: História Física e Moral*. Livros Horizonte, Lisboa.
- Fraser N (1995a) From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Post-Socialist' Age. *New Left Review*, 212: 68-93.
- Fraser N (1995b) Recognition or Redistribution? A Critical Reading of Iris Young's Justice and the Politics of Difference. *The Journal of Political Philosophy*, 3(2): 166-180.
- Fraser N (1997) A rejoinder to Iris Young. *New Left Review*, 223: 126-129.
- Fraser N (1999) Social Justice in the Age of Identity Politics: redistribution, recognition and participation. In Ray L, Sayer A (eds) *Culture and Economy after the Cultural Turn*. Sage, Thousand Oaks: 25-52.
- Fraser N (2000) Rethinking Recognition. *New Left Review*, 3: 107-120.
- Fraser N (2001) Recognition without Ethics. *Theory, Culture & Society*, 18(2/3): 21-42.
- Fraser N (2002) A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63: 7-20.
- Fraser N (2005) Reframing Justice in a Globalizing World. *New Left Review*, 36: 69-88.
- Fraser N (2009) *Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World*. Columbia University Press, New York.
- Fraser N (2012) On Justice: Lessons on Plato, Rawls and Ishiguro. *New Left Review*, 74: 41-51.
- Frederico C (2004) A arte em Marx: um estudo sobre os manuscritos econômico-filosóficos. *Novos Rumos*, 42: 3-24.
- Frederico C (2008) Comunicação e arte: o experimento sociológico de Brecht. *Comunicação & Educação*, XIII(3): 13-18.
- Frederico C (2010) Teatro, comunicação, pedagogia: notas sobre Brecht. *Comunicação & Educação*, XV(1): 35-44.
- Freire A (2000) Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995. *Análise Social*, XXXV(154-155): 115-145.
- Freire A (2003) Desempenho da democracia e reformas políticas: O caso português em perspectiva comparada. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43: 133-160.
- Freire A (2005) Eleições de segunda ordem e ciclos eleitorais no Portugal democrático, 1975-2004. *Análise Social*, XL(177): 815-846.
- Freitas M J (1994) Os Paradoxos do Realojamento. *Sociedade e Território*, 20:26-34.
- Friedmann J (1995) The Right to the City. *Society and Nature*, 1: 71-84.
- Fuller D, Kitchin R (2004) Radical Theory/Critical Praxis: Academic Geography Beyond the

- Academy?. In Fuller D, Kitchin R (eds) *Radical Theory/Critical Praxis: Making a Difference Beyond the Academy?*. Praxis (e)Press, Vernon and Victoria: 1-20.
- Galt R, Schoonover K (eds) (2010) *Global Art Cinema: New Theories and Histories*. Oxford University Press, New York.
- Gandy M (2008) Landscapes of disaster: water, modernity, and urban fragmentation in Mumbai. *Environment and Planning A*, 40: 108-130.
- Ganguly S (2004) Theatre – a space for empowerment: celebrating Jana Sanskriti's experience in India. In Boon R, Plastow J (eds) *Theatre and Empowerment: Community Drama on the World Stage*. Cambridge University Press, Cambridge: 220-257.
- Ganguly S (2010) Aprendendo com as pessoas. *Metaxis*, 6: 18-22.
- García M (2006) Citizenship practices and urban governance in European cities. *Urban Studies*, 43(4): 745-765.
- Garcia S (1996) Cities and Citizenship. *International Journal of Urban and Regional Research*, 20(1): 7-21.
- Garcia-Ramon M D (2003) Globalization and international geography: the questions of languages and scholarly traditions. *Progress in Human Geography*, 27(1): 1-5.
- Garnier J-P (2006) Rebelião nas periferias: o “caso” francês. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 8(2): 31-40.
- Gaspar J (1994) Da observação de Lisboa: alguns apontamentos. *Philosophica*, 4: 47-58.
- Gaspar J (1999) Economic Restructuring and New Urban Form. *Finisterra*, XXXIV(67-68): 131-152.
- Gaspar J (2013) Continuamos a procurar a Geografia: o que é e para que serve. *Inforgo*, 25: 19-29.
- Gaspar J, Simões J M, Barroso S (2005a) Expansão Urbana: dos Novos Bairros aos Novos Aglomerados. In Gaspar J, Simões J M (coords) *Geografia de Portugal: Planeamento e Ordenamento do Território*. Círculo de Leitores, Lisboa: 347-383.
- Gaspar J, Simões J M, Barroso S (2005b) Reabilitação Urbana – Centros Históricos, Áreas de Génese Ilegal e Realojamento. In Gaspar J, Simões J M (coords) *Geografia de Portugal: Planeamento e Ordenamento do Território*. Círculo de Leitores, Lisboa: 384-421.
- Gaspar L B D (2003) Auto-segregação sócio-espacial em Lisboa. *Estudos Regionais*, 4: 75-93.
- GAT (2006) *Operação Vale da Amoreira: Diagnóstico*. INH, Lisboa.
- Gentile M (2003) Residential Segregation in a Medium-Sized Post-Soviet City: Ust'-Kamenogorsk, Kazakhstan. *Tijdschrift voor economische en sociale geografie*, 94(5): 589-605.
- George A L, Bennett A (2005) *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- George S D (1995) Theatre of the Oppressed and Teatro de Arena: In and Out of Context. *Latin American Theatre Review*, 28(2): 39-54.
- Gerring J (2004) What Is a Case Study and What Is It Good For?. *American Political Science Review*, 98(2): 341-354.
- Ghiglione R, Matalon B (1992) *O Inquérito: Teoria e Prática*, tradução de Conceição Lemos Pires. Celta Editora, Oeiras.
- Gibbons A (2010) Bridging theory and practice. *City*, 14(6): 619-621.
- Giesen B, Eder K (2001) European citizenship: An avenue for the social integration of Europe. In Eder K, Giesen B (eds) *European citizenship between national legacies and postnational projects*. Oxford University Press, Oxford: 1-13.

- Gilbert A, Veronis L (2013) Habiter Gatineau depuis la marge minoritaire: frontière et citoyenneté. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, 12(3): 576-602.
- Gilbert L, Dikeç M (2008) Right to the City: Politics of Citizenship. In Goonewardena K, Kipfer S, Milgrom R, Schmid C (eds) *Space, Difference, Everyday Life*. Routledge, New York and London: 250-263.
- Glasius M, Lewis D, Seckinelgin H (2004) Exploring civil society internationally. In Glasius M, Lewis D, Seckinelgin H (eds) *Exploring Civil Society: Political and cultural contexts*. Routledge, London and New York: 3-10.
- Goldberg D T (1998) The new segregation. *Race and Society*, 1(1): 15-32.
- Gomes R T, Lourenço V (2009) *Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos "Serviços Educativos" em Portugal*. Observatório das Actividades Culturais, Lisboa.
- Gonçalves A (2008) Espaços e práticas intersticiais de poder e resistência em Cardiff, País de Gales. *Fórum Sociológico*, 18: 29-37.
- Gonçalves A, Pinto T C (2001) Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos: Actores, imagens públicas e identidades. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 3: 111-131.
- Gonçalves H S (1994) Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 16: 135-149.
- Gonçalves J M (1995) Usos e absurdos do urbanismo contemporâneo. *Sociedade e Território*, 21: 49-56.
- Goodman N (1978/2007) Quando há arte?. In d'Orey C (org.) *O que é a arte? – A perspectiva analítica*. Dinalivro, Lisboa: 119-133.
- Goonewardena K (2004) Urban Space and Political Consciousness: A Report on Theory. *Review of Radical Political Economics*, 36(2): 155-176.
- Goonewardena K (2005) The Urban Sensorium: Space, Ideology and the Aestheticization of Politics. *Antipode*, 37(1): 46-71.
- Gosewinkel D (2010) Citizenship. In Anheier H K, Toepler S (eds) *International Encyclopedia of Civil Society*. Springer, New York: 140-145.
- Gould C C (2009) Varieties of Global Responsibility: Social Connection, Human Rights, and Transnational Solidarity. In Ferguson A, Nagel M (eds) *Dancing with Iris: The Philosophy of Iris Marion Young*. Oxford University Press, Oxford: 199-211.
- Graeber D (2002) The New Anarchists. *New Left Review*, 13: 61-73.
- Graeber D (2009) *Direct Action: An Ethnography*. AK Press, Edinburgh.
- Graham G (2005) *Philosophy of the Arts*, 3rd Edition. Routledge, London and New York.
- Granni R (2002) Discussion: Segregation Indices and Their Functional Inputs. *Sociological Methodology*, 32: 69-84
- Grassi M (2008) Identidades plurais na Europa contemporânea: Auto-percepções e representações nos jovens de origem africana em Portugal. In Góis P (org.) *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. ACIDI: Lisboa: 155-174.
- Gray D E (2004) *Doing Research in the Real World*. Sage Publications, London.
- Gray M (2003) Urban Surveillance and Panopticism: will we recognize the facial recognition society?. *Surveillance & Society*, 1(3): 314-330.
- Grodach C (2011) Art Spaces in Community and Economic Development: Connections to Neighborhoods, Artists and the Cultural Economy. *Journal of Planning Education and Research*,

31(1): 74-85.

Gros M C (1994) «Pequena» História do Alojamento Social em Portugal. *Sociedade e Território*, 20: 80-90.

Grosfoguel R (2008) Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamentos de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80:115-147.

Groys B (2008) *Art Power*. The MIT Press, Cambridge.

Guerra I (1997) Um olhar sociológico sobre o alojamento. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 24: 165-181.

Guerra I (2002) Cidadania, exclusões e solidariedades: Paradoxos e sentidos das “novas políticas sociais”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63: 47-74.

Guerra I (2008) A Cidade Multicultural e Multiétnica: Gestão da diversidade e procura da democracia. In Lages M F, Matos A T (coords) *Portugal: Percursos de Interculturalidade 2*. ACIME, Lisboa: 97-118.

Guerra I (2011) As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 22: 41-68.

Guterres A (2012) Uma política cultural e artística para o desenvolvimento territorial: o caso do Vale da Amoreira. In Mendes M M, Ferreira C, Sá T, Crespo J L (coords) *A Cidade entre Bairros*. Caleidoscópio, Casal de Cambra: 75-84.

Haig-Brown C (2003) Creating spaces: testimonio, impossible knowledge, and academe. *Qualitative Studies in Education*, 16(3): 415-433.

Hall R E (ed.) (2008) *Racism in the 21st Century: An Empirical Analysis of Skin Color*. Springer, East Lansing.

Hall S (2006) Cosmopolitan Promises, Multicultural Realities. In Scholar R (ed.) *Divided Cities*. Oxford University Press, Oxford: 20-51.

Hanhörster H (2001) Whose neighborhood is it? Ethnic diversity in urban spaces in Germany. *GeoJournal*, 51: 329-338.

Hardman A, Ioannides Y M (2004) Neighbors' income distribution: economic segregation and mixing in US urban neighborhoods. *Journal of Housing Economics*, 13: 368-382.

Hardt M, Negri A (2000) *Empire*. Harvard University Press, Cambridge.

Hardt M, Negri A (2005) *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire*. Penguin Books, London.

Hardwick S W (2009) Case Study Approach. In Kitchin R, Thrift N (eds) *International Encyclopedia of Human Geography*, Volume 1. Elsevier, Amsterdam: 441-445.

Harris C, Ullman E (1945) The Nature of Cities. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 242: 7-17.

Harvey D (1973) *Social Justice and the City*. John Hopkins University Press, Baltimore.

Harvey D (1974) Class-monopoly rent, finance capital and the urban revolution. *Regional Studies*, 8(3/4): 239-255.

Harvey D (1975) The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of the Marxian theory. *Antipode*, 7(2): 9-21.

Harvey D (1990) *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Blackwell, Oxford.

- Harvey D (1992) Social Justice, Postmodernism and the City. *International Journal of Urban and Regional Research*, 16: 588-601.
- Harvey D (1996) *Justice, Nature & the Geography of Difference*. Blackwell Publishing, Oxford.
- Harvey D (1998) The Geography of Class Power. *The Socialist Register*, 34: 49-74.
- Harvey D (2005) *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford University Press, Oxford.
- Harvey D (2006) Editorial: The geographies of critical geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 31: 409-412.
- Harvey D (2012) *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. Verso, London.
- Harvey D, Wachsmuth D (2012) What is to be done? And who the hell is going to do it?. In Brenner N, Marcuse P, Mayer M (eds) *Cities for People, Not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City*. Routledge, Abingdon: 264-274.
- Häusserman H, Siebel W (2001) Integration and Segregation – Thoughts on an Old Debate. *German Journal of Urban Studies*, 1. [accedido em 12 de Novembro de 2012]. <http://www.difu.de/node/6157#fn1>.
- Hayward D (1997) The Privatised City: Urban Infrastructure, Planning and Service Provision in the Era of Privatisation. *Urban Policy and Research*, 15(1): 55-64.
- Hechter M (1986) Rational choice theory and the study of race and ethnic relations. In Rex J, Mason D (eds) *Theories of race and ethnic relations*. Cambridge University Press, Cambridge: 264-279.
- Heinich N (2004) *La sociologie de l'art*. Éditions La Découverte, Paris.
- Hill M M, Hill A (2005) *Investigação por Questionário*, 2ª Edição revista e corrigida. Edições Sílabo, Lisboa.
- Hoggart K, Lees L, Davies A (2002) *Researching Human Geography*. Arnold, London.
- Holloway S R, Wright R, Ellis M (2012) The Racially Fragmented City? Neighborhood Racial Segregation and Diversity Jointly Considered. *The Professional Geographer*, 64(1): 63-82.
- Holston J (2008) *Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton University Press, Princeton.
- Holston J, Appadurai A (1999) Cities and Citizenship. In Holston J (ed.) *Cities and Citizenship*. Duke University Press, Durham and London: 1-18.
- Horta A P B (2004) *Contested citizenship: immigration politics and grassroots migrants' organizations in post-colonial Portugal*. Center for Migration Studies, New York.
- Horta A P B (coord.) (2007) *Sociologia Urbana*. Universidade Aberta, Lisboa.
- Hoyt H (1939) *The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities*. United States Government Printing Office, Washington.
- Hutnyk J, Sharma S (2000) Music & Politics: An Introduction. *Theory, Culture & Society*, 17(3): 55-63.
- Ibarz J V (1995) Segregación social urbana: introducción a un proyecto de investigación. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, 15: 817-830.
- Iceland J, Wilkes R (2006) Does Socioeconomic Status Matter? Race, Class, and Residential Segregation. *Social Problems*, 52(2): 248-273.
- Ihlanfeldt K R (2002) Black Self-Segregation as a Cause of Housing Segregation: Evidence from the Multi-City Study of Urban Inequality. *Journal of Urban Economics*, 51: 366-390.
- Irazábal C (2008) Citizenship, Democracy and Public Space in Latin America. In Irazábal C (ed.)

Ordinary Places, Extraordinary Events: Citizenship, Democracy and Public Space in Latin America. Routledge, London & New York.

Isin E F (1997) Who is the new citizen? Towards a genealogy. *Citizenship Studies*, 1(1): 115-132.

Isin E F (2002a) *Being Political: Genealogies of Citizenship.* University of Minnesota Press, Minneapolis.

Isin E F (2002b) City, Democracy and Citizenship: Historical Images, Contemporary Practices. In Isin E F, Turner B S (eds) *Handbook of Citizenship Studies.* Sage Publications, London: 305-316.

Isin E F (2005) Engaging, being, political. *Political Geography*, 24: 373-387.

Isin E F (2007) City.State: Critique of Scalar Thought. *Citizenship Studies*, 11(2): 211-228.

Isin E F (2008a) The City as the Site of the Social. In Isin E F (ed.) *Recasting the Social in Citizenship.* Toronto University Press, Toronto: 261-280.

Isin E F (2008b) Theorizing Acts of Citizenship. In Isin E F, Nielsen G M (eds) *Acts of Citizenship.* Zed Books, London & New York: 15-43.

Isin E F (2009a) Citizenship in flux: the figure of the activist citizen. *Subjectivity*, 29: 367-388.

Isin E F (2009b) Editorial: The Thinking Citizenship Series. *Citizenship Studies*, 13(1): 1-2.

Isin E F (2010) Citizenship. In Hutchinson R (ed.) *Encyclopedia of Urban Studies.* Sage, London: 144-147.

Isin E F, Nielsen G M (eds) (2008) *Acts of Citizenship.* Zed Books, London.

Iveson K (2010a) *Seeking Spatial Justice: Some reflections from Sydney.* *City*, 14(6): 607-611.

Iveson K (2010b) Some critical reflections on being critical: Reading for deviance, dominance or difference?. *City*, 14(4): 434-441.

Jackson M R (2008) Art and Cultural Participation at the Heart of Community Life. In Cherbo J M, Stewart R A, Wyszomirski M J (eds) *Understanding the Arts and Creative Sector in the United States.* Rutgers University Press, New Brunswick: 92-104.

Jackson S (2011) *Social Works. Performing Art, Supporting Publics.* Routledge, New York and London.

James D R, Taeuber K E (1985) Measures of Segregation. In Tuma N (ed.) *Sociological Methodology.* Jossey-Bass, San Francisco: 1-32.

Jameson F (1991) *Postmodernism or, the cultural logic of late capitalism.* Verso, London.

Janowitz M (1967) Introduction. In Park R E, Burgess E W (eds) *The City: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment.* The University of Chicago Press, Chicago and London: vii-x.

Jappe A (2012) *Sobre a Balsa da Medusa: Ensaio acerca da decomposição do capitalismo.* Antígona, Lisboa.

Johnston R, Poulsen M, Forrest J (2002a) Are there Ethnic Enclaves/Ghettos in English Cities?. *Urban Studies*, 39(4): 591-618.

Johnston R, Poulsen M, Forrest J (2002b) Rethinking the Analysis of Ethnic Residential Patterns: Segregation, Isolation, or Concentration Thresholds in Auckland, New Zealand? . *Geographical Analysis*, 34(3): 245-261.

Johnston R, Poulsen M, Forrest J (2003) And did the walls come tumbling down? Ethnic residential segregation in four U.S. Metropolitan areas 1980-2000. *Urban Geography*, 24(7): 560-581.

Johnston R, Poulsen M, Forrest J (2004a) The Comparative Study of Ethnic Residential Segregation

- in the USA, 1980-2000. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 95(5): 550-569.
- Johnston R, Poulsen M, Forrest J (2004b) The Residential Segregation of New Zealand Maori in Comparative Perspective: An "Ecology of Social Inequality"? *New Zealand Population Review*, 31(2): 33-55.
- Johnston R, Poulsen M, Forrest J (2007) The Geography of Ethnic Residential Segregation: A Comparative Study of Five Countries. *Annals of the Association of American Geographers*, 97(4): 713-738.
- Kanngieser A (2010) Breaking Out of the Specialist "Ghetto": Performative Encounters as Participatory Praxis in Radical Politics. *Thamyris/Intersecting*, 21: 115-136.
- Kaplan D H, Woodhouse K (2004) Research in Ethnic Segregation I: Causal Factors. *Urban Geography*, 25(6): 579-585.
- Kaplan D H, Woodhouse K (2005) Research in Ethnic Segregation II: Measurements, Categories and Meanings. *Urban Geography*, 26(8): 737-745.
- Kasarda J D (1988) Economic Reestructuring and America's Urban Dilemma. In Dogan M, Kasarda J D (eds) *The Metropolis Era: A World of Giant Cities*, Volume 1. Sage, Newbury Park: 56-84.
- Katznelson I (1992) *Marxism and the City*. Clarendon Press, Oxford.
- Katznelson I (1996) Social Justice, Liberalism and the City: Considerations on David Harvey, John Rawls and Karl Polanyi. In Merrifield A, Swyngedouw E (eds) *The Urbanization of Injustice*. Lawrence & Wishart, London: 45-64.
- Kearns A, Kearns O, Lawson L (2013) Notorious Places: Image, Reputation, Stigma. The Role of Newspapers in Area Reputation for Social Housing Estates. *Housing Studies*, 28(4): 579-598.
- Kearsley G (1983) Teaching urban geography: the Burgess model. *New Zealand Journal of Geography*, 75(1): 10-13.
- Keith M (2008) After the Cosmopolitan? New Geographies of Race and Racism. In Dwyer C, Bressey C (eds) *New Geographies of Race and Racism*. Ashgate, Aldershot: 193-206.
- Kellner D (2007) Introduction: Marcuse, Art, and Liberation. In Kellner D (ed.) *Art and Liberation: Collected Papers of Herbert Marcuse*. Routledge, London and New York: 1-70.
- Kelly P (1998) Contractarian social justice: an overview of some contemporary debates. In Boucher D, Kelly P (eds) *Social Justice: From Hume to Walzer*. Routledge, London and New York: 185-202.
- Kempen R V (1994) The Dual City and the Poor: Social Polarisation, Social Segregation and Life Chances. *Urban Studies*, 31(7): 995-1015.
- Kempen R V, Marcuse P (1997) A new spatial order in cities?. *American Behavioral Scientist*, 41(3): 285-298.
- Kempen R V, Özüekren A S (1998) Ethnic Minority Housing in the European Union: A Case Study of Turks. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 89(4): 459-466.
- Kempen R, Murie A (2009) The New Divided City: Changing Patterns in European Cities. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 100(4): 377-398.
- Kershaw B (1992) *The Politics of Performance: Radical theatre as cultural intervention*. Routledge, London and New York.
- Kershaw B (2008) Artistas cidadãos no século XXI: em busca de uma perspectiva ecológica. *Urdimento*, 10: 137-160.
- Kitchin R (2005) Commentary: Disrupting and destabilizing Anglo-American and English-language hegemony in geography. *Social & Cultural Geography*, 6(1): 1-15.

- Kitchin R (2009) Space II. In Kitchin R, Thrift N (eds) *International Encyclopedia of Human Geography*, Volume 10. Elsevier, Amsterdam: 268-275.
- Kong L (1995) Music and Cultural Politics: Ideology and Resistance in Singapore. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 20(4): 447-459.
- Kritzer A H (2008) *Political Theatre in Post-Thatcher Britain – New Writing: 1995-2005*. Palgrave Macmillan, New York.
- Kuppers P (2011) *Disability Culture and Community Performance: Find a Strange and Twisted Shape*. Palgrave Macmillan, New York.
- Kurtz H, Hankins K (2005) Guest Editorial: Geographies of Citizenship. *Space and Polity*, 9(1): 1-8.
- Labaree R V (2002) The risk of 'going observationalist': negotiating the hidden dilemmas of being an insider participant observer. *Qualitative Research*, 2(1): 97-122.
- Laboratory of Insurrectionary Imagination (2010) *A User's Guide to the Impossible*. Labofii, London.
- Laclau E, Mouffe C (eds) (2001) *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*, 2nd Edition. Verso, London.
- Lages J P (2012) À espera no Bairro do Talude Militar: Reflexões sobre o direito à habitação. In Cachado R A, Baía J (orgs) *Políticas de Habitação e Construção Informal*. Editora Mundos Sociais, Lisboa: 57-69.
- Laguarda A (2011) Art et politique. Reconquérir usage et expérience. *Émulations*, 9: 69-79.
- Landry D, Maclean G (eds) (1996) *The Spivak Reader*. Routledge, New York & London.
- Larsen L B (1999/2006) Social Aesthetics. In Bishop C (ed.) *Participation*. Whitechapel and the MIT Press, London and Cambridge: 172-183.
- Lees L (2004) The 'Emancipatory' City: Urban (Re)Visions. In Lees L (ed.) *The Emancipatory City: Paradoxes and Possibilities*. Sage Publications, London: 3-20.
- Lefebvre H (1968/2012) *O Direito à Cidade*. Estúdio e Livraria Letra Livre, Lisboa.
- Lefebvre H (1970/2003) *The Urban Revolution*. University of Minnesota Press, Minneapolis.
- Lefebvre H (1974/1991) *The Production of Space*. Blackwell Publishing, Oxford.
- Léger M J (2012) *Brave New Avant Garde: Essays on Contemporary Art and Politics*. Zero Books, Winchester.
- Leitner H, Sheppard E (2003) Unbounding critical geographic research on cities: the 1990s and beyond. *Urban Geography*, 24(6): 510-528.
- Lekakis E J (2013) A liquid politics? Conceptualising the politics of fair trade consumption and consumer citizenship. *Ephemera: theory & politics in organization*, 13(2): 317-338.
- Levine C (2007) *Provoking Democracy: Why We Need the Arts*. Blackwell Publishing, Oxford.
- Ley D (2003) Artists, Aestheticisation and the Field of Gentrification. *Urban Studies*, 40(12): 2527-2544.
- Li L H (1997) The Political Economy of the Privatisation of the Land Market in Shanghai. *Urban Studies*, 34(2): 321-335.
- Lima L C (2004) A Autonomia da Arte e o Mercado. *ARS (São Paulo)*, 2(3): 103-116.
- Lima L C (2005) Cidadania e Educação: Adaptação ao mercado competitivo ou participação na democratização da democracia?. *Educação, Sociedade & Culturas*, 23: 71-90.
- Linds W (1998) A Journey in Metaxis: Theatre of the Oppressed as Enactivist Praxis. *NJ*, 22(2): 71-85.

- Lipietz A (1977) *Le capital et son espace*. Maspero, Paris.
- Lister R (2001) Citizenship and Gender. In Nash K, Scott A (eds) *The Blackwell Companion to Political Sociology*. Blackwell, Oxford: 323-332.
- Logan J, Molotch H (1987) *Urban Fortunes: The Political Economy of Place*. University of California Press, Berkeley.
- Lojkin J (1977) *Le marxisme, l'État et la question urbaine*. Presses Universitaires de France, Paris.
- London J (1903/2001) *The People of the Abyss*. Pluto Books, London.
- Longhurst R (2003) Semi-structured Interviews and Focus Groups. In Clifford N J, Valentine G (eds) *Key Methods in Geography*. Sage Publications, London: 117-132.
- Lopes J T (1998) Sociabilidade e consumos culturais: contributos para uma sociologia da fruição cultural. *Sociologia, Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 8: 179-188.
- Lopes S R (2011) Precedências desajustadas. In Maia T (org.) *Persistência da Obra: Arte e Política*. Assírio & Alvim, Lisboa: 41-66.
- Lovell T (2007) Nancy Fraser's integrated theory of justice: a 'sociologically rich' model for a global capitalist era?. In Lovell T (ed.) *(Mis)recognition, Social Inequality and Social Justice : Nancy Fraser and Pierre Bourdieu*. Routledge, London and New York: 66-87.
- Low M (2004) Cities as Spaces of Democracy: Complexity, Scale and Governance. In Barnett C, Low M (eds) *Spaces of Democracy: Geographical Perspectives on Citizenship, Participation and Representation*. Sage Publications, London: 129-146.
- Lowe S S (2000) Creating Community: Art for Community Development. *Journal of Contemporary Ethnography*, 29(3): 357-386.
- Macdonald N (2001) *The Graffiti Subculture: Youth, Masculinity and Identity in London and New York*. Palgrave Macmillan, New York.
- MacDonald R, Marsh J (2005) *Disconnected Youth? Growing up in Britain's Poor Neighbourhoods*. Palgrave Macmillan, London.
- Machado F L (1994) Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 16: 111-134.
- Machado F L (1999) Imigrantes e estrutura social. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 29: 51-76.
- Machado F L (2001) Contextos e percepções do racismo no quotidiano. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36: 53-80.
- Machado F L (2008) Filhos de imigrantes africanos no mercado de trabalho: acessos, perfis e trajetórias. *Migrações*, 2: 122-158.
- Machado F L, Costa A F, Mauritti R, Martins S C, Casanova J L, Almeida J F (2003) Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66: 45-80.
- Machado F L, Matias A R, Leal S (2005) Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos. *Análise Social*, XL(176): 695-714.
- MacIntyre A (1988) *Whose Justice? Which Rationality?*. University of Notre Dame Press, Notre Dame.
- MacIntyre A (2007) *After Virtue: A Study in Moral Theory*, 3rd Edition. University of Notre Dame Press, Notre Dame.
- Madeira C (2011) A (in)visibilidade da «arte social». In Aguiar J V, Lopes J T, Borges V, Bastos N

- (eds) *Estética e Vida Quotidiana*. Apenas Livros, Lisboa: 33-44.
- Madeira C (2012) The Return of “Performance” Art from a Glocal Perspective. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 2: 87-102.
- Magalhães P (2008) Redes sociais e participação eleitoral em Portugal. *Análise Social*, XLIII(188): 473-504.
- Magalhães P (2011) *Sondagens, Eleições e Opinião Pública*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- Magalhães P C (2001) Desigualdades, desinteresse e desconfiança: a abstenção nas eleições legislativas de 1999. *Análise Social*, XXXV(157): 1079-1093.
- Maia R C M (2010) O papel democrático da sociedade civil em questão. *Lua Nova*, 81: 147-174.
- Maldonado-Torres N (2007) On the coloniality of being. *Cultural Studies*, 21(2/3): 240-270.
- Malheiros J (1998a) Contos de uma ciência periférica: inovação, internacionalização e indisciplina(ridade) na geografia portuguesa. *Inforgeo*, 12/13: 117-130.
- Malheiros J (1998b) Immigration, Clandestine Work and Labour Market Strategies: The Construction Sector in the Metropolitan Region of Lisbon. *South European Society and Politics*, 3(3): 169-185.
- Malheiros J (1998c) Minorias étnicas e segregação nas cidades: uma aproximação ao caso de Lisboa no contexto da Europa Mediterrânica. *Finisterra*, XXXIII(66): 91-118.
- Malheiros J (2000) Segregação socioétnica na região metropolitana de Lisboa. *Sociedade e Território*, 30: 27-36.
- Malheiros J (2002) Ethni-cities: residential patterns in the Northern European and Mediterranean metropolises – implications for policy design. *International Journal of Population Geography*, 8(2): 107-134.
- Malheiros J (2008) Comunidades de origem indiana na Área Metropolitana de Lisboa – iniciativas empresariais e estratégias sociais criativas na cidade. *Migrações*, 3: 139-164.
- Malheiros J (2009) Bairros Clandestinos, Migrações e Mobilidades – Reflexões Breves e Levantar de Questões. In Cabral P, Monteiro M J (coords) *Áreas Urbanas de Génese Ilegal: projectos para a legalização de um sonho*. Câmara Municipal de Cascais, Cascais: 65-76.
- Malheiros J, Esteves A (2013) *Diagnóstico da população imigrante em Portugal: Desafios e Potencialidades*. ACIDI, Lisboa.
- Malheiros J, Fonseca M L, Latoeira C, Carmo A, Esteves A, Estevão M, McGarrigle J, Moreno L, Pereira S, Ramos J C, Serra N, Torres Y (2011) *Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal*. ACIDI, Lisboa.
- Malheiros J, Mendes M, Barbosa C, Silva S, Schiltz A, Vala F (2007) *Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na área metropolitana de Lisboa*. ACIME, Lisboa.
- Malheiros J, Vala F (2004) Immigration and City Change: The Lisbon Metropolis at the Turn of the Twentieth Century. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 30(6): 1065-1086.
- Malheiros J, Vasconcelos L, Alves F S (coords) (2006) *Operação Cova da Moura. Volume I – Diagnóstico para a Intervenção Sócio-Territorial*. INH, Lisboa.
- Maloutas T (2004) Editorial: Urban Segregation and the European Context. *The Greek Review of Social Research*, 113:3-24 .
- Malpass A, Barnett C, Clarke N, Cloke P (2007) Problematizing Choice: Responsible Consumers and Sceptical Citizens. In Bevir M, Trentmann F (eds) *Governance, Consumers and Citizens: Agency and*

- Resistance in Contemporary Politics*. Palgrave Macmillan, New York: 231-256.
- Manchev B (2011) A persistência das formas. Para uma nova política estética. In Maia T (org.) *Persistência da Obra: Arte e Política*. Assírio & Alvim, Lisboa: 29-40.
- Mann P (1965) *An Approach to Urban Sociology*. Routledge, London.
- Marceau S G (2013) Le Wakiponi mobile: conquête d'un nouveau territoire de citoyenneté pour de jeunes autochtones. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, 12(3): 551-575.
- Marcuse H (1972) Art as Form of Reality. *New Left Review*, 74: 51-58.
- Marcuse H (1978) *The Aesthetic Dimension: Toward a Critique of Marxist Aesthetics*. Beacon Press, Boston.
- Marcuse P (2000) Cities in Quarters. In Watson S, Bridge G (eds.) *A Companion to the City*. Blackwell, Oxford: 270-281.
- Marcuse P (2002) The Partitioned City in History. In Marcuse P, Kempen R (eds) *Of States and Cities: The Partitioning of Urban Space*. Oxford University Press, Oxford: 11-34.
- Marcuse P (2005) Enclaves Yes, Ghettos No: Segregation and the State. In Varady D P (ed.) *Desegregating the City : Ghettos, Enclaves, and Inequality*. State University of New York Press, New York: 15-30.
- Marcuse P (2009) Spatial Justice: Derivative but Causal of Social Injustice. *Justice Spatiale / Spatial Justice*, 1: 49-57.
- Marcuse P (2010) In defense of theory in practice. *City*, 14(1/2): 4-12.
- Marcuse P, Kempen R V (2000) Conclusion: A Changed Spatial Order. In Marcuse P, Kempen R V (eds) *Globalizing Cities: A New Spatial Order?*. Blackwell Publishing, Oxford: 249-275.
- Marcuse P, Kempen R V (2002) States, Cities, and the Partitioning of Urban Space. In Marcuse P, Kempen R V (eds) *Of States and Cities: The Partitioning of Urban Space*. Oxford University Press, Oxford: 3-10.
- Markell P (2006) Recognition and Redistribution. In Dryzek J, Honig B, Phillips A (eds) *The Oxford Handbook of Political Theory*. Oxford University Press, Oxford: 450-469.
- Markusen A, Gadwa A (2010) Arts and Culture in Urban and Regional Planning: A Review and Research Agenda. *Journal of Planning Education and Research*, 29(3): 379-391.
- Marques T (2013) *Vale da Amoreira – A história de uma freguesia*. Grãonauta – Associação Cultural, Baixa da Banheira.
- Marshall T H (1950/1992) Citizenship and Social Class. In Marshall T H, Bottomore T (eds) *Citizenship and Social Class*. Pluto Press, London: 1-51.
- Martin P, Lapalme A, Gutman R M (2013) Réfugiés et demandeurs d'asile mexicains à Montréal: actes de citoyenneté au sein de l'espace nord-américain?. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, 12(3): 603-628.
- Martin R (2006a) Artistic Citizenship: Introduction. In Campbell M S, Martin R (eds) *Artistic Citizenship: A Public Voice for the Arts*. Routledge, New York: 1-22.
- Martin R (2006b) Staging the political: Boal and the horizons of theatrical commitment. In Cohen-Cruz J, Schutzman M (eds) *A Boal Companion: Dialogues on theatre and cultural politics*. Routledge, New York and London: 23-32.
- Martínez M (2009) On Immigration Politics in the Context of European Societies and the Structural Inequality Mode. In Ferguson A, Nagel M (eds) *Dancing with Iris: The Philosophy of Iris Marion Young*. Oxford University Press, Oxford: 213-227.

- Martins E R (2007) Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, 21: 33-51.
- Martins J (2012) Bairro da Liberdade: Uma abordagem habitacional da urbanização à portuguesa. In Cachado R A, Baía J (orgs) *Políticas de Habitação e Construção Informal*. Editora Mundos Sociais, Lisboa: 43-55.
- Martins P H (2009) Cidadania. In Cattani A D, Laville J-L, Gaiger L I, Hespanha P (eds) *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Edições Almedina, Coimbra: 55-59.
- Marx K (1843/1997) *Para a Questão Judaica*, tradução, introdução e notas de José Barata-Moura. Edições Avante, Lisboa.
- Mason J (2006) Mixing methods in a qualitatively drive way. *Qualitative Research*, 6(1): 9-25.
- Masset D (2011) Art et démocratie (Éditorial). *Émulations*, 9: 9-20.
- Massey D (1973) Towards a critique of industrial location theory. *Antipode*, 5(3): 33-39.
- Massey D (1992) Politics and Space/Time. *New Left Review*, 196: 65-84.
- Massey D (2005) *For Space*. Sage Publications, London.
- Massey D S (2006) Race, Class, and Markets: Social Policy in the 21st Century. In Grusky D B, Kanbur R (eds) *Poverty and Inequality*. Stanford University Press, Stanford: 117-132.
- Massey D S, Denton N A (1988) The Dimensions of Residential Segregation. *Social Forces*, 67(2): 281-315.
- Massey D S, Denton N A (1993) *American Apartheid: Segregation and the Making of the Underclass*. Harvard University Press, Cambridge.
- Massey D S, White M J, Phua V (1996) The Dimensions of Segregation Revisited. *Sociological Methods & Research*, 25(2): 172-206.
- Matos F L (1989) Breve análise da construção clandestina: o caso do concelho de Vila Nova de Gaia. *Geografia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 1: 61-81.
- Matos F L (1990) A construção clandestina em Vila Nova de Gaia – O caso dos bairros do Picão e da Madalena Nascente. *Geografia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 6: 149-280.
- Matos F L (1994) Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*, XXIX(127): 677-695.
- Matos F L, Salgueiro T B (2005) Habitar nas cidades portuguesas. In Salgueiro T B, Ferrão J (coords) *Geografia de Portugal: Sociedade, Paisagens e Cidades*. Círculo de Leitores, Lisboa: 313-342.
- Matos J N (2012) Empregabilidade e identidade na era do capitalismo cognitivo. In Silva M C, Aguiar J V (orgs) *Classes, Políticas e Culturas de Classe: Capital, Trabalho e Classes Intermédias*. Edições Húmus, V. N. Famalicão: 53-62.
- Mattick P (2003) *Art in its Time: Theories and practices of modern aesthetics*. Routledge, London and New York.
- Mayer M (2007) Contesting the Neoliberalization of Urban Governance. In Leitner H, Peck J, Sheppard E S (eds) *Contesting Neoliberalism: Urban Frontiers*. The Guilford Press, New York: 90-115.
- McDowell L (1992) Multiple voices: speaking from inside and outside the 'project'. *Antipode*, 24(1): 56-72.
- McPeake J (2000) Owner occupier residential search in a divided city. In Boal F (ed.) *Ethnicity and Housing: Accommodation Differences*. Ashgate, Brookfield: 198-216.

- Mendes J M O (2004) *Media*, públicos e cidadania: Algumas notas breves. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70: 147-158.
- Mendes J M O, Seixas A M (2005) Acção colectiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos *media* (1992-2002). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72: 99-127.
- Mendes L (2008a) Gentrificação e a cidade revanchista: que lugar para os movimentos sociais urbanos de resistência?. *Fórum Sociológico*, 18(2): 21-28.
- Mendes L (2008b) Urbanização clandestina e fragmentação socio-espacial urbana contemporânea: o Bairro da Cova da Moura na periferia de Lisboa. *Geografia*, 2: 57-82.
- Mendes L (2011) Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. *Cadernos Metrópole*, 13(26): 473-495.
- Merrifield A (2011) The right to the city and beyond: Notes on a Lefebvrian re-conceptualization. *City*, 15(3/4): 473-481.
- Merrifield A, Swyngedouw E (eds) (1996) *The Urbanization of Injustice*. Lawrence & Wishart, London.
- Meskimmon M (2011) *Contemporary Art and the Cosmopolitan Imagination*. Routledge, London and New York.
- Mignolo W D (2007) Introduction – Coloniality of Power and decolonial thinking. *Cultural Studies*, 21(2/3): 155-167.
- Miller T (2007) *Cultural Citizenship: Cosmopolitanism, Consumerism and Television in a Neoliberal Age*. Temple University Press, Philadelphia.
- Miller V, Quigley J M (1990) Segregation by Racial and Demographic Group: Evidence from the San Francisco Bay Area. *Urban Studies*, 27(1): 3-21.
- Mollenkopf J H, Castells M (eds) (1992) *Dual City: Restructuring New York*. Russell Sage Foundation, New York.
- Molyneux J (1998) The legitimacy of modern art. *International Socialism*, 80. [acedido em 9 de Maio de 2013]. <http://www.marxists.org/history/etol/writers/molyneux/1998/xx/legitimacy.htm>.
- Mommaas H (1996) Modernity, Postmodernity, and the Crisis of Social Modernization: A Case Study in Urban Fragmentation. *International Journal of Urban and Regional Research*, 20(2): 196-216.
- Monteiro P F (1996) *Os Outros da Arte*. Celta Editora, Oeiras.
- Monteiro P F (2010) *Drama e Comunicação*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Moore A W (2004) Political Economy as Subject and Form in Contemporary Art. *Review of Radical Political Economics*, 36(4): 471-486.
- Moore-Gilbert B, Seed J (eds) (1992) *Cultural Revolution? The challenge of the arts in the 1960s*. Routledge, London.
- Moreira R (2004) Marxismo e Geografia (A Geograficidade e o diálogo das Ontologias). *GEOgraphia*, 6(11): 21-37.
- Morgan B S (1975) The Segregation of Socioeconomic Groups in Urban Areas: A Comparative Analysis. *Urban Studies*, 12(1): 47-60.
- Morton S (2003) *Gayatri Chakravorty Spivak*. Routledge, London.
- Moss P, Berg L D, Desbiens C (2002) The Political Economy of Publishing in Geography. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, 1(1): 1-7.
- Mouffe C (1992) Preface: Democratic Politics Today. In Mouffe C (ed.) *Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community*. Verso, London: 1-14.

- Mouffe C (2000) *The Democratic Paradox*. Verso, London.
- Mouffe C (2007) Artistic Activism and Agonistic Spaces. *Art & Research – A Journal of Ideas, Contexts and Methods*, 1(2): 1-5.
- Mouffe C, Deutsche R, Joseph B W, Keenan T (2001) “Every Form of Art Has a Political Dimension”. *Grey Room*, 2: 98-125.
- Moulaert F, Rodriguez A, Swyngedouw E (eds) *The Globalized City: Economic Restructuring and Social Polarization in European Cities*. Oxford University Press, Oxford.
- Mumford L (1961/1998) *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*, 4ª Edição. Martins Fontes, São Paulo.
- Mumford M (2009) *Bertolt Brecht*. Routledge, London and New York.
- Murdie R A (1969) *Factorial Ecology of Metropolitan Toronto, 1951-1961*. University of Chicago, Chicago.
- Murie A, Musterd S (1996) Social Segregation, Housing Tenure and Social Change in Dutch Cities in the Late 1980s. *Urban Studies*, 33(3): 495-516.
- Musterd S, Ostendorf W (1998) Segregation, Polarisation and Social Exclusion in Metropolitan Areas. In Musterd S, Ostendorf W (eds) *Urban Segregation and the Welfare State*. Routledge, London and New York: 1-14.
- Musterd S, Winter M (1998) Conditions for Spatial Segregation: Some European Perspectives . *International Journal of Urban and Regional Research*, 22(4): 665-673.
- Nawratek K (2011) *City as a Political Idea*. University of Plymouth Press, Plymouth.
- Negro F, Carvalho M (2010) Cidades: mundos de fragilidade e força. *Próximo Futuro: 2º workshop de investigação – As Cidades*. FCG, Lisboa: 1-13.
- Netto V M, Krafta R (1999) Segregação dinâmica urbana: modelagem e mensuração. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 1: 133-152.
- Newman K (2009) Social Justice, Urban. In Kitchin R, Thrift N (eds) *Internacional Encyclopedia of Human Geography*, Volume 10. Elsevier, Amsterdam: 195-198.
- Newman T, Curtis K, Stephens J (2003) Do community-based arts projects result in social gains? A review of the literature. *Community Development Journal*, 38(4): 310-322.
- Nilan P (2002) 'Dangerous fieldwork' re-examined: the question of researcher subject position . *Qualitative Research*, 2(3): 363-386.
- Norris P (2002) *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Nozick R (1974) *State, Society and Utopia*. Basic Books, New York.
- Nunes A J A (2008) *Uma Volta ao Mundo das Ideias Económicas: Será a Economia uma Ciência?*. Almedina, Coimbra.
- Nunes A J A (2010) *As Voltas que o Mundo Dá...Reflexões a Propósito das Aventuras e Desventuras do Estado Social*. Edições Avante, Lisboa.
- Nunes A J A (2012) *A Crise do Capitalismo: Capitalismo, Neoliberalismo, Globalização*. Página a Página, Lisboa.
- Nunes F (2005) Eleições de segunda ordem em Portugal: o caso das europeias de 2004. *Análise Social*, XL(177): 795-813.
- Nunes J A (1998/1999) Para além das «duas culturas»: tecnociências, tecnoculturas e teoria crítica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53: 15-60.

- Nunes J A (2001) Teoria crítica, cultura e ciência: O(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização. In Santos B S (org.) *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Edições Afrontamento, Porto: 297-338.
- Nunes J P S (2005) Uma cidade de proprietários? Mudanças na distribuição dos estatutos de ocupação do alojamento na Área Metropolitana de Lisboa entre 1950 e 2001. *Fórum Sociológico*, 13/14: 113-135.
- Nunes N (2013) *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*. Editora Mundos Sociais, Lisboa.
- O'Byrne D J (2003) *The Dimensions of Global Citizenship: Political Identity Beyond the Nation-State*. Frank Cass, London.
- Oesmann A (2005) *Staging History: Brecht's Social Concepts of Ideology*. State University of New York Press, Albany.
- Oliveira C R (2008) Determinantes das estratégias empresariais de imigrantes em Portugal. *Migrações*, 3: 109-138.
- Oliveira C R, Costa F L (2008) "Being Your Own Boss": Entrepreneurship as a Lever for Migration?. In Fonseca M L (ed.) *Cities in Movement: Migrants and Urban Change*. CEG-UL, Lisbon: 241-266.
- Oliveira M P (1999) Um conceito de cidadania para se trabalhar a cidade. *GEOgraphia*, 1(1): 93-120.
- Oliveira M P (2000) Geografia, globalização e cidadania. *Terra Livre*, 15: 155-164.
- O'Loughlin J (1973) *Spatial Justice for the Black American Voter: The Territorial Dimension of Urban Politics*. PhD dissertation, Pennsylvania State University, Pennsylvania.
- Olson K (ed.) (2008) *Adding Insult to Injury: Nancy Fraser Debates Her Critics*. Verso, London and New York.
- O'Sullivan D, Wong D S (2007) A Surface-Based Approach to Measuring Spatial Segregation. *Geographical Analysis*, 39: 147-168.
- Pacione M (2009a) Introduction: the policy context of urbanization. In Geyer H S (ed.) *International Handbook of Urban Policy, Volume 2*. Edward Elgar, Cheltenham: 3-21.
- Pacione M (2009b) *Urban Geography: A Global Perspective*, 3rd Edition. Routledge, London and New York.
- Padilla B (2011) Recriando identidades juvenis entre jovens de descendência africana na Área Metropolitana de Lisboa. In Pais J M, Bendit R, Ferreira V S (orgs) *Jovens e Rumos*. ICS, Lisboa: 159-180.
- Painter J, Philo C (1995) Spaces of citizenship: an introduction. *Political Geography*, 14(2): 107-120.
- Pais J M (2005) Jovens e Cidadania. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49: 53-70.
- Parazelli M (2001) Penser géographiquement l'exercice de la citoyenneté. In Laurin S, Klein J-L, Tardif C (dirs) *Géographie et société: ver une géographie citoyenne*. Presses de l'Université du Québec, Québec: 271-287.
- Park R E, Burgess E W (1925/1967) *The City: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*. The University of Chicago Press, Chicago and London.
- Pato I, Pereira M (2013) Habitação Social na Área Metropolitana de Lisboa: Tendências da gestão municipal contemporânea. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 26: 1-15.
- Peach C (1996) Does Britain Have Ghettos?. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 21(1): 216-235.
- Peach C (1999) Les Groupes ethniques au recensement britannique de 1991. *Revue Européenne des*

Migrations Internationales, 15(1): 13-37.

Peach C (2005) The Ghetto and the Ethnic Enclave. In Varady D P (ed.) *Desegregating the City : Ghettos, Enclaves, and Inequality* . State University of New York Press, New York: 31-48.

Peake L (2011) In, out and unspeakably about: taking social geography beyond an Anglo-American positionality. *Social & Cultural Geography*, 12(7): 757-773.

Peet R (1977) The development of radical geography in the United States. *Progress in Human Geography*, 1: 240-263.

Peixoto J (2008) Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes. *Migrações*, 2:20-46.

Pereira A P, Silva D S, Baptista I, Perista P (2001) Habitat e Minorias: Processos de (Des)integração de Grupos Étnicos em Lisboa e no Porto. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 3: 93-109.

Pereira I (2011) Consumos Contestados. *Sociologia Online – Revista da Associação Portuguesa de Sociologia*, 4: 61-71.

Pereira S (2008) Trabalhadores imigrantes de origem africana: precariedade laboral e estratégias de mobilidade geográfica. *Migrações*, 2: 47-71.

Pereira S (2010) *Trabalhadores de origem Africana em Portugal: impacto das novas vagas de imigração*. Colibri, Lisboa.

Phillips D (1998) Black minority ethnic concentration, segregation and dispersal in Britain. *Urban Studies*, 35(10): 1681-1702.

Phillips D (2006) Parallel lives: Challenging discourses of British Muslim self-segregation. *Environment and Planning D: Society and Space*, 24(1): 25-40.

Phillips D (2007) Ethnic and Racial Segregation: A Critical Perspective. *Geography Compass*, 1: 1-22.

Phillips E B (1996) *City Lights: urban-suburban life in the global city*, 2nd Edition. Oxford University Press, New York.

Pickering K (2005) *Key Concepts in Drama and Performance*. Hampshire, Palgrave Macmillan.

Pinder D (2008) Urban Interventions: Art, Politics and Pedagogy. *International Journal of Urban and Regional Research*, 32(3): 730-736.

Pinsky J, Pinsky C B (orgs) (2003) *História da Cidadania*. Editora Contexto: São Paulo.

Pintasilgo M L (1998) As mulheres, a cidadania e a sociedade activa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 50: 15-26.

Pinto C (2004) A sociedade civil “institucionalizada”. *Política & Sociedade*, 5: 101-117.

Pinto C R J (2014) O conceito de responsabilidade em Iris Young. *Lua Nova*, 91: 77-104.

Pinto T C (1994) A Apropriação do Espaço em Bairros Sociais: o Gosto Pela Casa e o Desgosto Pelo Bairro. *Sociedade e Território*, 20: 36-43.

Pinto T C, Gonçalves A (2000) Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos: Imagens, conflitualidades e insegurança. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 1: 101-111.

Pirie G H (1983) On Spatial Justice. *Environment and Planning A*, 15: 465-473.

Pocock J G A (1995) The Ideal of Citizenship Since Classical Times. In Beiner R (ed.) *Theorizing Citizenship*. State University of New York Press, Albany: 29-52.

Poirier J, Clapier-Valladon S, Raybaut P (1999) *Histórias de Vida: Teoria e Prática*, 2^a Edição, tradução de João Quintela. Celta Editora, Oeiras.

- Poole M A, Doherty P (1996) *Ethnic Residential Segregation in Northern Ireland*. University of Ulster, Coleraine.
- Poper S (2006) Aesthetic spaces/imaginative geographies. In Cohen-Cruz J, Schutzman M (eds) *A Boal Companion: Dialogues on theatre and cultural politics*. Routledge, New York and London: 125-132.
- Porto-Gonçalves C W (2006) De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *GEOgrafia*, VIII(16): 41-55.
- Potter R B (1986) Spatial Inequalities in Barbados, West Indies. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 11(2): 183-198.
- Poulsen M F (2009) Segregation. In Kitchin R, Thrift N (eds) *International Encyclopedia of Human Geography*, Volume 10. Elsevier, Amsterdam: 63-69.
- Pratt G, Johnston C (2007) Turning theatre into law, and other spaces of politics. *Cultural Geographies*, 14: 92-113.
- Prendergast M, Saxton J (eds) (2009) *Applied Theatre: International Case Studies and Challenges for Practice*. Intellect, Bristol.
- Préteceille E (1995) Ségrégations Urbaines. *Sociétés Contemporaines*, 22/23: 5-14.
- Préteceille E (2009) La ségrégation ethno-raciale a-t-elle augmenté dans la métropole parisienne?. *Revue française de sociologie*, 50(3): 489-519.
- Pulido L (2002) Reflections on a white discipline. *The Professional Geographer*, 54(1): 42-49.
- Purcell M (2003) Citizenship and the Right to the Global City: Reimagining the Capitalist World Order. *International Journal of Urban and Regional Research*, 27(3): 564-590.
- Purcell M (2006) Urban Democracy and the Local Trap. *Urban Studies*, 43(11): 19-21-1941.
- Purcell M (2008) *Recapturing Democracy: Neoliberalization and the Struggle for Alternative Urban Futures*. Routledge, New York and London.
- Purcell M (2013) *The Down-Deep Delight of Democracy*. Wiley-Blackwell, Oxford.
- Pureza J M (1999) Justiça e cidadania: para uma justiça mais democrática. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54: 47-54.
- Puype D (2004) Arts and culture as experimental spaces in the city: The case of Ghent. *City*, 8(2): 295-301.
- Quinn B (2005) Arts Festivals and the City. *Urban Studies*, 42(5-6): 927-943.
- Raco M (2012) The privatisation of urban development and the London Olympics 2012. *City*, 16(4): 452-460.
- Ragin C C (1992) Introduction: Cases of "What is a case?". In Ragin C C, Becker H S (eds) *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge University Press, New York: 1-17.
- Rancière J (1999) *Disagreement: politics and philosophy*. University of Minnesota Press, Minneapolis.
- Rancière J (2002) The Aesthetic Revolution and its Outcomes: Emplotments of Autonomy and Heteronomy. *New Left Review*, 14: 133-151.
- Rancière J (2004) *The Politics of Aesthetics: The Distribution of the Sensible*, trans. Gabriel Rockhill. Continuum, London.
- Rancière J (2007) The Ethical Turn of Aesthetics and Politics. In Deranty J-P, Petherbridge D, Rundell J, Sinnerbrink R (eds) *Recognition, Work, Politics: New Directions in French Critical Theory*. Brill, Leiden: 27-45.

- Rancière J (2009) *Aesthetics and Its Discontents*. Polity Press, Cambridge.
- Ranci re J (2010) *O Espectador Emancipado*, tradu o de José Miranda Justo. Orfeu Negro, Lisboa.
- Randall M (2002)  Qu  às y cómo se hace un testimonio?. In Beverley J, Achugar H (eds) *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*, 2^a Edición. Abrapalabra, Guatemala: 33-57.
- Ransom M R (2000) Sampling Distributions of Segregation Indexes. *Sociological Methods & Research*, 28(4): 454-475.
- Raposo I, Valente A (2010) Diálogo social ou dever de reconversão? As  reas Urbanas de G nese Ilegal (AUGI) na  rea Metropolitana de Lisboa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91: 221-235.
- Rawls J (1958) Justice as Fairness. *Philosophical Review*, 67: 164-194.
- Rawls J (1971) *A Theory of Justice*. Harvard University Press, Cambridge.
- Rawls J (1993) *Political Liberalism*. Columbia University Press, New York.
- Rawls J (2001) *Justice as Fairness: A Restatement*. Harvard University Press, Cambridge.
- Reardon S F, Firebaugh G (2002) Measures of Multigroup Segregation. *Sociological Methodology*, 32: 33-67.
- Reardon S F, O'Sullivan D (2004) Measures of Spatial Segregation. *Sociological Methodology*, 34: 121-162.
- Rebelo J (coord.) (2003) *Novas Formas de Mobiliza o Popular*. Campo das Letras, Porto.
- Reis J (2000) Cidadania na Escola: Desafio e Compromisso. *Infergeo*, 15: 105-116.
- Reiss J H (1999) *From Margin to Center: The Spaces of Installation Art*. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- Reskin B (2012) The Race Discrimination System. *Annual Review of Sociology*, 38: 17-35.
- Rex J, Mason R (eds) (1986) *Theories of race and ethnic relations*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Rex J, Moore R (1967) *Race, Community and Conflict: A Study of Sparbrook*. Penguin, Harmondsworth.
- Ribeiro L C Q (2003) Segrega o Residencial e Políticas Públicas: Análise do Espaço Social da Cidade na Gestão do Território. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 6: 33-50.
- Ribeiro L C Q, Salata A, Costa L, Ribeiro M G (2013) Desigualdes digitais: Acesso e uso da internet, posi o socioecon mica e segmenta o espacial nas metrópoles brasileiras. *Análise Social*, 206, XLVIII(2): 2182-2999.
- Ribeiro O (1994) *Op sculos Geográficos*, V Volume – Temas Urbanos. Funda o Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Roberts B R, Wilson R H (eds) (2009) *Urban Segregation and Governance in the Americas*. Palgrave Macmillan, New York.
- Rocha C (2010) Avalia o: cortando na própria carne. *Metaxis*, 6: 46-47.
- Rocha-Trindade M B (2010) Associativismo em contexto migratório. *Migra es*, 6: 39-58.
- Rodrigues C M, Guerra I, Cabral J, Gaspar J, Fernandes J M, Silva N R, Matias N (1989) *Clandestinos em Portugal: Leituras*. Livros Horizonte, Lisboa.
- Rodrigues W (1999) Globaliza o e gentrifica o: teoria e empiria. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 29: 95-125.
- Rogers A (2000) Citizenship, Multiculturalism, and the European City. In Bridge G, Watson S (eds) *A*

- Companion to the City*. Blackwell Publishers, Oxford: 282-291.
- Roof W C (1972) Residential Segregation of Blacks and Racial Inequality in Southern Cities: Toward a Causal Model. *Social Problems*, 19(3): 393-407.
- Rosales M V, Jesus V C, Parra S (2009) *Crescer fora de água? Expressividades, posicionamentos e negociações identitárias de jovens de origem africana na Região Metropolitana de Lisboa*. ACIDI, Lisboa.
- Rosário E, Santos T, Lima S (2011) *Discursos do racismo em Portugal: essencialismo e inferiorização nas trocas coloquiais sobre categorias minoritárias*. ACIDI, Lisboa.
- Rose G (1997) Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. *Progress in Human Geography*, 21(3): 305-320.
- Saldanha A (2002) Music, Space, Identity: Geographies of Youth Culture in Bangalore. *Cultural Studies*, 16(3): 337-350.
- Salgueiro T B (1977) Bairros Clandestinos na Periferia de Lisboa. *Finisterra*, XII(23): 28-55.
- Salgueiro T B (1986) A Promoção Habitacional e o 25 de Abril. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20: 673-691.
- Salgueiro T B (1992) *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*. Edições Afrontamento, Porto.
- Salgueiro T B (1996) Tendências da urbanização em Portugal. In Souza M A (org.) *O Mundo do Cidadão, um Cidadão do Mundo*. Editora Hucitec, São Paulo: 139-148.
- Salgueiro T B (1997) Lisboa, MetrÓpole Policêntrica e Fragmentada. *Finisterra*, XXXII(63): 179-190.
- Salgueiro T B (1998a) Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. *Revista Território*, 4: 39-53.
- Salgueiro T B (1998b) *Globalização e Reestruturação Urbana*. CEG-UL, Lisboa.
- Salgueiro T B (1999a) Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano. *Inforgeo*, 14: 65-76.
- Salgueiro T B (1999b) Das mudanças territoriais às da gestão. Algumas notas. *Finisterra*, XXXIV(67/68): 153-160.
- Salgueiro T B (2001) *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Celta Editora, Oeiras.
- Salgueiro T B (2002) Desenvolvimento Urbano de Lisboa. *Revista de Estudos Regionais*, 5: 7-22.
- Sandel M J (1998) *Liberalism and the Limits of Justice*, 2nd Edition. Cambridge University Press, Cambridge.
- Sandel M J (2005) *Public Philosophy: Essays on Morality in Politics*. Harvard University Press, Cambridge.
- Sandercock L (1998) *Towards Cosmopolis: Planning for Multicultural Cities*. John Wiley & Sons, New York.
- Santos A C, Teles N, Serra N (2014) Finança e habitação em Portugal. *Cadernos do Observatório #2*, Observatório sobre Crises e Alternativas, Lisboa.
- Santos B (2008) O Teatro do Oprimido Africano. *Metaxis*, 4: 42-46.
- Santos B (2010a) A vida com Boal: Cecília Boal num bate-papo-entrevista com Bárbara Santos. *Metaxis*, 6: 13-17.
- Santos B (2010b) Teatro do Oprimido para empresas privadas: Impossibilidades, incompatibilidades e absurdos. *Metaxis*, 6: 127-129.
- Santos B S (1987) *Um Discurso sobre as Ciências*. Edições Afrontamento, Porto.

- Santos B S (1991) Subjectividade, Cidadania e Emancipação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32: 135-191.
- Santos B S (1999) Porque é tão difícil construir uma teoria crítica?. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54: 197-215.
- Santos B S (2003b) Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In Santos B S (org.) *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: 'Um Discurso sobre as Ciências' revisitado*. Cortez Editora, São Paulo: 777-821.
- Santos B S (2006) *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. Edições Afrontamento, Porto.
- Santos B S (2008) A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80: 11-43.
- Santos B S (org.) (2002) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Santos B S (org.) (2003a) *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: 'Um Discurso sobre as Ciências' revisitado*. Cortez Editora, São Paulo.
- Santos M (1974) Geography, Marxism and underdevelopment. *Antipode*, 6(3): 1-9.
- Santos M (2006) *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, 4ª Edição. EDUSP, São Paulo.
- Santos M H V B (coord.) (2011) *Diagnóstico da população imigrante no concelho da Moita: desafios e potencialidades para o desenvolvimento local*. ACIDI, Lisboa.
- Santos M L L (coord.) (1998) *As Políticas Culturais em Portugal: Relatório Nacional*. Observatório das Actividades Culturais, Lisboa.
- Sarapecck H (2008) Elas. *Metaxis*, 5: 54-57.
- Sarapecck H (2010) É Brasil adentro, é mundo afora!. *Metaxis*, 6: 34-37.
- Sarmento J (2003) Variações sobre o Urbanismo Pós-moderno. *Geografia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, 19: 255-265.
- Sassen S (2007) El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economía global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza. *Revista eure*, XXXIII(100): 9-34.
- Saward M (2006) Democracy and Citizenship: Expanding Domains. In Dryzek J, Honig B, Phillips A (eds) *The Oxford Handbook of Political Theory*. Oxford University Press, Oxford: 400-419.
- Sayer A (1984/2010) *Method in Social Science: A Realist Approach*, revised 2nd Edition. Routledge, Abingdon.
- Sayer A (2000) *Realism and Social Science*. Sage Publications, London.
- Sayer A (2011) *Why Things Matter to People: Social Science, Values and Ethical Life*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Schatzki T R (1991) Spatial Ontology and Explanation. *Annals of the Association of American Geographers*, 81(4): 650-670.
- Schechner R (2006) A Polity of Its Own Called Art?. In Campbell M S, Martin R (eds) *Artistic Citizenship: A Public Voice for the Arts*. Routledge, New York: 33-41.
- Schteingart M (2001) La División Social del Espacio en las Ciudades. *Perfiles Latinoamericanos*, 19: 13-31.
- Schutzman M (1994) Brechtian Schamanism: The political therapy of Augusto Boal. In Schutzman M, Cohen-Cruz J (eds) *Playing Boal: Theatre, therapy, activism*. Routledge, London and New York:

137-155.

Schutzman M, Cohen-Cruz J (1994) Introduction. In Schutzman M, Cohen-Cruz J (eds) *Playing Boal: Theatre, therapy, activism*. Routledge, London and New York: 1-16.

Schutzman M, Cohen-Cruz J (2006) Introduction. In Cohen-Cruz J, Schutzman M (eds) *A Boal Companion: Dialogues on theatre and cultural politics*. Routledge, New York and London: 1-9.

Scott J C (1990) *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. Yale University Press, New Haven and London.

Scott J C (1998) *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. Yale University Press, New Haven and London.

Sell M (2008) Black Arts Movement. In Darity W A (ed.) *International Encyclopedia of the Social Sciences*, 2nd Edition. Macmillan Reference USA, Farmington Hills: 309-310.

Selz P (2006) *Art of Engagement: Visual Politics in California and Beyond*. University of California Press, Berkeley.

Sen A (1999) *Development as Freedom*. Oxford University Press, Oxford.

Serra N (2002) *Estado, território e estratégias de habitação*. Quarteto Editora, Coimbra.

Sharp J, Pollock V, Paddison (2005) Just art for a just city: Public art and social inclusion for urban regeneration. *Urban Studies*, 42(5): 1001-1023.

Shevky E, Bell W (1955) *Social Area Analysis*. Stanford University Press, Stanford.

Shields R (1991) *Places on the Margin: Alternative geographies of modernity*. Routledge, London.

Shields R (2006) Knowing Space. *Theory, Culture & Society*, 23(2-3): 147-149.

Sholette G (2011) *Dark Matter: Art and Politics in the Age of Enterprise Culture*. Pluto Press, London.

Shorthose J, Strange G (2004) The new cultural economy, the artist and the social configuration of autonomy. *Capital & Class*, 84: 43-59.

Sibley D (1995) *Geographies of Exclusion: Society and Difference in the West*. Routledge, London.

Silva A S, Santos H (2010) A transformação cultural de cidades médias, segundo os seus agentes culturais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 62: 11-34.

Silva C N (1994) Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX. *Análise Social*, XXIX(127): 655-676.

Silva F C (2004) Cidadãos da Europa? Algumas reflexões sobre o patriotismo constitucional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70: 127-145.

Silva F C, Aboim S, Saraiva T (2008) Participação cívica e vida urbana em Portugal. In Cabral M V, Silva F C, Saraiva T (orgs) *Cidade & Cidadania: Governança urbana e participação cidadã em perspectiva comparada*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa: 243-269.

Silva I C (2010) Entre constrangimento e criatividade: práticas de consumo em Portugal Continental. *Sociologia, Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 20: 167-190.

Silva T M, Alves P M, Magalhães M V, Oliveira M J (2011) Edifícios de Habitação Social: Diagnóstico e Cenários de Intervenção no Edificado. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 22: 82-98.

Simonsen K (1996) What kind of space in what kind of social theory?. *Progress in Human Geography*, 20(4): 494-512.

- Simpson L (2004) Statistics of racial segregation: measures, evidence and policy. *Urban Studies*, 41(3): 661-681.
- Simpson L (2007) Ghettos of the mind: the empirical behaviour of indices of segregation and diversity. *Journal of the Royal Statistical Society: Series A*, 170(2): 405-424.
- Slater D (1977) Geography and underdevelopment. *Antipode*, 9(3): 1-31.
- Smith N (1996a) Social Justice and the New American Urbanism: The Revanchist City. In Merrifield A, Swyngedouw E (eds) *The Urbanization of Injustice*. Lawrence & Wishart, London: 117-136.
- Smith N (1996b) *The New Urban Frontier: Gentrification and the revanchist city*. Routledge, London & New York.
- Smith N (2002) New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy. *Antipode*, 34(3): 427-450.
- Smith N, Katz C (1993) Grounding Metaphor: Towards a spatialized politics. In Keith M, Pile S (eds) *Place and the Politics of Identity*. Routledge, London and New York: 66-81.
- Soares L J B (1984) Urbanização Clandestina e Política Urbana. *Sociedade e Território*, 1(1): 18-28.
- Soares L J B (2005) Área Metropolitana de Lisboa – a procura de um novo paradigma urbano: Estratégia, Planeamento e Gestão nos Territórios Urbanos Dispersos. *Sociedade e Território*, 39: 11-23.
- Soja E W (1980) The Socio-Spatial Dialectic. *Annals of the Association of American Geographers*, 70(2): 207-225.
- Soja E W (1989) *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. Verso, London.
- Soja E W (1996) *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*. Blackwell, Oxford.
- Soja E W (2000) *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Blackwell Publishing, Oxford.
- Soja E W (2009) The city and spatial justice. *Justice Spatiale / Spatial Justice*, 1: 31-38.
- Soja E W (2010) *Seeking Spatial Justice*. University of Minnesota Press, Minneapolis.
- Spicer N (2004) Combining qualitative and quantitative methods. In Seale C (ed.) *Researching Society and Culture*, 2nd Edition. London, Sage Publications: 293-303.
- Spry L (1994) Structures of power: toward a theatre of liberation. In Schutzman M, Cohen-Cruz J (eds) *Playing Boal: Theatre, therapy, activism*. Routledge, London and New York: 171-184.
- Squires G D, Friedman S, Saidat C E (2002) Experiencing Residential Segregation: A Contemporary Study of Washington D.C.. *Urban Affairs Review*, 38(2): 155-183.
- Squires G D, Velez W, Taeuber K E (1991) Insurance redlining, agency location and the process of urban disinvestment. *Urban Affairs Quarterly*, 26(4): 567-588.
- Staeheli L (2003) Cities and Citizenship. *Urban Geography*, 24(2): 97-102.
- Staeheli L (2011) Political geography: Where's citizenship?. *Progress in Human Geography*, 35(3): 393-400.
- Staeheli L A (2008) Citizenship and the problem of community. *Political Geography*, 27: 5-21.
- Staeheli L, Thompson A (1997) Citizenship, Community and Struggles for Public Space. *Professional Geographer*, 49(1): 28-38.
- Stake R E (2005) Qualitative Case Studies. In Denzin N K, Lincoln Y S (eds) *The Sage Handbook of*

- Qualitative Research*, 3th Edition. Sage Publications, Thousand Oaks: 443-466.
- Stallabrass J (2004) *Art Incorporated: the story of contemporary art*. Oxford University Press, Oxford.
- Standing G (2009) *Work after Globalization: Building Occupational Citizenship*. Edward Elgar, Cheltenham.
- Standing G (2011) *The Precariat: The New Dangerous Class*. Bloomsbury Academic, London.
- Stevenson N (2003) Cultural Citizenship in the 'Cultural' Society: A Cosmopolitan Approach. *Citizenship Studies*, 7(3): 331-348.
- Stimson B, Sholette G (eds) (2007) *Collectivism after Modernism: The Art of Social Imagination after 1945*. University of Minnesota Press, Minneapolis.
- Taussig M, Schechner R (1994) Boal in Brazil, France, the USA: An interview with Augusto Boal. In Schutzman M, Cohen-Cruz J (eds) *Playing Boal: Theatre, therapy, activism*. Routledge, London and New York: 17-32.
- Tavares A (2010) Ficções urbanas: estratégias para a ocupação das cidades. *ARS (São Paulo)*, 8(16): 21-30.
- Tavares M A (2012) Imigração e imigrantes em Portugal. O Estado de todos existe para cada um?. In Varela R (ed.) *Quem Paga o Estado Social em Portugal?*. Bertrand Editora, Lisboa: 139-151.
- Taylor P (2002) The Applied Theater: Building Stronger Communities. *Youth Theatre Journal*, 16: 88-95.
- Teixeira C (2006) Residential Segregation and Ethnic Economies in a Multicultural City: The Little Portugal of Toronto. In Kaplan D H, Li W (eds) *Landscapes of the Ethnic Economy*. Rowman & Littlefield Publishers, Maryland: 49-65.
- Teixeira M C (1992) As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, XXVII(115): 65-89.
- Thörn C (2011) Spotcity: a arte e a política do espaço público. *Fórum Sociológico*, 21: 43-53.
- Thrift N (2006) Space. *Theory, Culture & Society*, 23(2-3): 139-146.
- Topalov C (1979) *La urbanización capitalista: Algunos elementos para su análisis*. Edicol, Mexico.
- Topalov C (dir.) (2002) *Les divisions de la ville*. Unesco, Paris.
- Tucker K H (2010) *Workers of the World, Enjoy! Aesthetic Politics from Revolutionary Syndicalism to the Global Justice Movement*. Temple University Press, Philadelphia.
- Vala J, Lopes D, Brito R (1999) A construção social da diferença: racialização e etnicização das minorias. In Vala J (org.) *Novos Racismo: Perspectivas Comparativas*. Celta Editora, Oeiras: 145-167.
- Valentine G (2005) Tell me about...: using interviews as a research methodology. In Flowerdew R, Martin D (eds) *Methods in Human Geography: A guide for students doing a research project*, 2nd Edition. Pearson Education Limited: 110-127.
- Valentine G, Butler R, Skelton T (2001) The Ethical and Methodological Complexities of Doing Research with 'Vulnerable' Young People. *Ethics, Place & Environment*, 4(2): 119-125.
- Valim A B (2005) Entre textos, mediações e contextos: anotações para uma possível história social do cinema. *História Social*, 11: 17-40.
- Vance J (1964) *Geography and Urban Evolution in the San Francisco Bay Area*. University of California, Berkeley.
- Vanderbeck R (2006) Segregation. In Warf B (ed.) *Encyclopedia of Human Geography*. Sage

Publications, Thousand Oaks: 423-424.

Vasconcelos L (2007) Cova da Moura: uma experiência de intervenção sócio-territorial participada. *Inforgeo*, 20/21: 107-113.

Vasconcelos T (2000) AO RITMO DE UM CORTADOR DE RELVA: ENTRE O «ESTAR LÁ» E O «ESTAR AQUI», O «ESTAR COM» – Dilemas e complexidades da etnografia em caminhos pós-modernos de multivocalidade. *Educação, Sociedade & Culturas*, 14: 37-58.

Vaughan L, Arbaci S (2011) The Challenges of Understanding Urban Segregation. *Built Environment*, 37(2): 128-138.

Vaz L (2010) Os CIEPs, os Animadores Culturais e a Fábrica de Teatro Popular. *Metaxis*, 6: 30-31.

Vennesson P (2008) Case studies and process tracing: theories and practices. In della Porta D, Keating M (eds) *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective*. Cambridge University Press, Cambridge: 223-239.

Vesentini J W (2009) O que é crítica. Ou: qual é a crítica da geografia crítica?. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, 26: 29-43.

Vicente P, Reis E, Ferrão F (2001) *Sondagens: A amostragem como factor decisivo de qualidade*, 2ª Edição revista e corrigida. Edições Sílabo, Lisboa.

Vidal C (1997) *Definição da arte política: O radicalismo, a desconstrução, o artifício e todos os seus paradoxos*. Fenda, Lisboa.

Viegas J M (2004) Desafios da mobilidade urbana em Lisboa: As respostas possíveis para uma cidade competitiva e sustentável. *Sociedade e Território*, 37/38: 90-95.

Viegas J M L (2004) Implicações democráticas das associações voluntárias: O caso português numa perspectiva comparativa europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46: 33-50.

Vilaça E (2001) O “Estado da Habitação”: Medidas sem Política num País Adiado. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 3: 83-92.

Wacquant L (1996) The rise of advanced marginality: notes on its nature and implications. *Acta Sociologica*, 39: 121-139.

Wacquant L (1999) Urban Marginality in the Coming Millenium. *Urban Studies*, 36(10): 1639-1647.

Wacquant L (2000) *Las cárceles de la miséria*. Ediciones Manancial, Buenos Aires.

Wacquant L (2006) A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, I(16): 251-268.

Wacquant L (2008) *Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality*. Polity Press, Cambridge.

Waitt G (2008) Urban Festivals: Geographies of Hype, Helplessness and Hope. *Geography Compass*, 2(2): 513-537.

Waldorf B S (1993) Segregation in Urban Space: A New Measurement Approach. *Urban Studies*, 30(7): 1151-1164.

Ward B (1998) *Just my soul responding: Rhythm and Blues, black consciousness and race relations*. UCL Press, London.

Warf B, Arias S (eds) (2009) *The Spatial Turn: Interdisciplinary perspectives*. Routledge, London and New York.

Warner K, Molotch H (2000) *Building Rules: How Local Controls Shape Community Environments and Economies*. Westview Press, Oxford.

Watson S (1999) City politics. In Pile S, Brook C, Mooney G (eds) *Unruly Cities? Order/Disorder*.

Routledge, London and New York: 183-215.

Werlen B (1993) *Society, Action and Space: An alternative human geography*, translated by Gayna Walls. Routledge, London and New York.

White M (1987) *American Neighborhoods and Residential Differentiation*. Russell Sage Foundation, New York.

Wieviorka M (2002a) *A Diferença*, tradução de Miguel Serras Pereira. Fenda, Lisboa.

Wieviorka M (2002b) *O Racismo: Uma Introdução*, tradução de Miguel Serras Pereira. Fenda, Lisboa.

Wilson W J (1987) *The Truly Disadvantaged: The Inner City, the Underclass, and Public Policy*. The University of Chicago Press, Chicago and London.

Wilson W J (2006) Social Theory and the Concept "Underclass". In Grusky D B, Kanbur R (eds) *Poverty and Inequality*. Stanford University Press, Stanford: 103-116.

Wirth L (1938) Urbanism as a way of life. *The American Journal of Sociology*, XLIV(1): 1-24.

Wolff J (2003) *Why Read Marx Today?*. Oxford University Press, Oxford.

Wolff J (2006) *An Introduction to Political Philosophy*, revised edition. Oxford University Press, Oxford.

Wong D W S (1993) Spatial Indices of Segregation. *Urban Studies*, 30(3): 559-572.

Wong D W S (2003) Spatial Decomposition of Segregation Indices: A Framework Toward Measuring Segregation at Multiple Levels. *Geographical Analysis*, 35(3): 179-194.

Wright C (2002) Centrifugal Logics: Eagleton and Spivak on the Place of 'Place' in Postcolonial Theory. *Culture, Theory and Critique*, 43(1): 67-82.

Wright E O (2010) *Envisioning Real Utopias*. Verso, London.

Yin R K (2003) *Case Study Research: Design and Methods*. Sage Publications, London.

Young I M (1990) *Justice and the Politics of Difference*. Princeton University Press, New Jersey.

Young I M (1997) Unruly Categories: A Critique of Nancy Fraser's Dual Systems Theory. *New Left Review*, 222: 147-160.

Young I M (1999) Residential segregation and differentiated citizenship. *Citizenship Studies*, 3(2): 237-252.

Young I M (2009) Structural Injustice and the Politics of Difference. In Christiano T, Christman J (eds) *Contemporary Debates in Political Philosophy*. Wiley-Blackwell, Oxford: 362-383.

Young I M (2011) *Responsibility for Justice*. Oxford University Press, Oxford.

Zizek S (2006) *Elogio da Intolerância*. Relógio D'Água, Lisboa.

Zuhur S (ed.) (2001) *Colors of Enchantment: Theater, Dance, Music, and the Visual Arts of the Middle East*. The American University in Cairo Press, Cairo.

Anexos

1. Questionário sobre atitudes e práticas políticas e culturais dos jovens residentes no Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira

Nº do QUESTIONÁRIO

Bom dia/Boa tarde. A Universidade de Lisboa, em colaboração com o Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa está a realizar um estudo sobre a participação dos jovens na vida política e cultural. Em concreto pretendemos conhecer melhor os jovens que vivem neste bairro.

O senhor/senhora foi escolhido(a) de forma aleatória para fazer parte da nossa amostra representativa da população residente neste bairro. Solicitamos a sua colaboração e asseguramos o total anonimato das suas respostas, as quais nunca serão utilizadas individualmente. A entrevista durará aproximadamente 30 minutos. Muito agradecemos a sua colaboração.

Caso a resposta seja negativa, pedir para indicar uma outra altura em que seja possível realizar a entrevista.

Início (hora:minutos) _____:_____

Q1	Local. MARQUE O QUE CORRESPONDE
1	Vale da Amoreira
2	Alto da Cova da Moura

Q2	Sexo. MARQUE O QUE CORRESPONDE
1	Homem
2	Mulher

Q3	Poderia dizer-me a sua idade?
1	15-24
2	25-34

Q4	Em que país nasceu?
1	Portugal
2	Brasil
3	Cabo Verde
4	Outro país (anotar):
99	NR

Q5	Tem nacionalidade portuguesa?
1	Sim
2	Não

Q6	Em política, por vezes fala-se de “esquerda” e “direita”. Numa escala em que o número 1 corresponde à direita e o 10 à esquerda, em que ponto da escala se colocaria a si próprio(a)?	NS	NR								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Q7	Por vezes, o nosso interesse pela política depende da natureza dos assuntos. Pessoalmente, em que medida está interessado(a) na política que se faz em cada um dos seguintes âmbitos? (LER LINHAS)						
	Muito	Bastante	Pouco	Nada	NS	NR	
7.1	Municipal	1	2	3	4	88	99
7.2	Nacional	1	2	3	4	88	99
7.3	Internacional	1	2	3	4	88	99

Q8	Com que frequência diria que fala com a sua família, amigos ou colegas sobre assuntos políticos que ocorrem em cada um dos seguintes âmbitos? (LER LINHAS)						
	Diariamente	Regularmente	Raramente	Nunca	NS	NR	
8.1	Municipal	1	2	3	4	88	99
8.2	Nacional	1	2	3	4	88	99
8.3	Internacional	1	2	3	4	88	99

Q9	Em que medida está informado(a) sobre a política que ocorre em cada um dos seguintes âmbitos? (LER LINHAS)						
	Muito	Bastante	Pouco	Nada	NS	NR	
9.1	Municipal	1	2	3	4	88	99
9.2	Nacional	1	2	3	4	88	99
9.3	Internacional	1	2	3	4	88	99

Q10	De uma forma geral, qual o grau de dificuldade que sente, em tomar uma posição acerca de assuntos políticos ocorridos em cada um dos seguintes âmbitos? (LER LINHAS)						
	Muito difícil	Difícil	Fácil	Muito fácil	NS	NR	
10.1	Municipal	1	2	3	4	88	99
10.2	Nacional	1	2	3	4	88	99
10.3	Internacional	1	2	3	4	88	99

Q11	Com que frequência lê jornais (também na Internet) para estar ao corrente do que se passa em cada um dos seguintes âmbitos? (LER LINHAS)						
	Diariamente	Regularmente	Raramente	Nunca	NS	NR	
11.1	Municipal	1	2	3	4	88	99
11.2	Nacional	1	2	3	4	88	99
11.3	Internacional	1	2	3	4	88	99

Q12	Com que frequência vê ou ouve programas de televisão ou rádio sobre assuntos de interesse que se passam em cada um dos seguintes âmbitos? (LER LINHAS)						
	Diariamente	Regularmente	Raramente	Nunca	NS	NR	
12.1	Municipal	1	2	3	4	88	99
12.2	Nacional	1	2	3	4	88	99
12.3	Internacional	1	2	3	4	88	99

Q13	Qual a importância que atribui a votar em cada um dos seguintes actos eleitorais? (LER LINHAS)						
	Muita	Bastante	Pouca	Nenhuma	NS	NR	
13.1	Autárquicas	1	2	3	4	88	99
13.2	Legislativas	1	2	3	4	88	99
13.3	Presidenciais	1	2	3	4	88	99
13.4	Parlamento Europeu	1	2	3	4	88	99

Q14	Está inscrito nalgum partido político?
1	Sim
2	Não
99	NR

(perguntar apenas se respondeu 1 na questão anterior. Caso contrário passar a Q16)

Q15	Qual?
1	Bloco de Esquerda (BE)
2	Partido Popular (CDS-PP)
3	Movimento Esperança Portugal (MEP)
4	Movimento Mérito e Sociedade (MMS)
5	Movimento O Partido da Terra (MPT)
6	Partido Comunista Português (PCP)
7	Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses-Movimento Reorganizativo do Proletariado Português (PCTP-MRPP)
8	Partido Nova Democracia (PND)
9	Partido Nacional Renovador (PNR)
10	Partido Operário de Unidade Socialista (POUS)
11	Partido Social Democrata (PPD/PSD)
12	Partido Popular Monárquico (PPM)
13	Portugal Pró Vida (PPV)
14	Partido Socialista (PS)
15	Partido Trabalhista Português (PTP)
16	Partido Ecologista Os Verdes (PEV)
99	NR

Q16	Por vezes, algumas pessoas não votam porque não podem ou não querem. Votou nas últimas eleições autárquicas (Câmaras Municipais) ou houve alguma razão para que não tenha querido ou podido fazê-lo?
1	Sim
2	Não, mas tinha direito de voto
3	Não, e não tinha direito de voto
88	NS
99	NR

(perguntar apenas se respondeu 1 na questão anterior. Caso contrário passar a Q18)

Q17	Qual o partido/coligação em que votou?
1	Bloco de Esquerda (BE)
2	Partido Popular (CDS-PP)
3	Movimento Esperança Portugal (MEP)
4	Movimento Mérito e Sociedade (MMS)
5	Movimento O Partido da Terra (MPT)
6	Partido Comunista Português (PCP)
7	Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses-Movimento Reorganizativo do Proletariado Português (PCTP-MRPP)
8	Partido Nova Democracia (PND)
9	Partido Nacional Renovador (PNR)
10	Partido Operário de Unidade Socialista (POUS)
11	Partido Social Democrata (PPD/PSD)
12	Partido Popular Monárquico (PPM)
13	Portugal Pró Vida (PPV)
14	Partido Socialista (PS)
15	Partido Trabalhista Português (PTP)
16	Partido Ecologista Os Verdes (PEV)
99	NR

Q18	Por vezes, algumas pessoas não votam porque não podem ou não querem. Votou nas últimas eleições legislativas (Assembleia da República) ou houve alguma razão para que não tenha querido ou podido fazê-lo?
1	Sim
2	Não, mas tinha direito de voto
3	Não, e não tinha direito de voto
88	NS
99	NR

(perguntar apenas se respondeu 1 na questão anterior. Caso contrário passar a Q20)

Q19	Qual o partido/coligação em que votou?
1	Bloco de Esquerda (BE)
2	Partido Popular (CDS-PP)
3	Movimento Esperança Portugal (MEP)
4	Movimento Mérito e Sociedade (MMS)
5	Movimento O Partido da Terra (MPT)
6	Partido Comunista Português (PCP)
7	Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses-Movimento Reorganizativo do Proletariado Português (PCTP-MRPP)
8	Partido Nova Democracia (PND)
9	Partido Nacional Renovador (PNR)
10	Partido Operário de Unidade Socialista (POUS)
11	Partido Social Democrata (PPD/PSD)
12	Partido Popular Monárquico (PPM)
13	Portugal Pró Vida (PPV)
14	Partido Socialista (PS)
15	Partido Trabalhista Português (PTP)
16	Partido Ecologista Os Verdes (PEV)
99	NR

INICIAR Q20.1 PELA COLUNA 2. SE A RESPOSTA FOR NEGATIVA, ASSINALAR RESPOSTA NA COLUNA 1 E PASSAR A 20.2. CASO CONTRÁRIO PROSSEGUIR ATÉ À COLUNA 10. SE O ENTREVISTADO RESPONDE A TUDO QUE NÃO (i.e. COLUNA 1), IR PARA Q21

Q20 Por vezes as pessoas participam em grupos ou associações. Vou indicar-lhe um conjunto diversificado de grupos e associações para caracterizar a sua posição relativamente a eles.											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
	Relativamente a...	Nem é membro nem participa ou participou	É actualmente membro ou sócio, ou já foi no passado?	Participou em actividades organizadas por esta associação nos últimos 12 meses?	É ou foi membro ou participou em mais de uma associação? (indicar tipo)	Podia dizer-me o nome da associação ou associações? (máximo de 3) (marcar a mais importante)	Aproximadamente há quantos anos tem participado nesta associação (marcada como mais importante) (escrever o número. Anotar meio ano como 0.5; 2-3 meses como 0.25; 8-9 meses como 0.75)	Diria que mais de metade dos sócios ou das pessoas que participam nesta associação são de origem imigrante?	Aproximadamente quantas horas da semana dedica a esta organização? (anotar, máximo 84h)	Diria que esta organização adopta posições sobre questões de interesse público ou político, quer seja a nível local, regional ou nacional?	Por último, recorda-se como se associou ou iniciou a sua participação nesta organização?
20.1	Grupo desportivo ou uma associação de actividades ao ar livre	1. <input type="checkbox"/>	1. Presente 2. Passado 3. Presente e passado 99. NR	1. Não 2. Sim 99. NR	1. Só 1 Mais que uma (indicar nº): ____	_____ _____ _____ <input type="checkbox"/>		1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	Nº horas: _____ 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	1. Através de familiares/amigos/colegas de trabalho 2. Decidi fazer-me sócio/participar depois de ver/ouvir/ler informação sobre ela 88. NS 99. NR
20.2	Associação com fins culturais (não étnicas), de preservação de tradições ou hobbies (ex: música, dança, etc.)	1. <input type="checkbox"/>	1. Presente 2. Passado 3. Presente e passado 99. NR	1. Não 2. Sim 99. NR	1. Só 1 Mais que uma (indicar nº): ____	_____ _____ _____ <input type="checkbox"/>		1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	Nº horas: _____ 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	1. Através de familiares/amigos/colegas de trabalho 2. Decidi fazer-me sócio/participar depois de ver/ouvir/ler informação sobre ela 88. NS 99. NR
20.3	Igreja ou outra organização religiosa	1. <input type="checkbox"/>	1. Presente 2. Passado 3. Presente e passado 99. NR	1. Não 2. Sim 99. NR	1. Só 1 Mais que uma (indicar nº): ____	_____ _____ _____ <input type="checkbox"/>		1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	Nº horas: _____ 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	1. Através de familiares/amigos/colegas de trabalho 2. Decidi fazer-me sócio/participar depois de ver/ouvir/ler informação sobre ela 88. NS 99. NR

20.4	Sindicato, Grémio ou Associação Profissional/Empresarial	1. <input type="checkbox"/>	1. Presente 2. Passado 3. Presente e passado 99. NR	1. Não 2. Sim 99. NR	1. Só 1 Mais que uma (indicar nº):__	_____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/>		1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	Nº horas: _____ 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	1. Através de familiares/amigos/colegas de trabalho 2. Decidi fazer-me sócio/participar depois de ver/ouvir/ler informação sobre ela 88. NS 99. NR
20.5	Local ou Moradores	1. <input type="checkbox"/>	1. Presente 2. Passado 3. Presente e passado 99. NR	1. Não 2. Sim 99. NR	1. Só 1 Mais que uma (indicar nº):__	_____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/>		1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	Nº horas: _____ 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	1. Através de familiares/amigos/colegas de trabalho 2. Decidi fazer-me sócio/participar depois de ver/ouvir/ler informação sobre ela 88. NS 99. NR
20.6	Organização de ajuda humanitária, de caridade, ou de ajuda social (Santa Casa da Misericórdia, Cáritas, Cruz Vermelha, etc.)	1. <input type="checkbox"/>	1. Presente 2. Passado 3. Presente e passado 99. NR	1. Não 2. Sim 99. NR	1. Só 1 Mais que uma (indicar nº):__	_____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/>		1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	Nº horas: _____ 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	1. Através de familiares/amigos/colegas de trabalho 2. Decidi fazer-me sócio/participar depois de ver/ouvir/ler informação sobre ela 88. NS 99. NR
20.7	Associação de direitos humanos ou pacifista (Amnistia Internacional, CIVITAS, etc.)	1. <input type="checkbox"/>	1. Presente 2. Passado 3. Presente e passado 99. NR	1. Não 2. Sim 99. NR	1. Só 1 Mais que uma (indicar nº):__	_____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/>		1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	Nº horas: _____ 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	1. Através de familiares/amigos/colegas de trabalho 2. Decidi fazer-me sócio/participar depois de ver/ouvir/ler informação sobre ela 88. NS 99. NR
20.8	Organização de ou pró-imigrantes (PERCIP, Solidariedade Imigrante, CIDAC, etc.)	1. <input type="checkbox"/>	1. Presente 2. Passado 3. Presente e passado 99. NR	1. Não 2. Sim 99. NR	1. Só 1 Mais que uma (indicar nº):__	_____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/>		1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	Nº horas: _____ 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	1. Através de familiares/amigos/colegas de trabalho 2. Decidi fazer-me sócio/participar depois de ver/ouvir/ler informação sobre ela 88. NS 99. NR

20.9	Associação do grupo étnico (brasileiros, caboverdianos, etc.)	1. <input type="checkbox"/>	1. Presente 2. Passado 3. Presente e passado 99. NR	1. Não 2. Sim 99. NR	1. Só 1 Mais que uma (indicar nº):__	_____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/>		1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	Nº horas:_____ 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	1. Através de familiares/amigos/colegas de trabalho 2. Decidi fazer-me sócio/participar depois de ver/ouvir/ler informação sobre ela 88. NS 99. NR
20.10	Associação contra o racismo (SOS Racismo, etc.)	1. <input type="checkbox"/>	1. Presente 2. Passado 3. Presente e passado 99. NR	1. Não 2. Sim 99. NR	1. Só 1 Mais que uma (indicar nº):__	_____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/>		1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	Nº horas:_____ 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	1. Através de familiares/amigos/colegas de trabalho 2. Decidi fazer-me sócio/participar depois de ver/ouvir/ler informação sobre ela 88. NS 99. NR
20.11	Conservação, Ambiente, Ecologia, Direitos dos Animais	1. <input type="checkbox"/>	1. Presente 2. Passado 3. Presente e passado 99. NR	1. Não 2. Sim 99. NR	1. Só 1 Mais que uma (indicar nº):__	_____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/>		1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	Nº horas:_____ 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	1. Através de familiares/amigos/colegas de trabalho 2. Decidi fazer-me sócio/participar depois de ver/ouvir/ler informação sobre ela 88. NS 99. NR
20.12	Juventude (estudantes, escuteiros, etc.)	1. <input type="checkbox"/>	1. Presente 2. Passado 3. Presente e passado 99. NR	1. Não 2. Sim 99. NR	1. Só 1 Mais que uma (indicar nº):__	_____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/>		1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	Nº horas:_____ 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	1. Através de familiares/amigos/colegas de trabalho 2. Decidi fazer-me sócio/participar depois de ver/ouvir/ler informação sobre ela 88. NS 99. NR
20.13	Feminista/Mulheres	1. <input type="checkbox"/>	1. Presente 2. Passado 3. Presente e passado 99. NR	1. Não 2. Sim 99. NR	1. Só 1 Mais que uma (indicar nº):__	_____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/>		1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	Nº horas:_____ 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	1. Através de familiares/amigos/colegas de trabalho 2. Decidi fazer-me sócio/participar depois de ver/ouvir/ler informação sobre ela 88. NS 99. NR

20.14	Outra Qual? _____	1. <input type="checkbox"/>	1. Presente 2. Passado 3. Presente e passado 99. NR	1. Não 2. Sim 99. NR	1. Só 1 Mais que uma (indicar nº): ____	_____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/> _____ <input type="checkbox"/>	1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	Nº horas: _____ 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim 88. NS 99. NR	1. Através de familiares/amigos/colegas de trabalho 2. Decidi fazer-me sócio/participar depois de ver/ouvir/ler informação sobre ela 88. NS 99. NR
-------	-------------------	-----------------------------	--	----------------------------	---	--	--------------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------	---

Q21	Poderia dizer-me porque não colabora em nenhuma destas associações? Vou apresentar-lhe uma série de razões que poderiam explicar ou não a sua participação. Para cada uma destas razões, por favor, indique-me em que medida se aplica muito, bastante, pouco ou não se aplica no seu caso. LER LINHAS						
		Aplica-se muito	Aplica-se bastante	Aplica-se pouco	Não se aplica	NS	NR
21.1	Não estou interessado em participar em nenhuma associação	1	2	3	4	88	99
21.2	Gostaria de colaborar com uma associação mas nenhuma me motiva o suficiente	1	2	3	4	88	99
21.3	Não quero ter problemas	1	2	3	4	88	99
21.4	Penso que estas coisas não servem para nada	1	2	3	4	88	99
21.5	Nunca pensei colaborar com uma associação	1	2	3	4	88	99

SE O ENTREVISTADO RESPONDE A TUDO QUE NÃO, IR PARA Q23

Q22	Há muitas maneiras de melhorar a vida em Portugal ou, pelo menos, de evitar que piore. Nos últimos 12 meses, realizou alguma das seguintes actividades para este fim?				
	1	2	3	4	5
	Últimos 12 meses	Na sua opinião, que grupos de pessoas são afectados por esta questão que o levou a (indicar a actividade)	Esta actividade estava relacionada principalmente com a situação de pessoas de origem imigrante ou estrangeira?	Alguém lhe pediu ou incentivou a (indicar a actividade)?	Quem lhe pediu ou incentivou?
22.1	Contactar, ou tentar contactar, um político para expressar opinião	1. Não 2. Sim	1. Apenas o próprio, a sua família ou poucas pessoas 2. Pessoas do bairro ou cidade de residência 3. Pessoas de todo o território português 4. Pessoas no país de origem 5. Pessoas em todo o mundo 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim	1. Familiar/amigo/colega de trabalho 2. Partido político, sindicato ou outra organização/associação 3. Os meios de comunicação social 4. Outro 99. NR
22.2	Contactar uma autoridade ou funcionário local ou estatal	1. Não 2. Sim	1. Apenas o próprio, a sua família ou poucas pessoas 2. Pessoas do bairro ou cidade de residência 3. Pessoas de todo o território português 4. Pessoas no país de origem 5. Pessoas em todo o mundo 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim	1. Familiar/amigo/colega de trabalho 2. Partido político, sindicato ou outra organização/associação 3. Os meios de comunicação social 4. Outro 99. NR
22.3	Colaborar com um partido político (ex: recolha de assinaturas, distribuição de propaganda, etc.)	1. Não 2. Sim	1. Apenas o próprio, a sua família ou poucas pessoas 2. Pessoas do bairro ou cidade de residência 3. Pessoas de todo o território português 4. Pessoas no país de origem 5. Pessoas em todo o mundo 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim	1. Familiar/amigo/colega de trabalho 2. Partido político, sindicato ou outra organização/associação 3. Os meios de comunicação social 4. Outro 99. NR

22.4	Colaborar com uma plataforma de intervenção cidadã (ex: questão do aborto, do casamento homossexual, da co-incineração, etc.)	1. Não 2. Sim	1. Apenas o próprio, a sua família ou poucas pessoas 2. Pessoas do bairro ou cidade de residência 3. Pessoas de todo o território português 4. Pessoas no país de origem 5. Pessoas em todo o mundo 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim	1. Familiar/amigo/collega de trabalho 2. Partido político, sindicato ou outra organização/associação 3. Os meios de comunicação social 4. Outro 99. NR
22.5	Usar ou mostrar autocolantes ou cartazes de alguma campanha política	1. Não 2. Sim	1. Apenas o próprio, a sua família ou poucas pessoas 2. Pessoas do bairro ou cidade de residência 3. Pessoas de todo o território português 4. Pessoas no país de origem 5. Pessoas em todo o mundo 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim	1. Familiar/amigo/collega de trabalho 2. Partido político, sindicato ou outra organização/associação 3. Os meios de comunicação social 4. Outro 99. NR
22.6	Assinar uma petição ou fazer um abaixo-assinado	1. Não 2. Sim	1. Apenas o próprio, a sua família ou poucas pessoas 2. Pessoas do bairro ou cidade de residência 3. Pessoas de todo o território português 4. Pessoas no país de origem 5. Pessoas em todo o mundo 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim	1. Familiar/amigo/collega de trabalho 2. Partido político, sindicato ou outra organização/associação 3. Os meios de comunicação social 4. Outro 99. NR
22.7	Participar numa manifestação	1. Não 2. Sim	1. Apenas o próprio, a sua família ou poucas pessoas 2. Pessoas do bairro ou cidade de residência 3. Pessoas de todo o território português 4. Pessoas no país de origem 5. Pessoas em todo o mundo 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim	1. Familiar/amigo/collega de trabalho 2. Partido político, sindicato ou outra organização/associação 3. Os meios de comunicação social 4. Outro 99. NR
22.8	Boicotar ou deixar de utilizar certos produtos	1. Não 2. Sim	1. Apenas o próprio, a sua família ou poucas pessoas 2. Pessoas do bairro ou cidade de residência 3. Pessoas de todo o território português 4. Pessoas no país de origem 5. Pessoas em todo o mundo 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim	1. Familiar/amigo/collega de trabalho 2. Partido político, sindicato ou outra organização/associação 3. Os meios de comunicação social 4. Outro 99. NR
22.9	Comprar certos produtos deliberadamente por motivos políticos, éticos ou ambientais	1. Não 2. Sim	1. Apenas o próprio, a sua família ou poucas pessoas 2. Pessoas do bairro ou cidade de residência 3. Pessoas de todo o território português 4. Pessoas no país de origem 5. Pessoas em todo o mundo 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim	1. Familiar/amigo/collega de trabalho 2. Partido político, sindicato ou outra organização/associação 3. Os meios de comunicação social 4. Outro 99. NR

22.10	Dar dinheiro ou participar em peditórios para causa pública	1. Não 2. Sim	1. Apenas o próprio, a sua família ou poucas pessoas 2. Pessoas do bairro ou cidade de residência 3. Pessoas de todo o território português 4. Pessoas no país de origem 5. Pessoas em todo o mundo 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim	1. Familiar/amigo/colega de trabalho 2. Partido político, sindicato ou outra organização/associação 3. Os meios de comunicação social 4. Outro 99. NR
22.11	Participar numa greve	1. Não 2. Sim	1. Apenas o próprio, a sua família ou poucas pessoas 2. Pessoas do bairro ou cidade de residência 3. Pessoas de todo o território português 4. Pessoas no país de origem 5. Pessoas em todo o mundo 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim	1. Familiar/amigo/colega de trabalho 2. Partido político, sindicato ou outra organização/associação 3. Os meios de comunicação social 4. Outro 99. NR
22.12	Contactar ou aparecer nos meios de comunicação social para exprimir a sua opinião	1. Não 2. Sim	1. Apenas o próprio, a sua família ou poucas pessoas 2. Pessoas do bairro ou cidade de residência 3. Pessoas de todo o território português 4. Pessoas no país de origem 5. Pessoas em todo o mundo 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim	1. Familiar/amigo/colega de trabalho 2. Partido político, sindicato ou outra organização/associação 3. Os meios de comunicação social 4. Outro 99. NR
22.13	Participar em fórum ou grupo de discussão na Internet	1. Não 2. Sim	1. Apenas o próprio, a sua família ou poucas pessoas 2. Pessoas do bairro ou cidade de residência 3. Pessoas de todo o território português 4. Pessoas no país de origem 5. Pessoas em todo o mundo 88. NS 99. NR	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim	1. Familiar/amigo/colega de trabalho 2. Partido político, sindicato ou outra organização/associação 3. Os meios de comunicação social 4. Outro 99. NR

Q23 Poderia dizer-me porque não participou em nenhuma destas actividades? Vou apresentar-lhe uma série de razões que poderiam explicar ou não a sua participação. Para cada uma destas razões, por favor, indique-me em que medida se aplica muito, bastante, pouco ou não se aplica no seu caso. LER LINHAS							
		Aplica-se muito	Aplica-se bastante	Aplica-se pouco	Não se aplica	NS	NR
23.1	Não estou interessado em participar em nenhuma associação	1	2	3	4	88	99
23.2	Gostaria de colaborar com uma associação mas nenhuma me motiva o suficiente	1	2	3	4	88	99
23.3	Não quero ter problemas	1	2	3	4	88	99
23.4	Penso que estas coisas não servem para nada	1	2	3	4	88	99
23.5	Nunca pensei colaborar com uma associação	1	2	3	4	88	99

Q24	Considera que os imigrantes e os membros de grupos étnicos e religiosos minoritários devem participar mais na actividade política?
1	Sim
2	Não
88	NS
99	NR

(perguntar apenas se respondeu 1 na questão anterior. Caso contrário passar a Q26)

Q25	Indique o objectivo principal dessa participação (LER LINHAS)
1	Promover a igualdade de direitos e deveres de cidadania entre membros das minorias e os da maioria
2	Defender os interesses culturais e sociais específicos dos imigrantes e das minorias étnicas e religiosas
3	Garantir a existência de quotas e medidas de acção positiva que facilitem o ingresso no mercado de trabalho dos imigrantes e das minorias étnicas e religiosas
4	Outro:
88	NS

Q26	Por vezes, em Portugal, as pessoas não estão de acordo sobre se os residentes estrangeiros deveriam ter sempre o direito de voto nas eleições locais. Qual é a sua opinião sobre isto? (LER LINHAS)
1	Sim, todos os residentes estrangeiros deveriam poder votar nas eleições municipais sem restrições
2	Sim, mas após terem passado certo tempo como residentes em Portugal
3	Não, apenas os estrangeiros de países que respeitam a cláusula de reciprocidade devem poder votar
4	Não, os residentes estrangeiros não devem votar nas eleições municipais
88	NS
99	NR

Q27	Na sua opinião considera que os imigrantes representam uma ameaça para Portugal?
1	Sim
2	Não
88	NS
99	NR

Q28	Na sua opinião qual é a importância do contributo dos imigrantes para a situação económica e social de Portugal?
1	Muito importante
2	Importante
3	Pouco importante
4	Nada importante
88	NS
99	NR

Q29	Diga-me qual das situações melhor descreve a sua opinião sobre o contributo dado pelos imigrantes e minorias étnicas e religiosas à sociedade portuguesa?
1	Dão um grande contributo, enriquecendo a diversidade cultural do país
2	Dão um contributo insuficiente por falta de oportunidades
3	Não dão nenhum contributo específico, adaptando-se plenamente à cultura maioritária
4	Os diferentes hábitos e culturas são prejudiciais à sociedade portuguesa
5	Outras situações
88	NS
99	NR

Q30	Quais das seguintes opções lhe vêm à cabeça quando pensa na palavra “cultura” (LER LINHAS) (ORDENAR 3 OPÇÕES)
1	Artes performativas (ex: teatro, dança, ópera) e visuais (ex: arquitectura, pintura)
2	Tradições, linguagens e costumes
3	Literatura, poesia, autores
4	Educação e aprendizagem
5	Conhecimento e ciência (investigação)
6	Estilos de vida e atitudes
7	Civilizações (Occidental, Oriental, Africana, Árabe)
8	História
9	Museus
10	Lazer, viagens, desporto, diversão
11	Valores e crenças (incluindo política, filosofia e religião)
12	Outra. Qual?
88	NS
99	NR

Q31	Quão importante é a “cultura” para si?
1	Muito importante
2	Importante
3	Não muito importante
4	Nada importante
88	NS
99	NR

Q32 Por vezes as pessoas frequentam ou praticam actividades culturais. Vou indicar-lhe um conjunto diversificado de actividades para caracterizar a sua posição relativamente a elas. (LER LINHAS) SE O ENTREVISTADO RESPONDER 6 À QUESTÃO DA COLUNA 1, PASSAR IMEDIATAMENTE PARA A COLUNA 5.						
		1	2	3	4	5
		Com que regularidade	Qual a razão pela qual frequenta/pratica?	Com quem frequenta/pratica habitualmente a actividade?	Onde frequenta/pratica habitualmente	Por que motivo nunca frequentou/praticou?
32.1	Frequenta museus, exposições e monumentos	1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR	1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR	1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR	1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR	1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR
32.2	Frequenta bibliotecas e arquivos	1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR	1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR	1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR	1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR	1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR
32.3	Lê jornais e revistas	1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR	1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR	1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR	1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR	1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR
32.4	Lê livros (não escolares)	1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR	1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR	1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR	1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR	1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR

32.5	Canta ou toca instrumentos musicais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR
32.6	Pratica artes performativas (teatro, dança, circo ou ópera)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR
32.7	Escreve música, poesia, contos, diários pessoais ou artigos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR
32.8	Faz fotografia ou vídeo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR
32.9	Desenha ou pinta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR

32.10	Executa trabalhos manuais (cerâmica, costura, escultura, etc.)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR
32.11	Ouve música	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR
32.12	Frequenta cinemas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR
32.13	Assiste a espectáculos de música clássica/erudita	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR
32.14	Assiste a espectáculos de música popular/contemporânea	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR

32.15	Assiste a espectáculos de artes performativas (teatro, dança, ópera, circo)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR
32.16	Festas de carácter popular (festas, bailes, arraiais)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR
32.17	Vê televisão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR
32.18	Ouve rádio	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diariamente ou quase 2. Pelo menos uma vez por semana 3. Pelo menos uma vez por mês 4. Pelo menos uma vez por trimestre 5. Pelo menos uma vez por ano 6. Nunca 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lazer 2. Estudo 3. Trabalho 4. Outra 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sozinho 2. Companheiro/a 3. Família 4. Amigos 5. Outros 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em casa 2. No bairro 3. No concelho de residência 4. No concelho de Lisboa 5. Noutros concelhos 6. Noutros países 88. NS 99. NR 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento da existência/falta de informação 2. Preço/custo 3. Dificuldades no acesso 4. Não tem interesse 5. Não tem tempo 6. Não lhe agrada a oferta existente 7. Outro 88. NS 99. NR

Q33	Estado civil (qual das seguintes opções melhor se adequa à sua actual situação?)
1	Casado/a
2	Vive em união de facto
3	Solteiro
4	Divorciado/a separado/a
5	Viúvo/a
88	NS
99	NR

Q34	A maioria das pessoas pertence a alguma religião, sejam ou não praticantes. A que religião diria que pertence?
1	Protestante
2	Católica
3	Ortodoxa
4	Judia
5	Muçulmana
6	Hindu
7	Budista
8	Ateu/agnóstico/não pertence a nenhuma religião
9	Outra, qual:
99	NR

Q35	Qual o nível de estudos mais elevado que obtiveram:			
		35.1. Você	35.2. Mãe	35.3. Pai
1	Sem estudos analfabeto			
2	Estudos primários não concluídos (menos de 4 anos de escola)			
3	Estudos primários completos (4 anos de escolaridade)			
4	2º Ciclo concluído ou não (5 ou 6 anos de escolaridade)			
5	3º Ciclo concluído ou não (7 a 9 anos de escolaridade)			
6	Ensino secundário completo ou incompleto (10, 11 e 12 anos de escolaridade)			
7	Ensino profissional (escolas profissionais)			
8	Estudos superiores ao nível do bacharelato (ESEs, Engenheiros Técnicos, etc.)			
9	Licenciados			
10	Pós-graduados, mestres e doutorados			
99	NR			

Q36	Qual é/era a (...) ocupação/actividade profissional?	
36.1	Sua	
36.2	Mãe	
36.3	Pai	

Q37	Qual das opções melhor descreve a situação profissional				
			37.1. Sua	37.2. Mãe	37.3. Pai
1	Empregado	Patrão			
2		Conta própria			
3		Conta de outrem			
4	Desempregado				
5	Estudante				
6	Com doença crónica ou em situação de invalidez permanente				
5	Reformado				
7	A fazer trabalho doméstico				
8	Outra				
99	NR				

Q38	Diga-me, por favor, qual dos seguintes escalões corresponde ao seu rendimento individual (médio, mensal, líquido, em euros)
1	Até 350€
2	351-500€
3	501-800€
4	801-1500€
5	1501-2500€
6	Mais de 2500€
99	NR

Q39	Diga-me, por favor, qual dos seguintes escalões corresponde ao rendimento aproximado do seu agregado familiar (médio, mensal, líquido, em euros)
1	Até 350€
2	351-500€
3	501-800€
4	801-1500€
5	1501-2500€
6	Mais de 2500€
88	NS
99	NR

Q40	Qual das seguintes descrições se aproxima mais do que sente relativamente ao rendimento actual do seu agregado familiar?
1	O rendimento actual permite viver confortavelmente
2	O rendimento actual dá para viver
3	É difícil viver com o rendimento actual
4	É muito difícil viver com o rendimento actual
88	NS
99	NR

Q41	Na seguinte escala em que o número 1 corresponde ao nível mais baixo da escala social e o número 10 ao nível mais alto da escala social, em que ponto da escala se colocaria a si próprio?											NS	NR
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99	

Q42	Nos últimos 12 meses já se sentiu pessoalmente discriminado devido à sua origem (local de residência)?
1	Sim
2	Não
88	NS
99	NR

(perguntar apenas se respondeu 1 na questão anterior)

Q43	Concretamente, em qual destes lugares se sentiu discriminado/a devido à sua origem (local de residência)?			
		Sim	Não	NR
1	Na escola/universidade			
2	No trabalho			
3	Nos serviços de saúde			
4	Nos serviços de estrangeiros			
5	Na polícia			
6	Na igreja			
7	Na procura de emprego			
8	Restaurantes, bares ou discotecas			
9	Na rua			
10	Pelos vizinhos			
11	Nas lojas			
12	Nos transportes públicos			

Q44	Quais os principais problemas do bairro? (LER LINHAS) (ORDENAR 3 OPÇÕES)
1	Qualidade do espaço público (ruas, jardins, largos...)
2	Condições de habitação
3	Transportes (acesso e mobilidade)
4	Pobreza e desemprego
5	Estigmatização e imagem
6	Insegurança e criminalidade
7	Consumo e tráfico de estupefacientes
8	Outra. Qual? _____
88	NS
99	NR

Q45	Na sua opinião, quais as principais vantagens e desvantagens da existência de muitos jovens no bairro? (ANOTAR)
Vantagens	
Desvantagens	
88	NS
99	NR

MUITO OBRIGADO PELO SEU TEMPO E PELA SUA COLABORAÇÃO NESTE ESTUDO.

ESTÁ INTERESSADO EM CONHECER OS RESULTADOS DO MESMO? (PEDIR CONTACTOS)

Telemóvel: _____

E-mail: _____

Fim (hora:minutos) _____:_____

ENTREVISTADOR _____

CONTROLO DE INSPECÇÃO _____

CODIFICAÇÃO _____

NOTAS

2. Guião de entrevista - GTO LX

Apresentação/Introdução
O objectivo desta entrevista é a obtenção de informações acerca do Teatro do Oprimido no âmbito do trabalho que pretendo desenvolver para o meu doutoramento em Geografia Humana. Nesse sentido, o Teatro do Oprimido é entendido enquanto metodologia que pode contribuir para a transformação das condições de vida das populações residentes em áreas marginalizadas.
1. Enquadramento e percurso biográfico
1.1. Quem é (indicar o nome do entrevistado)?
1.2. Conte-me um pouco acerca do seu passado e da forma como, em retrospectiva, ele contribuiu para a formação da sua personalidade e influenciou a sua aproximação ao Teatro do Oprimido?
1.3. Para si, de que forma podem as artes constituir-se enquanto instrumentos de cidadania, promovendo maior autonomia, aprendizagem e conhecimento?
2. GTO LX - trajetória, opções e estratégias
2.1. Conte-me um pouco acerca da história do GTO LX, do seu processo de desenvolvimento e alargamento, uma leitura crítica do seu percurso (sucessos, fracassos, etc.).
2.2. Quantas experiências de Teatro do Oprimido em bairros considerados problemáticos existem hoje e quais as perspetivas para o futuro?
2.3. Quais as principais semelhanças e diferenças que encontra nesses grupos (ex: número de participantes, estratégias de desenvolvimento, tipo de envolvimento comunitário)?
2.4. Existe alguma estratégia institucional de recrutamento ativo de jovens para os grupos comunitários de Teatro do Oprimido, ou essa tarefa é deixada aos jovens desses mesmos grupos? Da experiência que tem, é possível perceber aquilo que procuram os jovens quando se juntam a um grupo de Teatro do Oprimido?
2.5. O que pode fazer o Teatro do Oprimido em contextos marginalizados pelos jovens e comunidades em que se inserem? Existe algum trabalho que explore os percursos dos jovens envolvidos nesses grupos?
3. Geografia(s) do Teatro do Oprimido
3.1. Como pensa que o Teatro do Oprimido pode contribuir para a destruição das fronteiras simbólicas que envolvem estes territórios marginalizados, para aproximar estes lugares periféricos daqueles mais centrais e para o fortalecimento de redes de parceria com outros locais semelhantes num processo mútuo de aprendizagem?
3.2. Uma das críticas que é por vezes feita a projetos de desenvolvimento de base local é a incapacidade para transcender a escala local contextualizar as suas ações num quadro mais amplo de relações sociais, políticas e económicas. Considera que é uma crítica justa ou que o Teatro do Oprimido consegue, de certa forma, superá-la?
4. Grupos comunitários de Teatro do Oprimido
4.1. O público, no Teatro do Oprimido, é tão ou mais importante que os atores. Na verdade, fala-se até de espect-atores. Tem ideia do número de espect-atores que assistem às peças preparadas pelos grupos de Teatro do Oprimido locais, quais as suas expectativas e se estas são ou não satisfeitas?
4.2. Pode descrever brevemente o processo criativo associado à produção de uma peça de teatro-

fórum?
4.3. As experiências da vida cotidiana dos jovens residentes em bairros marginalizados são fundamentais para alimentar o processo criativo. Quais os principais temas que têm vindo a ser explorados pelos diferentes grupos?
4.4. Numa entrevista recente era dito que o GTO LX privilegia o teatro-fórum. Porquê? Quais as principais vantagens relativamente a outros métodos de Teatro do Oprimido?
4.5. O princípio da multiplicação, através da formação de formadores, é importante para o Teatro do Oprimido. Já existem frutos, a esse nível, relativamente às experiências nos bairros considerados problemáticos?
Identificação da entrevista
Nome do entrevistado:
Data:
Duração:
Local de realização:
Observações:

3. Grelha de observação - DRK/ValArt

Observação N°	
Data	
Duração (início-fim)	
Local	

Tipo de atividade	Ensaio	Ensaio aberto	Espectáculo
-------------------	--------	---------------	-------------

Características do espaço	
---------------------------	--

Artistas (papel/função)	
-------------------------	--

Audiência (caracterização geral)	N° espectadores	
	Sexo	
	Idade	
	“Etnia”	

Atividades desenvolvidas	
--------------------------	--

Acontecimentos/ocasiões excepcionais	
--------------------------------------	--

Outras observações	
--------------------	--

4. Guião de testemunho articulado - DRK/ValArt

Nome: Idade: Grupo comunitário de TO: Duração: Autorização para uso de nome próprio?
--

Enquadramento

O objetivo desta conversa é fundamentalmente compreender melhor a tua relação com o Teatro do Oprimido, nomeadamente a partir da tua experiência vivida com os DRK/ValArt.

.
. .
. . .
. . . .

A origem

(primeiro contacto com o TO)

.
. .
. . .
. . . .

O balanço crítico do percurso

(o papel do GTO LX, momentos marcantes, auto-crítica do grupo comunitário, opinião sobre as peças em que participaste)

.
. .
. . .
. . . .

A transformação individual/coletiva

(em que medida o TO é um instrumento de cidadania, exemplos concretos de transformações)

.
. .
. . .
. . . .

O futuro

(temáticas a abordar, desafios e limites)

.
. .
. . .
. . . .

Obrigado pela participação

5. Indicadores usados para construção de perfis de cidadania

Campo	Dimensão de análise	Indicador
Atitudes	Mobilização cognitiva	Interesse pela política ^a
		Frequência de discussão política ^a
		Nível de informação política ^a
		Grau de dificuldade em tomar decisão sobre política ^a
		Importância do voto ^b
	Exposição aos <i>media</i> informativos	Frequência com que lê jornais ^a
		Frequência com que vê ou ouve televisão ou rádio ^a
	Participação imigrante	Participação imigrante na política
		Objetivo da participação imigrante
Opinião sobre direito de voto dos imigrantes nas eleições autárquicas		
Práticas	Militância partidária e comportamento eleitoral	Inscrição em partido político
		Colaboração com partido político
		Voto nas autárquicas (Câmara Municipal) ^c
		Voto nas legislativas (Assembleia da República) ^c
	Participação associativa	É ou foi membro/sócio de associação
		Participou nos últimos 12 meses em atividades associativas
		Importância dos imigrantes na associação
		Associação tem intervenção pública/política
		Início do envolvimento associativo
		Porque nunca participou ^d
	Automobilização	Realizou atividades automobilizadas nos últimos 12 meses
		Quem é afetado pela questão que motivou a automobilização
		Automobilização relaciona-se como imigrantes
		Existência de incentivos à automobilização
		Porque nunca se automobilizou ^d

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

^a escalas consideradas: municipal, nacional, internacional

^b eleições consideradas: autárquicas, legislativas, presidenciais, europeias

^c eleições consideradas: 2009, as últimas à data de realização do inquérito

^d em caso de inexistência de qualquer participação/automobilização

6. Indicadores usados para construção de perfis culturais

Dimensão de análise	Indicador
Posicionamento	Importância da cultura
	Significado da cultura
Produção ^a	Regularidade
	Motivação
Consumo ^b	Sociabilidades
	Contextos geográficos
	Porque nunca produziu ^c

Fonte: elaboração própria a partir de inquérito (2011)

^a inclui as seguintes práticas: i) cantar ou tocar instrumentos musicais; ii) praticar artes performativas; iii) escrever música, poesia, contos, artigos; iv) fazer fotografia ou vídeo; v) desenhar ou pintar; vi) executar trabalhos manuais

^b inclui as seguintes práticas: i) frequentar museus, exposições e monumentos; ii) frequentar bibliotecas e arquivos; iii) ler jornais e revistas; iv) ler livros (não escolares); v) ouvir música; vi) frequentar cinemas; vii) assistir a espetáculos de música clássica; viii) assistir a espetáculos de música popular; ix) assistir a espetáculos de artes performativas; x) frequentar festas populares; xi) ver televisão; xii) ouvir rádio

^c caso o inquirido não apresente quaisquer produções/consumos culturais

